



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXXI SUP. A AO Nº 18, TERÇA-FEIRA, 3 DE MARÇO DE 2026

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)

Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)

1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)

2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)

1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)

2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)

3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)

4ª - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal**Patricia Gomes de Carvalho Carneiro**
Diretora da Secretaria de Atas e Diários**Paulo Max Cavalcante da Silva**
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos**Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho**
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de
Plenários**Ilana Trombka**
Diretora-Geral do Senado Federal**Quésia de Farias Cunha**
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar**Gleison Carneiro Gomes**
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen**Celso Dias dos Santos**
Diretor da Secretaria de Expediente

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Ata da 58ª Reunião, Conjunta, realizada em 11 de Dezembro de 2025 (em conjunto com a 89ª Reunião da CDH)(**Vide item 1.2**)

Ata da 59ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Dezembro de 2025	5
Ata da 60ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Dezembro de 2025	24
Ata da 61ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Dezembro de 2025	53
Ata da 62ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Dezembro de 2025	54

1.2 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Ata da 86ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Dezembro de 2025	101
Ata da 87ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Dezembro de 2025	163
Ata da 88ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Dezembro de 2025	225
Ata da 89ª Reunião, Conjunta, realizada em 11 de Dezembro de 2025 (em conjunto com a 58ª Reunião da CE)	281
Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Fevereiro de 2026	346
Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Fevereiro de 2026	398

1.3 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Dezembro de 2025	416
--	-----

1.4 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Dezembro de 2025	449
---	-----

1.5 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Dezembro de 2025	467
Ata da 54ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Dezembro de 2025	473



Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Dezembro de 2025	492
1.6 – COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP	
Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Dezembro de 2025	506





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 59ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Veneziano Vital do Rêgo, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Ivete da Silveira, Marcelo Castro, Flávio Arns, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Augusta Brito, Humberto Costa, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Damares Alves, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Lucas Barreto e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia, Magno Malta, Izalci Lucas e Teresa Leitão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 57ª e 58ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Avaliação de política pública. Finalidade:** Avaliação da política pública "Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)", em atendimento ao Requerimento nº 8/2025 - CE. **Resultado:** Relatório aprovado. Antes de encerrar os trabalhos, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e doze minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Veneziano Vital do Rêgo
Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2025/12/16>





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Fala da Presidência.) – Senhoras e senhores, meus cumprimentos.

Bom dia aos presentes, companheiros Senadores e companheiras Senadoras que integram o nosso Colegiado. Saudações aos senhores e às senhoras que nos acompanharão.

Esta é a nossa última reunião? Ainda teremos mais duas? (*Pausa.*)

Nesta antepenúltima reunião, eu estou aqui sob a incumbência que me foi conferida, na condição de Vice-Presidente, pela nossa querida e estimada Presidente Teresa Leitão, que, por força de compromissos assumidos previamente, não pôde aqui estar entre nós.

Havendo número regimental, nós declaramos aberta a 59ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 16 de dezembro de 2025.

Comunicamos que foi apresentado a esta Comissão o Ofício Circular nº 108, do atual ano, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), solicitando apoio na divulgação de pesquisas sobre o impacto da inteligência artificial na educação.

Nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, o documento estará disponível para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submetemos à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 57ª e 58ª Reuniões, realizadas em 9 e 11 de dezembro.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Sem divergências, as atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à apresentação e à apreciação do relatório da avaliação da política pública Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dos Profissionais da Educação (Fundeb), nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, em atendimento ao Requerimento nº 8, de 2025, deste Colegiado.

Concedemos a palavra ao eminente Senador Flávio Arns – que foi, dentre nós, Presidente desta Comissão –, substituindo a nossa companheira Senadora Professora Dorinha Seabra, para a leitura do relatório.

Senador Flávio, V. Exa. nos dispensa essa atenção de fazer essa leitura, tendo em vista que a nossa companheira Senadora Dorinha, em meio ao seu deslocamento ao Senado Federal, teve que assumir outras obrigações?

Ela deve estar chegando proximamente, mas, como todos nós temos ainda deveres a cumprir, eu pediria especial mercê de V. Exa. para fazer a leitura *ad hoc*, por gentileza.

Bom dia.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Bom dia.

Agradeço a V. Exa.

Quero cumprimentá-lo, cumprimentar a equipe toda da Secretaria da Comissão de Educação e Cultura e dizer que, iniciando o relatório, no momento em que a Senadora Professora Dorinha chegar, eu, com o máximo prazer, se ela desejar passar também a leitura do relatório sobre um assunto de extrema importância, e com a capacidade e a competência que ela tem de também fazer a leitura e os apontamentos que julgar necessários...

Como é algo muito importante, eu pergunto a V. Exa. se eu posso começar pela introdução e fazer a leitura também.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. *Fora do microfone.*) – Fique à vontade.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Introdução.

O processo de avaliação de políticas públicas pelas Comissões Permanentes do Senado Federal fundamenta-se no inciso X do art. 49 da Constituição Federal, que dispõe sobre a





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

competência exclusiva do Congresso Nacional para fiscalizar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

Essa previsão integra o Regimento Interno do Senado Federal, que, no art. 90, inciso IX, atribui às Comissões a função de acompanhar, fiscalizar e controlar as políticas governamentais pertinentes às áreas de sua competência.

Em consequência, nos termos da Resolução nº 44, de 17 de setembro de 2013, o Senado incluiu o art. 96-B no Regimento Interno, para tratar da avaliação de políticas públicas como instrumento de acompanhamento da ação do poder público nas diversas áreas.

Para além do trabalho de fiscalização e controle realizado pelo Poder Legislativo, com auxílio direto do Tribunal de Contas da União, esta avaliação busca propiciar um olhar mais aprofundado sobre uma política específica em cada Comissão Temática, de forma a subsidiar o trabalho parlamentar e apontar não só problemas e riscos, mas também recomendações para correção de rumos.

Nesse sentido, em 1º de abril último, a Comissão de Educação aprovou o Requerimento nº 8, de 2025, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra, que indicou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) como uma das políticas públicas a serem avaliadas por este Colegiado durante a sessão legislativa de 2025.

Para dar andamento a esta atividade, foi apresentado o plano de trabalho, que foi aprovado pela Comissão, em 19 de agosto de 2025.

O plano de trabalho propôs que a avaliação do fundo englobasse diferentes dimensões, com destaque a seu funcionamento geral, aos novos critérios utilizados na distribuição da complementação da União, bem como a aspectos relacionados à sustentabilidade financeira do fundo, tendo em conta as vinculações constitucionais de recursos para a educação e a possibilidade de novas fontes de receitas, como aquelas derivadas da exploração de petróleo e gás.

Ademais, foi incluído o chamado ICMS Educacional no escopo dessa avaliação, uma vez que se trata de importante inovação na cooperação federativa para o financiamento educacional, diretamente ligada ao Fundeb, pois faz parte do rol de condicionalidades para o recebimento de





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

uma das modalidades da complementação federal, o Valor Aluno Ano Resultado (VAAR) no âmbito do fundo.

Considerações preliminares.

Diante de sua importância no financiamento educacional, não surpreende que o Fundeb já tenha sido objeto da avaliação de políticas públicas conduzida por esta Comissão.

De fato, em 2019, quando se debatia sua transformação em mecanismo permanente, a Comissão de Educação aprovou um detalhado relatório, de nossa autoria, sobre o Fundeb, que concluiu com diversas recomendações relevantes para as mudanças em discussão no Congresso Nacional naquele momento.

Muitas dessas recomendações integraram os debates que levaram à promulgação da Emenda Constitucional 108, de 2020.

Relatada por nós na Câmara dos Deputados e por mim próprio no Senado Federal, a referida Emenda Constitucional nº 108, de 2020, foi relatada por nós na Câmara dos Deputados – eu volto na leitura –, pela então Deputada Dorinha Seabra e por mim aqui, no Senado Federal.

A referida Emenda Constitucional nº 108, de 2020, e sua regulamentação pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, ensejaram diversas inovações no mecanismo do Fundeb, além de institucionalizá-lo como instrumento permanente e prever um incremento substancial da complementação de recursos feita pela União.

Considerando o escopo dessas novidades, a Emenda Constitucional 108, de 2020, incluiu, no art. 60-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a previsão de que, no sexto ano de vigência do Fundeb permanente – ou seja, em 2026, no ano que vem –, fosse feito um primeiro exercício de revisão do novo fundo, seguindo-se outras revisões a cada dez anos – por isso, inclusive, a importância dessa política pública para este ano.

Nesse sentido, a avaliação proposta para a Comissão de Educação pode oferecer subsídios para esse exercício inicial de revisão, ao tempo em que consolida informações para que o Poder Legislativo possa, efetivamente, cumprir sua função de acompanhamento e fiscalização da principal política de financiamento da educação pública do país.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Cabe lembrar a magnitude do Fundeb, que confirma seu papel estrutural na manutenção e desenvolvimento da educação básica.

Em 2024, os recursos do fundo totalizaram R\$310 bilhões, sendo a complementação da União de R\$49,7 bilhões.

Para 2025, a estimativa é que o Fundeb ultrapasse R\$339 bilhões, sendo R\$56,5 bilhões oriundos da complementação da União.

Esses montantes destinam-se ao financiamento da oferta educacional para quase 39 milhões de estudantes, da creche ao ensino médio, em todas as modalidades.

Além disso, 70% dos recursos destinam-se à remuneração dos profissionais da educação nas redes de ensino.

Esse volume de recursos, a abrangência, bem como a complexa engenharia envolvida em sua operacionalização, devem sempre nortear as análises a serem feitas nesta Casa sobre o Fundeb.

Atividades realizadas.

A avaliação empreendida pelas Comissões do Senado Federal tipicamente se utiliza de diversas fontes e, em especial, dá espaço para a escuta das perspectivas dos diferentes atores envolvidos na implementação e no acompanhamento das políticas públicas avaliadas.

A seguir, apresentamos uma descrição sintética das atividades realizadas ao longo do segundo semestre do ano como parte da avaliação do Fundeb pela Comissão de Educação.

a. Pesquisa documental.

Com base em nosso plano de trabalho, iniciamos as atividades pela coleta e análise das normas legais e infralegais que regem o funcionamento do Fundeb.

Também incluímos na análise documental, dados orçamentário-financeiros, relatórios de auditorias realizadas pelo TCU e estudos e pesquisas conduzidos por órgãos oficiais e pesquisadores independentes.

Nesse processo, compilamos um amplo conjunto de fontes documentais provenientes de diferentes bases de dados e instituições.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

b. Audiências públicas.

Além da pesquisa documental, realizamos seis audiências públicas, com a participação de gestores públicos da Educação e da Fazenda, em âmbito federal, estadual e municipal; organizações da sociedade civil; entidades representativas dos profissionais da educação; associações de pesquisa; especialistas de universidades e entidades especializadas; órgãos de controle e de defesa do direito à educação; e instituições ligadas ao setor de petróleo e gás.

Essas audiências deram espaço para a escuta qualificada e o debate com atores relevantes, que participam diretamente da execução do Fundeb e de seu acompanhamento, em nível nacional e subnacional.

Permitiram também, por meio do e-Cidadania, a participação direta de cidadãos de todo o país, que enviaram perguntas e comentários aos participantes das audiências públicas.

Aí é apresentado um quadro com as audiências públicas realizadas, indica os temas tratados e os convidados presentes em cada uma das audiências públicas, cujas notas taquigráficas, registros em vídeo e eslaides apresentados podem ser consultados na página da Comissão de Educação na internet – e recomendamos, inclusive, que isso seja feito pelo Brasil.

Somos gratos a todos os convidados que enriqueceram nosso entendimento sobre o Fundeb, a partir de uma pluralidade de visões e perspectivas nesses eventos.

Então, a primeira audiência pública foi sobre "O novo Fundeb: funcionamento e desafios", com os convidados listados também no relatório.

A segunda audiência pública, "Novos critérios de distribuição da complementação da União: operacionalização e lacunas".

Terceira audiência pública, "Garantia de direitos com sustentabilidade financeira: o Fundeb e as vinculações constitucionais".

A Senadora Professora Dorinha, proponente dessa política pública...

Por apelo do Presidente, comecei a fazer a leitura, mas disse que, tão logo V. Exa. chegasse, eu passaria a leitura a V. Exa. Só vou terminar essa parte.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A quarta audiência pública, "Resultados do Fundeb e perspectivas: o que mostram as pesquisas e auditorias", sempre com os convidados e convidadas listados e à disposição de todos que participaram na página da Comissão de Educação.

A quinta audiência pública, "Novas fontes de financiamento para o Fundeb e a educação: as receitas do petróleo e gás".

E a sexta audiência pública, "O ICMS educacional como condicionalidade do VAAR: avanços e desafios".

A parte, a letra "c", se refere a reuniões técnicas.

Então, Senadora Professora Dorinha, com a máxima honra – e eu tinha mencionado isso no início da minha leitura –, temos por V. Exa. uma amizade, um respeito enormes, pela competência, dedicação à área, pelo trabalho todo exercido na Câmara dos Deputados e aqui no Senado Federal, e felizmente essa política pública foi escolhida pela Comissão de Educação, porque, no ano de 2026, como está no início do relatório, é o período... Até o Senado se antecipa a isso, já fazendo em 2025, para que seja o primeiro relatório sobre os resultados, impactos e desafios do novo Fundeb.

Mas eu tenho a honra de passar, então, a leitura a S. Exa. Fico aqui escutando e apoiando.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Senadora Dorinha, por gentileza, os meus cumprimentos. Bom dia.

Nós tomamos a liberdade, até por força do horário, de pedir ao Senador Flávio Arns que pudesse iniciar, como assim o fez, a leitura do seu relatório, e ele fez questão, com o estilo cavalheiresco que sempre o norteou, de ato contínuo à sua chegada, que V. Exa. retomasse a leitura do que produzido foi pela sua atenção, pela sua competência e dedicação a essa matéria.

Faço questão também de dizer – e ela já deve ter se dirigido pessoalmente – as palavras congratulatórias da Senadora Teresa Leitão, que aqui não pôde estar, mas que me pediu: "Vené, transmita à Senadora Professora Dorinha toda a minha estima e o reconhecimento pela qualidade, porque ela já fez a leitura do relatório". Publicamente mencionou a sua dedicação e o seu denodo.

Passo a palavra a V. Exa.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Se V. Exa. quiser retomar a partir da letra "c", "reuniões técnicas", ou se quiser fazer uma síntese do que ainda resta-nos ouvir, a senhora é quem define.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar também a Senadora Teresa Leitão, o Senador Flávio Arns, companheiro de relatoria do Fundeb, todos que nos acompanham aqui – estou vendo aqui o pessoal da Frente Norte Nordeste – e, assim, tantos que estiveram conosco nas audiências públicas.

O relatório, Sr. Presidente, está disponível e é um relatório feito a partir das diferentes reuniões – e nós realizamos várias audiências públicas.

Eu gostaria de ler um resumo de quatro páginas que dá uma ideia geral da política pública.

O relatório está disponível de maneira completa, além de todos os documentos relacionados às audiências, que foram muito produtivas.

As entidades, em sua maioria, e especialistas apresentaram documentação. Nós quisemos apresentar esse relatório, mas o tema vai ter que ser enfrentado no próximo ano – e eu quero agradecer aqui à consultoria, que nos acompanhou –, o tema tem que ser enfrentado, até porque algumas medidas e ajustes legislativos deverão ser tomados, o que já era previsto, pois 2026 é um ano de realinhamento, e, lógico, tem algumas assincronias, em virtude de políticas públicas que não fazem parte do Fundeb, mas são instrumentos de organização do Fundeb, que é a maior fonte de financiamento da educação básica pública.

Então, eu vou direto a esse documento.

Ele apresenta esse resumo do relatório e acontece no momento que antecede a revisão oficial.

O plano de trabalho foi aprovado em agosto e houve vários atores envolvidos.

O documento completo reúne a parte de pesquisa documental, vasto acervo de documentos, incluindo a legislação pertinente, as normas infralegais, os relatórios de auditoria do TCU e dos estudos acadêmicos sobre o Fundeb.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

As audiências públicas.

Nós tivemos uma participação de 26 especialistas, gestores públicos federais, entidades de diferentes áreas, instituições que lidam diretamente com as fontes de financiamento e complementação, reuniões técnicas com o Ministério da Educação, com o Inep, com o TCU, com Todos Pela Educação e outras entidades.

Também fizemos um mapeamento de todas as proposições que tratam do Fundeb. São mais de cem proposições que estão em tramitação no Congresso, que se relacionam, de alguma forma, com o Fundeb ou com o processo de valorização dos profissionais da educação, o uso do precatório, a questão da reforma tributária... Tudo isso também está levantado.

As conclusões preliminares.

A análise dos documentos e as contribuições colhidas nas audiências e reuniões técnicas permitem construir um diagnóstico robusto, embora ainda preliminar, sobre o estado atual do Fundeb. A magnitude e a complexidade operacional do Fundeb exigem uma análise cuidadosa e aprofundada.

As inovações trazidas pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020, como os novos critérios de distribuição de complementação da União – VAAF, VAAT e VAAR – ainda estão em fase inicial de implementação. Seus efeitos precisam ser monitorados de perto.

Embora as atividades de 2025 tenham sido extensas, os debates revelaram a necessidade de aprofundar a investigação sobre as fontes, como o caso do ICMS.

Nós introduzimos, no texto do Fundeb, o exemplo exitoso que tinha no Ceará, da distribuição do ICMS Educacional.

Foi dado o prazo de dois anos para que todos os estados aprovassem suas leis próprias, e os estados criaram a lei de distribuição do ICMS Educacional. Isso se mostrou como um fator que precisa ser monitorado.

O objetivo inicial de criar o ICMS Educacional era, no modelo do Ceará – mas já tem outros estados que implementaram –, poder a rede estadual, a secretaria estadual, apoiar as secretarias municipais e as escolas, para melhorarem o seu resultado, criando, a partir daí, políticas públicas e programas que pudessem ajudar os municípios, em geral os pequenos municípios.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Um pequeno município talvez não tenha condição, sozinho, de realizar um programa de avaliação, um programa de qualificação, mas, sim, reunido em consórcio ou apoiado pelo estado, pode melhorar o resultado educacional, entendendo que os estudantes não têm carimbo de aluno, estudante do estado ou do município. Ele é um cidadão daquele estado e tem direito a ter um resultado educacional, um direito de aprender.

Se, por um lado, cabe aos municípios cuidar da educação infantil e do ensino fundamental e ao estado, normalmente, do fundamental do sexto ao nono e do ensino médio, isso tem que ser feito de maneira articulada, de modo que os estudantes não sejam penalizados para o estudo no município, a rede municipal estar em um sentido, em uma direção, e a do estado em outra direção.

Por isso foi pensado o ICMS Educacional, para permitir programas de alfabetização, às vezes coordenados pelo estado – embora não tenha turmas de alfabetização –, mas com esse recurso do ICMS Educacional.

Então, no nosso relatório, nós apontamos a necessidade de monitorar essas leis estaduais que foram aprovadas e quais são os seus efeitos.

De igual forma, o VAAR se mostrou um bom instrumento, mas algumas condicionalidades estabelecidas já foram cumpridas.

Os municípios deveriam estabelecer, e os estados também, formas de escolha de diretores. Com a forma estabelecida, aquela condicionalidade não precisa mais constar como meta do VAAR, mas monitorar a implementação ou criar uma outra condicionalidade como forma de induzir a melhoria precisam ser atualizados, e, de igual forma, os programas de avaliação.

A diversidade das perspectivas que foram coletadas com gestores e sociedade civil mostrou a necessidade, também, de ajustamento em relação às avaliações nacionais: os tempos, os prazos, a irregularidade das avaliações educacionais que, em alguma medida, estão fora da sincronia de tempo com o que é exigido pelo Fundef... Desculpem-me: pelo Fundeb.

Então, esses ajustes serão apontados às instituições, ao próprio Ministério da Educação, que precisa alinhar, com uma sincronia, as avaliações nacionais, até pensando, talvez, em uma avaliação anual, e não mais no ciclo que nós temos, de a cada dois anos, dentro das avaliações





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

realizadas pelo Governo Federal, se sustentando nas avaliações estaduais, nos casos em que os estados já as têm.

Então, com base no trabalho realizado e nas conclusões preliminares, a recomendação principal deste relatório é a continuidade da avaliação do Fundeb pela Comissão, no ano de 2026.

A continuidade dos trabalhos permitirá que a Comissão produza um relatório final, consolidado e robusto, que servirá como subsídio fundamental na revisão do fundo prevista na Constituição, em 2026.

Ainda no ano de 2026, é crucial observar os efeitos da implementação completa das novas regras do Fundeb. Algumas começaram a ser implementadas agora, de maneira recente, no processo de implementação.

A avaliação contínua permitirá analisar os dados de maneira mais madura.

Questões como a regulamentação do Sistema Nacional de Avaliação, o Sinaeb, como eu disse, precisam ser ajustadas, e também a definição de indicadores de qualidade, a articulação com o fundo e a reforma tributária, em processo de implementação, o que também requer acompanhamento em relação à reforma tributária e à implementação desse fundo de financiamento da educação básica. Há implicação em relação às fontes de financiamento, que mudam completamente a partir do processo da reforma tributária, ainda em processo de implementação.

Dada a centralidade do Fundeb para a educação brasileira, é dever do Poder Legislativo manter o processo de acompanhamento e fiscalização permanente, garantindo que o fundo cumpra seus objetivos.

Em resumo, a avaliação iniciada em 2025 construiu base sólida para o conhecimento e para o diálogo, e a continuidade, em 2026, será um passo lógico e necessário para que esta Comissão possa oferecer ao Parlamento e à sociedade a contribuição qualificada do seu aperfeiçoamento.

Na verdade, Sr. Presidente, caro Senador Flávio Arns, e todos que nos acompanham, Senadora Teresa Leitão, o relatório completo faz recomendações que, a meu ver, podem ser enviadas ao Ministério da Educação, ao Conselho de Secretários, à Undime e a outros pesquisadores, mas, oportunamente, nós vamos apresentar o requerimento, a partir do próximo ano, para definição deste Colegiado sobre a continuidade, já a partir dos estudos realizados.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, sabemos que algumas das leis já aprovadas precisam ser, como eu disse, reajustadas, porque elas já foram superadas e elas requerem atualização.

É um mecanismo muito robusto, e não poderia ser diferente. Ele movimenta mais de 20% dos recursos, ou seja, dentro dos 25% da educação básica, mas em alguns são a totalidade de recursos, e, somando-se a isso, é o caso do ICMS Educacional, que é um volume significativo de recursos.

Neste momento, está em discussão na Câmara um grupo de trabalho, coordenado pelo Ministério da Educação, que trata do piso salarial do professor e dos demais profissionais. Aparece muito também essa necessidade.

Então, visto ser uma política tão robusta, eu acredito que esse monitoramento requer que, no ano de 2022, inclusive com recomendações legislativas conjuntas que deverão ser apresentadas por esta Comissão...

Quero agradecer aqui à consultoria, que está aqui presente, todo o trabalho realizado, o monitoramento, agradecer o trabalho realizado na época da elaboração do Fundeb e, agora, na avaliação da política pública.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Senador Flávio, V. Exa. deseja fazer o uso da palavra, para discutir ou comentar o relatório pela Senadora Dorinha, apresentado?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Eu quero, Sr. Presidente, em primeiro lugar, parabenizar novamente a Senadora Professora Dorinha Seabra por todo o trabalho na área da educação no decorrer da vida.

Inclusive, lá em 2020, ela foi Relatora, na Câmara dos Deputados, da emenda constitucional que trouxe mudanças no Fundeb, tornou o Fundeb permanente, novos critérios de distribuição muito mais adequados para a realidade, e com uma participação mais expressiva do Governo Federal nesse fundo contábil. Tanto, que passou dos 10% para 13%, em 2021, e 2% a cada ano de execução do Fundeb, que chegará, no ano que vem, a 23%.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, daquilo que estados e municípios aportam para o fundo contábil, a União contribuirá com 23%. Por isso o aumento expressivo da participação da União.

Isso é constitucional, é permanente e com critérios que têm que ser avaliados, como está na própria proposta, e é natural que sejam avaliados, reavaliados, pensados, aprimorados. Isso é muito importante.

E eu quero destacar que, naquela ocasião, foi feito um trabalho muito articulado entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Participamos juntos – porque eu relatei a emenda à Constituição aqui no Senado – de audiências, de reuniões, de reuniões descentralizadas.

Então, quando o projeto, quando a emenda aprovada na Câmara chegou ao Senado, em uma semana, mais ou menos, uma semana ou duas semanas, a emenda estava sendo aprovada aqui no Senado Federal.

Lembrando que era a época da pandemia, 2020.

Portanto, muito desse trabalho – anteriormente, essa discussão já vinha acontecendo em 2019 – foi feito remotamente.

Então, o apelo que eu faço é que a sociedade se debruce agora sobre o relatório, muito bem elaborado, com a participação efetiva da consultoria, como já havia acontecido lá atrás e no decorrer dos anos também, e que a gente possa avançar nesse financiamento, num maior financiamento, o mais expressivo, o mais robusto, da educação básica brasileira.

Sempre lembrando que da creche até o ensino médio significa pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e modalidades, que são a educação da pessoa com deficiência, jovens e adultos, educação profissional, técnico-profissionalizante, enfim, todas as modalidades.

Então, quero parabenizar e dizer: que bom que essa política pública foi escolhida neste ano, o que abre o caminho para que o debate, como a Senadora Dorinha colocou, continue no ano que vem.

Parabéns para a relatoria, para a consultoria e para a Comissão, que decidiu nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) –
Perfeito.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Dorinha?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) –
Eu só gostaria, além de mencionar nominalmente os consultores, agradecer à equipe da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) –
Eu já iria fazer.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) –
... porque nós nos somamos aqui, pegamos uma jornada de realizar, semanalmente, audiências públicas. Então, foi sobrecarregado. Além da reunião ordinária, nós nos reunimos aqui, por semanas seguidas, para essas audiências públicas. Então, na pessoa da Andréia, eu quero agradecer a todos vocês que estiveram conosco aqui nas audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) –
Andréia?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) –
É.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) –
Ah, a nossa comandante...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) –
Então, porque ela esteve aqui conosco todas as tardes.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) –
É verdade.

Eu já iria contar com a Andréia. Iria mencionar a Tatiana e o Edmar, não é?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) –
É, eu quero agradecer ao José Edmar – o Edmar trabalhou conosco. Inclusive, na época da elaboração, ele estava acompanhando o Senador Flávio Arns –, à Tatiana Feitosa, ao Rodrigo, que também esteve conosco...





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Quem é o Rodrigo?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Ele não está aqui hoje, mas são os consultores.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Tá.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – E, da Conorf, ao Juci e ao César, que estiveram também aqui semanas a fio e trabalharam no relatório.

Então, eu quero agradecer a disposição deles de trabalho, competência e dedicação, que me ajudaram muito na construção desse relatório preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Bacana.

Eu faço questão de subscrever as suas menções, porque nada é mais justo.

Muitas das vezes, na maioria das vezes, nós é que aparecemos, na condição de detentores do mandato, mas, ao nosso lado, nós trazemos... E é excelência.

A gente já teve a oportunidade, tanto eu, quanto o Senador Arns, como a Senadora Dorinha, de experimentarmos também uma qualificada assessoria na Câmara dos Deputados, mas não é demérito dizer que eu me sinto muitíssimo feliz de poder ter conhecido os senhores e senhoras consultores do Senado, que fazem e integram uma equipe extraordinária e nos permitem desenvolver.

Costumo dizer que quem não tiver a disposição para o trabalho e para o eficiente resultado a ser entregue a cada um dos estados que representa é porque não deseja, mas não nos faltam condições para tal.

Senadora Dorinha, em meu nome, em nome principalmente da Senadora Teresa Leitão, nós agradecemos. Foi muito oportuna a sugestão e a acolhida do Colegiado, para que nós pudéssemos desenvolver esse material sob a sua batuta, sob a sua condução.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu também não estarei a desmerecer ou deslustrar nenhum outro integrante deste Colegiado, porque, inclusive, eu próprio faço parte, mas nós temos três figuras excelsas que são a cara da discussão e dessa temática educacional, que são a senhora, historicamente à frente de mandatos que desenvolveu na Câmara Federal e que se seguem aqui no Senado; o nosso professor, o decano Flávio Arns; e a Senadora Teresa Leitão, que, com a sua vasta experiência como Parlamentar estadual, assim demonstrou, trazendo essa vasta *expertise*, conhecimento, dedicação, denodo, confiança sobre aquilo que, seguramente, é o mais importante, que é o investimento e as atenções à área da educação, assim tem nos permitido.

Então, parabéns.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone.*) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – É evidente que esse material deva chegar às mãos dos que fazem o Ministério da Educação, às mãos de todos nós, de todos os partícipes, e foram muitos. Inclusive, V. Exa. faz menção a Anísio, que aqui está, como integrante da Frente Norte Nordeste, não é isso? Um bom cearense, que estava aqui batendo um papo conosco e falando sobre essa participação.

Pois bem, parabéns, Senadora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone.*) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, meu querido Prof. Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Presidente, só uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Pois não.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Eu sempre tenho ressaltado, também, o papel essencial da consultoria e da secretaria...





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – De fato.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A secretaria é incansável, sabe? São três, quatro reuniões por semana, audiências públicas, sempre trabalhando, mas eu quero destacar que a Secretária é triatleta. *(Risos.)*, Por isso ela aguenta bem.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Aguenta o rojão, não é?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É triatleta a Andréia, participou da maratona no outro dia, 42km em duas horas... Menos de três horas, não é?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Menos de quatro horas.

Quatro horas significam correr... Se fossem quatro horas, significaria correr 42 quilômetros, dez quilômetros por hora...

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. *Fora do microfone.*) – Dez por... É, exatamente, uma média.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... e quatro horas seguidas.

A gente já, na primeira etapa, estaria fora. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Parabéns, Andréia.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, parabéns, porque o fôlego precisa também acompanhar a atividade.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Principalmente convivendo conosco, não é? Aí tem que ter...





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns.

Enfim, vocês nos orgulham, de fato. E muito jovens, não é? Eu estava dizendo aqui, quando chegava, que me chama a atenção a juventude desses nossos e nossas companheiras que passam a integrar a nossa instituição.

Nós concluímos a discussão com a palavra que foi conferida ao Senador Flávio Arns.

Em votação o relatório apresentado pela Exma. Sra. Professora Dorinha Seabra.

As senhoras e os senhores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Sem objeções.

Aprovado o relatório.

Nos termos do art. 96-B, §3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas e cabíveis providências.

Antes que encerremos, propomos a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Sem objeções.

A ata está aprovada e será devidamente publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradecemos, em nome da Senadora Presidente Teresa Leitão, a presença de todos e declaramos devidamente encerrada a presente reunião.

Ótima terça a todos os senhores e senhoras.

(Iniciada às 10 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 12 minutos.)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 60ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quinze horas e oito minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Dra. Eudócia, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Ivete da Silveira, Alan Rick, Marcelo Castro, Jussara Lima, Flávio Arns, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Paulo Paim, Augusta Brito, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Damares Alves, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato, Jorge Seif, Beto Faro e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia, Magno Malta e Teresa Leitão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 52/2025 - CE, de autoria da Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Finalidade:** Instruir o PL 4606/2019, que "veda qualquer alteração, adaptação, edição, supressão ou adição nos textos da Bíblia Sagrada, para manter a inviolabilidade de seus capítulos e versículos, e garante a pregação do seu conteúdo em todo o território nacional". **Participantes:** Pr. Israel Alves Ferreira; Pr. João Batista Cavalcante Júnior; Missionário Charlston Soares do Santos; e Bispo Fernando Fé, Líder da Música pela Frente Parlamentar Evangélica. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Antes de encerrar os trabalhos, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dezoito minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Dra. Eudócia
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/16>

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos aqui presentes. Quero cumprimentar os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que estão nos acompanhando remotamente e também presencialmente, porque, com certeza, alguns ainda virão aqui, e quero cumprimentar todos os participantes desta audiência pública de suma importância.

Havendo número regimental, declaro aberta a 60ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, dia 16 de dezembro de 2025.

Quero cumprimentar especialmente o Deputado Pastor Sargento Isidório, que se faz aqui presente.

Eu tenho alguns comunicados da Presidência.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Ofício nº 996, de 2025, da Câmara Municipal de Mauá, São Paulo, encaminhando o Requerimento nº 3.015, de 2025, que requer informações sobre os estudos, critérios e o embasamento técnico para a formulação das diretrizes estabelecidas pelo Decreto Federal nº 12.686, de 2025, que instituiu a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva;

- Ofício nº 287, de 2025, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, encaminhando recomendação para que o Congresso Nacional confira máxima urgência e prioridade à tramitação do Projeto de Lei nº 4.501, de 2020, de autoria do Senador Jaques Wagner, que dispõe sobre a comercialização, propaganda, publicidade e promoção comercial de alimentos e bebidas ultraprocessados e uso de frituras e gorduras trans em escolas públicas e privadas, em âmbito nacional.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, os documentos estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar autuação nesse período.

Os objetivos e as diretrizes da reunião são que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 4.606, de 2019, que veda qualquer alteração, adaptação, edição, supressão ou adição nos textos da Bíblia Sagrada, para manter a inviolabilidade de seus capítulos e versículos e garantir a pregação do seu conteúdo em todo o território nacional; em atenção ao Requerimento nº 52, de 2025, da Comissão da Educação, de minha autoria.

Quero também cumprimentar aqui todos os que participam do e-Cidadania. Quero cumprimentar o Fabrício, de São Paulo; o Diego, do Distrito Federal; o Rodrigo, de Minas Gerais; a Verônica, do Distrito Federal; o Carlos, de Santa Catarina; o Jefferson, de Santa Catarina; e o Kelven Carvalho, que é estudante de Teologia do Seminário Hosanna Bible School, que está aqui presencialmente. Quero cumprimentar os senhores e as senhoras e parabenizá-los por participarem desta audiência, que é tão importante.

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados:

O Missionário Charlston Soares do Santos.

Missionário, por gentileza, faça parte aqui da mesa. (*Palmas.*)

Também, para tomar lugar à mesa, o Pastor João Batista Cavalcante Júnior. (*Palmas.*)

Quero cumprimentar os Pastores e Deputado Estadual: Pastor Israel Alves Ferreira e o Deputado Estadual da Bahia, José de Arimatéia, que estão participando dessa audiência pública de forma remota. Quero a participação de todos.

E, antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

E agora, com a palavra, o Missionário Charlston Soares do Santos. Seja muito bem-vindo, Missionário Charlston, a esta audiência pública, para fazer parte aqui da mesa. Para mim é uma honra, um prazer, e para todos nós que estamos aqui presentes. E o senhor tem dez minutos para a fala, porque tem outros oradores posteriormente ao senhor, tá?

Então, com a palavra, o pastor, o Missionário Charlston Soares do Santos.

O SR. CHARLSTON SOARES DO SANTOS (Para expor.) – Boa tarde, Excelência. Boa tarde a todos. Agradeço à nossa Presidente da Comissão, desta audiência pública, a Senadora Eudócia, cujo nome significa boa reputação, boa glória, honra reconhecida, aquela que é digna de louvor. É o nome da senhora. Seu nome carrega significado de reputação, de honra, profundamente alinhado com o espírito da palavra de Deus. E Isidório, nosso querido Deputado Pastor Sargento Isidório, cujo nome, no grego, significa dádiva divina. Só uma pessoa com a dádiva divina tem capacidade de conviver no maior hospital de tratamento de dependentes químicos da América Latina, com seus genros, noras, filhos e netos, 2 mil pessoas se recuperando das drogas. Então, realmente, só uma pessoa que carrega alguma coisa de Deus pode conduzir um hospital com tantas pessoas desprezadas da sociedade, que são os órfãos de Salvador, da Bahia e do Brasil.

Esse PL é um PL muito importante. Foi o primeiro PL que foi colocado em pauta na fila, quando o Pastor Isidório ficou na fila aqui de madrugada, no ano de 2019. Senadora Eudócia, na verdade, eu vou dar um testemunho de por que eu estou aqui defendendo que a Bíblia continue sendo o que ela é, no seu original.

Nós somos nove filhos, meu pai, sargento da polícia militar, minha mãe, dona de casa, e morávamos em uma casa de 40m², casa muito pobre, uma casa de palafita, em Salvador, numa área muito perigosa, onde minha mãe nos ensinou a gravar os textos bíblicos. E o texto que ela ensinou para a gente, porque na hora do almoço era briga, confusão, um querendo pegar o pão do outro, muita pobreza, muita dificuldade, e ela ensinou para a gente o Salmo 133, que diz assim:

Oh! Quão bom e quão suave é que os irmãos vivam em união.

É como o óleo precioso sobre a cabeça, que desce sobre a barba, a barba de Arão [...]





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Como o orvalho [...] que desce sobre os montes de Sião, porque ali o Senhor ordena a bênção e a vida para sempre.

Então, a instrução de minha mãe: "Parem de brigar, porque senão Deus não vai abençoar vocês". Eu tenho 55 anos e, desde 1982, estou sendo doutrinado com a palavra de Deus. Por isso, a defesa para que a Bíblia católica, a Bíblia evangélica continue sendo o que é, na sua fase original, no seu pleito original. E outra coisa importante, que eu prefiro dar o meu testemunho, eu não gosto de falar lendo, eu gosto de falar de improviso, porque eu falo do coração, é o Salmo 126, que é um Salmo que me ajudou a sair da dificuldade, que me incentivou a entender que tem um Deus que tira a gente do cativeiro da pobreza, da miséria. E o Salmo 126 diz assim:

Quando o Senhor trouxe do cativeiro os que voltaram a Sião, estávamos como os que sonham.

Então a nossa boca se encheu de riso e a nossa língua de cântico; então se dizia entre as nações: grandes coisas fez o Senhor a estes.

Sim, coisas grandiosas fez o Senhor por nós, e, por isso, estamos alegres.

[...] [Faz-nos regressar, Senhor, como as correntes do Neguebe.]

[...] [Aquele que sai andando e chorando enquanto semeia voltará com alegria, trazendo consigo a sua colheita.]

Foi isto que eu entendi, que da pobreza, o estudo, a educação e a palavra de Deus me deram um norte para chegar aonde eu cheguei, missionário, empresário, uma pessoa que ama a Deus e ama a palavra de Deus.

E ainda tenho mais cinco minutos.

Outro testemunho pessoal que eu vou dar: teve um momento na minha vida, Senadora, que eu perdi a esperança, as portas se fecharam, desempregado, nada meu dava certo e eu li um texto na Bíblia, nessa Bíblia que nós estamos defendendo aqui no PL 4.606, que foi o Apocalipse, capítulo 3, de 7 ao 11, que diz assim:

E ao anjo da igreja que está em Filadélfia escreve: Isto diz o que é santo, o que é verdadeiro, o que tem a chave de Davi; o que abre, e ninguém fecha; e fecha, e ninguém abre:





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

[Conheço] [...] as tuas obras; eis que diante de ti [Senadora Eudócia] pus uma porta aberta, e ninguém a pode fechar; [porque] tendo pouca força, guardaste a minha palavra e não negaste o meu nome.

Eis que eu farei aos da sinagoga de Satanás (aos que se dizem judeus, e não são, mas mentem), eis que eu farei que venham, e adorem prostrados a teus pés, e saibam que eu te amo.

Como guardaste a palavra da minha [...] [perseverança], também eu te guardarei da [...] [atribuição] que há de vir sobre todo o mundo, para tentar os que habitam na Terra. [...]

Então, essa palavra me ensinou que Jesus tem a chave, e ali eu entendi. E uma palavra com que eu vou encerrar já aqui é o Salmo 42.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CHARLSTON SOARES DO SANTOS – Tá bom, é porque eu não estou vendo. Então, Senadora... É porque eu sou muito espontâneo, Senadora.

Então, o Salmo 42, eu tive depressão. Eu tive depressão de 2015 a 2017, e esse homem daí, que durante muitos anos me incentivou, eu achei que eu estava com câncer, ele orando por mim, e também o nosso querido João Batista, coincidentemente outra pessoa com quem a gente tem uma boa ligação, que é uma pessoa que eu ouço muito, é um conselheiro. E daí, de madrugada, quando eu abri o Salmo 42 naquela angústia, naquela profunda angústia, depressão... O que é depressão, Charlston? Depressão é excesso de passado. O que é ansiedade? É excesso de futuro. Eu estava depressivo, deprimido. E um dia eu abri a Bíblia no Salmo 42, e aquele Salmo 42 foi como se fosse Deus saindo das palavras e entrando no meu coração.

Como a corça anseia por águas correntes, a minha alma anseia por ti, ó Deus.

A minha alma tem sede de Deus, do Deus vivo. Quando poderei entrar para apresentar-me a Deus?

Minhas lágrimas têm sido o meu alimento de dia e de noite, pois me perguntam o tempo todo: "Onde está o seu Deus?"

[...] [Lembro-me quando ia com a multidão em procissão e cânticos à casa de Deus.]

[...] [Porque te abates, ó minha alma, e te perturbas dentro de mim?]

[...] [Esperem Deus, pois ainda o verei na salvação da sua presença.]





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A minha alma estava abatida dentro de mim, e, depois daquele dia, eu entendi que a depressão foi embora.

Eu queria aproveitar o ensejo para agradecer por essa oportunidade maravilhosa. Agradeço muito à senhora, que Deus possa conduzi-la cada dia mais; ao Senador Alcolumbre, Presidente da Casa; e que Deus possa trazer saúde.

Que tenhamos um final de ano abençoado, um final de ano de paz, de luz, e que o sal da terra, que é Jesus, que está no livro de Mateus, capítulo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (Bloco/AVANTE - BA) – Já está dando o Natal, o Ano Novo, e não sabe nem se estará vivo. *(Risos.)*

O SR. CHARLSTON SOARES DO SANTOS – Está vendo?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Missionário, deixe-me lhe adiantar: fique tranquilo.

O SR. CHARLSTON SOARES DO SANTOS – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Quando der dez minutos, vai tocar uma campainha, está bom?

O SR. CHARLSTON SOARES DO SANTOS – Ah, ótimo. Quando der dez minutos.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Quando der dez minutos, toca. Fique tranquilo.

O SR. CHARLSTON SOARES DO SANTOS – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Quando der dez minutos, vai tocar uma campainha.

O SR. CHARLSTON SOARES DO SANTOS – Então, voltando aqui, eu queria deixar sintetizado aqui, mais claro do que a luz do sol do meio-dia, que a palavra de Deus é o norte. E essa questão por que nós estamos aqui do PL 4.606 é a questão que sintetiza, que carimba, com a ajuda do Senado Federal, para que a nossa Bíblia católica, a nossa Bíblia evangélica seja





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

preservada na sua essência, na sua autenticidade, porque, com essa autenticidade dos textos sagrados, dos originais, capítulos, versículos, livros preservados, que nós possamos continuar com esse instrumento maravilhoso de educação, porque a Bíblia é educação – muitas pessoas aprenderam a ler na Bíblia, preservando... Como é que se pode dizer que Maria não é mãe de Jesus, não é? Maria é uma pessoa... Eu acho que a mulher mais honrosa que já existiu na Terra chama-se Maria, e nós a respeitamos, de todo o nosso coração. Nós temos várias pessoas na nossa família que entendem isso, nós entendemos e respeitamos. Por isso, nós temos essa abertura de estarmos em situações de falar da palavra de Deus e trazer o argumento que sintetiza e dá a certeza de que estamos no caminho certo, mantendo, com esse PL que já foi aprovado na Bahia, como patrimônio imaterial...

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (Bloco/AVANTE - BA. *Fora do microfone.*) – E o salmista que guardou a palavra no coração ...

O SR. CHARLSTON SOARES DO SANTOS – E o salmista que guardou a palavra no coração para não pecar contra o Senhor.

Então, eu fico muito grato a Deus por isso e queria, para encerrar, deixar um texto aqui que vale a pena, Senadora Eudócia, Deputado Isidório, que é o texto de Mateus 5:11-16, que prova por A, B e C que nós somos o sal da Terra.

(Soa a campainha.)

O SR. CHARLSTON SOARES DO SANTOS –

Bem-aventurados sois vós, quando vos injuriarem e perseguirem e, mentindo, disserem todo o mal contra vós por minha causa.

Regozijai-vos e alegrai-vos, porque é grande o vosso galardão nos céus; eles que assim [também] perseguiram os profetas que viveram antes de vós.

Vós sois o sal da terra; e se o sal for insípido, como restaurar o sabor? Para nada mais presta a não ser para ser lançado fora, e ser pisado pelos homens.

Vós sois a luz do mundo; não se pode esconder uma cidade edificada sobre uma rocha; Nem se acende uma lâmpada e se coloca debaixo de uma vasilha, mas num candelabro, e ela ilumina a todos que estão na casa.

Faça também resplandecer a vossa luz diante dos homens para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem a vosso Pai, que está nos céus.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns! Que a senhora continue sendo luz, que o Pastor Isidório continue sendo luz, e que a Bíblia seja honrada na sua essência e no seu original. Deus a abençoe, em nome de Jesus. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Missionário Charlston, fico feliz em ouvir suas palavras, o senhor que é um homem de Deus. Realmente, foi muito impactante o que você falou, a sua história de vida, o seu testemunho, e fiquei muito feliz em ver a tradução do meu nome.

O SR. CHARLSTON SOARES DO SANTOS *(Fora do microfone.)* – É verdade.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Não é? Tantas coisas boas. Deus é bom, né?

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (Bloco/AVANTE - BA. *Fora do microfone.*) – Amém.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Amém. Muito grata.

E agora eu quero convidar o Deputado Pastor Isidório, para compor a mesa – dê-nos essa honra, Deputado –, e também quero convidar o Pastor João Batista Cavalcante Júnior, meu amigo, para vir compor... *(Pausa.)*

Não, desculpa. Perdoe-me. Bispo Fernando Fé, perdoe-me, pastor.

Convido para tomar lugar à mesa o Bispo Fernando Fé, que é meu amigo. *(Palmas.)*

É o nosso bispo que está em todos os cultos tanto da frente Parlamentar evangélica da Câmara dos Deputados como também do Senado. Sinta-se bem-vindo a esta sessão tão importante, é um prazer estar com você aqui, Bispo Fernando Fé, compondo a mesa. E também é um prazer estar aqui com o Sr. Deputado, nosso Deputado missionário, Deputado Pastor Isidório.

Agora eu vou passar a palavra para o Pastor João Batista Cavalcante Júnior. O senhor tem, Pastor, dez minutos para os seus esclarecimentos, as suas explanações.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO BATISTA CAVALCANTE JÚNIOR (Para expor.) – Primeiro, eu gostaria de agradecer a Deus a oportunidade de estarmos aqui num local que é muito relevante para o nosso país, para toda a sociedade, em que grandes decisões são tomadas.

Obrigado, Senadora, pela oportunidade desta audiência pública, em que podemos falar da Bíblia Sagrada. Obrigado, Pastor Isidório, reconheço que o senhor é um homem que não só fala a palavra, mas vive a palavra de Deus. E é muito bom ver esse testemunho do Missionário Charlston, porque, quando você conhece somente a palavra teologicamente, ou estuda a palavra, ou às vezes conhece muito da palavra, é bom lembrar que, muitas, vezes só a palavra sem o Espírito Santo, a letra do que está escrito aqui é morta, não vai fazer efeito. Então, o testemunho do missionário nos traz a realidade da palavra de Deus, e é por isso que ela não pode ser movida, mexida, subtraída. Eu fui professor de religiões, seitas e heresias muitos anos, muitos anos ensinando dezenas, centenas de pessoas, e a gente entende que não pode ser tirado o que foi colocado no cânone sagrado. O que já vem no Novo Testamento do primeiro, do segundo século e do Antigo Testamento não pode ser transformado por uma narrativa ou pelo momento que se está vivendo. A gente ensina para os alunos que você não pode adicionar, você não pode subtrair, você não pode multiplicar e você não pode dividir o que está na palavra de Deus. Alguém que saiba...

Eu sou formado em teologia, também sou formado em direito, sou formado em administração, sou formado na academia da Força Aérea, sou coronel da reserva também da Força Aérea Brasileira, tive oportunidade de Deus me dar coisas que eu jamais pensei na minha vida, porque também eu tive uma infância... Eu nasci em Cametá, no Pará, alguém sabe onde é isso? Nem sabe. É onde o vento já fez a curva, né? Então, Deus me deu uma oportunidade que uma criança que nasceu de sete meses num barco não teria. E, pela palavra de Deus, minha vida foi transformada, e a vida da minha família foi transformada. Casamentos são transformados, vidas de pessoas são tiradas da morte, tiradas do local onde a sociedade despreza, e este homem, o Pastor Isidório, tira esses homens do local do desprezo e traz de novo para conviver em sociedade.

Como eu poderia me furtar de dizer que a Bíblia não pode ser mexida? A Bíblia não pode ser mexida, a Bíblia não pode ser tocada, a Bíblia não pode ser modificada. A Bíblia tem que ser aquilo que foi escrito. E a Igreja Católica, e depois na Reforma Protestante já foi dito que esses livros vão compor a Bíblia e são tradução do aramaico, do hebraico e do grego. Não se podem





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

retirar palavras. Até a própria Bíblia diz isso: ai daquele que tirar uma palavra, uma vírgula, um til, porque não serão homens que irão tomar conta disso, não serão homens que virão com alguma coisa sobre aquela pessoa que fez isso. O próprio Deus diz "ai" – e quando diz "ai" na Bíblia, se você não sabe teologia, entenda, quando fala "ai" na Bíblia, é porque virá alguma situação muito difícil para você. Então, não toque naquilo que Deus usou homens inspirados pelo Espírito Santo para colocar na santa palavra Dele, e isso a gente ensinou por muitos anos.

Eu quero ler aqui, agora, muito relacionado ao Projeto de Lei 4.606, de 2019, do Deputado Pastor Sargento Isidório, que veda qualquer alteração, adaptação, edição, supressão ou adição nos textos da Bíblia Sagrada para manter a inviolabilidade de seus capítulos e versículos, e garante a pregação do seu conteúdo em todo o território nacional. Já foi aprovado na Câmara dos Deputados e agora tramita no Senado Federal, passando neste momento por esta Comissão.

A inviolabilidade da Bíblia Sagrada refere-se à crença na sua natureza imutável como palavra de Deus. A essência do legislador é justamente a imutabilidade da Bíblia. Não se pode tocar naquilo que já foi fechado no cânone sagrado por católicos e evangélicos. Se quiserem fazer isso... Este projeto de lei está dizendo que não pode ser mexido porque já foi fechado no cânone sagrado.

No Brasil, a relevância da Bíblia é refletida nos dados censitários – não sei se a senhora já sabe, Senadora. De acordo com o último censo demográfico do IBGE 2022, a maioria da população brasileira se declara cristã, com 88,8% dos entrevistados afirmando pertencer a alguma denominação cristã. Desse total, 49,2% se identificam como católicos, enquanto 39,6% se declaram evangélicos. Os dados confirmam que, mesmo com mudanças no cenário religioso, o cristianismo segue sendo a principal religião do Brasil.

Esse projeto protege a Bíblia sagrada de qualquer tentativa deliberada de induzir a erros teológicos por interesses políticos ou de forma ideológica. A autoridade da Escritura não pode ser abalada e nem sua fidelidade textual substituída por certas narrativas – porque você quer utilizar uma narrativa, então você vai mudar a Bíblia. Essa palavra tem poder e transforma vidas. É necessário você ter um encontro com a palavra escrita, mas com o poder do Espírito Santo que está sobre ela. Homens, durante vários séculos, foram inspirados pelo Espírito Santo de Deus, que nem se conheciam nem tinham proximidade para a tradução oral, e conseguiram escrever; então, há poder nessas Escrituras.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não estamos falando em versão ou tradução desse projeto de lei, mas, sim, na proteção e submissão ao texto original das Escrituras sagradas. De novo, cabe ressaltar que os livros do Novo Testamento datam dos séculos I e II, e os livros do Antigo Testamento datam de centenas de anos antes.

Então, o que a gente quer deixar bem claro aqui é que quem é católico, quem se diz católico, desses 49,2% de brasileiros que se identificam como católicos, não pode querer que mexam na sua Bíblia católica. Não pode tocar na sua Bíblia católica, na qual ele crê, a sua família crê... Eles vão à missa, eles cultuam... E vão dizer "não, agora a gente vai mexer na sua Bíblia", que o seu bisavô aprendeu assim, o seu avô aprendeu assim, a sua mãe aprendeu assim, você aprendeu assim, você está agora fazendo o seu filho aprender assim, o seu netinho que nasceu e já está sendo batizado vai aprender assim; e vão mudar a Bíblia dos católicos?

Não pode ter teólogo ou alguém que possa vir contra a Bíblia dos católicos, porque isso é tocar na fé das pessoas.

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (Bloco/AVANTE - BA) – Glória a Deus!

O SR. JOÃO BATISTA CAVALCANTE JÚNIOR – Pessoas querem tocar na Bíblia Sagrada e vêm aqui e falam bonito para tocar na Bíblia dos católicos?

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (Bloco/AVANTE - BA) – Glória a Deus!

O SR. JOÃO BATISTA CAVALCANTE JÚNIOR – Isso está abalando a fé deles. Não é só a moral, não é só a consciência, mas você sabe o que é abalar a fé.

Como esse homem estaria sentado aqui se você tivesse abalado a sua fé?

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (Bloco/AVANTE - BA) – Aleluia!

O SR. JOÃO BATISTA CAVALCANTE JÚNIOR – Ele decora versículo e fala salmos não porque ele se iludiu ou porque sua mente é supercapacitada. Não, foi vivendo na pele! A palavra de Deus, ele viu transformação na sua vida. Eu fui conhecer a casa dele na Bahia. Eu tive que entrar curvado. Você sabe o que é morar curvado numa casa? Não, você sabe o que é estar no ar-condicionado, trabalhar no Senado Federal, trabalhar na Câmara Federal, ter um bom salário, por quem conhece ou então por causa de um concurso, mas não sabe o que é a palavra de Deus trazer uma transformação extraordinária na sua vida.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Como vão tocar na Bíblia dos católicos? Como tocarão na Bíblia dos evangélicos? Porque sendo pessoas "eu sou doutor daquilo, eu fui não sei de onde, eu estou não sei onde, eu fiz não sei o que...". Você não pode tocar na fé dos evangélicos. Você não pode tocar na mulher que entrega duas moedinhas e entregou tudo o que ela tinha.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO BATISTA CAVALCANTE JÚNIOR – E Jesus fala que tinha mais fé nela do que em todos esses homens doutores, fariseus e saduceus. Não seja fariseu e saduceu do século XXI. Seja um homem de fé.

Eu quero declarar para você, nesta reunião, nesta audiência pública: quem é que vai se atrever a tocar na Bíblia católica ou na Bíblia dos evangélicos, mudar um til, mudar uma letra? Não é só contra os homens que você está indo, ouviu, seu doutor, sua doutora?

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (Bloco/AVANTE - BA) – Aleluia!

O SR. JOÃO BATISTA CAVALCANTE JÚNIOR – É contra o próprio Deus que você está indo. A autoridade da Escritura não pode ser abalada, e nem sua fidelidade textual substituída – como eu já disse – por narrativas ideológicas.

Neste diapasão de tudo que nós falamos aqui, conclui-se que o Projeto de Lei nº 4.606, de 2019, visa assegurar a fidelidade cultural.

Ei, você, evangélico, católico, existe uma cultura. Dizer que você não tem cultura? Você tem uma cultura, e o seu filho foi criado nessa cultura, o seu neto foi criado nessa cultura, o seu avô foi criado nessa cultura, o seu pai foi criado nessa cultura... Como pode alguém dizer que não têm cultura os católicos ou os evangélicos? Os cristãos têm cultura, sim! Têm cultura e história! Como vão tocar na história? Se sangue foi derramado, pessoas foram mortas, pessoas morreram por causa dessa palavra e você vem dizer que ela pode ser mudada agora no século XXI por pessoas que não derramaram uma gota nem de suor, quanto mais de sangue?

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (Bloco/AVANTE - BA) – Glória a Deus!

O SR. JOÃO BATISTA CAVALCANTE JÚNIOR – Existe um homem que morreu e se chama Jesus Cristo! Ele morreu e ressuscitou para que essa palavra fosse escrita com sangue! E os profetas morreram para que essa palavra fosse escrita com sangue! Vá lá em Hebreus e veja a





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

galeria da fé. Será que você estaria em alguma galeria, você, seu doutor, e doutora, que tenta mudar a palavra de Deus, permitir a mudança da palavra de Deus, porque alguém chegou para você e disse "me ajuda aqui porque agora a gente vai colocar esse negocinho aqui"? Não, irmãos! Homens já estudaram muito para traduzir do hebraico, do aramaico e do grego, sejam os católicos com a Vulgata, sejam os católicos com qualquer outra tradução que eles fizeram – a CNBB gosta de ir direto aos textos deles no hebraico, no aramaico. Você não pode tocar naquilo que foi estudado, que foi feito e, principalmente, que foi crido e transformou a vida das pessoas.

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (Bloco/AVANTE - BA) – Aleluia!

O SR. JOÃO BATISTA CAVALCANTE JÚNIOR – Então, existe uma história. Como você pode querer mudar a história no século XXI se essa história foi escrita com sangue, e espiritual? Aqui já teve testemunha, até o nome da Senadora tem sentido espiritual, como é que vão querer mudar o seu nome? Aí a senhora vai ler a sua história, Senadora. A senhora está aqui sentada nesta mesa, quando é que a senhora sonhou que ia ser uma Senadora da República? É porque o seu nome – o seu nome – tinha um significado espiritual.

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (Bloco/AVANTE - BA) – Aleluia!

O SR. JOÃO BATISTA CAVALCANTE JÚNIOR – Aí eu vou querer deixar mexerem na Bíblia católica e evangélica para mexerem também no mundo espiritual? Não se pode deixar mexer no mundo físico...

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO BATISTA CAVALCANTE JÚNIOR – ... e isso foi dado à terra, aos homens, para que eles exercessem o seu domínio, e domínio gera território – Adão errou no seu domínio, desobedeceu, e foi tirado do seu território. Então, não vamos errar, porque existe agora o momento de colocar a palavra de Deus para os católicos e evangélicos como um domínio, e esse território será entregue para aqueles que forem fiéis à palavra e que ainda não derramaram uma gota de sangue, mas, se for necessário, cremos que, pelo Evangelho, precisando morrer, morreremos.

Eu quero deixar bem claro que a fidelidade cultural, histórica e espiritual da Bíblia Sagrada no Brasil deve ser preservada por gerações dentro dos princípios constitucionais, como o Deputado Isidório está fazendo.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (Bloco/AVANTE - BA) – Aleluia! Glória a Deus!

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Quero aqui parabenizar o Pastor João Batista Cavalcante Júnior pela sua explanação. Que o nosso Deus continue te abençoando poderosamente, te dando luz e sabedoria, guiando seus passos e que, através de você, muitas almas sejam ganhas para Cristo e que você, como instrumento nas mãos de Deus, possa ser um agente de transformação na vida das pessoas. Que Deus te abençoe!

O SR. JOÃO BATISTA CAVALCANTE JÚNIOR (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Agora, com a palavra, de forma remota, o Pastor Israel Alves Ferreira. (*Palmas.*)

Pastor Israel, o senhor tem dez minutos para sua explanação.

Seja muito bem-vindo. Muito nos honra a sua presença nesta audiência pública.

O SR. ISRAEL ALVES FERREIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Senadora Eudócia.

É um prazer estar com vocês. Não pude estar presente, desculpem. Estou falando da cidade de Ilhéus, no Estado da Bahia, e tenho o prazer de falar sobre esse assunto tão importante e singular, que é falar sobre a Bíblia Sagrada.

O assunto é sobre modificá-la ou não. Vamos pensar aqui que a Bíblia é o livro mais lido na história da humanidade, é o primeiro livro a ser impresso por Gutenberg em 1455, é o livro mais traduzido em outras línguas, a Bíblia já foi traduzida em 700 línguas. Esse livro é o livro mais lido no mundo há muitos anos. É um livro (*Falha no áudio.*) ... de fé, fala de espiritualidade, fala de cultura, fala de história, e esse livro não só informa, forma, mas transforma, transforma pelo poder, porque essa palavra é poderosa.

Então, quando nós pegamos uma Bíblia, nós temos que lembrar que tem esse contexto profundo de história, de historicidade. Esse contexto (*Falha no áudio.*) ... conhecimento, de sabedoria (*Falha no áudio.*) ... entender que a Bíblia é um livro de história, que conta a história da





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

humanidade, conta a história do início de todas as coisas, como tudo começou, como começou (*Falha no áudio.*) ... vendo que a sua Bíblia conta do Gênesis ao (*Falha no áudio.*) ... conta a sua história (*Falha no áudio.*) ... história do começo, história da família, história das primeiras nações. A Bíblia (*Falha no áudio.*) ... sobre as nações antigas da Babilônia, os romanos antigos, sobre os gregos, os judeus, que são o povo que está por toda a Bíblia. Nós vamos encontrar essa dimensão histórica. E você não pode jamais mudar a história.

Essa dimensão histórica mostra essa história das pessoas, o Novo Testamento; história de países; história da religião, a religião cristã judaica – hoje só de cristãos no mundo temos 2,5 bilhões de pessoas que seguem essa Bíblia, católicos, protestantes e outras igrejas cristãs que existem no mundo, que seguem os princípios e valores das Sagradas Escrituras, da palavra de Deus.

Então, esse livro também vai para o Novo Testamento e conta a história de Jesus. Os livros históricos, os Evangelhos contam como Jesus nasceu da bendita Virgem Maria; como ele cresceu sendo Deus, que se fez homem, que nasceu por obra e graça do Espírito Santo, se fez homem para libertar a humanidade. E ele neste mundo passou 33 anos e morreu. Os Evangelhos contam a história linda de Jesus. Depois vem o livro de Atos, que fala sobre o início da Igreja. Depois vêm as cartas doutrinárias, que ensinam ética, moral, princípios, valores (*Falha no áudio.*) Então, nós temos os princípios que envolvem a Bíblia, a história, a cultura, a moral, que também é uma coisa muito importante, porque a lei dos judeus traz a questão moral. A lei dos judeus que era cerimonial, que é a lei religiosa; a lei moral, que é a lei do relacionamento das pessoas; e a lei civil, que era a lei do Estado, a lei que nós temos hoje nas nossas Constituições. A Bíblia foi o início, a introdução para muitas leis no mundo. Muitos dos princípios morais e éticos revisitados pelos filósofos estão na Bíblia: princípios de família, ética, responsabilidade, de trabalho, de valores, de verdades. A Bíblia vai falar de tudo isso que vai edificar a família. Então, a Bíblia é um livro religioso, moral, ético, histórico, que diz tudo o que nós precisamos saber para viver bem, para sermos felizes, para sermos abençoados.

Além disso, a Bíblia vai levar a gente lá para o futuro. A Bíblia traz o passado, que é a história; o presente, o que nós estamos vivendo agora, é o que dizem as cartas de Paulo, de São Paulo, de (*Falha no áudio.*) ... João, de Judas, de todos esses escritores da Bíblia... (*Falha no áudio.*) ... os valores deste tempo.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E tem o futuro, no livro de Apocalipse, que fala das coisas que vão acontecer. Então, a Bíblia fala do passado, do presente e do futuro.

E tem mais não é um livro de mitos, porque hoje as pesquisas teológicas e sociológicas levam a uma conclusão: 80% de todas as profecias que estavam na Bíblia já se cumpriram – faltam só 20% se cumprirem –, ou seja, tudo aquilo que se falou se cumpriu.

Outra coisa importante: a arqueologia hoje descobriu que todos os textos do Velho Testamento, as histórias que estão lá, como o dilúvio – todas as histórias –, estão comprovados arqueologicamente com pesquisas. Ou seja, o livro fala a verdade em relação às pessoas, em relação à espiritualidade e à fé. Isso tudo está na Bíblia Sagrada.

Nós precisamos entender que é impossível mudar. Ninguém se propõe a mudar os livros de Kardec. Os espíritas precisam ser respeitados. Ninguém muda o Alcorão, porque Alcorão é a religião dos muçulmanos, que nós todos precisamos respeitar. Ninguém muda nem os livros que foram escritos, como, por exemplo, o livro *A República*, de Platão. Quem vai propor mudança no livro de Platão? Ninguém consegue mudar nem um livro que foi escrito, principalmente livros tão profundos e tão importantes, como a Bíblia, que é o livro que está sendo o mais lido há muitos, desde a imprensa de Gutenberg, quando ele imprimiu a primeira Bíblia, que foi o primeiro livro a ser impresso na impressão em série. Até agora, esse livro já se espalhou por toda a face da Terra e tem mudado a história de pessoas, mudado a vida de pessoas, tem abençoado (*Falha no áudio.*) ... aquele livro da Bíblia é uma proposta de transformar...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pastor Israel, me dê licença, um segundo. (*Falha no áudio.*)

Pastor Israel, licença, um segundo.

O SR. ISRAEL ALVES FERREIRA (*Por videoconferência.*) – Oi!

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – É o seguinte: a sua fala está prejudicada, porque talvez a sua internet não esteja com uma potência boa, sabe? E, para não prejudicar a sua fala, que está sendo muito importante, eu orientaria o senhor, Pastor Israel, a ver a possibilidade de o senhor usar uma internet de maior potência, que algum assessor do senhor possa ajudá-lo. Enquanto isso, eu passava a palavra para o Bispo Fernando Fé, que está aqui presencialmente, porque a sua fala está prejudicada. Então, muitos que estão assistindo aqui,





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

presencial e remotamente, a sua fala não estão conseguindo entender direito. Em alguns momentos, fica boa, depois declina um pouco a sua fala. Tem como o senhor verificar isso e a gente voltar a chamá-lo daqui uns cinco minutos?

O SR. ISRAEL ALVES FERREIRA *(Por videoconferência.)* – Eu verifico um lugar melhor aqui, no prédio.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Está bom. O senhor concorda em fazermos assim? Para não ficar prejudicada a sua fala.

O SR. ISRAEL ALVES FERREIRA *(Por videoconferência.)* – Perfeitamente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Está bom? Peça ajuda à sua assessoria, e eu volto a chamá-lo daqui a cinco minutos. Está bom, Pastor?

O SR. ISRAEL ALVES FERREIRA *(Por videoconferência.)* – Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Obrigada.

Eu agora vou dar a palavra, enquanto o Pastor Israel Alves Ferreira vê essa parte técnica para a fala dele não ficar prejudicada, ao Bispo Fernando Fé, que está aqui, presencialmente, fazendo parte da nossa mesa, nesta reunião tão importante, para que ele dê uma palavra.

Bispo, o senhor só terá cinco minutos, porque o senhor se inscreveu agora e não com antecedência. Aí eu abri essa precedência para você. Então, você terá, bispo, cinco minutos para a sua fala.

O SR. FERNANDO FÉ (Para expor.) – Muito bem, Senadora Eudócia, minha grande amiga, que eu estimo muito. É uma honra estar com a senhora nesta Comissão, nesta audiência pública.

Pastor Sargento Isidório, uma figuraça do Brasil, esse grande guerreiro de Deus, que vem com esse PL para poder marcar e consolidar aquilo que, desde o princípio e desde quando Deus instituiu que a palavra dele estivesse na Terra, assim se fez.

Quando nós entramos, Senadora, em um assunto como esse – no qual temos visto muitas pessoas irem de encontro à palavra de Deus e quererem distorcê-la para que seus costumes, suas vontades, suas razões, seus quereres falem mais alto do que a própria palavra de Deus –, nós





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

entendemos que o próprio Deus fica triste. Por isso que o salmista Davi foi muito categórico quando ele falou: "Escondi a tua palavra no meu coração para não pecar contra ti".

Eu costumo dizer aqui, no Congresso Nacional, pela Frente Parlamentar Evangélica – assessor direto da frente –, como líder da música que sou hoje, eu costumo dizer que muitos dos nossos Parlamentares, muitos dos nossos assessores e muitas pessoas que estão dentro desta Casa, onde nós encontramos e vemos todo tipo de situações e temos que nos manter firmes... E nós temos visto a diferença daqueles que servem a Deus ou que leem a palavra de Deus e daqueles que são totalmente omissos à palavra de Deus.

Quando você tem a palavra de Deus no seu coração... Quando você esconde, não guarda, porque o que é guardado, todo mundo acha, mas o que é escondido, fica difícil de achar. Por isso que o salmista Davi disse: "Escondi a tua palavra no meu coração para eu não pecar". Não pecar contra o quê? Contra Deus. Como é que seria esse pecado? A falta de fé, a falta de certeza, a falta de saber que Deus está no controle de tudo e que Deus é quem tem a mão estendida sobre nós para nos livrar de tudo. É Deus que nos conforta, é Deus que nos direciona através da Sua palavra, essa mesma palavra, a Bíblia Sagrada.

Quando o nosso amigo Deputado Pastor Isidório vem com esse PL, proibindo as modificações no texto da Bíblia Sagrada, ele vem, literalmente, consolidar e levantar uma bandeira forte, porque poucos já se levantaram contra esse acinte que nós estamos vendo aí. Ninguém, como o Pastor bem falou, muda o Alcorão, ninguém tem proposta para mudar qualquer outro tipo de textos espirituais ou bíblicos que tenha na Terra, ninguém quer mudar o livro de quem quer que seja. Mas por que atacar a Bíblia? Só porque a Bíblia fala a verdade? Só porque, na Bíblia, estão contidos todos os princípios para o ser humano? Só porque, na Bíblia, estão escritas todas as direções que o ser humano pode ter para ser feliz, para ter direcionamento na família, para ter direcionamento de como ser curado, para ter direcionamento de como conquistar aquilo que você deseja? Porque a palavra de Deus é alimento. Muitas vezes, a gente cantou a canção: "Deus não rejeita a oração. Oração é alimento". Oração é fortificação, alimento é a palavra. Quando você se alimenta da Bíblia, a Bíblia te dá respaldo para tudo.

Você quer ser feliz? Está na Bíblia. Você quer vencer as intempéries da vida? Está na Bíblia. Você quer viver como uma pessoa forte e determinada para conquistar aquilo que você nunca conquistou? Está na Bíblia.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E o melhor de tudo, Pastor Isidório e minha Senadora Eudócia, nós estamos vivendo hoje, no meio da nossa sociedade, as crianças, os adolescentes e a juventude estão vivendo uma situação de ataques espirituais, porque deixaram de ensinar e de falar a palavra de Deus nas escolas...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO FÉ – ... e de dizer, de fato, o que a palavra de Deus diz.

A palavra de Deus diz: instrui, ensina a criança no caminho em que ela deve andar, e, até quando envelhecer, ela não vai se desviar dele.

Instrui a criança através da Bíblia. Instrua seu filho, pai e mãe. Mostre o que é que a palavra de Deus diz e você vai ter felicidade. Você não vai ter o seu filho botando o dedo na sua cara; você não vai ter seu filho jogando celular na parede, quebrando televisão, porque você não deu internet para ele. Instrua o seu filho na palavra e você vai ver que a palavra de Deus vai se fazer viva na sua casa, na sua família e em tudo que você fizer.

A palavra de Deus está aí para que todos nós possamos usufruir e viver essa palavra chamada Bíblia Sagrada.

O maior de todos os livros, o melhor de todos os livros e o livro mais vendido no mundo é a Bíblia Sagrada.

Então, nós podemos dizer "até aqui nos ajudou o Senhor", e ninguém toca nessa palavra, porque bem falou o Pastor, e é texto bíblico. Deus disse: "Ai daquele que tocar ou que tirar uma vírgula, um til dessa palavra". Esse "ai" de Deus está dizendo assim, ó: é digno de morte. Esse "ai" de Deus está dizendo assim, ó: se fizer, vai provar a sentença da morte.

Deus não vai tirar nem vai negociar o que Ele já deixou na palavra.

"Ah, Bispo Fé, mas foram homens que escreveram. Ah, foram homens que disseram e que botaram aqui na Bíblia. Tem controvérsias na Bíblia".

O que Deus falou está falado, e o que está na Bíblia ninguém pode revogar: está decretado, está dado, está dito, e quem ousar vai sofrer as consequências.

A Bíblia Sagrada é o livro mais lindo.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A Tua Palavra escondi
Guardada no meu coração
Pra eu não pecar contra Ti, Senhor
A Tua Palavra escondi.
Minhas vestes no sangue lavei
E das Tuas águas bebi
Pra ser uma fé agradável a Ti
Minha vida a Ti consagrei.

É através da palavra que nós temos tudo de bom.

Que Deus abençoe o Brasil e que Deus faça o Brasil amar a palavra de Deus, a Bíblia Sagrada.

Muito obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Amém.

Nosso Bispo Fernando Fé.

Inclusive a sua voz é linda, viu? Você tem que louvar mais ao Senhor em praça pública, para converter mais pessoas, com a graça de Deus.

Foi um talento – né? – que Deus te deu. Louvado seja Deus por isso.

Parabéns pelas suas palavras, Bispo Fernando Fé.

Agora, eu volto a convidar o nosso Pastor Israel Alves Ferreira, para complementar sua palavra...

Não sei quanto tempo ele falou, Andréia. (*Pausa.*)

Tá, pronto.

Para complementar a sua fala, com a palavra o Pastor Israel Alves Ferreira.

O SR. ISRAEL ALVES FERREIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Estão me ouvindo bem?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sim, estamos. Estamos, sim. Pode prosseguir.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ISRAEL ALVES FERREIRA (*Por videoconferência.*) – Nós estávamos falando sobre a Bíblia como um livro que não tem como ser violado por ser um livro histórico, como os livros de outras religiões também têm que ser respeitados, porque falam da crença das pessoas, falam da religião das pessoas, e é muito interessante que a gente considere isso, que é algo impossível de ser mudado, porque a Bíblia foi escrita por 40 escritores diferentes, num prazo de 1,6 mil anos, e o que é mais interessante em tudo isso é que os textos mais recentes, do Novo Testamento, estão em conexão com os textos do Velho Testamento. Há uma conexão histórica, uma conexão espiritual, conexão cultural, quando você lê um texto do Novo Testamento, do Apóstolo São Paulo, Apóstolo São João, dos Evangelhos, do próprio Jesus Cristo falando... Referem-se a muitos textos do Velho Testamento. Ou seja, é um livro que não tem nada de mitológico. Todas as coisas estão comprovadas arqueologicamente, historicamente, sociologicamente, com os povos que estão envolvidos, a história de cada povo, a história de cada pessoa que está envolvida na Bíblia...

Então, é um livro que fala da história de gente, de pessoas, e nós, todos, podemos usar os exemplos dos personagens bíblicos para a nossa vida.

Então, a Bíblia é um livro que não tem nenhuma possibilidade de ser violado, porque ele já está enraizado na história da humanidade, porque, só de cristãos, tem 2,5 bilhões de cristãos. Mas outros que não são cristãos também leem a Bíblia. A Bíblia é um livro de conhecimento, de aprendizado; é um livro que ensina sobre a salvação, o milagre, as experiências espirituais... É um livro de história, é um livro de ética, porque, começando com os Dez Mandamentos, lá no Velho Testamento, a Bíblia descreve a ética, que é essa relação nossa com o outro, essa questão ética e moral. A Bíblia é um livro que expressa literatura. A Bíblia é um livro que tem estilos de literatura. Por exemplo, o estilo histórico – Pentateuco, parte do Velho Testamento –; o estilo poético – as poesias lindas no livro de Jó, que fala do sofrimento de Jó –; as poesias lindas do livro de Salmos, que é um livro para ser cantado – "O Senhor é o meu pastor, e nada me faltará" –, como elas são utilizadas pelas multidões de gerações – "O meu socorro vem do Senhor, que fez o céu e a terra" –, os Salmos, a poesia dos Salmos, a poesia de Provérbios, que são livros poéticos, com pensamentos maravilhosos, os pensamentos históricos de Salomão; o livro de Eclesiastes, sobre a realidade da vida; o livro de Cantares, sobre o amor. E são escritos por pessoas reais. Não é um livro mitológico; é um livro de realidade da vida das pessoas. Todas essas vidas e essas cidades e lugares por onde passam as Escrituras Sagradas, todos estão comprovados arqueologicamente. Tudo aconteceu.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Depois disso, nós vamos para a Bíblia falando sobre a libertação das pessoas.

Nós temos aí o Deputado Isidório. Um abraço, Deputado Isidório.

Tem uma obra de libertação tremenda: mais de mil pessoas, ao mesmo tempo, num lugar que... libertas das drogas, libertas das drogas.

Então, o que nós queremos dizer é: a Bíblia jamais pode ser violada. A Bíblia é a santa, bendita palavra de Deus, e nós precisamos amar, guardar e protegê-la.

Deus abençoe a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pastor Israel Alves, parabéns pela sua fala, contribuiu muito para esta audiência pública. Que o nosso Deus continue o abençoando grandemente, e a todos aqui presentes.

Como o nosso Deputado Estadual José de Arimatéia, da Bahia, não entrou remotamente, nós concluímos a nossa reunião.

Eu quero fazer uma consideração aqui, mais uma vez, ao Fabrício, de São Paulo, ao Diego, ao Rodrigo, à Verônica, ao Carlos, ao Jefferson e ao Kelven Carvalho: os seus questionamentos irão para os seus *e-mails*. Eu vou passar esse documento para todos os palestrantes e eles irão responder no *e-mail* de vocês e vocês vão ter a resposta.

O SR. KELVEN CARVALHO (*Fora do microfone.*) – Eu gostaria de fazer pessoalmente a pergunta. Pode ser? É uma pergunta muito válida. É que eu vi argumentos muito parecidos...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Só um minutinho. (*Pausa.*)

Kelven Carvalho, eu vou lhe dar... Kelven, tudo bom?

O SR. KELVEN CARVALHO (*Fora do microfone.*) – Tudo bem.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Eu vou lhe dar um minutinho. Porque é o seguinte: já tem uma programação legislativa...

O SR. KELVEN CARVALHO (*Fora do microfone.*) – Entendo.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – ... E já começou a Ordem do Dia no Senado.

O SR. KELVEN CARVALHO (*Fora do microfone.*) – É bem rápido.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Aí você tem um minuto...

O SR. KELVEN CARVALHO (*Fora do microfone.*) – Tá bom.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – ... por favor, tá? Mas, licença, só colocando uma ressalva: o seu posicionamento e o seu questionamento vão ser respondidos pelos expositores no seu *e-mail*.

O SR. KELVEN CARVALHO (*Fora do microfone.*) – O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Depois que você se colocar, ninguém vai responder agora, está bom?

O SR. KELVEN CARVALHO (*Fora do microfone.*) – Perfeito, perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Você tem um minuto, Kelven.

O SR. KELVEN CARVALHO – As minhas perguntas são as seguintes...

Meu nome é Kelven Carvalho, eu estudo com o Dr. Aldery Nelson Rocha. Ele trabalhou durante 30 anos com a tradução da Bíblia, dos originais para o português. Foram encontrados mais de 5 mil erros de traduções da *Bíblia João Ferreira de Almeida*, como, por exemplo, no Salmo 23, que diz: "O Senhor é meu pastor e nada me faltará", quando no original está dizendo: "O Senhor é meu pastor e Ele não me faltará".

O meu questionamento é o seguinte: o que aconteceria se a lei fosse aprovada? Não prejudicaria as correções gramaticais da Bíblia, tendo em vista as mudanças naturais, ao longo do tempo, do idioma? E o que aconteceria com os exemplares da Bíblia já impressos, diferentes da versão que se deseja oficializar? Como ficariam as traduções para milhares de dialetos que ainda não foram traduzidos no Brasil, como, por exemplo, para as tribos indígenas? E, por fim, oficializar uma versão da Bíblia não entregaria mais poder e responsabilidade para o Estado sobre a





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

comunidade cristã no Brasil, acarretando o risco de acontecer algo semelhante ao que acontece na China? Ou seja, é uma intenção louvável, mas não seria tirar uma arma de brinquedo da mão de uma criança e entregar uma bazuca na mão de uma pessoa mal-intencionada?

São esses os meus questionamentos para os senhores, autoridades, aqui presentes.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Kelven, muito obrigada pela sua participação. Todas as suas perguntas, e eu já estou até com o documento que a minha assessoria entregou, os palestrantes – pastores, bispo – vão responder, e isso vai chegar ao seu *e-mail*, está bom?

O SR. KELVEN CARVALHO (*Fora do microfone.*) – O.k. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Dando continuidade... (*Pausa.*)

Eu quero aqui cumprimentar mais uma vez o Deputado Sargento Isidório, o Pastor João Batista, o Pastor Israel Alves Ferreira, que falou remotamente – brilhante explanação –, o meu amigo Bispo Fernando Fé e o Missionário Charlston Soares dos Santos. Muito grata pela participação dos senhores.

Eu quero colocar para vocês que nós iremos... Foi uma audiência muito importante. E quero dizer aos senhores que agradeço a participação mais uma vez e que foi muito oportuno.

E, Sr. Deputado, que o nosso Deus continue abençoando grandemente o senhor e, mais uma vez, todos aqui presentes, todos que estão remotamente nos acompanhando.

Eu vou encerrar a sessão, uma vez que todos já se posicionaram. Então, antes de...

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (Bloco/AVANTE - BA. *Fora do microfone.*) – Eu gostaria de usar da palavra...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pastor Isidório, o senhor só vai ter cinco minutos, porque o senhor está se inscrevendo agora. Está bom? É porque eu vou ter que ir para... Então, com a palavra o Deputado Pastor Sargento Isidório. O senhor tem cinco minutos.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (Bloco/AVANTE - BA. Para expor.) – Sra. Presidente desta Comissão, desta sessão muito importante para a Bahia, para o Brasil e para o mundo inteiro, Deputada Eudócia, na pessoa de quem eu quero saudar a mesa com o nosso querido Coronel da Aeronáutica João Batista, Pastor, o Missionário Charlston, o Bispo da Fé, todos os demais, meu querido Pastor Israel Alves, todos que participaram...

Este projeto não viola direito de ninguém, apenas a gente quer que não seja tocado na redação que é exemplo de fé para o povo cristão católico, para o povo cristão evangélico, para todas as nações, principalmente o Brasil, pois nós temos 89% ou mais de cristãos.

Quero parabenizar, agradecendo-lhe, o Presidente do Senado, o mui digno Senador Alcolumbre. Eu explicava a ele que era proteger os livros dos sacerdotes antigos, seja ele católico, seja ele evangélico, seja ele de outras matrizes que creem nessa palavra como a palavra de fé. Através dessa palavra, eu conheci Jesus que me tirou do alcoolismo, que me tirou das drogas, que me tirou do homossexualismo, que me tirou de planejar assalto, que me tirou da bruxaria em que eu vivia envolvido por não conhecer a luz, tanto é que essa palavra diz que "lâmpada para os meus pés e luz para os meus olhos é a sua palavra". Este livro não vai estar impedido de ser escrito para nenhuma religião, para nenhum dialeto. Também os livros escritos de outros sábios serão mantidos. Apenas a gente pede, meu querido jovem, que este livro, esta redação, nos seus capítulos e versículos, seja inviolável, seja intocável, ou seja, tombado apenas, de forma que possamos trabalhar com essa palavra no Brasil inteiro.

Então, não pretende este projeto bulir com nenhum outro livro. Foram ditos aqui os de Allan Kardec, o livro daquele pessoal lá dos locais em que não pode nem tocar, Alcorão. Nada, não tem nada a ver, vai continuar aqui Alcorão.

Agora, a Bíblia – lida pelos cristãos evangélicos, católicos e outros – não poderá ser tocada. É só disso que trata. Essa palavra é fiel. Essa palavra é verdadeira. Foi através desta palavra que o próprio Jesus botou Satanás no seu lugar durante três oportunidades.

Quando ele mandou transformar pedras em pão, Jesus disse: "Está escrito: 'Nem só de pão viverá o homem, mas de toda palavra'".

Satanás continuou, pediu que ele se jogasse do alto, abaixo, e Jesus disse: "Está escrito: 'Não tentarás o Senhor teu Deus'".





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Satanás continuou de novo, dizendo: "Tudo isso eu te darei se, prostrado, a mim adorares". E Jesus, de novo, sacando esta palavra, disse: "Está escrito: 'Só o Senhor teu Deus adorarás, e só a Ele darás corpo'".

Sobre a Bíblia está escrito que céus e terras passarão, querida Senadora, mas essas palavras não hão de passar. Sobre esta palavra está escrito, Jesus dizendo: "O meu povo erra por falta de conhecimento da minha palavra".

(Soa a campainha.)

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (Bloco/AVANTE - BA) – Jesus diz também: "Errais por não conhecer as Escrituras".

Então, eu quero dizer a V. Exa. que só Deus vai recompensar V. Exa. com o tanto que já tem feito. Foi conforme a Bíblia que, há oito ou dez anos, V. Exa. chegou à Fundação Dr. Jesus – era já uma capitã da polícia militar; era já uma doutora, uma médica; uma mulher muito simples –, quando, através desta palavra, eu, como um dos profetas, me lembro do que disse – eu não sabia direito quem era V. Exa., eu sabia que V. Exa. estava lá para socorrer alguém –: "Um dia Deus vai te levar para o Senado, porque a palavra de Deus se cumpre. Deus vai lhe colocar no Senado". E V. Exa. é testemunha do que eu estou dizendo, pois V. Exa. não esperava talvez sequer estar Deputada, quanto mais Senadora da República, e na condição de uma mulher Maria, uma mulher Ester, uma mulher Débora, uma mulher Miriam, uma mulher descrita aqui pelo grande Missionário Charlston e depois pelo Pastor João Batista, o nosso Coronel.

Então, eu digo a V. Exa. que, sobre o que estamos discutindo aqui, os Srs. Senadores ou Senadoras católicos, os Srs. Senadores ou Senadoras evangélicos estarão apenas dando de presente ao Brasil que não permitiremos imoralidade dentro desta palavra.

Não permitiremos que seja violado por nenhum grupo, por ninguém, de partido nenhum. Ninguém vai tocar para botar nada. E estão liberadas suas inscrições. Pode escrever o livro de Xuxa, a Bíblia, pode escrever a Bíblia de quem quiser, contanto que esta, que serve de fé, de exemplar para as profecias da palavra que está se cumprindo, e que só nos resta vermos o Senhor Jesus chegar em grande glória, em grande poder nas nuvens, para buscar o seu povo.

Por final, quero dizer a V. Exa. que tem um hino que diz assim:

Em tempos de guerra, nunca pare de adorar





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Libera a palavra, profetiza sem parar
Em tempos de guerra, nunca pare de adorar
Libera a palavra, profetiza sem parar
O escape, o descanso, a cura
A recompensa vêm sem demora
O escape, o descanso, a cura
A recompensa vêm sem demora

Então, eu quero concluir, dizendo a V. Exa. que a Bíblia é a palavra de Deus e é o único livro, quando nós estamos lendo, cujo autor está próximo. O autor desta palavra é o Espírito Santo de Deus.

Concluo agradecendo a todos os técnicos aqui – estão entendendo? –, orientados por V. Exa., à Bahia, ao Brasil, desejando a todos, independentemente de religião, de partido político, de direita ou de esquerda, sejam lulistas ou bolsonaristas, que todo o povo encerre o ano debaixo das mãos poderosas de Deus e inicie o novo ano, imunizados debaixo do sangue precioso do Senhor Jesus Cristo, debaixo das mãos potentes de Jesus Cristo, sejamos nós diáconos, presbíteros, pastores, evangelistas, ovelhas do Senhor, cooperadores, dirigentes, princesas do ciclo de oração. Independentemente de religião, sejamos todos cheios do Espírito Santo de Deus, e esta palavra permaneça fiel e verdadeira, porque foi dito: "Céus e terras passarão, mas as minhas palavras não hão de passar".

Meu muito obrigado. Um feliz final de ano para todos e um ano novo de muita paz e prosperidade para o povo brasileiro.

Que esta Casa, o Senado, e a Casa também de que eu faço parte como Deputado Federal, a Câmara Federal, possam continuar aprovando projetos importantes, melhorando a vida do povo, não somente baiano, nem do seu estado, mas do povo brasileiro.

Muito obrigado e agradeço mais uma vez a todos os Senadores e Senadoras, em especial ao Senador Alcolumbre, Presidente desta Casa, muito jovem, que, quando viu que a Bíblia católica também estava protegida aqui, a redação, abriu imediatamente o caminho de estarmos aqui. Muito obrigado a todos.

Que o grande amor de Deus, a graça de Nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo, a comunhão, as divinas e santas consolações do Santo Espírito de Deus estejam com todos nós que estamos





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

aqui, presencial, com aqueles que estiveram lá do outro lado, através do celular, e com o Brasil e o mundo inteiro.

Que haja paz em Israel e no mundo inteiro não somente hoje, mas para todo o sempre.

Amém, amém.

Muito obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Deputado Pastor Sargento Isidório, parabéns pelas suas palavras.

Como eu já havia dito, que o nosso Deus continue o abençoando poderosamente e o usando como instrumento, nas mãos dele, para ajudar as pessoas. O seu trabalho é lindo.

Eu tive a oportunidade de ir lá no seu hospital, em toda a estrutura que o senhor preparou para os jovens, para tratamento. Parabéns. Isso é trabalhar para o reino, e Deus é bom e fiel na sua vida e na vida de todos nós.

Tomo posse de todas as palavras que o senhor colocou agora – eu e todos aqui, com certeza. E que o nosso Deus abençoe todos nós nesse final do ano, para que a gente possa estar cada vez mais próximo ao nosso Deus.

Quero cumprimentar todos aqui, a Andréia e todos que nos ajudaram nesta audiência – muito grata – e quero agradecer a participação de cada um dos senhores assessores, de todos aqui que fazem parte da segurança. Muito grata.

Antes do encerramento, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 15 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 18 minutos.*)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 61ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dezesseis horas e quarenta e nove minutos do dia dezessete de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Marcelo Castro, Jussara Lima, Flávio Arns, Wellington Fagundes, Bruno Bonetti, Paulo Paim, Humberto Costa, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Giordano e Irajá, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Izalci Lucas, Augusta Brito e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta:

Reunião de Trabalho. Finalidade: Entrega simbólica do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 2.614, de 2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. **Resultado:** Reunião realizada com a participação da Deputada Tabata Amaral, presidenta da Comissão Especial sobre o Plano Nacional de Educação Decênio 2024-2034 da Câmara dos Deputados; do Deputado Moses Rodrigues, Relator; e do Deputado Pedro Uczai, 1º Vice-presidente. Antes de encerrar os trabalhos, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dezoito minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/17>





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 62ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia dezoito de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Marcelo Castro, Zenaide Maia, Astronauta Marcos Pontes, Paulo Paim, Augusta Brito, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Damares Alves e Esperidião Amin, e ainda do Senador Ciro Nogueira, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alessandro Vieira, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Flávio Arns, Magno Malta, Izalci Lucas e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 49/2025 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senador Randolfe Rodrigues (PT/AP), Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senadora Jussara Lima (PSD/PI), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF) e Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC). **Finalidade:** Promover Diálogos Educacionais e celebrar os 15 anos do Fórum Nacional de Educação (FNE). **Participantes:** Sr. Francisco das Chagas Fernandes, 1º Coordenador Geral do Fórum Nacional de Educação (FNE); Sr. Heleno Araújo, Coordenador do Fórum Nacional de Educação (FNE) e Vice-presidente mundial da Internacional da Educação; Sra. Miriam Fábila Alves, Vice Coordenadora do Fórum Nacional de Educação (FNE) e Presidenta da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); Sr. Guilherme Guimarães Feliciano, Juiz de Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15) e Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (representante de: Supremo Tribunal Federal (STF)); Sr. Gregório Durlo Grisa, Secretário de Articulação Intersectorial e com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação; Sra. Denise Pires de Carvalho, Presidenta da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); e Sra. Dalila Andrade Oliveira, Diretora de Cooperação Institucional, Internacional e Inovação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Antes de encerrar os trabalhos, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezesseis minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/18>

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 62ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 18 de dezembro de 2025.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

Boletim legislativo elaborado pela equipe de especialistas no tema educação, da Consultoria Legislativa do Senado Federal, com o objetivo de apresentar uma análise detalhada e abrangente da proposta do Novo Plano Nacional de Educação (PNE) de que trata o Projeto de Lei 2.614, de 2024, na forma do substitutivo aprovado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados em 10 de dezembro de 2025;

Nota pública do Fórum Estadual de Educação da Bahia a respeito dos 15 anos do Fórum Nacional de Educação.

Nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado, os documentos estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de até 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação neste período.

Estamos realizando, com muita alegria, esta reunião em comemoração aos 15 anos do Fórum Nacional de Educação no dia seguinte de termos recebido aqui no Senado a proposta do substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados, referente ao Plano Nacional de Educação.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Recebemos de duas maneiras: a primeira, formalmente, pelo trâmite legislativo, endereçada à Mesa Diretora através da Secretaria-Geral; e a segunda, ontem, de forma simbólica, quando o material impresso foi trazido por membros da Comissão Especial da Câmara dos Deputados.

Evidentemente, já havia uma posição entre nós de não aprovar o plano – não pela importância em si, e também pela importância em si – porque chegou muito em cima da hora, o clima era, e é ainda, de muita tensão aqui no Senado, não tinha espaço para o Plano Nacional de Educação receber a atenção e o destaque que merece, ia ficar perdido no debate de "anistia sim, anistia não". Então, achamos por bem, para ter mais cautela e dar o devido valor, deixar o debate para os primeiros dias do mês de fevereiro.

Dada essa informação, eu quero, antes de começar a sessão, dizer que essa é a última sessão da Comissão de Educação e Cultura deste ano e é uma alegria enorme encerrar este ano legislativo com a promoção desse diálogo e com a celebração dos 15 anos do FNE.

Nossa Constituição, como a gente sabe, por força das nossas mobilizações, firmou um tripé constitutivo segundo o qual o direito à educação se sustenta na articulação entre Estado, família e sociedade. De igual modo, nossa Carta reforçou o papel do Estado no planejamento das políticas sociais, assegurando a participação social nos processos de formulação, monitoramento, controle e avaliação, e abre um importante parêntese nesse contexto de construção democrática.

Como sabemos, chegou ontem, renovando o que eu já disse, no final do expediente, o relatório do PNE. Mesmo tendo feito todo um esforço durante este ano inteiro, muitos de vocês aqui participaram das sessões de audiências públicas que nós fizemos, 15 audiências públicas, acumulamos muito conteúdo, mas é impossível, e até inadequado, que o Senado, de um dia para o outro, produza um parecer com a dimensão que o tema merece, em um contexto que só nos remeteu, o dia inteiro de ontem, o dia inteiro de hoje, e que ainda não vai parar por aqui, ao PL da anistia e da tributação de *bets* e *fintechs*.

Então, respeito e aplaudo todo o esforço feito em busca da unidade na Câmara dos Deputados, mas nós, Senadores e Senadoras, chegamos à compreensão de que não seria possível. E ontem, mais uma vez, conversei com o MEC, antes de ajustar com o Presidente do Senado, como também com o ministro, que vamos enfrentar este debate. Ele é desafiador e democrático, mas o faremos no mês de fevereiro.

E foi exatamente no contexto desses ventos democráticos e democratizantes que foi instituído, no Governo do Presidente Lula e na gestão do Ministro Fernando Haddad, o nosso





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Fórum Nacional de Educação, de caráter permanente, para coordenar as Conferências Nacionais de Educação, acompanhar suas deliberações e articular os fóruns estaduais, distrital e municipais.

Em 15 anos... Eu faço referência ao Prof. Chagas, aqui presente, que veio do Rio Grande do Norte, o primeiro coordenador, como representante do Governo. Uma salva de palmas para o Prof. Chagas. (*Palmas.*)

Os novinhos não o conhecem, Chagas, vão conhecê-lo hoje.

E o Prof. Heleno Araújo, nosso atual coordenador, como representante da sociedade.

Ambos, a seu tempo, eleitos por unanimidade.

O FNE consolidou-se como instância de ampla representatividade e densidade política, herdeira de importantes experiências históricas de mobilização educacional, que são decisivas para a construção de um projeto nacional de educação pública, laica, democrática e inclusiva.

Suas atribuições foram reafirmadas pela Lei 13.005, de 2014, que instituiu o PNE 2014-2024, e mantidas no atual projeto de PNE, especialmente quanto ao monitoramento, avaliação e o acompanhamento da sua execução.

Atualmente, o FNE reúne 66 institucionalidades, entre entidades da sociedade civil e representações do poder público, o que reforça sua legitimidade, pluralidade e vigor, e reúne estas porque, nos primeiros momentos do Governo do Presidente Lula, com o Ministro Camilo, o Secretário Léo Barchini, a Diretora Selma Rocha, o FNE foi reconstituído e a coordenação devolvida a quem de direito.

Com o MEC, o FNE coordenou a Conferência Nacional de Educação (Conae) 2024, realizada em janeiro. É uma conferência em caráter especial, sob o tema: Plano Nacional de Educação 2024-2034: política de Estado para a garantia da educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável.

O processo resultou em um documento final robusto consolidado a partir de ampla participação social em conferências realizadas por todo o país. Depois disso, o FNE e suas entidades incidiram bastante e de forma muitíssimo qualificada na tramitação do PL do PNE na Câmara dos Deputados e agora desejam seguir dialogando no Senado, o que é legítimo demais, e com as portas abertas na Comissão de Educação.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Na atual gestão da Comissão de Educação, já debatemos e encaminhamos neste ano uma educação comprometida com a justiça social e climática, a primeira infância, a Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros e de Matriz Africana, reeducação das relações étnico-raciais e com equidade, trabalho infantil, Programa Segundo Tempo. Debatemos e encaminhamos a educação profissional e tecnológica e o magistério indígena, do campo e quilombola, e ainda a violência nas escolas, a Lei do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, a criação da Carteira Nacional Docente, a inclusão de professor da educação infantil na carreira do magistério, a garantia do acesso à água potável nas instituições de ensino, a regulamentação do contrato de pesquisador pós-graduando, a livre associação dos estudantes de educação básica e do ensino superior, o fortalecimento das bibliotecas públicas e dos bibliotecários e bibliotecárias e o cadastro brasileiro de creches.

Prezados e prezadas, amigos e companheiros de jornada, temos um caminho trilhado, temos o Fórum Nacional de Educação vivo e pulsante, temos o Sistema Nacional de Educação em lei complementar e os primeiros períodos de 2026 e 2027 serão fundamentais para avançarmos na formalização e no funcionamento efetivo das instâncias federativas em cada território e na repercussão completa da lei do sistema em cada ente federativo.

Vamos destacar também que estamos afirmando, por exemplo, no PNE, que temos que assegurar a todos os entes federativos que eles tenham fóruns de educação como instâncias permanentes de participação social, instituídos por lei, em funcionamento. Sei que o FNE está encaminhando este debate também, o que é muito positivo, e vamos trabalhar, construir condições nos debates e consensos construídos no Senado para dar passos no financiamento, nas medidas de valorização, na afirmação da educação como elemento central da defesa e promoção dos direitos humanos, da diversidade e das liberdades, conformando uma política de Estado para a educação brasileira, para que o país seja, de fato, uma pátria educadora.

Muito obrigada e vamos à formação da mesa. *(Palmas.)*

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de promover diálogos educacionais e celebrar os 15 anos do Fórum Nacional de Educação, em atenção ao Requerimento 49 (Comissão de Educação), de minha autoria e dos Senadores Humberto Costa, Professora Dorinha Seabra, Randolfe Rodrigues, Flávio Arns, Jussara Lima, Weverton, Paulo Paim, Jaques Wagner, Astronauta Marcos Pontes, Damares Alves e Ivete da Silveira. Portanto, um requerimento, com todas as cores e posições políticas que a Comissão contém.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero chamar para compor a mesa, com muita alegria, inicialmente, o Sr. Gregório Grisa, Secretário de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino, do Ministério da Educação. *(Palmas.)*

Quero chamar também o Sr. Francisco das Chagas Fernandes, primeiro Coordenador Geral do Fórum Nacional de Educação (FNE). *(Palmas.)*

Quero chamar a Sra. Miriam Fábila Alves, Vice-Coordenadora do Fórum Nacional de Educação e Presidenta da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). *(Palmas.)*

Quero chamar o Sr. Guilherme Guimarães Feliciano, Juiz do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15) e Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça. *(Palmas.)*

Quero chamar a Denise Pires de Carvalho, Presidenta da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). *(Palmas.)*

Quero chamar a Sra. Dalila Andrade Oliveira, Diretora da Cooperação Institucional, Internacional e Inovação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). *(Palmas.)*

Muito obrigada a todos e a todas.

Podem sentar-se. *(Pausa.)*

Eu não chamei, não, o Heleno? Aqui ao meu lado? Vixe, Maria! É porque é de casa? *(Risos.)*

Heleno Araújo. *(Palmas.)*

Coordenador-Geral. *(Pausa.)*

Era depois de Chagas. Coordenador-Geral *(Risos.)*

Eu pulei.

Agradeço a presença de todos.

Podem sentar-se.

Vamos aos trâmites também regimentais.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 061 2211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que foram utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao final, a palavra pode ser concedida e também faremos as observações que nos chegarem – algumas já chegaram – pelo Portal e-Cidadania.

Nós vamos iniciar, sem mais delongas – a mesa está arrumadinha –, concedendo a palavra ao Sr. Gregório Grisa, Secretário de Articulação Intersetorial e com os Sistema de Ensino do Ministério da Educação (MEC).

O SR. GREGÓRIO DURLO GRISA (Para expor.) – Bom dia a todas e todos. Senadora Teresa, na pessoa da V. Exa., queria cumprimentar todos os membros da Comissão de Educação do Senado. Queria cumprimentar o Chagas, primeiro Coordenador-Geral do fórum. Eu fiquei sabendo, Chagas, pela Dalila, que o Presidente Lula, à época do início do fórum, fez um registro, lá no Itamaraty, da composição do fórum, e a gente – da posse, veja, que curioso – está atrás desse registro. A gente quer achar essa foto para entrar nos documentos que fazem a história do fórum, dada a relevância. Inclusive, à época, foi um decreto do Presidente. Então, a gente não tinha a previsão legal do PNE ainda, então, a gente quer ir atrás desse registro.

Caro Heleno, Coordenador do fórum; Miriam, Vice-Coordenadora; Sr. Guilherme, que nos prestigia com a presença; Presidenta Denise, querida amiga e colega de trabalho; Dalila, representando o CNPq; meus cumprimentos e, assim, a todos e todas que fazem o fórum, que estão aqui hoje, e que estão nos acompanhando também remotamente.

Quero dizer que é uma alegria fazer parte, tanto da retomada, nos últimos quase três anos, do fórum como uma instância legítima e importante do debate educacional e também no caminhar desse período, de algumas conquistas institucionais que têm muito a ver com o fórum, mas não só o fórum. E aqui me refiro, especialmente, à aprovação, depois de décadas, do Sistema Nacional de Educação, que prevê a figura do fórum, a figura dos sistemas municipais e estaduais, do ponto de vista institucional, garantido em lei, em lei complementar. E com aprovação também, nos últimos dias, por unanimidade na Câmara, do PNE, também fortalecendo a figura do fórum, a gente chancela, do nosso ponto de vista do MEC, a construção dessa segurança institucional





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

para que as instâncias de participação social se fortaleçam e tenham, no horizonte de futuro, uma participação cada vez mais efetiva na elaboração tanto das políticas públicas dos poderes executivos quanto da formulação legal nas casas legislativas.

Acho que essa é uma conquista muito relevante para o país. E também quero fazer menção aqui brevemente – talvez não use os meus dez minutos – para dizer da relevância do fórum na construção do Plano Nacional de Educação, não só através das conferências, especialmente da Conae, mas, em especial, da produção que o fórum protagoniza em relação ao projeto de Plano Nacional de Educação que vem sendo concebido.

Todos estão acompanhando a complexidade da relação do Executivo com o Legislativo, com essas ondas sazonais de momentos de pautas positivas, outras pautas não tão positivas. E a gente, Senadora, queria muito, por óbvio, que o plano nacional chegasse aqui bem antes. A gente trabalhou muito para isso, mas também não é novidade para vocês que, na própria Câmara, a Comissão Especial encontrou um conjunto de empecilhos oriundo desse contexto, dessa conjuntura de debates que, por vezes, não trazem à tona os elementos centrais para a educação brasileira. E, infelizmente, isso aconteceu, em alguma medida, nos últimos meses, em que temas que não fazem parte... Aqui eu estou diante de pessoas que têm a maior trajetória, o maior calibre de elaboração educacional, e sabem muito bem que os temas que se tornaram objeto de debate nos últimos meses lá na Câmara não são os temas que a gente entende que deveriam ser centrais para um Plano Nacional de Educação.

Dado esse fenômeno, o lado positivo, o lado bom, o copo cheio, é que houve um esforço muito grande da Presidência, do Relator lá e da ala, digamos assim, que traz o debate educacional, do ponto de vista mais concreto, para a centralidade, para a gente superar e angariar unanimidade. O acordo foi possível e, ontem mesmo, a gente, no MEC, foi questionado pela imprensa se a gente ia publicar uma MP no dia 1º de janeiro, dado que se encerra a vigência do Plano 2014/2025. Essas pessoas esquecem que a gente ficou sem Plano Nacional de Educação de 2011 a 2014.

O fato de o Senado querer dar tempo, legitimidade e destaque à matéria por dois meses, três meses, não inviabiliza em nada a questão da vigência dos planos. Aí os entes nos procuram sobre o que fazer em relação à vigência dos seus planos e a gente tem respondido que, no primeiro semestre do ano que vem – se possível até antes do meio do semestre –, a gente terá um Plano Nacional de Educação e os municípios terão a condição de planejar os seus e os estados também.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria fazer também uma saudação especial à Diretora Selma Rocha, que está aqui. Cadê ela? A Selma está aqui. Eu ia pedir uma salva de palmas para ela, mas quando ela... Lá está ela, olha lá. (*Palmas.*)

Eu queria uma salva de palmas para a Selma, Diretora da Sase; Ana Clara, a Coordenadora-Geral está aqui também. Eu queria agradecer a toda a equipe da Sase nessa caminhada que a gente construiu, especialmente em 2025, com o SNE e com o PNE, que, repito aqui, acho que são conquistas institucionais gigantescas.

Depois, quero dizer brevemente do nosso desafio entrando em 2026, acho que todos aqui sabem também que nós temos até dia 31 de janeiro – nós, União – para instituir a comissão tripartite, prevista no SNE, e os estados também. Vocês que monitoram, acompanham, participam e estão vinculados, inclusive, alguns de vocês, às gestões estaduais, municipais, a gente também tem o prazo para instituição da comissão bipartite nos estados até o final de janeiro. Então nós, na Sase, vamos montar todo um manual, um tutorial para que o Poder Executivo estadual se atente a esses prazos, mas a construção do SNE que a gente comemorou durante 2025, ela apenas começa, do ponto de vista do trabalho concreto, em 2026.

É um desafio tremendo dar legitimidade para o Sistema Nacional de Educação, torná-lo realmente instâncias de pactuação e de organização da educação brasileira que resultem em matérias concretas para os estudantes, para os professores brasileiros. E a gente tem elaborado na Sase – e aí o convite já fica, Heleno, para a gente iniciar 2026 nessa toada –, como que a gente vai conceber não só as atribuições que a lei traz para concretizá-las, mas o próprio funcionamento das novas instâncias que estão sendo criadas.

Eu acho que o fato de instalar o FNE como instância de participação social traz essa legitimidade, mas eu acho que é muito relevante que o fórum produza sugestões para, afinal de contas, o que a Cite vai representar, o que as CIBEs vão representar, no que as nossas funções integradoras do sistema podem ecoar em termos de prioridade. No MEC, a gente tem muito claro que os padrões nacionais de qualidade são as referências iniciais sobre as quais nós vamos ter que debater, dado o fato de que o custo aluno-qualidade vai depender dos padrões de qualidade para ele ser concebido, mas as temáticas são múltiplas e são gigantes. Então, a gente convida o fórum a refletir sobre isso também.

E por fim, Senadora, quero deixar o abraço do Ministro Camilo, numa plena confiança, claro, no seu trabalho em especial, mas na Comissão como um todo, para a gente conseguir avançar





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

nessa agenda, em especial, do PNE e em outras que a gente vem construindo em conjunto, para que o ano de 2026 represente uma continuidade das conquistas que nós tivemos nesse último período, que não são poucas.

(Soa a campainha.)

O SR. GREGÓRIO DURLO GRISA – Eu prometi que eu não vou fazer uma lista de programas, projetos, ações e dados aqui; eu queria fazer, realmente, uma saudação calorosa à retomada da participação social. O Governo do Presidente Lula não só não teme como acha a dimensão da participação social definitiva para a qualidade da política pública. E o Ministro, inclusive, é bastante repetitivo em dizer que, sem participação social e pactuação com os entes, a nossa política vira uma quimera, se ela for desenhada exclusivamente por Brasília, pelo MEC.

Então, a gente tem isso como premissa programática, de pensamento mesmo; e é óbvio que, quanto mais nós conseguirmos aperfeiçoar essa dinâmica, melhor a gente vai encaminhar as políticas públicas.

Então, Heleno, conte com a Sase por óbvio, conte com o MEC; e que a gente tenha um excelente 2026, que a gente tenha um ótimo Natal e boas festas; e repriso a ideia de que estamos juntos na retomada da participação social e da democracia no âmbito da educação brasileira.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Secretário.

Eu esqueci de avisar que esse toque é automático – ele é um pouco estridente –, mas, quando ele toca, falta um minuto para concluir. Então, podem concluir com tranquilidade e esqueçam-se dele; é só para a gente também ter um mínimo de organização.

Quero aproveitar para registrar, aqui, uma primeira lista de conselheiros e conselheiras – vamos fazer isso ao longo do debate –: representando a Secretaria Executiva Adjunta, o titular Rodolfo de Carvalho Cabral e a suplente Bruna Matos de Carvalho; representando a SEB, Katia Helena Cruz, suplente Alexsandro do Nascimento; representando a Sesu, Marcus Vinicius David, suplente Lucia Campos Pellanda; representando a Sase, Maria Selma Moraes Rocha, aqui já saudada, suplente Ana Luiza de Oliveira Lima; representando a Seres, Marta Abramo, suplente Clarissa Tagliari; representando a Setec, Marcelo Bregagnoli, suplente Sandra Grutzmacher; representando a Secadi, Maria do Rosário Figueiredo Tripodi, suplente Cleber Santos Vieira;





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

representando a Capes, Márcia Serra Ferreira, suplente Antonio Carlos Rodrigues de Amorim; representando o Inep, Alvana Maria Bof, suplente Marcio Alexandre Barbosa Lima; representando o Conselho Nacional de Educação, Maria do Pilar Lacerda, suplente Maria Paula Dallari; representando a Comissão de Educação do Senado, Senadora Teresa Leitão, suplente Walisson Maurício de Pinho Araújo; representando a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, Deputado Rafael Brito, suplente Deputado Fernando Mineiro; representando a Andifes, Marcelo Pereira de Andrade, suplente Marinalva Vieira Barbosa; representando a Abruc, Paulo Muniz Lopes, suplente João Pedro Schmidt; representando a ANPG, Rógean Vinícius Santos Soares, suplente Amanda Mendes de Lima.

Sejam todos muito bem-vindos e bem-vindas!

Dando continuidade, vou passar a palavra para o Sr. Francisco das Chagas Fernandes, Primeiro Coordenador-Geral do Fórum Nacional de Educação.

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS FERNANDES (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Quero cumprimentar a nossa Senadora Teresa Leitão e todos os companheiros da mesa.

É um prazer conhecer dois, que eu não me lembrava que conhecia, o Juiz Guilherme e o Secretário da Sase, que eu acho que já vi em algum lugar, mas não lembro; o restante dos companheiros que estão aqui, uns lá mais atrás e outros no meio.

Quero cumprimentar cada companheiro e cada companheira do Fórum Nacional de Educação e os colegas do gabinete da Senadora Teresa, o Carlos Abicalil e o Walisson – não sei quem dos dois é o suplente e o titular no gabinete, mas é um prazer.

Eu, na realidade, nem represento nada aqui na mesa, mas fui convidado, fico muito feliz em ser convidado e até fico emocionado. Primeiro, porque o fórum é um fruto que está acontecendo; segundo, porque faz tempo que eu não participo de atividades. Depois que estive como Secretário de Educação lá no Rio Grande do Norte, eu não assumi mais atividades de gestão. Então, bate uma emoção muito forte em estar aqui com vocês e encontrar muitos companheiros e companheiras das várias entidades nacionais do nosso país, na área da educação.

Eu nem sei, mas, quando nós tivemos a ideia de construir o embrião do fórum... Primeiro, o fórum era uma reivindicação antiga da sociedade educacional brasileira, tanto do movimento sindical como do acadêmico, da academia. E nós, quando assumimos a Secretaria de Educação Básica no MEC, tínhamos consciência disso. Então, íamos trabalhar para isto, para que nós





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tivéssemos o Fórum Nacional de Educação. Mas, na diversidade e na pluralidade das nossas entidades, das nossas representações, não se cria um fórum de uma hora para a outra.

Nós começamos com aquela comissão, que foi constituída, se eu não me engano, em 2006, para organizar a Conferência Nacional da Educação Básica. Nós queríamos que fosse a Conferência Nacional de Educação, mas não deu. Uma coisa era vontade, outra coisa eram as condições para que a gente realizasse uma conferência nacional da creche à pós-graduação. Foi possível realizarmos uma Conferência da Educação Básica, que, no final das contas – eu sempre digo –, terminou como uma conferência nacional da educação, porque nós convidamos todas as representações das etapas e das modalidades da educação do nosso país.

E aquela conferência terminou sendo importante. Já aqui, na hora que Teresa leu a sua mensagem inicial, apareceram três pontos que, naquela Conferência da Educação Básica, estavam presentes: o sistema... Quem está aqui lembra qual era o tema da Conferência da Educação Básica: sistema nacional articulado. Eu recebia crítica todos os dias onde eu ia debater, porque, se é sistema, é articulado: "Para que você inventou um sistema que...? Então tem sistema que não é...?". Bom, e o "articulado" era de propósito mesmo – colocar a palavra "articulado" foi de propósito. Então, o sistema.

Uma força muito forte que a conferência deu para a Emenda 59... de 2008, ou foi 2009? De 2009, né?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS FERNANDES – Era uma emenda que era para ser conhecida como a emenda do Fundeb, mas não era só emenda do Fundeb. Vários pontos entraram – e está aqui o nosso companheiro Carlos Abicalil, na época Deputado Federal, que nos ajudou a aprovar, na Emenda 59, o Sistema Nacional de Educação, na Constituição. E, claro, não foi só o sistema, teve ensino fundamental de nove anos, etc.

Então, aquela conferência foi importante por conta disso; e, claro, aquela comissão foi o embrião do fórum, porque, logo após a Conferência da Educação Básica, nós já começamos o trabalho para a Conferência Nacional de Educação, a 1ª Conae, ainda como comissão, uma comissão coordenadora da 1ª Conae.

Então, eu acho que nós estamos colhendo frutos. Por quê? Porque nós temos um fórum que, mesmo com o percalço de não existir, existiu, pela força da sociedade; e está aqui novamente reconstituído, organizado e ajudando nas políticas, naquelas três dimensões para as quais ele foi





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

criado. Nós temos o Sistema Nacional de Educação efetivamente aprovado. E nós temos o PNE em tramitação e com possibilidades de ser aprovado no próximo ano. Eu acredito que ele não vai ser por medida provisória – não existe, eu acho, essa possibilidade –, mas também não vai ficar esperando quatro anos, como aconteceu no de 2011. Eu acredito que o Senado vai aprovar o Plano Nacional de Educação.

Então, o fruto de que eu falo é esses 15 anos em que nós temos o Fórum Nacional de Educação. É claro que hoje ele está muito mais... Como se diz? Robusto, não é, Heleno? Porque, na comissão, eram 35 entidades; e, hoje, eu tenho a informação de que são em torno de 66 entidades. Então, é uma representação muito importante da diversidade, da pluralidade das entidades...

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS FERNANDES – Assusta mesmo! *(Risos.)*

... que nós temos na nossa educação.

Eu acho que nós tivemos um período meio que de paralisação e de retrocesso nesse caminhar dos 15 anos – não do fórum –, mas eu acho que nós retomamos bem, nesses últimos três anos, o protagonismo, para nós termos uma educação pública efetivamente de qualidade em nosso país.

Portanto, eu quero muito agradecer, Senadora Teresa, o convite para estar aqui; agradecer à CNTE e ao fórum por ter me convidado para vir aqui.

Para vocês não ficarem com muita curiosidade, na primeira reunião de que eu participei com a Teresa, o nosso sindicato ainda não era situação, ainda era oposição, lá no Rio Grande do Norte. *(Risos.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS FERNANDES – E era associação, né?

E o Sintepe já era... Apenope já era... A Apenope virou Sintepe, a APRN virou Sinte. E a primeira reunião de que eu participei com Teresa, eu acho que foi num seminário de formação do projeto Thereza Noronha, um projeto de recursos de entidades internacionais para a CPB (Confederação dos Professores do Brasil), que depois se tornou a CNTE.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, é muito gratificante para mim estar aqui novamente com vocês, com a Teresa, o Heleno, a Denise, a Miriam e a Dalila, e com vocês todos, Malvino aqui, Carlos Abicalil, Luiz Dourado, um monte de gente... Da CUT...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS FERNANDES – O nosso companheiro Tino ali, da CUT, a companheira lá de Minas, Madalena, muitos companheiros, Selma Rocha, são vários os companheiros e companheiras que estavam lá naquele início. Chegar aqui e encontrar vocês é muito importante.

Muito obrigado a todos e a todas. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – É muita estrada, né?

Então, do primeiro nós vamos passar para o atual.

Passo a palavra para o Heleno Araújo, Coordenador do Fórum Nacional de Educação e Vice-Presidente Mundial da Internacional da Educação e Vice-Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

O SR. HELENO ARAÚJO (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Bom dia a todas as pessoas aqui presentes e aos que estão acompanhando de forma remota. Uma saudação muito especial a todas as minhas colegas e aos colegas do Fórum Nacional de Educação aqui presentes, tem alguns também nos acompanhando de forma remota. Quero saudar esta paridade desta mesa, saudando a Senadora Teresa Leitão, a Presidente Denise, a Diretora Dalila e a nossa Coordenadora Miriam. Quero saudar o nosso Secretário Gregório, o Juiz Guilherme e esse nosso grande articulador Francisco das Chagas.

Coloquei no meu roteiro, ele falou no final: um grande articulador não só pela constituição deste fórum, mas ele falou, nos anos 70, quando ele se referiu às associações, em 80, ali no final de 80, porque nós não tínhamos sindicatos antes de 1989, e ele... Eu ia falar só ele e Carlos Abicalil, mas como ele incluiu a Teresa, então ele, Teresa, Carlos Abicalil, que já estavam nesse processo de lutas e articulações, como tantos aqui entre nós também, nesse processo de luta. E quando o Chagas lembra isso, nessa época – Horácio Reis também, que passou por esse processo e ajudou o fórum –, eles estavam nas ruas fazendo mobilização, e eu era estudante no ginásio pernambucano. Então, foi um processo de renovação e de lutas permanentes nesse processo de





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que estamos tratando aqui, nesse período em defesa da democracia em nosso país. Porque o que nós da educação estamos fazendo é fortalecer a democracia em nosso país e o trabalho realizado de as associações, desde quando eram impedidas de ter sindicato, cumprirem o papel de sindicato e mobilizarem a categoria dos profissionais da educação, da básica, as associações científicas, também históricas nesse processo de lutas. Então, a importância deste momento é esse fortalecimento da democracia que está posto para nós.

E, nesse processo também, eu quero trazer a saudação do Conselho Nacional de Educação. O nosso Presidente César Callegari foi convidado, mas estava impedido de vir e pediu que pudesse trazer aqui a saudação do Conselho Nacional de Educação para este momento também que marca esse processo histórico nosso.

Nós trabalhadoras e trabalhadores da educação, representados pela CNTE, que hoje coordena o Fórum Nacional da Educação, tivemos uma grande conquista também, no período do Presidente Lula, em 2008, com a lei do piso salarial dos profissionais de magistério público da educação básica. Nesse momento, a nossa Presidente da época, a companheira Juçara Dutra Vieira, chegou a escrever um livro colocando que foi depois de 200 anos de atraso. Ela fazia uma referência ao decreto imperial de 15 de outubro de 1827, em que já se apontava a perspectiva de piso para professores e professoras, nunca concretizado em nosso país.

Eu trouxe a lembrança dessa data porque, neste momento, temos outro momento histórico: dia 31 de outubro, o dia da Lei Complementar nº 220, que trata do Sistema Nacional de Educação. Trinta e seis anos de lutas e de mobilizações para ter esse instrumento, que é o instrumento que deve ser articulado pelo Plano Nacional da Educação. Nós tivemos dois planos sem ter o que articular, então a perspectiva para a frente é que tenhamos agora, com esses dois instrumentos, elementos importantes de articulação na educação brasileira.

Nesta audiência pública, fazemos referência aos 15 anos, mas na verdade são quatro décadas, quase 40 anos desse processo. E eu trago aqui, na pesquisa que fiz, encontrei na fonte do gestrado.net.br – o Gestrado, que era da UFMG e agora é o INCT –, o texto, o artigo da nossa companheira Ivany Rodrigues Pino. O começo dele diz o seguinte, tratando do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, que muitos aqui também ajudaram a articular:

Espaço constituído pelas entidades nacionais de educação para debates, ações e formulação de propostas para a educação nacional. A origem do fórum foi o movimento, ancorado nas Conferências Brasileiras da Educação – CBE, compreendidas





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

como projeto de participação no processo de redemocratização da sociedade brasileira, de reorganização e redemocratização do campo da educação, análise e formulação de políticas públicas da educação, tendo em vista a construção de um projeto para a educação nacional.

Então, quem quiser continuar vendo o texto, lá no gestrado.net.br tem todo o texto completo. Mas preciso destacá-lo, porque é a partir dessa criação do Fórum em Defesa da Escola Pública, em 1986, e todo o debate realizado é que chegamos aqui neste momento, como já lido pela nossa Senadora Teresa Leitão.

O Chagas chamou a atenção de não se ter um fórum e de ter sido constituída uma comissão organizadora em 2006 que organizou uma conferência. O Chagas não disse aqui, mas é bom sempre dizer que é um processo de disputa. Tinha muita gente, interna e externamente, dizendo: "Essa conferência não vai dar em nada, não vai funcionar". Tinha uma torcida que ficava colocando esse processo. Funcionou, teve princípio, meio e fim, deliberando pela realização da Conae de 2010, então um sucesso completo nesse processo de realização.

Quando acabou a Conae em 2010, o Chagas foi ao Ministro Fernando Haddad e o convenceu: "Olha, nós criamos uma coordenação em 2006, realizamos duas conferências, Coneb em 2008 e Conae em 2010, e nós vamos dispersar? Nós vamos perder esse potencial para ficar esperando um próximo momento?". E aí veio a proposta de transformar esta comissão organizadora no Fórum Nacional da Educação, através de portaria a que a Senadora já fez aqui referência.

Então, em homenagem a todos aqueles e aquelas que participaram dessa construção e das conferências da Coneb 2008, Conae 2010, eu pediria, por favor, que, além dos três que já estão aqui na mesa – eu, o Chagas e a Dalila, que estávamos na composição –, aqueles e aquelas que estavam na comissão do FNE de 2010, por favor, fiquem de pé. *(Pausa.)*

Então, uma salva de palmas a todos aqueles e aquelas que constituíram o primeiro Fórum Nacional da Educação aqui ainda representados e ajudando a fazer essa interlocução tão necessária. *(Palmas.)* Porque foi esse grupo que, com a sua insistência e com a sua mobilização, garantiu a existência do fórum, de forma provisória – também a nossa Senadora já citou aqui, a Lei 13.005, de 2014, do PNE, com 11 anos de existência –, e agora estamos aqui para celebrar a nossa permanência. A Lei Complementar nº 220, de 31 de outubro de 2025, garante a perspectiva





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

permanente a esse fórum nacional e determina os fóruns estaduais, municipais e distrital como desafio que está posto para nós.

Por isso, Senadora, todos aqui da mesa, nesta cerimônia de celebração, eu vou pedir agora que se levantem aqueles e aquelas que estão presentes nesta primeira reunião presencial, que estão fazendo a primeira reunião presencial aqui do Fórum Nacional da Educação, que foram indicados pelas suas entidades – essa é a primeira reunião presencial. Por favor, levante-se quem está pela primeira vez, nesta reunião do fórum. *(Pausa.) (Palmas.)*

Essas companheiras e companheiros estão chegando, tem outros também nessa renovação – passamos todo ano fazendo reunião remota, e em toda reunião remota tinha um que se apresentava remotamente. Eu dizia que, no presencial, vamos ter o momento de trazer a apresentação e a mostra de uma renovação permanente de um desafio que está posto para nós, para todo o futuro dessa mobilização social que é a educação.

E olhe que durante todo esse processo democrático, nós fomos interrompidos, mas não paramos de fazer. Por isso, eu quero lembrar aqui a Conape 2018 e 2022. *(Palmas.)*

A Conape, espaço da resistência que incluímos nessa luta.

(Soa a campainha.)

O SR. HELENO ARAÚJO – Criamos o Fórum Nacional Popular de Educação não para desistir do Fórum Nacional de Educação. O Ministro golpista Mendonça Filho destituiu o fórum e disse que ia acabar com o fórum nesse processo, porque ele não aceitava como espaço de órgão de Estado uma política de participação social. Nós sempre afirmamos, quando criamos o Fórum Nacional Popular de Educação, que não era para abrir mão do Fórum Nacional de Educação. Ali foi um espaço conquistado historicamente pelo movimento educacional brasileiro, e criar o Fórum Popular de Educação e fazer a Conape era uma forma de manter a mobilização para voltarmos a compor o Fórum Nacional de Educação como éramos em 2016, e conquistamos em 2023, graças à vitória do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito bem, Heleno. Você citou um texto de Ivany Pino, e eu acabei de receber a notícia de que hoje é o aniversário dela. *(Palmas.)*





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria mandar um abraço para essa grande Professora, inspiradora e líder de muitos de nós.

Vou continuar aqui a lista dos membros do Fórum Nacional de Educação:

- representando o Conif, Luzia Matos, titular, e Jane Filgueira, suplente;
- representando o Consed, Sandra Maria Martins Cardoso, titular, e Arlete Ferreira Mendonça, suplente;
- representando a Undime, José Fernando Melo, nosso Secretário de Educação de Limoeiro, de Pernambuco – desculpe a referência, é um pouco de bairrismo –, e a suplente Vivian Melcop; (Risos.) - representando a CNTE, Heleno Araújo, titular, e Guelda Cristina de Oliveira, suplente;
- representando a Contee, Madalena Guasco Peixoto, titular, e Clarice Barreto, suplente;
- representando a Fasubra, Márcia Abreu da Silva, titular, e André dos Santos Gonçalves, suplente;
- representando o Proifes, Carlos Alberto Marques, titular, e Geovana Reis, suplente;
- representando o Foncede, Felipe Santos Araújo Braga e Fátima Anise Rodrigues;
- representando a Uncme, Manoel Humberto Gonzaga Lima, titular, e Darli de Amorim Zunino, suplente;
- representando a Ubes, Hugo do Carmo Silva, titular, e Mariana Chagas Lima, suplente;
- representando a UNE, Bianca Borges dos Santos, titular, e Letícia Santos da Silva, suplente;
- representando a Confederação Nacional de Pais de Alunos, Otto Benar Ramos, titular, e João Alberto da Cunha Filho, suplente;
- representando a SBPC, Geovana Mendonça Mendes, titular, e Nilma Lino Gomes, suplente;
- representando a ANPEd, Miriam Fábila Alves, titular, e Angela Maria Coutinho, suplente;
- representando a Anpae, Luiz Fernandes Dourado, titular, e Romilson Martins Siqueira, suplente;
- representando o ForumDir, Lueli Nogueira Duarte e Silva, titular, e Maria Simone Ferraz Pereira, suplente; e





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- representando o Mieib (Movimento Interfóruns da Educação Infantil do Brasil), Pedro Neto Oliveira de Aquino, titular, e Viviane Cancian, suplente.

Sejam todos e todas muito bem-vindos!

Dando continuidade às falas da mesa, eu concedo a palavra a Miriam Fábria Alves, Vice-Coordenadora do Fórum Nacional de Educação e Presidenta da ANPEd.

A SRA. MIRIAM FÁBRIA ALVES (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas. Bom dia a todas às pessoas que nos acompanham, remotamente.

Cumprimentos essa mesa.

Eu estava aqui ouvindo, Senadora... Ela sabe o que eu digo e vou repetir aqui: quero uma Senadora dessa para Goiás – eu já falei várias vezes. Então, cumprimento a Senadora e toda esta Casa.

Aproveito para dizer que ouvi aqui as falas anteriores e fazia memória da nossa história neste país, desde 2006. Quando dou aula de políticas educacionais, Chagas, eu sempre falo das histórias das conferências e, ao mesmo tempo, falo como testemunha de quem vivenciou. Eu estive na 1ª Conferência de Educação Básica como participante. Participei da conferência municipal, da conferência estadual, da conferência nacional aqui em Brasília, e repeti o movimento em 2010. E eu achava o máximo! E nunca pensei estar aqui dividindo este espaço tão importante com o companheiro Chagas. Então, quero dizer da minha alegria, da minha emoção, Chagas. Foi nessa escola que também me fiz, foi nessa escola que eu chego aqui. Então, quero agradecer às valorosas companheiras e aos valorosos companheiros que nos trouxeram até aqui. Como disse Heleno, são 15 anos do nosso fórum nacional, mas, muitos anos de história. Então, não tem como nós, que acompanhamos a disputa – estamos nela –, não nos emocionarmos.

Eu quero dizer que, nesse tempo mais recente, eu me lembrava, Heleno, do nosso manifesto feito no Fórum Nacional Popular de Educação. Vocês se lembram da gente durante a pandemia: "Vamos fazer um manifesto para a educação brasileira, retomando as práticas dos manifestos". Tem um texto maravilhoso – convido todas as pessoas que não conhecem o texto a conhecê-lo –, que diz sobre como a gente se movimenta na política educacional.

O Fórum Nacional de Educação é quase esse movimento vivo que a gente traz aqui, hoje, para toda a população brasileira. A gente vem falando sobre isso. Quando nós fizemos a disputa para recompor o Fórum Nacional de Educação, 2023 foi um ano duro. A companheirada que





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

acompanhou aqui o movimento deve se lembrar das reuniões no Ministério, das reuniões na Sase, das disputas que nós estabelecemos para que o fórum pudesse retomar seu lugar. Agora, assegurado na lei do Sistema Nacional de Educação, mas, naquela época, nós entendíamos a importância desse Fórum Nacional de Educação.

E aí eu queria destacar – um dos desafios para nós foi esse jogral que eu e o Heleno fizemos – um pouco dos desafios que nós temos em 2025, encerrando este ano de 2025. Nós tivemos dois anos dessa nova recomposição do Fórum, muitos desafios. Nós conseguimos fazer uma Conferência Nacional de Educação. Eu queria cumprimentar, de maneira muito especial, os companheiros e as companheiras que tocaram essa conferência. A gente sabe que não foi fácil. Nós pegamos um movimento de reconstrução do país, produzimos um documento referência, fizemos conferências municipais, conferências livres, conferências estaduais e uma conferência nacional no ano passado. E eu queria saudar todas as pessoas do Fórum Nacional de Educação, das duas Comissões Especiais de Monitoramento e Sistematização. Eu quero uma salva de palmas para os companheiros que fizeram esse movimento. (*Palmas.*)

Eu quero dizer que é dessa conferência nacional – a cujo documento a gente volta sempre para fazer a disputa da política educacional neste país – que a gente tem também a elaboração do PL 2.614, que é entregue ao Congresso Nacional. Nós já fizemos várias análises, temos várias notas, dizendo o quanto este documento é ou não semelhante, ou expressa o que foi a Conae. Mas a Conae nos dá, inclusive, o instrumental para dizer: "Epa! Peraí. Temos que avançar aqui. Epa! Peraí. A gente precisa reconhecer que nós avançamos neste e naquele aspecto".

Então, no campo dos desafios, a Senadora começa a sua apresentação hoje dizendo que chega aqui ao Senado o nosso futuro Plano Nacional de Educação e que, no ano que vem, o desafio para nós aqui, todas as pessoas representantes do fórum nacional, é acompanhar qual é o plano que esta Casa Legislativa oferecerá para a sociedade brasileira. Junto a isso, por isso mesmo, ontem todo o trabalho da tarde foi pensar como é que o fórum acompanha, junto aos fóruns estaduais de educação... Nossos agradecimentos muitos, muitos, às coordenações dos nossos fóruns dos estados e do Distrito Federal, que vêm sendo muito parceiros em todo o movimento, e também os fóruns municipais têm participado de atividades aí, representando o nosso fórum *online*, no Brasil inteiro, dos fóruns que estão se estruturando. Então, quero dizer desse movimento, porque é isso que capilariza a participação social no chão do território.

Mas, no ano que vem, no ano que vem, porque está acabando este, não é, gente? Ainda bem, está acabando este. No ano que vem, a gente tem aí o desafio da lei do Sistema Nacional





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de Educação. Ontem o fórum nacional se debruçou sobre uma proposição de seminários, de diálogos para o ano que vem. A gente espera contar com os fóruns estaduais, o fórum distrital e os fóruns municipais de educação: fazer um grande esforço coletivo para acompanhar a materialização, como queiram, ou implementação, como queiram, da lei do sistema nos nossos territórios. Então, esse é um desafio grande. Eu penso que esses dois são suficientes, mas, no ano que vem, temos muitos outros desafios.

O ano de 2026 com certeza se apresenta como um ano muito desafiador para a política educacional se nós acompanharmos com cuidado o que tem acontecido nos nossos estados, o que tem acontecido nos nossos municípios: da valorização, ou melhor dizendo, da desvalorização dos profissionais da educação a temas que são urgentes, emergenciais, com os quais nós estamos vivendo, convivendo nos nossos estados, nos nossos municípios. Pronto, está aí a nossa agenda, mas eu penso que já é o suficiente.

E o convite nosso aqui é que a gente esteja atento, forte e vigilante, e propositivos no nosso lugar de quem acompanha, de quem é instância de participação, acompanhando a política educacional e disputando a educação que nós queremos para este país: a educação como direito de todas as pessoas, de todas as pessoas deste país, de toda a nossa diversidade tão ricamente discutida na tarde de ontem, de todas as pessoas do campo, da cidade, das águas, de toda a nossa população, que merece a garantia do direito à educação, do direito à pós-graduação, à graduação, o direito ao conhecimento, o direito ao saber, uma educação que é laica, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada! Essa é a educação que nós queremos.

E, por isso mesmo, termino antes da campanha, o que é um milagre, fazendo a... Termino agradecendo este momento importante e dizendo a todas as pessoas aqui presentes, a Sase, a Capes...

(Soa a campanha.) (Risos.)

A SRA. MIRIAM FÁBIA ALVES – ... a todo o Judiciário, ao Congresso e ao Senado, ao CNPq, que a gente precisa desse esforço coletivo para que a nossa educação, de fato, seja um projeto de uma nação democrática, justa, inclusiva e, efetivamente, de uma nação melhor, que é isso que nós queremos.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Miriam.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vamos passar a palavra para o próximo convidado, que é o Dr. Guilherme Guimarães Feliciano, Juiz de Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO (Para expor.) – Um bom dia a todas e todos. Bom dia, Senadora. Na sua pessoa, eu cumprimento todos os colegas, os membros desta mesa, todos os senhores e as senhoras que estão aqui na audiência, e também os nossos telespectadores.

Senadora Teresa, V. Exa., que é professora, me permita: Eu queria, com muito carinho, cumprimentar, saudar e homenagear os meus pais, que são professores. Eu posso dizer que fui alimentado, criado e forjado nos esteios da educação pública, porque meu pai e minha mãe são professores da rede pública estadual de São Paulo. Eu nasci nesse meio, me reconheci nesse meio. Hoje sou professor também – professor na Universidade de São Paulo –, e tenho muito orgulho disso.

Então, Sr. Sebastião Feliciano – Prof. Sebastião Feliciano –, Profa. Regina Ribeiro Guimarães Feliciano, meus cumprimentos e minhas homenagens a vocês dois. Muito obrigado por tudo. *(Palmas.)*

No Conselho Nacional de Justiça, nós temos alguns protocolos, Senadora. Permita-me, rapidamente, me autodescrever, eventualmente, para quem necessite dessa informação: eu sou um homem de 1,71m, branco, cabelos castanhos, olhos claros, 52 anos, estou com um terno cinza, camisa cinza, gravata cinza – ruim para descrever assim, não? Enfim... E estou nesse belíssimo Plenário nº 6 da Ala Nilo Coelho, aqui do Senado da República.

Talvez os senhores e as senhoras possam se perguntar o que está fazendo um juiz aqui. Eu vim representando o Presidente Luiz Edson Fachin, a convite da Senadora Teresa Leitão. Ministro Fachin, que é Presidente do Conselho Nacional de Justiça, também do Supremo Tribunal Federal, e que apresenta aos senhores e às senhoras os seus mais efusivos cumprimentos. E o Ministro Fachin, que também é um educador, também professor – no caso dele, da Universidade Federal do Paraná –, tanto ele quanto eu nas respectivas faculdades de Direito.

Essa, talvez, é uma razão pessoal, mas eu diria, e eu aproveitarei, então, os meus dez minutos para tratar um pouco disto, por uma segunda razão que, me parece, converge para tudo que eu ouvi aqui até este momento, nesta ocasião que, afinal de contas, serve, sobretudo, para homenagear também o Fórum Nacional da Educação, nos seus 15 anos de existência.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E aqui foi falado tantas vezes de uma educação pensada a partir da perspectiva da democracia, da perspectiva da comunidade, da perspectiva da cidadania.

E é nesse sentido, Senadora, que eu acho que estamos dando, neste momento, um importante passo, para envolver sociedade civil e instituições em um novo caminho – uma pequena inovação, talvez, que poderá, quem sabe, no futuro, se transformar em algo até mesmo disruptivo –, que é o Programa Educação para a Cidadania e Sustentabilidade, do Ministério da Educação, que tem base na Portaria nº 642, de 2025, e para o qual, por meio do Acordo de Cooperação Técnica nº 52, de 2025, que foi assinado em sessão plenária do Conselho Nacional de Justiça, a partir da minha intermediação, com a presença, obviamente, do Presidente Luiz Edson Fachin – à altura, desculpem, ainda era o Presidente Luís Roberto Barroso – o Presidente anterior. Foi a última sessão do Ministro Barroso, e ele, compreendendo a importância deste Acordo de Cooperação Técnica, assina, juntamente com o Procurador-Geral da República, que é, também, Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, o Dr. Gonet, e com o Ministro Camilo Santana, Ministro da Educação, que, também, esteve presente e assinou este Acordo de Cooperação Técnica.

Então, o Poder Judiciário e o Ministério Público brasileiro, como instituições, estão se integrando a este programa Educação para a Cidadania e Sustentabilidade, na perspectiva de levar a todo o alunato do país, a todas as escolas do país e, com uma particular, uma especial atenção às escolas públicas, noções de cidadania, de direitos fundamentais e de sustentabilidade.

Como os meus pais, eu dizia há pouco, são professores da rede pública, embora até tivessem condições de me colocar, e ao meu irmão, em escolas particulares, eles nunca fizeram isso. Meu pai, particularmente, entendia que era uma questão, até, de honra e, também, de coerência, que eu frequentasse os bancos da escola pública, afinal, ele pertencia àquela instituição – à altura, ele era supervisor de ensino e não faria sentido não colocar o próprio filho na instituição de cuja gestão, de alguma maneira, ele participava. De modo que fiz todo o meu ensino fundamental, até o ensino médio, em uma escola pública, a Escola Monsenhor João Alves, na querida cidade de Taubaté, no início dos anos 80.

Então, tive disciplinas que eu acho que muitas das senhoras e dos senhores conhecem e mesmo cursaram, como OSPB, Educação Moral e Cívica... E nós aprendíamos, enfim, os quatro hinos brasileiros, aprendíamos os brasões, as cores da bandeira, mas não aprendíamos quais eram os nossos direitos fundamentais, não aprendíamos quais eram os nossos deveres cívicos, e, de alguma maneira, isto se perpetuou.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Acho que, hoje, se nos entrevistarmos com um aluno do ensino médio, ele possa dizer, de cor, a fórmula de Bhaskara, mas talvez ele não saiba a diferença entre um crime e uma contravenção penal. Talvez ele não saiba da existência de um instrumento chamado *habeas corpus*, que, inclusive, pode ser impetrado sem um advogado. Talvez ele não saiba que o Poder Judiciário se divide em ramos e que ele vai, eventualmente, reclamar os seus direitos trabalhistas em um ramo chamado Justiça do Trabalho. Talvez ele não saiba que, no Brasil, todas as questões eleitorais também são cometidas a um ramo do Poder Judiciário – é algo muito típico do modelo brasileiro –, que é a Justiça Eleitoral e que, sabemos disso, recentemente, funcionou como um baluarte da democracia brasileira, juntamente com o próprio Supremo Tribunal Federal. E é importante que saibam disso, isso forja a cidadania.

Então, por este programa e por este acordo de cooperação técnica, o que nós pretendemos fazer é levar ao ensino fundamental e ao ensino médio, essencialmente, estes elementos: cidadania, direitos fundamentais – civis, políticos, sociais, culturais, ambientais – e noções de sustentabilidade, dentro, inclusive, de uma lógica que já está estabelecida por esta Casa, que são as balizas para a educação ambiental, lei já antiga, que, de certa maneira, ainda pende de implementação em vários aspectos.

E, para este efeito... Isso é um aspecto curioso, e me permitam referi-lo. Originalmente, nós até pensávamos em, quem sabe, criar uma disciplina, mas a criação de novas disciplinas, e os senhores e as senhoras sabem disso muito melhor do que eu, envolve uma série de dificuldades, não é bom que se faça pelo Congresso, porque isso traz uma série de discussões e politiza esse debate de uma maneira, muitas vezes, desnecessária, é melhor que se faça tecnicamente no Ministério da Educação; e por outro lado, talvez até estigmatizasse um pouco essa nova disciplina, especialmente por quem, eventualmente, se valesse da ocasião para dizer que isso seria mais um impulso freiriano para esquerdizar a educação brasileira.

Então, pareceu muito melhor – e eu fui convencido disto, e hoje estou, de fato, convicto – imaginar estratégias para que o próprio educador, que é quem tem formação em pedagogia para este efeito, dentro da sua disciplina, leve ao aluno, no momento oportuno, estes elementos. Então o professor de matemática vai falar de fração, ele poderá falar, por exemplo, do conceito... Poderá aplicar, inclusive, a ideia de fração, apresentando o conceito de férias e décimo terceiro proporcionais, e demonstrando, em um exemplo prático, como é que isso se calcula, e o próprio aluno vai perceber que aquilo tem utilidade no dia a dia dele. Quando o professor de Geografia





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

for falar do relevo, poderá falar do território e do povo como elementos que constituem o Estado – Teoria Geral do Estado.

E, por aí, dentro das cadeiras das disciplinas que já existem, esses elementos serão levados, sem prejuízo – essa também é uma baliza que nós colocamos aí no plano de trabalho do acordo de cooperação técnica – de uma atividade extraclasse, de ciclos de atividades extraclasse; e aí efetivamente é que entrarão os juízes e membros do Ministério Público, especialmente em palestras, em laboratórios ou em oficinas, talvez aos finais de semana – quem sabe? –, para que a comunidade também se aproprie da escola fora daqueles horários em que há, enfim, as aulas regulares; e ali, então, estará presente um juiz, um membro do Ministério Público, um procurador da República, um promotor de justiça ou um procurador do trabalho, falando de aspectos ligados à sua profissão ou ao ramo do Direito no qual ele atua, com uma linguagem muito simples, de modo a se fazer compreender e a levar também essa informação, na perspectiva de que opera diretamente com isso.

Então, nos parece que essas duas ações, ao convergirem, permitirão que nós tenhamos, no futuro, gerações mais conscientes – repito – dos seus direitos, dos seus deveres e das próprias questões de sustentabilidade, que nos envolvem hoje; acabamos de vir da COP 30 e sabemos como isso é urgente e ingente.

As ações, portanto, envolvem formação dos educadores, os que já pertencem às redes de educação, material didático, que está sendo desenvolvido pelo Ministério da Educação para esse efeito, com a nossa ajuda, capacitação de multiplicadores – e aí muito particularmente de juízes e membros do Ministério Público, que não podem comparecer a esses ciclos e começar a falar "juridiquês", porque isso, além de ser mortal do ponto de vista pedagógico, porque os alunos, absolutamente, não terão interesse naquilo, também é uma maneira de perpetuar uma exclusão a partir de uma linguagem não acessível; então, juízes e membros do Ministério Público também precisam ser preparados para isso, e o programa prevê essa capacitação dos multiplicadores –, ciclos extraclasse e, acima de tudo, desenvolvimento de pensamento crítico. É isso que nós esperamos.

O funcionamento envolve adesão voluntária, então, pelos Chefes dos Poderes Executivos, nos municípios, nos estados, enfim; e, para que isso chegue às escolas, terá de haver essa adesão. Nós vamos ter um ato, digamos, de inauguração dessa política com esse novo escopo e com essa nova dimensão envolvendo o Judiciário e o Ministério Público. Se não me engano, em janeiro ou fevereiro nós já definimos inicialmente uma data e estávamos verificando, exatamente, a agenda





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

do Ministro da Educação e, nesta ocasião, já queremos ter o primeiro chamado para que essas adesões aconteçam.

A questão dos recursos para isso basicamente passa pelo próprio MEC, e, evidentemente, pretendemos ter engajamento tanto nas instituições parceiras – Judiciário e Ministério Público, e para isso nós já reunimos, recentemente, aqui no CNJ, todas as associações nacionais do Ministério Público e da magistratura, para que as associações nos apoiem nisso e também evidentemente as comunidades.

Então, acho que será uma experiência importante. Eu tenho muita fé de que esse é um caminho novo que, quem sabe, permitirá termos – repito –, num futuro próximo, gerações mais conscientes e mais participativas da vida pública do país, a partir desses subsídios, desses...

(Soa a campainha.)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – ... rudimentos, que, afinal, são necessários e, muitas vezes, só são conhecidos em faculdades de Direito. É preciso democratizar um pouco mais essa informação.

Há alguns anos – e eu termino por aqui –, na verdade, no dia 11 de fevereiro de 2018, eu tive a ocasião de publicar na *Folha de S.Paulo*, naquela coluna de opinião, Tendências/Debates, um artigo com o meu pai – meu pai, um assíduo leitor desse jornal, ficou muito feliz; ele, que sempre publicava no *Correio*, como leitor, publicou, enfim, como especialista – e também com o Dr. Luiz Cláudio, presidente, hoje, do Grupo Record, que é também um grande entusiasta dessa ideia. Nós publicamos um artigo chamado "Conhecer para ser: saber jurídico na educação básica". Isso foi muito antes desse acordo de cooperação técnica, mas ali nós já antecipávamos o que nos parecia ser necessário.

Quando eu assumo a minha cadeira no CNJ, Senadora, naquele discurso de posse, eu falo disso, desse artigo e da minha vontade, como Conselheiro – porque o CNJ, na verdade, também é um órgão de gestão do Poder Judiciário – de poder, quem sabe, dar alguma contribuição na direção de uma educação para a cidadania, mas dizia que, naquele momento, eu não via como fazer isso, porque o CNJ, basicamente, regula para dentro do Poder Judiciário.

Coisas do destino, ou coincidências cósmicas, como queiram, em algum momento, eu tenho contato com algumas pessoas muito queridas do Ministério da Educação. Por meio de desembargadores que tinham tido esse contato antes, soube desse projeto, e nós pudemos construir, então, essa junção, essa convergência de forças para esse novo projeto, de modo que





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

estamos diante de um novo horizonte – e me permitam, então, não ser ato falho, porque é bem consciente, é mesmo um horizonte freiriano.

Lembro aqui uma fala de Paulo Freire que não pode ser esquecida nesse contexto: "A leitura do mundo precede a leitura [...] [dos livros]". É isso que nós queremos fazer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Dr. Guilherme.

Eu lhe desejo pleno êxito nessa proposta. Acho que vai ajudar bastante e também aproximar muito a Justiça da educação. Acho que esse é um caminho que será positivo para todos nós.

Vou continuar a listinha dos membros do fórum:

- Campanha Nacional pelo Direito à Educação e Movimento Todos pela Educação, titular: Andressa Pellanda; suplente: Olavo Nogueira Batista Filho;
- Central Única dos Trabalhadores, titular: José Celestino Lourenço; suplente: UGT (União Geral dos Trabalhadores), Antonio Bittencourt Filho;
- Confederação Nacional da Indústria, titular: Wisley João Pereira; suplente: Confederação Nacional do Comércio, Fabiano Farias de Souza;
- Associação Nacional das Universidades Particulares, titular, Elizabeth Regina Nunes Guedes, a Beth Guedes; e suplente: Associação Brasileira de Educação a Distância, Rita de Cássia Borges de Magalhães;
- Confenen, titular: Arnaldo Cardoso Freire; e suplente: Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, Paulo Cesar Chanan Silva;
- Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem), titular: Cicília Raquel Maia; suplente: Crub, José Carlos Aguilera;
- Anpuh, titular: Angela Ribeiro Ferreira; suplente: Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais, Thiago de Jesus Esteves;
- Associação Nacional de Educação Católica (Anec), titular: Roberta Valéria Guedes; Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas, suplente: José Carlos da Silva;





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- Anfope (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação), titular: Malvina Tuttman; suplente: Forpibid (Fórum de Coordenadores dos Pibid), Cristiane Antonia Hauschild Johann;

- Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas Autistas (Abraça), titular: Mariene Martins Maciel; suplente: Conselho Brasileiro para Superdotação, Vera Lúcia Pereira Palmeira; e

- Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes), titular: Sergio Stoco; suplente: Associação Brasileira de Currículo, Inês Barbosa de Oliveira.

Parabéns a todos e a todas.

Com a palavra agora, Profa. Denise Pires de Carvalho, Presidenta da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

A SRA. DENISE PIRES DE CARVALHO (Para expor.) – Muito bom dia! (*Fora do microfone.*)
Muito bom dia a todas e a todos.

É um prazer enorme estar aqui na data de hoje.

Eu inicio saudando a Senadora Teresa Leitão, Presidente da Comissão de Educação e Cultura; o Secretário de Articulação Intersectorial e com os Sistemas de Ensino, do Ministério da Educação, aqui ao meu lado, o amigo Gregório Grisa; o 1º Coordenador Geral do Fórum Nacional de Educação, Francisco das Chagas Fernandes – é uma honra enorme estar dividindo esta mesa com você hoje, Chagas –; e o atual Coordenador do Fórum Nacional de Educação e Vice-Presidente Mundial da Internacional da Educação, meu amigo Heleno Araújo, aqui ao meu lado. É uma grande honra estar ao seu lado na data de hoje.

Quero saudar a Miriam Fábria, a Vice-Coordenadora do Fórum Nacional de Educação e Presidenta da ANPEd. É um prazer estar contigo hoje, Miriam, assim como estar com Dalila Andrade Oliveira, do CNPq, Diretora do CNPq, uma querida amiga. Nos aproximamos ainda mais nesses últimos anos – né, Dalila? –, militando pela educação de qualidade no nosso país.

Quero saudar aqui, ao meu lado, o juiz do trabalho, do Tribunal Regional do Trabalho e Conselheiro do CNJ, Dr. Guilherme Guimarães Feliciano.

Nós estamos aqui hoje, na realidade, celebrando os 15 anos do Fórum Nacional de Educação, mas, na verdade, nós estamos celebrando a democracia no nosso país. Como muito bem lembrou o Heleno, o movimento que levou à criação do Fórum se inicia há cerca de 40 anos,





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

justamente nesse período de redemocratização do país. Então, é muito importante que tenhamos essa perspectiva de que a criação do Fórum Nacional de Educação, que acontece finalmente há 15 anos, vem, na verdade, no bojo da redemocratização do nosso país. Não há possibilidade de uma democracia consolidada sem que haja educação de qualidade.

Então, o processo educacional, seja da educação infantil à pós-graduação, é uma forma de pavimentar este país que nós queremos. Um país democrático, um país soberano, e é por ele que nós trabalhamos, mas não é nada fácil no nosso país, que, infelizmente, tem sempre uma força que faz com que ele repense o óbvio: se é importante termos mais educação de qualidade, se é importante discutirmos a equidade no ambiente da educação, se é importante que tenhamos mais doutores no nosso país. Nada disso deve ser questionado numa nação que pretende ser verdadeiramente soberana. Não há nenhum país do mundo democrático e soberano sem que haja um processo educativo de muita qualidade. Então, o Plano Nacional de Educação, que terminou em 2024, trazia algumas diretrizes e poucas delas foram 100% ou plenamente alcançadas.

Agora, falando como Presidente da Capes – antes eu falava como Reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Malvina foi Reitora, e sabe a nossa responsabilidade ali, não é? –, eu digo sempre que, justamente, a educação superior no Brasil se desenvolveu, nas últimas décadas, de uma maneira a fazer com que o Brasil avance. Não é possível questionarmos a importância da graduação e da pós-graduação.

As metas, ou seja, algumas das metas atingidas, das poucas metas atingidas em 100%, estão, justamente, relacionadas à educação superior e à pós-graduação. Então, é uma honra presidir a Capes neste momento em que nós atingimos os 25 mil doutores por ano, que estavam definidos no Plano Nacional de Educação, o que deveria ter acontecido até 2024 e aconteceu em 2023. Isso porque houve uma desaceleração, infelizmente, da educação superior e da pós-graduação de qualidade no país, mas nós não podemos ficar olhando para trás: quem olha pelo retrovisor bate com o automóvel. Vamos olhar para a frente e vamos avançar cada vez mais.

Na verdade, o Plano Nacional de Educação mostra – o que terminou em 2024 – mostra claramente que ter um plano e um plano decenal que seja acompanhado é fundamental, porque nós conseguimos, apesar de todos os problemas e questionamentos que temos no país, esse plano fez com que nós alcançássemos metas em 100% e aquelas que nós não alcançamos, mesmo assim houve avanços importantes.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós não podemos nos esquecer de que na educação básica nós tínhamos, em algumas etapas, menos de 50% dos professores com a qualificação adequada e nós hoje temos em torno de 70% dos professores com a qualificação adequada. Isso é devido ao fato de que a Capes – essa instituição de Estado ligada ao Ministério da Educação, há quase 20 anos, portanto, um pouco antes do Fórum Nacional de Educação ser instituído – passa a se ocupar também da formação de profissionais da educação básica e cada vez mais cuidar da educação de profissionais da educação básica.

Começou pela formação de professores e agora a gente expande para a formação dos profissionais da educação básica, muito bem colocado no Plano Nacional de Pós-Graduação, que foi na verdade aprovado neste ano. Então, é o Plano Nacional de Pós-Graduação 2025-2029 que, pela primeira vez, traz um capítulo sobre a educação básica e a interação entre a pós-graduação e a educação básica.

Nós ainda temos menos de 4% dos professores de educação básica no nosso país sem mestrado e temos 30% sem a graduação...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. DENISE PIRES DE CARVALHO – Temos 4% com mestrado, isso, 4% com mestrado! Ah, quem dera fossem 4%... *(Risos.)*

Desculpe. São 4% com mestrado, é muito pouco, é muito pouco! Nós ainda precisamos formar no nível da graduação 30%! Então, vejam, o nosso desafio é muito grande.

Mas esses avanços que aconteceram nessa década de 2014 a 2024 vêm acompanhados de estruturação da participação social, do Fórum Nacional de Educação, da atuação da Capes e do Ministério da Educação, com muita dificuldade, com questões orçamentárias graves que a gente tem passado principalmente nesses últimos anos, eu diria nessa última década, mas que não devem ser questionadas pela sociedade brasileira. Se tem uma área no nosso país que precisa de mais cuidado, de mais atenção e de mais financiamento é a área da educação. Não é possível que continuemos questionando a importância do financiamento para o Ministério da Educação para que nós possamos avançar formando todos os nossos professores e profissionais de educação básica conforme deve acontecer em um país que tem uma educação de qualidade, o que começa pela qualificação dos profissionais de educação.

Portanto, nós avançamos quando a Capes passa a se envolver com programas...





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

A SRA. DENISE PIRES DE CARVALHO – ... como o Parfor, para formar professores, como o Pibid, que, agora nesta semana – ontem, se não me engano –, foi publicada a portaria do Avalia Pibid, mostrando que nós não teremos mais editais Pibid. O Pibid será um programa contínuo, como são os programas de pós-graduação no nosso país.

Algumas efemérides importantes aconteceram nesse mês de dezembro – já estou terminando, Senadora. No dia 3 de dezembro, o Parecer Sucupira completou 60 anos. Então, a pós-graduação brasileira tem 60 anos. Na época do parecer, havia um pouco mais de dez cursos de pós-graduação no país.

Está aqui um Diretor de Avaliação da Capes – a quem eu agradeço muito –, o Prof. Antonio Gomes, que acaba de avaliar mais de 4,5 mil programas de pós-graduação no país. A Capes – mais de 2 mil consultores, o CTC da Educação Superior – avaliou mais de 4,5 mil programas.

Trago aqui o anúncio de que há uma tendência a aumento nas notas desses programas. O que nós queremos agora é que o Pibid seja um programa como programas de pós-graduação, e que os núcleos Pibid nas instituições sejam avaliados com regularidade e financiados, como acontece com a pós-graduação. Certamente a formação dos professores caminhará no mesmo sentido em que caminhou a pós-graduação brasileira: com avaliação, permanência, continuidade, sem interrupção.

Que mais nenhum Governo venha questionar o Pibid, a formação de professores, a pós-graduação e a importância de toda essa estrutura que está em torno da Capes, que é componente do Sistema Nacional de Educação e que está claramente prevista agora, em lei, como responsável por todas essas dimensões.

E eu termino dizendo que o novo Plano Nacional de Educação – que chega agora ao Senado e, eu espero, seja analisado em breve – traz, de maneira transversal, uma das questões mais importantes para o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e para o nosso Ministro Camilo Santana, que é a questão da equidade. Porque nós trabalhamos por uma educação de qualidade, mas que seja inclusiva, que oportunize, e que os brasileiros e as brasileiras que quiserem possam chegar ao nível mais elevado de formação, que é o doutorado.

Não é possível continuarmos questionando, porque somos um país que tem apenas 20% da sua população com graduação – a média da OCDE se aproxima de 50% das pessoas nos países da OCDE com graduação. Então, tem muito trabalho pela frente no nível da graduação e, na pós-





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

graduação, temos ainda três vezes menos doutores, quando comparados aos países da OCDE – a média dos países da OCDE –, com enorme assimetria; há grande assimetria.

Eu também saúdo o momento de avaliação dos programas de pós-graduação, que demonstra que estamos no caminho certo, porque a Região Norte do nosso país é uma das regiões que mais avança no sentido de ter programas que melhoraram as suas notas – e eu estou aqui dando um *spoiler*; vou parar de falar sobre avaliação, senão o Prof. Antonio Gomes vai puxar a minha orelha.

Mas são boas notícias. São notícias de que as políticas que vêm sendo implantadas após a redemocratização do país, com o fortalecimento das instituições no nosso país, têm feito com que a educação brasileira de qualidade avance.

Mas o nosso desafio é gigantesco, porque o mundo passa por uma revolução na área de educação. Não vou ter tempo de comentar, e nós precisaríamos de um seminário para isso, a questão da educação digital, o impacto das redes sociais, que leva as pessoas para características muito mais individualistas do que para o pensamento coletivo, crítico, que é fundamental para a cidadania.

Então nós todos, profissionais da educação, precisamos estar cientes e conscientes de que o nosso desafio é enorme, porque educação digital veio para ficar, mas nós precisamos fazer o bom uso dela. Caso contrário, vamos retroceder como sociedade, se não implantarmos uma educação, desde o início, desde a educação infantil, uma educação humanística.

Muito obrigada, parabéns e vida longa ao Fórum Nacional de Educação. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Denise. É, de fato, um assunto que a gente está, inclusive, debatendo aqui no Senado.

Deixe-me passar agora para a última nominata dos membros do Fórum Nacional:

- Fóruns EJA Brasil, titular: Rita de Castro Pacheco Gonçalves; suplente: Maria Joana Mareco;
- Associação Brasileira de Alfabetização, titular: Janaína Soares Martins; suplente: Fernando Rodrigues;
- Fineduca, titular: Nelson Cardoso Amaral; suplente: Rubens Barbosa de Camargo;
- Conaq, titular: Givânia Maria da Silva de Conceição; suplente: Shirley Pimentel de Souza;





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- Contag, titular: Camila Guimarães Guedes; suplente: MST, Luana Ferreira da Silva;
- Comissão Técnica Nacional da Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação Afro-Brasileira, titular: Renísia Cristina Garcia Filice; suplente: Centro de Estudo das Relações de Trabalho e Desigualdades, Waldete Tristão Farias Oliveira;
- Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), titular: Cleber Ferreira Silva; suplente: União Brasileira de Mulheres, Maria Auxiliadora de Queiroz Brasil;
- Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena, titular: Daniela Franciela Salles; suplente: Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena, Maria Leidiane Marinheiro da Silva.

Muito obrigada.

Mieib já tinha dito, faltou completar? *(Pausa.)*

Pedro Aquino e Viviane Cancian. É porque só estava a palavra partida lá.

Sejam todos muito bem-vindos e bem-vindas e recebam os nossos parabéns, com os votos de vida longa para o fórum.

Concluindo a exposição aqui da mesa, passo a palavra para a Profa. Dalila Andrade Oliveira, Diretora de Cooperação Institucional, Internacional e Inovação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A SRA. DALILA ANDRADE OLIVEIRA (Para expor.) – Obrigada, Sra. Senadora.

Bom dia a todas e todos.

Eu quero começar saudando, então, os membros desta mesa, começando com a Senadora Teresa Leitão, a nossa Senadora da educação, como é conhecida em Pernambuco, mas acredito que em boa parte do país; o Prof. Gregório Grisa, Secretário de Articulação Intersectorial e com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação; o Prof. Francisco das Chagas Fernandes, esse grande articulador, o timoneiro dessa condução desse fórum – é um prazer enorme estar aqui ao seu lado, Chagas, e relembrar esses tempos –; o Prof. Heleno Araújo, atual Coordenador do Fórum Nacional de Educação e Vice-Presidente mundial da Internacional da Educação; a Profa. Miriam Fábila Alves, Vice-Coordenadora do fórum e Presidenta da ANPEd; o Sr. Guilherme Guimarães Feliciano, que também ouvi que é Professor, colega nosso aqui também, Juiz de Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região; a querida Profa. Denise Pires de Carvalho, Presidenta





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

da Capes. Quero também saudar a todos e todas que compõem o Fórum Nacional de Educação nessa gestão.

Quero começar dizendo que é um momento de muita alegria estar aqui, por isso eu quero agradecer à Senadora Teresa Leitão por esta celebração, por nos receber aqui na Casa do povo. É muito merecido que o fórum tenha este momento aqui de celebrar estes 15 anos dessa política tão importante para a democratização do país e, sobretudo, para o avanço da educação brasileira. E quero lembrar a importância do fórum nacional e dizer que, para mim, pessoalmente, é uma alegria muito grande estar aqui nesta coincidência, porque eu estou em uma representação institucional do CNPq, mas, pessoalmente, eu faço parte dessa história.

Embora o grande Karl Marx tivesse nos alertado de que a história burguesa é a história dos heróis, e a gente quer combater isso, também a gente sabe que falar da história sem fazer referência a algumas pessoas que fizeram diferença, que fazem diferença... Às vezes, nós cometemos injustiças. Então, em alguns momentos aqui da minha fala, eu quero fazer menção a algumas pessoas que eu acho que foram muito importantes nessa história, começando pelo Prof. Francisco das Chagas, que foi o grande articulador, e eu estava ali representando a ANPEd naquele momento; então, testemunhei muitas dessas articulações e vivi muitas das dificuldades que nós enfrentamos, mesmo sendo um Governo democrático.

Quero lembrar que esse fórum, como já foi mencionado aqui, teve sua origem lá no momento de redemocratização do Brasil, no processo Constituinte, em que ali se começou a falar no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e, por isso, eu quero lembrar aqui, mais uma vez, e homenageá-la, a Profa. Ivany Pino, que foi uma grande lutadora (*Palmas*.) – acho que ela merece muitas palmas –, junto com um time de mulheres. É claro que eu não vou nomear todas, mas a Profa. Helena Freitas, a Profa. Iria Brzezinski, que nos deixou há pouco, a Profa. Márcia Angela Aguiar. Foi essa geração de mulheres aguerridas da área da educação que acompanhou esse processo Constituinte, plantou essa sementinha, que floresceu e está dando frutos até hoje no Fórum Nacional de Educação.

E, nessa primeira edição do fórum, em que eu tive a honra, a alegria de estar ali com o Presidente Lula nos dando a posse, desde aquele momento, ou até antes dele, como já foi mencionado aqui, é que o fórum vem cumprindo um papel fundamental nas políticas de Estado para a educação. No contexto mundial, a gente estava vivendo a mudança do paradigma da educação, organizada como um sistema para a igualdade de oportunidades, para um outro paradigma que é o da educação com equidade social. E o fórum demonstra isso, porque, na sua





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

representação, desde o seu nascedouro, ele tem a presença dos atores tradicionais – por exemplo, representantes dos setores públicos e privados –, mas ele também tem a representação de vozes silenciadas por séculos neste país: indígenas, quilombolas, enfim, não vou nomear porque o tempo é pequeno, mas o fórum traz para dentro dele, não é, Chagas? Esse trabalho tinha muito a ver com essa percepção que o Chagas tinha, essa capacidade que ele tinha de conversar com os movimentos sociais.

E eu quero lembrar esse momento e fazer referência a algumas pessoas que foram muito importantes nessa articulação: Prof. Luiz Dourado; Prof. Abicalil – que foi, inclusive, Deputado, que muito contribuiu nesse momento; Profa. Malvina Tuttman; Madalena Guasco, que por meio da Contee sempre esteve presente; o Heleno, que já foi mencionado aqui; a CNTE, que foi superimportante nessa articulação; mas também quero lembrar e homenagear aqui, como uma grande batalhadora desse processo – e facilitadora –, a nossa então Senadora da Educação, a Governadora Fátima Bezerra. Foi fundamental o apoio da Senadora Fátima Bezerra naquele momento, hoje Governadora, para que a gente conseguisse espaços aqui dentro, muitas vezes, para poder fazer valer essa ideia do fórum. Às vezes aqui dentro, às vezes ali no corredor, fazendo protestos, não é?

Então, o fórum, desde o início... E perdão, também queria lembrar aqui o colega Daniel Cara, que era uma figurinha, assim, sempre muito lembrada, muito presente em todos esses movimentos. O fórum, então, desde esse primeiro momento sempre esteve muito presente, com notas – em cada reunião nossa saía uma nota, não é, Chagas? A gente saía com um para casa, a reunião acabava e a gente corria para o hotel para fazer a nota de alguma política orientadora que ia sair dali a uma semana, dali a uns dias.

As notas, as conferências que já foram lembradas e, sobretudo, essa coisa tão importante que a gente tem hoje na educação brasileira – e que muitos países no mundo nos invejam por isso –, que é o Plano Nacional de Educação. Poder planificar a educação com essa capacidade que a gente tem, num país com o desenho federativo que o Brasil tem e com competências em educação distribuídas, é fundamental. Sem esse documento é muito difícil a gente levar a cabo o que a gente tem conseguido.

E aí eu acho que culmina com a recém-aprovada Lei do Sistema Nacional de Educação. Quer dizer, tudo isso mostra a importância que o Fórum Nacional de Educação tem e terá, e agora, com sua lei, passa a ser política de Estado. Então, a gente espera que não tenha nenhum retrocesso político no Brasil, mas agora nós estamos um pouco mais resguardados.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, eu quero dedicar meus últimos minutos a dizer por que é importante o CNPq estar nessa mesa. Infelizmente, às vezes, a gente tem que fazer isso. Às vezes, a gente tem que dizer por que é importante ter mulher na mesa, por que é importante ter outros que não só brancos nas mesas, e, às vezes, é importante também dizer por que é importante ter o CNPq.

O CNPq, no ano que vem, em abril, completa 75 anos, a Capes completa em julho. São as agências mais antigas, agências federais de apoio à pesquisa e à pós-graduação no Brasil, e nós sabemos que não existe educação sem pesquisa. Então, o lugar da pesquisa nisso aqui, nesse fórum, é superimportante. As pesquisas subsidiam, elas acendem as luzes para que a gente possa trilhar caminhos mais seguros. Muitas vezes, pavimentam as estradas para que a gente possa caminhar. O CNPq é um importante ator da educação brasileira, porque o sistema nacional de pesquisa no Brasil é extremamente imbricado com o Sistema Nacional de Pós-Graduação.

Então, nós temos no CNPq, por exemplo, o Pibic (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica), o PIBPG, que é o nosso programa de bolsas de mestrado e doutorado, bolsas de pós-graduação, e o Picti, que é o nosso programa de internacionalização, são programas cruciais para o andamento da pós-graduação brasileira, que sem dúvida nenhuma é regulada e financiada majoritariamente...

(Soa a campainha.)

A SRA. DALILA ANDRADE OLIVEIRA – ... pela Capes, mas sem esses programas a nossa pós-graduação sofreria muito.

Então, quero dizer que o CNPq tem lugar nessa conversa, que ele tem muito a contribuir e já vem contribuindo direta e indiretamente para essa política.

E quero concluir dizendo que o fórum quase dobrou de tamanho, não é, Chagas? Era isso o que a gente comentava aqui logo no início. Alguns permaneceram e, em nome dos velhos companheiros, eu quero saudar o Tino, homenageá-lo, meu quase conterrâneo (*Palmas.*) – ele nasceu em São Paulo, mas vive em Minas –, e dizer que é ele... É ele que tem a foto, viu? A foto, para não me deixar mentir, do Presidente Lula nos dando a posse...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. DALILA ANDRADE OLIVEIRA – ... lá no Itamaraty.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero terminar dizendo que a gente merece essa celebração e muitas outras mais, Senadora, e que eu espero que o fórum tenha vida longa ou vida eterna, já que agora ele se tornou uma política de Estado.

Muito obrigada a cada uma e a cada um que ajudou e que ajuda a construir cotidianamente essa luta. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Dalila, a você e a todos que nos brindaram com falas tão múltiplas, como é múltiplo o nosso fórum: falas representativas das suas instituições, falas de rememoração do histórico do fórum, mas, sobretudo, falas que apontam o horizonte próximo, futuro, que a gente tem a enfrentar.

Eu vou ler as três perguntas do e-Cidadania, mas todas já foram, eu acho, respondidas, e a gente tem um tempinho para uma interação com algumas poucas inscrições do plenário.

Flávia, de Minas: "Quais estratégias garantirão um plano decenal democrático, com acompanhamento efetivo e equidade ao tratar desiguais conforme desigualdades?". Esse é o critério posto no plano, da equidade, que aqui foi referido.

Vivaldo, de Roraima: "Como o FNE atua no Congresso para que o novo PNE respeite as decisões da CONAE 2024, especialmente sobre financiamento?". Dessa forma que você viu, Vivaldo, e outras que terão prosseguimento.

Vivaldo é de Roraima e Danielle também: "O que o FNE tem promovido para fortalecer a participação social na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas educacionais?"

Nós temos tempo de abrir três ou quatro inscrições. Vou pedir que Heleno me ajude... (*Pausa.*)

Luiz Dourado, Geovana e Cleber são os três inscritos. Vamos utilizar... (*Pausa.*)

E Malvina, quatro inscritos. E aí vamos utilizar entre três e quatro minutos, com o Prof. Carlos Abicalil encerrando.

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS FERNANDES – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Começamos por Luiz Dourado, em seguida, Geovana.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO (Para expor.) – Bom dia a todos e todas. Eu acho que hoje é um dia memorável, não é? Comemorar os 15 anos do Fórum Nacional de Educação.

E eu quero aqui também relembrar fatos e processos. Eu estive participando de toda essa caminhada, inicialmente na condição de Diretor, junto ao Chagas, no Ministério da Educação, onde já discutíamos, na Secretaria de Educação Básica, já discutíamos a questão do fórum, a questão da conferência, como Dalila aqui pontuou. Não conseguimos avançar numa conferência, naquele momento, uma Conferência Nacional de Educação, mas fizemos uma Conferência Nacional de Educação Básica, que foi bastante importante, discutindo temáticas.

Eu tive a oportunidade de coordenar as comissões de elaboração dos documentos da Coneb 2008, Conae 2010, 2014, coordenei a de 2018, mas, com o golpe, houve intervenção no Fórum Nacional de Educação, e, com isso, um conjunto de entidades foi excluído, e outras, como a Anpae, saíram do fórum, exatamente por não concordar com a intervenção.

E esse documento de 2018 vai se tornar o documento da Conape 2018. Obviamente estou falando de 2018, mas a discussão que fizemos com o MEC foi durante 2016 e 2017. Inclusive, quando apresentamos o documento, o MEC pediu 30 dias para fazer ajuste e, ao final e ao cabo, não assumiu o documento, assumindo depois, porque não conseguiu produzir um documento. Então, é para a gente dar essa sinalização política de como o golpe significou um retrocesso nessa agenda do Fórum Nacional de Educação, mas uma potência que foi a criação do Fórum Nacional Popular de Educação, com duas conferências vigorosas, de 2018, em Belo Horizonte, e 2022, em Natal. E retomamos 2024 com essa conferência que a Senadora já destacou aqui no seu pronunciamento.

E eu quero, com isso, dizer que esse processo de construção coletiva contou com a ousadia do Prof. Francisco das Chagas Fernandes. Então, uma salva de palmas para o Prof. Francisco das Chagas Fernandes. (*Palmas.*)

A ousadia, porque, na verdade, foi a ousadia inclusive de sair das mãos do Governo a coordenação e passar para a sociedade civil. Aí entra o companheiro Heleno. Eu também quero uma salva de palmas ao companheiro Heleno. (*Palmas.*)

E nessa tessitura política, também a criação da Vice-Coordenação do Fórum Nacional de Educação, com a Profa. Miriam Fábila.

Eu quero, com esses nomes, saudar um trabalho coletivo, um envolvimento, saudar o Governo Federal, que nos possibilitou a retomada, viu, Gregório? A retomada do Fórum Nacional





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de Educação e a construção de uma conferência absolutamente potente, que é a Conferência Extraordinária, que avançou, Abicalil, em muitos dos pontos que já eram aquelas...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO – ... agendas nossas, certamente sinalizando para uma complexificação das temáticas.

E hoje, como a gente viu, com a Emenda Constitucional 59, de 2009, a universalização da educação básica obrigatória como um ponto central, os percentuais do PIB para a educação, o Sistema Nacional de Educação, que era um alvo efetivo e que temos aí agora. Como eu digo, em políticas educacionais, proposição não é linear a materialização. Teve disputa para o sistema nacional, teremos disputa na sua materialização. E certamente com o Plano Nacional de Educação, que está em boas mãos aqui no Senado, com a nossa Senadora Teresa Leitão.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Prof. Luiz Dourado.

Eu passo a palavra para a Geovana e, em seguida, para o Cleber.

A SRA. GEOVANA REIS (Para expor.) – Bom dia a todos os presentes.

Ouvindo aqui as falas anteriores, eu fiquei muito tocada e desejosa de que tivesse, de fato, este momento em que eu pudesse falar, porque eu estava com a expectativa de que só a mesa fosse falar e aí, quando a Senadora abriu a possibilidade, eu tratei logo de levantar meu dedo aqui.

Primeiro, eu queria, Senadora, parabenizá-la pela iniciativa de construir este momento, porque penso que o registro da história do fórum, aqui nesta Casa, neste dia, é de fundamental importância, e, depois de ouvir essa sequência de falas, isso fica cada vez mais evidente para mim.

Amanheci hoje entristecida com esta Casa, pelo resultado, ontem, da votação aqui do tal projeto de lei da dosimetria, que coloca em risco, inclusive, a democracia neste país. Então, amanheci com muita tristeza, mas saio daqui hoje muito alegre, por conta desta solenidade. Acho que isso engrandece esta Casa, isso engrandece este Senado, engrandece os Senadores e as Senadoras que têm o compromisso com as pautas do povo, com as pautas populares, com as pautas da educação.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho insistido muito no meu lugar, eu falo em nome da Proifes-Federação, então eu falo em nome do movimento sindical e tenho discutido muito que nós não estamos lutando contra um Congresso inimigo do povo, até porque nós precisamos do Congresso, nós precisamos desta instituição. Esta instituição é fundamental para a democracia brasileira. Se trata, portanto, da defesa de que este espaço seja um espaço que tenha na sua composição lutadores pelo povo. *(Palmas.)*

E esse é o nosso esforço, o que a gente tem que fazer. Nós não somos contra o Congresso, nós somos contra determinados senhores e senhoras que ocupam – acho que até de forma irresponsável – esses lugares aqui e que têm construído políticas extremamente contrárias aos interesses do povo e, às vezes, até aos seus eleitores propriamente.

Mas eu queria, além disso, dizer da minha emoção ouvindo as falas aqui e me reconhecendo, não como o Prof. Luiz Dourado, que participou do núcleo duro da produção da política, mas como alguém que foi... Eu fui me constituindo nessa história. Então, eu participei, eu tive a oportunidade de participar desde a primeira configuração do que vocês chamaram aí do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, lá quando estavam debatendo a LDB – esta atual LDB. Eu já podia participar, nessa época. Eu participava na condição de estudante, eu era da União Nacional dos Estudantes...

(Soa a campainha.)

A SRA. GEOVANA REIS – E, de lá para cá, eu fui fazendo essa trajetória e fui vendo o quanto a gente ter construído possibilidades de participação da sociedade civil é fundamental para a construção de políticas públicas e de políticas educacionais que consigam dialogar com os interesses das camadas mais populares e na construção de uma educação que, de fato, consiga criar para o povo brasileiro e, principalmente, para os filhos da classe trabalhadora, que estudam nas escolas públicas, as condições de terem uma escola de boa qualidade, de terem uma possibilidade de formação que possibilite a eles chegarem à condição de dirigentes, assim como eu cheguei. Saí de uma família popular e, hoje, eu ocupo um espaço que... Não tenho dúvida, se não fosse o esforço de cada um e de cada uma aqui, ao longo das suas trajetórias, dedicando os melhores anos das suas vidas para a construção dessas políticas, não estaria aqui.

Então, eu fico muito emocionada.

Parabéns e vida longa! E, como diz Dalila: "Vida eterna ao fórum!". *(Palmas.)*





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Geovana.

Eu ontem disse isto na minha intervenção, no meu pronunciamento: Congresso inimigo do povo é muito perigoso de ser dito, porque pode, primeiro, diminuir a instituição, mais do que ela já está autodiminuída e manter aqui aqueles que a diminuem. O que a gente precisa é mudar e ter aqui Congressistas que representem, de fato, o avanço e o compromisso com o povo.

Cleber e depois Malvina.

O SR. CLEBER AMORIM (Para expor.) – Bom dia.

Eu não queria muito falar – apesar de ser da nova geração que está aqui compondo o fórum – representando uma população que também, historicamente, é muito vilipendiada.

A cidadania brasileira, Senadora, companheiros e companheiras, não enxerga a diversidade da própria população brasileira. Eu sou uma pessoa não binária, sou uma pessoa *gay*, mas eu não tenho, por exemplo, a minha cidadania reconhecida, porque no meu documento, no RG, ainda sou forçado por esta cidadania, por esta nação, a reconhecer um gênero que não me pertence.

No cenário da educação básica, a gente tem observado que muitos, da nossa população, têm sido retirados forçadamente das instituições educacionais e forçados a estar em subsituações de negligência à sua própria sobrevivência. Eu falo das pessoas trans, das travestis, falo das pessoas intersexos, das pessoas *gays* e lésbicas, de toda uma diversidade que aqui nesta Casa ainda é minoritária.

Eu acho que é importante que esta Casa perceba que a nossa população não está preocupada em criar ideologia de gênero, porque alguns Parlamentares aqui têm isso como uma fala. Mas a gente está preocupado mesmo é em trabalhar, em constituir nossas vidas, em manter nossas histórias, em sair de situações de opressão. E a educação é a nossa chave.

Eu represento a ABGLT, que este ano completou 30 anos. Nós tivemos uma conferência que foi muito dura. Quero agradecer, por exemplo, à Senadora. Eu ensino no estado de vocês. Sou da Paraíba, mas ensino em Pernambuco há sete anos. Eu tenho um depoimento muito triste: há dois anos e meio eu estou afastado da sala de aula por questões de saúde mental, em virtude de enfrentamentos na escola, por causa de situações de preconceito, situações de violência. Eu acho que esse cenário tem que ser mudado.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer ao Fórum Nacional de Educação porque nós, da ABGLT, somos a entidade mais antiga da pauta LGBT dos direitos humanos, da população LGBTQIAPN+, e nós somos bem acolhidos aqui.

Quero dizer que esse plano que aqui está, Senadora, precisa ser mais representativo para as pautas de equidade racial, comunidades quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais, mulheridades, travestilidades e a população LGBTQIAPN+. Porque a nossa população ainda é muito massacrada, extremamente massacrada.

Quero fazer um apelo, inclusive, às pessoas que não nos entendem, que têm dúvidas com relação à gente.

(Soa a campainha.)

O SR. CLEBER AMORIM – Nós somos pessoas tais quais vocês são, mas que ainda precisamos de muito acolhimento. A gente não está aqui para destruir a família de ninguém. Nós estamos aqui para incluir e fortalecer os vínculos de vida e de sobrevivência.

Então, quero agradecer ao Fórum e a todas as pessoas que aqui estão e dizer que a população LGBT está na construção da educação deste país.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Cleber.

Passo a palavra agora para Malvina e, em seguida, ao Carlos Abicalil.

São os dois últimos inscritos.

A SRA. MALVINA TÂNIA TUTTMAN (Para expor.) – Bom dia, ainda, a todas e a todos os presentes.

O meu especial cumprimento a todos e a todas e à pessoa da Ilma. Senadora Teresa Leitão, que representa, nesta Casa, e mesmo como cidadã brasileira, todos e todas nós e é esperança, é uma das esperanças desta Casa, do Congresso para que possamos caminhar a passos mais largos e muito firmes, porque nós não retrocederemos.

Eu quero falar da minha emoção. Pensei muito, Dalila, se me pronunciaria ou não, porque eu sou capaz de – já estou – ficar emocionada e transparecer essa emoção.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mas, Chagas, há 56 anos, no exercício do magistério da educação pública e tendo o prazer, a satisfação de ter convivido com você e com grande parte dessa mesa que aqui está, e nas falas que foram aqui tão bem contextualizadas, eu me senti pertencente a muitos e muitos momentos, muitos e muitos momentos em que estivemos juntos.

Quando a querida Profa. Denise recorda da sua atuação e da minha atuação também enquanto Reitora, lembro-me que Chagas foi inúmeras vezes na Unirio para conversar com os nossos companheiros e companheiras, com os nossos estudantes, assim como o nosso querido atual Presidente Heleno Araújo. Quantas e quantas vezes, aí já não mais na Universidade, mas já num outro espaço, que era, na época, e é ainda, o Fórum Estadual de Educação.

Dalila e Miriam Fábria, companheiras de sempre na luta das nossas entidades pela valorização, pelo reconhecimento, não só da pesquisa, do ensino, da extensão, pela valorização dos nossos parceiros e parceiras profissionais da educação; o Prof. Gregório; o Exmo. Juiz. Enfim, as falas foram me mobilizando e me fazendo...

(Soa a campainha.)

A SRA. MALVINA TÂNIA TUTTMAN – ... pensar e dizer para vocês: vale a pena.

E eu disse, num encontro em que tive a possibilidade de participar, de ser convidada, no Enalic, que aconteceu na semana passada, e no IX Seminário do Pibid, tive a possibilidade de dizer: aposentada jamais – jamais. Eu sou aposentada de instituições, mas não sou aposentada da educação, e viverei nesse plano da Terra e em outros, se for possível, defendendo, e defendendo sempre, a educação, à qual todos, todos – crianças, jovens, adultos, idosos –, todos nós temos direito.

Eu quero agradecer a todos, a todos vocês que aqui constroem, e a outros que não estão aqui, que constroem e estão construindo, na base, a educação do nosso país. Eu quero agradecer pela possibilidade de conviver e de aprender com todos e todas vocês.

E, se me permitem reverenciar o nosso querido Prof. Chagas, grande incentivador, grande mobilizador, exemplo de cidadão e de profissional da educação. Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Profa. Malvina.

Nosso último inscrito, Prof. Carlos Abicalil.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ABICALIL (Para expor.) – De fato, palmas para a Malvina também, nossas homenagens, por toda a memória que trouxe, por essa emoção carregada aqui, minha querida Senadora Teresa Leitão. Nossa convivência, de um triunvirato que está presente nessa sala, eu, Chagas e Teresa, data da mesma origem desse movimento que hoje tem o nome de Fórum Nacional de Educação.

Então, participar de uma celebração como esta, fechando o ano e curando o que nós passamos na noite de ontem, no Plenário desta Casa e numa sala vizinha a esta, com a chamada lei da dosimetria, seguramente é, para nós, razão de muita esperança. E essa esperança tem memória, tem história, ela é carregada por essa história.

Como aqui se fez memória de tantas coisas, eu me lembrava, quando foi citada a Ivany, de que hoje é a data do seu aniversário, de que nós também levávamos o para casa desde aquela época, ainda sem computadores e sem celulares, fazendo as planilhas de emendas, seja no capítulo da educação da Constituinte, ainda antes do nome do fórum, seja depois, nas variadas dezenas de edições de relatórios da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). E como essas planilhas são ainda inspiradoras.

Há sementes que não germinaram, mas elas estão contidas na nossa memória, na nossa história, na nossa trajetória, no nosso sonho, no nosso desejo. E, felizmente, ele não acabou. Nenhuma lei põe fim a qualquer luta, mas toda lei é produto, quando gera direito, de luta, de organização, de mobilização, de convencimento, de argumento, de capacidade dialogal, meu caro Dr. Guilherme.

E isso que nós testemunhamos aqui, como memória, para esta Casa, para esta Comissão em especial, é muito importante. Não substitui as dezenas de audiências públicas sobre o PNE, realizadas este ano e algumas no ano passado ainda, e que serão, seguramente, revisitadas na tarefa dos Senadores e Senadoras, no porvir, na abertura do próximo ano, abrindo o verão e ainda antes do Carnaval.

Isso significa, seguramente, que, se não há nenhuma lei que antes não tenha sido motivação de luta quando gera direito, também nenhuma delas, em todo momento, representa toda essa trajetória de luta ou toda a conquista que está ainda por se fazer.

Vale muito tudo aquilo que já foi feito, mas vale mais aquilo que ainda será, e o que será não nos dispensa.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, quero desejar vida perene, eterna, ao fórum, vida longa ao fórum e aos seus agentes, aqueles agentes já revelados, com identidade própria, e aqueles que vão descobrindo e afirmando suas identidades a cada tempo...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ABICALIL – Seguramente, é uma tarefa que não termina.

Por isso mesmo eu quero sugerir ao fórum, que está presente em reunião presencial, de colocar no seu para casa duas tarefinhas: estudar e fazer valer o desafio de aprovar a PEC 36, apresentada pela Senadora Teresa Leitão, buscando recursos da plataforma equatorial para garantir escola de tempo integral e universal para todos os brasileiros e brasileiras.

Assim como mencionou a minha querida companheira Denise sobre a tarefa e o desafio da educação digital, da inteligência artificial, quero valorizar e pressionar este Senado para fazer andar, no debate público e participativo, o Projeto de Lei 1.010, também de autoria da Senadora Teresa Leitão, que trata dessas duas condições tão prementes e desafiadoras para o universo da convivência social, mas em particular para o território da educação.

Com isso, quero dizer que, na lista dos afazeres, vários já foram citados aqui, alguns enfeixados em dois grandes desafios... Essa pauta parece pequena, mas nesta solenidade não poderia deixar de ser registrada, porque ela carece ainda, meus companheiros e companheiras, até de despacho do Presidente da Casa para que possa tramitar.

Isso, portanto, associa nossas tarefas internas. Eu, como servidor da Casa, com muito prazer, ao lado da companheira Teresa Leitão e do Walisson, que foi mencionado aqui, nessa tarefa de fazer também disseminar as boas iniciativas que possam representar mais avanços, mais alegria, mais felicidade, mais prazer, mais direito e mais condição de fazer com que a qualidade social mereça o nome que foi batizado por nossa iniciativa.

Muito obrigado. Vida longa ao fórum! Parabéns por esse convite! *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Carlos Abicalil.

Vocês já viram como eu sempre andei em boas companhias, né? Eu era, como a gente diz na gíria sindical, um bolo cru. *(Risos.)*





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Fernando está ali, foi meu Vice do Sintepe. Com medo de assumir a CNE, eu, porque tinha assumido o Sintepe... De lá para cá, aprendi muito com esses dois companheiros e tantos outros que a vida generosamente colocou no meu caminho.

Não gostaria de terminar esta reunião sem fazer uma referência àqueles e àquelas que nos dão suporte nesta Comissão – que o Walisson disse que é uma Comissão sebo nas canelas. O povo de Pernambuco sabe que isso foi um *slogan* que eu usava nos comícios na minha campanha. É um dito popular do Nordeste. Sebo é uma pomada tirada do sebo do carneiro, é uma pomada muito forte e muito boa. Então, quando a gente quer correr muito, a gente passa sebo nas canelas. E o Walisson disse que esta Comissão é sebo nas canelas e faz com que os nossos companheiros do suporte também o sejam.

Ontem eu fiz uma menção à Comissão no meu pronunciamento geral, mas como aqui a gente está entre educadores e educadoras, eu quero nominá-los e nominá-las: Camila Moraes Bittar, Daniel Silva Nascimento, Ronaldo Claudino de Oliveira Júnior, Fernanda Regina de Jesus, Bill Gates Soares de Pontes, Cesar Machado Vieira, Vanessa Röpke Alves, Bianca Franco Maia, e a triatleta, Coordenadora Andréia Mano da Silva Tavares. (*Palmas.*)

O suporte desta Casa é de muito boa qualidade. Para mim, que sou servidora pública, não me assusta, nem me assombra. Sou também, Doutor, de família de servidores públicos. Meu pai foi servidor público de carreira, dois irmãos servidores públicos, tenho uma filha, aliás, duas: uma servidora pública federal e a outra servidora pública estadual.

E o que se diz do serviço público, no senso comum, é muito diferente daquilo que a gente que o vive e sabe o que ele significa – de qualidade, de dedicação, de competência. E o corpo funcional daqui do Senado nos dá esse conforto.

Vocês viram que eu li, no início, a chegada em nossas mãos do relatório da consultoria de educação sobre o Plano Nacional de Educação. Sobre ele, nós vamos também, no para casa, nos debruçar.

Então, termino dizendo que é um alento e como a vida é: um dia ela esquenta, um dia ela esfria. Ontem, a gente estava numa tensão muito grande. Os mais sonhadores achando que a gente podia aprovar o projeto; e os mais pé no chão sabendo que não, mas sabendo que a luta ali não para.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu sempre gosto de citar, em reuniões que discutem leis, os versos de Drummond: as leis não são tudo, porque os lírios não nascem das leis. A lei foi aprovada ontem, ela é um fato... Aliás, não foi ainda, porque vai ser sancionada. Ela é um fato dado, mas não é um fato consumado.

Os lírios da nossa luta é que vão dizer o que queremos da lei, o que precisamos da lei. E ter aqui um representante do Conselho Nacional de Justiça numa mesa com tantos representantes de entidades educativas nos dá também esta possibilidade de fazer novos diálogos, para que a lei não seja uma letra morta, para que a lei tenha vida – uma vida que dialogue com a realidade de todos e de todas.

Quero cumprimentar os fóruns estaduais – alguns já mandaram zap dizendo que estão nos assistindo –, todos aqueles que existem no país.

Quero desejar a todos um Natal de muita união, de muita paz, de muita fraternidade e um ano novo de muita luta, que tenhamos conquistas e vitórias.

Antes do encerramento, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata. *(Pausa.)*

A ata aprovada será publicada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e de todas e declaro encerrada a presente audiência pública.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

(Iniciada às 9 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 16 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 86ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e três minutos do dia dez de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências das Senadoras Damares Alves e Jussara Lima, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Sergio Moro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Marcio Bittar, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Jorge Seif, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Tereza Cristina, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão, Dr. Hiran, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Lucas Barreto e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Marcos do Val, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Rogério Carvalho e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da octogésima quarta e octogésima quinta reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 3371, de 2020 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que trata das medidas de enfrentamento à pandemia decorrente do coronavírus, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para dispor sobre a fiscalização das instituições de longa permanência e as normas de saúde a serem observadas pelas entidades de atendimento." Autoria: Senador Romário (PODEMOS/RJ). Relatoria: Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Weverton. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência para a Senadora Jussara Lima. Na sequência, a presidente designa a Senadora Damares Alves como relatora "ad hoc". Em seguida, a Comissão aprova o Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). Posteriormente, o item foi submetido a turno suplementar. Sem apresentação de emendas, o Substitutivo (emenda nº1-CDH) fica definitivamente adotado sem votação, conforme o art. 284 do RISF. ITEM 2 - Projeto de Lei nº 4298, de 2024 - Terminativo - que: "Autoriza o ingresso e a permanência de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista, alergia ou intolerância alimentar, em qualquer local público ou privado, transportando alimentos para consumo próprio e utensílios de uso pessoal." Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos de emenda (substitutiva nº 1-CAS). Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência para a Senadora Jussara Lima. Em seguida, a Comissão aprova o Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAS/CDH (substitutivo). Posteriormente, o item foi submetido a turno suplementar. Sem apresentação de emendas, o Substitutivo (emenda





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nº1-CAS/CDH) fica definitivamente adotado sem votação, conforme o art. 284 do RISF. ITEM 3 - Projeto de Lei nº 435, de 2022 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre o direito ao registro, na ocorrência policial, da informação de que a infração penal foi motivada por discriminação ou preconceito à identidade, expressão de gênero ou orientação sexual da vítima." Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: favorável ao projeto e pela rejeição da emenda nº 1, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência para a Senadora Jussara Lima. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto e pela rejeição da Emenda nº 1, nos termos da Emenda nº 2-CDH (Substitutivo). ITEM 4 - Projeto de Lei nº 4213, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), e a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que "dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências", para estabelecer, em benefício de aposentados e pensionistas idosos, normas de proteção contra a oferta abusiva de empréstimos financeiros mediante consignação em folha de pagamento ou débito direto em conta." Autoria: Senador Siqueira Campos (DEM/TO), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS). Relatoria: Senador Jorge Seif. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). ITEM 5 - Projeto de Lei nº 3391, de 2020 (Substitutivo da Câmara dos Deputados) - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.652, de 13 de abril de 2018, para instituir o Dia Nacional do Orgulho Autista." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao PL nº 3.391, de 2020 (Substitutivo da Câmara dos Deputados). Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. Na sequência, a Comissão aprova o requerimento de urgência (nº 145/2025-CDH) apresentado pela relatora, Senadora Mara Gabrilli. ITEM 6 - Projeto de Lei nº 2647, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para incluir expressamente as pessoas com Síndrome de Down como beneficiárias da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o seu art. 1º." Autoria: Senador Romário (PL/RJ). Relatoria: Senador Eduardo Girão (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves designa o Senador Eduardo Girão como relator "ad hoc". Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH (de redação). ITEM 7 - Projeto de Lei nº 4403, de 2024 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre protocolo de atendimento em face de situações de racismo, misoginia, discriminação por motivo de orientação sexual ou de identidade de gênero, e outras formas de discriminação e preconceito nas redes de ensino." Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE). Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: favorável ao projeto, com duas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emendas que apresenta, e pela rejeição da emenda nº 1 do Senador Eduardo Girão. Resultado: Adiado. Observação: A relatoria apresentou novo relatório com a análise da emenda nº 1. ITEM 8 - Projeto de Lei Complementar nº 121, de 2025 - Não Terminativo - que: "Institui a Agenda Transversal das Mulheres na administração pública direta e indireta, estabelece condições para sua implementação e dá outras providências." Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB). Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - Projeto de Resolução do Senado nº 113, de 2023 - Não Terminativo - que: "Institui o Prêmio Maria da Penha de Pesquisa sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher com Perspectiva de Gênero e Raça ou Etnia." Autoria: Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA). Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - Projeto de Lei nº 719, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, nº 10.233, de 5 de junho de 2001, nº 11.975, de 7 de julho de 2009, nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021, e nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, para garantir o direito de mulheres que viajam sozinhas a optarem por assentos ao lado de outras mulheres em transportes coletivos." Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB). Relatoria: Senadora Augusta Brito. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - Projeto de Lei nº 3079, de 2025 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre assistência humanitária para traslado de corpos ou restos mortais de brasileiros falecidos no exterior, em casos de comprovada vulnerabilidade financeira da família." Autoria: Senador Romário (PL/RJ). Relatoria: Senador Zequinha Marinho. Relatório: favorável ao Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 12 - Sugestão nº 17, de 2020 - Não Terminativo - que: ""Prorrogação de parcelas para quem está em seguro desemprego"" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Eduardo Girão (*Ad hoc*), substituiu Senador Zequinha Marinho. Relatório: pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: A Senadora Damares Alves designa o Senador Eduardo Girão como relator "ad hoc". Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pelo arquivamento da sugestão. ITEM 13 - Sugestão nº 12, de 2021 - Não Terminativo - que: ""Tornar a pedofilia crime inafiançável"" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Eduardo Girão (*Ad hoc*), substituiu Senador Magno Malta. Relatório: Favorável à sugestão na forma do projeto de lei que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves designa o Senador Eduardo Girão como relator "ad hoc". Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 134, de 2025 que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Mauro Vieira, informações sobre o protocolo adotado nas representações diplomáticas do Brasil no exterior em relação ao atendimento dado às brasileiras vítimas de violência doméstica e de gênero." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Direitos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Humanos e Legislação Participativa nº 135, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Permanente, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, com o objetivo de debater a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Cíveis da Subtração Internacional de Crianças, nos casos em que mães brasileiras voltam para o país com seus filhos em razão de violência doméstica." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 143, de 2025 que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos (CDH), debater a gravidade crescente das negativas deliberadas de acesso à saúde e tratamentos essenciais, das interferências administrativas no ato médico e a violação da autonomia médica, dos impactos humanos, éticos e institucionais que tais práticas têm produzido em todo o país." Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES) e outros.. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência para a Senadora Jussara Lima. Em seguida, a Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Na sequência, a Comissão aprova o requerimento. ITEM 17 - Relatório Legislativo - SF257192021960 que: "Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Requerimento nº 2, de 2025, do Senador Flávio Arns, que Requer a criação de Subcomissão Temporária, para debater a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, nos casos em que mães brasileiras voltam para o país com seus filhos em razão de violência doméstica." Autoria: Subcomissão Temporária para debater a Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças. Resultado: A Comissão aprova o relatório. ITEM 18 - Relatório de Atividades - SF259838349410 que: "Relatório Final. Avaliação do PNDH-3" Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o relatório. ITEM 19 - Projeto de Decreto Legislativo nº 723, de 2019 - Não Terminativo - que: "Autoriza, nos termos dos arts. 176 §1º, e 231, §3º, da Constituição Federal, o aproveitamento hidroelétrico do Rio Irani, na terra Indígena Toldo Chimbanguê I e II, no Estado de Santa Catarina." Autoria: Senador Jorginho Mello (PL/SC). Relatoria: Senador Jorge Seif. Relatório: favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. ITEM EXTRAPAUTA 20 - Projeto de Lei nº 3099, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para prever o estímulo ao autocuidado responsável na assistência às pessoas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); cria a Política Nacional de Autocuidado; e institui o Dia Nacional do Autocuidado." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Jussara Lima. Relatório: favorável ao projeto. Resultado: A Comissão aprova a inclusão extrapauta do Projeto. Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. Na sequência, a Comissão aprova o requerimento de urgência (nº 144/2025-CDH) apresentado pela relatora, Senadora Jussara Lima. ITEM EXTRAPAUTA 21 - Relatório Legislativo - SF250499328640



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

que: "Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Requerimento nº 118, de 2025, do Senador Marcos Rogério, que Requer a diligência in loco nos municípios de São Miguel do Guaporé e Alvorada d'Oeste, Estado de Rondônia." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência para a Senadora Jussara Lima. É aprovada a inclusão extrapauta do relatório. Na sequência, a Comissão aprova o relatório da diligência realizada pela CDH em Rondônia. ITEM EXTRAPAUTA 22 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 144, de 2025 que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 3099/2019." Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: A Comissão aprova a inclusão extrapauta do requerimento. Na sequência é aprovado o requerimento de urgência nº 144/2025-CDH para o PL 3099/2019. ITEM EXTRAPAUTA 23 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 145, de 2025 que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 3391/2020 (Substitutivo-CD)." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: A Comissão aprova a inclusão extrapauta do requerimento. Na sequência é aprovado o requerimento de urgência nº 145/2025-CDH para o PL 3391/2020 (Substitutivo da Câmara dos Deputados). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2025/12/10>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 86ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 10 de dezembro de 2025.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 84ª e 85ª Reuniões da CDH.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Informe.

Antes de iniciar a pauta, gostaria de prestar um breve esclarecimento sobre o PL 5.868, de 2025, que dispõe sobre os direitos de pessoas com diabetes mellitus tipo 1 e sobre ações voltadas à promoção de sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Esse PL recebeu despacho da Presidência desta Casa para tramitar na CDH e, de forma terminativa, na CAS. Até segunda-feira, 8 de dezembro, encontrava-se em fase de recebimento de emendas, conforme previsto no art. 122, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno, após o que seria distribuído para a relatoria no âmbito da CDH, e eu já tinha decidido que estaria avocando a relatoria.

Ocorre que o autor do projeto protocolou o Requerimento nº 915, de 2025, solicitando a tramitação conjunta do PL com um outro que já existe, que é o PL 2.501, de 2022, que altera a Lei 13.895, de 2019, para estabelecer a inclusão de informações sobre diabetes nos censos demográficos. Por essa razão, o PL 5.868, de 2025, foi retirado da tramitação desta Comissão e encaminhado ao Plenário para que o Requerimento 915 seja deliberado. E, pelo que estamos sendo informados, ele será votado hoje em regime de urgência. Eu precisava prestar esse esclarecimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pedido da relatora, nós vamos fazer uma inversão de pauta. Nós vamos para o item 5.

Primeiro eu coloco em votação o requerimento de inversão de pauta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado

Item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 3391, DE 2020 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.652, de 13 de abril de 2018, para instituir o Dia Nacional do Orgulho Autista.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao PL nº 3.391, de 2020 (Substitutivo da Câmara dos Deputados).

Observações:

Tramitação: CDH.

É uma iniciativa do Senador Romário.

Concedo a palavra à nossa querida Senadora Mara Gabrilli para a leitura do seu relatório.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Presidente Damares. Que vocês tenham um lindo dia!

Eu peço licença para ir direto à análise.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PL nº 3.391, de 2020, retorna, em forma de substitutivo, para deliberação do Senado Federal, após revisão pela Câmara, conforme disposto no art. 65 da Constituição Federal e nos arts. 285, 286 e 287 do Regimento Interno do Senado Federal.

Ainda segundo essa mesma norma, nos termos do disposto no art. 102-E, compete a este Colegiado opinar acerca de proposições que versem, entre outros temas, sobre a proteção e integração social das pessoas com deficiência, a exemplo do projeto em debate, o que torna regimental o presente exame.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União (art. 24, XIV, da Constituição Federal), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da Constituição Federal) e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, da Constituição Federal) –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, ressaem igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

Registre-se, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que concerne ao mérito, o PL nº 3.391, de 2020, busca fortalecer a agenda de direitos, inclusão e visibilidade das pessoas autistas e das suas famílias.

Ao reconhecer a neurodiversidade e valorizar a identidade autista, ambas as proposições contribuem diretamente para o combate ao estigma histórico associado ao transtorno do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

espectro autista e para o fortalecimento de políticas públicas de inclusão e respeito às diferenças. A criação de uma data específica voltada ao orgulho autista, em complemento ao já existente Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo, confere maior visibilidade às pautas da comunidade autista e estimula o engajamento da sociedade civil organizada.

O substitutivo aprovado na Câmara manteve a opção pelo dia 18 de junho como marco oficial do Dia Nacional do Orgulho Autista, alinhando a legislação interna à data já reconhecida internacionalmente e por movimentos sociais como momento de celebração desse aspecto da neurodiversidade. Ao inserir essa nova efeméride na Lei nº 13.652, de 2018, ao lado do Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo, o texto reforça a complementaridade entre a dimensão informativa (conscientização) e a dimensão afirmativa (orgulho e autoaceitação). Essa dupla abordagem favorece tanto a sensibilização da população em geral quanto o fortalecimento da autoestima das pessoas autistas e de suas famílias, em consonância com os compromissos assumidos pelo Estado brasileiro na promoção dos direitos humanos.

Nesse contexto, temos a convicção de que a instituição do Dia Nacional do Orgulho Autista em 18 de junho reforça o arcabouço normativo voltado à proteção e à promoção dos direitos das pessoas com transtorno do espectro autista, favorecendo a organização de campanhas públicas, o engajamento de entidades da sociedade civil e o debate permanente sobre inclusão e acessibilidade, razão pela qual somos francamente favoráveis à aprovação do substitutivo da Câmara dos Deputados.

O voto.

Em face das razões apresentadas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.391, de 2020.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senadora Mara.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Ah, Presidente Damares, sabe o que eu queria?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Eu queria aproveitar para ver se a gente pode pedir a urgência desse PL.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Ele tem que ir para Plenário mais rápido.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Vamos voltar à matéria e, na sequência, a gente coloca em votação seu requerimento de urgência.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto.

Como é uma matéria de consenso e é um sonho de todos, eu quero colocar também em votação o requerimento de urgência.

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o pedido de urgência.

Mara, como eu sei que você tem que sair, deixe-me aproveitar e fazer publicamente, Senadora Mara – hoje é a nossa última reunião do ano –, agradecimento à minha Vice-Presidente incrível, maravilhosa, que nos ajudou a dar o tom das discussões na Comissão este ano e que ficou com grandes responsabilidades, como a avaliação da política pública de enfrentamento ao feminicídio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O seu relatório, Mara, causou uma repercussão enorme no Brasil. Você sabe que, a partir do seu relatório, inúmeras matérias jornalísticas, reportagens surgiram; e inúmeros debates no Brasil. A colaboração que você deu com o seu relatório, para o debate no Brasil foi extraordinária, o que mostra que esse instrumento que nós temos, previsto no Regimento do Senado, no art. 96, de avaliar a política pública, como ele é necessário e importante. Parabéns!

Mas também, Mara, você ficou responsável pelo grupo de trabalho de Haia, das mães de Haia, e você entregou um relatório extraordinário, um trabalho extraordinário, feito a várias mãos, que mudou, Mara, mudou o destino de muitas crianças e a vida de muitas mães. Duas grandes entregas. E as inúmeras relatorias, os inúmeros debates de que de você participou. Obrigada, Mara.

Eu acho que a gente termina o ano com a sensação do dever cumprido, da responsabilidade, e tudo com muita lisura, transparência, com diálogo. Nós trouxemos para a discussão matérias polêmicas, mas a gente conseguiu fazer o diálogo, aprovar o que era consenso. Então, Mara, muito obrigada pela ajuda, pela colaboração e pela forma como nós conduzimos a Comissão este ano.

Eu tenho tanto orgulho de ter você como parceira, Mara. Que Deus te abençoe. Nós ainda temos alguns itens na pauta, de sua autoria, que eu vou subscrever, mas eu sei que você precisa sair.

Parabéns pela aprovação. Nós agora temos o Dia do Orgulho Autista. Parabéns por todas as matérias apresentadas, e que Deus te abençoe. Que você tenha um Natal, Mara, abençoado, e que 2026 seja um ano de muitas vitórias e conquistas. Deus te abençoe, minha Senadora querida.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Ai, Damares, você me deixou muito emocionada. Eu que quero agradecer. Eu quero agradecer a confiança, eu quero agradecer a parceria, eu quero agradecer principalmente a competência com que você trabalha, a qual foi fundamental para o nosso trabalho da Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho que dizer que essa dupla de mulheres fez a Comissão, que é a Comissão do nosso querido Paulo Paim há tantos anos... Tenho certeza de que nós não o decepçcionamos; pelo contrário, nós o surpreendemos com tantas pautas importantes.

E dizer...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O seu microfone, Mara, desligou.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Alô, está me ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pronto, agora estamos.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Mas, só para concluir, muito obrigada por todo o amor, Damares, que você dedica ao que você faz; por todo o amor, por toda a seriedade, por todo o compromisso, porque faz toda a diferença no nosso trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Eu também quero lhe desejar tudo de muito maravilhoso, e meus parabéns, do fundo da alma, pela condução desses trabalhos como Presidente. Você foi e é maravilhosa. Muito obrigada.

E muito obrigada por sua generosidade em tudo que você faz. É impossível não notar o quão generosa você é e o quanto isso afeta tudo o que você põe a mão.

Parabéns, minha Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mara, acabei de ser informada por sua assessoria que você ainda consegue fazer a leitura do relatório do item 17, é isso? Consegue? De Haia?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Vamos embora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está bom.

Então, vamos colocar em discussão o item 17, relatório legislativo, relatório final da Comissão de Haia, da CDHHAIA.

ITEM 17

RELATÓRIO LEGISLATIVO - SF257192021960

- Não terminativo -

Relatório da CDHHAIA para deliberação da CDH.

Autoria: Subcomissão Temporária para debater a Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças

Observações:

Em 25/11, o relatório foi lido e aprovado na 4ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Temporária para debater a Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças (CDHHAIA).

Concedo a palavra à Senadora Mara Gabrilli, autora do relatório.

Já foi lido, é só para você falar.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Então eu peço licença, Presidente, para proceder à leitura dos encaminhamentos já apresentados. E aí a gente iria diretamente aos encaminhamentos do relatório.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Então, todo esse trabalho que nós fizemos resultou nos seguintes encaminhamentos e recomendações para fortalecer a proteção de nossas mulheres e de nossas crianças.

Ao Poder Executivo, nós recomendamos, primeiro, a criação de um comitê interinstitucional permanente para tratar da aplicação da Convenção de Haia de 1980, no Brasil. Segundo, a análise de possível adesão do Brasil à Convenção de Haia de 1996, desde que haja compatibilidade do tratado com o ECA e a proteção integral de crianças e adolescentes. Terceiro, a correção terminológica da tradução oficial da Convenção, substituindo o termo estigmatizante "sequestro" por "subtração", para pararem de chamar as mães de sequestradoras.

Ao Ministério das Relações Exteriores, recomendamos fortalecer o atendimento às brasileiras vítimas de violência no exterior, ampliando e qualificando os Espaços da Mulher Brasileira, os EMuBs, e padronizando fluxos de acolhimento.

Ao Ministério das Mulheres, recomendamos o aprimoramento do Ligue 180 para que o canal funcione de forma intuitiva, acessível e eficaz para brasileiros residentes no exterior.

Ao Conselho Nacional de Justiça, recomendamos, primeiro, a criação de uma classe processual específica para casos de subtração internacional. Segundo, a adoção de um protocolo de retorno humanizado para prevenir violência institucional contra mães e crianças. Terceiro, a orientação dos magistrados para que observem a Opinião Consultiva nº 31, de 2025, da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que reconhece o cuidado como direito humano.

À Defensoria Pública da União, recomendamos ampliar a atuação em caso de mulheres vítimas de violência acusadas de subtração internacional, revisando o critério de hipossuficiência para abranger essas vulnerabilidades que não são apenas econômicas.

À Advocacia-Geral da União, solicitamos informações sobre as providências adotadas em relação a dois casos acompanhados pela Subcomissão que tratam do repatriamento de crianças brasileiras, os casos de Valéria Ghisi e Raquel Cantarelli, reiterando o dever de atuação diligente e reparadora por parte do Estado brasileiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

À Procuradoria da Mulher da Câmara dos Deputados, solicitamos diálogo permanente sobre o PL 89, de 2023, que susta o protocolo de julgamento com perspectiva de gênero, reforçando que tal instrumento não é concessão ideológica, mas dever jurídico e institucional.

Por fim, também constam em nosso relatório dois requerimentos ora submetidos a esta Comissão para deliberação: requerimento para transformar a CDHHAIA em uma Subcomissão Permanente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, a fim de permitir a continuidade e o aprofundamento do trabalho iniciado nesse ano; requerimento de informação ao Sr. Ministro das Relações Exteriores sobre o protocolo adotado nas representações diplomáticas do Brasil para atendimento às brasileiras vítimas de violência doméstica no exterior.

É este o relatório, Presidente, e agradeço mais uma vez a cada brasileira que procurou a nossa Subcomissão para apresentar as suas denúncias e a cada mãe que teve coragem de participar das audiências públicas, trazendo relatos de profunda dor e múltiplas violências sofridas. Vocês merecem todo o nosso respeito e empatia.

Agradeço também ao nosso querido Senador Flávio Arns, que propôs a instalação da CDHHAIA, por sua sensibilidade, parceria e coragem.

Também agradecemos a toda a equipe do Observatório da Mulher contra a Violência, do Senado Federal, na pessoa da Coordenadora Maria Teresa Firmino Prado Mauro, e todo o apoio que recebemos da equipe da CDH, do Secretário Dimitri Martin Stepanenko e da Secretária Adjunta Aline Guedes.

Por fim, nosso agradecimento especial à Consultoria Legislativa, através da Mila Landin Dumaresq, por sua dedicação aos trabalhos realizados pela CDHHAIA.

Por fim, por fim, por fim, um beijo enorme no coração dessa incrível Presidente da CDHHAIA!

Muito obrigada!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senadora Mara. Os encaminhamentos estão perfeitos e só quero dizer o seguinte: prepare o coração porque, em fevereiro, o Adam vem conhecer a gente, se Deus quiser...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Já estou me preparando.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Crianças estarão voltando para casa, voltando para suas famílias, e a gente começa com o menino Adam. Que extraordinário, acho que essas coisas valem muito a pena, toda a nossa luta, todo o nosso sofrimento.

Vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório da Mara dá origem a dois requerimentos, que vou colocar em votação na sequência. Eu mesma vou ler, Mara.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 134, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Mauro Vieira, informações sobre o protocolo adotado nas representações diplomáticas do Brasil no exterior em relação ao atendimento dado às brasileiras vítimas de violência doméstica e de gênero.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

Não sei se quer defender, mas acho que já ficou bem claro no relatório. Pode ser?

Então, em votação o Requerimento nº 134.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Item 15 da pauta, requerimento que nasce por conta do relatório aprovado.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 135,
DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Permanente, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, com o objetivo de debater a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Cíveis da Subtração Internacional de Crianças, nos casos em que mães brasileiras voltam para o país com seus filhos em razão de violência doméstica.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

Não será mais só um grupo de trabalho, mas uma Subcomissão.

Mara quer falar ou não precisa, se sente satisfeita com o relatório? O.k.

Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, Mara, o relatório e os dois requerimentos. Parabéns, Mara, parabéns, obrigada. Olha, gente, ela batendo palmas, demais. Obrigada, Senadora Mara, as crianças e as mães do Brasil agradecem o seu trabalho e estamos muito felizes.

Eu sei que você vai precisar sair. Muito obrigada, Mara, Deus te abençoe.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Amém, Damares, a você também e a todos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Vamos voltar para a pauta? Eu tenho dois itens de relatoria minha e nós temos um requerimento extrapauta. O requerimento extrapauta é que seja colocado o PL 3.099, de 2019, que é não terminativo, de autoria do Deputado Federal Juninho do Pneu e relatoria da Senadora Jussara, que trata sobre autocuidado.

Eu coloco em votação o requerimento extrapauta.

Aqueles que concordam...? (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, nós vamos já para esse item, e eu queria pedir depois a gentileza, Senadora Jussara, de depois presidir para eu ler as minhas relatorias, o.k.?

EXTRAPAUTA**ITEM 20****PROJETO DE LEI Nº 3099, DE 2019**

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para prever o estímulo ao autocuidado responsável na assistência às pessoas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); cria a Política Nacional de Autocuidado; e institui o Dia Nacional do Autocuidado.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CAS





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cria a Política Nacional de Autocuidado, olha que incrível, gente!

Senadora Jussara, para leitura do seu relatório.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Bom dia, Exma. Sra. Presidenta, Senadora Damares Alves, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

Peço permissão para ir direto à análise, Presidente, visto que o relatório já se encontra disponível a todos os membros desta Comissão.

Segundo relatório publicado pela Organização Pan-Americana da Saúde, as mortes por doenças crônicas não transmissíveis, como doenças cardiovasculares, câncer e diabetes, aumentaram 43% nas Américas desde 2000. Essas doenças são responsáveis por 65% de todas as mortes na região, das quais 40% ocorrem antes dos 70 anos.

Embora o envelhecimento e o crescimento populacional tenham contribuído para esse índice, o aumento das mortes se deu, em grande parte, em razão de fatores de risco modificáveis, como consumo de tabaco e álcool, alimentação pouco saudável e falta de atividade física.

Entre as políticas estruturantes do setor de saúde que incorporam especificamente o enfoque do autocuidado, ainda que nem sempre utilizem expressamente o termo, podemos destacar a Política Nacional de Humanização, a Política Nacional de Educação Popular em Saúde, a Política Nacional de Promoção da Saúde e a Política Nacional de Atenção Básica. Além disso, diversas são as iniciativas pontuais de conscientização sobre a importância do autocuidado.

Apesar das iniciativas já existentes, entendemos essencial que se crie política específica, a fim de que o autocuidado seja realizado de forma responsável e seja realmente percebido como algo indispensável. Dessa forma, essa política beneficiará não somente o indivíduo, mas toda a sociedade, na medida em que contribuirá para um sistema de saúde mais sustentável, eficiente e menos oneroso.

O fortalecimento do autocuidado, sobretudo quando articulado com a atenção primária à saúde, tem potencial para: 1) reduzir a incidência de agravos evitáveis; 2) melhorar a adesão a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratamentos; 3) ampliar a autonomia dos cidadãos; e 4) contribuir para a diminuição da demanda por serviços de saúde de média e alta complexidade.

Adicionalmente, a instituição do Dia Nacional do Autocuidado cumpre importante papel simbólico e pedagógico, visto que pode ampliar o alcance das campanhas de conscientização, engajar os profissionais de saúde e a população e estimular o debate sobre o tema.

Finalmente, observamos que, em 27 de novembro...

(Soa a campainha.)

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – ... deste ano, houve audiência pública no âmbito da CDH em que se discutiu a criação da Política Nacional de Autocuidado e a instituição de uma data sobre o tema com vários especialistas, o que reforçou a relevância e a oportunidade do mérito da proposição.

Em razão do exposto, Senadora Damares, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.099.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria.

Deixe-me aproveitar a discussão para falar, Senadora. Nós estamos entregando, aprovada já na Câmara, a Política Nacional do Autocuidado e o Dia Nacional do Autocuidado. Eu espero que as pessoas entendam a grandiosidade dessa matéria. A gente pode salvar muitas vidas com essa política, muitas vidas.

Eu quero parabenizar o autor da matéria, Juninho do Pneu, e parabenizá-la, Jussara, porque você fez audiência pública, discutiu, trouxe especialistas e agora traz um relatório de consenso. E veja que o Governo não está brigando para tirar de pauta; é sinal de que está tudo muito organizado e que nós teremos no Brasil, aprovando hoje, imediatamente... A gente sabe que isso aqui ainda vai ser discutido na Comissão de Assuntos Sociais, lá a gente pode pedir urgência e já instituir, quem sabe, essa política de imediato, não é, Jussara?

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Senadora, deixe-me falar...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Você vai pedir urgência aqui?

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Vou pedir urgência para...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, benção. Melhor ainda.

Então, vamos votar o mérito. Vamos primeiro para o mérito.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Eu estou com tanta vontade de aprovar isso. Que benção!

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão, antes que alguém se levante contra. *(Risos.)*

Coloco em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Parabéns, Jussara.

Agora, vamos colocar em votação o requerimento de urgência.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento de urgência.

Parabéns, Jussara. Parabéns. *(Palmas.)*

O Brasil ganha um presente hoje.

E vamos lutar para ver se a gente coloca em votação hoje, como é uma matéria de consenso, e a gente entrega para o Brasil mais uma lei.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. *Fora do microfone.*) – O Senador Marcelo Castro aceitou?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Aceitou, então agora é só a gente convencer o Davi Alcolumbre para, entre uma matéria e outra lá, a gente colocar em votação.

Parabéns, Senadora Jussara.

Senadora Jussara, como a gente saiu vitorioso nessa, eu queria solicitar que V. Exa. viesse presidir, eu faço a leitura dos meus votos e, na sequência, Senador Seif, tem dois itens de sua relatoria. Então, eu leio os meus porque um é terminativo, a gente abre o painel e aí a gente passa para V. Exa., está bom?

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4298, DE 2024

- Terminativo -

Autoriza o ingresso e a permanência de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista, alergia ou intolerância alimentar, em qualquer local público ou privado, transportando alimentos para consumo próprio e utensílios de uso pessoal.

Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos de emenda (substitutiva nº 1-CAS)

Observações:

Tramitação: CAS, terminativa na CDH.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- em 29/10/2025 a matéria recebeu parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (substitutivo).

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves, para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.)
– Eu peço, Presidente, permissão para ir direto à análise.

É uma matéria de consenso também, terminativa. A gente entrega para o Brasil hoje também este presente.

Sob o prisma constitucional, observa-se que a iniciativa se insere na competência legislativa concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal para legislar sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência, conforme estabelece o art. 24, inciso XIV, da Constituição Federal.

À União cabe a edição de normas gerais, prerrogativa que o presente projeto notoriamente exerce. A proposição tampouco interfere na estrutura administrativa do Poder Executivo. Não há, pois, vícios de inconstitucionalidade. Tampouco se identificam impropriedades quanto à juridicidade e à regimentalidade. E a técnica legislativa empregada demonstra-se correta.

No mérito, o projeto é louvável, por reforçar o dever estatal de promover a saúde e a segurança alimentar, ao garantir o direito de crianças e adolescentes com TEA, alergia ou intolerância alimentar de entrar e permanecer em locais públicos e privados portando seus alimentos e utensílios próprios.

Imaginem uma criança no cinema, podendo levar sua pipoca de casa. Imaginem uma criança num evento que não pode entrar comida, mas ela tem intolerância à comida servida no local. E agora essa lei vai permitir que ela possa levar seu próprio alimento.

Essa medida é crucial para remover barreiras de inclusão e proteger a saúde desse público com restrições específicas e frequentemente pouco entendidas pela sociedade. Resistir à mudança da rotina alimentar é uma das principais condições que afetam pessoas com Transtorno do Espectro Autista. Sem a nova lei, crianças autistas podem ser obrigadas a se alimentar de forma inadequada e a enfrentar sofrimento desnecessário.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A seletividade alimentar é prevalente em 40% a 80% das crianças com TEA, manifestando-se como recusa a novos alimentos e rigidez na rotina, muitas vezes associada a sintomas gastrointestinais e a intolerâncias. A falta de opções seguras em espaços coletivos expõe essas famílias ao risco de jejum, alimentação inadequada ou sofrimento desnecessário. De forma similar, pessoas com alergias e intolerâncias alimentares, como as estimadas 2 milhões de celíacas no Brasil ou as com alta predisposição à intolerância à lactose, enfrentam obstáculos concretos de acesso a espaços coletivos; a impossibilidade de portar alimentos seguros pode levar a dor, desconforto, constrangimento e, no caso de alergias (que atingem 8% das crianças pequenas), até mesmo, Senadora, risco de anafilaxia.

Portanto, a proibição de levar alimentos e utensílios não é apenas uma restrição logística; é um obstáculo concreto à saúde das pessoas com essas condições. O projeto, ainda mais nos termos da emenda substitutiva aprovada na CAS, que estende o benefício a todas as pessoas que tenham restrições alimentares, protege não só a escolha alimentar, mas também o bem-estar físico e a qualidade de vida, dando concretude aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e do direito à saúde ao determinar que o Estado remova essas barreiras.

Portanto, o voto é pela aprovação do PL 4.298, de 2024, nos termos da emenda substitutiva aprovada na CAS. Esse é o voto, e eu peço o apoio dos pares.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação é nominal.

Coloco em votação o Projeto de Lei nº 4.298, de 2024, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com a Relatora votam "sim".

Os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI)
– Coloco em votação... Item extrapauta. Coloco em votação a inclusão extrapauta de relatório de diligência que apresenta indicações.

Em votação a inclusão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passo a Presidência...

Coloco em votação relatório da diligência realizada pela CDH em Rondônia.

EXTRAPAUTA

ITEM 21

RELATÓRIO LEGISLATIVO - SF250499328640

- Não terminativo -

Relatório da diligência realizada pela CDH em Rondônia, que conclui pela apresentação de Indicações ao Ministério Público e ao Poder Executivo.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Lido na reunião realizada em 03/12/2025, conclui pela apresentação de indicações ao Ministério Público e ao Poder Executivo.

Em votação o relatório.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 3





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 435, DE 2022

- Não terminativo -

Dispõe sobre o direito ao registro, na ocorrência policial, da informação de que a infração penal foi motivada por discriminação ou preconceito à identidade, expressão de gênero ou orientação sexual da vítima.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: favorável ao projeto e pela rejeição da emenda nº 1, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CSP, em deliberação terminativa.

- na reunião realizada em 03/12/2025, foi concedida vista coletiva

- em 09/12/2025 foi recebida a emenda 1 do Senador Eduardo Girão.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Senadora, o relatório já foi lido. Como foi pedida vista e foi apresentada a emenda pelo Senador Girão, eu não acatei a emenda do Senador Girão. O relatório permanece o mesmo. Nesse sentido, eu vou, tão somente, explicar o que aconteceu. A emenda do Senador Girão não atende ao voto e ao projeto de lei, à adequação do projeto de lei. Portanto, eu apresento, Presidente, um substitutivo, que está devidamente publicado, que eu acredito que melhora muito o projeto. Então, eu acho que não tem como a gente gastar mais tempo fazendo a leitura do relatório; tão somente, eu estou apresentando a informação de que não acolhi a emenda do Senador Girão e permanece o relatório lido e a emenda apresentada na reunião passada.

Então, eu peço apoio aos pares para a gente já ir direto à votação da matéria, Sra. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI)
– Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto e pela rejeição da Emenda nº 1, nos termos da Emenda nº 2, da CDH (Substitutivo).

A matéria vai à Comissão de Segurança Pública, em deliberação terminativa.

Devolvo... Ah, tem mais! *(Risos.) (Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI)
– Item 16.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 143,
DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos (CDH), debater a gravidade crescente das negativas deliberadas de acesso à saúde e tratamentos essenciais, das interferências administrativas no ato médico e a violação da autonomia médica, dos impactos humanos, éticos e institucionais que tais práticas têm produzido em todo o país.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Concedo a palavra... *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, eu estou subscrevendo esse requerimento porque há uma necessidade de fazer uma discussão nesta Comissão. Inclusive, a gente tem inúmeros vídeos circulando na internet de médicos não receitando o remédio indicado porque os planos de saúde estão pedindo para os médicos: "Não indiquem este remédio, que é muito caro, e o plano de saúde não quer dar". Isso é uma questão gravíssima.

Então, nós vamos fazer uma discussão, aqui nesta Comissão, sobre este tema. A autoria do requerimento é do Senador Marcos do Val, mas eu o estou subscrevendo. Acho que a Comissão tem que fazer essa discussão e eu peço apoio aos pares para aprovação desse requerimento, e nós faremos a audiência logo no início do ano que vem.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Coloco em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado. *(Pausa.)*

Consulto se todos os Senadores já votaram. *(Pausa.)*

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Foi verificado o seguinte resultado: 11 SIM. *(Pausa.)*

Aprovado o projeto na forma da Emenda nº 1, da CAS/CDH (Substitutivo).

O substitutivo será submetido a turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 e no art. 92 do Risf. *(Pausa.)*

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3371, DE 2020





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que trata das medidas de enfrentamento à pandemia decorrente do coronavírus, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para dispor sobre a fiscalização das instituições de longa permanência e as normas de saúde a serem observadas pelas entidades de atendimento.

Autoria: Senador Romário (PODEMOS/RJ)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: terminativa na CDH.

Relatoria: Senador Weverton. Relatoria *ad hoc*: Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu agradeço ao Senador Weverton por permitir a leitura *ad hoc*. Ele queria muito estar aqui, mas hoje é um dia complicado lá na CCJ; a briga lá está feia, nós temos importantes matérias lá. E ele me permitiu fazer a leitura *ad hoc* dada a importância dessa matéria. Ele não queria encerrar o ano sem a gente deliberar essa matéria. Eu agradeço e me sinto lisonjeada em fazer a leitura *ad hoc*.

A matéria vem fortemente carregada das necessidades e urgências da pandemia, que levaram o autor a buscar reagir rapidamente à situação e, assim, a apresentar a proposição. Embora o contexto pandêmico tenha motivado o projeto, os temas abordados permanecem extremamente relevantes, dadas a vulnerabilidade dessa população e a carência histórica de fiscalização sistemática nas instituições de longa permanência.

Assim, ainda que o art. 1º da proposição originalmente faça referência à Lei 13.979, de 2020, que perdeu sua eficácia, entendemos que os demais dispositivos mantêm plena atualidade e justificam a reformulação da proposta em substitutivo que concentre os avanços pretendidos no Estatuto da Pessoa Idosa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente, a oferta de definição jurídica de instituição de longa permanência não contradiz o espírito do Estatuto da Pessoa Idosa, como tampouco o faz a ideia normativa de “integralidade da atenção à saúde do idoso”. Da mesma forma, as ideias de “higiene, salubridade, conforto, acessibilidade e segurança, bem como prover alimentação apropriada ao perfil epidemiológico e demográfico de seus residentes” parecem desdobrar adequadamente a ideia da norma atual, a saber, a de “condições adequadas de habitabilidade”. No mesmo sentido, a sentença “proporcionar cuidados à saúde, conforme a necessidade do idoso, inclusive comandando a vacinação da pessoa idosa” é melhor do que a sentença “proporcionar cuidados à saúde, conforme a necessidade da pessoa idosa”, na medida em que não deixa dúvidas quanto ao caráter imperioso da vacinação.

Nas alterações mencionadas, não se observam óbices de juridicidade ou de constitucionalidade, acrescentando-se ser o Parlamento a instância competente para legislar sobre normas gerais de proteção à saúde, conforme o inciso XII do art. 24 da Carta Magna. A matéria desdobra o conteúdo do art. 230 da Carta Magna ao determinar ao Estado as formas que revestem as ideias de proteção e de garantia de direitos.

Importante destacar ainda que o fortalecimento da fiscalização e da regulamentação mínima das instituições de longa permanência atende a uma demanda concreta em todo o território nacional, inclusive no Estado do Maranhão. Segundo dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, atualmente, o Maranhão conta com pelo menos 47 instituições voltadas ao cuidado de pessoas idosas, muitas das quais carecem de supervisão regular e estrutura padronizada.

A aprovação da proposta pode contribuir para impulsionar políticas públicas mais efetivas de proteção à população idosa em todo o país, com impacto direto e positivo também no estado de origem do autor da proposição.

Oferecemos – o Relator oferece – emenda substitutiva para reorganizar a matéria em face do óbice regimental mencionado no início desta análise, bem como para aprimorar a técnica legislativa usada na proposição.

O voto, Presidente, é pela aprovação do PL 3.371, de 2020, nos termos da emenda substitutiva, que já está devidamente publicada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu parabenizo o Relator original e o autor da matéria.

Nós vamos dar segurança aos idosos que estão nas instituições de longa permanência em todo o país.

Esse é o voto.

Eu peço apoio aos pares.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI)
– Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação é nominal.

Coloco em votação o Projeto de Lei nº 3.371, de 2020, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com a Relatora votam "sim".

Os Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI)
– Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4213, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), e a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que “dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências”, para estabelecer, em benefício de aposentados e pensionistas



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

idosos, normas de proteção contra a oferta abusiva de empréstimos financeiros mediante consignação em folha de pagamento ou débito direto em conta.

Autoria: Senador Siqueira Campos (DEM/TO) e outros

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, terminativa na CTFC.

Autoria: Senador Siqueira Campos, Senador Lasier Martins.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Seif, para a leitura do relatório.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Jussara. Bom dia, Presidente Damares.

Nós estamos acompanhando a CPMI do INSS e temos visto essa matéria, que está muito atual, apesar de já ter um tempo que esse projeto de lei foi proposto, Senadora Damares.

Os idosos – inclusive eu vi algumas matérias na CNN, Senadora Jussara –, por serem pessoas mais frágeis, ficam muito suscetíveis ao assédio de empréstimos, ameaças ou superofertas que não existem, benefícios que eles não vão utilizar, e isso infelizmente se transformou numa indústria no Brasil.

Se a senhora me permitir, eu vou passar direto para a análise, o relatório é um pouco longo.

De acordo com os incisos III, V e VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado, cabe à CDH opinar sobre matérias atinentes à proteção dos direitos humanos, da família e das pessoas idosas, o que torna regimental o exame do Projeto de Lei 4.213, de 2019, por este Colegiado.

No que diz respeito à técnica legislativa, sugerimos que o primeiro artigo da proposição indique o objeto da lei que se pretende aprovar e o seu âmbito de aplicação, conforme determinado pelo art. 7º da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998. Além disso, em virtude das alterações de mérito descritas a seguir, faz-se necessária a retificação da ementa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao mérito, entendemos que a proposição deve ser aprovada com máxima urgência.

A fim de aperfeiçoar o projeto com o intuito de garantir maior proteção a aposentados, pensionistas e beneficiários da previdência social, sugerimos algumas modificações, conforme descrito a seguir.

O art. 1º da proposição pretende dar nova redação ao §3º do art. 96 do Estatuto do Idoso, que tipifica como crime discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade. Sugere-se ligeira modificação do comando para prever que se entenderá como situação de superendividamento aquelas que ocasionem um comprometimento da renda líquida acima de 40%.

Observo que o §3º do art. 96 do Estatuto do Idoso foi inserido pela Lei 14.181, de 1º de julho de 2021, que trata da prevenção ao superendividamento. Opinamos pela manutenção da redação atual porque não é adequado fixar um limite para a definição de superendividamento, porque a capacidade de um consumidor pagar suas dívidas não é calculada por uma fórmula fixa. Ela depende de diversos fatores, como a renda total do núcleo familiar, o número de dependentes, despesas fixas com saúde, habitação, medicamentos, etc. Assim, para alguns o comprometimento da renda em níveis inferiores a 40% pode significar uma situação de superendividamento, na medida em que leva a um quadro no qual o cidadão não tenha mais renda disponível para atender às suas necessidades básicas.

Sugerimos, por essas razões, a rejeição da mudança proposta ao §3º do art. 96 do Estatuto do Idoso.

Propomos também fixar o Estatuto do Idoso um limite máximo de 45% (quarenta e cinco por cento) dos valores dos benefícios para descontos relacionados a empréstimos, observados os limites específicos estabelecidos na Lei 10.820, de 2003.

O objetivo das medidas é reduzir o assédio direto que os aposentados e pensionistas sofrem de forma quase imediata após a concessão dos benefícios. Além disso, esse “prazo de carência” para a contratação de empréstimos é importante, na medida em que, ao passar da atividade para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a inatividade, o trabalhador pode precisar se adequar a uma nova realidade financeira, muitas vezes experimentando uma redução de sua renda, que tende a ser ainda maior se estivermos diante de uma situação de recebimento de uma pensão por morte, por exemplo.

Trata-se de comandos que não encontram correspondência na legislação sobre superendividamento, mas que são contemplados, em alguma medida, por normas internas, infralegais, do INSS, que recentemente começaram a impor prazos de carência para contratação e débito de prestações de empréstimos consignados diante da concessão de novos benefícios. Entretanto, compreendemos que trazer para o âmbito da lei as medidas inibitivas desse tipo de assédio pode trazer mais segurança jurídica aos idosos.

O meu voto, Sra. Presidente.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei 4.213, com o seguinte substitutivo:

[...]

Art. 1º Esta lei dispõe sobre normas de proteção aos aposentados contra a oferta abusiva e descontos indevidos de empréstimos financeiros mediante consignação em folha de pagamento ou débito direto em conta e descontos indevidos por entidades associativas.

Art. 2º A Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigorar acrescida do art. 33-A: "Art. 33-A. Os aposentados e pensionistas idosos têm direito a especial proteção do Estado e das instituições integrantes do sistema financeiro nacional contra os riscos do superendividamento, sendo-lhes assegurada, no mercado de crédito, a manutenção de seus proventos de aposentadoria e pensão em níveis suficientes à sua subsistência digna, nos seguintes termos:

I – a soma das parcelas relativas ao adimplemento de empréstimos contratados mediante consignação em folha de pagamento ou débito direto em conta não poderão ser superiores ao limite de 45% (quarenta e cinco por cento) dos valores dos benefícios, sem prejuízo da observância dos limites previstos na Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

II – vedação irrestrita, na oferta de crédito, de toda e qualquer forma de assédio ou pressão, especialmente a psicológica, contra a pessoa idosa, bem como ocultação, intencional ou não, dos ônus e riscos da contratação do crédito.

Parágrafo único. A violação dos direitos e deveres previstos neste artigo poderá suscitar, em benefício do tomador do crédito, a inexistência de juros, encargos ou qualquer outro acréscimo ao valor principal contratado, bem como a revisão do prazo de pagamento da dívida, em observância ao preceito de manutenção dos proventos de aposentadoria e pensão em níveis compatíveis com a subsistência digna da pessoa idosa."

Art. 3º O § 2º do art. 37 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 37.

.....
§ 2º É abusiva, dentre outras, a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança ou da vulnerabilidade da pessoa idosa, desrespeite valores ambientais ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.

.....
....." (NR)

Art. 4º O art. 6º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º

.....
§ 7º A autorização de que trata o *caput* deste artigo somente poderá ser concedida após noventa dias do ato de concessão do benefício de pensão ou aposentadoria, mediante requerimento escrito do beneficiário.

§ 8º Ficam expressamente vedadas às instituições consignatárias autorizadas, diretamente ou por meio de interposta pessoa, física ou jurídica:

I – toda atividade de divulgação ativa, oferta comercial, proposta, publicidade direcionada a beneficiário específico ou qualquer tipo de atividade destinada a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convencer o beneficiário de aposentadoria ou pensão a celebrar contratos de empréstimo pessoal e cartão de crédito, com pagamento mediante consignação em folha, no prazo de cento e oitenta dias da concessão do benefício;

II – a oferta dos produtos de que trata o inciso I deste parágrafo em um raio de duzentos metros dos postos de órgãos públicos de qualquer esfera de governo responsáveis pela concessão de benefícios previdenciários.

§ 9º O descumprimento das regras previstas neste artigo importará, para a instituição financeira infratora, as penalidades de:

I – suspensão de recebimento de novas consignações, por período mínimo de trinta dias;

II – rescisão do convênio e proibição de realização de novo convênio pelo prazo de cinco anos, em caso de reincidência.” (NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.

Esse era o relatório, Sra. Presidente.

Lembro que nós temos visto, sim, campanhas publicitárias pesadas para atrair o público idoso, que muitas vezes se aposenta ou não se acostuma ainda, não está acostumado com o novo salário, com o novo ritmo de vida e acaba caindo em ofertas fáceis que muitas vezes ocultam juros, ocultam prazos, ocultam que é descontado diretamente, e o idoso, por muitas vezes não entender questões de empréstimos, matemática financeira, juros compostos, etc., acaba sendo vítima desse tipo de ação publicitária.

Então, eu peço a ajuda aos colegas, Senadores e Senadoras, para a aprovação desse projeto importante para a preservação, inclusive, da saúde mental, porque a pessoa endividada ela fica perturbada, perde a paz, perde sono, especialmente no caso dos nossos idosos.

Esse era o voto. Agradeço a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI)
– Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, da CDH (Substitutivo).

A matéria vai à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, em deliberação terminativa.

Consulto se todos os Senadores já votaram no item 1. *(Pausa.)*

Está encerrada a votação.

Leitura do resultado no painel.

(Procede-se à apuração.)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Foi verificado o seguinte resultado: 10 SIM.

Aprovado o projeto, na forma da Emenda nº 1, da CDH (Substitutivo).

O substitutivo será submetido a turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 e no art. 92 do Risf. *(Pausa.)*

Turno suplementar do PL 3.371, de 2020, item 1.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sra. Presidente, perdão.

Pela ordem.

Eu tenho um compromisso em seguida na CCJ. Se a senhora, depois que colocar o segundo turno, puder ler o item 19 da pauta, por gentileza, assim que a senhora deliberar o segundo turno da votação, agradeço demais.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que trata das medidas de enfrentamento à





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pandemia decorrente do coronavírus, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para dispor sobre a fiscalização das instituições de longa permanência e as normas de saúde a serem observadas pelas entidades de atendimento.

Como não foram apresentadas emendas no turno suplementar, o substitutivo fica definitivamente adotado, sem votação, conforme o art. 284 do Risf.

Item 2.

Turno suplementar do PL 4.298, de 2024.

Autoriza o ingresso e a permanência de crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista, alergia ou intolerância alimentar, em qualquer local público ou privado, transportando alimentos para consumo próprio e utensílios de uso pessoal.

Como não foram apresentadas emendas no turno suplementar, o Substitutivo nº 1, da CAS/CDH, fica definitivamente adotado, sem votação, conforme o art. 284 do Risf.

Devolvo a Presidência à querida Senadora Damares Alves. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Essa é a Comissão das crianças mesmo.

Vamos ao item 19 da pauta, conforme solicitação do Senador Seif.

ITEM 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 723, DE 2019

- Não terminativo -

Autoriza, nos termos dos arts. 176 §1º, e 231, §3º, da Constituição Federal, o aproveitamento hidroelétrico do Rio Irani, na terra Indígena Toldo Chimbangue I e II, no Estado de Santa Catarina.

Autoria: Senador Jorginho Mello (PL/SC)

Relatoria: Senador Jorge Seif





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CI.

- Audiência pública realizada em 04/12/2025, em atendimento aos REQ 42/2025 - CDH e REQ 65/2025 - CDH, para instruir o projeto.

É de 2019!

Concedo a palavra ao Senador Jorge Seif para a leitura do seu relatório.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Senadora Damares, é interessante que, ontem, nós, no Plenário do Senado, discutimos também o marco temporal de terra indígena e as necessidades do povo indígena de poderem prosperar, trabalhar. Isso aí foi uma das minhas defesas lá e, inclusive, da senhora também.

A senhora está surpresa que esse projeto seja de 2019? Não, esse projeto tem mais de 20 anos. Os indígenas... Eu os visitei lá, Senadora Damares, conheci o cacique, conheci os professores da tribo indígena, conheci os alunos, conheci a região. É uma região muito isolada de Santa Catarina, o pessoal lá não tem muito o que fazer para prosperar, é uma terra muito acidentada, não tem lugares para eles plantarem, colherem.

Com essa central hidrelétrica, com o aproveitamento hidrelétrico, o que aconteceria? Uma empresa privada que já fez estudos ambientais, etc., vai investir numa pequena central hidrelétrica na terra dos indígenas, no caso, Toldo Chimbanguê I e II, e parte da lucratividade dessa hidrelétrica vai para os indígenas. E, além disso, parece que 200, 250 empregos vão ser gerados – é isso, Marcie? É isso, são 250 empregos. E a prioridade para trabalhar nessa central hidrelétrica vai ser também, Senador Girão, dos indígenas. Ou seja, nós estamos gerando energia elétrica – e hoje o mundo e o Brasil tanto precisam gerar mais energia elétrica – de forma sustentável, porque é hidrelétrica, o Brasil é campeão mundial em geração de energia sustentável. Terceiro, com aproveitamento hidrelétrico. Em uma terra indígena que hoje não produz absolutamente nada e quer oportunidade de trabalho, os indígenas vão poder se desenvolver, vão poder estudar, vão aprender novas profissões, etc., etc.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse projeto, Senadora Damares, tem praticamente 20 anos. Se a senhora me permitir, como nós fizemos, inclusive, uma audiência pública dia 04/12, ouvimos os indígenas, ouvimos representantes da tribo, ouvimos representantes do Governo do estado, ouvimos o ex-Prefeito lá, que briga por esse tema há muitos anos, ouvimos também empreendedor, ouvimos também o Ministério dos Povos Indígenas... um representante do Ministério Público, também ouvimos o pessoal do Ministério Público, se a senhora me permitir, eu vou direto para a análise.

O art. 102-E...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O.k. Vou direto para o voto, Senadora Damares.

Como nós já exploramos bastante, tanto aqui na CDH, na audiência pública, em vídeos explicativos, o público... Foi agora, dia 04. Foi uma audiência pública muito proveitosa, foram quase duas horas de audiência pública, com participação ativa, inclusive, das pessoas via TV Senado e via 0800 do Senado.

Observamos que o PDS 53, de 2014, recebeu emenda na CMA, também aprovada na CCJ, para atualizar a sua terminologia àquela utilizada pela Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981. O mesmo ajuste redacional ainda se faz necessário.

O meu voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 723, de 2019, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CDH

Dê-se ao art. 2º do PDL nº 723, de 2019, a seguinte redação:

“Art. 2º

.....

I – estudo de impacto ambiental e respectivo relatório, que deverão incluir as alternativas e as possíveis consequências ambientais;

II – estudo de natureza antropológica, atinente às comunidades indígenas localizadas na área sob influência do empreendimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso aqui, inclusive, foi um acordo que nós fizemos com o Governo Federal, para que eles não fizessem nenhuma objeção. Então tudo bem. Estudo de impacto ambiental já é uma questão legislativa e estudo antropológico já existe. Esses estudos, inclusive, já existem e constarão no projeto.

Esse era o meu voto.

Peço o apoio do Girão, peço o apoio da Senadora Dorinha, peço o apoio da Senadora Damares, porque é um projeto muito importante para a comunidade indígena Toldo Chimbangue.

E também aqui quero rememorar e mandar um grande abraço para o então Senador Jorginho Mello, que hoje é Governador do Estado de Santa Catarina, que, na sua passagem pelo Senado Federal, também lutou e brigou para a aprovação desse projeto, de que agora eu tenho a alegria e a honra de ser o Relator, Senadora Damares.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CDH.

A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2647, DE 2023





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para incluir expressamente as pessoas com Síndrome de Down como beneficiárias da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o seu art. 1º.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

A relatoria é do Senador Flávio Arns, mas vai ler, *ad hoc*, o Senador Girão.

Senador Girão, olhe que matéria incrível. Essa matéria tem tudo a ver com a história do senhor, que é apaixonado por APAEs e investiu em APAEs a vida inteira.

Concedo a palavra ao Senador Girão para a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Como Relator.) – Muito obrigado, minha querida Presidente Damares. Obrigado à Secretaria pelo presente de Natal antecipado. Ao fazer aqui uma relatoria dessa, mesmo *ad hoc*, assim a gente se sente útil, instrumento de Deus, né?

Eu peço a permissão para ir direto para a análise.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre matéria relacionada à proteção e inclusão social das pessoas com deficiência, o que torna regimental a análise do PL por este Colegiado.

Em relação ao mérito, a proposição trata de questão relevante para a concretização dos direitos das pessoas com síndrome de Down, notadamente no que concerne a seu direito à concessão de isenção do IPI na aquisição de automóveis de passageiros.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Brasil, a concessão de isenção do IPI para determinados automóveis foi importante avanço para as pessoas com deficiência, promovendo maior acessibilidade e inclusão social a esse grupo. O PL busca tornar expresso o direito a essa isenção para as pessoas com síndrome de Down.

Essa previsão é particularmente importante neste momento, tendo em vista que a avaliação biopsicossocial da deficiência, prevista na Lei nº 13.146, de 6 de junho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão, ainda está em fase de projeto piloto nos Estados do Piauí e da Bahia, o que significa que não há, depois de quase uma década do advento da Lei Brasileira de Inclusão, avaliação biopsicossocial plenamente aplicável no território nacional.

É certo que a Lei nº 8.989, de 1995, com redação dada pela Lei nº 14.287, de 2021, prevê que, enquanto o Poder Executivo não regulamentar a avaliação biopsicossocial, não haverá sua exigência para concessão de isenção do IPI. No entanto, mesmo com essa previsão, houve eventos recentes que prejudicaram a concretização dos direitos das pessoas com deficiência, inclusive das pessoas com síndrome de Down.

A título de exemplo, em 2022, em razão de ausência de regulamentação do Poder Executivo, que só veio posteriormente, houve a suspensão da análise dos pedidos de isenção do IPI para a compra de automóveis por pessoas com deficiência. Não podemos permitir que isso ocorra novamente, seja em razão de revogação, seja em razão de modificação prejudicial do regulamento vigente.

Por isso, considerando as especialidades das atuais circunstâncias em que ainda se carece de implementação de uma avaliação biopsicossocial unificada da deficiência, entendemos necessário prever expressamente que as pessoas com síndrome de Down tenham direito à concessão da isenção do IPI. Já há disposição nesse sentido para as pessoas com transtorno de espectro autista, não havendo razão para não incluir também as pessoas com síndrome de Down.

Por fim, no que tange à técnica legislativa do projeto de lei, sugerimos que a expressão – abro aspas – "aos portadores de deficiência" – fecho aspas –, no art. 6º do art. 1º da Lei nº 8.989, de 1995, na forma do PL, seja substituída por – abro aspas – "as pessoas com deficiência" – fecho aspas –, por ser a opção mais adequada, nos termos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e da Lei Brasileira de Inclusão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.647, de 2023, com a seguinte redação:

EMENDA Nº -CDH

Substitua-se, no art. 1º do Projeto de Lei nº 2.647, de 2023, a expressão [abro aspas] “aos portadores de deficiência” [fecho aspas] por [abro aspas] “às pessoas com deficiência” [fecho aspas].

Presidente, caso seja aprovado, e eu acho que vai ser por unanimidade, tenho esse sentimento, que a gente possa dar urgência para o Plenário. Eu faço esse pedido.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Senador, a gente não vai votar urgência porque ele é terminativo na CAE. Então, lá a gente já resolve isso. Vamos até lutar para o senhor ser Relator lá na CAE, está O.k.? O.k.?

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da CDH.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em deliberação terminativa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só para parabenizar também o Senador Flávio Arns...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Flávio Arns é fantástico!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... que fez um grande trabalho, e a equipe dele, equipe excelente de técnica legislativa, equipe competente e comprometida com a vida.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador, inclusive, ontem, nós ganhamos de presente o novo decreto do Governo Lula com relação às escolas de ensino especial. Isso foi uma construção do Senador Flávio Arns e de toda a equipe, a quem quero parabenizar.

Eu quero informar, para quem não sabe, que está acontecendo, em Brasília – atenção, gente, corram lá –, as Olimpíadas Especiais das APAEs, com 25 estados presentes. Ontem, foi a abertura oficial, fiquei até 11h da noite com Flávio Arns lá. Vocês não têm ideia das delegações; vocês não têm ideia, no Parque da Cidade, das modalidades de disputa. Ontem, era só festa – só festa. Quando acenderam a tocha olímpica... Gente, está muito lindo! Quem tiver um tempinho, passe no Parque da Cidade e assista! Os atletas estão todos disputando. Que coisa incrível as Olimpíadas Especiais das APAEs! E ontem era um dia muito especial para todos eles, para comemorar o novo decreto do Governo.

Eu quero cumprimentar o Senador Flávio Arns, toda a equipe do Senado que participou da construção e, claro, o Ministro Camilo por ter ouvido e o Presidente Lula por ter entendido a sensibilidade da matéria.

Item 12 da pauta.

ITEM 12

SUGESTÃO Nº 17, DE 2020

- Não terminativo -

"Prorrogação de parcelas para quem está em seguro desemprego"

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Eduardo Girão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: pelo arquivamento da Sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.

A relatoria é do Senador Zequinha Marinho, que está ausente, mas a gente quer encerrar este ano e ele autorizou o Senador Girão a fazer a leitura *ad hoc*.

É pelo arquivamento da sugestão.

Concedo a palavra ao Senador Girão para a leitura do relatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Como Relator.) – Muitíssimo obrigado, minha querida Presidente Senadora Damares Alves.

Vamos lá.

O relatório é do Senador Zequinha Marinho, e eu peço a permissão para ir diretamente aqui à análise.

De acordo com a Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015, que regulamenta o Programa e-Cidadania, as manifestações de cidadãos, atendidas as regras do programa, serão encaminhadas, quando for o caso, às Comissões pertinentes, que lhes darão o tratamento previsto no Regimento Interno do Senado Federal.

Como a ideia legislativa obteve apoio de mais de 20 mil cidadãos, o parágrafo único do art. 6º da referida resolução determina que terá tratamento análogo ao conferido às sugestões legislativas previstas no art.102-E do Regimento Interno do Senado Federal, sendo encaminhado a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para opinar sobre a sua admissibilidade e conteúdo.

Sobre o mérito, considerando que a proposição tem como fundamento exclusivo a situação excepcional provocada pela pandemia da covid-19, atualmente superada, e que, portanto, perdeu sua atualidade e pertinência, com base no art. 334, I, do Regimento Interno do Senado Federal, entendo que a SUG nº 17, de 2020, deve ser considerada prejudicada por perda de objeto. E, nos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

termos do art. 334, §4º, do Regimento Interno do Senado Federal, a consequência da prejudicialidade é o arquivamento.

Voto.

Nos termos regimentais, voto, com base no art. 334, inciso I, §4º, do Regimento Interno do Senado Federal, pelo arquivamento da Sugestão Legislativa nº 17, de 2020.

A gente fica com o coração partido, porque o mérito é bom, só que o problema é da pandemia, da época da pandemia, e perdeu realmente o objeto.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Girão, apenas para contribuir, o autor da sugestão é Carlos Eduardo Weber dos Santos, do Rio Grande do Sul. A gente parabeniza o Carlos pela apresentação da sugestão, mas ela foi dada pela prejudicialidade. Mas não deixe de continuar mandando sugestão.

Em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pelo arquivamento da sugestão.

Item 18 da pauta.

Eu sou autora do relatório, mas como não há necessidade de alguém presidir, eu vou direto.

Eu queria pedir a todos vocês que permanecessem, porque, após a leitura desse relatório, nós vamos apresentar um vídeo com o balanço da Comissão. É um vídeo feito carinhosamente pela Secretaria e eu queria muito que vocês ficassem até o final para assistir a um balanço geral dos trabalhos realizados ao longo do ano.

Item 18 da pauta.

ITEM 18





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

RELATÓRIO DE ATIVIDADES - SF259838349410

- Não terminativo -

Relatório Final. Avaliação do PNDH-3

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Este relatório avalia o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), instituído pelo Decreto 7.037, de 21 de dezembro de 2009, como marco orientador da Política Nacional de Direitos Humanos.

No dia 26 de março deste ano, esta Comissão aprovou o Requerimento nº 4, de 2025, de autoria do Senador Mecias de Jesus, determinando que o programa fosse analisado no exercício de 2025. Para tanto, a Comissão organizou um processo de trabalho que incluiu o exame de documentos oficiais e estudos técnicos, além da realização de audiências públicas com especialistas, órgãos governamentais e representantes da sociedade civil. O objetivo foi construir um panorama claro e tecnicamente fundamentado sobre os resultados acumulados desde 2009 e sobre o grau de atualidade do PNDH-3.

Nesse sentido, o relatório traz os antecedentes e a trajetória de construção do PNDH-3, a produção científica existente sobre o programa, contribuições colhidas de especialistas em quatro audiências públicas, análise dos atuais desafios à promoção de direitos humanos no país, avaliação da adequabilidade do programa a esse novo contexto e, por fim, recomendações e considerações finais decorrente desse processo.

O PNDH foi instituído como uma política de caráter abrangente e transversal, estruturada em 6 eixos orientadores, 25 diretrizes, 82 objetivos estratégicos, 520 ações programáticas. Seu propósito era orientar a atuação do Governo Federal em temas como participação social, desenvolvimento e redução das desigualdades, segurança pública, acesso à Justiça, educação e cultura em direitos humanos e preservação da memória e da verdade. Essa arquitetura representou um esforço de organizar e integrar agendas que, até então, estavam dispersas, conferindo impulso inicial à consolidação da Política Nacional de Direitos Humanos da década seguinte.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A análise dos antecedentes históricos mostra que o PNDH-3 exerceu um papel importante, especialmente nos primeiros anos de vigência. Várias de suas ações foram incorporadas por programas, políticas setoriais e marcos legais, que se consolidaram, ao longo do tempo.

Os estudos técnicos evidenciaram que, ainda que o documento original apresentasse falhas de concepção, como a ausência de um modelo lógico prévio, metas e indicadores, grande parte de suas diretrizes influenciou ações federais em áreas como enfrentamento à tortura, combate ao trabalho análogo ao do escravo, políticas de igualdade racial, proteção de crianças e adolescentes, promoção de participação social e iniciativas de memória e verdade. Dessa forma, o programa desempenhou função estruturante em seu período inicial, contribuindo para consolidar agendas que hoje compõem o arcabouço permanente do Estado brasileiro.

A produção científica analisada e identificada por meio de revisão da literatura confirma esse diagnóstico. Embora a maior parte dos estudos acadêmicos se concentrem em temas específicos do programa, como memória e verdade, políticas de igualdade, prevenção à violência e participação social, duas avaliações abrangentes, realizadas pelo então Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em parceria com a Universidade Federal de Goiás, avaliação executiva e avaliação de desempenho, permitiram examinar o PNDH-3 em sua integralidade.

Esses estudos mostram que o programa foi amplamente mobilizado como referência nos primeiros anos após sua instituição, mas também evidenciam limitações estruturais recorrentes, como dispersão temática, ausência de monitoramento contínuo, escassez de dados indicadores. Tais fatores dificultaram a análise mais profunda sobre seus resultados concretos e contribuíram para que, ao longo do tempo, o programa perdesse capacidade de orientar, de forma sistemática, a Política Nacional de Direitos Humanos.

As quatro audiências públicas realizadas pela Comissão, que ouviram 23 especialistas do poder público e da sociedade civil, reforçaram as conclusões dos estudos técnicos. De forma recorrente, os participantes reconheceram a importância do PNDH-3 e a incorporação de muitas de suas ações em políticas permanentes. Ao mesmo tempo, apontaram a desatualização do documento diante dos fenômenos contemporâneos que não estavam presentes no desenho original de 2009.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero chamar a atenção dos senhores para que, de 2009 para 2025, o mundo mudou, tudo mudou. As relações comerciais mudaram, as relações trabalhistas mudaram, as relações sociais mudaram, as relações interpessoais mudaram. Nós não tínhamos, em 2009, por exemplo, as redes sociais, usadas, muitas vezes, para violação de direitos humanos. Dessa forma, o programa PNDH-3 encontra-se desatualizado, por causa das transformações tecnológicas aceleradas, da complexificação da violência, da maior judicialização da política, da insegurança jurídica, da fragmentação federativa, da crise de governança institucional e das mudanças demográficas e socioeconômicas que caracterizaram o país na década de 2020.

As audiências evidenciaram que o PNDH deixou de servir como instrumento de coordenação governamental e como referência mobilizadora junto aos entes federativos e à sociedade. A análise da adequabilidade do PNDH-3 ao cenário atual configura que o programa se tornou insuficiente para orientar a Política de Direitos Humanos no Brasil. Ainda que tenha sido relevante em sua época e tenha contribuído para avanços institucionais, sua estrutura extensiva e heterogênea, composta por centenas de ações, sem priorização, sem prazo, sem definição, sem insumos e praticamente sem indicadores, não responde mais aos desafios contemporâneos.

Lembro que ele é apresentado em 2009, mas, em 2010, já recebe uma adequação por meio de um outro decreto presidencial. Então, de 2010 para cá, não houve nenhuma atualização. Além disso, boa parte de suas ações já foram plenamente implementadas ou superadas por políticas posteriores. O programa, portanto, cumpre papel histórico, mas não oferece parâmetros adequados para enfrentar os problemas emergentes da década de 2020, muitos dos quais demandam abordagens inteiramente novas.

Com base nesse conjunto de evidências, o relatório conclui que o PNDH-3 pode ser considerado, ao mesmo tempo, amplamente implementado em seu núcleo principal e superado diante da complexidade dos desafios atuais. Sua função estruturante de organizar diretrizes gerais, estimular agendas setoriais e consolidar princípios e instrumentos da política de direitos humanos foi plenamente cumprida nos primeiros anos de vigência. Contudo, sua capacidade de orientar a ação estatal se esgotou na medida em que o documento deixou de refletir a realidade social, tecnológica, institucional e econômica do país.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, a Política Nacional de Direitos Humanos não necessita de uma reconstrução total baseada em um novo plano extenso e difuso, mas de adequações específicas e direcionadas, capazes de atualizar o Estado brasileiro para as exigências contemporâneas. As recomendações formuladas, ao final deste processo, seguem exatamente essa direção.

Em lugar da formulação de um novo programa de grande escala, propõe-se o aperfeiçoamento da política nacional por meio de ajustes cirúrgicos que fortaleçam sua governança, aprimorem seus instrumentos de coordenação federativa, reintroduzam mecanismos de acompanhamento e avaliação e incorporem, de forma objetiva e mensurável, os temas emergentes da agenda atual, tais como segurança e proteção no ambiente digital, transformação tecnológica, novas dinâmicas de violência, desafios demográficos, integração do sistema de justiça e superação de conflitos de competência entre órgãos públicos. Também se recomenda a definição de prioridades claras, a racionalização do número de ações, a criação de indicadores simples e transparentes e o fortalecimento dos espaços de participação social de forma inovadora, responsiva e mais conectada aos canais de interlocução contemporâneos.

Por fim, esta Comissão encaminhará o relatório, com todas as constatações, subsídios e recomendações, aos órgãos e autoridades competentes, com o objetivo de contribuir para uma atualização institucional da Política Nacional de Direitos Humanos. A intenção é garantir que o país disponha de um instrumento moderno, coerente com os desafios do século XXI e capaz de promover, de forma consistente e efetiva, a dignidade humana e a proteção integral de todos os brasileiros.

Gente, o relatório tem mais de 130 páginas, este é um resumo. Ele foi publicado na semana passada, e hoje a gente está votando o relatório final.

Eu sugiro que todos vocês que têm amor à pauta dos direitos humanos leiam depois o relatório com calma, quem não leu ainda, lembrando que esse PNDH-3, na época em que ele é trazido, causa muitas polêmicas. O Senador Girão vai lembrar que a primeira versão, em 2009, falava sobre aborto. Aí a Presidente Dilma, numa sensibilidade à reação da sociedade, trouxe uma adequação, retirando a descriminalização do aborto do PNDH-3.

O PNDH-3 cumpriu sua missão, e a gente traz aqui o nosso relatório final.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer aos Consultores do Senado Adrielle e Pedro, que nos ajudaram na formulação do relatório; ao meu gabinete, especialmente à Dra. Viviane Petinelli; a todos que se envolveram; ao Ministério dos Direitos Humanos; a todos os órgãos que vieram para as audiências públicas; as contribuições que chegaram por meio de documento.

Esta Comissão cumpre o papel e teve a coragem de fazer uma avaliação do PNDH-3, e a gente entrega hoje o relatório final.

Em votação o relatório.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Relatório da Avaliação da Política Pública PNDH-3.

E, assim, a Comissão, neste ano, avaliou duas importantes políticas públicas: o PNDH-3 e o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios.

Nós vamos voltar para a pauta, e, no final, eu vou fazer a apresentação de um vídeo, com o balanço geral da Comissão, porque a Senadora Dorinha se ausentou. Acho que ela não volta para a leitura dos seus votos.

Então, vamos ao item 13 da pauta.

Do item 13 da pauta, o Relator é o Senador Magno Malta, que ainda está enfermo, está afastado das atividades, mas, dada a grandiosidade da matéria, ele solicita que o Senador Girão faça a leitura *ad hoc*. E ele já está querendo ser o Relator, porque é uma SUG que se transforma em projeto de lei. Ele vai lutar, e a gente já está garantindo, aqui na CDH, a relatoria a ele do projeto de lei.

ITEM 13**SUGESTÃO Nº 12, DE 2021****- Não terminativo -**

"Tornar a pedofilia crime inafiançável".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Favorável à sugestão na forma do projeto de lei que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

A relatoria original é do Senador Magno Malta.

O Relator *ad hoc* é o Senador Girão.

Em 15/10, a matéria foi retirada da pauta.

Concedo a palavra ao Senador Girão para a leitura, como Relator *ad hoc*, do relatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Como Relator.) – Minha querida Presidente Senadora Damares, olhe só que dia, hein? Talvez seja a última sessão...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Hoje. Neste ano, é.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A senhora vai fazer de forma virtual na próxima? Como vai ser? No Plenário, não...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, nós não teremos deliberativa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tá.

E olhe só... Eu acho que é a última matéria que a gente vai votar hoje aqui, né?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A última.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E une a senhora, o Senador Magno Malta e este Parlamentar que vos fala. E nós estivemos juntos lá atrás – lá atrás.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quantas vezes, Senadora Damares, eu tentei vir – a senhora é testemunha – para esta Comissão, a CDH, e não consegui porque a sala estava lotada. Eu fiquei na chuva, lá fora, e tive que ir embora. E a senhora, assessora do Senador Magno Malta, aqui no combate, o Senador Magno Malta nem se fala... Eu gosto muito de dizer, e é uma gratidão muito...

Eu acho que, graças à coragem de poucos homens e mulheres, nesses últimos anos, principalmente naquele Governo Lula 2, quando a gente tinha ali tudo articulado para legalizar aborto, uma série de inversões, de ataques à família... Graças a pessoas de bem como a senhora, como o Senador Magno Malta – ele, como Parlamentar, ali na ponta de lança, influenciando os colegas –, nós não tivemos a legalização de aborto, de drogas, de cassino, de bingo, no Brasil.

E aqui esse é um projeto que tem a alma de uma vida de luta da senhora e do Senador Magno Malta. E eu, com muita humildade e gratidão a Deus, vou poder ser instrumento aqui do relatório do Senador Magno Malta para encerrar, no ano de 2025, as matérias da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Olhem os direitos humanos aqui nesse projeto do Programa e-Cidadania – estamos terminando com a população participando – que propõe tornar a pedofilia como crime inafiançável. É algo fundamental que seja inafiançável.

Eu peço a sua autorização para ir direto para a análise.

De acordo com o art. 6º, *caput*, da Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015, que regulamenta o Programa e-Cidadania, as manifestações de cidadãos, atendidas as regras do programa, serão encaminhadas, quando for o caso, às Comissões pertinentes, que lhes darão o tratamento previsto no Regimento Interno do Senado Federal.

Ademais, segundo o parágrafo único do referido dispositivo: "A ideia legislativa recebida por meio do portal que obtiver apoio de 20.000 (vinte mil) cidadãos em 4 (quatro) meses terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art.102-E do Regimento Interno do Senado Federal e será encaminhada pela Secretaria de Comissões à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), dando-se conhecimento aos Senadores membros".

Bem democrático isso aqui, não é?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme o Ofício nº 7/2021/Scom, de 10 de maio de 2021, a Ideia Legislativa nº 148.628, “recebeu apoio superior a 20.000 manifestações individuais”. Estão atendidos, dessa forma, os requisitos formais para que a SUG nº 12, de 2021, seja apreciada por esta Comissão.

No mérito, entendemos que a sugestão merece ser aprovada.

Preliminarmente, é importante salientar que a pedofilia é uma forma doentia de satisfação sexual. Trata-se, portanto, de uma perversão, um desvio sexual que leva um adulto a se sentir sexualmente atraído por crianças. A Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial da Saúde, em seu item F65.4, define pedofilia como uma parafilia ou transtorno de preferência sexual, caracterizada por uma preferência sexual por crianças usualmente de idade pré-puberal ou no início da puberdade.

Assim, não é possível punir a pedofilia, o desejo. Já o abusador, quem comete a violência sexual, independentemente de qualquer transtorno de personalidade e prática de crimes com conotação sexual contra crianças e adolescentes – é possível –, como aqueles definidos no Código Penal e, principalmente, no Estatuto da Criança e do Adolescente – este, sim, deve ser penalizado.

Entretanto, independentemente dessa distinção, o *caput* do art. 227 da Constituição Federal estabelece que é dever do Estado assegurar à criança, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à dignidade e ao respeito, além de colocá-la a salvo de toda forma de exploração ou violência. Ademais, nos termos do §4º do referido dispositivo de nossa Carta Magna, a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

Em obediência a esses preceitos constitucionais, o Poder Legislativo tem a obrigação de criar regras que protejam a criança e o adolescente de toda e qualquer conduta criminosa de conotação sexual, devendo agir para garantir a incolumidade física e psíquica. Assim, entendemos ser necessário tornar inafiançáveis todos aqueles crimes com conotação sexual praticados contra crianças ou adolescentes.

No Código Penal, podem ser assim considerados os crimes previstos no Capítulo II, do Título VI, da Parte Especial, os chamados “crimes sexuais contra vulnerável”, mais especificamente o estupro de vulnerável (art. 217-A), a corrupção de menores (art. 218), a satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente (art. 218-A), o favorecimento da prostituição ou de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável (art. 218-B) e a divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia (art. 218-C). Por sua vez, no ECA, podem ser considerados crimes com conotação sexual praticados contra criança ou adolescentes aqueles previstos no art. 240 a 241-D, bem como aquele constante do art. 244-A.

Ressalte-se que, em 2023, no Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, foi divulgado pelo Ministério da Saúde um boletim epidemiológico que apresenta, entre outros, dados sobre violência sexual contra de crianças e adolescentes no Brasil. O documento aponta que 202.948 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes foram notificados em sete anos, de 2015 a 2021, no Brasil. São quase 80 casos por dia no período. E 83.571 (41,2%) dos casos de violência foram contra crianças de zero a nove anos e 119.377 (58,8%) praticados contra adolescentes de dez a dezenove anos. Gente, quase metade – quase metade – com crianças e a outra com adolescentes!

Não podemos mais admitir números como esses. O abuso ou a exploração sexual de crianças ou adolescentes é um crime covarde, cometido contra quem não possui o necessário discernimento para a prática do ato sexual e que, portanto, não pode oferecer resistência, trazendo ainda danos irreparáveis para o resto da vida.

Além disso, em sua grande parte, os agressores são indivíduos que integram o círculo de convivência da vítima, exercendo relações de confiança ou autoridade, o que intensifica ainda mais a gravidade da conduta.

Sendo assim, entendemos que todo e qualquer crime com conotação sexual praticado contra criança ou adolescente deve ser considerado inafiançável, devendo o autor do delito permanecer preso durante todo o julgamento.

É isso, Sra. Presidente.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela conversão da Sugestão Legislativa nº 12, de 2021, do Programa e-Cidadania, em projeto de lei, que vai receber um número, nos termos seguintes:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Altera o art. 323 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para tornar inafiançáveis os crimes com conotação sexual praticados contra crianças ou adolescentes.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 323 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 323.....

.....

VI – nos crimes com conotação sexual praticados contra crianças ou adolescentes.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Girão.

Nós vamos discutir.

Só para colaborar com a discussão, o autor da proposta é Claudio Rodrigues Garcia, de São Paulo. Ele conseguiu, Senador, 54 mil assinaturas de apoio, em 2021.

A gente sabe que outras leis foram aprovadas de lá para cá, mas a gente entende que é necessária essa discussão do crime ser inafiançável.

Senador Girão, uma a cada três meninas no Brasil é abusada sexualmente até os 18 anos de idade, de alguma forma, mas somente 10% dos casos são investigados. Mas eu tenho um outro número que vai assustar mais os pais de meninos: de cada dez meninos abusados, só um denuncia. De cada quatro meninas abusadas, uma denuncia, mas, a cada dez meninos abusados, só um denuncia. O menino não denuncia. Às vezes ele acha que foi uma brincadeira, às vezes ele não quer se expor por causa da questão do preconceito depois e se silencia. Mas a gente vai ter que falar de abuso de meninos também. Há brincadeiras com meninos que não são brincadeiras. Quando eu falo sobre abuso sexual, muitos homens só se identificam que foram abusados depois que me escutam. Sempre acharam que foi uma brincadeira – e uma brincadeira que os machucava por dentro. Então, a gente vai ter que levar a sério o abuso sexual no Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu considero o abuso sexual a raiz de muitos males, Senador – muitos males –, como suicídio, depressão, ansiedade, drogas, álcool, criminalidade. Nós temos estudos que apontam que, dos criminosos condenados por crimes sexuais, mais de 80% foram abusados na infância. A pedofilia é algo terrível.

Parabenizo o Senador Magno Malta pelo relatório e o autor da sugestão.

Vamos agora à votação.

Coloco em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa constitui o parecer da CDH, favorável, na forma do projeto de lei que apresenta.

Senhores, eu vou dar como lidos todos os expedientes desta sessão e da reunião passada, todas as denúncias e todas as sugestões que chegaram. Todas elas estão publicadas e eu dou todas elas como lidas. Todos os encaminhamentos também já foram providenciados. E creio que, como ao longo do ano todos os encaminhamentos foram aprovados, esses também serão.

A gente encerra esta reunião de uma forma bem agradável hoje. Eu queria convidar todos vocês a assistirem um vídeo sobre um balanço geral da Comissão ao longo do ano 2025.

E vou pedir aos assessores que conversem com seus Senadores e, quem sabe, publiquem esse vídeo em suas redes, porque foi trabalho de todos os membros desta Comissão.

No relatório, nós trabalhamos muito em 2025. Preste atenção no quanto nós trabalhamos.

Por favor, Secretaria.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Quero agradecer à Secretaria, às assessorias, às assessorias de Liderança do Governo, da Oposição, da Minoria. Quando acaba a reunião, a gente conversa aqui, a gente briga, mas a gente se entende.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer aos membros desta Comissão. Pessoas que nunca foram membros da Comissão de Direitos Humanos vieram para a Comissão neste ano. A Comissão discutiu temas que as pessoas não achavam que eram direitos humanos, e a gente fez aqui uma discussão pensando em todos, trazendo todos para o protagonismo.

Ousamos sair do plenário, tivemos diligências, algumas tenebrosas, aviõezinhos enfrentando temporais. Lembra, Governo? Lembra Funai, MPI? Não conseguimos pousar na área ianomâmi, pelo temporal. Mas a gente foi encontrar... Nós nos encontramos com venezuelanos, nós fomos a Rondônia, nós fomos à Amazônia, nós saímos do plenário e nós vamos continuar saindo do plenário em 2026. Não é fácil. A equipe está trabalhando muito, porque, quando a gente termina uma audiência como essa, são inúmeros encaminhamentos, são inúmeros ofícios. As pessoas estão procurando. Àquela sala ali, gente, toda hora tem alguém chegando com problema.

Eu quero agradecer à Comissão, a esses técnicos, a forma como recebem cada pessoa que procura socorro nesta Comissão. Nem sempre temos as respostas para dar, mas, às vezes, é só um abraço que a pessoa quer, é só um acolhimento. Eu agradeço à Secretaria que eu ganhei, uma Secretaria que o Senador Paim soube treinar, e a alguns que estão chegando agora. Muito obrigada.

Eu só quero terminar mostrando eslaides com os números, só para a gente encerrar, são mais três minutinhos.

Tem como a gente colocar os eslaides? Tá?

Vejam só, gente, isto aqui nós vamos entregar para vocês. A Secretaria também está entregando agora, de forma impressa, uma revista, tá? A capa da revista é esta, porque nós fomos da criança ainda não nascida ao idoso nesta Comissão. E nós vamos ousar, no ano que vem, a falar em direitos humanos pós-morte. Nós vamos ultrapassar a barreira da idade, nós vamos para direitos humanos pós-morte em 2026.

Aqui os eslaides mostram o seguinte, deem uma olhadinha, gente: foi um ano de intensas atividades, tá? Este relatório apresenta, de forma clara e sistematizada – está aqui o relatório –, as principais ações da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Nós deliberamos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitas sugestões. A gente fez questão de valorizar as SUGs, reforçando o compromisso deste Colegiado com os direitos humanos, a democracia e a proteção dos grupos vulneráveis.

Pode passar.

Foram 54 audiências públicas realizadas. E não acabou, nós temos uma agora, às 2h da tarde, temos que encerrar aqui e voltar. E vai ser uma audiência também. Só o fato de a gente trazer o Governo para sentar aqui, num tema polêmico, que é a desintrusão em Rondônia... E amanhã teremos a última audiência ainda sobre direitos humanos para todos, em que o tema LGBT vai estar na pauta, com muito respeito, com propostas que serão apresentadas amanhã. E temas como infância, pessoa com deficiência, mulheres, idosos, povos indígenas e vítimas de violência foram abordados. Tornou-se realmente a Comissão das crianças. E, no ano que vem, aguardem, elas vão voltar a se sentar aqui na tribuna e vão usar a tribuna.

Nas audiências públicas, nós recebemos 351 expositores, 1,9 mil participantes, 365 autoridades. Dez Senadores presidiram audiências públicas, refletindo o caráter plural e participativo dos debates conduzidos pela Comissão.

Aqui são imagens das audiências. A participação no plenário foi incrível, mas *online* foi maior ainda.

Tivemos seis diligências externas. Nós estivemos na Argentina visitando os presos de 8 de janeiro; estivemos na Terra Yanomami; no Arquipélago do Marajó; em Viamão, no Rio Grande do Sul, numa diligência conduzida pelo Senador Paulo Paim, com relatório aprovado também; Humaitá e Manicoré, Amazônia e Rondônia. Em todas as diligências, relatórios foram produzidos, com inúmeros encaminhamentos, e os relatórios estão publicados.

Nós tivemos a Subcomissão Temporária sobre a Convenção de Haia, com 190 dias de trabalho intenso, audiências públicas, reuniões técnicas, encontros, que resultaram em mais de 40 ofícios para os Poderes Executivo e Judiciário, além do relatório técnico encaminhado aos órgãos competentes.

Foram 35 reuniões deliberativas realizadas, totalizando 89 reuniões da CDH em 2025.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós pautamos 177 matérias e aprovamos 155 matérias. Acho que foi um número muito satisfatório. Nós aprovamos 143 requerimentos. Matérias aprovadas de forma terminativa: seis, sendo que delas uma virou lei, e a gente celebra muito essa lei, a 15.268, de 2025, que era o PL 5.329, de 2023, e a outra foi remetida à sanção presidencial, que é o PL 3.506, de 2020.

Ninguém mais no Senado pode dizer que esta Comissão não é tão importante. Esta é uma Comissão muito importante, é o coração do Senado Federal. As outras podem ser até o cérebro, mas o coração está aqui. E matérias se encerram aqui. Nós votamos hoje duas de forma terminativa. Então, leis são encerradas, matérias são encerradas nesta Comissão e se transformam em leis.

Lei sancionada: cotas raciais em concurso; a Lei 15.212, de 2025, atualização da Lei Maria da Penha; a Lei 15.234, endurecimento penal à venda de álcool a menores; a Lei 15.249, comunicação alternativa em espaços públicos. Olhem quantas leis sancionadas que passaram por aqui!

Nós tivemos avaliação de políticas públicas, o combate ao feminicídio e avaliação do Plano Nacional de Direitos Humanos 3; 483 expedientes lidos em plenário. A maior parte dos expedientes tratam sobre violações de direitos humanos, alguns muito sigilosos. Em cada caso, foi realizado acompanhamento dentro das competências legislativas, bem como feitos os devidos encaminhamentos.

Pode passar.

Campanha do Agosto Lilás. Era Agosto Lilás, mas o Senado ficou vermelho, com um banco vermelho. Foi lindo! Nós mobilizamos todo o Senado, todas as instituições internas participaram. Obrigada à Comissão pelo trabalho que foi feito no Agosto Lilás.

Pode passar.

Encerrou?

Nós tivemos a instalação de duas Subcomissões: a permanente dos ianomâmis – inclusive, a gente está esperando, faltam duas pessoas para serem indicadas, mas essa Comissão vai continuar, nós vamos acompanhar tudo o que acontece na área ianomâmi –, e hoje a gente aprovou uma outra Subcomissão Permanente, que é a Comissão de Haia.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui está o time valoroso, glorioso, desta Secretaria. E eu peço a todos vocês que aplaudam esse time. *(Palmas.)*

Obrigada. Nós cumprimos a missão. Obrigada.

Eu me dou por satisfeita e feliz com as entregas da Comissão de Direitos Humanos no ano de 2025.

Assim, dados como lidos os expedientes, nada mais havendo a tratar, eu encerro por alguns minutos, porque às 2h estaremos de volta para uma extraordinária audiência, e convido todos vocês também para a audiência pública de amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 11 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 03 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 87ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia dez de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Marcio Bittar, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Jaime Bagattoli, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Jorge Seif, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Tereza Cristina, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão, Beto Faro, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Lucas Barreto e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Cid Gomes, Magno Malta, Rogério Carvalho e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A reunião é suspensa às dezesseis horas e cinco minutos e reaberta às dezesseis horas e treze minutos. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 123/2025 - CDH, de autoria Senador Marcos Rogério (PL/RO), e REQ 124/2025 - CDH, de autoria Senador Marcos Rogério (PL/RO). Finalidade: "Convite à Senhora Sonia Guajajara, Ministra dos Povos Indígenas, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre os processos de desintrusão e os conflitos fundiários relacionados à Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, no Estado de Rondônia, bem como sobre o não cumprimento de compromissos administrativos firmados pela própria Fundação desde 1988". Participantes: Maíra Coraci Diniz, Diretora de Obtenção de Terras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; Sérgio Armanelli Gibson, Defensor Público Federal - Representante da Defensoria Pública da União; Jeverson Luiz de Lima, Prefeito de Jarú Rondônia; Manoel Prado, Diretor de Demarcação de Terra Indígena da Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI; Fernando Antônio Prazeres, Membro da Comissão Nacional de Soluções Fundiárias do CNJ e da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; Ministra de Estado Sonia Guajajara, Ministério dos Povos Indígenas; Jair Luiz, Prefeito de Alvorada D'Oeste Rondônia; e Dr. Ramon Coutinho, Advogado. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/10>

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Boa tarde.

Declaro aberta a 87ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com a finalidade de ouvir a Sra. Sonia Guajajara, Ministra dos Povos Indígenas, convidada a comparecer a esta Comissão para prestar esclarecimento sobre os processos de desintrusão e conflitos fundiários relacionados à Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, no Estado de Rondônia, bem como sobre o não cumprimento de compromissos administrativos firmados pela Funai desde 1988. Em atendimento aos seguintes Requerimentos: 123, de 2025, e 124, de 2025, ambos de autoria do Senador Marcos Rogério.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que foram utilizadas pelos expositores.

Para melhor condução dos trabalhos, informo que serão constituídas duas mesas. A primeira mesa será composta exclusivamente pela Sra. Ministra dos Povos Indígenas – é praxe da Casa, é assim que funciona – e a segunda mesa será formada pelos demais expositores. Desta forma, já está conosco, à mesa, a Ministra Sonia Guajajara, a Ministra dos Povos Indígenas.

A pedido de S. Exa. a Sra. Ministra de Estado, comporão também a mesa dos trabalhos: o Sr. Eloy Terena, Secretário-Executivo do Ministério dos Povos Indígenas – bem-vindo, Eloy –, e o Marcos Kaingang, Secretário de Direitos Ambientais e Territoriais Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas.

Ministra, eu recebo a senhora com muito carinho. Obrigada por estar conosco.

De acordo com os art. 397 e 398, do Regimento Interno do Senado Federal, esta Presidência adotará o seguinte procedimento, e isso foi conversado também com a assessoria da Ministra. Eu acho que todos os senhores viram que ela fez um esforço enorme para estar aqui. Além do esforço físico, a gente sabe que é uma data complicada para quem é Ministra. É data de execução orçamentária. Os órgãos de controle estão todos em cima dela. É uma data de muitos compromissos, mas ela se esforçou para estar aqui, e a Comissão agradece, Ministra – a Comissão agradece.

Acredito que todos nós, membros da Comissão, ficamos muito contentes com a disposição da senhora em estar conosco, mas ela tem uma agenda enorme. E a gente combinou: está tudo acertado com a assessoria do ministério.

Conversei com o autor do requerimento, a Ministra terá 30 minutos para fazer uma exposição, e, em seguida, abriremos a fase de perguntas para a Ministra aos Senadores inscritos. Eu peço aos Senadores que se inscrevam ali, junto com a Secretaria.

A palavra aos Srs. Senadores será concedida conforme a ordem em lista de inscrição. O Senador interpelante disporá de cinco minutos, assegurando igual prazo de resposta para a Sra. Ministra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na segunda mesa, nós temos as outras autoridades convidadas, mas fomos informados também que parte da equipe da Ministra permanece na audiência para esclarecimento de outras dúvidas que surjam a partir da exposição de outras autoridades.

Ministra, sabemos que esse tema não se esgota nesta audiência pública e nós queremos conduzir esta audiência como uma grande roda de conversa. A Comissão já se debruçou sobre esse assunto, sobre esse tema. Nós tivemos uma expedição na área, nós estivemos – uma comitiva de Senadores e Deputados Federais – nas duas áreas em uma diligência. Acompanhou-nos na diligência a Defensoria Pública da União, o Dr. Sérgio está aqui e também terá fala na segunda mesa. Após a diligência, nós aprovamos o relatório da diligência em Plenário, e o relatório resultou em inúmeros encaminhamentos. O relatório é público, os encaminhamentos também.

E um dos encaminhamentos, Ministra, foi o encontro com o Ministro do STF, o Presidente do STF, o Ministro Fachin, que também é Presidente do Conselho Nacional de Justiça. Nós estivemos com ele. A Comissão foi convidada para acompanhar a bancada federal de Rondônia, foi uma reunião muito boa, e, após a reunião – a assessoria do STF também está presente aqui –, o Ministro de ofício também já abriu um novo procedimento que diz respeito exatamente ao tema que vamos discutir aqui. Então, é a continuidade de uma diligência que também resultou em uma audiência.

Todos que estão presentes, o assunto não se esgota aqui, e eu preciso fazer um registro. Ao longo do ano que eu presidi a Comissão, nós tivemos excelente relacionamento com o ministério, nós deliberamos muitas matérias da área indígena nesta Comissão, sempre em diálogo com o ministério. Por isso é que vamos conduzir esta audiência... Nós temos convidados que vieram, Ministra, de Rondônia, nós temos aqui agricultores, nós temos Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores – alguns vão participar de forma *online*. Então, nós vamos conduzir esta audiência, de fato, como uma grande roda de conversa, lembrando que não se esgota nesta audiência. O tema vai continuar sendo discutido de forma técnica, esta Comissão, a bancada, CNJ, Defensoria Pública, eu creio que a gente vai dar continuidade ao diálogo depois.

Dito assim, por uma questão inclusive de honrar o autor do requerimento, eu vou passar a Presidência da audiência ao Senador Marcos Rogério, mas eu vou acompanhar a audiência toda sentadinha ali, obedecendo tão somente – pode vir, Senador – o que nós combinamos com a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministra: ela faz a exposição e ela responde as perguntas, ela se ausenta, o ministério fica, as demais autoridades e os convidados de Rondônia terão a palavra, o.k.?

Senador Marcos Rogério, o senhor conduz a audiência. Ministra, ele não é tão bonito quanto eu, mas eu vou ficar ali acompanhando-a. *(Risos.)*

Bem-vinda, Ministra! Obrigada por estar conosco.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Boa tarde.

Eu quero, inicialmente, fazer um registro de agradecimento à Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senadora Damares Alves, pelo gesto não de repassar a Presidência neste momento – porque eu faria muito gosto que ela continuasse presidindo aqui e eu apenas acompanharia a condução dos trabalhos –, posto que a Ministra Damares, nesse tema, não apenas tem dado espaço para que os Senadores apresentem requerimentos, encaminhamentos, mas ela tem pessoalmente se empenhado para procurar entender, conhecer a dor das pessoas, das famílias. Esteve conosco lá em Rondônia, numa diligência da Comissão de Direitos Humanos, de sorte que eu quero reiterar aqui publicamente, mais uma vez, minha gratidão à Presidente Damares.

Quero agradecer também a presença do Dr. Sérgio, que é Defensor Público da União, que esteve conosco nessa diligência e hoje, novamente, está participando dessa audiência pública.

Quero cumprimentar o Prefeito da cidade de Jaru, o Prefeito Jeverson Lima, que acompanha esta audiência pública com muito interesse, porque uma das áreas está justamente na cidade de Jaru.

Grécio, nosso Vice-Prefeito da cidade de Jaru, muito obrigado pela presença.

Deputado Dr. Luís do Hospital, Deputado Estadual do Estado de Rondônia, que acompanha de perto também essa situação da desintração.

Quero cumprimentar aqui e agradecer o Elias e o Leomar – o Leomar é amigo de tanto tempo –, que estão aqui representando as famílias que são daquela região.

Hoje era para a gente ter aqui um Plenário lotado de moradores, de proprietários rurais, mas não estão. E a razão é muito simples, Dr. Luís. O Dr. Sérgio, que lá esteve, consegue





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compreender o que eu vou dizer agora. São famílias simples, que não dispõem de meios financeiros para vir até Brasília participar de uma audiência pública. Por isso não estão, mas estão todas lá acompanhando essas audiências públicas.

Eu quero inicialmente fazer também um registro de agradecimento à Ministra Sonia Guajajara por estar aqui. É compreensível a situação de fim de ano, e com as muitas tarefas que tem, mas disponibilizou um espaço para estar conosco aqui. Eu agradeço à Ministra, bem como à sua equipe do ministério. Sejam muito bem-vindos a esta Comissão, para buscarmos um encaminhamento em relação a essa matéria.

A bem da verdade, esta audiência pública está acontecendo em razão de uma tentativa, e aqui quem é da equipe do Governo sabe disso... Houve uma tentativa, antes disso, de a gente encaminhar essa discussão no plano interno, e não foi possível acontecer naquele momento. A devolutiva que eu tive, no primeiro momento, foi uma devolutiva de que não tinha espaço para discussão naquele momento. Posteriormente até fizeram uma abertura para uma agenda, mas a audiência pública já estava marcada.

Então, estou apenas reportando aqui os passos de tudo isso para a gente iniciar os nossos trabalhos, ouvindo inicialmente, com muita alegria, esperança e expectativa, a Ministra Sonia Guajajara.

V. Exa. tem a palavra.

A SRA. SONIA GUAJAJARA (Para expor.) – Olá, boa tarde.

Quero saudar aqui a Presidência desta Comissão, Senadora Damares e o Senador Marcos Rogério, obrigada por estarem aqui também e presidirem esta audiência. Quero saudar também aqui as lideranças indígenas, a coordenação executiva da Apib, as lideranças indígenas do Amazonas e de Rondônia, que também estão aqui. Quero saudar aqui a nossa equipe do Ministério dos Povos Indígenas, na pessoa da Secretária Ceiça Pitaguary, Secretária de Gestão Ambiental e Territorial do Ministério, e da Secretária Giovana, de Articulação e Promoção de Direitos. E aqui, junto comigo, o Secretário Marcos Kaingang, que é o Secretário de Direitos Ambientais e Territoriais Indígenas, e o Secretário-Executivo, Dr. Eloy Terena. Quero, assim, saudar a todos e a todas que estão aqui presentes nesta importante audiência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu compareço aqui a esta Comissão com respeito ao Parlamento e com a serenidade de quem sabe que não está aqui para travar uma disputa política conjuntural, Senador, mas para tratar de algo que é de interesse de todo o Estado brasileiro: a proteção da vida, o cumprimento da Constituição de 1988 e o respeito às decisões do Supremo Tribunal Federal.

Eu quero partir de um ponto muito objetivo para afastar qualquer dúvida. As ações realizadas na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau resultam do cumprimento de uma determinação judicial do STF, no âmbito da ADPF 709, de 2020, que reconheceu a obrigação do Estado brasileiro de proteger povos indígenas, especialmente os povos de recente contato e isolados, frente a invasões, à grilagem, à mineração e ao desmatamento ilegal.

Todos aqui são sabedores de que todas essas práticas acontecem corriqueiramente nos territórios indígenas, a exemplo do que a gente fez com o território ianomâmi, de retirar ali a presença de muito tempo de garimpeiros ilegais, que estavam provocando tantas outras situações ali para além da invasão, como a questão da saúde dos povos. Então, a gente cumpre essa decisão judicial no sentido de evitar o avanço desse desmatamento e de aumentar a mesma situação para o povo indígena urueu uau uau.

Então, a primeira mensagem que eu quero deixar aqui é esta: o Ministério dos Povos Indígenas, a Funai, o Incra e os demais órgãos estão cumprindo uma ordem do Supremo Tribunal Federal, em consonância com a Constituição de 1988 e com a responsabilidade do Estado brasileiro frente a povos que sofreram historicamente violências, doenças e quase extermínio. Portanto, não se trata de uma operação arbitrária, nós não estamos tratando apenas de números ou de linhas em um mapa, estamos tratando da sobrevivência de um povo que quase foi exterminado.

No caso dos urueu uau uau, o cenário é ainda mais grave, porque não se trata apenas de um povo, de um único povo ali. Ali existem povos de recente contato e também povos em isolamento voluntário, que não mantêm contato com a sociedade, nem mesmo com o povo do mesmo território. Eu digo isso porque, no meu território arariboia, no Estado do Maranhão, também tem um grupo de povo isolado, o povo awá-guajá, que se nega a fazer contato com o povo guajajara, que vive já aldeado e com contato, há mais de 400 anos, com a sociedade. E ainda





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assim eles estão lá, e a gente cuida daquele território para fazer a proteção, para que eles possam continuar seguindo com seu modo de vida próprio.

Então, a literatura especializada e os relatórios sobre desmatamento em territórios com povos isolados mostram que a combinação de invasão territorial, a derrubada das florestas e o contato forçado a esses povos produz um risco real de genocídio silencioso. Epidemias de gripe, sarampo, covid-19, doenças respiratórias e malária podem dizimar comunidades inteiras em poucos anos. E, quando se determina desintrusão em áreas com presença de povos isolados, não se trata apenas de propriedade de terra; é a garantia de que o Estado impeça no presente que se repita o genocídio, como já aconteceu na Amazônia, décadas atrás. Por isso, proteger a Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau não é uma opção política do Governo A ou do Governo B, é um dever constitucional e humanitário. É impedir que, em pleno século XXI, o Brasil seja novamente responsável pelo desaparecimento de povos inteiros.

A brutalidade dessa história está registrada em imagem e som, e aí eu gostaria muito de apresentar aqui para vocês um exemplo de um fato, um apenas, de muitos que aconteceram com esse povo, e assim acontece com muitos povos, não só de recente contato, mas também de povos que já estão aldeados há mais tempo. No documentário Na trilha dos Uru-eu-wau-wau, que vocês podem assistir depois, um seringueiro já idoso olha para a câmera e relata, com muita naturalidade, uma naturalidade até assustadora, Senadora, que participou da morte de seis indígenas. Aí ele conta que, num desses ataques, ele sequestrou uma mulher indígena e uma criança de seis anos. Ele narra ainda que mantinha mãe e filha presas por correntes. A mãe morreu pouco depois, de pneumonia, longe da sua aldeia, e a menina foi criada por ele como sua esposa. Imaginem só vocês uma criança indígena órfã pela violência, acorrentada e tratada como se fosse propriedade.

Esse depoimento não é um caso isolado. Ele revela como, durante décadas, a violência contra povos indígenas, sobretudo contra mulheres e crianças indígenas, foi ficando naturalizada. E é contra esse passado de horror que a Constituição de 1988 reconheceu os direitos originários e que hoje o Estado brasileiro tem o dever de proteger integralmente as terras indígenas.

Essa história de violência e resistência também aparece de forma muito clara em outra obra recente, o documentário que se chama O Território. Esse documentário mostra o esforço das





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lideranças e da juventude indígena para organizar brigadas de vigilância, monitorar invasões com o uso de *drones*, câmeras e celulares, registrar queimadas e derrubadas ilegais e denunciar tudo isso também à opinião pública, além dos órgãos, o avanço de grileiros, de poceiros e grandes interesses econômicos sobre a terra indígena.

Eu sei que às vezes é muito difícil para as pessoas não indígenas entenderem esse modo de vida, essa cultura que é totalmente diferente da cultura dos não indígenas. E, quando o Estado falha, são esses jovens, como urueu uau uau, que colocam o corpo e a câmera na linha de frente, caminhando dias na mata para documentar cercas novas, caminhos, pistas clandestinas, gado sendo levado para dentro da terra indígena. E eles fazem isso, porque sabem que, se a terra cair, cai junto a língua, o modo de vida tradicional, cai junto o conhecimento sobre as plantas, sobre as ervas medicinais, cai junto também a memória dos seus ancestrais. E é por isso que se diferencia para nós, enquanto indígenas, a terra do território.

E a desintrusão que nós estamos conduzindo hoje também é resposta a essa ação corajosa e organizada do próprio povo, que escolheu viver e não desaparecer em silêncio. E essa história também não é um ponto fora da curva. Em 1967, em plena ditadura militar, houve o chamado Relatório Figueiredo, que vocês também podem buscar depois na internet e conhecer mais, em que o Procurador Jader de Figueiredo, a pedido do Ministério do Interior à época, documentou em todo o país, não só na Amazônia, não só em Rondônia, mas em todo o país, massacres, torturas, escravidão, estupros, envenenamento deliberado de comunidades inteiras e roubo sistemático de terras indígenas, praticadas por agentes, inclusive, do antigo Serviço de Proteção aos Índios, que era o SPI. Em aliança, com grandes proprietários de terras, infelizmente, é o que pode voltar a acontecer com a PEC 48, votada e aprovada de forma tão acelerada ontem aqui nesta Casa, e que continua trazendo muita preocupação para nós.

A história do povo urueu uau uau se insere exatamente nesse padrão de violência. Em um primeiro momento, a ocupação avança sobre o território, invade, mata e expulsa os indígenas. Em seguida, inverte-se essa narrativa e passa-se a dizer que o problema são os indígenas. O próprio documentário, ainda do urueu uau uau, O Território, mostra a luta do jovem indígena Ari, quando ele estava denunciando essa situação de invasão, de desmatamento ilegal no seu território e ele foi morto durante a gravação desse documentário. E, depois, foi colocado como um acidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, casos como esse são corriqueiros, também com o povo guarani kaiowá, no Mato Grosso do Sul, que constantemente aparece morto, acidentado na estrada.

Então, eu trago aqui uma realidade indígena, documentada em alguns meios, seja documentários, filmes, livros, mas que é uma realidade.

E, no relatório recente da visita técnica, a Comissão Nacional de Soluções Fundiárias do CNJ registrou que o Prof. Tambura, liderança indígena, relatou que trabalha para resgatar a língua tradicional da comunidade, bem como para identificar o território antes ocupado pelos seus antepassados. Ele compartilhou, com os presentes ali, a história contada, quando tinha dez anos, por seu avô, que disse que, a partir de 1970, considerando a discussão para a abertura da BR-364, a comunidade foi obrigada a adentrar cada vez mais a floresta, e as flechas deixadas pelo chão serviam como aviso aos não indígenas de que estavam em território indígena, que eles estavam ali.

Apesar disso, a invasão prosseguiu, avançando pela terra indígena. O resultado, para além do desmatamento, consistiu, como também mencionado por Bitaté Uru-Eu-Wau-Wau, na drástica redução da população indígena, majoritariamente adoecida pelo contato com os não indígenas; outra parcela, contudo, por força da violência direta dos invasores.

Dito isso, eu passo agora ao segundo ponto central, de que não se trata de um conflito entre os povos indígenas e pequenos agricultores familiares. Esta narrativa tem circulado com muita força, e eu queria dizer que isso não corresponde aos dados oficiais produzidos pelos próprios órgãos de Estado.

A Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau é, hoje, um território cercado e, em grande parte, invadido por pastagens. Segundo dados do MapBiomas e de investigações jornalísticas e científicas, a área ocupada para a criação de gado dentro da terra indígena alcançou cerca de 34 mil hectares em 2021, chegando a quase 48 mil hectares em 2022. Esses dados mostram que o principal uso econômico do território não é a agricultura de subsistência e, sim, a pecuária, que muitas vezes está articulada com esquema de grilagem da terra e cadeia de fornecimento a grandes frigoríficos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 4 de setembro de 2025, o Ministro Luís Roberto Barroso homologou o Plano Integrado de Desintrusão da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, determinando sua execução imediata, com cronograma, matriz de responsabilidades e regras claras para a atuação dos órgãos federais, ressaltando justamente a área do PAD Burareiro, que foi encaminhada à mediação da Comissão Nacional de Soluções Fundiárias do CNJ. Portanto, um dos pontos que agora está sendo mais debatido é o PAD Burareiro, e ele não está como objeto dessa desintrusão; ele está sendo discutido agora pela Comissão Nacional de Soluções Fundiárias do CNJ.

O PAD Burareiro foi criado pelo Incra em 1975, por decreto nesse período da ditadura militar, para assentamento de 1,5 mil famílias. Porém, essa área incidiu sobre território que já estava interditado pela Funai desde 1973, justamente para proteger as populações indígenas tradicionais que lá viviam e já enfrentavam conflitos com frentes de colonização.

Quando olhamos especificamente para a região do PAD Burareiro, onde se encontra boa parte desse debate público, o diagnóstico oficial é um pouco mais assustador. Por quê? Relatórios do Incra e estudos apresentados ao STF demonstram que apenas 1,2% da área é destinada ao cultivo de lavouras, enquanto 74% são ocupadas por pastagens dedicadas à pecuária de corte. O mesmo levantamento identificou 69 Cadastros Ambientais Rurais na área, 12 deles com área superior a quatro módulos fiscais, portanto, grandes propriedades; e outros 17 pertencentes a grupos familiares, que, somados, configuram concentração fundiária ou fragmentação artificial de áreas. Além disso, pelo menos 14 titulares de Cadastro Ambiental Rural no Burareiro possuem outras 38 propriedades fora da terra indígena, algumas com mais de 2,3 mil hectares e em municípios onde o valor da terra ultrapassa R\$50 mil por hectare.

Esses números afastam de maneira inequívoca a imagem de que estaríamos lidando apenas com famílias pobres, sem alternativa, em pequenas áreas de agricultura familiar. Nós reconhecemos que há, sim, famílias que merecem atenção social e tratamento específico – e eu reconheço esse fato com toda a responsabilidade –, mas a maioria da ocupação irregular, segundo os próprios dados oficiais, tem perfil de grandes pecuaristas e de fazendeiros com patrimônio considerável.

Portanto, não corresponde à verdade afirmar que o Governo Federal destruiu casas de assentados do Burareiro ou expulsou famílias tituladas pelo Incra nessa área. O que está em curso





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ali é um processo de mediação, conduzido pelo Poder Judiciário, com participação dos órgãos executivos, para separar três realidades diferentes. E nós estamos muito atentos a dar encaminhamento a esses três pontos, a essas três situações, que são: identificar famílias que, de fato, se enquadram no perfil da agricultura familiar e de boa-fé; as ocupações decorrentes de grilagem, loteamentos ilegais e venda de lotes sobre a terra indígena; e grandes propriedades voltadas à pecuária extensiva. Então, tem essas três situações, que precisam ser muito bem identificadas e diferenciadas em cada caso.

O Plano de Desintrusão, apresentado pelo Governo Federal e homologado pelo Supremo Tribunal Federal, deixa claro que as operações estão sendo efetuadas em outras áreas da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, mas a região de sobreposição com o PAD Burareiro foi expressamente encaminhada a essa Comissão Nacional de Soluções Fundiárias do CNJ. Nessas áreas, não haverá desintrusão realizada pelo Governo Federal até que essa mediação se resolva. Nas demais áreas em que a desintrusão já ocorreu, as operações foram precedidas de visitas *in loco*, comunicação prévia às famílias, prazo para retirada voluntária e verificação da existência de títulos, sendo que, quando apresentados, nem todos se mostraram válidos.

Na faixa sobreposta ao projeto de assentamento de Jarú Uaru, a operação de desintrusão seguiu um padrão. O levantamento do Incra identificou 84 lotes incidindo sobre a terra indígena, com 84 notificações formais de saída. Na região específica dos marcos 25 e 26, em área de 324,21ha, cinco ocupantes foram notificados. Três iniciaram a retirada voluntária de gado, e dois ingressaram com ação na Justiça Federal, que foi indeferida pela 2ª Vara de Ji-Paraná, reconhecendo a inexistência de posse legítima.

Em 28 de outubro, foi realizada a desintrusão das duas fazendas. Em um dos casos, do ocupante conhecido como o caso do Sr. Bené, apenas o curral situado dentro da terra indígena foi removido, mantendo-se a casa, que estava localizada fora do território indígena, que estava do outro lado. No outro, as estruturas encontravam-se em área vazia, sem moradia familiar.

Em três das cinco áreas notificadas, havia apenas o gado e o curral no interior da terra indígena, ou seja, tratava-se de ocupação voltada à pecuária dentro da terra indígena já homologada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu trago aqui fatos, mostrando como está sendo conduzido, e também fatos históricos, para a gente poder não trazer também esse problema somente para um problema que foi criado hoje, Senador, mas que a gente volta a essa linha do tempo, todas essas histórias, para a gente poder também ver como é que a gente conduz hoje de forma digna e dialogada, como está sendo proposto aqui nesta Comissão.

Então, o Plano Integrado de Desintrusão reuniu mais de 20 órgãos federais e estaduais e foi amplamente debatido antes do início das ações. Em todas as frentes, houve cuidado com os pertences, garantia de prazo e de condições para a retirada voluntária e a análise do caso a caso.

Em um dos imóveis, por exemplo, embora o plantio de café estivesse integralmente dentro da terra indígena, decidiu-se que a lavoura não seria destruída antes da colheita, em respeito ao trabalho daquela família e à delicadeza da situação.

Isso demonstra que não se trata de uma ação punitiva, mas de uma operação cuidadosa, baseada em critérios técnicos, que busca proteger a terra indígena e, ao mesmo tempo, assegurar tratamento digno às pessoas envolvidas.

É também fundamental recordar a origem histórica desse conflito, porque o que está em jogo não começou em 2023, nem em 2025. Estudos históricos e pareceres técnicos do próprio Incra e da Funai reconhecem que esse projeto integrou uma política mais ampla no período da ditadura e que buscava transformar a Amazônia em fronteira estratégica de colonização, vinculada ao Programa de Integração Nacional (PIN) e ao Proterra. Essa política de avanço sobre a região ignorou por completo os documentos produzidos pelo SPI e pela Funai, bem como a própria existência dos povos indígenas naquela área.

E nós sabemos bem disso, por meio da história e também de fatos que têm vindo à tona, como foram todas essas frentes de colonização que chegaram na região e que, mesmo com as flechas deixadas, como citei no início aqui, por indígenas que tiveram que se adentrar mais à floresta, todos esses vestígios foram ignorados, como se ali não tivesse ninguém ou como se os indígenas ali não fossem gente. Isso foi facilitando essa ocupação desenfreada sobre o território indígena.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, no caso específico dos urueu uau uau, a Funai registra que a população indígena, estimada entre 500 e mil pessoas nas décadas de 1970 e 1980, foi reduzida apenas para cerca de 90 indivíduos em 1992. Isso significa que a maioria da população foi morta em poucas décadas, em razão de doenças, de ataques, de destruição de aldeias e de colapso social associado à expansão descontrolada da fronteira. E isso não pode se repetir. Nós não podemos deixar isso acontecer novamente.

Eu, enquanto Ministra dos Povos Indígenas, a Senadora Damares, como defensora dos direitos humanos e, neste momento, ocupando esse lugar de Presidência desta Comissão; o Senador Marcos Rogério, enquanto Parlamentar também, temos, juntos, a obrigação, o dever de zelar para que a gente evite a repetição de formas tão violentas como as que aconteceram no passado, inclusive o conceito e a forma de lidar com os indígenas.

E esse não é apenas um dado estatístico, é um retrato da violência brutal e da falência do Estado brasileiro quando atingiu tanto os povos indígenas quanto tantos colonos pobres. E hoje nós estamos aqui diante de uma realidade. A Constituição de 1988, aprovada já no regime democrático, foi justamente a resposta institucional a essa história de violência. O art. 231 reconhece os direitos originários dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam e determina que são nulos e extintos os efeitos de qualquer título de propriedade sobre essas terras.

Com base nesse mandamento constitucional, a Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau foi homologada em 1991, mantendo os limites originais da demarcação de 1985 e consolidando o reconhecimento oficial de que se trata de território tradicional indígena. O que os documentos recentes do Incra e da Funai fazem é reconhecer tardiamente que a criação e a titulação do PAD Burareiro dentro desse território foram um erro grave do Estado brasileiro, incompatível com a Constituição de 1988, erro que precisa ser corrigido com responsabilidade, com diálogo e com a justiça social e não com discursos de negacionismo histórico.

Quero, neste ponto, fazer uma distinção que considero fundamental: reconhecer o erro histórico do Estado, sobretudo do período ditatorial, não significa criminalizar indiscriminadamente todas as famílias que hoje vivem na região. Muitos migrantes pobres foram, sim, induzidos a ir para Rondônia, com promessa de terra e de prosperidade. E eles também foram





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vítimas de uma política de colonização mal planejada que colocou pobres contra pobres, indígenas contra colonos, sob a lógica de integrar para não entregar a Amazônia.

E aqui ainda se soma aquela outra frase, que é muito conhecida por todos – o defensor deve tratar muito sobre esse assunto –, que diz: "Vamos levar homens sem terra para uma terra sem homens". E com isso já se considerava essa existência indígena, essa presença indígena nesses territórios, como se não fossem pessoas e como se não tivessem o direito ou o dever de estar ali naquele lugar. Muito mais do que um direito constitucional, detêm o direito originário sobre as terras que ocupam, assim reconhecido pela própria Constituição.

Como Ministra dos Povos Indígenas, eu não aceito a ideia de que a defesa dos direitos indígenas se faça contra a agricultura familiar. Ao contrário, o Governo do Presidente Lula tem reiteradamente afirmado que a reforma agrária, a agricultura familiar e a demarcação de terras indígenas fazem parte do mesmo projeto de combate à concentração de terras e de promoção de desenvolvimento sustentável.

Por isso, quero afirmar aqui, com toda a certeza, que não somos inimigos ou inimigas do pequeno agricultor, da pequena agricultura. Somos aliados na luta contra a grilagem, contra a violência e contra o uso da terra para especulação e para o crime ambiental.

Não queremos que famílias de boa-fé fiquem sem alternativa. Queremos que...

(Soa a campainha.)

A SRA. SONIA GUAJAJARA – ... tenham acesso à política de reforma agrária em áreas adequadas, com segurança jurídica, com crédito, com assistência técnica e com infraestrutura.

Mas também não podemos, em nome dessa preocupação legítima, justificar ocupações irregulares dentro de uma terra indígena homologada, sobretudo quando os dados mostram que boa parte dessa ocupação tem perfil de grande propriedade e de pecuária extensiva, e repito que são situações e casos diferentes.

É exatamente por compreender essa complexidade que o Governo brasileiro reconhece a atuação da Comissão Nacional de Soluções Fundiárias do CNJ, hoje coordenando a mediação no PAD Burareiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nossa disposição é trabalhar conjuntamente com o Judiciário, com o Incra, com o MDA e com o Governo do Estado de Rondônia, assim como com as prefeituras, para construir, caso a caso, alternativas que respeitem a Constituição, que protejam o povo urueu uau uau e garantam soluções dignas às famílias que realmente dependem da terra para viver.

Também gostaria de registrar que as operações foram planejadas e executadas observando o direito das pessoas notificadas. As operações em curso na terra indígena não se limitam à retirada de ocupações irregulares.

Eu sei que deu o meu tempo, Senador, eu queria só pedir para concluir. Está bem?

Ao mesmo tempo, o plano integrado prevê ações de saúde, proteção de povos isolados, construção e reativação de bases de vigilância e fortalecimento da presença permanente do Estado na região, para que não se repita o ciclo histórico em que governos aparecem apenas para operações pontuais e depois abandonam tanto o indígena quanto a população vulnerável à mercê da violência, da grilagem e, muitas vezes, do crime organizado que acabam chegando nessas regiões.

Então, Sra. Presidenta, Sr. Senador, Sr. Defensor Público, se há algo que a história da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau nos ensina é que a omissão do Estado custa vidas: custou vidas indígenas, custou vida de colonos, custou floresta e comprometeu rios, clima e também o futuro. Hoje, quase meio século depois, nós não temos o direito de repetir esse erro, nem por ação e nem por omissão. Proteger o povo urueu uau uau, os colonos e todas as famílias ali e assegurar os seus direitos, assim como o usufruto exclusivo do território indígena, não é uma pauta apenas do Ministério dos Povos Indígenas, é uma obrigação constitucional de todo o Estado brasileiro.

Ao mesmo tempo, enfrentar de forma honesta esse passivo social herdado de políticas equivocadas de colonização exige que olhemos com responsabilidade para as famílias que estão na região, diferenciando pequenos agricultores de boa-fé de grandes fazendeiros e grileiros e construindo soluções que passem pela reforma agrária, por reassentamento em áreas adequadas e por políticas públicas consistentes.

E vocês podem contar com os povos indígenas, comigo, enquanto Ministra hoje, mas também enquanto liderança indígena para construirmos junto a dignidade para todas as pessoas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Ministra Sônia Guajajara, pela exposição feita.

Neste momento, abro para a discussão e os questionamentos.

A Senadora, nossa ilustre Presidente Ministra Damares é a primeira a fazer os seus questionamentos, observações – ela, que conhece também, a fundo, a questão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Ministra, eu me dou por satisfeita com a sua fala, especialmente quando a senhora reconhece que nós estamos diante de um problema criado pelo Estado brasileiro.

Foi exatamente essa motivação, Ministra, que nos levou à área. A senhora deve imaginar quantos pedidos chegam a esta Comissão por áreas que estão com tensões, com disputas de território, mas nós identificamos, logo no início, que o que aconteceu ali foi um erro do Estado brasileiro. A nossa ida lá foi tão somente para acalmar um pouco os ânimos. E a nossa comitiva, a nossa viagem àquele lugar eu acho que surtiu esse efeito, no primeiro momento, de acalmar os ânimos. Por quê? Os agricultores estavam se sentindo traídos. A frase era a seguinte: "Fomos atraídos para cá e agora estamos sendo traídos". Esse era o sentimento.

Nas nossas audiências públicas, nós fizemos questão de ouvir o Incra. Nós queríamos muito ter ouvido os indígenas lá. Nós também fomos com esse objetivo, mas isso não foi possível. A gente entende que a situação é delicada. Eles acabaram não sendo ouvidos lá. Serão ouvidos pela Comissão num segundo momento, se necessário ainda for, até aonde nossa Comissão pode ir. Queríamos participar desse processo, ajudando como ponte no diálogo. Foi essa a nossa intenção.

Mas lá, Ministra, a gente quis ouvir os órgãos. E nós ouvimos o Incra. E a pergunta que eu fiz ao Incra o tempo todo: "Vocês dão assistência técnica a esses posseiros há quantos anos?". "Há mais de 30 anos." "Vocês, Incra, reconhecem eles aqui, agora, como posseiros legítimos?" "Reconhecemos." A mesma coisa eu perguntei à Emater. Então, eu tinha o Incra, eu tinha a Emater – e a Emater respondia da mesma forma. Eram dois órgãos de Estado dizendo "a gente reconhece".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, eu descubro que eles têm financiamento de bancos oficiais. Banco oficial não dá dinheiro para quem tem a posse legítima. Aí, eu descubro que eles participam do Programa Nacional de Alimentação Escolar, mais um programa federal.

Até então, até a ADPF 709, eles estavam sendo, por esse Estado, reconhecidos como legítimos, com apoio técnico, incentivo, financiamento. Aí, a gente vem e chega a ADPF 709, uma ADPF que eu conheço bem – naquele momento a senhora e o Eloy eram da Apib; eu era Ministra – e da qual participei ativamente. Inclusive o Eloy lembra das nossas longas horas, de 14, 15 horas de reuniões na sala de situação, ajudando nas decisões da ADPF. E quando eu vi que tudo isso acontecia por conta de uma decisão da ADPF, Ministra...

Então, não é um caso muito antigo, de uma disputa judicial. Está dentro, está no corpo de uma ADPF recente, e talvez eles não absorveram, ainda, as decisões dessa ADPF. Por isso que nós fomos. Identificamos que era uma situação recente, de que o Estado teve culpa. O Estado que criou o problema? É o Estado que vai ter que dar a solução. E está aqui sentado o Estado brasileiro, por meio da senhora, da Defensoria Pública, do Incra, da Emater... E nós vamos ter que dar uma resposta. Por quê?

Nós temos, aqui, que proteger os povos indígenas, proteger o povo da região – ninguém nega isso, a gente quer, realmente, isso –, quem foi atraído por esse Estado. Esse Estado, que errou no passado, vai ter que consertar o erro agora.

E os agricultores estão entendendo. Eu acho que isso foi um efeito muito nosso também, Senador. Eles estão entendendo: "Espera aí, os indígenas estão sendo vítimas, assim como nós também".

Eu acho que chegou a hora, realmente, de a gente sentar. A Comissão de Soluções Fundiárias do CNJ, eu acho que pode ser esse fórum para a gente discutir especificamente... Quisera eu, Ministra, que todos os seus problemas fossem esses. Porque, esse, a gente tem como sentar e resolver junto com os agricultores, que estão de boa intenção aqui. O Prefeito, as autoridades locais, as autoridades do Estado estão dispostas a sentar e encontrarmos juntos uma solução. Tipo: as famílias ficarão onde? O que fazer com essas famílias? Qual a indenização? Essa área vai realmente agregar? Esse erro – eles nos mostram muito os mapas, a localização –, houve um erro na demarcação?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que a gente tem condição de encontrar uma resposta juntos, protegendo o povo, protegendo o direito dele. E a sua fala foi muito nessa direção. Eu acho que a gente dá um pontapé inicial aqui hoje, nesta audiência. Olha, todos nós estamos sendo vítimas aqui. O Estado, lá atrás, errou. Acabei de falar com o Defensor que esse reconhecimento, para nós, é interessante porque esse Estado, que errou, vai ter que ser maduro o suficiente para sentar com as partes e encontrar uma resposta para as partes, protegendo o direito das duas partes.

Então, eu me dou por satisfeita com a fala da Ministra. Eu sei que o Senador Marcos Rogério tem perguntas mais técnicas, mas é possível que nem sejam interessantes essas perguntas técnicas aqui, porque, se a gente tiver a continuidade da reunião para respostas técnicas, talvez o foro da discussão não seja esta audiência pública. Mas eu entendo que o reconhecimento do Estado, que traiu, está traindo... O Estado errou lá atrás, e nós vamos ter que encontrar uma resposta juntos.

Eu me dou por satisfeita com a fala da Ministra, Senador Marcos Rogério. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Presidente Damares. Eu agradeço a V. Exa., que traz uma abordagem que é fruto, justamente, de quem esteve lá na região, no local, dialogando com os produtores, mas fazendo também essa abordagem com as instituições técnicas, instituições do Estado – de Estado – que atuam naquela região.

Ministra, eu observei as falas de V. Exa., e eu estou convencido, pela abordagem que a Senadora Damares fez, de que talvez – e aí eu quero fazer uma indagação, inicialmente; depois, eu vou fazer duas perguntas em relação a um ponto que V. Exa. trouxe, que, para mim, é um ponto sensível – houvesse a possibilidade de se ter uma reunião técnica depois, com o Ministério de V. Exa., com a equipe da Funai, trazendo também a Defensoria Pública da União, o CNJ e representantes dos produtores rurais, para uma reunião em que, nesse ambiente mais técnico, talvez se busque o encaminhamento de soluções estruturadas no bom senso.

Eu faço essa pergunta a V. Exa. porque o ambiente de uma audiência pública é um ambiente em que cada um expõe suas ideias e tem colocações que, nem sempre, ou, na maioria das vezes, não vão conduzir à solução daquilo que se pretende no ambiente dessas audiências públicas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, indago a V. Exa., inicialmente, se há disposição do ministério em se fazer uma reunião técnica com essas partes que eu mencionei, para tentar... diante dos fatos que estão postos – e há uma concordância num ponto que V. Exa. trouxe –, que são um problema do Estado brasileiro, que errou. Mas ele não errou apenas com a população indígena, ele errou com a população indígena e errou com os produtores rurais – e eu vou dizer, daqui a pouco, exatamente em que termos o Estado brasileiro errou.

Mas a pergunta aqui é objetiva e simples: há disposição do ministério para uma mesa técnica, para uma discussão envolvendo todos esses órgãos, para tentar um encaminhamento?

A SRA. SONIA GUAJAJARA (Para expor.) – Então, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Está desligado; está desligado.

A SRA. SONIA GUAJAJARA – Damares e Senador Marcos Rogério, uma das coisas que o Ministério dos Povos Indígenas tem mais feito é promover o diálogo, sobretudo nessas operações de desintrusão que a gente tem feito com o urueu uau uau. É a última dessas terras onde a gente fez essas operações, por decisão judicial. E, em todas elas, a gente buscou o diálogo, tanto com as pessoas envolvidas quanto com as autoridades e com os órgãos – os órgãos responsáveis também, os órgãos de Justiça, assim como os órgãos do próprio Governo Federal.

Então, a gente tem total disposição para seguir com esta conversa – não com a conversa, mas com esse diálogo –, em busca de uma solução que seja confortável para todas as pessoas.

A gente tem essa preocupação, o Ministério dos Povos Indígenas sempre traz essa preocupação de fazer uma operação que garanta essa dignidade para todas as pessoas, em que ninguém tenha prejuízo, em que ninguém seja prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Bom, então, objetivamente, o que V. Exa. está dizendo, afirmando diante da Comissão, é que há espaço para uma reunião mais técnica com essas entidades, essas instituições que eu mencionei aqui, na busca de um entendimento. É isso que V. Exa. está colocando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguns pontos foram colocados, e eu vou apenas repassar, porque talvez, Ministra Damares, talvez até a segunda parte da reunião fique prejudicada, porque eu penso e concordo com V. Exa. que o ambiente para construir a possibilidade de um entendimento... Aí eu sei que isso não depende apenas do ministério e, neste momento, não depende apenas da Funai também, porque há uma decisão judicial, embora, neste momento, esteja com os efeitos suspensos, numa parte, e há uma busca, na outra parte também, para que tenha essa mesma interpretação de suspender o processo de desintrusão, até que se avalie o mérito da questão para determinar qual é a solução que atenda ambas as partes.

Eu queria, apenas para não ficar uma... E quem conhece lá a situação em Rondônia, como eu conheço, como o Senador Jaime Bagattoli, que aqui está, conhece bem, e foi falado aqui: a questão de conflitos. Se no passado aconteceram e há relatos disso, neste momento, Ministra, o testemunho que eu trago aqui é de que não é uma região de conflito.

Estão aqui dois moradores de lá, dois produtores rurais. V. Exa. traz uma abordagem como se fosse tudo mata e que a pecuária fosse apenas na parte dos produtores rurais – não. Lá, os índios também são pecuaristas, eles também têm atividade rural, inclusive o gado deles passa para as propriedades do particular, isso nas audiências públicas nós ouvimos por diversas vezes, e são pessoas que trabalham em cooperação. Passou para cá, vem cá, busca, ajuda, auxilia.

Portanto, há uma convivência ali naquela região que é uma convivência amistosa, e esse foi o sentimento, os testemunhos que nós tivemos lá. Não há registros oficiais de conflito naquela região.

Com relação à questão da grilagem, o que foi dito aqui? E eu estou fazendo essas observações, porque grilagem pode existir, e existe, e tem que ser enfrentada na forma da lei, mas longe de ser o caso da região de Jaru-Uaru e de Alvorada D'Oeste. Ali, se trata... A não ser que o Incra seja grileiro, porque quem colocou essas famílias lá foi o Incra. E um outro detalhe, não é questão do tempo da ditadura militar, porque essa unidade foi criada em 1991, só que os PAs, os projetos de assentamento, foram efetivados antes de existir terra indígena, de 1985 a 1988. E aí, neste momento, é que houve ali um erro do Estado, e é um erro que pune hoje os produtores rurais e que cria uma situação também de incômodo para quem está do outro lado da divisa, que é a comunidade indígena. Foi no estabelecimento da linha divisória, do marco de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

delimitação da área, que houve uma fixação equivocada, erro grosseiro, que não se corrigiu de lá para cá.

E por que digo isso? Porque, quando foi criada a unidade Uru-Eu-Wau-Wau, a unidade indígena, essa demarcação, já tinha uma outra área demarcada e devidamente delimitada, que era a unidade de conservação do Pacaás. E quando se cria a unidade Uru-Eu-Wau-Wau, o que eles fazem? O que o Governo na época faz? Ele incorpora todo o território, toda a região dessa grande, uma das maiores, reserva do Brasil – uma das maiores –, e coloca dentro da área demarcada a área do Pacaás, e aí vai repetir a linha demarcatória da Reserva do Pacaás. E na hora e que transcreve para fazer a fixação dos limites da área indígena, há um erro nos números – e quem olha os decretos vê isso nitidamente. Por isso é um erro do Estado, de verdade; há um erro na transcrição desses dados, e, de lá para cá, o Incra já reconheceu que isso foi um erro, a Funai já reconheceu que isso foi um erro – e aqui nós vamos discutir, espero que se possa discutir isso num ambiente mais técnico, porque a Funai revisita o parecer agora, mais recentemente, para rever um parecer que está no sistema dela, que é feito por órgãos técnicos da Funai. Mas eu penso que a gente vai poder fazer esse encaminhamento depois, num ambiente onde todas as partes possam se manifestar tecnicamente. Então, o fato é que ali, apenas para poder consignar, não se trata de área de grilagem, trata-se de área de projeto de assentamento feito pelo Governo Federal, pelo Incra.

E V. Exa. trouxe um outro ponto que eu queria trazer como testemunho também, apenas para não ficar... porque senão quem está nos assistindo aqui vai falar assim: "É uma área de fazendeiros". Se fosse uma área de fazendeiros, esta Comissão aqui estaria lotada, porque todos poderiam pagar passagem para estar aqui. Estão aqui o Seu Elias, o Leomar, pequenos produtores rurais. Mas realmente, não são plantadores, não. Tem até a plantação lá – o pomarzinho da casa –, mas são criadores de gado, mas pequenos criadores, como é o caso das propriedades de Jarú-Uaru e da região de Alvorada D'Oeste, onde nós estivemos. A plantação de café que nós fomos visitar, para quem pensa assim: "é uma grande plantação", não dá 10ha, é de 10ha a lavoura de café plantada lá, com financiamento de banco público, e eles não têm hoje a condição de fazer o pagamento, de colher e fazer o pagamento para o banco.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é uma situação um pouco diferente. E aí, V. Exa. trouxe aqui alguns dados que não são da área que nós estamos discutindo aqui, que são de Jaru-Uaru e da região de Alvorada. V. Exa. trouxe aqui alguns dados que são lá da região de Burareiro, que tem propriedades maiores.

No caso da região de Burareiro, o próprio Supremo Tribunal Federal já afastou para este momento o processo de desintrusão, já está no âmbito do CNJ. Acho que aqui nós temos dois caminhos – e eu agradeço muito ao Presidente Fachin pela oportunidade de a gente apresentar a ele a situação de fato. E aqui não é uma situação de defesa de teses ou de questões... Não, aqui é a defesa daquilo que é fato, daquilo que é verdade.

Qual o encaminhamento que vai ser dado? Eu acho que é o Estado brasileiro que tem que dar a solução. Se, ao fim e ao cabo – e não é o que a gente quer e que ninguém quer –, essas famílias forem retiradas, o Estado brasileiro precisa indenizar todas elas. Quem deu a terra foi o Estado brasileiro; quem deu o título definitivo, a escritura pública, foi o Estado brasileiro.

Agora, é necessário que isso aconteça? Eu entendo que, se tiver bom senso e um diálogo aprofundado em relação a isso, talvez não seja o melhor caminho, porque toda essa área é antropizada. O que significa isso? É uma área onde o cultivo da agricultura, da pecuária, é a realidade de toda a extensão. Não tem mata nessa região nem na divisa, onde os índios estão atuando.

Agora, um outro ponto... E vou concluir essas observações, para não ficar parecendo que nós estamos tratando aqui de áreas de fazendas e de invasores. Não, não são fazendas, são pequenas propriedades. Segundo, não são invasores. Foi o Incra que os colocou lá, em projetos de assentamento.

Qual o tamanho da área da unidade de conservação e da unidade indígena Uru-Eu-Wau-Wau? Um ponto oito milhão de hectares – 1,8 milhão de hectares! Quantos índios estão lá? Não chegam a 500, são 480 e poucos índios. E aí V. Exa. fez uma fala...

E eu queria fazer uma pergunta objetiva a V. Exa., porque esse, para mim, foi um ponto que me trouxe uma preocupação técnica. A senhora informou que existem indígenas isolados na área em debate. Eu gostaria de saber qual o motivo de a Funai não ter realizado a interdição da área, que é um procedimento legal e que é justamente o caminho legal quando se tem a identificação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de comunidade indígena isolada. Portanto, é uma medida que deveria ter sido adotada quando o órgão ou quando o indigenista identificou oficialmente algum indígena isolado, por meio de portaria. Tem-se a necessidade da interdição. Podemos depois encaminhar, inclusive, a solicitação técnica em relação a isso, porque, para quem está na região, Ministra, é a primeira vez que nós estamos ouvindo falar que há índios, indígenas ou comunidades isoladas na região.

A pergunta que faço: se existe, se as medidas legais foram tomadas e, se existem, se eles estão dentro da unidade Uru-Eu-Wau-Wau ou se eles estão na parte dos produtores rurais. Eu acho que essa pergunta é interessante.

Aí a gente vai partir, depois, para esta audiência e eu vou abrir a palavra para quem quiser fazer as manifestações, como o Senador Bagattoli, e, de repente, eu proporia, em vez de tocar a segunda etapa aqui, como a Ministra abriu, de a gente fazer depois uma parte mais técnica, que acho que vai ser muito mais produtivo para todos nós.

Mas, em relação a essa questão de indígenas isolados, eu queria que a V. Exa. tivesse a oportunidade de responder se houve realmente a identificação e o isolamento da área e se é dentro da parte da própria reserva ou da parte dos produtores rurais.

A SRA. SONIA GUAJAJARA – Então, quando se trata da constatação de povos isolados dentro de uma área, se essa área já é homologada, não há a necessidade de ter a portaria de restrição de uso, porque ela já é uma terra indígena.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, não é na área em demanda, em disputa?

A SRA. SONIA GUAJAJARA – Dentro do território. E quando se trata de povo isolado, a gente tem um encaminhamento diferente, porque eles têm a deambulação dentro da área delimitada.

No caso, o Território Indígena Araribóia, que é o meu, é uma área homologada. Então, tem o povo isolado que vive lá dentro e ela não tem uma portaria de restrição de uso porque ela já é protegida pelo próprio povo que vive ali. Então, nós estamos falando do território como um todo, que tem já esta constatação de um povo que vive ali, que não tem um contato direto, rotineiro com o próprio povo urueu uau uau, que detém esse território. Então, a restrição de uso se dá quando o território não é homologado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Exato. Então, V. Exa. está respondendo exatamente o que eu queria ouvir. Não se trata de comunidade isolada em área que não seja já, atualmente, área de demarcação. Então, esse assunto não diz respeito à área que está em demanda nesse momento, porque se eles estão dentro dessa área... Houve até, no passado... E depois talvez o Dr. Romão, que é o advogado, que está até conectado conosco – é o advogado que defende os produtores rurais... houve, no passado, um processo, acho que em 1996, sobre esse assunto de identificação de comunidades isoladas, mas esse processo foi, inclusive, depois julgado e arquivado porque não se confirmou a existência dessas comunidades nesse processo, pelo menos. Quando a senhora traz essa informação novamente, eu não sei se está falando desse do passado, ou se é algo novo. E se fosse algo novo e estivesse fora da delimitação da área, seria o caso de aplicação da regra. Agora, se está dentro da unidade, aí não há nenhum impacto para aqueles que estão nessa questão dos projetos de assentamentos de Jaru-Uaru e de Alvorada D'Oeste.

O Senador Jaime Bagattoli solicitou a palavra. Eu farei...Vou ouvir aqui os convidados que estão conosco e, se todos concordarem, nós faremos da forma que encaminhamos, sem a necessidade... A não ser que o representante da Funai queira fazer um registro, a gente até poderia, mas eu penso até que seria muito mais produtor, muito mais efetivo a gente fazer isso no ambiente técnico, com a disposição que a Ministra trouxe à Comissão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador, só para a gente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A gente fez um acordo com a Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Depois da manifestação do Senador Walter...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Jaime.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Jaime, desculpe... Se ela precisar sair, como a gente tinha combinado...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ah, perfeito.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Aí, ela poderia... Os técnicos ficariam e os demais fariam, mas a gente tinha feito um acordo – porque ela tem um compromisso – de que ela falaria, responderia aos Parlamentares e sairia. Então, se o senhor puder conduzir, respeitando o acordo com a Ministra...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente. Está absolutamente mantido o entendimento que foi feito por V. Exa.

Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Boa tarde.

Primeiramente, eu quero agradecer à nossa Presidente da Comissão dos Direitos Humanos, nossa Senadora Damares, que mesmo com problema de saúde, ela se deslocou aqui de Brasília, foi conosco, comigo e com o Senador Marcos Rogério, para irmos lá e verificar de perto essa situação lá de Jaru Uaru.

Quero cumprimentar aqui, está presidindo esta Comissão neste momento, o Senador Marcos Rogério; a nossa Ministra de Estado que representa os povos indígenas, a Senadora Sonia Guajajara e os seus...

(Manifestação da plateia.)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A Ministra, é Ministra Sonia Guajajara!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas ela gostou da ideia.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Quem sabe? Quem sabe?
(Risos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer, Ministra, que eu acho que em tudo nós temos de ter um consenso. A senhora conhece bem a situação dos povos indígenas, dos nossos pequenos produtores.

Primeiramente, quero dizer que é uma situação em que nós precisamos chegar a um consenso e resolver.

Mas quero cumprimentar aqui também o Prefeito Jeverson Lima; o Vice-Prefeito Grécio, que está aqui; o nosso Deputado Estadual Luís do Hospital, que vem acompanhando também essa situação; dois produtores rurais que nós temos aqui, o Elias, o Leomar, que são moradores e produtores lá do distrito de Jaru-Uaru.

Ministra, digo para você: Hoje, nós já temos 22% do território de Rondônia que são reservas indígenas homologadas, em que não há discussão nenhuma. Ou seja, dos 24,5 milhões de hectares, pouco mais de 5 milhões de hectares já são áreas indígenas homologadas, em que não existe nenhuma discussão.

Quero dizer a você, Ministra, que é um orgulho para nós em Rondônia termos os nossos indígenas lá no Município de Cacoal. Eles já receberam diversos prêmios como melhor produtor de café.

Inclusive, eles vêm aqui e pedem ajuda para nós, para os Parlamentares, para ajudá-los na parte de irrigação, com emenda parlamentar. Nós até estamos vendo algo que nós possamos fazer para ajudar os nossos indígenas que querem produzir através de uma cooperativa, através de associações, porque isso é muito importante, e nós precisamos que os nossos indígenas tenham mais dignidade de vida, como também queremos que eles... Por tanta preservação que os nossos indígenas têm, nós aprovamos o crédito de carbono. Este ano foi aprovada, foi regulamentada a lei do crédito de carbono. O maior sonho do Senador Jaime Bagattoli – eu sonho com isso – é que os nossos indígenas recebam por esse crédito de carbono. Nós não queremos que esse dinheiro siga para as ONGs, não. Nós queremos que isso reflita direto para os nossos indígenas, porque isso vai dar dignidade para os nossos indígenas, com mais saúde, com mais educação, com mais infraestrutura, com tudo. É isso que nós queremos.

Quero dizer para você que esse empenho que nós precisamos ter, dessa situação da demarcação, não é só nesse caso lá no distrito de Jaru-Uaru, mas nós temos a situação de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alvorada D'Oeste também, que é uma situação... E essas terras, Ministra, essas terras são terras de produtores, tudo de pequenos produtores, 95% vêm da agricultura familiar, vem de pequenos produtores, onde o Incra deu um título, deu um documento. Muitos têm escrituras das suas propriedades. Então, nós precisamos ver...

E aquela situação que aconteceu lá está comprovada – comprovada! –, e existem estudos feitos lá, de levantamentos na área, de que houve um problema da demarcação na divisa das áreas. Então, essa reserva Jarú-Uaru é a maior reserva no único local que nós temos hoje dentro do município, dentro do Estado de Rondônia. E a gente entende e sabe que nós também temos que ter a responsabilidade com nossos indígenas, mas também nós temos uma grande responsabilidade com nossos pequenos produtores rurais, porque não foram invasores de terra. Foi um instituto do Governo que deu essas terras, que colocou, fez o assentamento dessas propriedades, que foi o Incra.

Infelizmente, houve essa demanda – acho que foi do Barroso, Senador Marcos Rogério? – da desintrusão da reserva Jarú-Uaru e também daquela situação de Alvorada. Mas, o que nós podemos fazer? Nós temos que ter um diálogo, e eu sei que a Ministra está vendo essa situação com bons olhos.

Estão aqui os pequenos produtores. Eles vieram aqui, porque, como falou o Senador Marcos Rogério, esta sala podia estar cheia de produtores, mas 80%, 90% deles nem têm condições, muitos deles, de se deslocarem para Brasília, com passagem, com tudo, para poderem estar aqui nesta audiência pública.

Mas a gente conta com a compreensão da Ministra. Sabemos que o Governo Federal, por mais que possamos ter, às vezes, algum desencontro, de algumas coisas que a gente não compartilha... Mas eu vejo sempre o Governo Federal falar sobre o pequeno produtor rural. Eu vejo sempre eles falarem sobre o pequeno produtor rural e que o foco é dentro da agricultura familiar. Por isso que temos que olhar com mais carinho essas pessoas. Essas pessoas não podem ser retiradas do campo, porque não têm nem para onde possam ir, se forem retiradas de suas propriedades.

Para terminar as minhas palavras, Ministra. O que deixou a gente mais triste, mais indignado, um fato que nos fez levar a Senadora Damareis lá, para acompanhar de perto essa situação, foi





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando houve essa situação de a Justiça chegar lá, queimar as casas desses produtores, tirar esses produtores daquela maneira... Nós estamos no ano de 2025. Eu jamais imaginei, na minha vida, de verdade, que eu ia ver, no ano de 2025, acontecer um negócio desses, chegar a uma pequena propriedade de um produtor rural, tocar fogo na casa, cortar as coisas todas, expulsar as pessoas da terra... Eu nunca imaginei que chegaríamos a esse ponto! Mas eu sei, Ministra, e acredito que conseguimos ter um entendimento e sei que temos que respeitar o território indígena. O que é dos nossos indígenas lá... Temos que respeitar onde estão as divisas. Temos só que fazer a revisão de onde estão essas divisas para que não haja mais conflitos, nem entre os indígenas, nem entre os produtores.

Quero dizer para vocês que, ontem, passou, no Senado Federal, a PEC Nº 48, que precisamos pacificar. A única coisa que queremos é pacificar, ter paz. E nós precisamos, sabemos que temos 1,7 milhão de indígenas e temos em torno só de 650 mil que vivem realmente nas aldeias – são dados, indígenas que vivem nas aldeias. E o que nós queremos é ter paz. Sabemos que os nossos indígenas... Ninguém de nós estava aqui há 1,5 mil anos, nenhum antepassado nosso estava aqui, só estavam os nossos indígenas.

Então, chegamos ao ano de 2025 e queremos ter essa paz, entre os não indígenas e os nossos indígenas, os nossos irmãos indígenas. É só isso que precisamos construir para pacificarmos indígenas e não indígenas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Jaime Bagattoli, pelas suas palavras. V. Exa. conhece também a história de Rondônia e toda essa situação dramática daquela região.

Conforme foi anunciado pela Senadora Presidente desta Comissão, a Ministra tem um compromisso e nós vamos liberá-la para cumprir a sua agenda, ficando aqui a parte técnica e também o representante da Funai.

Pela Funai, quem é que está?

A SRA. SONIA GUAJAJARA – Pela Funai está o Diretor Manoel, Diretor de Demarcação de Terra Indígena, e está...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E a Maíra. Maíra? Maíra...

A SRA. SONIA GUAJAJARA – A Maíra, do Incra.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Maíra Coraci Diniz, do Incra, que está ali também. E está também, foi informado agora há pouco, a Doutora... A Dra. Maíra Coraci é justamente a que representa o Incra Brasília. Eu agradeço.

Ministra, obrigado pela presença de V. Exa. Se quiser usar a palavra para as considerações finais, eu apenas reitero, e aí, depois, se for o caso, a gente pode até suspender...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – A segunda parte...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... a sessão por cinco minutos para a gente ter uma conversa entre os representantes que aqui estão, para, de repente, já delimitar uma data para essa audiência técnica, com a presença da Defensoria Pública, do CNJ, dos advogados das partes, para a gente tentar buscar um encaminhamento mais técnico, conforme já sinalizado pela Ministra.

Agradeço a V. Exa. O microfone está à disposição para as considerações finais.

A SRA. SONIA GUAJAJARA (Para expor.) – O.k. Obrigada, Senador. Agradeço ao Defensor Público que está aqui, à Senadora Damares, a todos que estão aqui presentes, às lideranças indígenas também que vieram acompanhar.

A gente segue, agora, nessa diligência também para o Supremo Tribunal Federal, que não é fácil, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone.*) – É lá e cá.

A SRA. SONIA GUAJAJARA – Você sabe bem que não é fácil para a gente, indígena, seguir nesse dia a dia, defendendo direitos, defendendo respeito, e, principalmente essa compreensão sobre o que é ser indígena nesse país.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já estive com você outras vezes...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone.*) – É verdade.

A SRA. SONIA GUAJAJARA – ... inclusive no seu gabinete, e quero só reafirmar o que eu lhe disse ainda naquela ocasião, que a gente precisa muito desse apoio de vocês, inclusive seu, Senador, também, para que apoie o Ministério dos Povos Indígenas com emendas parlamentares para que a gente possa, inclusive, apoiar esses indígenas nessa área mesmo da produção agrícola, para garantir a segurança alimentar, para garantia de renda.

A gente tem feito esse trabalho, essa discussão com os indígenas, e vocês sabem que a gente depende muito – também com o ministério que a gente tem, com um orçamento tão pequeno e insuficiente para fazer tudo o que precisa –, a gente precisa muito das emendas do Parlamento para apoiar a gente a fazer esse trabalho nas comunidades e nos territórios.

Então é muito importante que vocês também tenham essa compreensão e entendam que essa estrutura e toda essa discussão de que a gente é contra a produção nos territórios indígenas não procede. A gente sente falta de ter essas condições para apoiar essa demanda que chega para a gente também dentro das comunidades.

Eu agradeço também por esta audiência, mas deixo esse pedido aqui para que vocês possam observar, nas distribuições das emendas, considerar o Ministério dos Povos Indígenas como órgão que pode também implementar políticas lá junto aos povos indígenas nos territórios, está bom?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Ministra Sonia Guajajara, o apelo de V. Exa. é muito bem recebido por todos nós.

Na verdade, os Parlamentares acabam fazendo um pouco diferente. Eu, particularmente, atendo, eu nasci ao lado de uma aldeia indígena, então eu conheço, tenho uma relação de amizade e proximidade com diversas lideranças indígenas do meu estado, e o povo gavião, que é da minha cidade, tem um trabalho realmente muito bonito. A Senadora Damares falou, aqui,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos produtores rurais que atendem ao PAA e a outros programas lá na região de Jaru-Uaru; e, em Ji-Paraná, a comunidade indígena Gavião atende ao programa. Então eles têm a produção lá, e, na época da pandemia, o trabalho deles foi um trabalho muito reconhecido pela cidade.

E o que a gente faz? Coloca, através da prefeitura, tratores e implementos, para poder atender a essas comunidades. Neste ano mesmo estão chegando equipamentos que eu coloquei para atender lá, mas, na votação do Orçamento Geral, eu acho que o Governo sempre prioriza muitas outras áreas e acaba não priorizando, do ponto de vista de orçamento, essa pauta, que é uma pauta importante.

Então, tem a nossa compreensão e o nosso apoio também no fortalecimento dessa agenda.

Obrigado mais uma vez à Ministra.

Eu vou suspender a sessão por cinco minutos, apenas para fazer o encaminhamento, e a gente volta, em respeito a quem está conectado também, para abrir a fala para uma saudação, mas, de repente, buscando fazer esse encaminhamento para essa reunião mais técnica, que acho que vai ser o ambiente mais adequado para a gente discutir, em profundidade, este tema e encontrar uma solução.

(Suspensa às 16 horas e 05 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 13 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Declaro reaberta a reunião.

Nesta segunda etapa da reunião, nós vamos ter a participação de representantes da Funai, e eu quero nominar aqui todas as autoridades que se fazem presentes neste momento: Dr. Manoel Prado, Diretor de Demarcação de Terra Indígena da Fundação Nacional dos Povos Indígenas; Dra. Maíra Coraci Diniz, Diretora de Obtenção de Terras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Dr. Sérgio Armanelli Gibson, Defensor Público Federal, representando a Defensoria Pública da União, a quem agradecemos; Prefeito Jeverson Lima, Prefeito da cidade de Jaru; Vice-Prefeito Grécio Benedito, Vice-Prefeito da cidade de Jaru; e, por videoconferência, teremos a participação do Desembargador Dr. Fernando Antônio Prazeres, membro da Comissão Nacional de Soluções Fundiárias do CNJ, e do Dr. Ramon Coutinho, advogado das famílias lá da cidade de Alvorada, onde houve o início do processo de desintrusão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, essas são as autoridades presentes. *(Pausa.)*

Eu convido o Secretário do Ministério a continuar na mesa.

Eu vou propor... Conforme nós tínhamos encaminhado, na reunião anterior, que iríamos fazer, num segundo momento, uma reunião mais técnica... Diferentemente do que a gente faria – um debate mais alongado e, de repente, com perguntas e respostas –, eu vou abrir um espaço de cinco minutos para que cada um possa fazer as suas manifestações. E, se houver necessidade de uma ponderação a mais por um ou por outro, a gente vai administrando, com a liberdade que esta reunião nos permite.

Eu acho que nós já ganhamos, a audiência pública já surtiu um efeito muito importante, que foi abrir esse espaço para o diálogo, para a busca de construção de um entendimento com relação a essa situação. E, repetindo as palavras da Ministra, esse é um erro do Estado brasileiro, e nós precisamos encontrar uma porta de saída, uma solução negociada.

Eu asseguro a palavra, inicialmente, ao Dr. Manoel Prado, Diretor de Demarcação de Terra Indígena da Funai, que fala neste momento.

O SR. MANOEL PRADO (Para expor.) – Boa tarde a todas e a todos.

Eu gostaria de saudar todo mundo, na figura da Senadora Damares, do Senador Marcos Rogério, e agradecer a possibilidade de estar aqui participando da audiência.

E quero só salientar que a Funai permanece aberta também ao diálogo. A gente tem feito uma série de diálogos com Parlamentares que têm nos procurado, exatamente sobre esse tema e sobre outros temas em outros estados. A gente tem sempre os recebido e buscado atender às demandas dentro da nossa capacidade técnica, dentro dos procedimentos administrativos.

A gente pode ter tido algum tipo de desentendimento, porque, quando foi solicitada a audiência, Senador, a gente estava exatamente acompanhando a comitiva do CNJ, lá na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau. A gente visitou, fez uma reunião com o PAD Burareiro e fez uma reunião com a terra indígena. A gente estava acompanhando o CNJ e, por isso, a gente não conseguiu atender naquela data. Mas acho que, agora, a gente teve um bom encaminhamento, de seguir nesse diálogo técnico. A gente segue aberto, então.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que é isso, a gente pode continuar este debate com os nossos técnicos, também com o nosso setor de geoprocessamento lá, que vai poder trazer maiores evidências sobre o tema.

Por fim, seria isso. Quero salientar que a Funai está aberta ao diálogo, e a nossa perspectiva é de solução e equalização de direitos, assegurar direitos tanto das comunidades indígenas quanto, obviamente, de cidadãos de boa-fé que vão ser impactados nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

Agradeço ao Dr. Manoel Prado, e é justamente esse o objetivo de todos nós no encaminhamento desse tema.

Dr. Sérgio Armanelli Gibson, Defensor Público... Eu aqui, em nome da Presidente desta Comissão, quero agradecer à Defensoria Pública da União por destacar V. Sa. não apenas para estar nesta audiência, mas esteve conosco na diligência, acompanhando tudo, e é um profissional, um defensor público que tem um papel fundamental. À nossa Defensoria, o nosso reconhecimento.

V. Sa. tem a palavra.

O SR. SÉRGIO ARMANELLI GIBSON (Para expor.) – Muito boa tarde a todos.

Vou ser breve também, mas precisava aqui fazer alguns apontamentos, porque confesso ao senhor que, desde que recebemos o convite deste Senado para participar da diligência, não consegui dormir. Imaginei-me aqui como defensor público, tenho a missão constitucional de defender os povos originários e eu tenho também a mesma missão de defender a população vulnerável, os pequenos agricultores, as pessoas que se valem da economia familiar.

É com absoluto prazer que eu vejo a maturidade do debate, a vontade de se ter um denominador comum, a urbanidade e o tom republicano a que foi encaminhada a discussão. Nesse aspecto, fica aqui a complexidade dos agentes políticos, que muitas vezes se querem fazer caricatos num público que não os conhece, e estamos muito longe disso. Então, fica aqui mais uma vez os meus parabéns à iniciativa de V. Exa., à sensibilidade social que o senhor dirigiu àquela população. Aquilo ali, a minha esposa brincou comigo que eu fiquei monotemático. Durante 15





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dias, eu não conseguia falar de outra situação. A Senadora Damares foi pauta lá em casa, porque, eu falei: que ser humano fantástico, que passa hoje por um tratamento tão agressivo, a gente pegando estrada de terra, com limitação de horário, a gente voltando 4h, e ela, francamente, genuinamente preocupada, não só com a população indígena – também com a população indígena, porque é uma causa que lhe é afeita –, e também com aqueles produtores rurais daquela terra, com os quais já nutro aqui uma certa empatia, e empatia com o povo de Rondônia.

Muito obrigado a todos. Confiem na Defensoria Pública como agente viabilizador disso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço muito a V. Sa., Dr. Sérgio.

A Defensoria tem um papel importante, e acho que, na condução desse entendimento, vai poder nos ajudar, nos auxiliar muito na busca de uma solução negociada, especialmente com a visão de quem foi lá, quem esteve lá, diante daquelas famílias todas, repito aqui.

Eu quero assegurar a palavra também à Dra. Maíra Coraci Diniz, que é Diretora de Obtenção de Terras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o nosso Incra.

A SRA. MAÍRA CORACI DINIZ (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Cumprimento o Senador Marcos Rogério, a Senadora Damares, todos os Parlamentares, os técnicos da Funai, o Secretário Marcos, também os agricultores aqui, o Elias e o Leomar, que eu tive a oportunidade de conhecer quando eu estive lá em Rondônia.

Fico muito feliz, Senador Rogério, de o senhor ter esse apreço pela Defensoria Pública, porque eu sou defensora pública. Eu sou da Defensora Pública em São Paulo e estou cedida a esse cargo desde 1923 para o Incra, nessa missão dentro do Instituto de Terras, para que a gente consiga levar a reforma agrária pelo país.

Também, assim como o Manoel, eu quero deixar aqui o nosso título à disposição, quero dizer que, desde o início, quando nós identificamos principalmente o PA de Jaru-Uaru, o Burareiro já era de conhecimento, a gente já sabia que tinha sido retirado da desintrusão pela decisão do Ministro Barroso, mas, desde que a gente identificou os 1,6 mil hectares que estão sobrepostos à





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

TI, nunca foi a intenção do Incra, nem da Casa Civil e da Casa de Governo, retirar essas pessoas, sem uma análise pormenorizada sobre se elas são pessoas de boa-fé, se têm direitos ou não, pelo contrário. Assim que isso foi identificado, o Incra imediatamente fez uma supervisão ocupacional, identificou todas as posses em cima do território sobreposto. A gente abriu processos administrativos individuais para cada um, para analisar perfil, para analisar se essas pessoas teriam, sim, o direito de serem regularizadas ou não, por conta de ter o perfil da reforma agrária, já que elas, muitas vezes, ocuparam aquele lote sem saber, porque essa situação foi depois do Burareiro. Então, todo esse processo está sendo realizado minuciosamente, com todo o cuidado.

Nós fizemos as notificações, inclusive, das 84 famílias notificadas, só dez constavam na relação de beneficiários do Incra, as outras 74 não constavam, mas, ao mesmo tempo, a gente abriu, notificou e abriu os processos individuais, organizou a documentação de cada uma para que a gente busque uma solução que garanta os direitos de boa-fé dessas famílias e desses agricultores e que a gente consiga a melhor solução, tanto para a comunidade indígena como para eles.

Então, só quero deixar muito claro aqui que não foi e nunca foi posição deste Governo do Presidente Lula retirar essas famílias. Elas não serão retiradas dessa maneira do PA de Jaru-Uaru, porque elas são assentadas do Incra ou poderão ser, caso seja comprovado que têm o perfil. Era só para deixar isso bem ressaltado e quero dizer que, inclusive, a gente já encaminhou algumas propostas de solução para a Casa Civil que estão sendo discutidas no âmbito do Governo.

Era isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dra. Maíra Coraci Diniz, do nosso Incra.

Eu quero fazer um registro de agradecimento ao Incra, em Rondônia, que tem um desafio grande, que é fazer regularização fundiária. A bancada federal, todo ano, aporta recurso para o Incra para auxiliar justamente nessa expansão de regularização fundiária, que é tão importante para a segurança jurídica.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso dessas duas localidades – de Jaru-Uaru e no caso de Alvorada, especificamente dessas duas –, é uma situação muito peculiar, porque, como foi um projeto de assentamento, são todas áreas tituladas: áreas com título, escritura, recolhimento em cartório, enfim. Então, eu agradeço muito a sensibilidade do Incra. Na época, Marcos, meu xará, o Incra... Porque foram momentos distintos, foram momentos distintos, ou seja, o momento da fixação do PA e depois o momento da criação da terra indígena foram momentos distintos. O Incra teve o cuidado, naquele momento, de fazer, de respeitar, inclusive, a chamada área de amortecimento – até isso –, não em relação à área indígena, porque não existia, naquele momento, a área indígena, mas em relação à unidade de conservação do Pacaás. Então, até nesse aspecto, houve esse cuidado.

Quando houve, depois, a documentação, no formato que foi feito, foi que gerou todo esse imbróglia jurídico que se arrasta e que agora precisa de uma solução, obviamente, negociada.

Eu quero assegurar a palavra ao Prefeito de Jaru, mas antes de ouvir o Prefeito Jeverson Lima, se me permite, Jeverson, em nome dos produtores rurais que estão lá nos acompanhando e nos assistindo, tanto de Alvorada quanto de Jaru-Uaru, eu vou assegurar a palavra ao Sr. Elias Soares, que está aqui, para fazer uma fala breve. Conforme nós já anunciamos aqui, Sr. Elias, nós vamos fazer esta reunião técnica posteriormente, com a presença de todos os órgãos que aqui estão, para tentar uma discussão justamente neste ambiente técnico. A audiência pública tem a função de discutir, mas não é o ambiente mais adequado para se buscar construir entendimento técnico.

Sr. Elias, a quem agradeço muito, está aqui desde a semana passada, participou do momento em que nós aprovamos o relatório da Comissão de Direitos Humanos – ele e o Sr. Leomar – e permaneceu no final de semana. Outros queriam vir, não puderam vir, mas eu tenho certeza de que eles se sentem representados pelos dois que aqui estão, e eu agradeço muito.

V. Sa. tem a palavra também para um registro.

O SR. ELIAS SOARES DOS SANTOS (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Eu quero, nesta oportunidade, cumprimentar o Senador Marcos Rogério, cumprimentar a Senadora Damares e agradecer pelo brilhante trabalho que vêm fazendo. Eu quero cumprimentar aqui também a Dra. Maíra, o Dr. Manoel, o Prefeito do Jaru, o Prefeito Jeverson, o Vice-Prefeito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Grécio, o meu amigo Leomar, que está presente, e os indígenas e os representantes indígenas, que são nossos amigos, são nossos vizinhos, ao longo de 40 anos que eu moro naquela região, no mesmo PA de Jaru-Uaru, onde eu cheguei com 12 anos de idade.

Na época, as indígenas chegavam na casa da minha mãe ainda nuas. Naquela época, a minha mãe as vestia, elas saíam logo mais embaixo, tiravam aquela roupa, vinham e pegavam outra roupa. O meu pai, um homem muito trabalhador, plantava muita cana, muita mandioca na época, e os indígenas vinham buscar alimentação nas nossas terras. Ao longo desses anos, a gente tem uma boa convivência com os indígenas e respeito pelos indígenas.

Hoje, o meu pai é um homem com 85 anos de idade, depende de nós para auxiliar em tudo. Eu tenho a minha família, casei naquela região, adquiri filhos, hoje já tenho três netos naquela região. Então, nós temos um apreço muito grande, Dr. Manoel, por aquela região. Eu peço às autoridades presentes que olhem para nós com um olhar diferente de ser invasores, nós não somos invasores, temos título da propriedade.

A minha propriedade... São pequenas propriedades, eu tenho 43ha, 18alq de terra, e ainda tem 3alq de mata, mas é uma terra onde eu consigo sobreviver em cima dessa terra, ajudando os meus pais, e quero continuar criando a minha família.

Eu quero pedir aos senhores que olhem para nós com um olhar com carinho, porque nós não somos invasores daquela terra. Eu adquiri uma ansiedade, estou vivendo a pulso de remédio, com pressão alta, devido a essa sobreposição...

(Soa a campainha.)

O SR. ELIAS SOARES DOS SANTOS – ... que nós estamos enfrentando.

Para concluir, eu quero pedir aos senhores que nos ajudem. Tenham misericórdia de nós, porque nós precisamos das nossas autoridades.

E eu quero agradecer a todos por essa oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, muito obrigado ao Sr. Elias. Agradeço ao Sr. Elias.

Leomar, muito obrigado também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Penso que... já se sente representado pela fala dele? (*Pausa.*)

Muito obrigado.

Vamos dar sequência aqui às falas.

No final eu vou fazer aqui um apelo, tanto à Funai quanto ao Marcos, que representa o Ministério dos Povos Originários também, e à Dra. Maíra, de modo particular. Porque, no caso lá de Jaru-Uaru, não houve ainda a ordem para a desintrusão em si. Lá houve uma notificação para a retirada voluntária, e essa notificação foi feita pelo Incra. E aí eu queria fazer...

Se quiser antecipar já, porque eu vou fazer um apelo no final.

A SRA. MAÍRA CORACI DINIZ (Para expor.) – Não, mas eu posso explicar essa notificação.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

A SRA. MAÍRA CORACI DINIZ – Ela nem se deu por ser sobreposição, somente. Quando a gente realiza uma supervisão ocupacional num projeto de assentamento do Incra, a gente vai até lá e identifica quem é assentado – e que está regularmente na relação de beneficiários, que é o famoso Sipra, como o povo chama – e quem é o ocupante irregular.

O ocupante irregular não necessariamente não tem o direito de ficar lá, mas ele não está formalizado. Então, essa notificação é a notificação que a gente entrega para quem é um ocupante irregular.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O que significa ocupante irregular?

A SRA. MAÍRA CORACI DINIZ – O ocupante irregular é alguém que comprou aquele lote, ou então o lote ficou vazio, ele foi lá e ocupou. Ele não passou por um processo de seleção do Incra, para ele virar uma análise... Porque, para ser assentado, pela Lei 8.629, tem que ter diversos requisitos. Então, para virar um assentado, você precisa passar por esses requisitos, você precisa solicitar ao Incra.

Então, o que a gente fez? A gente notificou e, no momento da notificação, a gente ainda informou as famílias: "Olha, você tem que levar essa relação de documentos". O Superintendente,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

com a equipe, já estava preparado lá em Ariquemes, até para receber – o Carléu, que é o servidor... Carlyle, isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Carlyle, isso.

A SRA. MAÍRA CORACI DINIZ – Por quê? Porque a gente precisa abrir os processos individuais, analisar os documentos.

Se chegar à conclusão de que a família daquela pessoa, ocupante irregular, tem os perfis da lei, ou, se ela era titulada, ela poderia ter repassado o título dentro das cláusulas resolutivas, ela está de boa-fé. Ela cumpre aquele limite temporal de um ano de ocupação... ela está de boa-fé. Então, a gente precisa dar uma solução para essa pessoa, como se ela fosse assentada.

Agora, pode ser que a gente encontre pessoas que não têm perfil, que não poderiam ter comprado um lote ali. Porque, mesmo se não fosse sobreposto a terra indígena, mesmo se a gente estivesse discutindo um assentamento normal... Aí essas pessoas têm que desocupar. Aí elas são consideradas de má-fé.

Agora, o nosso trabalho está sendo exatamente fazer essa análise muito pormenorizada de cada uma das situações, para a gente não deixar ninguém sem direitos. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k.

Então, depois nós vamos ter que... E aí eu acho que nós vamos ter que observar se o caso... Porque a ordem de desintrusão é para toda a área que está na ADPF.

A linha demarcatória, onde pegou, as famílias serão notificadas também.

Neste momento, há uma suspensão em caráter liminar, mas, nesse caso de Jaru-Uaru, de que V. Sa. está falando aqui, é que aquele caso lá não diz respeito...

A SRA. MAÍRA CORACI DINIZ – Não, na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... à desintrusão.

A SRA. MAÍRA CORACI DINIZ – Na verdade, a gente levou todas essas informações já para o STF, que é dentro da ADPF, à AGU, que no caso representa a União, e a gente preparou um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatório do Incra, já encaminhando inclusive um cronograma para terminar esse trabalho de identificação e de propositura de soluções, porque a intenção é que a gente não vá desintrusar quem tem direito de boa-fé. Se a gente desintrusar, já é com uma solução para aquela pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu vou dizer a V. Sa. que nas áreas de Rondônia... E não é só Rondônia não, Rondônia, Pará e os demais estados, se o Incra adotar esse critério de revisitar projetos de assentamentos onde tem terceiros de boa-fé e praticar o mesmo padrão...

A SRA. MAÍRA CORACI DINIZ – Está na lei, Senador; a gente é obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... ele vai desocupar o Brasil inteiro.

A SRA. MAÍRA CORACI DINIZ – Então, mas a gente é obrigado, está na Lei 8629.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É uma situação...

Ali eu acho que tem um ponto, que é o ponto da desintrusão, e a fala de V. Sa., para mim, está trazendo aqui um elemento novo e que a gente precisa observar, porque é um problema a mais. É uma situação que os produtores talvez não tenham nem noção.

V. Sa. está trazendo um fato novo, porque para eles essa notificação está dentro do escopo da desintrusão. Ela está também...

A SRA. MAÍRA CORACI DINIZ – Para quem não é ocupante...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Para quem não é o originário.

A SRA. MAÍRA CORACI DINIZ – Não...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ou originário ou quem preenche os requisitos.

A SRA. MAÍRA CORACI DINIZ – Para quem não preenche o requisito para ser beneficiário da reforma agrária é notificação e tem que desocupar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas eu acho que ali, quanto a esse aspecto de preencher perfil, pelo que nós vimos lá, eu não vi nenhuma propriedade em que tenha alguém que tenha...

A SRA. MAÍRA CORACI DINIZ – E é esse trabalho que o Incra está fazendo, analisando um por um.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas aí eu acho que, nesse caso, o apelo que faço aqui é que haja o sobrestamento de qualquer medida em relação ali.

Há uma decisão judicial nesse sentido, mas do ponto de vista administrativo, haja um sobrestamento...

A SRA. MAÍRA CORACI DINIZ – Mas isso já está definido dentro do grupo do Governo que faz a desintrução.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Já fez...

A SRA. MAÍRA CORACI DINIZ – E isso já está sendo comunicado inclusive ao STF, essa solução.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Para suspender até que haja...

A SRA. MAÍRA CORACI DINIZ – A gente vai dar a solução... Quando a gente encontrar a solução, tem algumas possibilidades, a gente garantir os direitos das pessoas de boa-fé e aí, sim...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, vamos recolocar essa fala aqui, para quem está lá na ponta nos acompanhando entender de maneira muito clara.

A SRA. MAÍRA CORACI DINIZ – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O que V.Sa. está dizendo aqui é que no grupo de trabalho, e com a orientação da Casa Civil do Governo, já





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informado o Supremo Tribunal Federal, é que, neste momento, está suspenso esse processo de retirada das famílias, o prazo que foi dado, até que se identifique um caminho efetivo de solução.

É isso?

A SRA. MAÍRA CORACI DINIZ – Exatamente.

Exatamente, e isso foi levado para o STF, porque é dentro de um escopo... A gente tem que obedecer à decisão judicial.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Claro.

A SRA. MAÍRA CORACI DINIZ – A decisão judicial é retirar, mas a gente levou essa situação específica...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito.

A SRA. MAÍRA CORACI DINIZ – E a gente entende, inclusive, que não cabe nem ingressar dentro da mediação, porque a gente já está com algumas soluções a serem apresentadas, porque é um grupo pequeno.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sim, é pequeno mesmo.

A SRA. MAÍRA CORACI DINIZ – São 1,6 mil hectares.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas também, de alvará, não tem muito tempo...

A SRA. MAÍRA CORACI DINIZ – Diferente do Burareiro que são 14,5 mil hectares, são 1,6 mil hectares.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Onde está?

A SRA. MAÍRA CORACI DINIZ – Tem lote que está sobreposto, mas a sobreposição é tão pequenininha que não muda muita coisa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Exato.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não, veja, V. Sa. está dizendo aqui, e o Marcos sabe disso, que a situação mais grave é justamente a situação do Burareiro, em extensão, tanto a extensão no conjunto quanto o perfil de ocupação, mas lá já houve a suspensão para a mediação com o CNJ.

No caso de Jarú-Uaru e Alvorada, onde as propriedades são pequenas e a área total também é pequena, é que está nesse impasse. Mas a notícia que V. Sa. traz aqui, eu tenho certeza de que já gera uma paz, ainda que não definitiva, mas leva paz ao coração desses produtores rurais de Jarú Uaru.

Eu vou chamar para participação neste momento o Desembargador Dr. Fernando Antônio Prazeres. Ele esteve na região também, representando o CNJ nesse ambiente de mediação, como é uma das funções do nosso CNJ, e eu queria trazer também a palavra dele à Comissão neste momento.

Agradecendo muito a presença, a disposição em participar, Dr. Fernando Prazeres.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO PRAZERES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senador Marcos Rogério, muito obrigado. O senhor me ouve?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ouço perfeitamente.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO PRAZERES (*Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senador Marcos Rogério.

Cumprimento V. Exa., cumprimento também a Senadora Damares. Fico aqui bastante honrado de poder participar desta sessão da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, em especial para poder esclarecer aos senhores qual é o papel da Comissão de Soluções Fundiárias do CNJ nessa questão envolvendo o Território Indígena Uru-Eu-Wau-Wau e, em específico, a questão do PAD Burareiro.

Rapidamente, Senador, eu gostaria de explicar a atividade da Comissão. Ela vem regulada pela Resolução 510, do CNJ – ali existe um fluxo que nós estamos respeitando –, e a ideia da comissão é sempre construir soluções de consenso, soluções possíveis, evidentemente, soluções consensuais para conflitos possessórios de natureza coletiva, tanto urbanos quanto rurais, nesse





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caso envolvendo, inclusive, as comunidades indígenas. Pelo fluxo estabelecido nessa Resolução 510, a comissão se dirige ao local do conflito, e, na questão do PAD Burareiro, não foi diferente: a comissão se deslocou; ficamos três dias em Ariquemes, não só conhecendo as áreas ocupadas já, regulamente, pelas comunidades indígenas, mas também as áreas ocupadas ali do PAD Burareiro, que está envolvido nessa ideia de desintrusão – que, como se disse aqui várias vezes, está suspensa por decisão do STF, até que se construa uma solução de consenso envolvendo essa área em específico.

A Comissão de Soluções Fundiárias, após a visita técnica, marca uma audiência de mediação e, antes disso, faz uma intensa interlocução com todas as partes e os órgãos envolvidos, o que nós já fizemos. E a audiência de mediação, Senador, está marcada já para o próximo dia 17, às 15h. É a nossa primeira audiência de mediação pós-visita técnica, e a ideia é tentar construir algo possível, que atenda os interesses, inclusive, da comunidade indígena e também dos agricultores que estão ocupando essa parte da sobreposição do PAD Burareiro.

Então, a ideia é esta: trazer para essa sessão de mediação todos os possíveis interessados, que, na medida das suas respectivas competências, podem nos auxiliar a construir uma solução adequada para esse problema. E dessa sessão de mediação vai fazer parte o Incra, vai fazer parte a Funai, vai fazer parte o MPI, os municípios envolvidos, os agricultores, a área, os seus advogados, as comunidades indígenas e as ONGs que lhes dão suporte jurídico. Enfim, nós demos um caráter estruturante para essa sessão de mediação, de modo que a gente possa, evidentemente não na primeira sessão, mas que a gente possa começar a construir algo de positivo, que atenda, como eu já disse aqui, os interesses de todos os envolvidos.

Era isso, Senador Marcos. Eu fico à disposição se V. Exa. tiver algum outro questionamento a ser feito com relação às atividades da Comissão. E eu estou aqui para tentar esclarecer na medida do possível.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dr. Fernando Antônio Prazeres, pela disposição de estar conosco até este momento e trazer um relato sobre o que está acontecendo em relação ao PAD Burareiro, que acho que é um exemplo daquilo que podemos, de repente, fazer com relação a essas outras unidades.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dia 17, portanto, marcada a primeira audiência de tentativa de conciliação, de busca de entendimento. Desejo aí que o trabalho liderado pelo Desembargador Dr. Fernando Prazeres seja exitoso e que se encontre um caminho mediado, satisfatório para essa demanda.

Muito obrigado mais uma vez.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO PRAZERES (*Por videoconferência.*) – Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu quero trazer também, neste momento, à participação... Está conosco, também por videoconferência, e aí, depois eu fecho com... Está o Prefeito da cidade, Deputado Luís do Hospital, que eu quero ouvir, os dois, e vou assegurar a palavra, no final, ao Marcos e ao Manoel, para suas considerações finais e de repente, com algum ponto que precise ser esclarecido ou alguma informação nova.

Dr. Ramon, advogado dos produtores rurais da região de Alvorada do Oeste, conhece essa questão em profundidade. V. Sa. tem a palavra para sua manifestação.

O SR. RAMON COUTINHO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador Marcos Rogério. Meu muito boa tarde. Na pessoa do Senador Marcos, cumprimento a toda a bancada, à Senadora Damares, ao Bagattoli e aos demais Senadores presentes. Meus cumprimentos aos produtores que aí se encontram, meus cumprimentos a toda a estrutura do Governo que aí está, à Defensoria Pública, à Funai, ao Ministério dos Povos Indígenas, dos povos originários.

É com muita satisfação que nós participamos, congratulamos esta Comissão de Direitos Humanos e enaltece o trabalho que o Senador Marcos Rogério e a Senadora Damares vêm realizando perante a Comissão. E ficamos muito, muito felizes, abraçados e acolhidos com a vinda da Comissão aqui a Alvorada do Oeste, assim como também lá ao Município de Jaru.

Mas eu serei breve, porque eu fiquei muito feliz com o apontamento que foi dado pelo Senador Marcos Rogério, de uma reunião técnica, que talvez vá trazer mais frutos, Senador Marcos Rogério. Realmente foi um encaminhamento muito produtivo.

Eu cumprimento também o Desembargador Fernando Prazeres. Tive a oportunidade de conhecê-lo lá no PAD Burareiro. A sua fala foi uma fala também muito conciliativa, muito acolhedora de esperança para aqueles produtores daquela região lá da gleba do PAD Burareiro,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tanto que nós também pedimos que a nossa situação também fosse encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça.

Mas eu gostaria de fazer alguns apontamentos, dadas as falas que foram feitas. O primeiro, sobre os atos que foram praticado aqui em Alvorada do Oeste, esses atos de incêndio, de derrubada de estruturas, de benfeitorias, das casas, da vida dessas pessoas aqui.

Foi dito, pela Ministra, que houve todo um processo de oitiva, de órgãos, enfim, e que houve a participação e foi algo – entre aspas – "quase democrático". Foi algo dentro do devido processo legal, mas eu gostaria de chamar a atenção da Comissão para que tudo isso surgiu sem a participação dos produtores. Em nenhum momento tivemos poder de fala. Muito embora tenhamos tentado nos irresignar contra esses atos, não fomos ouvidos na Funai.

A ADPF 709... Tudo isso surgiu a partir daí. Essa ADPF surgiu no contexto da covid, e, como tal, o objetivo dela era proteger as comunidades indígenas e promover o seu isolamento, evitar a contaminação da covid e, para tanto, surgiu a ideia de fazer a desintrusão de garimpeiros, de madeireiros, de ocupantes ilegais e de pessoas que adentrassem as reservas indígenas. E aí, dentro da ADPF, se produziu a PET 9.585, lá no Supremo Tribunal Federal. Nós não somos partes, os produtores não fizeram parte dela. É um processo físico, Senador Marcos Rogério, e é um processo sigiloso. Então, quando é um processo físico, sigiloso, tramitando no Supremo Tribunal Federal, distante dos produtores, do qual eles não são partes, não se pode dizer que os produtores foram ouvidos nesse episódio.

No caso de Alvorada D'Oeste, especificamente, nós temos uma situação de erro técnico, de erro de geolocalização de um ponto. Nós não discutimos a Reserva Indígena Uru-Eu-Wau-Wau. A reserva indígena existe, deve permanecer, deve ser defendida. Os produtores rurais aqui são os primeiros na linha de defesa dessa reserva – não permitem que outras pessoas entrem. Então nós somos os primeiros, a primeira linha de frente, a primeira sentinela da reserva indígena, que é uma região de Mata aqui, depois das propriedades rurais.

Pois bem, o fato é que nós temos um erro de geolocalização. A reserva indígena foi criada e se disse que a divisa com os produtores aqui em Alvorada era um rio, a nascente de um rio. Porém, as coordenadas do decreto não batem com essa nascente de um rio, ou seja, nós temos um limite imutável, um limite natural, um limite físico, que é o rio, que é a divisa, e esses limites





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

advieram, como bem disse Senador Marcos Rogério, do Parque Nacional Pacaás Novos. Primeiro foi criado o Parque Nacional Pacaás Novos, em 1979, e, depois, na década de 80 – de 1980 – foi criado o projeto de assentamento do Incra. E entre o projeto de assentamento e o parque foi criada uma faixa de terra devoluta da União, uma zona de freio. O Incra criou essa zona de freio, justamente para evitar que os lotes ficassem divisando com o parque nacional. Tão somente depois, em 1985 – homologada após, em 1991 – veio a terra indígena, e ela acolheu, usou os limites do Parque Nacional Pacaás Novos. E aí esses limites batem, esses limites são confrontantes, exceto no limite do Marco 26.

Então nós temos esse erro de marco, a Funai já reconheceu isso, em 1988, através de um trabalho, reconheceu recentemente, em 2020, e há necessidade de correção desse marco que está sobreposicionando... O georreferenciamento vem sobreposicionar os lotes dos produtores rurais.

Então, a nossa demanda é muito simples, é muito objetiva: é um erro técnico passivo de correção. E, nós, inclusive, pedimos à Comissão que, através dessa nova reunião técnica, também possa dar encaminhamento ao CNJ para resolver isso. Temos uma decisão do TRF 1, que já reconheceu a antecipação de tutela desses erros, através da perícia judicial.

Então, precisamos ser ouvidos, agradecemos à Comissão pela nossa oitiva.

Precisamos que a Funai venha a campo corrigir esse erro. Aqui é uma região que não tem conflitos indígenas, isso é muito importante falar, que não tem indígenas instalados na região. Para as duas aldeias mais próximas, a gente tem que passar por dois municípios: para a aldeia mais próxima tem que passar por São Miguel dos Seringueiras para chegar ao aldeamento; do outro lado, a gente tem que passar por Urupá e Mirante da Serra, para poder chegar em outro aldeamento.

Então, aqui é uma situação em que não existe conflito entre os indígenas e os produtores rurais, é uma situação bem tranquila e da qual esse erro técnico precisa... Precisamos que a Funai, como ente administrativo, se sente com o Incra e venha a campo corrigir o nosso erro de georreferenciamento, assim como imagino também que seja o caso do Jaru-Uaru.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos um material técnico, um acervo técnico, demonstrando isso, da própria Funai. Desde 1988, a Funai já...

(Soa a campanha.)

O SR. RAMON COUTINHO – ... formou um grupo de trabalho e já demonstrou esse erro técnico e desde então não vem a campo corrigir.

O georreferenciamento só piorou a situação dos produtores, porque foi feito em cima de coordenadas erradas. Os produtores não podem fazer o CAR e aconteceu tudo isso. Uma ADPF que veio para proteger os indígenas da covid foi utilizada de maneira equivocada. Na materialização e execução dela, de desintrusão, passaram a retirar produtores legitimamente titulados, instalados pelo Incra, aqui no Estado de Rondônia. Então, entendemos que a ADPF veio para tirar os garimpeiros, os madeireiros, os invasores e não os produtores rurais.

Houve um equívoco tremendo nesse sentido e a gente pede que esta Comissão de Direitos Humanos avalie, coloque nos seus relatórios e também incite a Funai a corrigir esses erros.

De maneira mais sucinta, era isso que eu gostaria de falar. Quero dizer que a gente sai muito feliz pelo encaminhamento de uma nova reunião técnica porque, até então, os nossos pedidos não foram atendidos pela Funai. Tenho dito.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dr. Ramon Coutinho, advogado das famílias que estão na cidade de Alvorada do Oeste. Ali, o número de propriedades é um número até menor, mas foi onde aconteceram aquelas primeiras desocupações.

Transmita a nossa saudação também ao ex-Prefeito Raniery, que vi que estava aí ao lado do Dr. Ramon Coutinho também.

Eu vou assegurar a palavra ao Prefeito da cidade de Jarú, Prefeito Jeverson Lima, porque as famílias do PA D'Jarú Uaru ficam justamente na cidade onde ele é Prefeito. Esteve conosco na diligência da audiência pública, quando lá estivemos, e fez questão de participar desta audiência pública aqui no dia de hoje.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prefeito Jeverson Lima, V. Exa. tem a palavra.

O SR. JEVERSON LUIZ DE LIMA (Para expor.) – Muito boa tarde a todos, em especial o nosso Senador Marcos Rogério, que preside esta Comissão de Direitos Humanos.

Parabéns pela forma brilhante que vem conduzindo. Parabéns também por levar a Rondônia a Comissão de Direitos Humanos, na pessoa também da nossa Presidente Damares, para ir lá de perto ver qual é a nossa realidade, como é que está aquela situação e como está o coração, apertado e sangrando, de todas as nossas famílias. Eu falo aqui em especial das famílias do PA D'Jaru Uaru.

O senhor já colocou muito bem, Senador, mas é bom frisar e deixar registrado, que lá no PA D'Jaru Uaru não se trata realmente de grileiros, não se trata de invasores, não se trata de grandes fazendeiros e nem de grandes pecuaristas, mas sim de pessoas sérias, simples, de trabalhadores rurais que fazem o manejo da sua terra para levar o sustento para seus filhos e para suas famílias, e são produtores rurais com título definitivo e com escritura pública fornecida e dada pelo Governo Federal, através do Incra.

Esse ato de desintração tem sido um dos maiores atos de covardia que está sendo feito com aquelas famílias. O Sr. Elias colocou aqui muito bem agora há pouco que, a até pouco tempo, ele não sabia o que era pressão alta, não sabia o que era ter insônia, não sabia o que era ter ansiedade e que hoje sobrevive de remédios para que possa dormir, para que possa trabalhar e para que possa controlar sua pressão arterial. E essa não é a realidade, Senador, apenas do Sr. Elias, é a de todas as famílias que estão lá, preocupadas, porque, a qualquer momento, pode chegar uma viatura da polícia com forte armamento para forçá-las a saírem das terras em que estão há mais de 40 anos.

Então, aqui, de maneira muito respeitosa, nós queremos conclamar as nossas autoridades competentes para que, realmente, encerrem, de forma definitiva, essa desintração para que se restabeleça a segurança jurídica, a tranquilidade e a paz do nosso Estado de Rondônia e, em especial, dos nossos produtores de Jaru Uaru.

Essa é a minha fala.

Eu agradeço a atenção de todos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O meu muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Prefeito Jeverson Lima, por sua presença e também pela fala em defesa dos produtores da região de Jaru Uaru.

O nosso Deputado Estadual Dr. Luís do Hospital.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. LUÍS DO HOSPITAL (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Parabenizo o Senador Marcos Rogério por presidir esta importante audiência hoje dos direitos humanos.

Cumprimento também a nossa Senadora Damares, que esteve lá em Rondônia, viu, realmente, o caos que se causou com essa pressão psicológica que estamos todos vivendo, principalmente aquelas pessoas que estão lá.

Eu falo em nome do Sr. Elias, do Leomar, que foi bem cirúrgico no que ele falou, sobre quando ele não tinha problemas de saúde, que está, há mais de 40 anos... Seu pai está com mais de 80 anos de idade.

Foi bem dito antes que o governo deu todas as condições de essas famílias de homens e mulheres de mãos calejadas, que trabalham, realmente, para produzir alimentos, principalmente para eles e para nós que estamos na cidade... Tem esse diálogo importante com os povos indígenas, como o Sr. Elias falou aqui.

O Prefeito Jeverson quero cumprimentar. A sua fala foi perfeita ao dizer, do seu coração... O que você falou aqui, Jeverson, é, realmente, o sentimento de todas as pessoas, de todos os rondonienses, não só do PA D'Jaru Uaru da nossa cidade. Sou Deputado Estadual do Município de Jaru e, juntamente com o Prefeito Jeverson e com o nosso Vice-Prefeito Grécio Benedito, estamos aqui, realmente, de mãos dadas com os produtores do Município de Jaru e do Estado de Rondônia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tive a oportunidade de presidir a Comissão de agricultura do Estado de Rondônia na Assembleia Legislativa no primeiro biênio e lá nós vimos, realmente, o trabalho que os agricultores fazem.

Então, fica aqui o nosso apelo. A Dra. Maíra foi bem explicativa, dizendo que é muito pequena aquela área para você sair das suas terras... Às vezes, é 1ha, meio hectare em que você está localizado naquelas propriedades.

O nosso apelo aqui, Senador Marcos Rogério, é de que as autoridades olhem com carinho, porque o que essas famílias estão passando, realmente, é uma covardia, é um trauma psicológico.

O Sr. Elias não está nem dormindo, tem mais de 30 dias que ele está à base de medicação.

Então, essa Comissão importante, que é de Direitos Humanos, em que nós estamos realmente olhando para o lado humano, olhando para a sociedade, olhando para as pessoas que mais precisam. E estão aqui esses proprietários rurais, que estão clamando para ficar nas suas terras.

No mais, eu quero agradecer e parabenizar pela condução desta Comissão.

Grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dr. Luís do Hospital, Deputado Estadual, também da região da Grande Jarú, e que está acompanhando muito de perto o drama dessas famílias. Eu agradeço o esforço de estar conosco também nesta audiência pública, Deputado Luís do Hospital.

Eu estou recebendo aqui... O pessoal está acompanhando a gente de lá e – como houve aqui a fala da Dra. Maíra sobre esse momento de notificação e de abertura de espaço para tentar identificar as situações – eles estão mandando para cá as notificações que são diferentes. Ele falou para perguntar para ela porque uns estão sendo notificados em uma situação, outros em outra situação...

E me mandaram aqui, realmente, tem uma notificação que apenas fala sobre a questão dos investimentos, infraestrutura, cultura e tal...

A SRA. MAÍRA CORACI DINIZ (*Fora do microfone.*) – Aí é minha beneficiária.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E há uma outra notificação que fala, também, da cessação dessas atividades e dá um prazo de 30 dias para retirada das famílias das unidades.

A SRA. MAÍRA CORACI DINIZ (*Fora do microfone.*) – Esse é o irregular.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k., mas neste momento todas elas estão com esse efeito sobrestado, até que esse trabalho seja feito e haja o encaminhamento de solução para a situação de Jarú Uaru

A SRA. MAÍRA CORACI DINIZ (*Fora do microfone.*) – Não vão tirar ninguém sem uma solução...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Fala no microfone, porque essa fala tem um significado para quem está sofrendo.

A SRA. MAÍRA CORACI DINIZ (Para expor.) – É importante. Quem está de boa-fé, tem direito e está legalmente respaldado não será retirado sem uma solução definitiva. É isso.

O beneficiário recebeu essa notificação porque ele é beneficiário, ele existe para o Incra...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso.

A SRA. MAÍRA CORACI DINIZ – Ele está lá na nossa base de dados, ele é um assentado do Incra, por isso que a notificação é diferente. Fala assim: "cesse todas as benfeitorias, investimentos...", até a gente procurar uma solução. Porque vai investir num lote ali sem saber o que vai acontecer no futuro? Então, a gente colocou esse tipo de notificação.

O outro é a notificação padrão da Instrução Normativa 99, que existe há 15 anos. Não foi mudado nada na redação.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Está o.k..

A SRA. MAÍRA CORACI DINIZ – Porque é exatamente isso. Se você é irregular, você não existe para o Incra na base de dados. Você está em um assentamento e não existe. Você pode ir lá levar os documentos e verificar se você tem direitos ou não. Se tiver direitos, a gente vai tratar de um jeito; se não tiver perfil e não tiver, aí tem que cumprir o prazo de 90 dias. É isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

Então, fica a palavra do Incra aqui, com relação ao sobrestamento, ou seja, neste momento, essas notificações estão sem efeitos até que haja o encaminhamento de solução estruturada dentro desse grupo de trabalho que foi criado por determinação, imagino, da Casa Civil, do Governo Federal.

Aqui não é o foro para entrar no debate técnico porque nós temos a lei que estabeleceu os critérios da reforma agrária e temos a lei mais recente, que é a 14.757, que também trata desses projetos de assentamentos que nós tivemos no Brasil. De lá para cá, as cláusulas resolutivas que foram estabelecidas naquele momento, em 90% dos casos não há o preenchimento dessas cláusulas resolutivas. Aí, por inadimplência ora do próprio Estado brasileiro, que tinha obrigações de fazer e não fez, ora, simplesmente, porque quem recebeu naquele momento também se ausentou da sua propriedade.

Mas é um problema que está estabelecido e que precisa de um encaminhamento técnico-jurídico para ser resolvido.

O legislador, dentro daquilo que conhece da vida real do brasileiro, lá na ponta, vem tentando aperfeiçoar o ordenamento para achar caminhos. Essa 14.757 é uma dessas inovações. Eu agradeço.

O Sr. Elias pediu a palavra ali para um esclarecimento. Sr. Elias, eu não vou alongar o debate aqui, porque hoje nós estamos fazendo apenas uma fala preliminar e vamos deixar a parte mais técnica depois, para esta audiência, dentro do ministério ou da própria Funai, com a presença dos advogados, defensores, conselhos, enfim.

Mas, como é uma audiência pública, eu não vou deixar de ouvir V. Sa., neste momento, porque eu sei o quanto isso aflige o coração de vocês. Pois não.

O SR. ELIAS SOARES DOS SANTOS (Para expor.) – Eu me sinto desconfortável quando a Dra. Máira fala das pessoas que estão irregular em cima da terra, porque, até onde eu tenho conhecimento, o documento que 100% dos brasileiros têm, do Estado brasileiro, é a escritura pública.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Estado cobra os impostos do CCIR, do ITR, e eu me sinto desconfortável quando a senhora fala que a gente está irregular em cima da terra. Essa era minha...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, são situações, acho, diferentes aqui. No caso de quem tem título definitivo, escritura pública, eu imagino que não há questionamento em relação a esse aspecto. Aí, tem uma outra questão, que é a questão da desintrusão, que é um outro assunto que nós temos que encaminhar.

Mas, para aqueles que têm, que são titulares do título definitivo, da escritura pública, não é o caso que ela está trazendo aqui.

O SR. ELIAS SOARES DOS SANTOS – Mas eu fui notificado. No meu caso...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – No caso do senhor, como é que foi a notificação?

A SRA. MAÍRA CORACI DINIZ (*Fora do microfone.*) – A da sua esposa foi diferente, a notificação.

O SR. ELIAS SOARES DOS SANTOS – A minha esposa?

A SRA. MAÍRA CORACI DINIZ (*Fora do microfone.*) – Ela é beneficiária, não é?

O SR. ELIAS SOARES DOS SANTOS – Não. Nós fomos notificados para desocupar a terra, no prazo de 30 dias, sendo irrevogável.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sim.

O SR. ELIAS SOARES DOS SANTOS – Eu não quis assinar a notificação, porque, lá na notificação, estava narrando que eu era irregular, e eu tenho o documento da propriedade: título definitivo, escritura pública registrada, pago ITR, CCIR.

Como é que eu vou assinar dizendo que eu estou irregular em cima da propriedade, sendo que eu tenho os documentos e pago ITR, CCIR?

A SRA. MAÍRA CORACI DINIZ (*Fora do microfone.*) – É que o senhor não está na relação de beneficiário... de assentado. É essa a questão, entendeu?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ele deve ser o caso do ocupante de boa-fé; é o terceiro.

Aí, é uma outra discussão, que eu acho que a gente vai poder fazer tecnicamente depois, para dar o encaminhamento.

O SR. ELIAS SOARES DOS SANTOS – Tá, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas eu entendo, e é absolutamente compreensível a preocupação de V. Sa., e imagino que seja a de boa parte daqueles que estão lá e que não são os adquirentes primeiros, aqueles que foram assentados de forma direta pelo Incra. Porque muitos compraram depois e têm a documentação, têm o título absolutamente dentro do que estabelece a lei.

Mas essa discussão nós vamos poder fazê-la depois, tecnicamente. O importante, neste momento, e a informação que temos aqui é para tranquilizar todos, é que, neste momento, tanto uma notificação quanto a outra notificação estão com seus efeitos suspensos, até que esse grupo de trabalho avance numa solução construída de maneira estruturada.

Eu quero deixar a fala para as conclusões finais ao Manoel. Se tem alguma coisa a acrescentar, fique à vontade; se não, nós vamos encaminhar depois para esta audiência técnica, no ambiente com a presença de todos que eu mencionei aqui.

Ao Marcos, agradeço mais uma vez a disposição do ministério de aqui comparecer, permanecer e se abrir, para a gente poder fazer essa mesa de trabalho, com a presença das instituições e dos representantes legais dos produtores rurais também.

Eu acho que foi um grande avanço no dia de hoje. E quero colocar a Comissão de Direitos Humanos à disposição para debater outros assuntos. Esse espero que a gente possa resolver nesse ambiente técnico.

Deixo a palavra para suas considerações, Marcos, agradecendo mais uma vez ao ministério pela disposição.

O SR. MARCOS KAINGANG (Para expor.) – Bom, quero cumprimentar mais uma vez o Senador Marcos Rogério, os demais, Damares, o Senador Jaime, o nosso Defensor aqui, o Prefeito,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Deputado, e os colegas aqui do Executivo, o nosso produtor, as famílias por estarem participando aqui, e os virtuais também, Senador.

Vou responder duas questões, Senador, que a Ministra não conseguiu responder a tempo, teve que sair.

Uma delas, Senador, tem a ver com a questão da presença de povos isolados e recente contato no interior da terra indígena. Nós temos seis estudos da presença de povos indígenas isolados na terra indígena. São seis registro: três confirmados e três em estudo, Senador.

Não à toa, nós também temos um Departamento de Povos Isolados e Recente Contato, na secretaria, que eu conduzo junto com a Funai também, que tem uma coordenação específica para isso, que atua na região; mas, no interior da terra indígena, eles circulam em várias regiões, Senador, por isso é objeto de preocupação também.

Inclusive, tem a decisão da ADPF, além da 709, tem a 991, do Ministro Edson Fachin, que impacta essa terra indígena também, que pede e determina uma série de medidas de proteção ainda mais robustas nessa região. Então, só para lembrar que tem mais uma ADPF, e, para nós, é um desafio cumpri-las também nessa medida.

Nesse sentido, só para reafirmar essa presença ali, Senador, que a Ministra não conseguiu devido à outra agenda aqui.

Segundo, Senador, quero colocar a nossa disponibilidade aqui. Eu, junto com a Casa Civil, conduzi todo o planejamento operacional para a terra indígena, de todas as terras indígenas da ADPF 709. Eram sete, no final, já estão virando meio que nove, dez, porque vão se somando a outros processos de terras indígenas próximos que têm ilícitos de outras naturezas, desmatamento, garimpo, por exemplo.

Nós temos uma fase de planejamento e execução, e depois uma fase que o Supremo também exige, que é o pós-desintrusão. Então, corroborando a fala das colegas, tanto do Incri, como da Funai, e até para tranquilizar as famílias que estão lá, nós encerramos essa fase de retirada de qualquer ocupação lá.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que o Senador bem trouxe, a Ministra também trouxe na sua fala, nós temos três situações diferentes, nós temos o PAD Burareiro no âmbito do CNJ, que está sendo conduzido. Nós também, ministério, estamos lá, Senador, junto com a Funai, com todos os órgãos envolvidos.

Nós temos o PA D'Jaru Uaru, que é esse processamento e condução que estão sendo tocados pela Casa Civil, nós, Ministério dos Povos Indígenas e o Incra. A gente tem, até pela fala da colega do Incra, a Ministra reforçou isso, nós temos um erro do Estado brasileiro, de fato.

Então, nós não vamos retirar nenhuma família dali nessa fase da operação, nós suspendemos essas ações no momento, nós estamos com operações de fiscalização ambiental na terra indígena, para evitar desmatamento. E é importante destacar que, na operação, nós tínhamos mapeado 106, 110 pontos de ações a serem feitas durante a nossa fase de planejamento, Senador – nós cumprimos boa parte deles.

E a Ministra sempre zelou por isso: "Vamos dialogar, para ver quem está ocupando aqui". Nós recebemos muita pressão política para que conduzisse a operação de maneira: "Tira todo mundo, não queremos saber, porque é ocupante irregular". E nós tomamos essa cautela. Eu mesmo fiz questão de levar isso para a Ministra também, durante o nosso planejamento: "Olha, pessoal, vamos tratar com muita cautela, isso aqui envolve proprietários, tem pessoas com título legítimo ali. Até a gente identificar quem é o perfil das pessoas que estão ali, nós não podemos chegar fazendo uma ação truculenta de qualquer forma".

Então, esse foi um cuidado que eu mesmo fiz questão de ter, junto com a Casa Civil, na hora do planejamento ali.

Isso também valeu para o PA D'Jaru Uaru, Senador, no momento em que a gente identificou que a gente tinha um erro ali na hora de o agrimensor passar na demarcação também, do próprio assentamento da atuação e da sobreposição que ficou ao final, então, a gente optou por não fazer nenhuma ação a não ser de notificação, que o Incra fez ali, dessas distintas notificações.

E aí, nas linhas 25 e 26, que é aqui embaixo, em Alvorada, a gente identificou que havia ocupações... e para nós, quando a gente fecha um planejamento, não tinham essas informações todas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí tem uma disputa judicial, tem várias questões aqui nesses marcos 25 e 26, que seriam para nós, da Funai e Ministério, os marcos da demarcação ali numerados. Então, a gente conduziu as ações ali. Mas, dentro do perímetro que nos foi... durante todo o planejamento, a gente identificou que essas ocupações seriam irregulares, mas quando a gente também passou a identificar que isso poderia violar algum direito, nós também tomamos a cautela e a previsão – não foi nem pela decisão judicial, Senador, também –, nós optamos por fazer uma discussão mais ampla. Identificamos depois que tinha questões judiciais também. Havia disputa entre... Funai errou, Incra errou, quem errou. Na dúvida, nós optamos por suspender as ações nessa região. Fizemos comparativamente...

Nós também sofremos críticas, Senador, porque a operação pegou muito tranquilamente em relação... É pressão de todo lado, né? Então, a gente tem que administrar isso... que a gente poderia ter feito muito mais, e não fizemos, né? Então, a gente também busca administrar e conciliar os direitos que estão ali, Senador...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS KAINGANG – ... e a gente se coloca à disposição, mais uma vez, reafirmando a importância da proteção da terra indígena, por ter povos isolados, sem contato hoje ali, e toda a perspectiva também de conciliar de maneira pacífica, harmônica. Aqui fica o nosso compromisso.

Eu também, que toco, junto com a nossa equipe, a diretoria, a diretoria da Funai e do Incra... fazer esse encaminhamento junto com o Incra aqui também, junto ao CNJ, porque o PAD Burareiro é um encaminhamento, né? Nós temos o PA D'Jaru Uaru aqui também que é um outro encaminhamento.

Então, a gente vai estar nas duas esferas aqui, Senador, dialogando, sempre à disposição e sempre zelando para não violar nenhum direito. A gente entendeu, durante a operação, que se teve alguém que foi violado, ali a gente não poderia fazer uma dupla violação nesse sentido também.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS KAINGANG – É um cuidado, uma cautela, um respeito que a gente tem que ter com as pessoas também que estão ali, que empregam o seu trabalho, a sua vida e em respeito aos povos indígenas também, ao território deles também.

Então, é isso, Senador. Quero agradecer mais uma vez e estamos à inteira disposição aqui, nessas próximas fases de discussões também, tá?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito.

Olha, eu quero agradecer muito a fala do Marcos. Para quem acompanhou atentamente a fala dele, ela é uma sinalização muito importante para as famílias que lá estão. Ele tem a compreensão de que é uma situação distinta, não se trata de uma situação de invasão. Ali, há uma situação, e isso foi dito aqui durante diversas vezes, de um erro que aconteceu, que nesse momento expõe tanto produtores rurais quanto expõe também a população indígena da região. Então, eu agradeço, Marcos, a sua presença, essa compreensão.

V. Sa. está fazendo aqui um compromisso também de, na esteira do que o Incra está fazendo, com a coordenação desse grupo de trabalho, de sobrestar, de suspender todas as ações de retiradas, também o Ministério e a Funai estão fazendo esse mesmo compromisso.

E eu estou fazendo essa colocação para você confirmar, porque me parece... a informação que eu tenho é de que a AGU recorreu da decisão que nós tivemos de suspensão. Parece-me que é uma questão de dever de ofício, mas, caso houvesse uma decisão em sentido contrário, poderia ter todo esse trabalho novamente de retirada dessas famílias, levando mais dor e agonia para os produtores.

E a fala V.Sa. aqui é no sentido de tranquilizá-los, que isso não vai acontecer enquanto essa questão não tiver essa discussão para a busca de um entendimento que atenda tanto a comunidade indígena quanto os produtores rurais também, é isso?

O SR. MARCOS KAINGANG – Não, perfeitamente, Senador. Até porque nós temos questões aqui judiciais. Então, nós estamos apresentando – como a colega do Incra –, estamos construindo as possibilidades...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS KAINGANG – Identificar o perfil das pessoas que estão lá é um dos requisitos. O Supremo nos solicita isso também. Então, nós estamos apresentando possibilidades, e aí o Judiciário vai avaliar cada uma delas e o encaminhamento também. Tem o encaminhamento do Executivo, mas tem o encaminhamento judicial. E nós recorremos por ofício, porque, senão, perde-se o prazo e, obviamente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas há uma decisão política?

O SR. MARCOS KAINGANG – Isso. Nós estamos no campo político e, mesmo que tenha uma decisão judicial, mandando desintrusar, nós temos que apresentar possibilidades e alternativas.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

O SR. MARCOS KAINGANG – De qualquer forma, a ideia nossa, no campo político, não é violar nenhum direito nesse sentido, é garantir a quem tem direito, de fato, o seu direito tanto para os povos indígenas, quanto para os proprietários, produtores pequenos, médios na terra indígena e nos pares também.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

Agradeço muito a manifestação de V. Sa., que leva um pouco de tranquilidade para quem está com essa agonia. Muitas pessoas, até enfermas em razão de toda a tensão que há em torno desse processo de desintrusão.

Mais uma vez, agradeço a presença do Dr. Marcos, do Manoel, da Dra. Maíra, do Dr. Sérgio – muito obrigado pela presença –, do Prefeito Jeverson Lima, do Deputado Luís do Hospital, do Grécio, nosso Vice-Prefeito de Jaru.

Agradeço, em nome da assessoria competente que está aqui, ao gabinete do Deputado Lucio Mosquini. Transmitam ao Deputado Lucio Mosquini a nossa saudação. Ele tem se empenhado muito na defesa de um caminho de solução, de uma negociação que represente levar tranquilidade, paz para os produtores rurais, para a comunidade indígena daquela região. Ele não pôde estar presente aqui hoje, mas faço questão de registrar aqui o empenho do Deputado Lucio Mosquini. Registro também que esteve conosco, no Supremo Tribunal Federal,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na audiência com o ministro Luiz Edson Fachin, a quem eu quero, mais uma vez, agradecer a disposição para ouvir, para tentar entender o Senador Confúcio – que esteve lá –, o Deputado Lucio Mosquini, a Senadora Damares – que acompanhou também –, a Deputada Silvia Cristina, representando, na verdade, toda a Bancada federal. Esse é um tema que a Bancada federal tem como muito sensível, e eu quero fazer esse registro, agradecendo o empenho de todos.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a participação de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 15 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 88ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e cinco minutos do dia onze de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Plínio Valério e Laércio Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa, Tereza Cristina e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 90/2025 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil". Participantes: Samira de Castro Cunha, Presidenta da Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ; Oscar Ferreira de Oliveira, Assessor da Secretaria Nacional de Justiça - Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP; Octávio Costa, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa - ABI; Katia Brembatti, Presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo - ABRAJI; Beatriz Barbosa, Coordenadora de Incidência para a América Latina da Repórteres sem Fronteiras - RSF; Renata Parreira, Cineasta e psicanalista, comunicadora popular, apresentadora dos Programas em TV: Balaio da Renata: De Orí para Orí - TVCOMDF e ÁfricasBrasis – Travessia. Fundadora do Instituto Candaces Brasil – ICB; e Soane Guerreiro, Jornalista. Resultado: Audiência realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/11>

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Fala da Presidência.)
– Bom dia a todos e a todas.

Peço desculpas, porque eu atrasei cinco minutos, e não é normal. Às 9h em ponto eu abro as nossas reuniões.

Declaro aberta a 88ª Reunião, extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 11 de dezembro de 2025.

A audiência pública será realizada nos termos de Requerimento nº 90, de 2025 – CDH –, de minha autoria, para discutir o tema: "Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil".

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Eu farei uma fala de abertura e, em seguida, nós vamos passar um pequeno vídeo, porque foi sugerido que eu passasse e eu concordei. A maioria dos nossos painelistas já está presente, presencialmente ou por vídeo; e vamos, depois, à lista.

Então, vamos lá.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Audiência pública sobre violência contra jornalistas e a liberdade de imprensa no Brasil. Meus amigos e minhas amigas do Brasil todo que estão nos assistindo – aqueles que estão nos assistindo, naturalmente – informo que estamos aqui hoje reunidos para tratar de um tema fundamental; estamos falando, aqui, da democracia.

A violência contra jornalistas e a liberdade de imprensa no Brasil nos levou a fazer esta audiência pública.

A imprensa livre e independente é fundamental para a democracia, para a transparência da gestão pública, para a responsabilização de autoridades e para o direito da sociedade ter a informação.

Quando jornalistas são ameaçados, agredidos ou impedidos de exercer seu trabalho, não é apenas um profissional que é violado; é a cidadania, é o direito de todos ao acesso à verdade que é atacada. Esta Comissão reafirma o seu compromisso com a proteção dos jornalistas e com a garantia plena da liberdade de imprensa.

Segundo a própria imprensa, em 2024, foram registrados 144 casos de agressões contra profissionais de imprensa naquele ano, uma média de uma agressão a cada dois dias e meio. A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão aponta que, em 2024, ocorreram 72 casos de violência não letal contra a imprensa, envolvendo pelo menos 84 jornalistas e veículos.

Além dos ataques físicos ou ameaças, existem outras formas de cerceamento: assédio judicial – o uso de processos como instrumento de intimidação, censura, desacreditização da imprensa, hostilização especialmente grave em contextos de polarização política, principalmente *online*. Segundo a Repórteres Sem Fronteiras, em 2024, o Brasil ocupava o número 82 entre 180 países no seu *ranking* mundial de liberdade de imprensa. Em 2025, subiu para 63.

A impunidade permanece como um grave problema estrutural. Nos últimos 30 anos, o país registrou dezenas de assassinatos de jornalistas em função do exercício profissional, muitos casos ainda sem solução. O impacto dessas agressões e violações extrapola a vida profissional dos jornalistas, atinge diretamente a sociedade como um todo.

O país precisa, entre outras ações, fortalecer os mecanismos de proteção a jornalistas e comunicadores, ampliar e efetivar programas de proteção, como previsto pelo Observatório





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional da Violência contra Jornalistas e Comunicadores Sociais, garantindo canal de denúncia, ação rápida, investigação eficiente e proteção a quem denuncia. Não se trata apenas de proteger profissionais; trata-se aqui de proteger a democracia, a transparência, a vida, a verdade e o direito da sociedade brasileira à informação.

Essa é uma introdução que sempre fizemos para situar aqueles que vão nos assistir e participar da nossa audiência pública.

O vídeo que vamos passar é um complemento da minha fala também, e não tem como eu não iniciar falando disso.

Eu estava aqui no Senado, mas acompanhei, pela televisão e por aqueles que puderam filmar pequenos vídeos pelo celular. Todos nós ficamos chocados com a violência sofrida por jornalistas na noite de terça-feira, 9 de dezembro, na Câmara dos Deputados.

Minha solidariedade a todos os profissionais da imprensa, e tenho certeza de que falo em nome de toda a Comissão de Direitos Humanos e de todos os Senadores. Foi um episódio absolutamente inaceitável.

Durante o ataque, as transmissões da TV Câmara foram cortadas, o que reforça a gravidade da situação. Quero manifestar meu repúdio a essa violência e expressar solidariedade a todos os profissionais de imprensa que tiveram seu trabalho interrompido, sua segurança ameaçada, e muitos foram até agredidos.

Diversas entidades já se manifestaram, emitindo notas de protesto e cobrando explicações das autoridades responsáveis, entre elas a Federação Nacional dos Jornalistas, vários sindicatos de jornalistas pelo país todo, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, a Associação Nacional dos Jornais, a Associação Nacional de Editores de Revistas, a Associação Brasileira de Rádio e Televisão, e o Conselho Nacional dos Direitos Humanos.

É fundamental que a democracia seja respeitada e que jornalistas possam exercer seu trabalho livremente, sem medo, ameaça e intimidação. A violência contra a imprensa é um ataque à sociedade, é um ataque à democracia, ao direito, à informação.

Fica aqui a nossa total solidariedade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E dou também a minha posição, que sempre registrei total solidariedade ao Deputado Federal Glauber Braga. Felizmente, não cassaram o seu mandato, mas foi suspenso por seis meses. Glauber, estamos com você. *(Palmas.)*

Eu vou, neste momento, convidar os já presentes. Estão todos aqui, muito bem. A assessoria já sintetizou para mim aqui. Então, convidados que já estão presentes: Samira de Castro Cunha, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Seja bem-vinda. *(Pausa.)*

Seja bem-vinda. Está em casa. Não tanto quanto na Câmara, mas está em casa. Seja bem-vinda. Mas vamos torcer que seja um episódio que a gente possa virar a página, e vida nova, e vida que segue.

Renata... *(Pausa.)*

Está subindo? *(Pausa.)*

Oscar Ferreira de Oliveira, Assessor da Secretaria Nacional de Justiça, representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Seja bem-vindo. *(Palmas.) (Pausa.)*

Peço à assessoria que coloque o vídeo para que possamos assistir.

(Procede-se à exibição de vídeo)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu os cumprimento pela produção do vídeo, pequeno, mas que diz tudo, em matéria de violência contra os profissionais.

Vamos chamar também para a mesa a Katia Brembatti, Presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. *(Palmas.)*

Muito bem.

Aproveito para chamar também Bia Barbosa, Coordenadora de Incidência para a América Latina da Repórteres sem Fronteiras. *(Palmas.)*

Conforme já ajustamos aqui na mesa, passamos a palavra, de imediato, à Presidenta da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Dra. Samira de Castro Cunha.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SAMIRA DE CASTRO CUNHA (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos.

Queria começar, primeiro, agradecendo ao Senador Paulo Paim pela possibilidade de termos essa escuta qualificada, no Senado, sobre a realidade do trabalho dos jornalistas no Brasil, através da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Para nós é muito caro, Senador, este momento, sobretudo depois de um episódio muito grave de ataque à liberdade de imprensa e ao exercício profissional dos jornalistas no Brasil, dentro de uma das casas do Parlamento brasileiro, que foi o episódio que aconteceu na Câmara dos Deputados anteontem, sobre o qual nós ainda não temos respostas oficiais da Presidência da Câmara, sobre o qual os jornalistas agredidos e as jornalistas agredidas esperam, inclusive, uma mudança de postura para garantir acesso ao plenário, acesso a todas as dependências da Casa, e explicações muito claras. Por que apanharam? Por que foram retirados com tanta truculência de um espaço que deveria ser um espaço de transparência e de livre acesso à informação para toda a sociedade? (*Palmas.*)

Então fica, em nome da Federação Nacional dos Jornalistas, o nosso repúdio àquela atitude da polícia legislativa, que, obviamente, foi orientada para tal, e fica também o nosso pedido público de explicações da Presidência da Câmara.

Bom, falar do exercício do jornalismo no Brasil é falar, sim, de reiteradas violações do direito de reportar, do direito de levar informação à casa das pessoas e à sociedade de um modo geral. A Federação Nacional dos Jornalistas realiza, todo ano, um levantamento que compila esses casos de violência contra a nossa categoria, o Relatório Anual da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil, e, em 2024, nós registramos, como o senhor bem lembrou, 144 casos de violência. Houve uma pequena redução em relação ao ano anterior, mas ainda é um número que nos choca, e é um número que nós não podemos naturalizar.

Em um país que se diz democrático, você impedir a imprensa de fazer o trabalho dela, sob qualquer forma, qualquer tipo de violência, de uma ameaça nas redes sociais, de uma agressão verbal, que muito rapidamente passa para uma agressão física, passando para novas modalidades de violência, como o assédio judicial, que resulta na censura, na autocensura, é muito rápido e é absolutamente injustificável.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente registra que não houve assassinato de jornalistas em 2024 no Brasil, mas situações graves, muito graves, foram registradas. Um jornalista em São Paulo, por exemplo, foi ameaçado por um Vereador que lhe mostrou uma arma na cintura. Vários colegas no Rio de Janeiro e em outras cidades tiveram seus carros de reportagem metralhados ou tiros nas suas residências. E isso deve chocar a sociedade brasileira.

A Fenaj, então, tem se debruçado sobre esse fenômeno de uma maneira muito perene, desde os anos 80. Não é um fenômeno novo, mas a cada dia ele toma contornos que preocupam ainda mais, porque essa violência, em determinado momento, inclusive, foi institucionalizada no Brasil. Nós passamos quatro anos ouvindo do poder central do país que jornalista não presta, que jornalista mente, que jornalista é lixo, portanto estigmatizando e descredibilizando toda uma categoria profissional e uma instituição chamada imprensa. Isso motivou a ação em rede, não só da Fenaj, mas de várias outras organizações, esse fenômeno da violência contra jornalistas. A gente pode falar da questão da Coalizão em Defesa do Jornalismo, que tem se debruçado muito sobre o fenômeno da violência e que muito tem tentado mitigar esses casos, a partir da ação em rede. Cada organização que compõe a CDJor, com sua expertise, com o que lhe cabe nos seus mandatos, tem se pautado contra esse fenômeno, para tentar resguardar o exercício dos colegas jornalistas e o próprio jornalismo para a sociedade brasileira, que, no final das contas, é o que a gente quer, é o que a gente precisa fazer.

No nosso relatório, Senador, além de assédio judicial, agressões físicas e censuras, que foram os principais casos de 2024, a gente tem um dado que é o fato de os políticos e apoiadores continuarem no topo da lista de agressores a jornalistas no Brasil, com 40% dos casos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Políticos?

A SRA. SAMIRA DE CASTRO CUNHA – Políticos, assessores de políticos e apoiadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Eu não bato palmas, eu fico triste. Para mim, isso é uma tristeza.

A SRA. SAMIRA DE CASTRO CUNHA – É triste isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, como a gente falava no início, o período eleitoral também é um período em que há um aumento dessa violência contra jornalistas e comunicadores, de um modo geral, no Brasil. Em 2024, de maio a outubro – período de eleição municipal –, concentraram-se 39% dos casos de violência no relatório da Fenaj.

Então, por que a gente traz esse tema para o Senado Federal? A gente traz esse tema, primeiro, porque a gente está às vésperas de uma nova eleição – eleição presidencial e de Deputados e Senadores. E, obviamente, organizações como a Fenaj, a Abraji, Repórteres sem Fronteiras e o próprio Observatório da Violência contra Jornalistas e Comunicadores, do Ministério da Justiça, precisam se debruçar para garantir que a gente não tenha, por exemplo, nos debates, mulheres jornalistas sendo hostilizadas, sendo xingadas em rede nacional e que virem alvo de uma horda ensandecida que propaga o ódio e que agride, atinge e ameaça o mensageiro e a mensageira.

Portanto, Senador, a gente precisa estabelecer um amplo diálogo social com a Câmara, com o Senado, com o Executivo e com todas as organizações da sociedade civil, para proteger e resguardar o trabalho das jornalistas e dos jornalistas no Brasil.

Eu deixo essas palavras para dizer que, quando se ataca um profissional de imprensa, a sociedade está sendo atacada no seu direito de receber informações, no seu direito de saber o que acontece no seu bairro, na sua cidade, no seu estado, no seu país, de um modo geral.

Então, vamos defender o jornalismo, esse bem público, esse bem maior que nós temos, que é um dos pilares da nossa tão combalida democracia.

Obrigada, Senador. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Parabéns. Parabéns à Jornalista Samira de Castro Cunha, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, que fez um resumo em que ela cita – e eu vou destacar, porque é grave – o desrespeito de políticos e assessores.

Que os gabinetes todos ouçam e que o Brasil ouça: o respeito ao jornalista é razão da existência da própria democracia. Onde não se respeita o jornalista, não se respeita a democracia, e se ataca a sociedade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, meus cumprimentos pela fala.

Já posso registrar a presença conosco da Renata Parreira, cineasta e psicanalista, comunicadora popular, apresentadora dos programas em TV Balaio da Renata: de Orí para Orí, na TVCOMDF, e ÁfricasBrasis – Travessia, Fundadora do Instituto Candaces Brasil. Parabéns, Renata! Seja bem-vinda! (*Palmas.*)

Eu vou ver se o Octávio Costa – para intercalar um à distância e um presencial –, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) já está em condição.

O.k.? (*Pausa.*)

Vamos lá então! Por favor, o Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Octávio Costa, a palavra é sua. Dez minutos, com mais cinco, se necessário.

O SR. OCTÁVIO COSTA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia. Está me ouvindo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito.

O SR. OCTÁVIO COSTA (*Por videoconferência.*) – Bom dia a todos, bom dia a todas! Bom dia às nossas colegas Katia e Samira, Presidente da Abraji e Presidente da Fenaj.

Senador Paulo Paim, eu gostaria só de refletir um pouco a respeito da situação no mundo. Quer dizer, é lógico que nós no Brasil não temos casos de mortes de jornalistas, não temos casos de prisão de jornalistas, o que ganhou grande destaque no relatório do Repórteres Sem Fronteiras, as mortes em Gaza, as mortes no México, as prisões de jornalistas na China, na Rússia, por crime de opinião. Então, felizmente esse tempo, no nosso caso, já vai longe, já vai distante, em que jornalistas foram mortos. Agora mesmo em outubro, lembramos da morte de Vladimir Herzog, os 50 anos da morte de Vladimir Herzog, torturado em São Paulo, no DOI-Codi, mas esse tempo de autoritarismo, esse tempo de ditadura, de tortura vai longe.

Nós tivemos recentemente, no caso do Governo Bolsonaro, é evidente que toda uma máquina de Estado investida contra jornalistas, aquela imagem ridícula daquele cercadinho na frente do Palácio da Alvorada, os jornalistas diariamente sendo destratados e casos de agressões,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente contra mulheres jornalistas, isso foi o panorama durante quase todo o Governo Bolsonaro.

Esse tempo passou, nós temos hoje um Governo, não só democrático, mas um Governo que respeita a imprensa, a relação – o senhor sabe bem disso, Senador Paulo Paim – do Governo Lula e do Presidente Lula com a imprensa sempre foi extremamente educada, extremamente respeitosa, extremamente civilizada; então, não temos mais esse exemplo de cima que incentivava, na verdade, ataques contra jornalistas. O que temos, e é o que se observa no relatório da Fenaj, são casos de agressão em rede social, com muita frequência, casos também muito voltados para mulheres jornalistas, gente com endereço de jornalista, com nome de filho de jornalista, então essas ameaças existem e têm sido praticadas, como também destaca a Fenaj, em grande parte, partindo de políticos e de assessores de políticos.

Isso é uma coisa que a gente tem tentado coibir. Há um observatório criado no âmbito do Ministério da Justiça em que todas as federações participam: Fenaj, Abraji, o próprio Repórteres Sem Fronteiras, Tornavoz, ABI. Esse é um órgão importantíssimo, criado na Senajus do Ministério da Justiça. É um órgão que tem funcionado e tem examinado, inclusive, mecanismos para impedir esse tipo de violência, não deixar impune esse tipo de violência. Então, a gente tem avançado bastante nesse terreno.

Também foi observado já pela Samira, mas uma questão que nos afeta muito, no Brasil, é a questão do assédio judicial, que são ações previstas na Constituição: ao mesmo tempo em que ela assegura a liberdade de imprensa, ela permite que as pessoas entrem na Justiça reclamando de indenização por dano moral. Isso se tornou realmente uma coisa muito frequente e que acaba intimidando a apuração dos fatos e o exercício da profissão.

São ações com valores muito altos, com pedidos de indenização muito altos, e casos de jornalistas que têm bloqueados os seus rendimentos – vários foram alvo disso. Havia a plethora de ações por dano moral, mas isso, graças a decisões do Supremo Tribunal Federal, que foi mobilizado por entidades de jornalistas, você reduziu a possibilidade dessas ações plethora em todo o país.

Então, hoje, são ações individuais, mas que cerceiam bastante a profissão. Cerceiam bastante, porque você, jornalista, quando é alvo de uma ação dessa por dano moral e com valor





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exorbitante, você fica intimidado. Quer dizer, o que você vai fazer dali para a frente? Que tipo de reportagem você pode fazer daquilo? Que tipo de investigação você pode fazer correndo essa ameaça de ser acionado por dano moral? E, às vezes, por gente totalmente desqualificada, mas que se aproveita dessa brecha que a legislação permite. Esse é um problema grave que nós temos enfrentado no Brasil.

Mas, como eu falei, felizmente, não temos no Brasil – felizmente – esses casos extremos de violência, inclusive a prisão de jornalistas, porque a prisão é terrível. Quer dizer, você vê, em várias partes do mundo, jornalistas que, por matérias, por reportagens, por opinião, são condenados à prisão de 20 anos, 15 anos, 10 anos por crime de opinião. Isso tem ocorrido com muita frequência no mundo e, felizmente, nós aqui no Brasil não somos alvos disso.

Então, o que eu digo: a situação, lógico, é sempre complicada. O trabalho da imprensa incomoda. Prova que o trabalho da imprensa incomoda foi o que ocorreu na Câmara dos Deputados, não é verdade? Não pode haver prova maior. Na hora em que você impede jornalistas de terem acesso ao Plenário da Câmara, na hora em que você tira a TV Câmara do ar, na hora em que você manda a polícia legislativa agredir cinegrafistas e repórteres na entrada do Plenário, fica mais do que comprovado que o nosso trabalho incomoda; que o trabalho de relato dos fatos, de relato da verdade, de compromisso com a verdade que o jornalista tem – compromisso com a ética – incomoda muita gente.

E, pelo visto, incomoda muito o Presidente da Câmara. Ontem também soube que ele está pretendendo impedir que jornalistas entrem no Congresso pela Chapelaria, o que é feito há anos. É ali que o jornalista entra em contato com Deputados, com Senadores, entendeu? E eles agora querem impedir a entrada dos profissionais de imprensa pela Chapelaria; além disso, também impedir acesso ao Plenário. Parece que o Presidente da Câmara agora sai pelos fundos; uma porta em que, na verdade, antigamente, as pessoas eram presas por ali, e ele está usando essa saída para não cruzar com a imprensa. Então, o Sr. Hugo Motta, infelizmente, não sabe o que é jornalismo, não sabe a importância do jornalismo para a democracia.

Eu gostaria só de informar que a ABL, diante dos fatos do dia 9, não só fez uma nota de protesto, mas entrou com uma representação, junto à Procuradoria-Geral da República, em que ela pede uma ação da Procuradoria contra o Presidente da Câmara por crime de responsabilidade,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por censura, por infringir a Constituição brasileira. Então, nós entramos ontem com essa representação; vamos entrar com uma outra representação, uma denúncia na Comissão de Direitos Humanos da OEA – vamos entrar com essa ação hoje –; e vamos também, por mais irônico que possa parecer, mas é simbólico, entrar na Comissão de Ética da Câmara com uma representação contra o Presidente da Câmara, porque isso não pode ficar no ar, não pode ficar impune. Nós não queremos só explicação; nós queremos punição desse Presidente da Câmara. O que ele fez é lamentável. O que ele fez afeta todos nós. É um ataque à democracia o que foi feito no dia 9 na Câmara dos Deputados.

Eu sei que nós aqui estamos numa outra Casa, nós estamos no Senado, que é a Casa mais Alta do Congresso e, evidentemente com políticos mais experientes. Porque até ontem as pessoas me perguntavam sobre quem é Hugo Motta, e eu disse: eu não sei quem é Hugo Motta. Eu sei que é uma pessoa totalmente despreparada e que está na Presidência da Câmara, o que é lamentável.

Então, eu só queria – eu tenho ainda para terminar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O senhor tem mais cinco minutos.

O SR. OCTÁVIO COSTA (*Por videoconferência.*) – Eu sei disso, mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu quero garantir os dez, mais cinco ainda. (*Risos.*)

O SR. OCTÁVIO COSTA (*Por videoconferência.*) – Eu agradeço, Senador Paim. Eu agradeço, mas estou encerrando. Quero só concluir.

Temos vários problemas ainda que afetam a liberdade de imprensa no Brasil, mas é mais evidente que, quando a gente vê o cenário no mundo, a gente respira – respira. Agora, ao mesmo tempo, quando a gente vê uma ação dessa que ocorreu no dia 9, partindo de quem partiu, isso é altamente preocupante. Por quê? Samira falou: ano que vem nós temos eleições no Brasil, não é verdade? E é lógico que, com as eleições, as tensões ficam mais agudas, você tem disputa, você tem conflito de rua; e você tem agressões a jornalistas em período eleitoral. Agora, se o Presidente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Câmara dá o exemplo que o Sr. Hugo Motta deu, às vésperas de uma eleição, isso é altamente preocupante – é altamente preocupante.

É por isso que eu digo que é importante que haja uma resposta judicial contra o que ocorreu na Câmara dos Deputados no dia 9, entendeu? Não há como deixar isso no ar, não há como deixar isso impune, não há como exigir explicação do inexplicável – inexplicável. Além da censura, houve agressão, não só a jornalistas, como aos próprios Parlamentares. Seis Deputados foram agredidos pela polícia legislativa.

O senhor falou bem, quer dizer, todos nós ficamos aliviados com o resultado do julgamento do Deputado Glauber Braga, por nada, por uma mesquinha, queriam cassar o mandato dele. E acabou que houve só essa suspensão.

Mas ao mesmo tempo em que houve só a suspensão, por seis meses, de Glauber Braga, o que é comemorado por todo mundo que defende a democracia no país, houve o caso da Deputada Zambelli. Imagina, pessoa processada, condenada, foragida, presa na Itália, e eles mantiveram o mandato da Deputada Zambelli, quer dizer, tudo isso preocupa – tudo isso preocupa.

E mais ainda, ao saber que nós teremos uma eleição, no ano que vem, que vai ser uma eleição novamente polarizada, não é verdade? Com o Presidente Lula de um lado e, de outro lado, um candidato da direita e da extrema-direita. Então, diante do cenário que, se vier, provavelmente vai ocorrer no ano que vem, com uma polarização aguda, o trabalho da imprensa é fundamental – é fundamental. E é importante que se garanta totalmente o livre exercício da nossa profissão.

É isso. Muito obrigado. Muito obrigado, Senador. Parabéns pela iniciativa, parabéns pela audiência pública.

E a ABI vai fazer 118 anos agora, no dia 7 de abril do ano que vem. E são 118 anos de defesa do Estado democrático de direito, de defesa da liberdade de imprensa, da liberdade de expressão e dos direitos humanos. Então, do alto dessa experiência da ABI, eu volto a afirmar: preocupa-nos o que pode ocorrer no país, em termos de liberdade de imprensa, no ano que vem, num ano eleitoral importantíssimo para a história da nossa democracia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu que agradeço, Sr. Octávio Costa, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

E pode crer, a sua explanação, eu diria, foi perfeita, contundente, mas o momento exige realmente isso. O que eu posso me comprometer é levar para as bancadas e conversar também com o Presidente da Casa, e tenho a liberdade de conversar com ele, por exemplo, que o jornalista tenha que entrar só pela porta dos fundos, como foi aqui colocado pelo Sr. Octávio Costa. Não poderão mais entrar pela Chapelaria se a ameaça, o que eu apenas entendi, que foi só uma ameaça, puder se concretizar.

Casualmente tenho uma reunião, segunda-feira, com o Presidente da Casa, e vou levar o que foi exposto aqui para ele, o.k.? No que depender de nós, conte conosco.

Vamos em frente. Passo a palavra agora para a Sra. Katia Brembatti, Presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. (*Risos.*)

A SRA. KATIA BREMBATTI (Para expor.) – Vai ser pouquinho, pelo jeito, que eu vou falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Mas como eu sou bonzinho, vou dar mais dez e mais cinco depois.

A SRA. KATIA BREMBATTI – Ah, obrigada, Senador.

Senador, que bom que a gente tem este clima de descontração para começar a fala, porque realmente o assunto é pesado.

Eu queria começar agradecendo ao Senado, na sua pessoa, Senador, por esta reunião, esta audiência pública, para discutir esse assunto, que é tão relevante para a sociedade, embora as pessoas achem que a gente está falando de um assunto exclusivo de jornalistas, de uma coisa corporativa que só interessa à categoria, quando, na verdade, interessa a toda a sociedade. É um pouco disso que eu gostaria de falar.

Queria começar falando que até parece coincidência a gente fazer esta audiência na semana em que isso aconteceu. Esta audiência estava marcada há bastante tempo, então não se trata de coincidência, trata-se de que recorrentemente a gente tem casos de violência e calhou de ser na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

semana da audiência, mas poderia ter sido em outra semana que tivesse outro episódio, porque, como a Samira mencionou e também vou mencionar alguns casos, tem sido recorrente, tem sido frequente.

Na Abraji – eu vou falar também da Abraji – a gente tem pedidos diários, semanais, de ajuda. Então, no dia que em que a gente escapa, tipo placa de hoje ninguém entrou em contato para pedir ajuda, no dia seguinte a gente tem algum pedido de ajuda. Então, é importante que a sociedade saiba que isso tem acontecido recorrentemente. O que aconteceu, aqui em Brasília, foi exposto para o Brasil inteiro, mas acontecem situações nas cidades de interior, nas capitais, em alguns lugares mais distantes que não ganham a mesma repercussão.

O senhor mencionou as organizações que deram nota e disse que outras também tinham dado nota. Nós, da Abraji, também nos posicionamos. Estamos junto com a Fenaj, com a Coalizão em Defesa do Jornalismo, junto com a Repórteres sem Fronteiras e outras...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Eu não citei...

A SRA. KATIA BREMBATTI – Não, sem problema. O senhor mencionou que outras organizações tinham emitido. Eu só queria fazer o registro.

Queria mencionar aqui, porque tem tudo a ver com o tema da audiência, violência contra jornalistas, a origem da Abraji.

A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo surge há duas décadas, há 23 anos, por ocorrência de um caso muito grave de violência contra jornalistas, que foi o caso da morte do Tim Lopes. Então, a morte do Tim Lopes mobilizou a categoria a criar uma associação, que é diferente de um sindicato, que é diferente de outros perfis de organização, para cobrar o acompanhamento, para evitar a impunidade dos casos de violência contra jornalistas e para ajudar a treinar jornalistas para se prepararem para as situações do dia a dia.

Eu sou professora universitária, então me perguntam bastante se fazer jornalismo é perigoso. E, um tempo atrás, eu dizia que não. Deixe-me explicar. Existiam algumas atividades jornalísticas que eram, efetivamente, mais perigosas. Então, cobertura de guerra, cobertura com relação a crime organizado, que não respeita as regras de convivência em sociedade, que opera





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fora das regras sociais; então, cobrir violência em alguns centros urbanos, cobrir situações na Amazônia era violento, mas fazer o jornalismo do dia a dia, aquele jornalismo que a gente chama de buraco de rua, de posto de saúde, não era uma situação em que jornalistas corriam risco, no dia a dia.

Esse cenário mudou, nos últimos anos, e é sobre isso que a gente precisa falar. Embora nos entristeçam muito, quando a gente vê o relatório da Repórter sem Fronteiras, as situações com relação a conflitos armados no mundo, na Ucrânia, em Gaza, em outros lugares, com mortes de jornalistas, as situações de conflito armado, a gente não pode banalizar essas mortes de forma nenhuma... Historicamente, a gente tem esses casos de morte, ultimamente mais, mas a cobertura rotineira do jornalismo do dia a dia tem sido afetada e isso impacta na sociedade, inclusive no interesse das pessoas em serem jornalistas. Pensem, em quantas famílias, quantas pessoas de 15, 16, 18 anos olham a situação de violência contra jornalistas e pensam: "Não quero me meter nisso. Quero uma vida um pouco mais tranquila".

E isso não tem nenhuma relação com os interesses da cobertura, por exemplo, em direitos humanos. A pessoa pode ter um interesse de se engajar na sociedade, mas vai buscar outra área da sociedade que seja menos arriscada, menos violenta.

Então, isso está impactando toda a sociedade, acho que isso precisa ficar bem claro. A gente ainda não consegue mensurar os impactos dessa escalada de violência para o efeito social disso. Na Abraji, assim como na Fenaj e em outras organizações, a gente faz monitoramentos de ataques a jornalistas e lá, no nosso monitor, a gente considera muitos marcadores sociais. E, sim, mulheres e pessoas negras são mais vítimas de ataques e, principalmente, ataques mais violentos, ataques mais agressivos. O nível de agressividade com mulheres e com pessoas negras é muito maior e isso precisa ser registrado, porque esse é um problema que a gente precisa encarar.

Dito isso, também gostaria de louvar a presença do Oscar aqui e falar de como foi importante para as organizações e para a categoria a criação do observatório de violência contra jornalistas. O observatório de violência contra jornalistas, a Samira vai se lembrar, estivemos com o então Ministro Flávio Dino logo depois do 8 de janeiro, conversando sobre esse cenário e ele falou: "Vamos criar uma estrutura dentro do Ministério da Justiça". E está aí o Observatório de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Violência contra Jornalistas e Comunicadores Sociais, que precisa ter um papel muito importante nesse enfrentamento.

Então, precisamos nos unir e agir de mãos dadas para que esse problema seja encarado.

Em algumas reuniões do observatório, eu mencionei um dos fatores que me preocupa bastante na questão da violência contra jornalistas, que é a violência vinda das forças de segurança. A gente tem, sim, como Samira mencionou, políticos, autoridades que atacam jornalistas, que agridem jornalistas, que ameaçam jornalistas, mas a gente também tem um número muito grande, muito impressionante de cerceamentos, de ataques vindos de forças de segurança. Que forças de segurança? Guardas municipais, polícia civil, polícia militar, Polícia Federal, polícia rodoviária.

Do que a gente precisa? A gente precisa que o nosso trabalho, que a forma como a gente trabalha e qual a nossa prática sejam compreendidos por essas forças de segurança, para que, quando a gente esteja num espaço, como numa manifestação de rua, a gente não seja... A gente está ali trabalhando, registrando aquela manifestação de rua, por exemplo, e a gente não pode ser arrancado daquele lugar como se a gente não tivesse o direito e o dever, inclusive, de estar nesse lugar.

Então, continuando, gente, a gente tem, historicamente, nos últimos anos, essa situação de autoridades, políticos, infelizmente, também integrantes do Ministério Público, do Judiciário com um posicionamento mais violento contra jornalistas.

Temos a questão das forças de segurança, mas acredito que um dos principais marcadores dos últimos anos é a questão de, digamos assim, pessoas da sociedade, pessoas comuns, da sociedade, que decidiram que nós somos inimigos e que somos alvos a serem atacados. Eu acho que esse fator é um dos principais fatores que interfere nos indicadores, que aumenta esse número de violência contra jornalistas. Por quê? A gente percebe claramente que esse processo – que a Samira tão bem identificou e falou aqui – sobre deslegitimar o trabalho da imprensa, atacar recorrentemente o trabalho da imprensa, faz com que...

(Soa a campainha.)

A SRA. KATIA BREMBATTI – Já vou concluir. *(Risos.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Fique tranquila porque, da campanha, eu não tenho controle. Agora, quando toca a campanha, são mais cinco minutos.

A SRA. KATIA BREMBATTI – Tá certo.

Esse incentivo ao ataque à imprensa faz com que várias pessoas da sociedade, que não têm relacionamento direto com a imprensa no dia a dia, se considerem no dever, no direito de atacar a imprensa nas situações mais absurdas do dia a dia. A ponto de um jornalista estar na rua gravando uma passagem – como a gente diz, que é aquela imagem – e alguém decidir jogar o carro em cima de um jornalista. Não existe nenhum tipo de justificativa lógica, racional, para o que está acontecendo.

Eu acho que a gente precisa, sim, retomar a racionalidade. Acredito que esta audiência é um espaço importante para falar disso. O Senado precisa participar disso, as organizações precisam ser chamadas para participar disso. E a gente precisa diferenciar muito claramente o que são erros e o que são críticas – que são, sim, legítimas, a imprensa erra e precisa ser corrigida, a imprensa não está sob uma redoma que não poderia ser criticada, ela pode ser criticada –, mas existem formas de fazer isso. Não é atacando as pessoas, não é agredindo as pessoas. A violência não é legítima em nenhuma face. (*Palmas.*)

E, só para encerrar, eu queria falar que, dos vários tipos de violência que nos preocupam – a violência física, obviamente, é a face mais cruel dela no dia a dia, pelas implicações, em que podemos ter casos de mortes –, existe a violência verbal, existe a violência digital, que é muito importante, muito relevante em números também, mas eu queria falar da violência judicial porque essa é uma área a que a Abraji tem se dedicado bastante. A gente tem se debruçado sobre isso.

Fizemos um monitor de assédio judicial. A gente identificou 654 processos que se caracterizam como assédio judicial. Esse termo... Recentemente, por uma ação da Abraji e uma ação da ABI no STF, foi reconhecido juridicamente esse termo, assédio judicial, pelo STF, mas a gente conseguiu categorizar como se caracteriza um assédio judicial. Portanto, não é qualquer ação contra a imprensa que é um assédio judicial, é preciso ter uma série de características para ser caracterizada assim. E a gente identificou 654 processos que têm essas características de assédio judicial.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses processos intimidam jornalistas, sufocam financeiramente as empresas, criam um autopolicamento... A sociedade deixa de ser informada quando o jornalista pensa cinco vezes antes de abordar um assunto porque aquele assunto vai dar dor de cabeça. (*Palmas.*)

E quando as pessoas acham, assim, "Ah, mas a imprensa tem que ser contida judicialmente". Eu queria dizer para vocês que eu já estive em uma audiência em que um jornalista foi condenado criminalmente por ter usado a palavra "pupilo", criminalmente, eu não estou nem falando civilmente, o que já seria absurdo, mas criminalmente, por ter usado a palavra "pupilo".

Então, a gente está vivendo esse cenário. Esse cenário precisa aparecer para a sociedade, a gente precisa falar sobre ele.

Recentemente, em agosto, por meio do Fórum de Liberdade de Imprensa do Conselho Nacional de Justiça – de que a Abraji faz parte, agora, recentemente, a Fenaj se somou e outras organizações –, nós conseguimos lançar, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça, em parceria com o Instituto Tornavoz e com o Jusbrasil, que nos proporcionou os dados, um painel que mostra 20 mil processos contra a liberdade de imprensa no Brasil nos últimos 25 anos. Ali, tem os dados de qual é o tribunal, qual é a esfera, se é criminal, se é cível, se é eleitoral, se houve condenação de indenização, por qual valor, se houve retirada de conteúdo.

Então, a gente está falando de um cenário que vai piorar nos próximos anos, a escalada de assédio judicial tem piorado, a gente precisa olhar para ela. E 2026 está vindo aí, gente, com mais preocupações com relação à violência em todas as esferas.

Então, agradeço muito, Senador, pela oportunidade e espero que esse assunto seja mais debatido pela sociedade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Com certeza. Meus cumprimentos à Presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Katia Brembatti, que fez aqui uma série de denúncias, que é um alerta à sociedade. Além da agressão, além das mortes que acontecem no Brasil e no mundo, que aqui também foi dado o exemplo do Tim, nós também temos essa agressão judicial, que é uma forma de agredir o jornalista também.

Vamos, de imediato, passar a palavra, neste momento, se ele estiver já pronto na tela, para Giuliano Galli. Pode ser? (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não está. Então, tá. Vamos em frente.

Passo a palavra para Bia Barbosa, Coordenadora de Incidência para a América Latina da Repórteres Sem Fronteiras.

A SRA. BEATRIZ BARBOSA (Para expor.) – Bom dia, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Bom dia, bom dia, bom dia. (*Palmas.*)

A SRA. BEATRIZ BARBOSA – Muito obrigada, gente.

Eu queria, primeiro, saudar este Plenário cheio. Eu já vim em várias audiências públicas aqui na sua Comissão, Senador, o senhor sempre abre espaço para a nossa pauta, para a pauta da liberdade de imprensa, do direito à informação da sociedade, do direito à comunicação, das violações de direitos humanos em torno da liberdade de expressão, mas eu nunca vi este Plenário tão cheio. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem.

A SRA. BEATRIZ BARBOSA – Então, eu queria saudar, porque quem está aqui hoje são companheiros e companheiras muito valorosos de luta, de sindicatos de todo o país, que estão presentes aqui em Brasília na ocasião do Congresso Nacional da Fenaj.

Então, eu queria, na pessoa da Samira e de vários colegas de militância sindical também que estão por aqui, parabenizar esse esforço e a organização da nossa categoria, da nossa classe, porque os problemas são inúmeros e a gente vai tratar de alguns deles aqui.

Queria agradecer também a gentileza desta Comissão de exibir um trequinho da entrevista que o nosso Diretor Regional para a América Latina, o Artur Romeu, deu esta semana para a Globo News, falando do nosso balanço anual. O Repórter Sem Fronteiras lança sempre em dezembro, referente aos últimos 12 meses, e ali a gente falou, e o Octávio e o Samira fizeram referências, o senhor também, ao número de mortos.

E eu queria lembrar que, além dos 67 mortos que a Repórter Sem Fronteiras contabilizou de 1º de dezembro de 2024 até 1º de dezembro de 2025 no mundo, a gente tem 503 jornalistas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presos, 135 jornalistas desaparecidos – dos quais 28 no México, então, bem perto aqui de casa. O nosso escritório regional do Repórteres sem Fronteiras é latino-americano, então, ele se ocupa também da pauta do México. E a gente tem 20 jornalistas que são reféns, principalmente de grupos terroristas ou grupos armados, ou grupos criminosos que estão organizados e usando todas essas formas de violência física para silenciar o jornalismo.

Mas eu queria tratar, e aproveitar que a Samira falou bastante da violência física e Katia trouxe a questão da violência – assim como o Octávio – do assédio judicial, eu queria trazer outras abordagens que, para nós, são muito importantes e que acabam cerceando o trabalho de jornalistas e de comunicadores no Brasil. E uma delas dialoga diretamente com o que aconteceu aqui na Câmara. Eu me somo a todas as manifestações que estão aqui. A Repórteres sem Fronteiras integra a Coalizão em Defesa do Jornalismo, que se manifestou sobre isso também, porque o que aconteceu aqui na Câmara não é fruto, na minha avaliação, da falta de compromisso do Presidente Hugo Motta apenas com a liberdade de imprensa. É fruto de uma banalização e de uma naturalização do cerceamento à atividade jornalística de comunicação no nosso país, que foi brutalmente intensificado durante o Governo Bolsonaro e que se espalhou e se capilarizou na nossa sociedade de tal maneira que, mesmo depois de uma mudança de Governo, dessa mudança da institucionalidade em relação à imprensa, não fez com que episódios como esse deixassem de acontecer.

Então, a Samira falou muito do quanto que os apoiadores de políticos seguem agredindo jornalistas e dessa naturalização. Porque quando um Presidente da Câmara se sente à vontade para expulsar à violência trabalhadores e trabalhadoras que estão aqui para garantir o direito à informação dos jornalistas, da sociedade... E é fundamental a gente dizer que, quando a gente faz isso, a gente não está defendendo os jornalistas e as jornalistas, os comunicadores e as comunicadoras, a gente está fazendo isso porque a gente quer defender o direito da sociedade de ser informada. (*Palmas.*)

E a gente está na semana em que a gente celebra a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, celebrada no dia 10 de dezembro, ontem. E o direito à informação da sociedade é um direito fundamental que precisa ser garantido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando a gente faz a defesa dos jornalistas, a gente está fazendo a defesa de quem encarna a garantia da sociedade de ser informada de maneira plural, diversa, de maneira... de confiança nesse universo que a gente vivencia de brutal espraçamento da desinformação.

Então, o que aconteceu aqui na Câmara representa essa naturalização e essa banalização e, por isso, a gente precisa enfrentar.

O senhor mencionou, no início da sua fala aqui, que o Brasil melhorou globalmente na classificação mundial de liberdade de imprensa que a gente produz – que a Repórteres Sem Fronteiras lança todos os anos, no 3 de maio, que é o Dia Mundial de Defesa da Liberdade de Imprensa. E, de fato, o Brasil melhorou justamente porque houve uma mudança na institucionalidade, em como as esferas mais altas do Estado brasileiro lidam com esse tema. E acho que o Oscar vai poder trazer um pouco aqui da experiência – a gente vai poder dialogar depois –, da existência dessa política pública importante, que é o Observatório de Violência contra Jornalistas e Comunicadores Sociais.

Então, essa mudança, essa melhoria na classificação do Brasil em relação aos 180 países que são avaliados, deve-se especialmente em relação a isso. Mas a gente segue enfrentando desafios muito estruturais em relação à nossa agenda para garantir, de fato, um ecossistema informacional plural, diverso, de confiança no Brasil.

E aí eu queria falar especificamente de um aspecto que a gente destacou no lançamento da nossa classificação mundial deste ano, que tem a ver com a sustentabilidade dos meios de comunicação e da atividade jornalística. O mundo – e aí não é só o Brasil, mas o Brasil também –, o mundo está atualmente na sua pior situação em relação à sustentabilidade e ao funcionamento dos meios de comunicação.

Em mais de um terço dos países, meios de comunicação foram sistematicamente fechados, no último ano, por conta de falta de recursos, por falta de políticas, por falta de incentivos, por uma mudança no modelo de financiamento dos veículos tradicionais de comunicação, com a entrada das plataformas digitais nesse universo. E aqui no Brasil não é diferente. Isso arrastou o *ranking* e a classificação de todos os países para baixo este ano. A gente tem... Em 160 dos 180 países do mundo que a gente monitora pela Repórter Sem Fronteiras, não existe estabilidade financeira para o funcionamento do ecossistema informacional.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente está falando do mundo, e isso significa... Eu não quero olhar só a partir da perspectiva econômica, mas, por trás desses dados, a gente tem comunicadores e comunicadoras, jornalistas, gestores, diretores de redação, lutando dia a dia para escolher entre a sobrevivência econômica e a independência editorial, porque, quando um meio de comunicação não tem estabilidade financeira, esse meio de comunicação, muitas vezes, é obrigado a deixar de lado a sua independência editorial, seja para aceitar pressões do Prefeito que controla os anúncios da cidade, seja para aceitar pressões das empresas que anunciam, seja para aceitar pressões de governos autoritários, ou não, que vão fazer uma ingerência no funcionamento na linha editorial desses meios de comunicação.

E esse não é um problema novo. Apesar de ele ter alcançado um estágio significativo, a falta de estabilidade econômica, de incentivo, de política pública e de financiamento para o ecossistema informacional é um problema bastante antigo. E aí, eu queria dizer que o tamanho do nosso problema é que a gente convive com os velhos problemas que existem – então, a violência estrutural, a falta de sustentabilidade estrutural, a estigmatização que cresce – e com novos desafios que são trazidos para o jornalismo. Um deles é o uso brutal do ambiente digital para estigmatizar, silenciar e calar jornalistas no país.

A Repórter Sem Fronteiras monitorou, nas últimas eleições presidenciais, somente ao longo de três meses, mais de 3 milhões de postagens de estigmatização do trabalho da imprensa. Nós vamos, junto com a Coalizão em Defesa do Jornalismo, fazer o monitoramento nas eleições do ano que vem, e a gente não tem dúvidas de que o cenário vai ser muito preocupante. Então, as plataformas digitais, ao mesmo tempo em que elas se transformam num espaço para a gente difundir informação, para alcançar um público maior, para dialogar com mais gente, elas também se transformam num espaço extremamente hostil para jornalistas e jornalistas, assim como é para as mulheres negras, assim como é para as pessoas com deficiência, assim como é para os grupos minorizados, para a comunidade indígena, para a população negra em geral.

Então, esse é um novo desafio que se soma; a gente vai somando várias camadas de violência que a gente precisa enfrentar. E eu queria falar sobre uma última, que eu acho que esta Casa tem um desafio muito breve, não só o Senado, mas agora está nas mãos das Câmaras, que são os desafios...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

A SRA. BEATRIZ BARBOSA – ... trazidos pela questão da inteligência artificial para o funcionamento do jornalismo.

O surgimento e a massificação dos sistemas de inteligência artificial mudaram a forma como se produz, distribui e se consome conteúdo e também informação no país. A gente vê os meios de comunicação cada vez mais dependentes dos sistemas de recomendação de conteúdo, que são sistemas de inteligência artificial utilizados por essas empresas que hoje controlam o fluxo comunicacional no mundo todo, mas eles também facilitam a produção e a disseminação de uma maneira muito veloz das chamadas *deepfakes*, que estão cada vez mais realistas, no sentido de enganar completamente a sociedade em relação àquilo que se está vendo. E isso, num cenário eleitoral, é extremamente preocupante. A gente acabou de sair da COP 30, em que isso vem sendo usado para fomentar o negacionismo climático, em que isso vem sendo usado para deslegitimar também o trabalho de jornalistas e comunicadores que estão no território denunciando e cobrindo os crimes ambientais.

Então é urgente que a gente avance em uma regulação da inteligência artificial no país, que tem vários outros aspectos que não tocam no jornalismo, mas que tem o aspecto sobre a integridade da informação, que precisa ser garantida, e também o aspecto da justa compensação às iniciativas jornalísticas, sejam elas comerciais ou não, que produzem conteúdos que hoje são usados e raspados indiscriminadamente por essas grandes gigantes da inteligência artificial para treinar os seus modelos sem nenhuma forma de compensação de recurso para a sustentabilidade. Então esse ciclo se fecha, porque é muito caro produzir informação no Brasil, em um país continental como o nosso, e aí essa informação é publicada, circula nesse ambiente digital, é raspada, é apropriada, é usada para treinar esses modelos de inteligência artificial por parte dessas grandes empresas, e o jornalismo não tem nenhuma forma de compensação.

Está em discussão, e já passou aqui no Senado, um projeto de lei que é o 2.338, que agora está esperando o relatório do Deputado Aguinaldo Ribeiro, do PP da Paraíba – e eu o menciono aqui porque eu acho que é fundamental todo mundo pressionar o Relator para que ele apresente o seu relatório brevemente, para que a gente possa fazer um debate sobre isso de uma maneira qualificada na Câmara. O Senado já aprovou, inclusive com mecanismos importantes de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compensação e remuneração do jornalismo pela utilização desses conteúdos por parte das plataformas digitais. A gente precisa garantir que isso seja aprovado na Câmara também, e, como vai haver mudanças, certamente, no texto, isso vai voltar aqui para o Senado, então é importante os Senadores também estarem atentos a essas questões.

Eu termino, Senador, deixando com o senhor uma pesquisa que a Repórter Sem Fronteiras fez sobre o marco normativo e políticas públicas sobre atividade jornalística no Brasil, que é uma pesquisa que mostra iniciativas de política pública e de projetos de lei que estão tramitando aqui no Congresso Nacional e que podem ser caminhos importantes para a gente, de fato, não só fomentar o jornalismo, mas, justamente garantir aquilo que eu comecei falando aqui, o direito da sociedade a uma informação plural, diversa, de confiança no cenário que a gente atravessa hoje. Então quero deixar como inspiração para agendas aqui de trabalho no Senado Federal e ficar à disposição para a nossa conversa futura.

Obrigada, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. Parabéns, Bia Barbosa, Coordenadora de Incidência para a América Latina da Repórteres Sem Fronteiras.

Marco normativo e políticas públicas sobre atividade jornalística no Brasil. Você tem só esse ou não?

A SRA. BEATRIZ BARBOSA (*Fora do microfone.*) – Eu tenho mais um.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Você tem mais um? Eu, como vou ter segunda-feira uma conversa sobre outros temas com o Presidente da Casa, eu dou um para ele.

A SRA. BEATRIZ BARBOSA – Por favor. Excelente. E para quem quiser consultar, está disponível no *site* da Repórter Sem Fronteiras. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Então um vai para o Presidente do Senado e um fica para a Comissão de Direitos Humanos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bia, rapidamente, porque nós estamos correndo contra o tempo, você falou da inteligência artificial, o que me preocupa muito, muito também, em todos os sentidos, e *fake news*, que são um inferno, né? São um inferno porque conseguem construir uma mentira como uma verdade absoluta, e vão tantos robosinhos, tantos, tantos, tantos, tantos, que acabam maculando a imagem – vamos pegar o exemplo dos políticos – de políticos sérios. Tem muito político malandro, e a história mostra, vou usar malandro para ficar... Mas tem muita gente séria também. Lamentavelmente a inteligência artificial – eu tenho visto já – e *fake news* são uma agressão total, e tem que ser regulamentado, como aqui você recomendou.

A SRA. BEATRIZ BARBOSA – E tem jornalistas que têm a sua imagem também utilizada em *deepfakes*, justamente se aproveitando da credibilidade que o jornalismo tem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Da imagem do jornalista.

A SRA. BEATRIZ BARBOSA – ... da imagem do jornalista, para poder conseguir alcançar essa desinformação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Os objetivos.

Muito bem, eu passo a palavra agora para a cineasta e psicanalista, comunicadora popular, apresentadora dos Programas de TV Balaio da Renata: De Orí para Orí, na TVCOMDF e ÁfricasBrasis – Travessia. Fundadora do Instituto Candaces Brasil, Renata Parreira. Dez minutos, com mais cinco, por favor. Se a campanha tocar, não fui eu, aí eu dou mais cinco.

A SRA. RENATA PARREIRA (Para expor.) – Inicialmente, eu gostaria de saudar a diversidade presente aqui nesta plenária, dizer que é uma grande alegria, uma grande honra estar aqui compondo a mesa com profissionais de... Eu não teria nem palavra para poder definir e fiquei pensando: "Nossa, Renata Parreira, comunicadora popular, o que será que ela pode contribuir nesta mesa, nesta discussão sobre violência contra os jornalistas e sobre a liberdade de imprensa?".

Mas antes de a gente tratar sobre o tema, porque os que me antecederam falaram muitos aspectos interessantes, e eu vou aproveitar para comentar alguma coisa, mas eu trouxe uma outra fala. Eu gostaria inicialmente de fazer a minha autodescrição. Eu sou uma mulher negra, de pele





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

clara, eu tenho 1,80m, 102kg distribuídos com muita harmonia neste belo corpo, que amo muito. Tenho olhos apertados e pequenos, tenho o nariz largo, tenho a boca grande, dentes alvos e grandes também, e lábios grossos, pintados de vermelho. A minha estética do cabelo e do corpo – como diz Nilma Lino – constitui o corpo negro, e a minha estética é de *dreads*, eu tenho *dreads* de diversos tamanhos, alguns na cintura, outros perto da orelha, no queixo, enfim, mas, neste momento, eu fiz um coque para o alto e botei algumas bandeiras de luta nele. Então, eu tenho aqui duas bandeiras de luta. Tenho também no meu corpo um bottonzinho do Movimento Negro Unificado, uma entidade negra que foi criada, fundada há 47 anos, que luta pelo direito à vida e existência da população negra e por todos os direitos civis e tudo o que nós construímos em termos de política. Os movimentos sociais e os movimentos negros, os movimentos de mulheres negras, contribuíram com seus saberes e fazeres, construindo novas epistemologias afrocentradas, sempre lutando não por igualdade – do meu ponto de vista, Renata Parreira, sou Professora aposentada da Secretaria de Educação por invalidez.

Eu me torno comunicadora quando, em 1993, popular... – e descobri isso há pouco tempo – quando entro na primeira sala de aula. E gostaria de também pedir licença às minhas mais velhas, que pavimentaram esse solo para que, hoje, eu pudesse potencializar a vocalização dessa sujeita que vos fala.

Eu fiz questão... E peço desculpa a vocês, porque eu estou há muito tempo esperando um Uber; foram quatro cancelamentos. Quando eles me viam com tanta coisa, eles cancelavam. Uma mulher negra, de *dread*, cheia de sacola realmente não é uma coisa muito atrativa para um Uber. Então, por isso, cheguei tão atrasada. A ideia era ter chegado às oito, para vocês chegarem com essa ambientação.

E por que eu fiz questão de trazer tantas coisas? Porque uma audiência que vai tratar sobre a imprensa vai tratar sobre a palavra. Vai tratar sobre a oralidade, sobre as nossas "oralituras". Vai tratar sobre informação, sobre dados, sobre conhecimento, sobre educador, educação, educador, educadora. Isso tudo é poder. Vai tratar sobre imagéticas, vai tratar sobre racismo. E aí eu vou... Digamos assim, eu não vou tratar hoje sobre a questão dos conceitos de racismo.

Racismo estrutural, que Silvio Almeida e outros intelectuais...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas gosto muito de Muniz Sodré e quero muito trazê-lo aqui, porque é um grande comunicador e jornalista e quero saudá-lo.

Também quero trazer Paulina Chiziane, porque, para mim, ela é uma grande comunicadora, e ela não se autoidentifica como romancista, como literata.

Quero trazer também Ana Célia... – pode ir passando – Ana Célia da Silva, *A Discriminação do Negro no Livro Didático*.

Eu trouxe isso aqui tudo porque nós precisamos nos letrar. Eu imagino que nós... Eu sou comunicadora popular, então, vocês, jornalistas, têm um compromisso maior com essa criança negra que é representada em todos os livros.

Hoje isso já mudou, mas, quando a Ana Célia... – uma Professora da Bahia, baiana, que contribuiu muito com esse livro... O que ela descobriu? Ela descobriu que a representação imagética da criança negra é sempre feita descolada de uma família. Então nós tínhamos aí, por exemplo, *Menina Bonita do Laço de Fita*, que, em algum momento, foi muito útil, sim, né? – Heloisa Pires, vamos agradecer, vamos saudar –, mas, nos outros momentos, a gente começou a analisar que aquela criança... o animalzinho era um coelho, que era a única afetividade que ela tinha. Ela não tinha família. E a gente começa a analisar sobre isso tudo.

Vou passando aqui.

Aqui trouxe também *Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais*.

Trouxe também Edson Lopes Cardoso, que é um grande comunicador, jornalista, doutor. Ele é articulador e fundador do Ìrohìn, vocês devem conhecê-lo. Achei importante também saudar, porque foi meu Professor, que desvendou as minhas lentes, né? – eu sou míope, acho que vocês vão perceber, porque eu aperto os olhos. Mas ele conseguiu fazer uma reconstituição da minha retina, ao olhar esse tecido social que é o nosso país brasileiro, trazendo uma herança que é o escravismo, que é o colonialismo. Que o racismo alimenta um sistema que é capitalista e patriarcal, porque sem o racismo e sem a subjugação de grupos historicamente excluídos, marginalizados, não é possível, de forma nenhuma. Até porque, na ocasião, os escravizados eram moeda, era um sistema muito interessante, que enriqueceu o nosso país, porque nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

construímos... Foram essas mãos negras que construíram este país, foram esses corpos negros que tombaram, porque as pessoas sempre acham que, na escravização...

Eu quero trazer para vocês alguns nomes, não vou falar muito sobre eles, mas quero falar sobre o William Lynch. A palavra linchamento vem dele. E ele era um cara muito interessante, quero que vocês pesquisem aí, deem uma "Dr. Googlada" aí, ou uma "wikipreta", uma Wikipédia, só para fazer uma ironia, e vocês vão ver que ele tinha uma forma de comunicar e de formar os senhores das casas grandes, ensinando aos seus senhores como dominar tantos negros que vieram, africanos capturados. Quem teve oportunidade de ler *Raízes* chorou e leu aquele livro em uma semana. Eu leio em três dias, porque realmente é algo muito tocante.

Mas por que estou trazendo isso? Estou trazendo isso porque Lynch fazia diferença entre o negro mais claro, o negro mais escuro, o negro mais jovem, o negro mais idoso, o negro mais magro, o negro mais gordo, o negro mais alto, o negro menor, o negro que não tinha uma mão, o negro que tinha um corpo todo perfeito. E por que é que estou trazendo essas questões? Porque essas questões hoje falam muito sobre a questão da interseccionalidade, que a gente pode ver aí, Carla Akotirene, mas pensando em um outro país, Natally Kimberly, que cunhou esse conceito da interseccionalidade.

E como uma boa professora que sou, eu queria iniciar hoje com uma outra forma de falar, de me comunicar, e vou falar brevemente:

Sou de Nanã, ewá, ewá, ewá ê

Sou de Nanã, ewá, ewá, ewá ê

Sou de Nanã, ewá, ewá, ewá ê

Sou de Nanã, ewá, ewá, ewá ê

(Soa a campainha.)

A SRA. RENATA PARREIRA – Agora, cinco minutos, não é? Então, "bora" lá. Então, "bora" lá, comunicadora.

Bom, primeiro que eu acho que é um assunto muito importante, não poderia deixar de falar de racismo, mas quero dizer que a Viviane Mosé fala muito sobre a palavra, e eu queria que vocês pensassem, fizessem um exercício de tentar conceituar o que é uma palavra. Porque palavra, para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mim, eu que sou escritora, poeta também, psicanalista, a palavra, para mim, antes de eu criar essa palavra, antes de criar a palavra, eu tenho um pensamento, eu tenho um filtro no olhar, a partir da minha retina, que interpreta uma cena, uma imagética e que me traz uma emoção, que me traz um sentimento, pode ser de alegria, pode ser de calma, pode ser de harmonia, pode ser de ódio, pode ser de agressividade, não é isso?

E por que tanta violência contra jornalistas e jornalistas negros? Porque o nosso corpo, a gente precisa entender um pouco e voltar para a história, entender que... Eu trouxe um livro aqui, dos adinkras, de Elisa Larkin, companheira do Abdias Nascimento. E aqui, este adinkra aqui chama-se Sankofa. Tem outros ideogramas, mas ele é muito o nosso país, porque o nosso país transita entre o século XXI e o século XIX ou século XVI, rapidamente. Quando, de repente, na mídia, nós temos lá uma sinhozinha, num bairro nobre do Rio de Janeiro, açoitando um motoboy – escravizado, escravizado pelo sistema, pelo sistema colonial que ainda está aqui. Porque a escravidão, a escravização, é contemporânea.

Em 2022, nós tínhamos mais ou menos 28 milhões de pessoas em situação de trabalho forçado. O tráfico humano de pessoas, a prostituição, o percentual maior é de corpos negros, tanto mulheres quanto homens. Em *Casa-Grande & Senzala* – não vou repetir o nome do autor, porque vocês já conhecem –, dizia lá um ditado que era: "Branca para casar, preta para trabalhar e mulata [a gente não usa mais esse termo por causa do racismo linguístico, a gente vem ressignificando, mas que seria essa pessoa que sou eu, a que vos fala] para fornicar".

Vamos passando.

E, aí, esse Sankofa, esse biquinho do passarinho para trás, traz a ideia de que nós precisamos voltar às nossas origens, às nossas raízes, para compreender: por que nós, hoje, temos violência contra jornalistas? Por que, hoje, nós precisamos falar de liberdade de expressão num país onde tem um direito, a Constituição, a Carta Magna, onde o Brasil tem uma legislação de vanguarda em todos os âmbitos da nossa sociabilidade brasileira, onde o Brasil é signatário de vários acordos internacionais na ONU? Aí, vou trazer, simplesmente: 2001, Conferência de Durban; poderíamos falar da Convenção Interamericana; poderíamos trazer a Conferência das Mulheres...

Hoje eu quero falar um pouco das mulheres negras e de todas as mulheres porque, por ser mulher, hoje, no Brasil, você corre risco. Simplesmente, porque nós temos uma cultura misógina,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sexista, em que a cultura do estupro foi inaugurada quando fomos colonizados e nossas avós eram pegas no laço. O que isso queria dizer? Que a miscigenação foi consensual, como o mito da democracia racial, como dizia o nosso autor de *Casa-Grande & Senzala*? Não!

Nossa população é violenta porque nós somos frutos da violência, do estupro, da opressão, da escravização! (*Palmas.*)

O Brasil foi o último... Vocês já sabem disso, mas eu vou repetir e acho que vou ser dramática aqui, tá? Vou passar dois minutos. Vocês já sabem que o nosso país foi o último país a abolir a escravidão. Isso não é nenhum segredo para as pessoas que estão aqui porque todas as pessoas que estão aqui tiveram direito à comida, não sofreram insegurança alimentar, não foram índice, social nem econômico, do mapa da miséria...

Alguém aqui já passou fome? A gente poderia até fazer uma dinâmica – mas eu não vou tumultuar –, aquela de passinho à frente. Alguém aqui é analfabeto? Alguém aqui já foi estupro? Não precisa levantar o dedo, só para pensar. Alguma mulher aqui já foi abusada, quando criança, por algum tio, um toque diferente, que você só percebeu isso quando você já era adulta?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RENATA PARREIRA – Na nossa educação, hoje, é proibido falar de gênero. Até gênero alimentício eles estão cortando, só para vocês entenderem o nível de letramento que esses gestores que aí estão, que aí estavam. Eu não falo nem o nome porque a palavra, dizem... Não sei se a Bíblia, eu não sou... Eu sou budista, mas sou filha de Nanã – que foi essa saudação que eu fiz aqui, essa música, muito suave. Ela veio do barro, uma senhora de uma sabedoria em que a palavra tem poder. E nós precisamos começar a cuidar do que a gente fala, porque o que a gente fala emana no universo.

Embora eu não seja do Candomblé, eu tenho uma ritualística muito umbandista de entender esse cosmo e todas as religiosidades e espiritualidades como algo concernente desse fazer e dessa necessidade humana de se compreender, de se autorreconhecer, se autoidentificar e compreender suas mazelas, seus pensamentos intrusos – porque nós temos pensamentos intrusos, nós temos sombra, nós temos luz.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas pessoas que matam jornalista, que extirpam a imprensa, que impedem o direito de esse cidadão e cidadã ir e vir como consta na nossa Constituição Federal são pessoas criminosas, porque fazem parte de um sistema da branquitude. E eu quero ressaltar que a branquitude não trata de serem pessoas brancas, branquitude é um sistema. Nós temos muitos brancos que têm o letramento racial e têm um comportamento de negritude, e se virem uma discriminação, é o que a gente tem que fazer aqui, enquanto comunicadores... Porque eu fui comunicadora, porque fui professora, sou psicanalista hoje. Então, hoje a minha pesquisa é o quê? É entender o autocuidado e por que as mulheres negras e os homens negros estão se...

(Soa a campainha.)

A SRA. RENATA PARREIRA – ... suicidando e estão enlouquecendo.

Porque Amílcar Cabral, um guineense, intelectual maravilhoso, diz –dizia, mas eu sempre gosto de afirmar no presente, porque a palavra é poderosa, e nós somos os donos da palavra quando a gente está se comunicando –: nós somos os donos da imprensa e precisamos nos apropriar de toda essa biblioteca para que nossos textos e nossas entrevistas sejam qualificadas e justas com esses grupos.

Porque nós vemos o seguinte, a manchete: "Mulheres são assassinadas"; "Homens matam mulheres". Então, eu gostaria de ressaltar e clamar a todos os profissionais da imprensa – seja ela falada, seja ela escrita – que cuidem da forma... O.k. Eu sou insurgente mesmo, por isso que eu sou do movimento social. Mas a gente pode também fazer como fez Glauber: podem me tirar. Mas eu vou continuar rapidamente porque isso é importante.

Nós estamos hoje... Eu trouxe todo esse cenário, e muitos de vocês deviam estar pensando: "Nossa, como ela é inadequada, como ela está incomodando".

(Soa a campainha.)

A SRA. RENATA PARREIRA – Mas eu gosto de incomodar. Eu gosto de incomodar porque hoje... Vou pegar o dado de... Já estou terminando, tá, Senador? Em 2024, tivemos 1.942 feminicídios no Brasil. Destes, 6... Vamos imaginar ali, 63,6%, que é seis, mais ou menos seis e um terço de uma mulher, entre dez, são mulheres negras; 70% dessas mulheres, ou seja, sete em cada dez mulheres, dessas mulheres, que eram negras, a faixa de idade estava ali entre 14 e 44 anos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero dizer a vocês – vocês sabem disso –, o Brasil, no nosso *ranking* mundial, embora tenhamos uma legislação de vanguarda, ocupa há 16 anos, consecutivamente, sem falhar...

(Soa a campanha.)

A SRA. RENATA PARREIRA – ... o país que mais mata mulheres trans e travestis, de forma odiosa, de forma que vocês devem ter visto os relatórios da ANAVTrans. Eu não vou repetir aqui porque a palavra é poderosa. A gente dá ideia quando a gente fala sobre as palavras, a gente influencia, a gente afeta. E aí, as pessoas têm mais ideias, né? São mais perniciosos e mais perversos para matar mais mulheres trans. A expectativa de vida de uma mulher trans é de 36 anos, mas algumas pessoas podem estar pensando: "E o que eu tenho a ver com isso? Eu odeio pessoas trans, eu sou homofóbico". E Florestan Fernandes, um sociólogo, criou um termo que é "o Brasil [no *ethos* dele, moral, do cristianismo, do pecado, da moralidade] tem preconceito de ter preconceito".

O Senado, em 2023, replicou uma pesquisa que o Datafolha fez em 2001, onde a conta não bateu. Quem conhece alguém racista? E 89% da população conhecia...

(Soa a campanha.)

A SRA. RENATA PARREIRA – ... alguém racista. Quem é racista? Apenas 10% assumiram. Podem olhar aí na pesquisa do Senado.

E hoje nós continuamos, depois de tantos anos, continuamos na mesma situação. Foram três séculos de escravização, temos ainda cento e oitenta e poucos anos de libertação, mas ainda dentro de um sistema que é institucional, porque eu acredito muito, como o Muniz Sodré, que o racismo no Brasil é institucional, nas instituições, porque a estrutura, o racismo estrutural aconteceu quando inaugurou-se o país, por conta de William Lynch e outros... Nina Rodrigues, discípulo do Cesare Lombroso, fazia medição craniana para poder dizer que negros – o.k. – que negros, que a miscigenação feita...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Inteligência artificial.

A SRA. RENATA PARREIRA – ... com a população negra, propensão à marginalidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, hoje, a nossa segurança pública o que faz? *(Pausa.)*

Quem é o elemento suspeito? Elemento cor padrão.

(Soa a campainha.)

A SRA. RENATA PARREIRA – Mas eu vou contar uma coisa para vocês: é o preto, pobre, perigoso e periférico.

E eu, Renata Parreira, em 2015, já fazia essa discussão racial. Tinha uma obra no meu prédio e eu passei na escada, e tinha um trabalhador. E eu olhei para ele e pensei: "Nossa, que cara de bandido". E eu desci mais um lance de escada e pensei: "Renata Parreira, você é ativista de direitos humanos, é professora, educadora popular, é cerimonialista, é modelo *plus size*, é poeta, é escritora...". E o racismo, né? "Ah, negro não consegue ser racista". Nós vivemos nessa estrutura, e em alguma medida nós somos machistas, sexistas, racistas, capacitistas, LGBTfóbicos, e eu estou falando.

E eu vou parar por aqui porque eu preciso, de fato, obedecer às regras. Eu sou uma mulher que não tem regras. Eu trouxe aqui *Feminicídio*, com Waleska Barbosa, que é uma comunicadora, depois se alguém quiser eu posso passar para vocês olharem o texto do feminicídio...

(Soa a campainha.)

A SRA. RENATA PARREIRA – ... e vou passar, para vocês olharem; depois vocês me devolvam. Vou distribuir o livro para vocês darem umas olhadas e agradeço, saúdo, digo que foi maravilhoso e que eu posso cantar uma música no final, tá? *(Risos.) (Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Está bem. Essa foi Renata Parreira, cineasta, psicanalista, comunicadora popular. Ao longo da sua fala, ela fez o bom combate a todo tipo de preconceito.

O último painelistas presente, o Sr. Oscar Ferreira de Oliveira, Assessor da Secretaria Nacional de Justiça, representante do Ministério da Justiça e Segurança.

Soane Guerreiro chegou ou não? *(Pausa.)*

Então, é com você.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OSCAR FERREIRA DE OLIVEIRA (Para expor.) – Bom dia. Minha presença aqui, em nome do Secretário Nacional de Justiça Jean Uema, representando o Ministério da Justiça e Segurança Pública, é não só um compromisso com as políticas públicas de proteção aos jornalistas, mas um dever assumido pelo Governo na forma da portaria. Então eu saúdo os presentes e quem nos assiste em casa, saúdo os membros da mesa que falaram antes de mim e falaram sobre o cenário geral de violência contra jornalistas e comunicadores sociais, e, nesses minutos que eu tenho para falar com vocês, eu vou basicamente explicar o que é, como funciona e onde estamos no observatório hoje, o que nós pretendemos, e abrir esse espaço de diálogo tanto com a mesa quanto com a sociedade.

Nesse eslaide aqui de atos normativos que eu coloquei para vocês, basicamente é para traçar uma linha do tempo. Como a Profa. Katia Brembatti disse, nós começamos o observatório ainda na gestão do Ministro Flávio Dino, mas a consolidação do observatório como uma instância institucional de observação e de monitoramento da violência contra jornalistas vem se dando mais recentemente com a aprovação do seu regimento interno e avançando neste ano de 2025.

A ideia do observatório como normativo tem basicamente quatro competências que são geridas pela Secretaria Nacional de Justiça enquanto coordenadora do observatório, coordenadora do Conselho Consultivo e Secretaria Executiva – e eu saúdo a pessoa da Cíntia, que é servidora da Secretaria Nacional de Justiça e atua como Secretária-Executiva e eu estou representando aqui a Senajus, que é o coordenador do observatório.

Aqui eu falo das competências do observatório que são basicamente monitorar os casos relacionados a condutas violentas; apoiar as investigações nesses casos monitorados; a criação de um banco de dados com indicadores sobre atos de violência contra jornalistas e comunicadores sociais; e quarto, e não menos importante, sugerir a adoção de políticas públicas voltadas à garantia do pleno gozo das funções de jornalistas e comunicadores sociais em articulação com as demais áreas competentes.

Por que as competências estão sendo definidas dessa forma pelo Governo? Porque, embora a gente tenha – e a gente enquanto Secretaria Nacional de Justiça, enquanto Ministério – a intenção de criar o observatório como instituição permanente, não de Governo, mas que ultrapasse a gestão, o nosso interesse é criar uma articulação permanente e entender que a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

categoria dos jornalistas e comunicadores sociais sofre violências de formas específicas e, portanto, o Estado tem que dar respostas específicas e uma proteção específica para essa categoria.

Nesse sentido, a gente está começando a pensar esse observatório como uma política pública de longo prazo, no sentido da criação desse banco de dados e entender quais são as informações que nós vamos precisar para mapear isso – e aí nós contamos, claro, com a participação de muitos órgãos da sociedade civil que estão aqui na mesa presentes também – e como a gente pode monitorar e apoiar as investigações que são, por lei, competência do Poder Judiciário, de forma a sinalizar para o Poder Judiciário quando um tipo de violência contra jornalistas está acontecendo.

Por fim, essa parte de sugestão de políticas públicas. A gente está falando muito sobre uma articulação com a sociedade civil e entre órgãos governamentais para nós entendermos a tipologia, ou seja, o formato em que essa violência ocorre, para que nós possamos criar, então, não apenas dentro de um órgão do Governo, mas dentro do Estado brasileiro, políticas para que a gente possa detectar melhor e reagir, de forma estruturada, a esse tipo de ocorrências.

Aqui eu botei a estrutura administrativa do observatório, mas, mais do que passar por cada uma dessas caixinhas, é importante entendê-las como um fluxo.

Existe a Coordenação pela Secretaria Nacional de Justiça, mas o observatório é uma instituição da sociedade.

A gente tem aqui uma Comissão de Avaliação Preliminar, onde a gente recebe essas denúncias, faz essa avaliação e essa distribuição dos casos, e esta comissão tem membros tanto da sociedade civil quanto do Governo.

A gente tem Grupos de Trabalho, que são divididos entre esses membros, também, para avançar principalmente nessa agenda de políticas públicas.

E, por fim, a gente tem o Conselho Consultivo, que é coordenado pelo Senajus, mas possui a participação de 11 órgãos governamentais e 15 órgãos da sociedade civil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero ressaltar que a portaria que define a indicação desses membros diz que a Secretaria Nacional de Justiça levará em conta o critério da diversidade na construção dos membros tanto da sociedade civil quanto do Governo. A Renata Parreira estava falando sobre a diversidade, e esse é um valor que o Governo está tentando trazer para a política do observatório.

Por fim, nesse tempo que me resta, antes de falar um pouco mais detidamente sobre alguns assuntos dos grupos de trabalho, que é uma coisa em que eu quero me deter um pouco mais – eu já falei um pouco sobre o que o observatório é –, agora eu vou falar um pouquinho sobre como nós estruturamos essa forma de recebimento das denúncias, que eu acho que é o que mais importa para a sociedade.

Nós temos um convênio – um acordo com a CGU – em que nós recebemos as denúncias por meio do Fala.BR. Então, nós recebemos aqui as perguntas, e o canal de fazer denúncias anônimas é possível pelo Fala.BR da CGU. Nós estamos com iniciativas, para o futuro, para melhorar esse sistema, para a gente ter uma possibilidade de construir um sistema como se fosse uma API mais específica, para que os jornalistas consigam entrar de forma mais facilitada nesse sistema e consigam denunciar.

Atualmente é um processo que eu, pessoalmente, e nosso ministério consideramos que é útil, mas ainda tem muitas etapas. Vocês podem perceber que a gente passa aqui pelas manifestações do Fala.BR: você tem que entrar nas solicitações; entrar na denúncia aqui; a gente tem que entrar num grande protocolo aqui do Fala.BR; e aí você tem que entrar – existem muitos tipos de denúncia no Fala.BR –; você ainda tem que ir um pouquinho avançando para o conteúdo jornalístico, e só aí você pode endereçar ao Ministério da Justiça e inserir.

Por que esse sistema é tão complicado? Porque o sistema do Fala.BR é feito para que a gente possa direcionar para o lugar correto, para ter um canal único de denúncias no Governo e para garantir a unanimidade. Porém, dentro do observatório, nós consideramos que é preciso melhorar esse sistema, para tornar o mecanismo de denúncia mais amigável e mais simples para quem quer fazer as denúncias.

E, além desse contexto de denúncias, por fim, eu vou terminar falando dos três tópicos que os grupos de trabalho estão tratando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, os grupos de trabalho que estão constituídos no observatório são os grupos de prevenção e proteção, de assédio judicial e de ataques digitais. Como essa mesa já falou reiteradas vezes, são três tópicos que não exauzem, mas são os primeiros e mais importantes, que a gente precisa tratar de forma rápida.

E tem uma pergunta aqui: como a gente faz para criar uma instituição que responda de forma rápida? A resposta do Governo para isso é: mais importante do que responder de forma rápida, é responder de forma permanente. E, se as investigações são feitas pelo Poder Judiciário, os GTs estão trabalhando...

(Soa a campainha.)

O SR. OSCAR FERREIRA DE OLIVEIRA – ... em criações de protocolos de investigação, de entendimento do que é o assédio judicial – de forma institucional, para que a gente possa tipificar isso e evitar um debate legal, contribuir com o debate legal que será feito, enfim, futuramente, sobre esse tipo de ataque – e coordenar uma conversa futura com as plataformas digitais para entender como nós podemos trabalhar em conjunto para salvaguardar os jornalistas.

Não é um trabalho simples. Não é um trabalho fácil. Vocês, que estão na ponta, trabalhando como jornalistas durante todo o dia, durante toda a noite, sabem as resistências não só institucionais, mas políticas, que você tem em assumir um observatório como esse. Mas o Governo entende que o tema é importante o suficiente e que a gente tem que tratá-lo para além da retórica, a gente tem que tratá-lo com a calma e a importância necessária para que as decisões que sejam tomadas lá não sejam revertidas, sejam tornadas permanentes pelo órgão.

Hoje, nós já temos cerca de 90 denúncias recebidas pelo conselho. Já temos feito distribuição de casos, há casos ainda para serem distribuídos, e os produtos dos GTs estão sendo finalizados para que a gente possa dar andamento nas três áreas que eles representam.

Enfim, para o ano que vem, ter uma estruturação do observatório, de fato, já deixar como se fosse a máquina rodando e podermos fazer as primeiras grandes sugestões de políticas públicas, tentando visar ao processo eleitoral de 2026, também, que é uma preocupação da categoria, é uma preocupação do Governo em relação à polarização e à violência que assola a sociedade. É um problema social, não só brasileiro, mas mundial.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Esse foi o Oscar Ferreira de Oliveira, Assessor da Secretaria Nacional de Justiça, falando em nome do Ministério da Justiça e Segurança. Fez um resumo mostrando a importância desse debate, dessa nossa audiência pública, e a responsabilidade do ministério de também colaborar permanentemente – e por isso esse GT, né? – no combate à violência em relação aos jornalistas e à sociedade em geral, porque uma das grandes preocupações, e as pesquisas mostram, é a questão da segurança. É só lembrarmos o que aconteceu recentemente no Rio de Janeiro.

Muito bem, vamos para uma segunda etapa.

Primeiro, eu recebi aqui da nossa Presidente desta Comissão, Senadora Damares, que tem me atendido em todos os pedidos que eu tenho feito a ela, tanto de relatoria de projeto – dou esse depoimento – como de também opiniões, que eu tenho que deixar a todos os temas considerados vinculados à história do mundo do trabalho e, naturalmente, aos direitos humanos.

Faço esse comentário positivo porque, quando ela assumiu aqui, todos disseram: "Paim, te preparas, que agora tu vais ver o que é bom para...". E, pelo contrário: com muito diálogo, nós fizemos um mandato junto com ela, digamos, que eu considero de alto nível.

Então, eu recebi a seguinte mensagem dela: "A Senadora Damares solicita a V. Exa. que, se possível, faça a leitura da seguinte mensagem", e eu o faço: "Em razão de um atraso no evento em que me encontro, onde represento" – ela – "esta Comissão, em debate sobre mecanismos internacionais de direitos humanos e sobre a atuação da Corte Interamericana dos Direitos Humanos, com a participação de representantes de diversos países, infelizmente... Gostaria muito, mas não vou conseguir chegar a tempo.". E pede gentilmente que eu cumprimente a todos em seu nome e em nome da mesa. Ela quer também que eu fale para todos os membros da mesa e todo o público presente, e àqueles que acompanham à distância, que ela lamenta muito, mas gostaria de estar aqui.

Senadora, eu sei disso. Com nossas palmas... (*Palmas.*)

... pelo trabalho integrado que nós estamos fazendo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cada um tem o seu campo ideológico, cada um atua na sua área, mas eu aprendi na política: é um espaço de diálogo. Se hoje eu sou, talvez, o Senador que mais aprovou leis – e não estou falando de vaidade –, é porque eu aprendi, como sindicalista ainda, que não adianta só fazer greve. A greve é o último instrumento, mas tem que ter uma porta de saída: muita negociação.

Infelizmente, fiz lá minhas greves no meu tempo de jovem. Naquele tempo, diziam que eu era rebelde; hoje eu sou um conciliador. O caminho é esse: ou tu vais para o diálogo, para a construção coletiva, ou você vai ficar só na luta permanente "eu contra eles", "eles contra mim", e assim vai.

E, com ela, esse exercício aqui foi muito positivo.

Mas vamos aqui ao nosso tema.

Nessa etapa da nossa reunião, eu sempre encaminho da seguinte forma: eu leio as perguntas que recebi do e-Cidadania, e cada um dos painelistas terá um tempo de até três, quatro minutos, no máximo, cinco, para responder.

Peço que cada um escolha uma ou duas perguntas e responda.

Eu passei para todos aí já, então vou fazer a leitura rápida.

Perguntas.

Juliana, da Bahia: "Que mecanismos permitem identificar e neutralizar ataques digitais coordenados contra jornalistas antes que se convertam em violência real?".

Yuri, da Bahia: "Há planos para criar um protocolo nacional de segurança para profissionais da imprensa?".

Patrick, de Rondônia: "A liberdade da imprensa está sob risco em contextos de polarização política?". Ele coloca ponto de interrogação, é uma pergunta.

Renata, do DF: "Como capacitar delegacias especializadas para investigar assédio judicial como forma de censura à imprensa?".

Renata, do DF: "Violência contra jornalistas, incluindo assédio judicial, ameaça a democracia e exige respostas institucionais rápidas?".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Charlene, do Pará: "[Em] quais plataformas os jornalistas podem fazer denúncias anônimas e mostrar provas, para que [...] [tenham] [...] [mais] proteção?".

Giovanni, de São Paulo: "Como o Brasil pode proteger a liberdade de imprensa quando jornalistas são alvo de violência por denunciar quem deveria ser fiscalizado?".

Thereza, do Rio de Janeiro: "Como o Governo pode ajudar no desenvolvimento de mais canais de imprensa e, assim, ampliar o número de profissionais em rede pela democracia?".

Marco, do Rio Grande do Sul: "Tem que se combater a violência, mas o jornalista [também] tem que responder pelas informações caluniosas que acabam com a vida de inocentes".

A gente lê tudo, viu? E vocês respondem. Não tem censura aqui; tudo que chega aqui eu leio.

Domingos, do Rio Grande do Sul: "Liberdade de imprensa tem que vir junto com responsabilidade de imprensa. Os fatos devem ser expostos como são, sem colorir nem borrar".

Esses são os questionamentos e perguntas que chegaram a mim, e eu encaminhei às senhora e aos senhores.

Agora eu vou colocar em ordem aqui, como eu recebi no primeiro momento.

Vamos começar com a Katia, então – Katia Brembatti. Eu digo só o nome para ganharmos tempo. Você tem no máximo cinco minutos.

A SRA. KATIA BREMBATTI (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Eu queria começar entregando ao senhor, na Presidência da Comissão, este guia, para ficar aqui, na Comissão, de assédio judicial contra jornalistas no Brasil, um guia que foi feito pela Repórteres Sem Fronteiras, em parceria com a Abraji, com o Instituto Tornavoz e com o Jusbrasil. Ele está disponível também, gente, como a Bia mencionou. Ele é um guia bem prático; acho que pode ajudar, Senador, nas discussões daqui da Comissão, porque ele é bem prático para entender o que é o assédio judicial e o que pode ser feito.

Isso me leva... Eu vou optar aqui por responder a pergunta sobre capacitar as delegacias especializadas para investigar o assédio judicial como forma de censura à imprensa. Acho que a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente precisa diferenciar as coisas: delegacias têm mais uma atribuição policial, de investigação policial. A nossa percepção é de que não é o caso de ter delegacias especializadas, por exemplo, tem delegacia da mulher. O caso de violência física, violência de todos os tipos contra jornalistas é capilarizado no Brasil. Ainda bem que a gente não tem o mesmo número de outros casos de violências, como é o caso, infelizmente, da violência contra a mulher.

Então, a gente não teria condições de ter delegacias especializadas espalhadas pelo Brasil inteiro. O que a gente pensa é que, na área de polícia, o ideal é o treinamento dos policiais e das delegacias nas suas esferas subnacionais, para receber os casos de violência contra jornalistas.

Falando de assédio, a gente está falando da esfera judicial, e aí eu acho que a gente tem, sim, algumas iniciativas bem importantes que a gente precisa ter em mente. Uma das principais – há duas resoluções do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) –, e uma foi na época do Ministro Fux à frente do CNJ, em que se disse claramente aos magistrados do Brasil: vocês têm o direito, vocês podem não receber ações judiciais que sejam claramente intimidatórias à imprensa. Isso está escrito nessa resolução do CNJ. Ainda assim, muitos juízes têm receio de receber a ação. O que faz isso de diferença? Quando a ação não é aceita, não tramita, não tem todas as dificuldades que vêm junto com uma ação judicial. Então, o juiz tem o direito de não fazer o aceite, de recusar a ação de chegada. A gente acredita que seria um importante mecanismo para barrar assédio judicial no Brasil.

Mas, como tem assédio judicial, por exemplo, vindo dos juizados especiais – e aí é um complicador para este tipo de barramento, de tentar barrar no início –, a gente acredita, sim, no treinamento via escolas de magistratura. Então, a gente tem feito essa conversa com o Conselho Nacional de Justiça para municiar os magistrados sobre quais são os procedimentos e as regras adequadas. Nesse evento que fizemos em agosto com o Conselho Nacional de Justiça, o STF lançou uma cartilha de entendimentos, porque a gente percebeu, juntamente com o Instituto Tornavoz, que fez um levantamento, como algumas decisões do STF são interpretadas de forma equivocada na primeira instância, permitindo que situações de assédio judicial avancem. Então, essa é uma esfera de treinamento de capacitação em que a gente está atuando.

Outra esfera em que a gente está atuando – porque a gente acha que, neste momento, conter o assédio judicial é enxugar gelo, e a gente tem que atuar na origem, na raiz – é numa



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

iniciativa de trazer para o Brasil uma legislação anti-Slapp, como existe na Europa, que é buscar evitar, impedir determinados tipos de ações contra sociedade civil no sentido de defensores de direitos humanos, defensores ambientais, ativistas e jornalistas. Então, essa é uma das principais ações.

Eu queria não responder as...

(Soa a campainha.)

A SRA. KATIA BREMBATTI – ... demais perguntas, mas só endereçar que várias das perguntas foram direcionadas para a importância do Observatório da Violência Contra Jornalistas e Comunicadores Sociais, reforçar o quanto essa iniciativa é relevante para a categoria, para a sociedade, e pedir que a gente tenha um estreitamento nessa relação, que a gente tenha cada vez mais atividades junto ao observatório de violência, porque, embora as entidades aqui representadas – e várias que estão na plateia representam a coalizão em defesa do jornalismo – tenham iniciativas para conter a violência contra jornalistas, a gente entende que hoje o espaço mais qualificado que teria mais condição de efetivamente atuar de forma a conter a violência seria o observatório. Então, endereço aqui as palavras de que a gente tenha uma atuação cada vez mais conjunta.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Katia, parabéns pelo poder de síntese: exatamente cinco minutos. Isso me ajuda muito, pessoal. *(Risos.)*

Eu vou dizer para vocês a verdade: terminando aqui, o Ministro da Educação está me esperando lá com uma delegação do Rio Grande do Sul sobre educação, inclusive, com um tema muito importante, institutos e tal. Indo lá, tenho que voltar para cá, não vou almoçar, e inicio outra audiência pública aqui... Vocês aproveitem enquanto eu vou ter com o Ministro para almoçar, porque eu não vou almoçar. A audiência pública é sobre LGBTQIA+, e virão companheiros e companheiras de todo o Brasil para uma cultura de respeito às diversidades. São correrias que eu tenho que fazer. Então, eu faço o apelo e se puderem me ajudar... Sigam o exemplo da Katia.

Vamos lá, para ganhar tempo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bia Barbosa.

A SRA. BEATRIZ BARBOSA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Eu vou responder à pergunta da Juliana, que é a primeira aqui e que trata da questão dos ataques digitais, mas eu queria começar reforçando o que a Katia trouxe.

Katia falou do observatório, que acho que, sem dúvida, é a principal política pública que a gente tem que olha para a violência de uma maneira sistemática hoje, mas o Estado brasileiro tem, há mais de 20 anos também, o Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas, que é um programa que funciona vinculado ao Ministério de Direitos Humanos e Cidadania e que também enfrenta vários desafios no sentido de como a gente consegue garantir que esses comunicadores e jornalistas que estão correndo risco hoje também sejam integrados ao programa.

Então, acho que essas duas políticas, de uma maneira complementar... Uma coisa é a violência que pode acontecer de maneira pontual, episódica; a outra são comunicadores e jornalistas sistematicamente ameaçados que têm a sua integridade física e a sua vida correndo risco. A gente precisa olhar para essas duas políticas e reforçar o papel do Estado nisso, mas a gente também precisa reforçar o papel do Estado – e por isso eu falei da questão da regulação da inteligência artificial aqui – em relação a olhar para o ambiente digital e para todos os impactos que isso tem para o exercício da nossa atividade; e isso tem a ver com conter a violência também digital contra jornalistas e comunicadores.

O Oscar mencionou aqui o grupo de trabalho sobre ataques digitais. Eu tenho a oportunidade de coordenar esse grupo junto com outros colegas que estão na Coalizão em Defesa do Jornalismo, dentro do observatório, e a gente deve, muito em breve, conseguir apresentar um rol de recomendações, porque aqui, nesta Casa, a gente discute regulação; na política pública, a gente pode discutir outras agendas administrativas e também na esfera da autorregulação de apresentar uma série de medidas que essas plataformas digitais poderiam adotar de livre e espontânea vontade, o que a gente sabe que não é fácil, que requer muita pressão, mas poderiam adotar no sentido de coibir a violência contra jornalistas e comunicadores. A gente vai apresentar essas recomendações para as plataformas, espero que até o início do ano, como parte do grupo de trabalhos de ataques digitais no observatório.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E tem muita coisa que pode ser feita dialogando agora especificamente com a pergunta da Juliana. Uma delas que a gente fala que pode parecer bobagem é que as plataformas têm uma dinâmica de análise do conteúdo. Apesar de elas terem lá nas suas políticas que elas proíbem discurso de ódio, que elas proíbem violência, ameaças de morte, elas não analisam, muitas vezes, esses ataques de uma maneira coordenada e sistemática. E, se uma mulher jornalista receber xingamentos e estigmatização 300 vezes por dia no seu perfil da rede social, isso pode até estar, em teoria, protegido pela liberdade de expressão, porque esses conteúdos ofensivos são protegidos pelo exercício da liberdade de expressão. Então, se a plataforma analisar um conteúdo de xingamento, por exemplo, de uma jornalista ou de um jornalista, ou de um comunicador ou de uma comunicadora, isso não necessariamente requereria uma moderação desse conteúdo, mas se essa pessoa recebe 300 ataques por dia, como a gente sabe que tem jornalistas que recebem, isso vai gerar um silenciamento, isso vai gerar inclusive um problema de saúde mental para essas pessoas.

A gente fez um levantamento na Repórter Sem Fronteiras, há alguns anos em parceria com uma organização que se chama Gênero e Número, que mostra que 15% de comunicadores e jornalistas mulheres, ou que pertencem à comunidade LGBTQIA+, que sofreram ataques digitais desenvolveram problemas sérios de saúde mental. Então, a gente não está falando de uma coisa que é menos importante porque não é a agressão física, presencial à integridade, ou assassinato, que é a censura... O assassinato é a forma mais cruel de censura, mas também são formas de silenciamento.

(Soa a campainha.)

A SRA. BEATRIZ BARBOSA – Então, mecanismos de simplesmente mudar a forma como essas plataformas analisam esses conteúdos já seriam bastante eficientes no sentido de reduzir esse grau de violência. E é isso que a gente quer apresentar, recomendando para as plataformas, é isso que a gente vai monitorar no processo eleitoral. Isso não é impossível de ser feito.

Eu termino, Senador, nesses 40 segundos que me restam, falando do que a Meta fez esta semana no marco do que aconteceu aqui na Casa, da expulsão dos jornalistas do Plenário, do cerceamento ao trabalho da imprensa com o corte do sinal da TV Câmara. A Meta também adotou mecanismos de moderação de conteúdo que impediu que uma série de perfis, não só de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamentares da esquerda, mas da direita também, aparecessem na busca do Instagram. E ela fez isso, muito provavelmente... A gente apresentou – inclusive vários jornalistas apresentaram junto com alguns Parlamentares na Câmara – um pedido de informações via Ministério Público Federal para que a Meta esclareça o que aconteceu em relação a isso, porque ontem a empresa veio a público dizer que foi uma falha, e não foi uma falha...

(Soa a campanha.)

A SRA. BEATRIZ BARBOSA – ... e diga quais foram os critérios de moderação de conteúdo que foram utilizados para gerar este tipo de consequência: vários perfis, quando você fazia a busca deles, inclusive o do Presidente Lula, não apareciam no resultado da busca do Instagram, você tinha que chegar até eles por vários outros canais.

Então elas conseguem fazer isso, e a maior desconfiança que a gente tem é que um dos termos que tenha sido usado para moderar esses perfis seja o termo "jornalismo", porque o perfil da Repórteres sem Fronteiras internacional, que nem sequer publica em português, porque publica só em inglês e em espanhol, também desapareceu e deixou de ser exibido aqui no Brasil nos resultados da busca em meio a esse processo.

Portanto, as plataformas têm mecanismos de enxergar absolutamente tudo o que está acontecendo na sua arquitetura e na sua infraestrutura. Assim, elas têm todas as condições de desenvolver mecanismos para combater a violência contra os jornalistas, e a gente espera muito que elas façam isso no próximo período.

Obrigada, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Bia Barbosa.

Passo de imediato à Samira de Castro Cunha.

A SRA. SAMIRA DE CASTRO CUNHA (Para expor.) – Obrigada, Senador, obrigada a todos e todas que mandaram perguntas pelo e-Cidadania.

Na verdade eu queria reagir um pouco às falas também dos companheiros aqui da mesa e dizer, primeiro, para a Renata que a gente tem, dentro da Federação Nacional dos Jornalistas e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos nossos sindicatos, as comissões de jornalistas pela igualdade racial. Temos a Conajira, que é a Comissão Nacional, e temos as COJIRAs em alguns sindicatos, que debatem a pauta da igualdade racial no jornalismo há pelo menos 20 anos, essa é uma pauta da nossa categoria. E o Senado, por exemplo, reconheceu a Valdice Gomes, que é da Conajira, com a Comenda Senador Abdias Nascimento, não só pela sua luta no movimento negro, mas como pela sua luta em defesa de um jornalismo antirracista. Eu queria fazer esse registro à companheira Valdice Gomes. *(Palmas.)*

Sobre o observatório, eu não vou repetir o que Katia e Bia falaram, até porque a gente, junto na coalizão, defende que o observatório, que agora é estruturado, passe a se debruçar ainda mais sobre a necessidade também de indicações para a formulação de políticas públicas que combatam a violência contra a nossa categoria, porque esta é uma pauta da Fenaj desde 2013: a criação de um observatório, lá nas jornadas de junho, em que os jornalistas brasileiros passaram a ser alvo duplo de violência, tanto das forças policiais quanto dos manifestantes que iam às ruas naquele período. E também está nessa pauta, sobre que eu acho que cabe ao observatório se debruçar, a criação de um protocolo nacional de segurança para jornalistas, comunicadores e demais profissionais da imprensa. É urgente que a gente tenha, sim, protocolos nacionais que orientem as forças de segurança, por exemplo, que orientem as delegacias quando recebem uma denúncia de um jornalista, um boletim de ocorrência, para que passem a investigar essas situações, porque muitas vezes nós somos ouvidos, mas tratados com algum descaso: "Ah, mas foi só uma ameaça de morte? Mas não vai se concretizar" – muitas vezes os colegas relatam que escutam isso em delegacias.

Por fim, acho que a gente precisa não naturalizar essa violência enquanto jornalistas e comunicadores que somos. Há mecanismos para fazer denúncia nos 31 sindicatos de jornalistas. A Federação Nacional dos Jornalistas, assim como outras organizações aqui, recebem semanalmente, diariamente, casos sobre os quais a gente se debruça. O nosso relatório tem uma parte de verificação desses casos, sempre buscando ouvir a vítima. Nós temos um protocolo interno com os nossos sindicatos que menciona a escuta qualificada dessas vítimas, menciona a orientação jurídica. Às vezes, muitos dos nossos colegas sindicalistas vão às delegacias acompanhar os jornalistas a fazer BO. Nós notificamos as autoridades públicas, secretaria de segurança, Ministério Público, muitas vezes prefeituras, governos de estado quando o caso





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

envolve esses agentes públicos. E buscamos aprimorar ainda mais os nossos canais internos dentro da federação e dos sindicatos para o recolhimento dessas denúncias.

É óbvio – e aí o Oscar falou muito bem – que a plataforma oficial do Fala.br precisa ser um pouco melhorada. Ela é ainda uma ferramenta muito burocrática para a nossa categoria quando busca esse registro oficial, fazer essa denúncia pelo canal oficial.

(Soa a campainha.)

A SRA. SAMIRA DE CASTRO CUNHA – E eu sei que o observatório está se debruçando sobre isso, mas, também, o que eu quero deixar muito explicitado na minha fala é: você, colega jornalista, foi vítima de violência? Procure o seu sindicato, procure a federação, não ache que é parte da nossa profissão ser agredido, ser ameaçado, ser impedido de entrar num local público, ser impedido de fazer o seu trabalho.

Eu acho que a gente tem um grande desafio enquanto organizações que atuam em conjunto, que é debater e defender essa lei modelo anti-Slapp, que a Katia trouxe. Para nós, este momento é crucial porque a violência, através do assédio judicial, é a que mais tem crescido, assim como o nosso relatório também consegue detectar, Senador, mais violações contra mulheres jornalistas com termos absolutamente abomináveis, pejorativos, é uma violência que tem camadas nessa violência, de gênero, de raça, de classe, e, portanto, não há uma alternativa a não ser a gente seguir unido e organizado para enfrentar esse fenômeno.

(Soa a campainha.)

A SRA. SAMIRA DE CASTRO CUNHA – A Bia fez uma saudação e eu queria registrar, Senador, que nós temos aqui cerca de 70 delegados e delegadas que estão no nosso congresso, de todas as regiões do Brasil, aqui com 22 sindicatos de jornalistas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Sejam bem-vindos! *(Palmas.)*

Muito bem, Samira de Castro Cunha, que aqui registrou a presença de delegados de todo o país, e é um orgulho também recebê-los todos aqui, na nossa Comissão de Direitos Humanos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De imediato, Renata Parreira.

A SRA. RENATA PARREIRA (Para expor.) – Bom, eu vou responder aqui, vou responder a várias nos meus cinco minutos, tá?

Então, Renato, do Distrito Federal: "Violência contra jornalistas, incluindo assédio judicial, e ameaça a democracia exigem respostas institucionais rápidas".

E aí também vou responder a – vamos lá! –: "Que mecanismos permitem identificar e neutralizar ataques digitais coordenados contra jornalistas antes que se convertam em violência [...]?"

E vou responder: "Como capacitar delegacias especializadas para investigar assédio judicial como forma de censura à imprensa?", e de Patrick, de Rondônia: "A liberdade de imprensa está sob risco em contexto de polarização?"

Bom, eu fiz um acróstico aqui, tentei fazer um acróstico com FIC, com a palavra FIC.

Eu queria saudar a Jacira Silva, que vi agora, uma militante histórica do Movimento Negro Unificado, jornalista...

(Manifestação da plateia.)

A SRA. RENATA PARREIRA – ... que deveria estar aqui nesta mesa, no meu lugar, também integrante da Cojira do Distrito Federal, do Mulheres Negras, enfim, estive à frente da construção da Marcha das Mulheres por Reparação e Bem Viver, que nós marchamos no dia 25.

Mas vamos lá.

Bom, fazendo esse acróstico do FIC, o que é FIC? Formação Inicial e Continuada. E aí a gente tem que pensar na intersetorialidade, na transversalidade que o tema exige, e na interseccionalidade. Por quê? Porque certamente esse observatório – e coloquei aqui a camisa do Colaboratório Com Elas pelo Fim do Feminicídio no DF, que é uma iniciativa, uma provocação do Levante Feminista contra o Feminicídio, Lesbocídio e Transfeminicídio.

Em 2024, no dia 26 de novembro, se não me engano, fizemos uma roda no Eixão e provocamos, convidamos a Deputada Erika Kokay, que disponibilizou uma emenda – ela teve essa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ideia na deliberação dessa roda de conversa – para criar um observatório. Virou colaboratório, porque nós temos 43 movimentos sociais de mulheres envolvidos. E eu sugiro que esse observatório de jornalismo também tenha aí a participação social dos ativistas sociais e militantes, que muito contribuem com a construção de saberes e com esse letramento técnico-teórico que é tão importante.

Então aqui: para a palavra F, formação; O de Ori, que seria cabeça, que seria pluralismo de ideia, pensamentos, mentes, troca de saberes e fazeres nesses módulos, porque deveria ter módulos de direitos humanos e diversidade, tratando sobre a questão de gênero, das masculinidades tóxicas, do nascedouro histórico do nosso país, de tudo aquilo que eu falei um pouquinho, sobre a questão da idosidade, as mulheres negras e o etarismo, porque as mulheres negras e idosas, as camadas de que a companheira estava dizendo aqui são os vetores de preconceito. Se eu tenho um corpo ali que é uma mulher negra, travesti, deficiente, idosa, do campo, das águas ou da floresta, ou indígena, e aí vai, aí a gente só vai aumentando a vulnerabilidade. E aí lá: comprometimento; vontade política dos gestores; mudança de paradigma — essa educação vai dar; as interseccionalidades eu já trouxe; Iroko, que é o orixá do tempo. O tempo, ele desconstrói, ele destrói, ele ressignifica, ele constrói, e ele é rei, não é? "És um senhor tão bonito, como a cara do seu filho, tempo, tempo, tempo, tempo..." Nós precisamos de tempo para fazer essa formação.

Então, todas as pessoas que ingressam no serviço público, em qualquer área, deveriam ter uma formação inicial e continuada nesses módulos de direitos humanos de que estou falando.

(Soa a campainha.)

A SRA. RENATA PARREIRA – Terminando.

E aí envolver: transporte público. A questão da universalização das leis – e a gente traz o artigo 26-A, que mudou, alterou a LDB –, com a obrigatoriedade do estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena – é importantíssimo que os nossos companheiros aqui estejam na ponta da língua em relação a isso.

Bom, democratização dos letramentos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existe um processo de endemonização da profissão do jornalista. O jornalista é visto como mexeriqueiro, chato, curioso, inconveniente. E o Estado reforça isso porque... Eu vou parar de falar, porque eu falei que seria... Acabou o meu tempo, né? Mas eu só quero dizer que a gente precisa desconstruir essa imagem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Você tem 15 segundos ainda.

A SRA. RENATA PARREIRA – Tá.

A gente precisa desconstruir essa imagem ética do jornalista. Por quê? Quantos jornalistas já foram assassinados porque descobriram... estavam ali cumprindo a sua atribuição, o seu juramento de profissional e foram assassinados, não é isso? E a gente sabe aí que as defensoras de direitos humanos, mulheres que disputam terra, como quilombolas...

(Soa a campanha.)

A SRA. RENATA PARREIRA – ... indígenas, ciganas, estão morrendo mais, como mulheres estão morrendo mais.

E, concluindo a minha fala, nesse observatório vocês vão ter condição de entender o quê? Que as mulheres, as jornalistas são as mais vilipendiadas, sofrendo microagressões, violências simbólicas e até falas como – isso foi para uma Parlamentar, mas isso acontece também –: "Eu não te estupro porque você é feia". Então, quando você tem ali um chefe de Estado que legitima o ódio em relação a esses grupos historicamente excluídos, marginalizados – porque nós, mulheres, não somos a minoria; nós somos a maioria –, nós somos infantilizadas e bestializadas, porque a fala é do homem branco, institucionalizada na nossa sociedade patriarcal. Entretanto, nós mulheres negras somos insurgentes e marchamos. Jacira está aqui para dizer, e eu quero que você venha responder a minha próxima pergunta.

Acabei. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Renata Parreira, que ficou no tempo.

Oscar Ferreira de Oliveira.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OSCAR FERREIRA DE OLIVEIRA (Para expor.) – Bom dia.

Vou responder a pergunta do Yuri, da Bahia, que pergunta se há planos de criar um protocolo nacional de segurança para profissionais da imprensa. Dentro do observatório, sim, está tramitando no Ministério da Justiça a criação de um protocolo de investigação de crimes contra jornalistas, de assédio, de violência contra jornalistas, justamente para que, para além da gestão do Secretário Jean Uema, para além da gestão do Ministro Lewandowski, nós possamos criar, dentro do observatório, uma forma para que o observatório possa não só fazer, como também possa ser cobrado para que faça a investigação quando essas denúncias chegarem.

Vou responder também a pergunta do Giovanni, de São Paulo, que pergunta como o Brasil pode proteger a liberdade de imprensa quando jornalistas são alvo de violência por denunciar quem deveria ser fiscalizado. Com políticas públicas, como o observatório, e com a atuação dos três Poderes em todos os entes da Federação. Não tem uma varinha mágica para que a gente possa resolver o problema, mas não é por isso que a gente vai ficar parado, e o Ministério da Justiça, dentro das suas competências, está trabalhando para isso.

A Thereza, do Rio de Janeiro, faz uma pergunta similar, sobre como o Governo pode ajudar no desenvolvimento de mais canais de imprensa. E aí eu respondo que a ideia nem é criar mais canais de imprensa, mas acho que o Governo tem a missão de oferecer mais segurança para os jornalistas, para que esses canais de imprensa surjam, na esteira, inclusive, da fala da Bia Barbosa, de desestímulo a jornalistas futuros. Eu acho que, quando o Governo ou o Estado oferecem segurança a uma categoria de profissionais, você já está indiretamente estimulando a criação de outros canais similares.

E, por fim, eu queria responder ao Marco e ao Domingos, do Rio Grande do Sul, que falam sobre a necessidade... ponderam o valor de liberdade de imprensa com a responsabilidade que os comunicadores têm que ter com o que eles falam, com a cobertura dos fatos. E eu posso dizer que não só a secretaria, como o ministério, como eu imagino que o Governo concorde com isso, e, para isso já existem canais judiciais para você fazer esse tipo de denúncia, para fazer esse tipo de averiguação. A lei já existe para proteger as pessoas, o que nós estamos tentando fazer aqui no observatório é evitar que a ação da lei para proteger a liberdade dos indivíduos seja usada em excesso para ferir garantias individuais, que também são garantidas aos profissionais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então acho que aqui a gente está falando exatamente de respeitar o ponto que vocês dois trouxeram: de ponderar a liberdade dos jornalistas com a liberdade das pessoas que estão sendo investigadas, incomodadas ou supostamente abusadas pelos jornalistas, e que o Poder Judiciário tenha a capacidade de julgar, de forma equânime, as duas coisas, que é o dever constitucional deles.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Como sobraram dois minutos do tempo dele, e a jornalista, por motivo de... Eu sei que foi de atraso de transporte, e ela chegou agora, mas chegou em tempo de pegar os cinco minutos.

Eu passo a palavra, por cinco minutos, para a jornalista Soane Guerreiro.

A SRA. SOANE GUERREIRO (Para expor.) – Olá, muito bom dia a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ela estava entre as painelistas, viu?

A SRA. SOANE GUERREIRO – Ali do lado... *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ela estava na lista dos painelistas.

O tempo é seu. Não vou falar nada, porque eu tenho que ganhar tempo aqui.

A SRA. SOANE GUERREIRO (Para expor.) – Tudo bem, gente. Bom dia a todos.

Meu nome é Soane, eu sou jornalista, já cubro o Congresso há mais de dez anos, e, na verdade, eu fui convidada por causa do último acontecimento, que a gente teve um episódio lamentável, inclusive, nessa terça-feira aqui, na Câmara dos Deputados, em que nós estávamos na cobertura do caso envolvendo... Na verdade, a cobertura da Câmara como um todo, e aí a gente teve um caso lamentável de agressão aos jornalistas.

A gente teve, num primeiro momento, as transmissões ali do Plenário da Câmara interrompidas, e a gente queria saber o que estava acontecendo ali. Então, a gente foi surpreendido com a saída do Deputado Glauber e, naquele momento, a Polícia Legislativa pediu





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que a gente abrisse espaço, mas não tinha como, tinha muita gente querendo saber o que estava acontecendo ali, inclusive servidores aqui da Câmara, do Senado, assessores de Parlamentares e, como não tinha como abrir espaço, tivemos esse caso de agressão aqui na Câmara dos Deputados. Eu confesso que eu já estou há muito tempo nessa cobertura e eu nunca tinha visto nada parecido. Desde então a gente tem tentado esse diálogo com a Presidência da Câmara dos Deputados para evitar que situações como essa aconteçam, porque a gente só está ali nessa tentativa diária de trazer essa informação mais fidedigna possível para quem nos acompanha, então até acompanhei também algumas perguntas que mandaram pelo e-Cidadania.

Eu fui uma das mais agredidas, ontem inclusive fiquei afastada do trabalho, mas consegui, no mesmo dia, trazer ali as informações. Então, até em nome dos colegas que estavam lá, que cobrem a Câmara há muito tempo, a gente percebe, não só, claro, aqui dentro do Congresso, mas, no dia a dia, que, por falar sobre política, cada vez mais a gente sofre mais agressões, não só agressões que podem, sim, ser agressões físicas, mas também e principalmente isso que a Bia falou, que também foi muito importante, agressões realmente psicológicas, muito por meio das redes sociais.

Então, isso é uma realidade que cada vez tem se tornado mais frequente. Isso, sem dúvida, impacta em nosso trabalho, em nosso psicológico, por isso são tão importantes iniciativas como essa aqui para que a gente possa não só trazer as diversas iniciativas que estão ocorrendo por meio do âmbito Legislativo, mas, também, no Executivo, por meio da sociedade civil, dos sindicatos e das federações, para mostrar que realmente há uma tentativa de silenciamento e de desqualificação do jornalismo profissional.

Essa, sem dúvida, é uma realidade que a gente vive, e a gente tem, em nosso exercício diário, esse papel de sempre trazer os diversos lados da história, mas só que, claro, a gente traz incômodo. E esse incômodo tem sido não só visto como... As pessoas têm reagido a esse incômodo cada vez de forma mais agressiva, não só no âmbito das redes sociais, como também no âmbito físico.

Então, na verdade, era só para trazer um pouquinho do relato que realmente foi uma situação que, pelo menos...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Vou provar que aqui você não é incômodo.

Como eu lhe dei cinco, e todos falaram dez, vou lhe dar mais cinco para falar no mínimo os dez minutos que os outros falaram.

Já botei mais cinco lá.

A SRA. SOANE GUERREIRO (Para expor.) – Só para reforçar alguns pontos que foram colocados no e-Cidadania, que a gente tem um CPF por trás, a gente tem um CNPJ por trás, então, sim, a gente é responsabilizado por qualquer informação que não seja verídica; então, sim, a gente é responsabilizado, diferentemente de muitas pessoas que vão às redes sociais para fazer ofensas e também para sempre...

O que acontece, na verdade, que a gente está vivendo, é que as pessoas realmente sentem esse incômodo com o que é tratado por jornalistas, mas, apesar do incômodo, elas têm que entender que a gente está por trás disso, que elas podem confiar nessa informação, apesar da informação ser incômoda. Então, a gente tem esse papel de fazer perguntas que as pessoas comuns, no seu dia a dia, não têm essa possibilidade, é isso que a gente vem trazendo em nosso dia a dia e é nisso que a gente tem se sentido cada vez mais silenciado.

Eu não falo só por mim, falo também por outros colegas, que essa rotina, inclusive, nas redes sociais, tem ficado cada vez mais presente, cada vez mais a gente tem sentido essas ofensas, esses ataques realmente de ódio contra a imprensa. Apesar dos casos gravíssimos que a gente tem, inclusive, que são extremos de morte de jornalistas, existe um número muito maior, não só de assédio, mas também de ofensas que são feitas ali no dia a dia da nossa profissão.

Sem dúvida, tem sido um desafio muito grande para todos nós. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, muito bem. Você deu quatro minutos para mim.

Obrigado, Soane Guerreiro, que fez aqui um resumo. De fato, ela é uma convidada especial de toda a equipe que organizou, e vocês ajudaram, as lideranças ajudaram, para que ela desse





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um depoimento. Ela que estava ali no centro daquele confronto vergonhoso para todos nós, para a democracia, para o jornalista, para todas as pessoas de bem deste país.

Aqui eu encerro, mas nós vamos tirar uma foto coletiva, nós vamos aqui para a frente.

Eu combino aqui com a Mesa que os encaminhamentos que vocês entenderem que devam ser feitos a partir desta reunião, eu me proponho a encaminhar, e tenho certeza de que a Senadora Damares vai permitir que eu, junto com ela, encaminhe tanto para o Presidente da Câmara como também para o Presidente do Senado.

O.k.?

Cumprida a missão, a foto de nós todos aqui agora.

Está encerrada a audiência pública. *(Palmas.)*

(Iniciada às 09 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 27 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (89ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA (58ª REUNIÃO), EM 11 DE DEZEMBRO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e trinta e dois minutos do dia onze de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúnem-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Plínio Valério, Styvenson Valentim e Laércio Oliveira, e ainda do Senador Izalci Lucas, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa, Tereza Cristina e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 114/2025 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS), REQ 120/2025 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 44/2025 - CE, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE). Finalidade: Debater o tema: "Por uma cultura de respeito aos Direitos Humanos". Participantes: Toni Reis, Diretor Presidente da Aliança Nacional LGBTI+; Rafaelly Wiest, Presidenta do Grupo Dignidade - Diretora Administrativa e Coordenadora da Área de Diversidade&Inclusão da Aliança Nacional LGBTI+; Cleonice Araújo, Representante da rede nacional de mulheres travestis de mulheres trans e de homens trans vivendo e convivendo com hiv aids - RNTTHP; Leonardo Cardoso de Magalhães, Defensor Público-Geral Federal; Érika Linhares, Fundadora da Empresa de Consultoria B-Have; Michel Platini Gomes Fernandes, Presidente do Grupo Estruturação e Centro DH; Miriam Gomes Alves, Coordenadora-Geral de Cultura em Direitos Humanos e Mídias Digitais do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania - MDHC; e Janaina Oliveira, Secretária Nacional LGBTQIA+ do Partido dos Trabalhadores. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/11>

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Fala da Presidência.)
– Declaro aberta a 89ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa conjunta com a 58ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que será realizada nesta data, 11 de dezembro de 2025.

A audiência pública será realizada nos termos dos Requerimentos 114 e 120, da CDH, de autoria do Senador Paulo Paim e da Senadora Damares Alves, respectivamente, e ainda do Requerimento nº 44, de 2025, de autoria da Senadora Teresa Leitão, da Comissão de Educação, para debater o tema "Por uma cultura de respeito aos Direitos Humanos".

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na Internet, senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Participarão presencialmente, e já convido a tomarem lugar na mesa, os seguintes convidados: Leonardo Cardoso de Magalhães, Defensor Público-Geral Federal – grande Leonardo!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Palmas.*) Primeiro negro a chegar a Defensor Público-Geral Federal – e eu votei nele; foi votado aqui dentro.

O SR. LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES (*Fora do microfone.*) – E vai votar novamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Vou votar – vou votar. (*Pausa.*)

Não? Mas já registro. Se ela chegar depois, ela vem para a mesa.

- Janaina Oliveira, Secretária Nacional LGBTQIA+ do Partido dos Trabalhadores;

- Toni Reis, Diretor Presidente da Aliança Nacional LGBTI+, aqui na mesa, já; (*Palmas.*)

- Érika Linhares, Fundadora da Empresa de Consultoria B-Have; (*Palmas.*)

- Rafaelly Wiest, Presidente do Grupo Dignidade, Diretora Administrativa e Coordenadora da Área de Diversidade e Inclusão da Aliança Nacional LGBTI+;

- Michel Platini Gomes Fernandes, Presidente do Grupo Estruturação e Centro DH. (*Palmas.*)

Participarão por videoconferência:

- Cleonice Araújo, representante da Rede Nacional de Mulheres Travestis e Transexuais e Homens Trans vivendo e convivendo com HIV/Aids (RNTTHP);

- Miriam Gomes Alves, Coordenadora-Geral de Cultura em Direitos Humanos e Mídias Digitais do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC);

- Deputado Distrital Fábio Félix, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Uma salva de palmas aos três, que falarão à distância. (*Palmas.*)

Como é de praxe, a Presidência faz uma fala rápida situando os telespectadores no tema que vamos debater.

Hoje de manhã – eu presidi também porque a Senadora Damares estava em outro evento – foi sobre a violência contra os jornalistas, que é cada vez mais grave, inclusive que aconteceu





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na Câmara dos Deputados, o que vocês todos viram e ouviram. Embora tenham tirado a TV do ar, pelo tal do celular foi tudo filmado e foi tudo colocado. Que bom que foi tudo filmado.

Vou desligar isso aqui, senão a gente não faz a nossa reunião.

Pronto.

Vamos à fala de abertura.

Audiência Pública. Comissão de Direitos Humanos e Comissão de Educação.

Meus amigos e minhas amigas, estamos reunidos aqui para debater um tema que exige de nós, que lutamos por dignidade humana, que somos comprometidos com a justiça, uma causa fundamental: a construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos, com plena proteção à vida e à liberdade de cada pessoa, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Os fatos impõem essa obrigação, essa responsabilidade, pois vejam: conforme dados recentes, em 2022 foram contabilizadas 273 mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ no Brasil, sendo 228 homicídios, 30 suicídios e 15 óbitos por outras causas. Esses números mostram que o nosso país segue registrando uma média brutal de assassinatos e agressões motivadas por ódio, preconceito e desrespeito à diversidade. Entre as vítimas identificadas naquele ano, havia 159 travestis e mulheres trans e 97 homens *gays*.

Além dos homicídios, a violência cotidiana também atinge brutalmente essa população. Em 2022, mais de 11 mil pessoas LGBTQIA+ denunciaram algum tipo de agressão física, psicológica ou sexual, motivada por sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Essa escalada de violência, agressão, morte e assassinatos representa uma violação sistemática dos direitos fundamentais. A vida tem que estar sempre em primeiro lugar. A vida, a dignidade, a liberdade, a segurança... Garantir que o Estado deve assegurar a todos e a evidência de que não estamos diante de ocorrências isoladas, mas de um padrão cultural de intolerância, que precisa ser combatido com firmeza.

É por isso que estamos aqui nesta audiência pública tão importante e necessária. Vamos debater, denunciar, responsabilizar, propor políticas públicas eficazes, educação para a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diversidade, cultura de respeito e aceitação do fortalecimento da segurança pública, garantia de acolhimento, apoio e reparação às vítimas.

A nossa obrigação é reafirmar que todo ser humano merece viver livre, livre do medo, com dignidade e com respeito. Que o Brasil assuma, de fato, o compromisso de proteger sua cidadania plena, sem discriminação, sem medo, sem ódio.

Aqui eu termino esta fala de abertura. Agora vão falar os nossos convidados, porque não dá para o Presidente pegar a palavra e não passar para os convidados. Vamos lá.

De imediato, eu passo a palavra para este que já é parceiro de carteirinha aqui na Comissão de Direitos Humanos e também no Plenário, o Dr. Leonardo Cardoso de Magalhães, Defensor Público-Geral Federal. Dez minutos, com mais cinco, se necessário, para cada um fazer a sua exposição.

O SR. LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES (Para expor.) – Senador, boa tarde a todas e a todos os que nos acompanham pelas redes sociais e TV Senado. É sempre uma grande satisfação, Senador, retornar à Comissão de Direitos Humanos. Tanto V. Exa., como também a Senadora Damares e os demais membros desta Comissão têm apoiado as ações da Defensoria Pública da União na promoção e na proteção dos direitos humanos. E para mim, sempre que posso, é uma honra estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Permita-me, mas eu te dou o tempo de volta. Eu quero cumprimentar você e toda a Defensoria Pública, você que lidera, você que é o Presidente, você que é coordenador, pelo grande apoio que vocês deram naquele momento triste das enchentes no Rio Grande do Sul.

Quero dar uma salva de palmas aos defensores públicos em nome de todo o povo gaúcho. *(Palmas.)*

O SR. LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES – Nós agradecemos, e para nós é importante isso, porque eu venho falar um pouco também nesta sessão sobre o papel da Defensoria Pública da União na promoção e na proteção dos direitos. É nesse sentido que a instituição está, existe.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou fazer e trazer uma fala reflexiva, uma fala sobre o papel amplo na proteção e na promoção e, ao final, também trazer algumas impressões sobre a nossa atuação em favor do combate à discriminação à população LGBTI no nosso país.

Por isso, acho que falar da DPU é falar da presença, do compromisso e da coragem. É falar de uma instituição que, todos os dias, atravessa aldeias; quilombos; zonas de desastre, como aconteceu no Rio Grande do Sul, como estivemos agora, recentemente, também no Paraná; fronteiras internacionais; ruas esquecidas dos grandes centros; presídios superlotados; o Parlamento – aqui no Congresso Nacional estamos sempre –; tudo isso para cumprir um único dever constitucional: fazer com que os direitos humanos encontrem quem deles mais precisa.

O Brasil tem uma dívida histórica com parte significativa da população, e aí nós estamos falando de pessoas negras, pessoas indígenas, quilombolas, ribeirinhos, migrantes, mulheres, pessoas com deficiência, pessoas LGBTIA+, catadores, população em situação de rua, privados de liberdade – ou seja, é amplo o espectro – e outros grupos que têm enfrentado dificuldades, que têm, de certa forma, enfrentado barreiras estruturais, desigualdades estruturais no exercício pleno dos seus direitos.

É neste espaço, o espaço da ausência, que a DPU se torna uma presença transformadora. Por isso, nessa gestão aqui, enquanto Defensor-Geral da União, nesse meu primeiro mandato, um dos objetivos foi chegar lá na ponta, fazer ações. Abrimos 35 novos postos de atendimento da Defensoria Pública no interior do país, o que representou um aumento de atendimentos a mais de 661 municípios do Brasil e a uma população de cerca de 13 milhões de pessoas. Essa expansão não é apenas uma mudança geográfica, uma expansão geográfica, é uma mudança civilizatória, é o Estado dizendo, através da Defensoria Pública: "Você existe, você tem direitos e nós estamos aqui por você".

Então, este é o objetivo diário de reforçar a presença da Defensoria Pública no interior do país, em que, muitas vezes, o Estado não chega, e é a Defensoria que vai ter aquele papel, muitas vezes contramajoritário, para dar visibilidade às violações que a população sofre, nos diversos aspectos, aqui no nosso país. Por isso, nós entendemos a necessidade de fortalecer o sistema de direitos humanos dentro da Defensoria Pública da União, com investimento em qualificação,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estrutura, logística e para atender a missão central da Defensoria Pública: promoção, direitos humanos, defesa e acesso à Justiça nas comunidades.

Por isso, nós idealizamos diversos programas, como o Território e Tradição de Direitos, que tem um foco específico na concessão e no acesso a direitos básicos das comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas; o DPU nas Comunidades, que vai levar a defensoria para o interior, nas ações itinerantes; o Observatório da Mulher contra a Violência.

No ano passado, lançamos o Observatório, que foi fundamental para poder, num tema tão importante... Estive aqui, inclusive, com a Senadora Damares e também com a Senadora Mara Gabrilli, porque a Defensoria tem um programa nacional de atendimento às mães que são acusadas de sequestro internacional de seus próprios filhos. Então, é a Defensoria que está ali fazendo a defesa daquela mãe que, muitas vezes, sofre violência no exterior e que retorna ao seu país e aqui é tratada como se em conflito com a lei estivesse.

Temos o Programa Nacional de Acolhimento de Repatriados e Repatriadas, em apoio também ao Ministério dos Direitos Humanos; o Observatório de Supervisão do Cumprimento das Decisões Internacionais; o Programa Nacional de Enfrentamento à Violência Política de Gênero também, com o apoio, inclusive, do Observatório da Mulher aqui do Senado, da Procuradoria da Mulher do Senado, da Procuradoria da Câmara. Então, no ano passado, nós lançamos para as eleições. O interessante, nesse caso, é que nós atendemos uma candidata à Vereadora, mulher trans, que estava sendo atacada pela sua condição de mulher trans por um candidato também a Vereador. E nós conseguimos, com atuação na Justiça Eleitoral, retirar toda a propaganda difamatória, toda a propaganda que tivesse por objetivo discriminar a candidata. Com isso eu fico feliz porque, para além de criar programas, discursos, o que me importa aqui, o que importa a todos nós defensoras e defensores federais é que as ações sejam efetivas, sejam concretas. Então, esse foi um exemplo. Eu gosto de sempre fazer esse destaque da importância do acesso e permitir também que mais mulheres possam ocupar cargos no Legislativo.

Recentemente, agora, no dia 19 de novembro, criamos o Observatório da Violência Contra as Pessoas Negras. Então, a Defensoria da União tem um papel na defesa, na visibilização das discriminações raciais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos diversos programas de atendimento à população, não só canais para recebimento de denúncias, mas também programas de educação e direitos, porque é fundamental transformar realidades e romper paradigmas de opressão a partir da educação. Isso se aplica não só à discriminação racial, mas também à violência contra a mulher, à violência contra as pessoas LGBTQIA+. Nós sabemos, a estatística está aí. Como foi muito bem dito, Senador Paulo Paim, o Brasil é o país que mais mata pessoas trans, que mais mata pessoas LGBT. Então, a gente precisa, sim, engajar e ter consciência. E a educação está exatamente nisso. As instituições do Estado – como é a Defensoria – têm esse papel fundamental.

Quando o Brasil enfrenta as suas maiores crises, a DPU está lá, como foi no Rio Grande do Sul. Na época, V. Exa. era o Presidente da Comissão Extraordinária para Acompanhamento das Ações do Rio Grande do Sul, e nós fizemos a maior ação itinerante da história da instituição. Foram quatro meses de atuação com 52 mil famílias atendidas em quatro meses nos 90 municípios atingidos pelas enchentes. Foram 370 defensores federais levados ao Estado do Rio Grande do Sul e R\$92 milhões em benefícios implementados. Essa foi a resposta do Governo Federal, uma conjunção de esforços entre as instituições federais para fazer esse atendimento no Estado do Rio Grande do Sul. Eu tenho certeza de que, se não fosse essa obrigação, essa intenção com que se concretizou a vontade do Presidente Lula, a gente teria situações muito mais difíceis de contornar. Então, o programa foi fundamental.

Participamos também de diversos acordos, como o acordo do Bolsa Família, como o acordo de repactuação de Mariana, que injetou aí na economia local mais de R\$132 bilhões, em um grande acordo feito com o Governo Federal, a AGU, o Supremo, a Defensoria da União, as Defensorias Estaduais. Cada uma dessas frentes representa vidas concretas, mulheres que escapam de violência...

(Soa a campainha.)

O SR. LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES – ... comunidades tradicionais que recuperam seu território, trabalhadores escravizados que reconquistam sua dignidade, famílias devastadas por tragédias que encontram amparo jurídico.

Se a Defensoria está presente, é porque existem pessoas que decidem não se omitir, pessoas que saem das suas casas para enfrentar riscos, tensões, resistências e até ameaças.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí é importante – já me encaminhando para o final – a gente pensar não só nas defensorias públicas, mas nas lideranças comunitárias, nos advogados e advogadas populares, nos educadores sociais, nos comunicadores, nos agentes de base, ou seja, nas pessoas defensoras de direitos humanos que constroem esses direitos e essas realidades, que tentam transformar essas realidades nos seus territórios e que são, muitas vezes, violentadas por uma ausência do Estado ou até mesmo por conflito. Esses defensores de direitos humanos são, muitas vezes, a primeira e a última barreira entre a dignidade e o abandono, e, por isso, nós temos reforçado, no âmbito do combate à discriminação da população LGBTIA+, não só o viés da prevenção, da educação em direitos, mas também o viés da responsabilização e a atuação. Por isso que nós hoje temos na Defensoria um grupo de trabalho de identidade LGBTIA+, que foi criado em 2015 e vem, juntamente com a aliança, fazendo um papel fundamental para mudar essa realidade, para colocar o dedo nessa ferida, dar visibilidade.

Nesse ponto, eu agradeço também o convite à Defensoria Pública para que a gente pudesse também estar aqui. E é importante dizer a todos que vivemos um tempo em que a informação é também uma forma de cuidado e de proteção. Por isso, nós temos que transformar a partir da educação e transformar também visibilizando as dificuldades, as desigualdades estruturais, a forma de acesso que a população LGBT tem ao mercado de trabalho, a evasão escolar, todas essas questões que, muitas vezes, ficam encobertas e que acabam por inviabilizar, muitas vezes, dificultar o exercício pleno da dignidade.

A Defensoria Pública tem um lado, como eu sempre costumo falar, Senador: é o lado do povo, é o lado daquele que precisa, daquele e daquela que precisa. Nas nossas unidades, nas nossas 106 unidades espalhadas por todo o país, nós temos um canal amplo de atendimento não só atendimento para direitos, mas também para receber denúncias de violações e discriminação desses direitos.

Temos também, no âmbito da nossa assessoria internacional, porque também recebemos muitos casos de mulheres trans que são vítimas de redes criminosas, de tráfico internacional de pessoas... E tendo, na Defensoria Pública da União, essa cooperação junto com o Ministério das Relações Exteriores, com as embaixadas e consulados, nós temos a possibilidade de fazer esse atendimento e esse acolhimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, contem com a Defensoria Pública. Entendemos essencial o debate, o fortalecimento da cultura em direitos humanos. Essa semana, que é a semana que marcou o Dia da Justiça, no dia 8, segunda-feira, e ontem o Dia Internacional de Direitos Humanos, é dia de entendermos que avançamos no nosso país, sim. É como a gente estava conversando agora há pouco: avançamos muito, mas temos muito mais o que fazer.

Tenham certeza de que combater violência, combater desigualdade estrutural, combater discriminação, seja ela qual for, racial, discriminação contra a mulher, contra a pessoa LGBT, contra pessoas idosas, contra pessoas com deficiência, e diversos outros públicos que são atendidos, tem que ser uma missão diária de todos nós, que lutamos para que tenhamos um país mais digno, um país mais justo, um país que não mate tantas pessoas, um país que não mate tantas mulheres – que muitas vezes ficam numa situação de opressão e violência doméstica e que acabam tendo as suas vidas ceifadas –, um país que não discrimine tanto pessoas negras... E aí nós estamos falando de também discutir a seletividade do sistema penal para as pessoas que são negras...

(Soa a campanha.)

O SR. LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES – ... para as pessoas pobres, para as pessoas periféricas, e também a discriminação contra as pessoas LGBT.

Agradeço a oportunidade. Estamos sempre à disposição, Senador. Para nós, é uma satisfação estar no Senado Federal e estamos sempre à sua disposição e à disposição da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. Leonardo Cardoso de Magalhães, Defensor Público-Geral Federal, que deu uma entrada em praticamente todas as áreas, combatendo todo tipo de preconceito e discriminação, mostrando a estrutura que você já tem lá, inclusive para essa questão LGBTIA+. E tem um trabalho belíssimo também no combate ao racismo do povo negro. Eu o tenho acompanhado.

Vamos em frente.

Eu pergunto se a Sra. Janaina já chegou. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu vou convidar, para a mesa, Janaína Oliveira, Secretária Nacional LGBTQIA+ do Partido dos Trabalhadores. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone.*) – E daí? É o Lula lá e nós aqui. *(Risos.) (Pausa.)*

Como a Janaina está chegando, eu vou passar a palavra para a Sra. Érika Linhares, fundadora da empresa de consultoria B-Have.

E, depois, fala, então, a Janaina, e segue o baile. Vamos lá?

A SRA. ÉRIKA LINHARES – Vamos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Gostaram do baile, não é? O baile é... *(Risos.)*

Vamos nos animar aqui! Conosco não tem moleza. Vamos lá!

É com você.

A SRA. ÉRIKA LINHARES (Para expor.) – Bom, boa tarde a todos. Boa tarde ao Senador Paulo Paim. Boa tarde a todos vocês.

A gente está aqui falando da cultura do respeito, não é? E, quando eu recebi o convite para estar falando sobre a cultura do respeito, a palavra "respeito" impõe muito. E eu acho que onde há tirania, falta respeito, indiferentemente de onde está. Então, acho que para a gente dar... O Brasil vem dando passos, sim, eu não tenho dúvida, mas, para ele andar mais rápido, na minha visão, a gente tem que parar com o conflito dos extremos, porque acho que eles mais atrasam – e eles se retroalimentam – do que propriamente ajudam. Então, eu venho falar sobre a tirania mesmo, tanto de um lado, de uma tirania, de uma militância que não escuta, e do outro lado, a tirania dos dogmas conservadores, que também não escutam.

Quando a gente fala da prática do respeito, a gente fala da prática do escutar, do tentar dialogar, de destravar tudo isso e tentar dialogar. É uma luta mesmo contra toda essa tirania ideológica. Ter ideologia é uma coisa, mas usar de uma tirania é outra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem uma frase de que eu gosto muito que diz que o ignorante acaba procurando a briga, ele cria o conflito. O inteligente vai ganhar essa briga, porque ele é eloquente, ele sabe as palavras. O sábio não vai entrar na briga, porque ele já entendeu que essas duas partes querem simplesmente reforçar conceitos. Elas já se perderam, inclusive, na luta delas. Então, eu acredito que tanto um lado quanto o outro têm um poder de convergência. E é esse poder de convergência que faz a gente andar mais rápido.

Quero me apresentar para vocês. Meu nome é Érika. Eu trabalho desde os 15 anos de idade. Como eu tenho essa aparência, eu gosto muito sempre de me apresentar. Eu sou uma grande contribuinte brasileira. Eu trabalho desde os 15 anos. Primeiro, eu trabalhei no mercado informal. Muitos de vocês aqui, eu tenho certeza de que sabem o que é mercado informal brasileiro. Você não entra nem na estatística, não é mesmo? Você não é estatística no Brasil. Então, eu trabalho aos 15 anos como sacoleira. Depois, eu saio do mercado informal. Eu venho para o sistema público. Trabalhei no sistema público como pedagoga, educadora e professora que sou. Depois, eu saio do sistema público e vou para o sistema privado. Começo como vendedora de loja. CLT, escala seis por um. Começo, trabalho ali como vendedora de loja. Ao longo dos meus 20 anos sendo CLT, eu termino sendo diretora nacional de uma das maiores empresas deste país – mulher pedagoga, e sendo diretora de uma empresa que tinha uma predominância, muito, de homens engenheiros. Depois, viro CEO de uma empresa. Depois, eu resolvo empreender e eu monto a B-Have, que é uma empresa de educação corporativa, porque eu acredito muito que a educação tem um poder transformador. Quando a gente leva o outro a pensar, a refletir, nisso a gente transforma o outro. Em briga, a gente não consegue transformar o outro.

Então, eu tenho certeza absoluta de que sempre que as pessoas me veem branca, hétero, católica, de centro-direita, que hoje faz parte da elite brasileira – e eu faço parte da elite brasileira –, elas param de me escutar, elas não querem mais me escutar. E ali eu acho que a gente perde, porque a gente perde o diálogo. E eu convido vocês a dialogarem comigo. Apesar de todo o meu aspecto, eu talvez tenha coisas com que contribuir. Então, se alguém, pelo meu aspecto, parou de me escutar, talvez não devesse por isso, porque não existe, como a gente estava conversando, preconceito reverso – existem preconceitos.

Gente, eu acredito muito que numa guerra, numa luta, ninguém vence. A gente pode até achar que um lado foi vencedor, mas eu realmente não acredito nisso. Eu não acredito que é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulheres contra homens. Eu não acredito em pretos contra brancos. Eu não acredito em heterossexuais contra homossexuais. Eu não acredito que a gente vai parar em lugar nenhum assim.

Eu quero, como mulher, que os homens me defendam, eu realmente quero isso! Eu quero que homens venham para as redes sociais dizerem: "Homem que é homem não mata mulher". Eu quero vê-los me defendendo, porque, sim, ele, um homem falando para um outro homem, tem mais peso de ele olhar para ele e dizer: "Olha, não, eu não aceito que se mate mulher. Eu, homem, não aceito que se mate mulher, isso não é uma postura do homem!".

Eu, branca, quero poder defender preto. Quero, quero mesmo! Tem um filósofo chamado Wilson Gomes que é acadêmico, baiano. Eu o respeito muito, e ele fala muito dessa tirania, ele fala! E ele falou que outro dia ele estava escrevendo sobre isso e dizendo: "Calma", e que os comentários, sabe quais foram os comentários? "Ele é preto". Sabe quais eram os comentários que tinha abaixo? "Também, você, branco, falando sobre isso". Ele disse: "Não, eu posso pensar diferente, mas eu sou preto, eu não sou branco".

Então, hoje, se você pensa diferente, você até perde a sua identidade. Se você pensa diferente do que um grupo de pessoas fala, você deixa de ser preto e passa a ser branco. Eu quero, como heterossexual, ser Presidente do conselho dignidade. Eu sou hétero, mas eu quero, porque eu não defendo as pessoas por qualquer marca que seja, por qualquer... Porque elas são pessoas – elas são pessoas. Isso é muito importante. Mesmo sendo hétero, mesmo sendo católica, porque o meu Deus é diferente. Eu sou católica, mas o meu Deus ama a todos. O meu Deus é muito diferente, é um Deus extremamente diferente!

Então, aqui, hoje, é um convite muito mais ao diálogo e, se a gente está falando 10% da população é LGBTQI, eu quero que 90% venham para a discussão, porque são esses 90% que vão mudar a realidade, e eu preciso chamá-los para a discussão. E, como eu faço parte desses 90%, eu vim aqui hoje me dispor e me disponho, junto com o Grupo Dignidade, a chamar as pessoas à consciência. Como professora que sou, a levar as pessoas a pensarem no que elas estão fazendo.

Eu sempre me questioneei: por que eles me chamaram para isso? E eu fiz essa pergunta muito para o Toni. E o Toni falou uma coisa linda: "Porque eu quero entender por que alguém tenta tirar o nosso direito por uma orientação sexual diferente, eu gostaria de entender. Eu quero





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conversar com pessoas que são diferentes e entender a cabeça dessas pessoas, porque, talvez, eu entendendo, a gente comece a conversar". E a gente teve uma conversa linda e a gente vem conversando muito.

E olha que coisa maravilhosa, eu não conhecia esse mundo. Eu desconhecia completamente esse mundo, porque eu estava numa bolha. E o Toni me apresentou coisas lindas e a gente entendeu que a gente convergia muito mais do que divergia. Por que a gente entendeu que a gente convergia muito mais do que divergia? Porque eu aceitei escutar o que o Toni tinha para me dizer, e o Toni aceitou me escutar, como eu pensava. Quando a gente começou a conversar, a gente viu que a gente tinha várias coisas em comum, que a gente, tanto eu quanto ele, eu, mesmo sendo católica, hétero, branca, de centro-direita, eu quero preservar a família e ele quer preservar a família. Nós entendemos que nenhum dos dois lados quer uma adultização infantil, nenhum dos dois lados quer isso! Nós entendemos que nenhum dos dois lados apoia o *bullying*, a violência, a doutrinação na escola. Nós entendemos que nenhum dos dois lados quer destruir a família de ninguém. Todo mundo quer ter família, todo mundo quer preservar a família – existem vários tipos de família. Nós entendemos que nenhum dos dois apoia atos obscenos e nudez pública, até mesmo porque isso é contra a lei – nenhum dos dois. Nós entendemos que somos contra a profanação de símbolos religiosos, porque a gente tem que respeitar todas as religiões, sejam elas quais forem. E aí a gente começou a entender que a gente tinha muito mais pontos que convergiam do que divergiam, porque a gente parou para prestar atenção um no outro. A tirania das ideologias cria muito mais muro do que pontes. E, se a gente chamar as pessoas para pensar, quando a gente quer realmente um verdadeiro diálogo, a gente vai encontrar uma liberdade entre ambas as partes.

Eu falei muito antes de a gente vir aqui... fiquei pensando, como é que eu tenho que me vestir para as pessoas me ouvirem? Como é que eu tenho que me comportar para as pessoas me ouvirem? Chegou um momento que eu falei: eu vou me vestir do jeito que eu me visto, eu vou me comportar do jeito que eu me comporto, e é assim. E se elas quiserem entender que apesar de todo esse... do jeito que eu sou e do jeito que eu me visto, e do jeito que eu sou hoje...

(Soa a campainha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ÉRIKA LINHARES – ... eu tenho alguma coisa, vai ser bom para os dois lados. Do contrário, gente, se a gente só quer defender as nossas convicções, a gente fica prisioneiro delas. Vocês não tenham dúvida, a gente fica prisioneiro delas!

Então, para finalizar, como o meu tempo já acabou, eu quero dizer que ninguém precisa concordar com ninguém, e eu não sei de onde as pessoas entenderam que o mundo... que todo mundo precisa concordar, porque isso não existe. A unanimidade é burra, e onde há unanimidade, há ditadura. Não vai ter isso, nunca teremos consenso, mas não pode faltar o respeito, isso não pode faltar, nunca pode faltar! Eu não quero aqui que ninguém concorde com tudo, e eu não vou concordar com tudo, mas sempre vou respeitar o outro.

Então, como a gente está falando muito disso, eu queria convocar todas vocês a... A gente não tem que fazer o outro pensar como a gente. A gente tem que fazer todo mundo pensar e tentar chegar a algum lugar. E, se a gente não tiver, vamos respeitar as diferenças, mas nunca deixar de garantir os direitos, indiferentemente das crenças. Direitos devem ser garantidos.

Eu quero agradecer muito, muito, assim... Eu quero dar um viva à discordância, porque eu acho que só existe democracia com a discordância. Afinal de contas, a unanimidade é burra, e onde há unanimidade há tirania. E eu quero dar um viva à sabedoria que entende disso, e chama sempre a tribo oposta para dialogar, não para cada um reforçar suas convicções e para brigar.

Para terminar, eu gostaria de agradecer à Damares pelo convite, quero agradecer muito aqui ao Paulo Paim e ao Toni, por terem me convidado para estar aqui, e parabenizar os dois pela sabedoria de estarem, juntos, tentando construir um Brasil melhor.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem!

Parabéns à Érika Linhares, fundadora da empresa de consultoria B-Have, que faz uma exposição que, eu diria, é de centro. Ela diz que é mais à direita...

A SRA. ÉRIKA LINHARES (*Fora do microfone.*) – De centro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – De centro, de centro! (*Risos.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E uma fala muito bem centrada, respeitando a todos, chamando todos para o diálogo, para uma caminhada conjunta, que é possível, deixando a divergência de lado. Não somos obrigados a concordar com todo mundo. Eu penso, mais ou menos, assim também.

A Senadora Damares Alves é a Presidente desta Comissão. Eu presidi pela manhã e estou presidindo agora. A reunião da manhã debateu a violência contra jornalistas, requerimento que também assinamos junto, como assinamos este. Eu já disse para ela vir presidir, e eu vou lá para o lugar dela.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Não, Presidente. Vamos ficar aqui.

Boa tarde a todos!

Obrigada a todos por estarem presentes nesta audiência.

A gente está encerrando e a gente reservou exatamente a última atividade do ano, esta audiência, porque a gente queria mesmo fechar as atividades da Comissão com chave de ouro, falando de direitos humanos para todos.

Eu vou ficar aqui quietinha. Eu acho que todos sabem que eu estou passando por um processo de tratamento de um câncer. Eu estou curada, tenho certeza de que eu estou curada. Mas o tratamento tem altos e baixos. Hoje, eu acho que eu exagerei nas atividades de manhã – eu estava representando a Comissão em um evento – e eu não estou me sentindo bem. Então, eu vou ficar aqui quietinha a audiência inteira, mas à disposição de todos.

Muito obrigada.

Obrigada, Érika, pela palavra final, mas não coloque muito o meu nome ao lado do Toni, não, porque os dois sofrem muito por causa disso. *(Risos.)* Têm umas fotos nossas rodando por aí, que a gente já sofreu dos dois lados. Nós tivemos um momento ímpar: quando o Toni adota, eu também adoto. Éramos pais corujas. E a gente era flagrado o tempo todo no celular, corujando os nossos filhos. Lembra, não é, Toni? E foi assim que a gente caminhou até agora.

Eu estou muito feliz com esta audiência. Se tivermos encaminhamentos, estamos à inteira disposição para qualquer encaminhamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço-lhe, Presidente, Senador Paim. Hoje de manhã, foi um sucesso a audiência. No trânsito, no carro, de um lado para o outro...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Li sua mensagem aqui na íntegra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

De um lado para o outro, no deslocamento de um evento para o outro. Semana dos direitos internacionais... Então, vocês imaginem que, na cidade inteira, estão acontecendo eventos de direitos humanos. No percurso entre um evento e outro, eu escutei as falas. Foi uma audiência incrível e, por uma trágica coincidência, numa semana em que a gente teve o problema com jornalistas na Câmara, mas foi bom. E o posicionamento de todos eles ficou muito claro.

Parabéns pela condução de manhã!

Vamos continuar. Estou aqui para ouvi-los e à disposição para todo e qualquer encaminhamento. É uma alegria a gente encerrar o ano com esta audiência pública incrível. A gente esperou mais de cinco a seis meses – porque ela estava organizada –, para a gente terminar o ano com este debate de alto nível, e da forma como estamos conduzindo.

Obrigada, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Parabéns!

Damare Alves, Presidente desta Comissão.

Agora, passamos a palavra para – mantendo a ordem – a nossa querida Janaina Oliveira, Secretária Nacional LGBTQIA+, está escrito aqui, e eu só vou ler, porque está aqui, no currículo dela, do Partido dos Trabalhadores. (*Palmas.*)

A SRA. JANAINA OLIVEIRA (Para expor.) – Boa tarde a todas as pessoas.

Quero, primeiramente, agradecer à Comissão de Direitos Humanos pelo convite; saudar meu Senador, meu dirigente, meu guia, nossa referência no movimento negro, companheiro Senador Paim; e, nele, saudar todos vocês; saudar a Presidenta da Comissão, a Senadora Damare, Alves.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desejar sucesso no seu tratamento, uma boa recuperação, para que a gente possa continuar fazendo muitos debates neste país.

Eu fiquei muito feliz quando o tema foi por uma cultura de respeito aos direitos humanos. Acho que a gente tem vivenciado nos últimos períodos, inclusive outros setores fora do campo de esquerda, fazerem muita referência ao campo dos direitos humanos. Que bom! Se eu pudesse, e se assim o permitir, no futuro a gente quer até deixar umas sugestões de leitura política sobre o tema direitos humanos, para que as pessoas entendam a profundidade e a importância desse espaço nessa construção.

E, aí, saiu essa semana uma pesquisa que falava que a juventude brasileira seria uma juventude mais do campo da direita. E quando você... Eu não sei se as pessoas pararam para ler para além do título, mas, quando você vê o conteúdo, você percebe que é uma juventude que tem concepções de esquerda, então, é contra o feminicídio das mulheres, é contra o racismo no país, é contra a LGBTfobia, mas as pessoas atribuem essa cultura de construir uma identidade de quem está no campo da esquerda como uma identidade que busca os direitos humanos para beneficiar aqueles e aquelas – e eu quero deixar claro que direitos humanos é para todas as pessoas, independentemente de quem seja, é para todas as pessoas – e que leva as pessoas a um falso ideário que ser de direitos humanos, defender direitos humanos é ser de esquerda, ou que defender direitos humanos não é defender direitos para o cidadão, para a cidadã, para todas as pessoas, independentemente de quem elas sejam. E essa cultura tem sido posta à prova constantemente neste país.

O movimento social luta para o reconhecimento de direitos e não privilégios. Quero aqui deixar claro que há também uma tentativa de atrair os direitos humanos a uma ideia falsa de privilégios. Quando a gente fala de direitos humanos, a gente fala de Constituição brasileira, tudo aquilo que prevê, que cada cidadão e cidadã tem que ter no seu aspecto. E, obviamente, a luta das mulheres, dos negros, da juventude, das pessoas com deficiência, dos idosos, das LGBTQIA+ não seriam diferentes nesse processo da luta social.

A gente retoma, novamente, nas estruturas governamentais, por exemplo, a participação social que nós havíamos perdido no último período. A retomada do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, em que a gestão pública e a sociedade civil podem debater





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

política pública, fazer monitoramento, propor... Nós retomamos a Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. Dez anos depois, a gente volta a se encontrar para discutir política pública neste país. (*Palmas.*) Dez anos depois, a gente... Lembre-se, a conferência começa no Governo do Presidente Lula e retoma no Governo do Presidente Lula, não para um contexto de privilégio, porque as conferências que foram previstas por leis, essas, o sistema não conseguiu impedir que fossem feitas, mas a gente tem uma dificuldade nessa cultura, Sr. Paim, nosso Senador, de conseguir que o Senado e a Câmara consigam atuar no sentido de nos incluir. A gente avança no Executivo, a gente avança muito no Judiciário, mas a gente não consegue que o Legislativo brasileiro faça o mesmo com os nossos corpos.

A quantidade de projetos de lei nesta Casa contra a população LGBTQIA+ é um absurdo e um desrespeito à existência e aos nossos direitos, mas ela permanece sendo pautada. A ideia de construir que as paradas LGBTQIA+ são perversas para crianças e adolescentes, e criar projetos que impeçam a participação desse público acompanhado de seus responsáveis, é uma demonstração de como uma falsa cultura de que algo está sendo combatido separou os corpos LGBTQIA+ do direito à família. Isso virou um mote. Se fala de LGBTQIA+, mas não se associa à família. A Dra. Érika, inclusive, trouxe isso. Defendemos as mesmas coisas, mas a sociedade precisa combinar para fora. É a importância da sua presença aqui. Precisa combinar para fora, porque para nós, é entendido que quando se fala de nós, nós somos família: nós somos filhos, sobrinhos, primos, netos. Nós estamos nesse arcabouço de família. A família que nós não defendemos é a família da violência doméstica, a família que não respeita, uma família que tem uma crença preconceituosa, uma família que use a religião para promover o ódio. É esse modelo que nós não defendemos. Defendemos todo e qualquer direito à família brasileira. Nós queremos ser reconhecidos como uma família também. Esta luta precisa estar combinada para fora.

Que bom se um dia a gente pudesse dizer: "Olha, a gente erradicou o racismo no país", que bom se um dia a gente...! Mas, para isso, eu dependo de quem são nossos principais opressores, que são as pessoas brancas, que promovem e contribuem para uma cultura que vai fortalecer... São todas as pessoas? Não, não são todas as pessoas, mas nós precisamos, de fato, de vozes que construam uma cultura de diversidade de direitos, inclusive reconhecendo a liberdade de expressão, a liberdade do seu voto, a liberdade da sua compreensão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas não existe liberdade, quando eu defendo alguém cujo discurso é de que a gente merece apanhar. Não existe liberdade de direitos humanos e democracia quando alguém diz que somos pederastas, demônios, etc. Não existe a possibilidade desta igualdade quando a minha existência, como mulher preta, sapatão, não pode ocupar os espaços, não pode fazer fala, não pode se organizar. Porque, quando dizem para nós... Em São Paulo tentaram fazer isso: proibir qualquer propaganda que fizesse uma vinculação com a população LGBTQIA+. Nós não somos nem 3% da comunicação neste país, 3%! Porque o que a gente vê na mídia do dia a dia, seja em canal aberto ou fechado, não é uma realidade que faz a nossa inclusão.

Então não é possível a gente falar de direitos humanos, de uma nova cultura, de um novo comportamento, se eu não questionar o amiguinho e a amiguinha que estão do nosso lado. Porque, quando alguém naturaliza: "Mas apanhou, porque provocou". Quem provoca a sua agressão? A quem interessa apanhar todos os dias? A quem interessa morrer? A quem interessa ter seu corpo entregue na porta de uma delegacia estrangulada, com o pescoço quebrado e você... E assim: "A gente está colaborando com o caso". Eu quero dizer que crime de ódio não se aplica, no Código Penal, para uma liberdade de um indivíduo que claramente matou, executou uma trans, porque havia uma possibilidade de ela falar sobre a sexualidade dele. Nós estamos falando desta violência, é essa cultura que a gente precisa mudar.

Que bom que nós temos aliados e aliadas que estão em outros campos e que entendem que os direitos humanos precisam ser um bojo norteador da nossa existência, da nossa educação, mas nós precisamos que outros pensem assim. Porque as comissões de direitos humanos muitas vezes funcionam sob um legado daqueles e daquelas que botam uma bandeira do Brasil aqui no peito, carregando para cima e para baixo, dizendo que a gente tem que apanhar, dizendo que a gente tem que sofrer violência e dizendo que mulheres que apanham apanharam, porque procuraram a situação.

Não dá para a gente construir uma nova cultura com pessoas que não entendam o significado verdadeiro de direitos humanos. Direitos humanos não é um privilégio; direitos humanos é garantia de existência. Foi ele que norteou a gente a se tornar ainda um país mais civilizado...

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JANAINA OLIVEIRA – ... mas a gente precisa – precisa – que as pessoas compreendam que não é privilégio e que as pessoas entendam, quando elas escutarem um discurso que diz que nós somos pederastas, que nós buscamos destruir a família brasileira, o movimento LGBTQIA+ e parem para o ouvir. Abra uma página, seja de uma aliança, seja de uma ABGLT, leia os princípios e entenda pelo que a gente luta, porque a gente luta por vida. Direitos humanos é vida e direitos humanos não pode só servir para mim, tem que servir para todas as pessoas.

Então, se hoje os direitos humanos me atendem e deixam de atender alguém que está lá na ponta, eu preciso continuar lutando para que esses direitos humanos também cheguem a essa pessoa. Essa é a cultura que a gente defende, essa é a cultura na qual a gente acredita. Não há problema em ter divergência política ou opinião sobre economia, sobre segurança pública, mas há na divergência em defender a morte das pessoas, como setores fazem nesta Casa todos os dias.

É isso, obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Janaina Oliveira, Secretária Nacional LGBTQIA+ do Partido dos Trabalhadores, que, com a liberdade que todos nós temos aqui – não é, Janaina? –, expressou o seu ponto de vista e foi muito aplaudida pelo Plenário. Ela foi verdadeira, e isso é, Janaina, a importância de vivermos em uma democracia; e tem que falar mesmo. Se a gente não fala, como a senhora também falou e colocou o ponto de vista... Ela falou muito bem antes um outro ponto de vista, mas respeitosamente também, não é, minha Senadora? É por aí? Estou no caminho certo?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Certíssimo!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Vamos em frente.

Toni Reis, Diretor Presidente da Aliança Nacional LGBTI+.

O SR. TONI REIS (Para expor.) – Muito bem.

Boa tarde a todas as pessoas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Boa tarde ao Senador Paulo Paim, um querido – inclusive, tem uma homenagem aqui para ele.

Boa tarde, Senadora Damares, de tantas lutas – e eu quero voltar, Damares, a falar sobre isso.

Quero saudar a mesa, saudar a querida Érika, que nós trouxemos, Senadora Damares, porque ela é uma pessoa muito importante para a gente, e nós precisamos conversar com a direita e com a extrema-direita. Nós temos que conversar; nós temos que dialogar. Vamos dialogar, e eu concordo, aqui, com a Janaina. Quando está no diálogo, está tranquilo; quando se comete crime, aí a gente manda para a delegacia, manda para o Ministério Público e manda para a Defensoria. Isso é importante. Então, é bacana estar aqui com a Janaina Oliveira, grande militante, com o nosso Defensor Público, que nós apoiamos, Dr. Léo, e com o qual nós temos um convênio. Então, todas as questões a gente trabalha sempre dentro do Direito e da Constituição, de forma muito ordenada. Querida Rafaelly Wiest, nossa grande colaboradora, uma pessoa trans. Damares, você gosta muito da Marina Reidel, mas você tem que conhecer a Rafaelly Wiest – ela é encantadora. E o nosso querido Michel Platini e a Cléo, que vai falar com a gente, aqui, também. E quero saudar todos os militantes – nós estamos numa semana dos direitos humanos – e os delegados que estão na Conferência dos Direitos Humanos aqui.

Primeiramente, quero dizer, Senadora Damares, que eu estou muito feliz. Eu vim propor à Senadora e falei: "Eu quero discutir a respeito". Nós temos posições diferentes, nós temos candidatos a Presidente diferentes, não é, Damares? Nós vemos o mundo de forma diferente, mas nós... Eu conheço a Senadora Damares há pelo menos 22 anos, quando ela começou a fazer a frente evangélica, e nós: "Vamos lá!". Nós fizemos a nossa frente LGBTI+. Nós fazíamos todas as audiências, nós debatíamos direto os temas, e sempre, com divergência, mas tinha o respeito. Nunca eu vi a Senadora – hoje, Senadora Damares – me desrespeitar e eu também. Combinávamos as mesas, os tempos de fala, como a gente combinou a composição desta mesa aqui. Então, eu estou muito feliz.

Quero agradecer à Senadora Teresa Leitão, que topou fazer junto. Eu queria unir o PL, o Republicanos e o PT, para discutir direitos humanos. Então, superobrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou fazer uma fala em seguida e vou aproveitar meus dez minutos sobressalentes, mas eu quero falar desta pessoa aqui agora. Pessoal, na semana retrasada, eu soube que o Senador Paulo Paim não ia concorrer à reeleição, e isso me deixou um pouco triste, porque você é uma referência em direitos humanos, e a sua capacidade de diálogo é extraordinária. E eu quero falar um pouquinho do senhor. Eu, inclusive, tinha preparado para o Plenário na segunda-feira, mas, infelizmente, devido ao nosso ciclone lá no Sul, eu não pude embarcar para estar aqui com o senhor, mas eu faço questão.

Então, gratidão pela trajetória, Senador Paulo Paim, pelo respeito, coerência e reconhecimento pelo legado de um homem público que honra a história deste Parlamento, Senador Paulo Paim. O Brasil assiste, neste momento, ao encerramento de um ciclo, um ciclo que não foi apenas longo, foi fecundo, generoso, transformador. Paulo Paim, ao anunciar que não mais disputará o Senado, nos convida a olhar para suas quatro décadas de vida parlamentar; e, ao fazê-lo, percebemos que não estamos diante apenas de um político experiente, mas também de um construtor da cidadania.

Paim chegou à Câmara dos Deputados em 1986, como líder sindical, vindo das fábricas e das lutas cotidianas da classe trabalhadora. E foi lá, na Constituinte, de 1988 – eu acompanhei, estava lá também, porque também já sou um *gay* idoso e faço questão disso –, que deixou sua marca indelével. Com mais de uma centena de emendas apresentadas, ajudou a esculpir a chamada Constituição Cidadã, garantindo diversos direitos sociais, trabalhistas e de proteção aos vulneráveis, mas sua contribuição não parou naquela época. Ao chegar ao Senado Federal, Paulo Paim tornou-se a principal voz de quem, muitas vezes, não tem voz: dos idosos, das pessoas deficientes, dos trabalhadores, dos aposentados, dos negros, das mulheres, das populações periféricas e da nossa população LGBTI+. A cada mandato, reafirmou que a política só tem sentido quando melhora a vida das pessoas, palavras suas.

E é impossível falar do Paim sem mencionar seu protagonismo em três marcos da legislação brasileira: primeiro, o Estatuto do Idoso, de que, agora, eu já estou usufruindo. Nós estamos usufruindo.

(Intervenções fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TONI REIS – Então, obrigado. Eu, como um velho *gay*, estou aqui para dizer: está aqui, meu amigo, obrigado! Você foi o responsável e você passou isso.

O Estatuto da Igualdade Racial. Então, eu sou uma pessoa antirracista, mas eu adotei três crianças, três crianças negras, e aí eu fui sentir na pele o que é ser negro. (*Palmas.*)

Então, a gente fala: o racismo existe, existe na escola, existe no *shopping*, existe no restaurante, e a gente tem que lutar! E aí eu concordo plenamente, Janaina Oliveira. Podemos ter divergência em algumas questões, mas nisso eu estou junto com você. Nós temos que estar juntos, lutando contra o racismo.

Esse senhor aqui fez o Estatuto da Igualdade, um divisor de águas na luta contra o racismo, abrindo portas e oportunidades e consciências; também, a Lei Brasileira de Inclusão, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, um dos textos mais modernos do mundo, pessoal. Fui pesquisar um pouco sobre a vida desse homem. Como é importante nós termos político desse naipe, que se aprofunda no assunto, que não é superficial, que não se usa de dados fictícios, vai lá, se aprofunda, traz um defensor público aqui, que é um grande defensor. Essas não são apenas leis, são declarações de compromissos com o Brasil real, são instrumentos que continuam transformando a vida de muitos por terem sido sancionados.

É raro encontrar um Parlamentar que reúna, ao mesmo tempo, serenidade... Olhem a serenidade dele aqui! (*Risos.*) Ele fala com a Senadora Damares, com a Janaina, com a Érika, com um espírito de empatia. É isso, Senadora Damares, que é o respeito, pessoal. Podemos ter divergências em tudo, mas nós somos brasileiros e brasileiras. Nós queremos que o nosso país seja evoluído, que a gente tenha capacidade de diálogo com todas as pessoas, mas serenidade no diálogo, firmeza na defesa dos princípios, capacidade de construir consensos, e ele tem isso. Paulo Paim sempre fez política com respeito, sem agressões, sem ódio, sem atalhos. Em tempos de tanta intolerância, sua postura, por si só, é uma lição de democracia.

Eu particularmente falo aqui também como alguém que acompanha, admira e se inspira na sua caminhada. Quantas vezes vimos o Paim entrar em debates difíceis, enfrentar forças poderosas, e, ainda assim, manter o equilíbrio, a paciência, a escuta e, acima de tudo, esperança.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concluindo essa primeira parte da homenagem, quero dizer para o senhor: ao se despedir desta Casa, o senhor não encerra uma carreira; inaugura uma herança. A sua voz continuará ecoando em cada direito conquistado, em cada família protegida, em cada avanço civilizatório que o senhor ajudou a construir. Então, nesse sentido, eu gostaria de uma salva de palmas a esse querido Senador. (*Palmas.*)

Nós vamos ter momentos... Quero dizer para o Paulo Paim que você é muito importante para nós e que nós aprendemos muito com o senhor. Tudo vai ficar bem. Esperamos trazer o Pimenta para cá para continuar o seu legado.

Voltando à nossa pauta... (*Risos.*)

Mas eu precisava falar isso, Paim. Eu até falei com a assessoria e disse: "Olha, é melhor você fazer, porque, se pedir, ele não vai...", mas isso é de coração.

Quero dizer para vocês, pessoal, que eu sou uma pessoa que eu aprendi muito com a competência cultural. Nós temos aquele nazista, que mata o diferente. Nós tivemos... E eu estou me formando... Depois de dois pós-doutorados, eu fui fazer História. Entreguei e deposei há 15 dias meu TCC e eu fui para a Polônia, fui para a Alemanha, fui para a França, eu fui a todos os locais da Segunda Guerra Mundial. Fui a todos os museus para entender. Pessoal, o nazista mata o diferente: ele matou os judeus; ele matou os testemunhas de Jeová; matou os idosos; os deficientes; nós, homossexuais; as lésbicas tinham um triângulo preto. Isso, pessoal, o nazismo nós temos que denunciar. Não tem... O nazista se tem que denunciar, não pode existir. Eu não concordo com a pessoa que quer matar o diferente.

Aí nós temos – eu vou falar da competência cultural – o fanático, que é aquele cara que morre e não muda em nada. É fanático; ele está fanatizado ali.

Aí tem o dogmático – tudo isso numa sequência; o fanático é melhor do que o nazista. Tem o fundamentalista, que fala: "Não; está escrito aqui, na página tal, e tem que ser assim, porque é assim aqui, sempre foi e vai ser assim". Esse é o dogmático, aquela pessoa cuja conversa é difícil, porque já tem uma ideia concebida, a qual não vai mudar.

Aí tem o preconceituoso. O preconceituoso é melhor que o nazista, que o fanático e que o dogmático, porque o preconceituoso é aquela pessoa que solta uma piada, que faz uma piada de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mau gosto, que discrimina, que faz algumas questões, mas esse dá para melhorar. Então, o preconceituoso, a gente tem que ter muito respeito. E esse a gente pode ensinar.

E aí nós temos o tolerante. O tolerante é aquela pessoa que respeita, mas se sente superior. É aquele homem que respeita a mulher, mas fala: "Mas eu sou superior". É aquele branco que olha para o negro e fala assim: "Você tem um lugar aqui, mas eu sou melhor que você". Então, esse é o tolerante – estou falando nessa escala.

Aí tem o respeitador. O respeitador é aquela pessoa que diz: "Você é você, eu sou eu; eu não aceito isso, mas eu concordo que você exista". Tem o aceitante, que fala assim: "Que bom, você é assim, e eu quero isso para mim", mas discute. E tem o competente cultural, que não discute mais.

Pessoal, orientação sexual não é um assunto que a gente precisava discutir publicamente. A questão de cor de pele não precisava. Nós temos que ser competentes culturais, de a gente não precisar, pessoal... Mas nessa escala nós temos hoje setores muito radicalizados, de todas as partes, da nossa comunidade inclusive. Eu, inclusive, em alguns momentos, estou pensando em me retirar também, porque tem alguns momentos em que eu estou me sentindo conservador. Por exemplo, eu não consigo usar a linguagem neutra. Eu não consigo! Eu respeito e estou defendendo lá no Supremo Tribunal Federal que as pessoas tenham o direito de usar, mas eu não vou usar, e ninguém vai me obrigar a fazer isso. Eu tenho esse direito. Então, tem algumas questões.

E nesse sentido, Ministra Damares, por exemplo, somos totalmente contra a pedofilia. Nenhuma criança deve ser explorada sexualmente. Ninguém... A criança tem que ter a sua inocência preservada. Isso é Estatuto da Criança e do Adolescente. Então, aqui, eu estou fazendo algumas declarações nesse sentido. Nós queremos isso, e isso nos uniu. Inclusive, ontem, eu me encontrei com o Senador Magno Malta e falei assim: "Magno Malta, a gente pode ter todas as divergências, aqui e acolá – o senhor com o seu Presidente, eu com o meu –, mas nós somos contra a pedofilia. Isso nos uniu". E com você também, Damares.

Com relação à questão das famílias, pessoal, eu sou intransigentemente defensor de todas as famílias. Família é quem a gente ama, quem nos cuida; o resto é parente. Mas eu quero aquela família que ama, que cuida. Eu vivo com meu esposo há 36 anos, tenho três filhos, e ninguém,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

absolutamente ninguém vai dizer que eu não sou família! Eu sou família de fato, e o Supremo Tribunal Federal também reconheceu.

Nós temos, hoje, 196 tipos de famílias no mundo – Petzold, um antropólogo alemão. Nós temos que respeitar essas composições. E isso é importante. O Barroso, num discurso em que estava falando sobre família – o Dino e o Barroso –, falou, inclusive, Ministra Damares, da Bíblia, dos tipos de família que tinha. Na Bíblia tem vários tipos de famílias. E a gente vai ter que respeitar, ver os contextos de história... A gente tem que respeitar. E cada pessoa tem uma concepção de família, e isso tem que ser respeitado. Então, somos um intransigente defensor da família brasileira, ou melhor, das famílias, no plural – o que eu acho importante –, inclusive da tradicional. Eu até gosto de ir àqueles casamentos de vestido de noiva, de arroz, e vão os padrinhos, e tem todo aquele juramento, eu acho lindo. Tá, mas o povo está se separando demais. Os *gays*, as lésbicas, estão aumentando os casamentos, Ministra Damares, que eu falei: "Meu Deus, se os héteros estão se separando, e os *gays* e as lésbicas estão se casando, o que está acontecendo neste mundo?". (*Risos.*) Mas enfim, sou defensor da família brasileira de forma bacana.

Sobre a questão da educação, Ministra Damares, Senador Paim, nós queremos uma escola acolhedora. Eu quero uma escola sem violência. Nós precisamos aqui, Senadora Damares, a senhora nos ajudou demais com duas declarações. Por aquela declaração, eu chorei, o dia em que a senhora daqui defendeu a questão das pessoas trans, falou do seu coração...

(Soa a campainha.)

O SR. TONI REIS – ... falando da importância de acolher essas pessoas, que, dentro da comunidade LGBTI+, as pessoas trans sofrem, são convidadas a sair das suas famílias aos 13 anos de idade. As pessoas não estudam. E a senhora veio aqui, defendeu, defendeu as cotas, defendeu na questão, porque nós temos, nós sabemos quantas travestis estão presas, mas nós não sabemos quantas travestis estão nas escolas. Isso é grave.

Então, o que nós queremos dentro da educação? Nós queremos uma educação acolhedora, sem violência. Eu também. Eu não quero que o meu filho vá para uma escola e seja doutrinado pela filosofia A, B ou C. Eu quero que ele aprenda que tem filosofia A, B e C, que na sociologia, nós temos Marx, nós temos Weber, nós temos Durkheim, eu quero que ele tenha senso crítico de falar: "Isso eu não quero para mim", mas eu não quero que seja doutrinário. Isso é importante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria muito, Senadora Damares, que a senhora nos ajude a ter uma escola acolhedora e sem violência.

Também nós queremos o respeito às religiões. Eu sou católico apostólico romano. Quando batizei minhas três crianças, na Catedral de Curitiba, com todo o *advocacy* que eu fiz com o arcebispo, falei: "Olha, três padres se recusaram". No quarto, falei: "Tudo bem; então, eu vou recorrer à primeira instância". Fui lá, falei com o arcebispo. Ele pegou o telefone vermelho do vigário lá da catedral que eu frequento e falou: "Batize os filhos do Toni, senão ele vai fazer uma parada *gay* na frente aqui". (Risos.) Então, assim, e falou assim: "Eu não estou batizando um casal *gay*, eu estou batizando pessoas que querem...". E foi muito consensuado isso dentro da nossa família. Recebi uma carta do Papa.

O que eu quero dizer, pessoal, é que a religião é algo individual. Cada um tem a sua, matriz africana, os judeus, os evangélicos, isso é legal, é algo particular. Ninguém tem que se meter na minha religião, como eu vejo Deus, como eu vejo... Todo o respeito às pessoas que são ateias, às pessoas que são agnósticas, elas têm o direito. E eu, inclusive foi a maior dificuldade, porque todos os meus compadres e comadres eram ou agnósticos, ou ateus, ou de matriz africana. E o arcebispo falou assim: "Não, tem que ser católico". Nós fomos lá e conseguimos dois amigos católicos e praticantes.

Então, digo assim, o respeito à diversidade religiosa. Eu acho que nós não devemos meter religião dentro da política, porque eu agora, como historiador, Senadora Damares, a religião, quando se meteu dentro da política, deu problema desde a antiguidade, sabe, desde a época dos egípcios, dos sumérios. A religião tem um papel importante que é transcendental. A gente tem que politizar, eu acho que é bacana falar sobre política e tal, mas, dentro do Parlamento, deve ser laico, eu acho que isso é importante. Como diz o Senador... o Senador, não, o Pastor Silas Malafaia, que fala: "Não pode ser laicista". Claro que as pessoas podem exercer, porque eu exerço a partir dos meus valores. Então, a gente vai discutindo e vai fazendo.

Então, essas questões, nós não apoiamos isso, por exemplo, isso que há nas paradas LGBTI+. Nós temos bem claro, nós somos pelo Código Penal. As pessoas não têm que tirar a roupa. A nudez, pessoal, no país... Elas vão cumprir a lei. Não que seja moral. Claro que uma fantasia mais arrojada... Mas a pessoa não pode mostrar as suas partes pudendas. Está escrito no nosso Código





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Penal. Então, isso é de forma muito tranquila. De falar: "Não, todos os *gays*, todas as lésbicas são assim...".

Nós temos essa postura, discutimos muito, e quem nos ajudou foi essa senhora. Eu agora vou receber meu cidadão honorário. E daí, na discussão lá, tinham os Vereadores que são da A, B, C e D. O primeiro dia foi unânime: "Toni Reis, cidadão honorário". No segundo dia, eles descobriram as nossas ações do Supremo. (*Risos.*) Aí, perdi seis votos. Mas eu consegui dez votos do pessoal bolsonarista. E, tranquilamente, falei: "Olha, eu defendo, pessoal, eu defendo a Constituição Federal!".

O que eu gostaria de deixar na nossa mensagem... E vou pegar o meu celular aqui, porque eu quero terminar com uma frase de uma comunista, de uma socialista, Damares, e você vai concordar comigo. (*Risos.*) É muito bacana. É a minha querida Rosa Luxemburgo. Ela fala uma frase... Hoje, pela manhã, eu falei assim: "Eu vou ter que terminar com essa frase da Rosa Luxemburgo", em que ela diz o seguinte, que nós somos iguais em direitos, que nós somos diferentes socialmente, cada um com a sua cor. Inclusive, hoje eu vim de azul e rosa. Viu? (*Risos.*) Mas a gente tem que usar a nossa roupa, pode ser arco-íris. É muito legal. O arco-íris é muito mais do binarismo, do rosa e do azul. Mas eu quero achar. Desculpe-me. Eu coloquei aqui, Rosa Luxemburgo... Eu quero ler essa frase para eu concluir. Muito bem. "Por um mundo onde sejamos socialmente iguais [em direitos], humanamente diferentes [pessoal, a nossa sexualidade é um oceano; se a pessoa quer fazer dela um aquário, a partir dos seus valores, da sua religião, faça, mas nós vamos fazer respeitando as nossas questões] e totalmente livres". Nós somos livres, nós temos que defender a liberdade de expressão. Nós temos que defender intransigentemente a liberdade de expressão, desde que não fira a dignidade humana. Eu gosto disso. Sabe, a pessoa tem o direito de usar as suas mídias sociais, mas ela não pode, pessoal, falar que *gay* é pedófilo. Pode até ter. E eu, se conhecer alguém, vou lá e denuncio. Nós não podemos falar que todo negro é isso, que toda mulher é assim, que evangélico é assim. É disso o que nós precisamos. Então, eu gostei muito dessa frase.

Quero dizer, Ministra, Senadora Damares, que é muito legal você estar aqui abrindo este diálogo. Quero agradecer novamente à Teresa Leitão por essa abertura, pessoal. Nós estamos aqui com bandeira branca e arco-íris, dizendo: "Pessoal, nós queremos dialogar com o centro, a direita e também a extrema-direita".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem tivemos um bate-boca, não comigo. O Negão, o Hélio Negão, lá do Bolsonaro, falou: "Está aqui o líder *gay* que eu respeito muito". É isso, nós temos que nos respeitar. E se a pessoa falar: "Sou contra a ideologia de gênero". O que é ideologia de gênero? Contra a pedofilia: somos contra. Destruir famílias? Sou, totalmente... Quem sou eu? Quem é um *gay* que quer destruir família? Inclusive, Dr. Leonardo, se eu encontrar algum *gay*, alguma lésbica, que queira destruir família, nós somos contra. As famílias são compostas a partir das suas individualidades.

Para concluir, quero passar às mãos do Presidente atual, depois, também para a Senadora Damares... Nós temos uma coleção de 28 livros, manuais, que são feitos pela intelectualidade, pelo movimento, com o apoio de empresas, apoio da Defensoria Pública da União, do Ministério Público Federal, das universidades, que são um compilado. Esse aqui nós lançamos hoje, na sede do Banco do Brasil, o Manual de Empresas, porque nós queremos que as empresas estejam preparadas para respeitar a diversidade.

Então, nós temos o Manual de Cristianismo em LGBTI+, que foi feito por teólogos. Eu entreguei para toda a frente evangélica o Manual de Cristianismo, achando que ia dar a maior polêmica. Inclusive, provoquei o Silas Malafaia falando: "O senhor não podia fazer um tuíte lá, questionando?".

(Soa a campainha.)

O SR. TONI REIS – E ele falou assim: "Não, Toni, está muito respeitoso o manual de vocês".

Então, nós queremos, com respeito, para o senhor.

Muito obrigado.

E vamos, nos respeitando, viver um mundo sem discriminação, sem racismo, sem machismo, respeitando todas as pessoas, inclusive a comunidade LGBTI+.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi Toni Reis, Diretor Presidente da Aliança Nacional LGBTI+.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você sabe que, hoje de manhã aqui, eu disse que, quando era estudante, eu era um rebelde com causas, contestava tudo e, com o tempo, eu virei um Parlamentar conciliador.

Toni, tu também viraste conciliador. *(Risos.)* Então, não sou só eu.

E a senhora também é conciliadora, viu, Damares?

Aí nós vamos, cada um, escrevendo, do seu jeito, a sua história, mas respeitando todos, dialogando com todos e na construção de uma sociedade em que todos – todos – sejam respeitados.

Parabéns, Toni, pela tua fala! Foi belíssima.

Eu passo a palavra agora ao Sr. Rafaelly Wiest, Presidente do Grupo... *(Pausa.)*

Senhora, senhora!

É, e está certo aqui, viu? Eu ia dizer que vocês erraram. *(Risos.)*

Mas agora eu assumo que não. Aqui estava Presidenta mesmo.

Presidenta do Grupo Dignidade, Diretora Administrativa e Coordenadora da Área de Diversidade & Inclusão da Aliança Nacional LGBTI+.

Por favor, Presidenta Rafaelly, o tempo é seu.

A SRA. RAFAELLY WIEST *(Para expor.)* – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Para mim é uma honra estar aqui de volta. Já participei algumas vezes, junto com o senhor também... Desde 2010, a gente vem fazendo essas audiências, eu, junto com o Toni. Então, isso é muito bom. E a gente ainda está comemorando 76 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Eu queria aqui só reforçar, porque eu acho que é muito importante: a gente vem vindo numa onda, Senadora Damares e Senador Paulo Paim, de violência contra a mulher que não dá mais para a gente pensar em qualquer outra coisa. É impossível – é impossível – a gente ver o que está acontecendo com as mulheres neste país. A ponto, Senadora Damares, de eu fazer um apelo aqui, público.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O caso de que a Janaina falou é o da Rhianna Alves, uma mulher trans, do interior da Bahia, que estava com o seu namorado. O nome desse indivíduo é Luís Eduardo Magalhães – eu estou dizendo isso, porque está em todos os jornais; então, não o estou expondo, porque está nos jornais. Essa pessoa matou a mulher enforcada, uma mulher trans, matou-a, levou na delegacia o corpo dela, e o delegado soltou ele. Isso está escrito no *Estadão*, não sou eu que estou dizendo. Se vocês colocarem esse caso e procurarem "Rhianna Alves, mulher trans", está no *Estadão*, está na Globo, está na CNN, está na GloboNews... O delegado o solta porque ele levou o corpo lá; e vai responder em liberdade. Senadora, isso não pode acontecer. Eu estou aqui começando essa fala porque é impossível a gente discutir cultura do respeito, falar na Semana dos Direitos Humanos, se a gente ainda vê isso.

Ontem, na GloboNews, mais um caso, em São Paulo, de mais uma pessoa que espancou a mulher, a namorada, dentro do elevador, de novo. O elevador, hoje em dia, está sendo um botão de pânico para as mulheres. E ele, depois, no décimo andar, joga o corpo dela pela janela.

Senadora, a gente não pode mais admitir isso. Eu não sei o caminho, mas a gente, para começar com uma cultura de paz, nos 76 anos da promulgação... A gente promulgou, logo pela barbárie da Segunda Guerra Mundial, e a gente está tendo uma barbárie, hoje em dia, naturalizada, de violência contra mulheres – todas as mulheres, mulheres trans, mulheres lésbicas, cis, todas as mulheres – de todos os lugares deste Brasil e do mundo. A cada 16 horas, uma mulher é violentada no Brasil. É muita coisa. A cada quatro dias, a gente tem um feminicídio de maneira muito forte, torpe, dentro do Brasil.

Então, é um desabafo porque a gente é convidada a falar sobre direitos humanos... Inclusive, uma dessas coisas me motivou: eu, uma mulher trans, com 42 anos, migrei de curso e estou fazendo Direito. Estou no segundo semestre de Direito para pensar, também, juridicamente, para ser mais uma ponte ali, como instrumento do direito. A gente não pode admitir isso. Só que ainda vai demorar quatro anos para me formar.

A gente tem que pensar em como a gente pode parar com isso. Não tem mais como fazer estratégia, campanha ou polêmica, a gente precisa achar uma forma de que o Brasil – o Senado, o Congresso, Executivo e o Judiciário, em todos os seus níveis dentro do Judiciário, do Executivo e do Legislativo – pare com essa violência contra as mulheres porque é um absurdo isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente vai pensar, abordar essas questões de cultura, isso vem de influência de casa. Eu aprendi com o Toni... Trabalho com o Toni há 25 anos e, lá atrás, ele dava uma palestra – na época eu era da ABGLT junto com o Toni – e sempre citava o Mandela: que ninguém nasce odiando a pessoa pela sua cor de pele, por nada. E a gente, numa licença poética dentro das palavras do Mandela, já incluía: ninguém nasceu odiando *gay*, ninguém nasceu odiando mulher, ninguém nasceu odiando pobre, ninguém nasceu odiando negro; a gente aprende. O ódio, o preconceito é ensinado, sim.

Se a gente consegue ensinar o ódio, a gente consegue ensinar o amor. Se, hoje em dia, uma criança nasce e depois vira uma pessoa violenta, uma pessoa machista, ela aprendeu de algum lugar. Se a pessoa nasceu e ela tem racismos ou tem homofobia, transfobia, ela aprendeu isso de algum lugar. Ninguém nasce odiando ninguém, por nada.

Então, a gente precisa fazer com que a gente diminua todo esse absurdo que está acontecendo no país.

E outra coisa que eu adorei muito, Senador Paim, pela primeira vez... Como eu disse, eu vim várias vezes aqui participar – tanto que, no nosso *site* da aliança, a foto que mostra o meu cargo de Diretora Administrativa é uma foto em que eu estava em uma audiência com o senhor aqui há alguns anos –, como também já participei do Congresso Nacional. Atualmente, sou Conselheira Nacional LGBT, faço parte da discussão dentro da saúde, e fui empossada Conselheira da CGU esta semana.

A gente não pode mais pensar nessa... Aliás, precisamos pensar em estratégias concretas para que a gente diminua, e, além disso tudo, eu fiquei muito feliz, porque esse extremismo absurdo que está tendo... Essas discussões que teve na Câmara a ponto de chegar à agressão contra jornalistas o que, no meu ponto de vista é horrível, porque afronta diretamente a liberdade de expressão e a Constituição Federal, se deram por conta de extremismo absoluto. As pessoas estão perdendo a noção da civilidade, a gente não está mais ficando civilizado, a gente está perdendo o olhar. A gente está ficando tão ligado na internet, que é muito boa, ela ajuda muito, a inteligência artificial, a tecnologia, isso ajuda muito, mas a gente está perdendo o contato físico com as pessoas, o olhar no outro – e vira quase que uma selvageria.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E você vê essa selvageria em todos os cantos, você vê um homem matar uma mulher trans, levar ao delegado, entregar o corpo de uma pessoa, e ele ser liberado e sair pela porta da frente; como você vê representantes do Congresso Nacional que foram eleitos pelo povo, para ser a voz do povo, expulsando Parlamentares, expulsando jornalistas à força; ou seja, o que mais a gente precisa que aconteça neste país para que a gente pare? Tinha que ter um botãozinho do pânico para dizer assim: "Para todo mundo, vamos parar todo mundo para a gente começar a voltar a ser gente de novo".

Eu, com meus 42 anos, não tive acesso à internet quando eu era jovem. Então, eu era do tempo de ralar o joelho no chão, de tirar tampão do dedão na rua, para brincar com meus primos e primas. A gente brincava de pique-esconde, coisas que... Tinha violência? Tinha. Aí tem muita gente que diz: "Ah, tinha violência, mas eles não sabiam, porque não tinham tecnologia", mas eu prefiro acreditar que não, porque antigamente não tinha essa raiva, esse ódio instalado, essa coisa que parece que a pessoa quer *é like* e não quer conversar mais, ela já chega com o celular na tua cara, no lugar de conversar e dialogar.

Como a gente pensa numa cultura de paz, como a gente celebra 76 anos de cultura de paz, tendo uma Carta Magna dizendo que todo ser humano nasce livre e igual em direitos? Como que eu sou livre? Como que eu sou igual? E como a gente, desrespeitando as instituições colocadas, não tem esse olhar humanizado de novo?

Então, eu peço aqui, eu clamo aqui – e eu não vou usar meus outros cinco, porque eu quero muito ouvir as demais pessoas –, eu clamo aqui, Senadora Damares Alves, eu clamo, Senador Paim, para que o senhor, nesse último ano de mandato... A gente precisa pensar de alguma forma, porque eu acho que a discussão política é válida.

Eu comecei a minha graduação de Ciência Política e Relação Internacional, fiz três anos disso e não concluí, mas eu acho que a divisão política, a discussão política partidária é válida, mas a política não é partidária. A gente tem que fazer política para todo mundo, a gente não pode mais ficar utilizando de ideologias para continuar chancelando morte e assassinato das pessoas.

(Soa a campainha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RAFAELLY WIEST – E o pior de tudo, o pior de tudo é a gente ter um Governo Federal e as suas independências dentro de estados e municípios; a gente ter o Legislativo municipal, estadual e federal; a gente ter o Judiciário, desde a primeira instância até o Supremo; e todas essas pessoas que, dentro da Constituição foram autorizadas pelo povo brasileiro a nos representarem, e ficar vendo na televisão, todo santo dia, violências absurdas e atrocidades contra a população brasileira, principalmente, na sua maioria, contra pessoas negras, mulheres, principalmente, essa alta violência contra mulheres, e a gente não fazer nada.

A gente precisa dar uma resposta firme, a gente, como sociedade, mas o poder de frear isso está nas autoridades competentes. O Judiciário, o Executivo e o Legislativo precisam pensar em alguma forma e dizer: "Pare com isso agora, porque estão matando a sua própria população". E a gestão está brigando por outras coisas que também são importantes. A gente pensar em diminuir Imposto de Renda é importante; é importante a divisão de terras – estão discutindo e foi aprovado no Congresso Nacional sobre as fronteiras –, mas enquanto isso se está matando gente. Sem gente a gente não vai ter fronteira para defender; sem gente a gente não tem imposto para deduzir. Então, vamos cuidar da nossa gente. É um apelo que eu faço.

Agradeço demais e finalizo aqui.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Sra. Rafaelly Wiest, Presidenta do Grupo Dignidade e Diretora Administrativa e Coordenadora da Área de Diversidade&Inclusão da Aliança Nacional LGBTI+. Parabéns pela sua fala! Sempre é bom ouvi-la. (*Risos.*),

Não é a primeira vez que eu tive essa felicidade de ouvi-la.

Eu passo a palavra agora, por videoconferência – porque me avisaram aqui que ela precisaria sair de imediato –, à Miriam Gomes Alves, Coordenadora-Geral de Cultura e Direitos Humanos e Mídias Digitais do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

A SRA. MIRIAM GOMES ALVES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos e todas!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Boa tarde.

A SRA. MIRIAM GOMES ALVES (*Por videoconferência.*) – Vocês me escutam bem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. MIRIAM GOMES ALVES (*Por videoconferência.*) – Sim.

Eu agradeço, primeiramente, pelo convite, à Senadora Damares e ao Senador Paulo Paim, na pessoa de quem cumprimento a todos da mesa. É uma satisfação estar aqui nesta audiência com o Sr. Senador Paulo Paim, que é uma referência para todos nós na luta pelos direitos humanos no Brasil.

Como foi falado aí na mesa, gente, peço desculpas porque eu pedi a fala, porque a gente está no âmbito da 13ª Conferência Nacional de Direitos Humanos. Eu estou aqui no CICB, em Brasília; a gente tem participado de debates, tem uma programação intensa com inúmeros defensores e defensoras dos direitos humanos em todo o país, que cumprem um papel fundamental para o fortalecimento das políticas em direitos humanos e também da cultura em direitos humanos e o respeito à dignidade e à diversidade humana.

A 13ª Conferência começou ontem, no Dia Internacional dos Direitos Humanos, que celebra a nossa Declaração Universal dos Direitos Humanos, que é um documento importante, normativo, pelo reconhecimento e valorização da cultura em direitos humanos.

Nessa mesma data, no ano passado, no dia 10 de dezembro, a nossa Ministra Macaé Evaristo, fez um memorando de intenção junto com o Ministério da Cultura e a Ministra Margareth Menezes, para o fortalecimento de centros de cultura em direitos humanos, compreendendo a importância dos pontos de cultura e dessa formação nos territórios para as ações estruturais dos direitos humanos em todos os âmbitos.

Então, a gente, para além dos trabalhos realizados aqui pela coordenação, como a Mostra Nacional de Cinema e Direitos Humanos em todo o país, a gente ainda visa a esse fortalecimento dos centros de culturas que atendem crianças e adolescentes, pessoas idosas, populações LGBTQIAPN+.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como já foi dito aí no âmbito da audiência, garantir os direitos humanos é fundamental para romper estigmas e estereótipos, principalmente em termos desse tema de direitos humanos, que é uma política que visa a garantir a cidadania da população brasileira em termos de conceder direitos fundamentais para essa população, no acesso a uma educação de qualidade, a uma saúde de qualidade, no acesso também à cultura, ao lazer, à liberdade de ir e vir, a professar suas crenças sem discriminação.

Os direitos humanos, justamente, são amplos e têm esse intuito de promover a equidade. E para a Coordenação de Cultura em Direitos Humanos e Mídias Digitais, a qual eu ocupo, que está vinculada à nossa Assessoria Especial de Educação e Cultura em Direitos Humanos, aqui do Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania, é fundamental também, como já foi dito aí nas falas que me antecederam, a promoção da educação em direitos humanos, porque a gente sabe que a educação cumpre este papel transformador dentro da sociedade.

Então, falar da cultura em direitos humanos e também da educação é lembrar do nosso Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, que este ano tem sido revisado pelo Comitê Nacional de Educação e Cultura em Direitos Humanos, da importância das diretrizes curriculares nacionais de educação em direitos humanos como instrumento fundamental para promover uma educação que respeite e valorize a dignidade humana, a diversidade de sujeitos, a pluralidade de concepções de ideias, a justiça social; principalmente, a relevância desses documentos hoje, de incluir os direitos humanos na educação, tanto dentro dos currículos escolares, quando a gente fala no seu sentido de mobilizar outras estruturas através da educação popular em direitos humanos, formando tanto professores quanto servidores, demais membros da sociedade para que se engajem na defesa e na promoção dos direitos humanos em nosso país, principalmente no enfrentamento às múltiplas violências que ocorrem contra a população negra, indígena, as comunidades e povos tradicionais de terreiro, as pessoas LGBTQIAPN+, como vem sendo tratado no âmbito dessa violência, e é lastimável a gente ter tantos casos de violência contra mulheres trans no nosso país, como a gente tem visto frequentemente, e de mulheres, que recentemente foram às ruas lutar pela questão da violência que tem sido cometida contra mulheres no nosso país.

Então, a educação tem um papel fundamental na promoção de uma cidadania ativa, que valoriza essa participação popular em uma sociedade mais justa e equitativa, que enfrente essas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

violências, violações de direitos humanos, também dentro dos currículos escolares, garantindo os direitos humanos, a diversidade, enfatizando a importância do respeito às diferenças culturais, étnicas, de gênero, sexuais, garantindo que a gente tenha uma educação inclusiva para todos.

Para além disso, como foi falado aí da questão do fortalecimento da democracia, de discurso de ódio no nosso país, em 2023 foi elaborado, no âmbito do Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania, por meio de um grupo interministerial, um Relatório de Recomendações de Enfrentamento ao Discurso de Ódio e ao Extremismo no Brasil, que cria estratégias para aumentar a conscientização sobre os direitos humanos, enquanto a cultura de direitos humanos busca integrar uma educação para os direitos na escola, no sentido de fortalecimento da participação cidadã, da democracia e na proteção dos grupos mais vulneráveis, também no ambiente virtual, principalmente em se tratando de crianças e adolescentes, mulheres – em especial, mulheres negras, que são mais atacadas na internet, nas redes sociais –, populações idosas e a população LGBTQIA+.

Por fim, a implementação de políticas públicas permite não apenas a qualidade da educação, mas também formar cidadãos conscientes, críticos, capazes de lutar pelos seus direitos e pelos direitos dos outros e, sendo um esforço, garantir uma educação que efetivamente promova a igualdade e a dignidade em todos os níveis. É a partir dela – a partir dessa educação e da cultura de direitos humanos – que criamos uma cultura que respeita a dignidade e a diversidade humana, que promove a tolerância e uma convivência pacífica em nossa sociedade.

Então, assim, o sentido da minha fala é mais para fortalecer a importância da educação e da cultura em direitos humanos no nosso país, no respeito a essa ampla diversidade das maiorias minorizadas, que hoje enfrentam inúmeras formas de violações, e que hoje também estão aqui conosco, debatendo o fortalecimento de políticas públicas para defensores e defensoras de direitos humanos, comunicadores e ambientalistas no nosso país, que sofrem também inúmeras violências ao defender nossos direitos fundamentais.

Então, agradeço a participação. Obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. Muito bem, Miriam Gomes Alves, Coordenadora-Geral de Cultura em Direitos Humanos e Mídias Digitais do Ministério dos Direitos Humanos, que falou sobre o tema com muita propriedade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora eu passo a palavra para Cleonice Araújo, representante da Rede Nacional de Mulheres Travestis, de Mulheres Trans e de Homens Trans, vivendo e convivendo com HIV/aids.

A SRA. CLEONICE ARAÚJO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde.

Quero saudar a Ministra Damares, Presidente desta Comissão, e também quero saudar duas referências, o Senador Paulo Paim e a Janaina, duas referências para mim políticas, e com isso eu quero saudar todos e todas na mesa, e os que estão aí presencialmente.

Eu trago aqui o respeito aos direitos humanos. A Constituinte... O respeito aos direitos humanos constitui um princípio inegociável em qualquer sociedade democrática, em especial quando se trata da proteção e da valorização dos nossos corpos LGBTs. Claro, eu tenho que falar do meu corpo, que é um corpo LGBT. Com foco nos nossos corpos trans e travestis, é essencial reconhecer que a nossa identidade de gênero ainda é um tabu. É uma expressão legítima da autonomia individual e a nossa garantia de envolver não apenas normas jurídicas, mas também a sensibilidade social, a empatia e o compromisso com a dignidade humana.

Como eu vou falar de direitos humanos e não me lembrar da minha população, e não me lembrar do meu corpo, que sofre isso todos os dias?

A persistência de violência estrutural, discriminação institucional e a prática da exclusão demonstram que ainda há um longo, mas um longo caminho para uma equidade. Por isso é urgente promover políticas públicas que assegurem acesso pleno à nossa saúde, à educação, ao trabalho, à geração de renda, além de combater o discurso de ódio e as *fake news*, que nos rondam muito ultimamente, ferem emocionalmente e colocam nossas vidas LGBTs e, principalmente, as nossas vidas trans em risco.

Respeitar pessoas trans assim como a mim, os nossos corpos trans e travestis, é reconhecer que nós somos pessoas humanas, reconhecer a nossa história e as nossas emoções, é defender um mundo onde ninguém precise justificar as nossas existências. Eu não quero estar aqui justificando a minha existência para viver com segurança ou com amor.

O que nós queremos, precisamos e lutamos é para transformar uma sociedade para que ela seja de fato inclusiva, justa, profunda e humana. Vidas trans importam, vidas LGBTs importam, todas as vidas importam. Viva a vida!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O meu discurso, Senador, hoje, vai ser muito curto, porque enquanto eu estou falando, irmãs iguais a mim estão sendo assassinadas, pessoas LGBTQs estão sendo excluídas do seio familiar, sendo expulsas das suas casas. Aí trago um programa do Governo Federal, do Ministério dos Direitos Humanos, o Acolher+, que tem sido maravilhoso por acolher pessoas LGBTQs. Eu não tive essa oportunidade há 31 anos, mas são novas histórias, são novos recomeços.

Como nós queremos falar, Senador Paulo Paim e Senadora Damares, em direitos humanos e não lembrar que os direitos humanos foram feitos para lembrar que todo mundo é humano? Todo mundo é humano. Por que eu vou desrespeitar A, B ou C por aquilo que eu acredito que é errado, ou o meu corpo é errado? Quem sou eu para dizer que A, B ou C é errado, assim como eu não admito que ninguém diga que o meu corpo travesti é errado, que a minha existência é errada. Não, eu estou muito certa.

Então termino a minha fala aqui lembrando que vidas trans importam, para que nenhuma pessoa trans possa ser estrangulada, ser levada ou o assassino levar esse corpo na delegacia e ser, ao mesmo tempo, solto. Ou seja, somos só um corpo, uma vida que merece ser morta.

Então finalizo aqui, Senador, mais uma vez, muito obrigada, gratidões. Muito obrigada, Senador Paulo Paim, pela referência que o senhor é na minha vida política; muito obrigada, Janaina, pela referência que você é de mulher guerreira e de figura política para mim. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Cleonice Araújo, Representante da Rede Nacional de Mulheres Travestis, de Mulheres Trans e de Homens Trans vivendo e convivendo com HIV/aids. Parabéns pela sua fala! – que vai na linha de todos aqui, com muito equilíbrio e com muita tranquilidade, defendendo a caminhada do nosso povo e da nossa gente.

Eu passo a palavra, agora, a Michel Platini Gomes Fernandes, Presidente do Grupo Estruturação e Centro DH.

O SR. MICHEL PLATINI GOMES FERNANDES (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Eu não vou me repetir em homenageá-lo, porque, de fato, a gente conhece o seu legado e a sua história. Eu vou me ater, obviamente, aos direitos humanos, que são muito mais amplos do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o que eu posso ofertar aqui, mas eu vou fazer alguns recortes do que eu acredito que são os direitos humanos e vou me permitir a discordar da minha querida colega que iniciou este debate, ao dizer que existe um movimento tirano entre nós, segmentos minorizados, e quem nos minoriza. (*Palmas.*)

Primeiro, eu acho que é importante a gente ir para o dicionário para entender o que significa tirania. Tirania é poder soberano usurpado e ilegal; aí traz a referência a governo de tirano: poder soberano usurpado e ilegal; domínio, poder ou qualidade de tirano.

A disputa política atual não é abstrata, ela aparece no corpo, e aí eu vou falar do corpo de uma pessoa trans. Inclusive, os direitos humanos, há 78 anos... Né, Rafaelly?

A SRA. RAFAELLY WIEST (*Fora do microfone.*) – Há 76...

O SR. MICHEL PLATINI GOMES FERNANDES – Há 76 anos existe a Declaração Universal dos Direitos Humanos, Senador. Os direitos humanos existiram, começaram e foram fundados para romper uma lógica tirana do Estado.

Não existe e a gente não pode falar de tirania em uma pessoa que é absolutamente excluída de uma sociedade. Onde está a tirania de uma pessoa com deficiência que não pode acessar a cidade? Onde está a tirania de uma mulher que é assassinada pelo seu companheiro e o seu tirano a entrega nas mãos do delegado? A tirania é o que nós vivemos. A gente se levantou para romper com essa lógica tirana que foi dada para a gente.

E aí parece que é tudo muito civilizado e que a discussão é muito civilizada. Isto que a gente está fazendo aqui é civilizado, a nossa discussão aqui é civilizada, mas o lugar de onde nós partimos não é a mesma coisa. Como é que eu vou falar de um trabalhador que trabalha nesta escala desumana, em que a pessoa não pode exercer o seu afeto à sua casa e à sua família? Como é que eu vou poder colocar em condições de igualdade uma mulher trans que não consegue permanecer na escola porque a escola a empurra?

A tirania, ao meu ponto de ver, se dá em quem expulsa essa pessoa da escola; e nós, aqui, estamos tentando reagir à lógica violenta e tirana de uma sociedade que não nos vê como pessoas, porque, obviamente, a gente fala muito de privilégios, e é muito importante que a gente reconheça os nossos privilégios. Eu tenho os meus privilégios, mas eu tenho certeza de que os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meus privilégios são muito menores do que os seus privilégios; os privilégios que eu vivencio são muito menores do que os privilégios da Senadora Damares; os privilégios que eu vivencio são muito diferentes dos daquela moça trans, que está ali atrás. E alguns segmentos da sociedade podem materializar mais o sentido da palavra "tirano" do que eu, do que a Rafa, que conseguiu se formar, do que o Toni, que conseguiu ter um pós-doutorado e que está aqui, agora, podendo falar.

Neste exato momento, enquanto nós estamos aqui, uma mulher é assassinada vítima de feminicídio. É a tirania que a está matando, porque há um segmento da sociedade que olha para ela como menos ser humano: "Eu sou mais ser humano do que ela". Em algum momento ou outro, a gente até pode falar: "Olha, espera aí! Nós aqui estamos em condição de igualdade". Mas nós não estamos em condição de igualdade.

Eu só adquiri 36 direitos civis no ano de 2011. Quando, em 2011... Eu não lembro a idade que eu tinha, mas a gente tem quase a mesma idade: a senhora tem 49, e eu tenho 42. A senhora já nasceu com direitos civis, eu não nasci com direitos civis. Como eu vou falar de tirania na minha fala? Eu estou pedindo direito civil, eu estou pedindo direitos humanos.

Há pessoas... Inclusive, a gente fala muito: "Ah, os direitos...". A extrema direita falseia uma verdade em dizer "nós queremos direitos humanos para todos", mas os direitos humanos surgiram justamente para entregar direito para quem não tinha direito nenhum. Era para o trabalhador que trabalhava na fábrica horas e horas; era para a criança que trabalhava horas e horas na fábrica; era para a mulher que não tinha direito, que não tinha décimo terceiro. E nós estamos aqui, pós-celebração dos direitos humanos, tentando pensar que lógica é essa em que se acha que a gente vive em condições de igualdade, ou que a gente busca privilégio, ou que essa elite conservadora que transforma os nossos direitos em pauta moral...

Eu tive, Senadora Damares... Eu não vou falar o nome dele, porque ele é muito conhecido, e eu não vou constrangê-lo aqui. Eu passei por uma situação assim: eu sou um ativista LGBT há mais de 20 anos e fui participar de um debate com uma pessoa fundamentalista; e, ao final do debate, a televisão que tinha me buscado em casa falou: "Michel, posso pedir seu carro?". E ele falou assim: "Não, deixa que eu levo o Michel". Obviamente, eu não queria ir com ele, porque a gente tinha entrado em embates, e os embates em que eu tinha entrado com ele afetam a minha





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vida. Talvez não o afetem, porque ele só está se colocando, se sobrepondo, se valendo de uma narrativa – ele sobrevive politicamente, mas eu sobrevivo enquanto vida – que custa a minha vida. E ele falou, no resumo de toda história... Eu fui com ele no carro, e ele virou para mim – pasmem – e falou: "Michel, nós temos muito a ganhar com este debate", Janaina. E eu: "Mas por que a gente tem muito a ganhar com este debate?". "Você ganha e eu ganho, porque você vai se colocar na imprensa, na mídia, na sociedade, e eu também vou me colocar." Aí, eu: "Deputado, o que faz você ganhar o mandato, o que faz você ganhar R\$35 mil por mês mata os meus, as minhas. As minhas irmãs estão morrendo".

Nós estamos diante de um cenário em que a gente luta para viver. Nós estamos diante de um cenário em que as pessoas trans não podem acessar a saúde, que é direito básico. O Conselho Federal de Medicina editou uma resolução este ano, Senador, que tira das pessoas trans o direito de acesso à saúde no período mais grave, que é o período da disforia.

Você sabia, Senadora, que mais de 80% das pessoas trans já pensaram em cometer suicídio? Mais de 42% das pessoas trans já tentaram cometer suicídio! Aí, eu quero que vocês me ajudem a escolher o lado da tirania. Quem é tirano: quem mata ou quem morre? Não, gente, não existe tirania.

Eu preparei a minha fala numa perspectiva... Aqui, por exemplo, Senadora, no Distrito Federal, eu fui visitar a unidade, a Policlínica de Ceilândia, que atende pessoas vivendo com HIV, e descobri que o Ministério da Saúde, Senador, monitora as pessoas com HIV que descobrem o diagnóstico e que não voltam para fazer o tratamento. E ele manda para a Secretaria de Saúde – manda para o serviço de saúde – falando: "Busque essa pessoa, porque essa pessoa está em descontinuidade de...". A palavra é "perda de seguimento", mas é uma pessoa que parou de fazer o tratamento. Catorze por cento das pessoas, hoje – é um dado de hoje –, descobriram o HIV, foram lá e não voltaram para tomar remédio. Se a pessoa descobrir que tem HIV e não voltar para tomar remédio, ela reinfecta outra pessoa e pode morrer. No dia em que eu estava visitando essa unidade, eu descobri que tinha gente, naquela hora em que eu estava lá, que já tinha morrido. Se o serviço de saúde fosse buscar aquela pessoa, ela já tinha morrido.

Onde está a tirania, gente, pelo amor de Deus? É do Estado, que mata.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos comemorando este ano 40 anos de resposta à infecção do HIV. Depois de 40 anos de resposta – nós temos inúmeras tecnologias – nós ainda vivemos a epidemia.

(Soa a campanha.)

O SR. MICHEL PLATINI GOMES FERNANDES – É o Estado tirano que mata as pessoas que vivem com HIV e que morrem em uma sociedade em que não deviam morrer mais. Neste exato momento, tem pessoas... Eu sei que a Senadora e o Senador têm muito ativismo no segmento de pessoas com deficiência. Eu também sou um ativista dessa área, eu sou tradutor de Libras. E tem pessoas agora com deficiência que não podem acessar a cidade. Elas não podem sair para vir para esta audiência pública, porque não tem intérprete de Libras neste espaço e porque não tem rampa lá fora para elas transitarem nesta cidade. Quem é mais tirano? A pessoa com deficiência que não pode sair de casa ou a cidade que empurra essa pessoa para dentro de casa?

Então, gente, nós estamos diante dessa sociedade. É dessa sociedade que nós estamos falando.

Porém, eu não vim só para me contrapor à sua narrativa. Eu aprendi desde muito cedo, porque minha mãe falava assim para mim... Minha mãe era uma mulher muito pobre, nordestina, que sofria todo tipo de violência doméstica que a senhora imaginar, e ela falava para mim assim: "Olha, Michel, se você estiver em um lugar, alguém falar alguma questão equivocada, e você sair de lá sem falar, você está concordando com o que foi dito". E, em respeito a esse espaço de diálogo, a todas as pessoas que me antecederam, inclusive a você, que se dispôs a vir ajudar a comunidade LGBT a pensar saídas para enfrentar o que nós vivemos em 2025... Nós estamos falando de um país que tem menos representação feminina do que os países em que as mulheres usam burca. É de menos de 15%, Senadora, o percentual de mulheres que conseguem chegar aqui neste Poder. E aí nós não estamos em condição de igualdade. Não se está mesmo. E os direitos humanos surgem desse chão da desigualdade para tentar dar algum nível de racionalidade para as pessoas que historicamente estiveram na ponta da pirâmide, com todos os privilégios possíveis, dizendo quem podia ter ou quem não podia ter. Até a Constituição deste Parlamento surge em processos tiranos. Nós não tínhamos representação, como ainda não temos. Eu posso dizer, com nome aqui, quem me representa neste Parlamento. Eu consigo dizer, num Parlamento que tem 81 Senadores e 513 Deputados e Deputadas, e 24 Deputados e Deputadas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

distritais, eu consigo dizer quem me representa. Eu consigo nominar, eu digo para vocês quem me representa entre 500 Parlamentares, porque a gente não é, a gente é sub-representado. Nós, as pessoas com deficiência, a população preta, as mulheres.

Então vamos começar a partir do princípio e da premissa de que nós não estamos em condição de igualdade. E muitas vezes, do lugar do meu privilégio, eu vou ter que ser, eu vou ter que dar um passo para trás e reconhecer onde vive e de onde fala aquela pessoa.

Então eu atualmente tenho feito muitas falas em defesa das pessoas trans, porque eu acho que a gente conseguiu avançar muito. Mesmo que a gente não tenha avançado na legislação e nos direitos, mesmo que a gente não tenha avançado na sociedade em si, porque a sociedade é transfóbica, é LGBTfóbica, machista, racista, ela é. A gente tem que reconhecer isso, a gente tem que partir desse pressuposto. Aí, quando você parte desse pressuposto, a gente pode falar: olha, daqui, para onde nós vamos? Para onde nós vamos caminhar?

E aí, eu poderia te dizer inúmeros movimentos que a senhora poderia tentar fazer, do seu lugar de privilégio, como a mulher branca, rica, poderosa, que venceu na vida, ajudar a nossa comunidade LGBT. E tem muitas formas de ajudar, muitas, mas muitas mesmo, porque quem tem privilégio tem mais voz do que quem não tem privilégio. Mas não parta deste pressuposto de que nós estamos do mesmo lugar, saímos do mesmo território e de que nós somos tão tiranos como quem é tão tirano como são conosco.

A tirania mata. E ela está ocupando o poder, ela está sentada nesses lugares.

(Soa a campanha.)

O SR. MICHEL PLATINI GOMES FERNANDES – E para concluir, eu queria muito agradecer, Senador, a oportunidade de vir aqui falar, deixar este ativista dos direitos humanos celebrar, junto com vocês, o reconhecimento de um Estado que entenda que nós somos, como a Rosa Luxemburgo falou, socialmente diferentes.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Rafaelly Wiest, Presidente do Grupo Dignidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Só um pouquinho, porque eu troquei o nome, só vou acertar e passar à senhora.

Esse foi o Michel Platini Gomes Fernandes, Presidente do Grupo Estruturação e Centro DH.

A palavra é sua.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – A Senadora é a Presidenta desta sessão, Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discursar.) – Eu sei que o senhor vai dar para as considerações finais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Isso.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... mas eu queria fazer as minhas considerações finais.

O Ministério das Relações Exteriores já chegou para a próxima agenda da Comissão de Direitos Humanos, que vai ser uma conversa sobre crianças no Sudão que estão morrendo, na Nigéria, e a nossa Comissão também está cuidando dessa pauta.

Mas eu queria fazer as minhas considerações finais, de quão contente eu estou com o nível do debate. E eu quero começar te elogiando, Presidente. Fazer exatamente o que eu vi aqui.

E quero dizer para a Janaina para não dar ideia para o PT, para o senhor ser candidato a Vice, não, porque aí a gente vai perder de lavada, a direita. *(Risos.)*

O PT diz que quer o senhor lá no Rio Grande do Sul. Se o senhor não quiser vir para esta Casa, tem que ficar quietinho lá. *(Risos.)*

É para vocês entenderem o quanto todos nós amamos e respeitamos o senhor, Senador Paulo Paim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu era só uma assessora de bastidores, Dr. Leonardo, lá na Câmara ainda, quando ele era Deputado. Eu já o admirava e já participava daqueles debates com ele lá, lá atrás, e a construção de todos os estatutos, de todas as leis – uma assessora inquieta, incomodada, que não tinha voz. Mas ele tinha a voz, a gente dava a ideia, ele ia lá e fazia.

Depois eu vim para o Senado, fiquei nos bastidores – ali atrás. Ele presidindo e eu apaixonada, admirada pelo Senador Paim. Deus me deu a oportunidade de ser colega dele. Tudo o que a gente disser e fizer é muito pouco para reconhecer que o senhor mudou a história dos direitos humanos no Brasil. Essa sua capacidade de diálogo, de conciliador, mudou muita coisa no Brasil, e o senhor sabe disso.

Mas aí, Toni, eu vou também a você. Há 30 anos, quando tudo estava muito confuso, muito barulhento, as pessoas brigavam muito, e era o Toni que se sentava à mesa para tentar fazer a conciliação. Muitos avanços foram conquistados porque o Toni tinha a capacidade de dialogar, porque muita gente não queria diálogo. Foi exatamente o que o Michel falou – é "michéu" que se pronuncia? –, é que muita gente quer a confusão, porque a confusão dá voto, a confusão dá promoção. Ele está certo. E quando o Toni tentava fazer a conciliação, em alguns momentos ele não foi compreendido pelos dois lados, como eu também.

E aqui digo a vocês que quem me causou as maiores dores, nos últimos anos, não foi nenhum LGBT, quem mais me perseguiu nos últimos anos não foi nenhum LGBT. E que isso fique muito claro. Quem me machucou a vida inteira nunca foi um LGBT. E, quando eu coloco isso, eu incomodo o outro lado. Mas o Toni tinha essa capacidade de conciliação.

Foi o Toni que, num certo momento, me fez repensar o meu discurso. Eu dizia: "Toni, tem certeza de que, no meu discurso, eu expressei isso? Porque tem amor aqui dentro". Ele: "É a forma de você falar". Lembra, Toni? Debaixo de uma escada, lá na Câmara. Foi. Ele sabia que eu...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Era tudo embaixo da escada. *(Risos.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque, às vezes, é o discurso – é o discurso –, é a forma de se posicionar. E a partir do momento em que eu mudo o discurso, eu viro comunista, eu viro esquerda e eu apanho. Mas que a gente repense muita coisa que está acontecendo.

Então, a minha homenagem a você, Léo.

Janaína, a sua participação foi incrível, porque quando eu olho para você, eu vejo a mulher e eu sei o preço de ser mulher nesta nação, porque já fomos considerados a pior nação da América Latina para se nascer mulher. Aí eu vejo uma mulher negra e uma mulher LGBT. Eu acho que você personifica, em você, três lutas que, por mais que a gente avance no diálogo, a gente não pode parar de avançar. Não pode. A sua participação aqui foi incrível, Janaina.

Eu falei uma coisa e você não estava aqui: não leve a ideia para o PT de Paim ser Vice de ninguém, porque aí a gente, da direita, perde de lavada. Tá, Janaina? *(Risos.)*

A forma como você trouxe...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Vou deixar a senhora falar, mas eu não vou ser candidato a Vice de ninguém, não.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ah, que bom! Fica lá. Que bom! *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não, não vou ser candidato a Vice de ninguém.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A Érika também, a forma como a Érika trouxe.

Leonardo, eu não vi sua fala, mas nós temos um Defensor Público, nesta nação, isento, imparcial e que luta pela independência da instituição.

Rafaelly, que pena que eu não te abracei e não te conheci antes. A gente tem muito para avançar, para conversar.

Michel, foi muito bom te ouvir.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas deixem-me dizer uma coisa para vocês: na minha santa ingenuidade, eu acho que eu cometi um erro como Ministra de Direitos Humanos porque eu tenho uma visão universalista dos direitos humanos, Janaina e Rafaelly. Quando eu cheguei no ministério, de todas as políticas para a comunidade LGBT, nenhuma foi interrompida.

Mas houve um momento, Michel, conversando com a nossa diretoria LGBT, eu falei o seguinte: "Olha, já está na hora de a gente parar de segmentar. Vamos transformar a diretoria em enfrentamento a todos os preconceitos e discriminação. Vamos fazer este conselho de enfrentamento a todos os preconceitos e discriminação".

É possível que eu tenha errado porque ainda precisamos segmentar. Talvez, um dia...

(Intervenções fora do microfone.) (Palmas.)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não. Talvez um dia, Toni... Talvez um dia, a gente alcance esse meu sonho de eu não precisar dizer direitos da mulher, direitos LGBT, direitos da pessoa com HIV, direitos dos povos indígenas... Direitos. Mas, se vocês não tivessem segmentado e tivessem sido aguerridos, bravos, lá atrás, talvez os direitos não tivessem sido conquistados.

E eu preciso fazer este reconhecimento: será que era o momento de ter transformado num conselho mais amplo quando o segmento ainda sofre tanta violência? Ou não tem violência contra o segmento? É o que eu pergunto para o meu povo. Vocês acham que não tem violência? Vocês acham, realmente, que eles já superaram essa fase, que não existe mais violência?

E eu encerro, Senador Paim. São as pequenas violências, também, que eu quero trazer para este debate.

Em 2014, eu fui abandonada pelo marido. Que bom que ele foi embora, hoje eu acho que foi uma bênção. *(Risos.)*

Não volte!

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – No momento em que eu estava no profundo sofrimento, ao lado da minha casa tinha uma mulher que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhava cuidando de uma senhora. E foi essa mulher que cuidou de mim – e cuidou com a alma, com o coração. Por dois anos, ela se tornou a minha família, eu não tenho nenhum parente em Brasília.

Dois anos depois, de tanto amor, um dia ela falou o seguinte: "Doutora, a senhora me arruma um psicólogo? Eu preciso de um psicólogo". Eu falei – e vou dizer o nome porque a história dela é muito pública –: "Simone, você não está bem?", e ela disse: "Desde que eu fiz a cirurgia, eu preciso de um psicólogo". Eu disse: "Simone, que cirurgia?", e ela: "A senhora não sabe que eu sou trans?". Eu disse: "Não". Aí ela começou a chorar: "A senhora vai deixar de me amar?". E, aí, foram abraços e lágrimas... Eu disse: "Simone, por que eu deixaria de te amar?". Era tão natural ela na minha vida... Por que pensar em não amar, Simone?

E, aí, naquele momento, eu descobri que todos os direitos que vocês tinham conquistado ainda não tinham chegado na Simone.

E a Simone não trabalhava de carteira assinada, Toni – excelente profissional –, porque ela não tinha o documento ainda em 2016, Janaina. Não tinha o documento com o nome trocado, com os direitos que vocês já tinham. Eu falei assim: "Mas, tanta luta e o direito não chegou na Simone, que mora aqui em Brasília?". Não tinha chegado.

Aí vou contar mais um segredo para vocês. Ela conseguiu os documentos e foi trabalhar nessas empresas terceirizadas e foi distribuída para qual ministério? Para qual Ministra? *(Risos.)*

E foi uma surpresa para mim encontrá-la lá. Eu sei que durante a pandemia – pasmem, senhores –, na mudança de servidores, porque havia plantão, ela foi escalada para o meu gabinete. E eu chego um dia no ministério, está aquela confusão, assim, no cantinho. Todo mundo: "tchi-tchi-tchi..." Eu falei: "O que está acontecendo?".

– "Ah, nós estamos com um problema sério aqui."

Tudo bem. Aí eu saio para ir para o gabinete e encontro Simone no corredor. Vocês imaginam a minha alegria, os gritos, os berros e o choro, a gente se abraçando.

Daqui a pouco vem um encarregado da empresa: "A senhora está brava?". Eu disse: "Por que brava?".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– "É porque a gente colocou no seu gabinete um José que não é José; que é Simone."

Àquela altura, dentro do Ministério dos Direitos Humanos, havia dedos se a gente aceitaria ou não alguém que, por fim, tinha conquistado o direito de mudar o nome, que era minha mãe, minha irmã, minha companheira, mas ainda tinham servidores dentro do ministério dizendo: "Será que ela tem condições e o privilégio de estar num gabinete ministerial?".

Eu dou esse testemunho, Janaina, para dizer que todos os direitos que vocês conquistaram ainda não chegaram a todos. Vocês foram agressivos na luta? Foram. Brigamos? Brigamos. Vocês brigaram? Brigaram, mas é possível que se não tivessem sido agressivos... E vocês ensinaram outros segmentos. E aqui eu vou dizer uma coisa: vocês fizeram escola. E aí, Toni sabe disso. Quantos outros movimentos se inspiraram na escola que vocês fizeram? Na organização, no conselho, nos debates, nos seminários, na interlocução com o Parlamento... Muitos movimentos nascem, na sua organização, com base no que vocês trouxeram para a luta. Mas, infelizmente ainda, Senador Paim, vamos ter que continuar segmentados, porque se eles não estiverem lutando como eles lutaram até agora, é possível que não conquistem mais nenhum direito. Mas pior: é possível que haja retrocesso em direitos já adquiridos.

Parabéns por este debate!

Senadora Teresa, é lá na escola que a gente vai mudar tudo isso. Eu acredito nisso, numa educação de respeito às diversidades.

Parabéns por esta audiência!

Eu acho que a gente encerra o ano, a gente encerra o ano de uma forma extraordinária e a gente pode, quem sabe, começar o ano que vem continuando o debate.

Muito obrigada, Senador Paim.

Obrigada a todos vocês.

E, Toni, um dia disseram que eu não sou crente mais porque eu declarei publicamente que te amo. Deixe-me dizer uma coisa: a igreja que quiser me expulsar, me expulsa, mas eu amo o Toni Reis.

Obrigada. (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Parabéns, Senadora!

Senadora... Senadora Damares, parabéns a você, viu?

O SR. TONI REIS (*Fora do microfone.*) – Eu estou chorando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Bela fala.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Bela fala, bela fala. Parabéns. (*Fora do microfone.*) (*Pausa.*)

Nós vamos agora para a parte final da nossa reunião de hoje, mas pediram para mim que eu registrasse a presença – e eu o farei rapidamente –: Tiago Lima, Camila Rossi, Wellington de Souza, Wenderson de Souza Alfredo Oliveira, Amanda Souza Baliza, Davi Arruda Quaresma, Rafa Barbosa da Costa Sena, Mariele Flor Costa Lima, João Batista Monteiro Camargo, Tamires Vital Pinto, Jean Eduardo Torrete Almeida, Gustavo de Souza Rodrigues, Carolina Oliveira Medeiros e Jamile Ferraz. Citei os nomes rapidamente devido ao nosso tempo, que está esgotando.

Agora nós vamos ainda para a parte das perguntas.

Rafaela, de Santa Catarina: "Quais são as estratégias para garantir que populações em situação de vulnerabilidade tenham acesso real aos seus direitos?".

Willyan, de Minas Gerais: "Quais medidas devem ser tomadas a fim de reduzir o número de mortes de pessoas trans e travestis no Brasil, o qual lidera o *ranking*?".

Marilene, do Amazonas: "Diante do aumento de feminicídios no país, que medidas urgentes o Senado adotará para proteger mulheres e impedir novas mortes?".

Eu estou lendo também rapidamente, porque cada um deles recebeu as perguntas e comentários e agora, nas considerações finais, eles vão responder.

Izabela, de Pernambuco: "Os direitos humanos devem incluir a todos e não apenas um grupo social reconhecido. Eles devem proteger o indivíduo em si".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

José, de Goiás: "Quais mecanismos podem contribuir na superação da intolerância religiosa no Brasil, preconizando o direito à crença, e [também] à não crença?".

Alex, de Pernambuco: "Como fortalecer a educação [...] [e os] direitos humanos nas escolas e universidades de forma prática e eficaz?".

Suely, do Rio de Janeiro: "Quais parcerias a Comissão está buscando com organizações locais ou internacionais para fortalecer a cultura [...] [da] paz?".

Fernando, de Minas Gerais: "Uma audiência assim não apenas homenageia um documento histórico, mas também renova o compromisso coletivo com a defesa dos direitos humanos".

Vamos agora dar cinco minutos para cada um dos nossos convidados para que eles respondam às perguntas – os documentos estão nas mãos deles. A quem não quiser responder não há problema, depois a Comissão responde. Vocês podem usar os cinco minutos para as suas considerações que entenderem mais adequadas.

Começo de novo com o Defensor Público-Geral Federal, Leonardo Cardoso de Magalhães.

O SR. LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES (Para expor.) – Senador, agradeço a todos e todas pelo encaminhamento das perguntas.

"Quais são as estratégias para garantir que populações em situação de vulnerabilidade tenham acesso real aos seus direitos?". No âmbito da Defensoria Pública da União, podem procurar as nossas unidades e postos de atendimento no interior, porque lá vão ter acesso não só a uma Carta de Serviços das políticas públicas federais, mas também acesso a formulários de encaminhamento de denúncias, porque a Defensoria Pública, não só a da União, como a dos estados, tem essa missão constitucional de promover direitos e de promover o acesso à Justiça. Quanto a estratégias, também nós temos 17 grupos de trabalho, e cada grupo de trabalho com iniciativas específicas, projetos em educação e direitos, projetos também voltados à prevenção e estratégias de responsabilização nos casos de violações. Então, procure a Defensoria ou acesse o nosso *site* www.dpu.def.br.

Em relação às mortes, ao número de mortes também de pessoas trans, a Defensoria tem acompanhado. De fato, a estatística mostra um aumento na violência, e temos ampliado os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projetos de educação em direitos, de sensibilizar, e também para que as pessoas tenham conhecimento dos canais de denúncia. É muito importante o empoderamento. A gente fala em empoderamento, em conhecer os direitos e também conhecer os canais de denúncia. Também é importante lembrarmos aqui o Disque 100, o Disque 180, as delegacias de polícia. Hoje a gente tem delegacias, inclusive, que recebem denúncias *online*. Então, há uma facilitação do acesso a essa proteção.

E, claro, medidas que podem ser tomadas: enfrentar a discriminação, combater a pobreza, combater a desigualdade, para romper o ciclo de pobreza que muitas vezes margina e dificulta o acesso da população a direitos.

Quanto ao aumento de medidas para proteger mulheres, igualmente a Defensoria aderiu, no ano passado, à Campanha Femicídio Zero; aos 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher; recentemente também aderimos ao Manifesto de Homens Públicos pelo Fim da Violência. No âmbito da Defensoria Pública da União, nós temos uma Assessoria de Diversidade e Inclusão – e equidade –, que coordena o Observatório da Violência contra a Mulher. Então, a gente também recebe alguns casos de denúncias de violência e os inserimos na rede de proteção. Então, para os casos de violência e femicídio, não podemos deixar de lembrar sempre o Disque 180, o Disque 100 – é fundamental – e de procurar as Defensorias, os Ministérios Públicos e as delegacias. Acho que, de uma forma prática, é isso.

Em relação às universidades e escolas, a DPU tem o programa DPU nas Comunidades, DPU nas Escolas, e também fazemos concursos de redação com as escolas. Então, entendemos a necessidade de formar, como foi muito bem dito aqui, ter a consciência, empoderar, desde a primeira infância, com direitos, com cidadania. Então, também se pode procurar no nosso *site*.

E é isso. Estamos à disposição, Senador.

Quero agradecer e aproveitar também para me despedir, porque tenho agora, às 5h, uma reunião. Tenho, então, que sair, mas quero agradecer a iniciativa e me somar aqui e aderir a todas as manifestações que houve, na tarde de hoje, sobre o trabalho, sobre a sua trajetória em direitos humanos, em que muito ganha o Brasil. E tenho certeza de que vamos seguir ainda contando muito tempo com V. Exa. aqui...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES – ... na proteção e na promoção dos direitos do nosso país.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Dr. Leonardo Cardoso de Magalhães, Defensor Público-Geral.

Passo a palavra, de imediato, à Janaina Oliveira, Secretária Nacional de LGBTQIA+ do Partido dos Trabalhadores.

A SRA. JANAINA OLIVEIRA (Para expor.) – Obrigada, Senador Paim, novamente por este espaço, para a gente poder dialogar. É sempre uma satisfação estar aqui tendo o prazer de estar ao seu lado, com seu compromisso de história de vida com a luta da população LGBT. Quando a gente criou o Conselho Nacional LGBTQIA+ pela primeira vez, no Governo Lula, o senhor nos ajudou muito nas tratativas aqui na Casa. E a gente sabe o peso que tem o não retorno do senhor, para além da representatividade, mas do papel que o senhor sempre desempenhou junto conosco. Então muito, muito, muito, muito obrigada.

Eu acho que a gente tem um problema, na educação brasileira, em temas relevantes, porque eu acho direitos humanos um tema extremamente relevante: ele ser algo muito opcional. E não está no campo nem para o ensino médio, nem para o ensino fundamental. Ele está mais para o campo universitário. Então, mesmo na universidade, no ensino superior, você tem os direitos humanos como um tema opcional. Acho que a gente precisa mudar essa realidade, para desconstruir conceitos sociais com que as pessoas convivem diariamente, no seu dia a dia, de que direitos humanos é coisa só para bandido.

Eu sempre acredito que a educação é a principal maneira de a gente reeducar o povo para a compreensão correta, e isso não vai acontecer fora dos espaços de ensino. E eu acho que falar de... O pessoal diz assim: "Eu sinto falta da matéria cívica"; eu falo: eu também, porque eu acho que a gente poderia inclusive falar o que é ser uma pessoa cívica, a partir de um contexto e de um olhar de direitos humanos. Acho que, se a gente tivesse habitualmente feito isso na sociedade,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente não teria hoje pessoas reproduzindo, de forma esdrúxula e tão equivocada, conceitos sobre direitos humanos.

Então, na minha opinião, as escolas teriam que adotar, e vou provocar o MEC de novo, para que a gente possa ter mecanismos que podem contribuir para a superação da intolerância religiosa no Brasil. A gente tem muito programa – o Ministério da Igualdade Racial, o Ministério dos Direitos Humanos, campanhas, o Senado, a Câmara –, mas eu vou novamente apontar que a gente tem a 10.639, que inclusive poderia ajudar muito para que essas pessoas que são intolerantes compreendessem mais a história das religiões no país, mas, em especial, das religiões de matriz africana, porque, quando a gente fala dessa violência, a gente sabe que tem identidade, tem cor e qual é a religião que sofre esse processo de perseguição.

E aí eu volto também para o instrumento inicial da educação.

Eu acho que a gente fez grandes avanços no Governo Lula agora, mas a gente precisa avançar. A gente tem o Comitê de Saúde da População LGBTQIA+, mas a gente ainda não conseguiu ter o Pop Trans consolidado como uma política estratégica para esse enfrentamento à violência contra a pessoa trans. Eu acho que precisamos dizer isso muito fraternalmente entre nós, porque, quando elegemos um Governo, e um Governo de esquerda, também vamos apontar caminhos estratégicos para que possamos fortalecer as lutas, as pessoas.

A gente tem um avanço no próprio MDS, quando os dados, o CadÚnico... Hoje você fala de orientação sexual, hoje você fala de identidade de gênero. É importante para que, no futuro, a gente saiba quem dessas pessoas estão vulneráveis e estão acessando as políticas públicas no Governo Federal. E a gente consegue inclusive debater essa construção.

Mas a gente não vai conseguir enfrentar esse processo de transfobia, de extermínio de corpos, se a gente não tocar na ferida de um problema social que existe, inclusive promovido pelo Legislativo brasileiro.

(Soa a campainha.)

A SRA. JANAINA OLIVEIRA – "Se o Governo falar sobre a pauta LGBTQIA+, aqui no Congresso a gente vai responder" – olha o nível de tirania e perversidade –, "se abordarem esse tema aqui, nós vamos abordar um tema aqui também, fazendo um contraponto a esse





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comportamento". Então, há uma narrativa constante de tirania aqui o tempo todo. A gente viveu no primeiro Governo Lula, no segundo, no terceiro, no Governo Dilma, né? Estamos vivenciando no Governo Lula novamente. Então, é um Legislativo que não pode, que não consegue aprovar um projeto de lei que criminaliza a LGBTfobia neste país, mas que está disposto diariamente para garantir que as nossas vidas não sejam consolidadas, existentes ou parte de algo, de um projeto divino – eu vou chamar de "divino" porque as pessoas acabam utilizando muito a religião para fazer isso –, para garantir – aqui me somando à fala da Senadora Damares – que dá *like*. É mais importante fazer campanha e garantir o *like* do que garantir uma vida, né?

Eu sou uma pessoa religiosa também, e eu acredito que todas as vidas precisam ser preservadas. E a religião que eu aprendi fala de amor ao próximo. O amor ao próximo precisa ser a centralidade para eu pensar política neste país, para eu ser um bom Congressista, e assim sucessivamente.

Obrigada à Comissão de Direitos Humanos; obrigada, Senador Paim.

Estamos aqui à disposição. No que precisarem, contem conosco. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Janaina Oliveira, Secretária Nacional LGBTQIA+ do Partido dos Trabalhadores.

Parabenizo a todos pela fala.

De imediato, Érika Linhares, Fundadora da Empresa de Consultoria B-Have.

A SRA. ÉRIKA LINHARES (Para expor.) – Eu vou pegar aqui uma pergunta que é muito da minha área, porque sou Professora, educadora e acredito muito que só a educação transforma. Acho o poder da educação uma coisa incrível. A gente é fruto do que a gente vive; o que a gente vive dentro de casa, o que a gente vive nas escolas. E, se a gente não melhorar a nossa escola, só vai piorar porque hoje isso daqui só reforça conceitos, então separa pessoas e reforça conceitos. Onde a gente consegue garantir que as pessoas convivam com quem elas não desejam conviver? É na escola e no trabalho. Nesses lugares, elas não vão escolher com quem elas vão conviver; ela vai chegar numa sala, e ela vai ter pessoas que pensam diferente dela, e ela vai ter que aprender a lidar com isso, e ela vai ter que respeitar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para ser efetivo, tem que mudar a grade curricular. A gente é muito conteudista ainda hoje – muito. Tudo evoluiu no mundo e pouco se evoluiu na educação. Pouquíssimo se evoluiu na educação. A agilidade da evolução que tem nas outras coisas, para a educação, é muito baixa. Hoje em dia, quando você vai ao mundo do trabalho, se fala muito mais de *soft skills* que de *hard skills*, muito mais do comportamento do ser humano. E a gente já sabe que isso entrega muito mais. Você contrata pela técnica, mas você promove ou demite pelo comportamento da pessoa dentro da empresa: se ela tem senso de comunidade, se ela está ali dentro, se ela joga como time, como equipe. Isso deveria ter sido sempre ensinado nas escolas. Então, acho que, se não mudar a grade curricular, esse é o ponto número um, porque tudo o que é opcional não funciona. É interesse próprio, então não funciona.

E a segunda coisa é valorizar os professores. Eles têm um poder transformador na mão, e tem uma desvalorização dessa classe, que eu acho que deveria ser mais valorizada. Se a gente não muda a grade e não valoriza o professor, em qualquer medida, eu não acredito que funcione, que seja prático.

Eu quero agradecer muito a vocês por estar aqui. Eu nunca tinha vivido essa experiência. Quero dizer para vocês que eu sou uma trabalhadora, então, se magoei alguém, se fiz alguma coisa, peço desculpas. Eu não sei muito bem – eu até falei com o Toni, não sei muito bem –, mas me ponho à disposição para ajudar no que eu puder, porque eu acredito muito que somos pessoas, indiferentemente dos títulos e de como a gente nasceu, da orientação sexual, cor, raça, credo... Eu me ponho à disposição para ajudar.

Muito obrigada.

Parabéns pela sua história, Paim, que eu também admiro muito. Parabéns a todos vocês pela luta.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Parabéns para a Sra. Érika Linhares, Fundadora da Empresa de Consultoria B-Have.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de dizer que não tem de nossa parte aqui nenhuma crítica. O que houve aqui foi cada um expressando a sua opinião, e é legítimo. Quando vou em algum lugar falar, penso que contentar todos não vou... (*Risos.*)

Eu estou até defendendo...

A SRA. ÉRIKA LINHARES (*Fora do microfone.*) – Eu te magoei?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não, não magoou não. Cada um expressa o seu ponto de vista e, do seu jeitinho, vai colocando a sua opinião. Então, parabéns pela sua bela contribuição que deu a todos nós aqui.

Eu passo a palavra, neste momento, à Presidenta do Grupo Dignidade, Diretora Administrativa e Coordenadora da Área de Diversidade e Inclusão da Aliança Nacional LGBTI+, Rafaelly Wiest...

A SRA. RAFAELLY WIEST (Para expor.) – Futura Doutora... (*Risos.*)

Eu quero mais uma vez agradecer, Paim, e aqui registrar também toda a minha admiração pelo senhor, porque, várias vezes, como eu disse na minha primeira audiência pública no Senado, que foi em 2010 – e na época também já estava lá começando essa polarização que está instalada hoje –, o Senador segurou as pontas aqui no Senado bravamente e sempre nos atendeu enquanto movimento social LGBT. Então, a minha gratidão mesmo, porque o senhor é uma inspiração. Muito obrigada.

De maneira geral, eu acho que eu falei bastante. É só a gente pensar nitidamente. Aqui eu ouvi várias perguntas, e de novo ficam aqui, Senador e todo mundo que está ouvindo a gente, várias questões dizendo sobre violência contra mulheres, sobre polarização, enfim. Então, acho que a gente pode pensar e para todas as pessoas que colocaram as perguntas no e-Cidadania dizer que a gente continua aqui no mesmo *front*: Érika, lá junto com as empresas, dando palestras e dizendo que a mulher pode estar onde ela quiser; Jana, minha amiga, que está lá no *front* do PT, lutando nas bases do movimento social pelo Brasil inteiro, assim vai; e eu aqui, também como uma mulher trans, lutando e colocando à disposição o meu trabalho, mas ao mesmo tempo também dizendo... Eu sempre falo lá na faculdade, Senador – estou em semana de prova, vou ter que fazer segunda chamada porque estou aqui, mas é justificável –, ainda eu disse assim... Os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meus professores de Direito dizem: "Nossa, mas você é uma trans, vai estar lá no Senado? Você foi convocada para fazer palestra?". Assim, num tom de elogio, mas ao mesmo tempo de surpresa, uma mulher trans está no Senado Federal, a convite de um Senador da República para estar ali. Daí eu disse assim: "Já fui várias vezes. Já sou da Casa, praticamente".

Mas eu acho que é isso.

Indo para o final – vou até ceder meus dois minutos para o Toni –, eu acho que a gente precisa, de fato – e é um pedido que eu faço às pessoas que estão nos ouvindo... As pessoas – de novo – devem ter suas ideologias políticas, religiosas, convicções culturais; elas devem ter, porque isso forma o ser humano. Se ele vai ser um ser humano bom ou não, quem vai dizer é o tempo e a sociedade, mas a gente precisa dosar essa polarização absurda que está matando gente. Está matando gente esse extremismo religioso, esse extremismo partidário – o extremismo. A gente precisa pensar, recalculando a rota, porque a gente está vendo que não está dando certo.

E quem está se ferrando não é quem está lutando lá na ponta; é lá na sociedade, é lá na favela, é lá na periferia, é lá na escola pública, são as travestis que estão na rua. Eu estou aqui, fazendo curso de Direito, do lado de um Senador da República, enquanto 90% das pessoas trans estão lá na rua para ganhar o pão de cada dia. Eu estou aqui num privilégio de estar do lado de um Senador da República, e várias pessoas continuam subindo e descendo o morro, de bicicleta ou a pé, para ganhar o pão de cada dia.

Então, a gente precisa pensar como a gente pode melhorar a sociedade, fazendo um bom debate.

Para finalizar, eu só quero dizer que lutar por direitos humanos é lutar por todos nós, não existem direitos humanos para um ou para outro. Se todo mundo for respeitado... O Toni falou uma coisa que fica muito na minha cabeça, ele falou: "Rafa [ele faz uma analogia], o dia em que pessoas trans tiverem as suas garantias plenas enquanto cidadãs brasileiras, a gente não precisa mais lutar por nada". Porque seria o contraponto de um corpo ser entregue para um delegado, e a pessoa sair pela porta da frente...

(Soa a campainha.)

A SRA. RAFAELLY WIEST – ... enquanto a gente está aqui desse lado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, obrigada, Senador. Estamos juntas. E que o senhor também descanse, porque, ao trabalhar muito, é merecido um descanso agora, mas continue com a gente de onde o senhor estiver.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Parabéns, parabéns, Rafaelly Wiest!

Ela disse "trabalhar muito". Eu queria lembrar para vocês que são 40 anos de mandato, e agora o meu sonho é aprovar 40h para todo mundo. (*Risos.*) (*Palmas.*)

A PEC já foi votada na CCJ. A Erika Hilton tem sido companheira nossa nessa caminhada, foi ela que lançou a campanha – eu estou falando agora porque é você que vai encerrar – 6x1, viu? Nós temos que acabar com essa história de trabalhar seis dias e descansar um. Foi graças a esse movimento que ela lançou no Brasil todo que foi recuperada uma PEC de minha autoria, de 2015, em que eu digo, num primeiro momento, 40 horas – você falou em 40 – e depois uma hora por ano, até chegar nas 36, que dá 4x3. A proposta dela e a nossa são praticamente iguais, mas eu rendo a ela as minhas homenagens, porque, se ela não lançasse contra a 6x1, nem a PEC dela nem a minha tinham avançado. Aí me perguntam: "Sim, mas a sua é mais antiga que a dela?". Eu digo que isso não interessa. Interessa é aprovar, interessa a causa, não é? Oxalá a Câmara aprove até antes que a gente aprove aqui no Plenário do Senado – foi aprovado na CCJ –, o importante é nós conseguirmos. Nesse movimento a nível nacional, ela foi para mim a principal figura que fez a mobilização. Então uma salva de palmas à Erika Hilton, pelo belo trabalho que ela fez! (*Pausa.*)

Ajudou até a minha PEC avançar aqui! Estava parada há alguns anos, agora foi aprovada, já está no Plenário.

Para encerrar a nossa reunião, que foi muito boa, esta audiência pública, eu deixei para o final o Toni, que nos procurou no primeiro momento e que é Diretor Presidente da Aliança Nacional LGBTI+. Agradeço já pela homenagem que você fez para mim, depois eu quero cópia dela, viu? Porque eu estou numa era, num momento em que é homenagem quase todos os dias, eu me sinto acolhido. Depois de 40 anos, eu estou recebendo uma série de homenagens, de uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma ou de outra, e dessa sua fala aqui hoje eu vou pedir uma cópia porque eu vou botar num livrinho que eu estou fazendo lá desse período. (*Palmas.*)

O SR. TONI REIS (*Fora do microfone.*) – Vou mandar para a Ingrid.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Isso. A palavra é sua.

Ele vai encerrar.

O SR. TONI REIS (Para expor.) – Muito bem. Primeiro, muito obrigado, Senador Paulo Paim, pela sua acolhida.

Eu quero registrar alguns agradecimentos à querida Ingrid, como sua assessora, superquerida, nós alinhavamos tudo. Eu quero agradecer ao pessoal da assessoria da Comissão de Educação e Cultura e da Comissão de Direitos Humanos. Um agradecimento especial também à querida... Eu gosto da Damares. Eu gosto da Damares. Nós não votamos no mesmo... Nós somos de campos ideológicos diferentes, mas eu gosto dela. Sempre trocamos confidências. De vez em quando, ela me manda algumas fotos, aí nós batemos papo, e é muito legal. Eu fiquei extremamente emocionado pela postura dela, vendo, depois de 30 anos, nossa, como a Damares mudou! Se a Damares mudou, o mundo pode mudar, então... (*Risos.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Foi boa essa!

O SR. TONI REIS – Vamos conquistar mais pessoas! Pessoal, nós temos que conquistar corações e mentes, temos que dizer a nossa verdade limpa e transparente e escutar a verdade da outra pessoa.

Eu quero então, agradecendo aqui à Casa, agradecer imensamente a você, Érika. Você nos ajudou a fazer a Resolução 3/2005, da Aliança Nacional LGBTI+, que é um documento para a gente conversar com as pessoas de centro e de direita. Então, ela chegou, foi uma discussão bacana, quase um ano de discussão sobre esses temas que utilizam contra a nossa comunidade, sobre família, criança, educação. Esse é um documento bacana, é uma resolução para todos nós seguirmos. Sabe qual é o nosso posicionamento sobre isso, aquilo, aquilo outro?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, você foi maravilhosa, e eu entendi quando você falou da tirania. Nós temos tirania de todos os lados, o radicalismo se encontra. Eu vejo que muitas vezes as pessoas do PL se encontram com o PCO. Eu vejo isso, sabe? Os extremos, pessoal. A gente vai ter que arrumar alguns argumentos para que a gente possa caminhar junto. Eu acho que esse foi o intuito. Eu estou muito feliz com o resultado da discussão. Eu saio daqui com o meu coração cheio de esperança de que a gente pode, sim, conversar.

No ano que vem, pessoal, vai ser uma batalha, uma batalha campal, mas nós vamos ter que levar a nossa boa nova com afeto, sem ódio. A gente não pode usar as mesmas armas. Nós não podemos acreditar em *fake news*, temos que checar as informações. Nós da aliança estamos preparados. Quando você quer a paz, você tem que estar preparado para a guerra. De forma supertranquila, é um processo aqui, um processo ali, cumprimentando todo mundo, na diplomacia. Se não vai pelo diálogo, vai por um processo. Isto é bom: ter bons advogados.

Respondendo algumas perguntas, eu queria dizer, primeiro, de quem nós precisamos. No município, nós temos o nosso querido Vereador lá de Alegrete – muito bem, Vereador, seja muito bem-vindo aqui. Nós precisamos nos municípios, nos estados e aqui na União: plano. Nós temos que discutir os planos. Nós tivemos agora uma conferência maravilhosa LGBTI+. Tivemos lá 16 propostas prioritárias. Precisamos colocar aquilo num plano, e que tenha orçamento. Não adianta, senão, pessoal, vira retórica: "Vamos fazer isso...". Cadê? Onde está o indicador que foi feito? Nós temos que ter uma coordenação, nós temos que ter uma equipe de funcionários trabalhando diuturnamente para isso e nós temos que ter a participação social. Isso nós temos no âmbito nacional, precisamos implementar nos estados e na União.

Também é muito importante, pessoal, que a comunidade LGBTI+ faça denúncia. Se você se sentiu mal em alguma situação, vá lá e denuncie. As denúncias não é questão de que sejam ruins. Nós vamos verificar, vamos nos certificar. Primeiro, agora com as empresas, nós estamos discutindo toda a discriminação que ocorre sobre racismo, LGBTfobia. A gente vai lá, conversa com o empregador, conversa com o funcionário. Muitas vezes, dá para fazer mediação; muitas vezes, a pessoa falou, mas não era a intenção. A gente tem que fazer mediações, sim, e, se não der, faz-se um processo, a gente aprende a fazer isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também trabalhar muito – estou respondendo às perguntas genericamente – a interseccionalidade, pessoal. Eu estou chegando num ponto, 62 anos, faltam três anos para eu me aposentar, mas eu vou continuar na luta sempre – e agora escrevendo mais e também dando palestras e cursos. Mas nós temos que trabalhar a interseccionalidade. Eu não sou só *gay*, eu sou uma pessoa de idade, sou agora um idoso, eu tenho que ver a questão dos idosos, eu tenho que ver as questões da negritude, do racismo, nós temos que ver essa questão das pessoas com deficiência, os negros e negras. Como diz a Damares, aqui nós temos um símbolo de interseccionalidade de mulher, negra e lésbica, isso é muito bacana. Se a Damares entendeu o conceito de interseccionalidade, para nós isso é muito importante. A gente não vê só o nosso lado, nós temos que ampliar a nossa parte. Eu acho que nós tivemos esse papel do identitarismo que nós temos que defender, mas nós temos que abrir agora, vamos abrir um pouco esse leque, para a gente fazer grandes parcerias com outros movimentos, com o movimento dos trabalhadores... Eu acho que tem essa questão, sim, de luta de classe, mas não no sentido de diálogo, sabe?

E é nesse sentido, Érika, que você tem um papel fundamental. Você está disposta e você está com todo o teu poderio econômico, que a gente conhece muito bem – inclusive, recomendo que a sigam no LinkedIn, ela dá umas palestras fantásticas; por isso que nós gostamos tanto dela, que a gente a convidou para ser nossa conselheira. É muito importante que a gente estabeleça diálogos sinceros e respeitosos.

Eu gosto desta questão: não aumentem a voz, pessoal, aumente seus argumentos. Vamos estudar mais, vamos ler, vamos trabalhar isso com as pessoas...

(Soa a campanha.)

O SR. TONI REIS – ... nos respeitando, sem precisar falar mal de ninguém. Vamos falar bem da gente, da nossa capacidade, das nossas necessidades, sempre, se possível, com afeto, com amor e com empatia.

Então, muito obrigado. Muito obrigado a todos e todas que estão aqui e vamos ser felizes, mesmo sem permissão!

Obrigado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Toni Reis, Diretor Presidente da Aliança Nacional LGBTI+.

Eu disse que o discurso de encerramento é dele. *(Risos.)*

E ele o fez com maestria.

Então, aqui nós damos por encerrada a nossa audiência pública de hoje, o.k.?

Estão encerrados os trabalhos de hoje.

(Iniciada às 14 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 12 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE FEVEREIRO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia quatro de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Astronauta Marcos Pontes, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Marcio Bittar, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Magno Malta, Marcos Rogério, Eduardo Girão, Bruno Bonetti, Jorge Seif, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Paulo Paim, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Sérgio Petecão, Dr. Hiran e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Cid Gomes, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 86ª à 89ª Reuniões da CDH, realizadas na 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, nos dias 10 e 11 de dezembro de 2025, que são aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Sugestão nº 14, de 2020 - Não Terminativo - que: ""Piso nacional para Policiais Militares"". Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Styvenson Valentim. Relatório: Favorável à sugestão, na forma da proposta de emenda à Constituição. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatoria. ITEM 2 - Projeto de Resolução do Senado nº 56, de 2020 - Não Terminativo - que: "Reserva 20% (vinte por cento) das funções comissionadas e dos cargos em comissão do Senado Federal para negros e pardos." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Relatoria: Senador Weverton. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda (de Redação) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatoria. ITEM 3 - Sugestão nº 14, de 2022 - Não Terminativo - que: ""Fixa aos Fonoaudiólogos piso salarial de R\$ 5.000,00, por 30 horas semanais"" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Pela prejudicialidade da Sugestão. Resultado: A Presidente passa a presidência para o Senador Astronauta Marcos Pontes. Na sequência, é aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela prejudicialidade da Sugestão. ITEM 4 - Projeto de Lei nº 3671, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para estabelecer a obrigatoriedade da classificação indicativa de conteúdos musicais a serem tornados públicos." Autoria: Senador Beto Martins (PL/SC). Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatoria. ITEM 5 - Projeto de Lei nº 781, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atendimento individualizado periódico na educação especial." Autoria: Senador Romário (PL/RJ). Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatoria. ITEM 6 - Projeto de Lei nº 4366, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 14.606, de 20 de junho de 2023, que dispõe sobre a conscientização sobre a Doença de Parkinson, para instituir o uso do cordão com desenhos de tulipas vermelhas para identificação de pessoas portadoras da Doença de Parkinson." Autoria: Senador Romário (PL/RJ). Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda (de redação) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatoria. ITEM 7 - Projeto de Lei nº 4426, de 2025 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a inclusão da vacina contra o herpes-zóster no calendário nacional de imunização do Sistema Único de Saúde (SUS), para os idosos com mais de 60 anos de idade." Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatoria. ITEM 8 - Projeto de Lei nº 1146, de 2023 - Não Terminativo - que: "Proíbe o uso, o comércio, a fabricação e a importação de coleiras que emitam choque elétrico ou que provoquem danos físicos e psicológicos em animais domésticos; define seu uso como maus-tratos; estabelece sanções administrativas e medidas cautelares ao descumprimento da proibição; e altera a Lei nº 9.605, 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para tipificar condutas como crime ambiental." Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI). Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes. Relatório: Favorável ao projeto, com seis Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 a 6-CDH. ITEM 9 - Projeto de Lei nº 432, de 2025 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre o fornecimento gratuito de protetores auriculares para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito do sistema de ensino público, privado e ensino profissionalizante." Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da Emenda (substituto) que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 01-CDH (Substitutivo). ITEM 10 - Sugestão nº 5, de 2025 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a Isenção de Impostos para Farinhas e Pães Sem Glúten." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Marcos do Val. Relatório: Pela apresentação de requerimento para a realização de audiência pública. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatoria. ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 11, de 2026 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de realizar campanha institucional em alusão ao Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, celebrado em 12 de junho, voltada à conscientização social, à prevenção e ao fortalecimento das políticas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicas de erradicação do trabalho infantil no Brasil." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 12, de 2026 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de promover a campanha "Novembro Roxo", dedicada à prematuridade e à atenção neonatal, em alusão ao Dia Mundial do Bebê Prematuro(17 de novembro), bem como os desafios, avanços e lacunas das políticas públicas voltadas à saúde materno-infantil no Brasil." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 13, de 2026 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a empregabilidade de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), os obstáculos à sua inclusão no mercado de trabalho e a necessidade de aperfeiçoamento de políticas públicas, incentivos e boas práticas no setor público e privado, considerando, como recorte temático, os impactos da exclusão educacional e social vivenciada na infância e adolescência sobre a inserção profissional na vida adulta." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. A Presidente da CDH, Senadora Damares Alves, acolhe a solicitação de participação do Ministério Público do Trabalho na audiência pública. ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 14, de 2026 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de promover o Balanço e a Prestação de Contas das atividades desenvolvidas pela Comissão no Biênio 2025–2026, bem como realizara apresentação institucional das principais entregas, ações, audiências públicas, diligências, encaminhamentos e iniciativas realizadas no período." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 15, de 2026 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de promover a campanha "Setembro Amarelo", voltada à prevenção do suicídio e à valorização da vida, bem como os desafios, avanços e lacunas das políticas públicas de promoção da saúde mental no Brasil." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 16, de 2026 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil, os instrumentos nacionais de prevenção, investigação e localização, bem como a articulação entre os órgãos de segurança pública, o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sistema de justiça e as políticas de direitos humanos, tendo como referência casos recentes ocorridos em diferentes contextos do território nacional, a exemplo de ocorrências registradas na região do Marajó, no Estado do Pará, no Estado do Rio de Janeiro e no Estado do Maranhão." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 17, de 2026 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de promover a campanha "Agosto Dourado" – Mês do Aleitamento Materno, seus impactos nas práticas de saúde, nos direitos das crianças e das mães, os indicadores nacionais e os desafios para a implementação de políticas públicas eficazes." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 18, de 2026 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de realizar campanha institucional em alusão ao Junho Violeta." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 19 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 19, de 2026 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de seminário, no âmbito da Comissão de Direitos Humano se Legislação Participativa – CDH, com o tema "Fortalecimento dos Conselhos Tutelares", a ser realizado no dia 18 de novembro de 2026, no Auditório Petrônio Portella do Senado Federal, em Brasília/DF." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 20 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 20, de 2026 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o Registro Civil de Nascimento e a Garantia de Direitos na Infância, enquanto pilar estruturante da cidadania, da proteção integral e da prevenção de graves violações de direitos humanos." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 21 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 21, de 2026 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os Direitos da Menina, em alusão ao Dia Internacional da Menina (11 de outubro), instituído pela Organização das Nações Unidas, bem como os desafios, avanços e lacunas das políticas públicas voltadas à proteção integral de meninas no Brasil." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2026/02/04>

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 4 de fevereiro de 2026.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 86ª à 89ª Reuniões da CDH, realizadas na 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, nos dias 10 e 11 de dezembro de 2025.

Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Antes de a gente ir para a pauta, eu tenho alguns informes. Eu informo que a CDH produziu duas publicações relacionadas às avaliações de políticas públicas realizadas em 2025. Uma delas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é dedicada à análise do Programa Nacional de Direitos Humanos PNDH-3. Está aqui. É um relatório lido e aprovado em Comissão. Inclusive, gente, é um material que poderá ser muito usado por pesquisadores, estudantes. O material está muito bom. Já está impresso. Vamos enviar hoje para todos os gabinetes e vamos disponibilizar para quem queira de forma física, mas também a gente o está disponibilizando em forma eletrônica.

E a outra publicação que ficou pronta é a outra avaliação da política pública, que foi a ação do pacto, do Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios. Essa avaliação foi conduzida pela Senadora Mara e a avaliação do PNDH foi conduzida e relatada por mim. Inclusive, a avaliação do pacto nacional antifeminicídio trouxe informações extremamente chocantes. Por exemplo, que o Ministério da Justiça gastou tão somente 0,1% do orçamento destinado ao enfrentamento ao feminicídio. Está aqui o relatório produzido com o corpo técnico desta Comissão e toda a estrutura técnica que a Mara Gabrilli trouxe para fazer a avaliação. Os dois relatórios estão prontos. Quem tiver interesse... A quem estiver aqui no auditório, nós temos alguns exemplares, poderemos aqui no Plenário fazer a distribuição, mas todos os gabinetes receberão.

Aproveito para comunicar aos membros deste Colegiado que nós estamos com duas Subcomissões permanentes aprovadas na CDH e a gente precisa de membros. Nós temos a primeira Subcomissão que é Subcomissão para debater a Convenção sobre a Subtração Internacional de Crianças, a CDHHAIA, que é conduzida pela Senadora Mara Gabrilli. Precisamos de membros nessa Subcomissão. E também a gente tem a Subcomissão para acompanhar, fiscalizar e aprimorar as políticas públicas voltadas aos povos indígenas que habitam na Terra Indígena Yanomami. Inclusive, nós estamos com publicações de matérias de mortes de ianomâmis, a situação lá continua grave e precisamos de membros nessa Subcomissão. Os Senadores que ainda não se candidataram, eu peço às assessorias que conversem com seus Senadores. Nós precisamos completar as duas Subcomissões para a gente começar a fazer os trabalhos.

Informo, indo para a nossa pauta, que seis itens estão sendo retirados de pauta hoje. item 1 da pauta, que o Senador Styvenson pediu para retirar e não está presente, que fala sobre o piso nacional para policiais militares, é uma SUG. Depois nós temos os itens 2, 5, 6, 7 e 10.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

SUGESTÃO Nº 14, DE 2020

- Não terminativo -

"Piso nacional para Policiais Militares".

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Favorável à sugestão, na forma da proposta de emenda à Constituição.

Observações: *Tramitação: CDH*

ITEM 2

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 56, DE 2020

- Não terminativo -

Reserva 20% (vinte por cento) das funções comissionadas e dos cargos em comissão do Senado Federal para negros e pardos.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda (de Redação) que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e CDIR*

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 781, DE 2022





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre atendimento individualizado periódico na educação especial.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CE*

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 4366, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.606, de 20 de junho de 2023, que dispõe sobre a conscientização sobre a Doença de Parkinson, para instituir o uso do cordão com desenhos de tulipas vermelhas para identificação de pessoas portadoras da Doença de Parkinson.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda (de redação) que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CAS*

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 4426, DE 2025

- Não terminativo -





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre a inclusão da vacina contra o herpes-zóster no calendário nacional de imunização do Sistema Único de Saúde (SUS), para os idosos com mais de 60 anos de idade.

Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CAS.*

ITEM 10

SUGESTÃO Nº 5, DE 2025

- Não terminativo -

Dispõe sobre a Isenção de Impostos para Farinhas e Pães Sem Glúten.

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: Pela apresentação de requerimento para a realização de audiência pública.

Observações: *Tramitação: CDH.)*

Do item 2 o Relator é o Senador Weverton. Nós estamos retirando o item de pauta por um motivo muito lindo, muito nobre: ele não está na Casa, porque ele está de licença paternidade. Então, nós queremos cumprimentar o Senador Weverton e queremos cumprimentar a bebezinha que nasceu. Que seja muito bem-vinda ao nosso planeta! Que ela possa estar dando início a uma geração que vai fazer a diferença nesse planeta. Que Deus te abençoe, Senador Weverton.

E a Senadora Mara pediu para retirar os itens 5, 6, 7 e 10. Esses itens voltarão para a pauta na próxima reunião.

Vamos para a deliberação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do item 3 da pauta eu sou a Relatora. Eu vou fazer uma inversão de pauta: nós vamos agora direto para o item em que o Senador Marcos Pontes está como Relator, depois eu vou pedir que ele assuma a Presidência e a gente vota o meu projeto, as minhas relatorias, o.k.?

Item 8 da pauta. Há muita expectativa para esse projeto de lei.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 1146, DE 2023

- Não terminativo -

Proíbe o uso, o comércio, a fabricação e a importação de coleiras que emitam choque elétrico ou que provoquem danos físicos e psicológicos em animais domésticos; define seu uso como maus-tratos; estabelece sanções administrativas e medidas cautelares ao descumprimento da proibição; e altera a Lei nº 9.605, 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para tipificar condutas como crime ambiental.

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Favorável ao projeto, com seis Emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

O projeto de lei depois tramitará de forma terminativa na CCJ.

Concedo a palavra ao Relator para a leitura do seu voto.

Eu peço silêncio ao Plenário, porque está muito difícil a gente ler os nossos votos com as pessoas conversando em volta. Então, peço tanto aos assessores da Secretaria – por favor, vamos manter silêncio – como aos demais que estão presentes no plenário.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Se me permite, eu vou direto à análise, que é um tanto longa. Peço desculpas pelo tamanho.

Segundo dispõe o Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes à garantia e proteção dos direitos humanos. Conforme veremos, a proposição reflete sobre questões éticas, pois o modo como os humanos tratam os animais expressa o modo como consideram a si mesmos. Isso torna regimental o exame do Projeto de Lei nº 1.146, de 2023.

Analisaremos a proposição apenas no que diz respeito ao mérito, já que, nos termos regimentais, caberá à CCJ a análise de constitucionalidade e de juridicidade.

Quanto ao mérito, a proposição é necessária. A exemplo de diversos países que baniram o uso e o comércio de coleiras de choque, enforcadoras ou pontiagudas, como a França, cuja recente decisão da assembleia nacional inspirou o PL em análise, é preciso que o Brasil avance na proteção dos animais contra práticas cruéis e desnecessárias.

Como muito bem explicitado pelo Senador Marcelo Castro, em sua justificção do PL nº 1.146, de 2023, os danos que esse tipo de instrumento causa aos animais são graves e prejudiciais à relação das pessoas com eles.

A grande maioria dos médicos veterinários condena o uso dessas coleiras, não apenas pela crueldade associada a esse uso, o que já seria motivo suficiente para bani-las, mas também pelo efeito indesejado no comportamento do animal. O tutor pode ter uma resposta rápida, porque o animal não agirá de maneira indesejada, devido ao medo das vibrações das coleiras elétricas. No entanto, isso não significa que ele entenderá o motivo por trás daquela punição, o que pode fazer com que se torne um cão medroso e frustrado.

As coleiras de choque provocam dor e queimaduras na pele e abalam psicologicamente os animais. Seu uso frequente mantém o animal em constante sofrimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O uso de enforcadores pode ser muito grave em raças braquicéfalas – aquelas que apresentam a cabeça em formato “achatado” e o focinho de tamanho “encurtado” –, para as quais não se recomenda o uso de coleiras de pescoço, órgão delicado do corpo e fundamental ao desenvolvimento neuronal e hormonal. Em volta da garganta se localizam glândulas secretoras de hormônios, como a tireoide. Alguns dos principais nervos da medula espinhal são ramificados no pescoço, ou seja, é uma área arriscada para usar as coleiras em qualquer tipo de vertebrado.

As seguintes condições médicas são associadas ao uso de coleiras estranguladoras: vasos oculares lesionados; dano traqueal e esofágico; pescoços severamente torcidos; desmaio; paralisia transitória das pernas dianteiras; paralisia do nervo laríngeo; ataxia (distúrbio que afeta o equilíbrio e a coordenação motora) das pernas traseiras.

Quanto às coleiras pontiagudas, também objeto da proibição proposta, seu potencial de dano aos animais está entre os mais evidentes. Não têm outro objetivo que não seja o de causar dor ao animal de estimação para que, dessa forma, seja imposta a ele a vontade do tutor de forma violenta. Segundo a Sociedade Real para a Prevenção da Crueldade aos Animais, uma associação atuante no Reino Unido, a pressão repetida de coleiras de pinos pode causar inflamação grave da pele e dos músculos e, em casos extremos, leva a lesões na coluna cervical. Essas coleiras também podem fazer um cachorro tossir e até causar o colapso da traqueia e provocar lesão na tireoide.

No Brasil, a Lei de Crimes Ambientais tipifica como crime, em seu art. 32, a conduta de praticar maus-tratos contra animais, com agravante para o caso de cães e gatos. Com base no que expusemos anteriormente, é evidente que o uso de coleiras de choque, pontiagudas ou enforcadoras se caracteriza como maus-tratos. Contudo, é importante, a nosso ver, haver legislação específica que torne essa interpretação inequívoca e que proíba também a produção, a importação, o comércio, e a publicidade desse tipo de produto.

Alguns entes federativos já legislaram ou discutem em seus Parlamentos a proibição de coleiras danosas ao bem-estar animal. Como exemplo, podemos mencionar a Lei nº 8.129, de 25 de agosto de 2023, do Estado do Piauí, que proíbe a fabricação, a comercialização e o uso de coleiras de choque. No Distrito Federal, a Lei nº 6.701, de 26 de outubro de 2020, mencionada na justificção do PL nº 1.146, de 2023, proíbe o uso de coleira de choque. A norma prevê advertência





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aos tutores para cessar a conduta que, não interrompida com a advertência, acarreta multa de R\$1 mil, por animal, dobrando o valor em caso de reincidência. Entretanto, a lei não trata da produção, do comércio e da publicidade de produto. As iniciativas mencionadas não abrangem os enforcadores e as coleiras de pontas, como faz o PL nº 59 da Assembleia Nacional Francesa, que inspirou o PL em análise.

Ante o exposto, consideramos meritória e necessária a iniciativa de legislar, em âmbito federal, no sentido proposto.

O PL nº 1.146, de 2023, contempla todos os componentes necessários para a efetividade e a coercitividade que deve ter a futura norma: aplicação ao uso, ao comércio, à fabricação e à importação de coleiras eletrônicas, de choque, enforcadoras e com pontas; tipificação do descumprimento da norma como crime; previsão de multas, e de medidas administrativas de natureza cautelar, como apreensão e destruição dos produtos; exceção para os casos de captura e controle de animais domésticos perigosos ou ferais ou animais exóticos em situação de bioinvasão.

Assim, estamos completamente de acordo com a ideia trazida pelo Projeto de Lei nº 1.146, de 2023. Nada temos, sequer, a lhe acrescentar.

Todavia, há como colaborar com o sucesso da proposição, dirigindo-lhe, sob a forma de emendas, pequenas alterações.

Não vemos razões para restringir o alcance das tipificações aos animais domésticos – o que nos parece contrariar o espírito da própria ideia normativa da proposição. O autor abre suas razões com a ideia de que “percebemos a necessidade de melhoria da nossa relação com os animais de estimação e com todas as demais espécies de animais”, de modo que nos sentimos à vontade para sugerir emendas nesse sentido.

É necessário também corrigir as remissões enunciadas pelo art. 7º do projeto de lei, que não estão corretas: trata-se de remissão ao art. 1º, e não ao art. 2º, e ao parágrafo único do art. 3º, e não do art. 4º.

Por fim, para harmonizar a alteração proposta na Lei de Crimes Ambientais com o que dispõe o parágrafo único do art. 4º do projeto, que considera como comercialização, para fins de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aplicação de sanções administrativas, a “publicidade” dos objetos a serem proibidos, apresentamos emenda para incluir, no novo artigo da LCA, o verbo “publicizar” como núcleo do tipo penal relativo a instrumentos causadores de maus-tratos aos animais. No mesmo artigo, propomos a mesma pena atribuída ao crime maus-tratos prevista no art. 32 da mencionada lei.

O voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.146, de 2023, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CDH :

Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 1.146, de 2023, a seguinte redação:

“Proíbe o uso, o comércio, a fabricação e a importação de coleiras que emitam choque elétrico ou que provoquem danos físicos e psicológicos em animais; define seu uso como maus-tratos; estabelece sanções administrativas e medidas cautelares ao descumprimento da proibição; e altera a Lei nº 9.605, 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para tipificar condutas como crime ambiental.”

EMENDA Nº - CDH

Dê-se ao *caput* do art. 1º do Projeto de Lei nº 1.146, de 2023, a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam proibidos o uso, a aquisição e a distribuição, a título oneroso ou gratuito, a comercialização, a importação, a exportação e a fabricação dos seguintes instrumentos com a finalidade de utilização em animais:

.....”

EMENDA Nº - CDH

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei nº 1.146, de 2023, a seguinte redação:

“Art. 3º O uso em animais dos instrumentos proibidos por esta Lei, observado o disposto no § 1º do art. 1º, é punido com multa de:

.....

II – R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) em caso de reincidência, bem como quando a infração for praticada por pessoa jurídica ou no âmbito de atividade exercida a título profissional na educação, treinamento ou adestramento de animais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

.....”

EMENDA Nº - CDH

Dê-se ao art. 5º do Projeto de Lei 1.146, de 2023, a seguinte redação:

Art. 5º O uso em animais dos instrumentos proibidos por esta lei é considerado crime de maus-tratos, nos termos do art. 32 da Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, sendo os autores punidos com as penas previstas naquele dispositivo.

EMENDA Nº - CDH

Dê-se ao art. 7º do Projeto de Lei nº 1.146, de 2023, a seguinte redação:

Art. 7º Durante o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação desta lei, a entrega espontânea aos órgãos ou autoridades do Sistema Nacional do Meio Ambiente [...] dos instrumentos de que trata o art. 1º não ensejará a aplicação das sanções previstas no parágrafo único do art. 3º desta lei nem o enquadramento da conduta no art. 32-A da Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

EMENDA Nº - CDH

Dê-se ao art. 32-A da Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, inserido pelo art. 8º do Projeto de Lei 1.146, de 2023, a seguinte redação:

Art. 8º

Art. 32-A. Receber, adquirir, guardar, portar, transportar, entregar, distribuir, vender, expor à venda, publicizar, ter em depósito, fabricar, importar ou exportar produtos, instrumentos, petrechos ou equipamentos cujo uso se caracterize como maus-tratos aos animais, exceto nos casos expressamente permitidos por lei e autorizados pela autoridade competente.

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

Esse é o relatório, Sra. Presidente.

Eu gostaria de fazer um comentário aqui com relação a isso também.

Este relatório, este projeto de lei que está na pauta de hoje não tem uma ligação direta com o fato acontecido com esse animal, o cão Orelha, que gerou uma comoção social nacional, com razão, em termos de maus-tratos desse animal, levando à morte dele, inclusive, de forma extremamente cruel, o que denota não só uma situação por falta de experiência na juventude,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas também talvez nos indique algumas coisas que estão acontecendo na sociedade, em termos de perder o valor da vida.

Ali nós estamos falando da vida de um animal, que também tem valor, logicamente, e aquilo precisa ser devidamente avaliado e punido, mas acontece no Brasil e em outros países, como a senhora bem sabe, todos os dias também o abuso de crianças, mortes, tanta violência com crianças e pessoas, de forma geral. Então, é importante que isso nos traga uma reflexão a respeito de como a nossa sociedade está se comportando com relação à vida, seja de animais, seja de pessoas, mas é importante essa reflexão e como nós estamos ensinando os nossos filhos com relação a isso.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Em discussão a matéria.

Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Senadora Damares, primeiro eu quero elogiar aqui o projeto relatado pelo Astronauta Marcos Pontes; concordo, inclusive, com as alterações de ampliação, não só para animais domésticos, mas para animais em geral.

De fato, esse projeto vem na esteira desses acontecimentos que ganharam notoriedade, os maus-tratos que levaram à morte do cachorro, do cão ali, o chamado Orelha, que gerou uma comoção.

A gente tem que respeitar essa comoção das pessoas, nacional, pois, de fato, os maus-tratos a esses animais são absolutamente injustificáveis.

E vem em boa hora esse projeto, que, creio, não tenho dúvidas aqui de que vai ser aprovado.

E recomendaria, após a votação, que já encaminhássemos rapidamente para a CCJ, para aprovarmos lá.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

É uma resposta do Parlamento, ainda que num tema correlato, que mostra a sensibilidade em relação a esse tema, sem ser populista, porque esse projeto já estava antes aí e é um projeto que tem a sua solidez.

Então, registro aqui, desde logo, o meu apoio a esse projeto e elogio aqui o relatório do Senador Marcos Pontes.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Sra. Presidente, também da minha parte, eu quero dar o apoio para o projeto e destacar isso que o colega Sergio Moro colocou, que o projeto já é anterior a todas as manifestações que vêm acontecendo pelo Brasil, bastante grandes inclusive, a favor dessa área. Então, nesse sentido, o projeto também traz uma resposta aos fatos que aconteceram, inclusive com as emendas que são importantes, assim como o Senador Marcos Pontes colocou, no aperfeiçoamento. O projeto é importante, mas há coisas que podem ser aperfeiçoadas.

Eu até sugeriria, porque a tramitação ainda seria longa, apesar de a constitucionalidade não ter sido vista pelo Senador, justamente dizendo que será encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça, que a gente já aprovasse a urgência disso e que essa constitucionalidade fosse vista, eventualmente, se houver algum problema, em Plenário.

A própria opinião, parecer, do Senador Sergio Moro, a favor das emendas, inclusive – ele também é membro da Comissão de Constituição e Justiça –, é de que a gente aprovasse a urgência do projeto e o projeto fosse para o Plenário, até para dar uma resposta célere para tudo isso que vem sendo debatido no Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fantástico.

Então, vamos fazer o seguinte: vamos colocar em votação o projeto de lei; na sequência, um requerimento de urgência, que vai fazer diálogo com o que o Senador Davi falou ontem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente Davi colocou que nós teremos como prioridade a proteção animal também no Senado. Eu acho que já seria uma matéria para fazer parte desse grande plano que ele tem.

E, depois da votação, eu quero fazer uma manifestação, exatamente com relação à fala do Senador Marcos Pontes.

Então, vamos voltar ao projeto de lei.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Ah, tá!

A Secretaria está me informando que ele é terminativo na CCJ. Então, não cabe regime de urgência para Plenário.

Então, a gente faria exatamente isto: falaríamos com o Senador Otto, para colocar em pauta lá imediatamente.

O Senador Moro é membro da CCJ, poderia pedir a relatoria e já fazer essa votação, que faria parte do plano, do projeto e das intenções do Senador Sergio Moro.

Então, vamos votar só a matéria, o.k.?

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas de 1 a 6, da CDH.

Parabéns, Senador Marcos Pontes!

Mas eu queria aproveitar a oportunidade e fazer uma manifestação com relação ao que o Senador Marcos Pontes trouxe.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós lamentamos o que aconteceu com o cachorro Orelha. Lamentamos, foi terrível – terrível! Nenhum animal tem que passar pelo que ele passou. Mas eu tenho dois aspectos para falar com relação a isso. Nós não pautamos por causa do Orelha: esse voto estava pronto já faz tempo, e quem viu a divulgação da pauta antes viu que não tem nada a ver com o Orelha.

Mas eu tenho uma situação que me preocupa muito com o episódio do cão Orelha. O crime organizado deu um "salve" geral para que se faça com os quatro adolescentes o que foi feito com o cão Orelha. As imagens do crime organizado, de lideranças, dizendo que já sabem onde eles moram... E, infelizmente, o endereço deles foi divulgado, nome dos pais, CPF e identidade dos pais e das mães, o endereço. E vários líderes... Tem um líder do crime organizado, que me parece que estava dentro de uma cela, dizendo que é para fazer o mesmo com os meninos o que fizeram com os cachorros.

Decretaram pena de morte para quatro adolescentes, quatro adolescentes que cometeram um ato terrível, mas é mais terrível ainda o crime organizado dar ordem no Brasil.

Inclusive, tem alguns que estão falando na rede: "Já sabemos onde vamos pegar vocês".

O que está acontecendo com o Brasil, gente?

Os meninos cometeram um ato gravíssimo, um crime gravíssimo; que eles paguem dentro do que está previsto em lei. Não é o crime organizado que vai determinar sentença no país não.

Fica aqui o meu ato de repúdio...

E depois, também, a própria rede social está pregando morte aos meninos, mesmo que não seja pelo crime organizado, mas eu tenho ouvido manifestações terríveis aos quatro adolescentes.

Que eles paguem pelo ato cometido dentro do que está previsto em lei, mas nós não vamos decretar a morte desses meninos: eles têm a oportunidade de serem ressocializados.

Que fique aqui o registro da Comissão: o primeiro direito humano que eu tenho que defender nesta Comissão é o direito à vida, à vida desses adolescentes também. Que paguem, mas que a gente não decrete pena de morte para esses meninos.

E segundo, Senador, o senhor trouxe aqui...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu preciso elogiar o Senador Marcelo Castro, que é o autor desse projeto de lei. Ficou perfeito o seu voto. E o Senador Marcelo Castro estava fazendo força para estar aqui, mas não conseguiu. Parabéns ao Senador Marcelo Castro!

E depois o senhor falou da valorização da vida do animal e da valorização da vida da criança.

Nós vamos ter que falar sobre isso nesta Comissão. Eu queria que todos os manifestantes que foram para as ruas para falar do cão Orelha fossem para as ruas falar de crianças com autismo, para a rua para falar das crianças que estão sendo vítimas de violência.

Eu não vi uma manifestação falando o nome da menina Elisa lá do Marajó, e esta Comissão foi lá entrevistar a família e as autoridades.

A menina está sumida há três anos.

Eu não vi nenhuma manifestação no Brasil pelas duas crianças de Bacabal, que desapareceram no dia 4 de janeiro e que comoveram o Estado do Maranhão e ainda não foram encontradas.

Uma foi encontrada; duas não.

Eu não vi nenhuma manifestação no Brasil pelo menino Edson Davi, que está desaparecido há dois anos no Rio de Janeiro; foi dado como afogamento, e agora a Justiça descobriu que não. Temos que reabrir as investigações.

Eu não vi de ontem para cá a sociedade na rua gritando porque um pedófilo em Goiás foi preso ontem com 1 milhão de imagens de estupro de crianças.

Deixe-me repetir aqui o número para vocês: 1 milhão de imagens, apenas um pedófilo.

Tinha *pendrives* que a polícia, quando foi somar, viu que ele tinha 1 milhão de imagens de estupro de crianças, de bebês e de recém-nascidos.

Eu queria o Brasil inteiro na rua hoje gritando contra isso.

Vamos protestar contra a morte e maus-tratos de animais, mas nós vamos ter que falar de criança.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, Senadores, eu estou trazendo uma série de requerimentos, que eu vou ler em bloco daqui a pouco, de minha autoria.

Esta Comissão vai priorizar a infância este ano. Esta Comissão sempre tratou da infância, mas nós vamos lotar este Senado de criança. Nós vamos fazer as crianças brigarem por seus direitos e nós vamos ser voz das crianças neste Senado, porque a gente não aguenta mais.

E, nesse sentido, eu quero chamar a atenção de todos os Senadores e membros da Comissão para o arquivo Epstein, cujas imagens estão sendo divulgadas. E, antes de serem divulgadas as imagens e os relatórios do arquivo Epstein, o Subprocurador-Geral dos Estados Unidos alertou o mundo de que nós veríamos imagens de estupro de crianças, experimentos com crianças e sacrifício de crianças, e os arquivos estão mostrando isso.

Se os senhores não tiveram ainda oportunidade, deem uma olhadinha no relatório do arquivo Epstein, que já está divulgado.

Os gritos das crianças sendo sacrificadas nos incomodam. E detalhe: há mais de 9 mil citações do Brasil no arquivo Epstein.

E ontem nós descobrimos que Epstein esteve no Brasil algumas vezes e esteve na Região Norte. Inclusive, ele queria comprar uma floresta no Amapá.

O que Epstein queria fazer no Brasil? Uma outra ilha, para, aqui no Brasil, ele fazer o que ele fez nos Estados Unidos?

Nós vamos ter que ficar atentos às informações do arquivo Epstein. Sabem por quê, Senadores? Nós estamos com mais de 50 mil crianças desaparecidas no Brasil. Será que algumas dessas crianças não foram parar lá na ilha de Epstein?

Ele e sua corja estiveram no Brasil. Inclusive um deles, o aliciador dele no Brasil, tirou foto aqui na Praça dos três Poderes. Nós vamos ter que prestar atenção.

O arquivo Epstein, infelizmente, Senador Flávio Arns, traz autoridades do mundo inteiro. Príncipes, autoridades de outros países estiveram na ilha ou tiveram envolvimento com Epstein. Vamos estar atentos, porque agora nos chama a atenção.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele esteve no Norte do Brasil. Ele queria comprar a floresta no Amapá, alegando que era para guardar, que ela iria valorizar muito e depois ele venderia para os chineses.

Será que era isso realmente que ele queria no Amapá? E por que o Amapá? Por que o Amapá faz fronteira com a Guiana Francesa e com o Suriname, dois países que são constantemente citados ali, aquela rota, como rota do tráfico internacional? É coincidência, gente?

Então, eu queria muito chamar a atenção desta Comissão.

Decidi, como Presidente, que nós vamos acompanhar a divulgação do arquivo Epstein, com muita atenção, especialmente à citação do Brasil, especialmente ao movimento que ele e a quadrilha dele tiveram aqui, na nossa nação, especialmente no Norte.

As crianças terão voz, continuarão tendo voz nesta Comissão.

Parabéns, Senador Marcos Pontes, por ter feito um relatório protegendo animais, mas por ter lembrado aqui, na Comissão, das crianças, da vida das crianças, e a gente vai mobilizar o Brasil a falar sobre a infância este ano.

Sim?

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Senadora, eu só gostaria de complementar com uma coisa, uma frase que me veio à cabeça com tudo isso acontecendo – se não me engano é de Martin Luther King ou de Buda –, que diz o seguinte: "A escuridão não pode expulsar a escuridão; só a luz pode expulsar a escuridão. O ódio não pode expulsar o ódio; só o amor pode expulsar o ódio".

A gente precisa ter muito bom senso, muita cabeça no lugar, vamos dizer assim, utilizar as nossas leis da forma correta, para que nós possamos ajustar essas coisas no Brasil, mas eu vejo que isso aí não é só no Brasil não, essa perda de valor da vida.

Isso aí precisa ser tratado de alguma forma, sem dúvida nenhuma, porque, senão, o futuro realmente não vai ser aquele que nós imaginamos para os nossos jovens, para as futuras gerações.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 9 da pauta.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 432, DE 2025

- Não terminativo -

Dispõe sobre o fornecimento gratuito de protetores auriculares para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito do sistema de ensino público, privado e ensino profissionalizante.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da Emenda (substituto) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CAE e terminativo na CE

Concedo a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes para a leitura do seu relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Vou partir para a análise.

O relatório.

O Regimento Interno do Senado Federal estabelece a competência deste Colegiado para examinar proposições legislativas pertinentes à garantia e promoção dos direitos humanos e à proteção e inclusão de pessoas com deficiência.

Sob esse mandato, o PL 432, de 2025, é plenamente meritório, pois oferece uma solução simples e eficaz para aliviar o desconforto e a desorganização que ruídos altos ou desagradáveis podem provocar em autistas com hipersensibilidade auditiva.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ressalte-se que, como sugere o autor, o fornecimento dos protetores auriculares pode ser viabilizado mediante parcerias e convênios entre entidades públicas e privadas, reduzindo o custo ao Erário.

Acrescentamos que se trata de medida perfeitamente alinhada ao que estabelece o inciso XII do art. 28 da Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, que assegura o acesso dos estudantes com deficiência, como é o caso dos autistas, a recursos de tecnologia assistiva, promovendo sua autonomia e participação.

A título de aprimoramento, propomos alguns ajustes redacionais na proposição.

O primeiro é substituir a expressão “protetores auriculares” por “protetores auditivos”, para evitar confusão com protetores tais como os utilizados em natação. Ao utilizar o termo mais preciso e tecnicamente correto, simplifica-se a proposição a ponto de tornar dispensável o §3º que se acrescenta ao art. 3º da Lei 12.764, de 2012.

Em seguida, propomos alinhar as menções ao âmbito de aplicação, no ensino, ao disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que inclui, na educação básica, a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio e a educação profissional técnica de nível médio. A redação mais simples e uniforme facilitará a compreensão do alcance da norma.

Finalmente, em atenção à técnica legislativa, alteramos a numeração dos parágrafos criados pela proposição, tendo em vista que a Lei 15.131, de 29 de abril de 2025, já fez acréscimos à redação original.

O voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 432, de 2025, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CDH (Substitutivo)

PROJETO DE LEI Nº 432, DE 2025

Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para dispor sobre o fornecimento gratuito de protetores auditivos para pessoas com transtorno do espectro autista no âmbito da educação básica pública e privada.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o fornecimento gratuito de protetores auditivos a pessoas com transtorno do espectro autista no âmbito da educação básica pública e privada.

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 3º

.....
§ 3º As instituições de ensino públicas e privadas da educação básica têm a obrigação de fornecer protetores auditivos gratuitamente aos estudantes com transtorno do espectro autista. (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação.

Este é o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, nos termos da Emenda 1, da Comissão de Direitos Humanos.

Senador Marcos Pontes, parabéns pelo relatório e deixe-me fazer um destaque.

Luciana Medina está conosco. Luciana Medina é mãe de Bernardo, um menino com TEA, um menino especial, maravilhoso, que vai ser o nosso Senador um dia, e Luciana lidera diversos movimentos no Brasil em defesa das pessoas com autismo.

E aí, Luciana, a gente faz essa grande entrega hoje, nesta manhã, que é o fornecimento gratuito de protetores auriculares para pessoas com transtorno do espectro autista no sistema de ensino público.

Parabéns, a gente dá um passo hoje na proteção das crianças com autismo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Eu considero também importante o fornecimento de protetores auditivos, conforme modificado pela emenda do Senador Marcos Pontes. Agora, eu estou vendo aqui que vai para a Comissão de Educação e eu acho que um debate que tem que ser feito é como a escola pública e privada pode diminuir os ruídos também.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Quer dizer, além de dar a proteção, uma das coisas que ainda mais assusta numa escola é a campainha batendo para o começo da aula, para o recreio, que, em algumas escolas, é um barulho para todo mundo escutar e assustar todo mundo ao mesmo tempo – e particularmente os alunos que têm o transtorno do espectro autista, no caso, pela sensibilidade que têm ao ruído –, mas eu conheço também muitas escolas que substituíram a campainha por algo tranquilo, uma música, alguma coisa diferente, já combinando com os alunos nesse sentido.

Então é algo sobre, além de dar a proteção, o que o outro lado pode fazer para controlar os ruídos existentes. É claro que na hora do recreio, por exemplo, está lá a gurizada toda festejando, porque é recreio, então aí fica mais difícil, mas eu acho que é uma coisa a se pensar também, não é? Os pais podem ajudar bastante.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fantástico, Senador Flávio Arns. Acho que essa discussão a gente pode fazer lá e quem sabe a gente não aproveita e não discute as baterias nas igrejas. Gente, vocês já foram a um culto com bateria? Eu estou muito preocupada: se eu for para o céu e tiver bateria no céu, eu vou ter que passar a eternidade com bateria. Há crianças que não conseguem ficar mais em celebrações religiosas por causa do excesso do barulho. Então eu acho que a sociedade vai precisar repensar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algumas práticas. Vamos começar pela escola e depois a gente vai para os ambientes religiosos também, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Só lembrando da igreja, porque o meu filho, já falecido há dois anos, quando ele era criança, a gente ia à igreja, Igreja Católica no caso, na primeira nota do órgão, eu tinha que sair com ele da igreja e assistir à missa – vamos supor – do lado de fora, porque era insuportável para ele.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E liberdade de religião para as pessoas com autismo, vamos ter que fazer essa discussão. É uma discussão delicada, mas teremos que fazer.

Parabéns, Senador Marcos Pontes.

Do item 3 da pauta, eu sou Relatora, mas o Senador Magno Malta chegou, ele é o Relator do item 4.

Senador Marcos Pontes, eu poderia passar a palavra para ele e fazer o voto dele, depois o senhor preside para eu fazer a leitura do meu voto, que é o item 3, e dos requerimentos de minha autoria eu só vou ler a ementa, o.k.? Pode ser?

Então, item 4 da pauta, Senador Magno Malta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 3671, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para estabelecer a obrigatoriedade da classificação indicativa de conteúdos musicais a serem tornados públicos.

Autoria: Senador Beto Martins (PL/SC)

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Favorável ao Projeto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Tramitação: CDH, CCJ e terminativo na CE.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta para a leitura do seu relatório.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Como Relator.) – Sra. Presidente, eu serei mais rápido que imediatamente.

Eu vou pedir vista... Vou tirar de pauta, aliás, pedir a V. Exa., porque algumas emissoras me procuraram. Por mim, eu faria meu relatório hoje. O texto é meritório, mas, como eles têm algumas sugestões e querem ser ouvidos, ouvir não paga nada. Então, não é algo urgente para amanhã ou para hoje à tarde. Então, eu vou pedir a V. Exa. para retirar de pauta, para poder ouvi-los. Se eu entender que sim, eu os atendo; se eu entender que não, vai do jeito que está.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Magno Malta, a gente acolhe seu pedido, mas vamos lembrar que essa matéria é urgente. Eu e o senhor estamos muito incomodados com as letras de músicas que estão sendo cantadas para as crianças.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É por isso que eu disse...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós vamos ter que pegar pesado com essa matéria, no bom sentido, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – E vamos passar a orientação seguinte: quando você está incomodado com alguma coisa que está em uma Comissão, você tem que procurar antes, não é no dia da votação, pô.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu vou render a minha consideração, até porque, normalmente, o primeiro pedido foi feito por uma emissora que sempre cobre as coisas que fazemos e não passa o pano, não vive passando o pano para a podridão que este país está vivendo, razão pela qual, alerta, vou ouvi-los. Acho que o meu relatório está muito bom, mas vou ouvi-los e vou ver aquilo que eles querem propor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso peço a V. Exa. que retire e, na próxima sessão, a gente já vai votar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns!

Então, a gente já fica combinado de voltar na próxima sessão, e que os compositores fiquem alerta, que as emissoras fiquem alerta: agora, no Carnaval, haverá uma preocupação muito grande com a letra das músicas que serão cantadas.

Uma das palavras que me preocupa muito nas músicas recentes é – pegar as – "novinhas". As "novinhas" são crianças; a gente vai ter que discutir sobre isso. Não é em nome da liberdade artística que nós vamos adultizar, erotizar ou fazer ou banalizar a violência sexual contra criança e adolescente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – O que, aliás...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, aos representantes que estão aqui, avisem a seus compositores que a gente vai tirar, por uma semana, de pauta esse projeto de lei, mas que a gente vai deliberar sobre essa matéria.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sim, eu já fiz o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E está na mão da pessoa certa, Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Aliás, o tema deles é esse, como se estivesse banalizado, ninguém está prestando atenção e tal.

E, em todas as letras que você ouve hoje, parece que virou um mantra falar de abuso de criança. Você vê agora uma mãe de família, que é uma cantora conhecida, respeitada, como a cantora Ivete Sangalo, levar uma criança para o palco para cantar uma letra daquela com o duplo sentido mais perverso possível. Ainda fazer a criança dançar e fazer o gesto – e fazer o gesto. Em qualquer outro lugar, se fosse qualquer outra pessoa, qualquer outro artista, o Ministério Público já tinha caído de pau, já tinha caído de pau, mas aqui, no nosso sistema – aliás, quando eu falo sistema, eu estou falando do regime em que nós já estamos vivendo, o regime que é imposto neste país, sabe? –, essa gente é glamourizada, essa gente é protegida, não é?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, graças a Deus, porque o vulcão explodiu no Brasil, é tanta sujeira, está todo mundo com a mão tão melada – eu ia falar melada de alguma coisa, mas não vou falar, não – que não dá para segurar a mão um do outro porque escorrega, né? (Risos.) Escorrega... É.

Então, meu relatório está pronto e acho que muito bom. Na próxima semana a gente vota.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tá. Obrigada, Senador Magno Malta.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Eu só quero acrescentar que esse assunto é urgente: tem que ser debatido, votado, discutido obviamente, que nem foi colocado, se alguém tiver alguma..., mas deve voltar imediatamente para a pauta, tá?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Eu só quero lembrar que semana que vem é uma semana pré-Carnaval, mas que esta Comissão vai funcionar. Nem que seja de forma *online*, Senador Magno Malta, o senhor vai ler seu voto na próxima semana.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Eu fiz questão de lembrar, senão eu não tinha nem aceitado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mas na próxima semana a gente vai estar, nem que seja de forma *online*.

Eu vou solicitar que o Senador Marcos Pontes assuma a Presidência só para eu fazer a leitura do meu voto. Depois eu faço a leitura em conjunto dos requerimentos, e a gente encerra essa pauta hoje. Depois eu só tenho os expedientes – e temos expedientes bem sérios – para comunicar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Presidente. Eu assumo aqui.

É o item 3 da pauta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

SUGESTÃO Nº 14, DE 2022

- Não terminativo -

"Fixa aos Fonoaudiólogos piso salarial de R\$ 5.000,00, por 30 horas semanais"

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela prejudicialidade da Sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves, para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.)
– Obrigada, Presidente.

De conformidade com o parágrafo único do art. 102 do Regimento Interno do Senado, compete a esta Comissão opinar sobre a conveniência de transformar a sugestão sob exame em proposta legislativa.

A fixação de um piso salarial e de uma jornada padrão para os fonoaudiólogos não encontra obstáculo de natureza constitucional. Ao contrário, escora-se no art. 7º, inciso V, da Carta Magna, que consagra como direito fundamental dos trabalhadores o piso salarial proporcional à complexidade e à extensão do labor.

Além disso, sempre que uma atividade estiver diretamente vinculada à saúde, à educação e à segurança, ao Estado interessa fiscalizar e disciplinar as condições em que será realizada, agindo em benefício dos seus usuários. No caso da fonoaudiologia são evidentes os vínculos entre a saúde, pública e individual, e a formação profissional daqueles que pretendem oferecer esse serviço.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As razões expostas no detalhamento da presente sugestão são, outrossim, válidas e justificam que o Congresso Nacional venha a debater esse problema e avaliar a necessidade de se estabelecerem um piso salarial e uma jornada semanal máxima de labor compatíveis com as dificuldades enfrentadas por esses profissionais.

Nesse sentido, devemos apontar que se encontra pendente de apreciação por este Senado Federal o PL nº 4.263, de 2025, de autoria do Senador Izalci Lucas, que limita a jornada semanal máxima de trabalho dos fonoaudiólogos em 30 horas, encampando parcialmente o disposto na sugestão em exame.

Na Câmara dos Deputados, encontra-se em exame o PL nº 2.077, de 2023, da Deputada Andreia Siqueira, que tem o mesmo teor da SUG nº 14, de 2022, o qual fixa o piso salarial de R\$5 mil reais para uma jornada semanal de 30 horas de labor. A proposição em testilha foi distribuída à Comissão de Saúde daquela Casa, encontrando-se pendente de parecer.

Assim, Presidente, a sugestão, por mais meritória que seja, recebe o meu voto agora pela rejeição porque já temos matérias tramitando com o mesmo teor. Mas quero parabenizar o autor da sugestão e cumprimentar todos os fonoaudiólogos do meu país.

O voto, então, é pela declaração da prejudicialidade da SUG nº 14, de 2022.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Senadora.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Relatório aprovado, que passa a construir o parecer da CDH pela prejudicialidade da sugestão. Portanto, foi rejeitado.

Devolvo a Presidência à Senadora Damares Alves.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Do item 11 ao item 21 são requerimentos. Eu vou pedir permissão aos Parlamentares para ler apenas a ementa dos requerimentos. São todos de audiência pública, devidamente justificados e com os nomes dos convidados também devidamente publicados.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 11,
DE 2026

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de realizar campanha institucional em alusão ao Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, celebrado em 12 de junho, voltada à conscientização social, à prevenção e ao fortalecimento das políticas públicas de erradicação do trabalho infantil no Brasil.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 12,
DE 2026

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de promover a campanha “Novembro Roxo”, dedicada à prematuridade e à atenção neonatal, em alusão ao Dia Mundial do Bebê Prematuro (17 de novembro), bem como os desafios, avanços e lacunas das políticas públicas voltadas à saúde materno-infantil no Brasil.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 13,
DE 2026

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a empregabilidade de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), os obstáculos à sua inclusão no mercado de trabalho e a necessidade de aperfeiçoamento de políticas públicas, incentivos e boas práticas no setor público e privado, considerando, como recorte temático, os impactos da exclusão educacional e social vivenciada na infância e adolescência sobre a inserção profissional na vida adulta.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

No Requerimento 13, além dos convidados já publicados, há uma solicitação – e eu acolho – da participação do Ministério Público do Trabalho na audiência pública.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 14,
DE 2026

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de promover o Balanço e a Prestação de Contas das atividades desenvolvidas pela Comissão no Biênio 2025–2026, bem como realizara apresentação institucional das principais entregas, ações, audiências públicas, diligências, encaminhamentos e iniciativas realizadas no período.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 15,
DE 2026

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de promover a campanha “Setembro Amarelo”, voltada à prevenção do suicídio e à valorização da vida, bem como os desafios, avanços e lacunas das políticas públicas de promoção da saúde mental no Brasil.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 16,
DE 2026

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil, os instrumentos nacionais de prevenção, investigação e localização, bem como a articulação entre os órgãos de segurança pública, o sistema de justiça e as políticas de direitos humanos, tendo como referência casos recentes ocorridos em diferentes contextos do território nacional, a exemplo de ocorrências registradas na região do Marajó, no Estado do Pará, no Estado do Rio de Janeiro e no Estado do Maranhão.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ITEM 17





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 17,
DE 2026

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de promover a campanha “Agosto Dourado” – Mês do Aleitamento Materno, seus impactos nas práticas de saúde, nos direitos das crianças e das mães, os indicadores nacionais e os desafios para a implementação de políticas públicas eficazes.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 18,
DE 2026

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de realizar campanha institucional em alusão ao Junho Violeta.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

A audiência pública será com os convidados que aqui já indiquei. O Junho Violeta é um mês de prevenção e enfrentamento à violência contra a pessoa idosa.

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 19,
DE 2026

- Não terminativo -





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de seminário, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, com o tema “Fortalecimento dos Conselhos Tutelares”, a ser realizado no dia 18 de novembro de 2026, no Auditório Petrônio Portella do Senado Federal, em Brasília/DF.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 20,
DE 2026

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o Registro Civil de Nascimento e a Garantia de Direitos na Infância, enquanto pilar estruturante da cidadania, da proteção integral e da prevenção de graves violações de direitos humanos.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 21,
DE 2026

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os Direitos da Menina, em alusão ao Dia Internacional da Menina (11 de outubro), instituído pela Organização das Nações Unidas, bem como os desafios, avanços e lacunas das políticas públicas voltadas à proteção integral de meninas no Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

E nós temos o Requerimento 21, que é um requerimento extrapauta, de autoria do... Acho que não está, né, o extrapauta? Senador Marcos Rogério? Não. 22? Requerimento extrapauta? *(Pausa.)*

Não pediu? *(Pausa.)*

O.k.

Vamos deliberar os itens 11 a 21, requerimentos lidos de realização de audiências públicas.

Os Senadores que concordam ficam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados todos os requerimentos.

E as audiências públicas já estão, inclusive, pré-agendadas.

Senador, nós realizaremos algumas audiências públicas que estão naquele escopo de requerimento guarda-chuva. A primeira audiência pública que nós vamos realizar já será a semana que vem, sobre a proteção da criança e adolescente no contexto do Carnaval. Nós vamos realizar, na sequência, uma audiência pública sobre o direito das crianças com altas habilidades. É um pedido das famílias do Brasil; as crianças com altas habilidades estão tendo direitos violados, as famílias estão em sofrimento. Então, a Comissão fará a realização dessas duas audiências públicas que fazem parte do escopo de um requerimento abrangente sobre violação de direitos humanos.

Bem, cumprida a nossa pauta deliberativa, eu agradeço aos Senadores que estiveram presentes. Obrigada, Senador Flávio Arns.

Agora eu vou para a leitura dos expedientes.

Nós temos 27 denúncias.

O expediente lido hoje consolida as manifestações recebidas na CDH de 06/12 a 31/01. No total de 27 denúncias, nós temos 14 informes, 22 solicitações e 31 respostas de ofícios à Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Denúncia nº 1: cidadão denuncia suposta violação de direitos de crianças no contexto de acolhimento institucional envolvendo decisões judiciais em atuação de órgãos do sistema de justiça. Nós fizemos diversos encaminhamentos com relação a essa denúncia.

Denúncia nº 3: cidadão denuncia suposta irregularidade de técnicas e procedimentos de demarcação em terra indígena. Encaminhamento: encaminhar a denúncia ao Ministério de Direitos Humanos, à Funai, ao Ministério da Justiça, ao MPF e ao Conselho Nacional de Direitos Humanos para apuração administrativa e ciência das providências adotadas com solicitação de retorno à Comissão.

Denúncia nº 4: entidades comunitárias relatam os impactos sociais decorrentes de política de regularização fundiária com possível violação de direitos de grupos vulneráveis. Encaminhamento: encaminhar a denúncia aos órgãos competentes – Ministério das Cidades, Secretaria do Patrimônio da União, MPDFT, DPDF – para conhecimento, apuração das alegações, adoção das providências cabíveis, com solicitação de retorno à Comissão.

Denúncia nº 10: cidadão denuncia suposta prática abusiva de instituição financeira, com retenção integral de rendimentos de natureza alimentar. Encaminhamento: orientar o denunciante a acionar o Banco Central do Brasil, MPU, DPU, MDH, para apuração e adoção de providência.

Denúncia nº 12: cidadão relata situação de violência doméstica e abuso institucional. Orientar a demandante procurar o Creas local bem como MP, Defensoria Pública, MDH.

Denúncia 22: cidadã apresenta denúncia envolvendo direitos de criança em processo judicial em trâmite no exterior. Orientar a demandante a buscar apoio junto ao Consulado do Brasil nos Estados Unidos, para assistência e orientação consular.

Denúncia 23: representante de pessoa idosa denuncia a interrupção prolongada de fornecimento de serviço público essencial. Encaminhamento: encaminhar a denúncia à ANA, Defensoria Pública do Rio de Janeiro e Ministério dos Direitos Humanos, para apuração.

Denúncia 24: cidadão relata prática de intolerância religiosa e abuso de autoridade em unidade policial. Encaminhamento: informar a impossibilidade de interferência em procedimentos judiciais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Denúncia 25: servidor militar denuncia supostas irregularidades em processo administrativo disciplinar. Encaminhamento: orientar o denunciante a formalizar demanda junto à ouvidoria do próprio órgão.

Denúncia 26: cidadã denuncia suposta violação de direitos no contexto do processo de guarda de menor em trâmite no exterior. Orientar a demandante quanto à possibilidade de utilização dos mecanismos recursais e processuais disponíveis na esfera judicial nacional e internacional.

Denúncia nº 28: cidadão residente no exterior denuncia barreiras tecnológicas no exercício do direito de petição em plataformas públicas. Encaminhamento: encaminhar a denúncia aos órgãos competentes, para apuração das alegações.

Respostas de ofícios.

Órgão ministerial informa que investigação relativa ao desaparecimento segue sob responsabilidade da autoridade policial. Encaminhamento: acusamos recebimento.

Defensoria Pública estadual esclarece que denúncia relativa à unidade prisional encontra-se sob acompanhamento institucional.

Ministério informa registro e encaminhamento de denúncia à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e órgãos competentes.

Mais um ofício: conselho nacional comunica encaminhamentos internos relativos ao relatório de diligência da Comissão.

A Procuradoria-Geral da República responde informando providências institucionais em caso de subtração internacional de menor.

O ministério informa a inexistência de providências administrativas em relação à sugestão por nós apresentada.

O ministério também informa encaminhamento de denúncia sobre endividamento rural aos órgãos competentes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma resposta do ministério: informa registro e encaminhamento de denúncia trabalhista a órgãos competentes.

A fundação informa dados sobre casos de doenças em povos indígenas e orienta quanto à competência dos órgãos de saúde. Agradeço à Fundação Nacional do Índio pela resposta.

O Ministério da Educação – mais uma resposta – encaminha informações sobre ações relativas ao PNDH.

O Ministério dos Direitos Humanos informa análise do relatório de diligência realizada pela Comissão em Rondônia.

Vamos agora para solicitações.

Cidadã solicita audiência para tratar de situação envolvendo familiar custodiado. Solicitar contato para tratativas iniciais e avaliação de agenda com a cidadã.

Mais uma solicitação: liderança indígena solicita providência quanto ao registro de pista de pouso em comunidade indígena. Encaminhar o pedido aos órgãos competentes. Ouviu, Dr. Esequiel?

Cidadã apresenta sugestão legislativa voltada à proteção financeira da pessoa idosa. Informar os canais institucionais para apresentação de sugestões legislativas.

Solicitação nº 20: entidades solicitam realização de audiência pública sobre empregabilidade de pessoa com TEA. Já apresentamos o requerimento e aprovamos nesta sessão.

Adolescente manifesta posicionamento contrário a projeto legislativo relativo à proteção de crianças e adolescentes. Registrar a manifestação para fins de conhecimento.

E que legal que um adolescente está fazendo contato e interação com a nossa Comissão.

Pedido de reconsideração: pessoa idosa apresenta pedido de reconsideração de encaminhamento anterior, reiterando solicitação de providências institucionais. Encaminhamento: acatar o pedido de reconsideração e informar a inclusão do tema em agenda institucional futura, com comunicação aos órgãos competentes.

Esses são os encaminhamentos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos agora expedição ainda de leitura de denúncia.

Denúncia nº 30: cidadã relata supostas violações de direitos humanos no sistema prisional no Município de Charqueadas, Rio Grande do Sul. Encaminhamento: orientar a demandante a acionar diretamente os órgãos competentes, pelos canais institucionais.

Denúncia 32: cidadão relata suspensão indevida do benefício Bolsa Família, apesar de alegar preencher os requisitos legais, informando tentativas frustradas de solução administrativa junto aos canais oficiais. Encaminhar a denúncia aos órgãos competentes.

Denúncia nº 40: denunciante apresenta relato de supostas violações de direitos humanos no contexto de custódia de pessoa idosa com comorbidades. Registrar o teor da denúncia, informar acerca do atual acompanhamento da CDH e orientar quanto à utilização dos canais institucionais.

Perceba o quanto esta Comissão trabalha.

Denúncia nº 41: cidadão relata ter sido preso injustamente, com posterior reconhecimento de inocência, alegando falha estatal e ausência de reparação pelos danos sofridos. A denúncia foi encaminhada sem provas documentais anexadas. Encaminhamento: orientar o demandante quanto à busca da via judicial adequada, com apoio da Defensoria Pública ou advogado de sua confiança.

Denúncia nº 42: Conselho Estadual de Direitos Humanos de Mato Grosso encaminha relatório de inspeção extraordinária em unidade prisional de Sinop, Mato Grosso, apontando graves e sistemática violações de direitos humanos, com documentação técnica, fotográfica e audiovisual anexada. Encaminhamento: encaminhar a denúncia e o relatório aos órgãos competentes para conhecimento, apuração e adoção de providências cabíveis.

Denúncia nº 43: cidadãos relatam possíveis maus-tratos de tratamento indigno contra pessoa idosa sob custódia estatal, apontando a incompatibilidade entre as condições de custódia e estado de saúde do custodiado. Registrar o teor da denúncia e orientar os denunciantes quanto aos canais institucionais adequados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Denúncia nº 47: pessoa privada de liberdade denuncia omissão estatal no fornecimento de tratamento médico adequado, com risco concreto à saúde, apresentando documentação judicial e administrativa comprobatória. Encaminhamento: encaminhar a denúncia aos órgãos competentes para apuração e providência.

Denúncia nº 56: advogado apresenta a denúncia de possíveis irregularidades na captação e controle de córneas em hospitais públicos do Distrito Federal, apontando fragilidades institucionais e risco à legalidade do sistema de saúde. Registrar o teor da denúncia e informar que os órgãos competentes já foram formalmente oficiados e que medidas institucionais de cooperação já foram adotadas.

Denúncia nº 58: cidadão relata episódio de violência policial ocorrida no Estado de São Paulo, com repercussão social, incluindo óbito e agressões em abordagens policiais, instruindo a denúncia com reportagem jornalística. Solicitar informações aos órgãos competentes acerca do atual mandamento dos procedimentos instaurados, colocando a Comissão à disposição para contribuir institucionalmente.

Denúncia nº 69: cidadã denuncia supostas irregularidades no acolhimento institucional de dois filhos menores no Estado do Rio Grande do Sul, apontando falhas procedimentais e violação dos direitos à convivência familiar, com documentação anexada.

Esse caso tem uma grande repercussão nas redes sociais, é o caso das crianças de Arroio do Meio... Arroio Grande, no Rio Grande do Sul, e eu sei que há uma expectativa muito grande agora das pessoas que estão nos assistindo. Nós tomamos inúmeras providências neste caso, especialmente a OAB do Rio Grande do Sul está sendo oficiada, e outros órgãos também. Ontem eu tive a oportunidade de conversar com a médica psiquiátrica que está acompanhando a família. O caso é extremamente delicado, a Justiça do Rio Grande do Sul tem um posicionamento; os ativistas de direitos humanos têm outro posicionamento; a médica que está acompanhando o caso tem um outro posicionamento. Nós vamos acompanhar este caso dentro das atribuições desta Comissão.

Estamos preocupados com a saúde mental das duas crianças que estão recolhidas. Os pais são amorosos, amam as crianças, pelo que nós estamos entendendo, mas os órgãos de proteção da infância optaram, e o juiz acatou, que as crianças fossem retiradas dos pais. Um dos motivos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é a falta de vacina; os pais já vacinaram as crianças, elas tiveram reação às vacinas, por isso é que eles interromperam o procedimento, tem laudos médicos atestando que as crianças não podiam tomar todas as vacinas.

O caso é muito delicado e está tendo uma repercussão muito grande. Nós vamos acompanhar com a delicadeza que esse caso merece. Se possível, vamos conversar com o juiz que determinou o recolhimento das crianças; vamos conversar com as famílias também, tendo todos os cuidados necessários; vamos conversar com a bancada do Rio Grande do Sul, que também tem Parlamentares acompanhando. Mas nós não podemos nos omitir, nesta Comissão, quando uma denúncia chega. Nós tomamos as providências que estavam, num primeiro momento, à nossa disposição.

Denúncia 56: advogado apresenta denúncia de possíveis irregularidades na captação e controle de córneas em hospitais públicos do Distrito Federal. Acho que eu já li essa, né?

Denúncia 58: cidadão relata episódios de violência policial ocorridos no Estado de São Paulo, com repercussão social, incluindo óbito e agressões em abordagens policiais, instruindo a denúncia com reportagem jornalística. *(Pausa.)*

Estava no 70? O.k.

Denúncia nº 70: cidadã denuncia situação de violência e negligência contra pessoa idosa, com risco à integridade física e psicológica, instruída com provas documentais. Solicitar envio de informações complementares para adequada análise do caso.

Vamos para os informes.

Meu Deus... *(Risos.)*

Informe nº 49: comunicação encaminhada por cidadã manifestando apoio à ampliação da idade mínima para consentimento sexual, com ênfase na proteção integral de crianças e adolescentes na prevenção da violência sexual. Informar que manifestações de apoio podem ser formalizadas por meio do Portal e-Cidadania, do Senado Federal.

Informe 50: manifestação encaminhada por entidade representativa de pessoas com doença celíaca, apoiando a Sugestão Legislativa 5, de 2025, destacando a relevância da matéria





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a garantia do direito à saúde e à alimentação adequada. Informar que o apoio pode ser registrado no Portal e-Cidadania e encaminhado ao Senador Relator da matéria. Mas a Comissão pode encaminhar também esses apoimentos de sugestões que estão chegando à Comissão direto ao Relator, tanto das sugestões como do projeto de lei.

Informe 56: moção de apoio encaminhada por cidadã em favor da redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais para psicólogos. Informar que manifestações de apoio a proposições legislativas podem ser registradas no Portal e-Cidadania.

Informe 59: parecer de força executória encaminhado pela Advocacia-Geral da União referente à condenação do Estado brasileiro no caso Muniz da Silva e outros *versus* Brasil, envolvendo violações de direitos humanos decorrentes de violência policial. Registrar o recebimento do parecer e manter o documento disponível para acompanhamento institucional.

Informe 60: moção aprovada por Câmara Municipal manifestando apoio à ampliação da idade mínima para consentimento sexual, com fundamento na proteção integral da criança e do adolescente. Encaminhamento: registrar o recebimento da moção de apoio.

Informe 61: carta institucional encaminhada por Tribunal Regional do Trabalho, contendo compromissos e diretrizes voltadas à promoção de direitos fundamentais no ambiente laboral. Registrar o recebimento da correspondência.

Informe 66: envio de notas taquigráficas de audiência pública realizada na Assembleia Legislativa estadual, tratando de homicídio de trabalhador e de conflitos relacionados às condições de trabalho. Encaminhamento: registrar o recebimento das notas taquigráficas.

Informe 63: moção de solidariedade encaminhada por Câmara Municipal em razão de episódio ocorrido em sessão do Senado Federal, relacionado a suposta violência política de gênero. Registrar o recebimento da moção de solidariedade.

Informe 66: material institucional encaminhado pela Ouvidoria Nacional do Ministério Público, referente à campanha "Respeito é bom, eu gosto e é direito!", com solicitação de apoio institucional na divulgação. Registrar recebimento do material e encaminhar à Secretaria de Comunicação para conhecimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Respostas de ofício.

Resposta de ofício 37: do Ministério de Minas e Energia ao nosso Ofício 144, de 2025, prestando esclarecimentos sobre o enquadramento da demanda indígena caiapó no Programa Luz para Todos. Agradecer as informações prestadas e registrar para acompanhamento institucional. Não sei se vai ser necessário encaminhar à liderança caiapó essa resposta.

Resposta do Ministério Público do Trabalho à denúncia anteriormente encaminhada pela CDH, informando redistribuição da notícia de fato às procuradorias regionais competentes. Encaminhar a denúncia às procuradorias regionais indicadas.

Resposta ao Ofício nº 33 da CDHHAIA, com informações sobre cooperação jurídica internacional, atuação da AGU e da Procuradoria-Geral no caso de disputa de guarda internacional. Dar ciência à Comissão para conhecimento e providências institucionais cabíveis.

Resposta do ofício da Câmara Legislativa do Distrito Federal e da Secretaria de Administração Penitenciária do DF ao Ofício 395, de 2025, com esclarecimentos sobre providências adotadas após diligência realizada por esta Comissão. Agradecer as informações prestadas e registrar para acompanhamento institucional.

Resposta da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa do DF ao Ofício nº 1, de 2026, informando a atuação permanente no enfrentamento de violações no sistema prisional. Acusar o recebimento e agradecer as informações prestadas.

Resposta do Conselho Nacional de Justiça ao Ofício 479 da CDH, com informações sobre mediações e providências no âmbito da ADPF nº 709. Agradecer as informações prestadas e manter acompanhamento institucional.

Resposta do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania às recomendações expedidas pela CDH, informando ações institucionais adotadas.

Resposta da Casa Civil do Estado de Minas Gerais ao relatório final da diligência temática da CDH, apresentando ações e políticas públicas de enfrentamento a violações contra a mulher.

Resposta do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal ao Ofício nº 434, da CDH, comunicando vistoria, instauração de processo administrativo e envio de relatório técnico.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos agora para mais solicitações.

Solicitação nº 31: cidadã solicita providências administrativas relativas a caso de feminicídio ocorrido em 2017. Encaminhar aos órgãos estaduais competentes e informar a demandante.

Solicitação nº 33: cidadão encaminha sugestão legislativa relacionada ao aprimoramento de políticas públicas na área da saúde. Encaminhamento: informar que sugestões legislativas podem ser apresentadas por meio do Portal e-Cidadania do Senado Federal.

Solicitação nº 34: cidadão solicita providências relativas a benefício previdenciário, informando dificuldade de solução administrativa. Encaminhamento: orientar o demandante a buscar os canais administrativos próprios e, se necessário, a via judicial adequada.

Solicitação nº 35: cidadão encaminha manifestação relacionada à situação de pessoas presas em decorrência dos eventos de 8 de janeiro, sem pedido objetivo de providências específicas. Registrar a manifestação para ciência da Comissão.

Solicitação nº 36: cidadão solicita apoio da Comissão em processo judicial em curso.

Por que a gente não cita o nome do solicitante? Para preservar a identidade do solicitante, obedecendo ao dispositivo da Lei Geral de Proteção de Dados, mas, se alguém quiser saber que solicitação é essa... Por exemplo, a Solicitação 33: solicita à Comissão e, se for possível, se não tratar de processo sigiloso de criança, a gente pode informar o solicitante.

Solicitação nº 36: cidadão solicita apoio da Comissão em processo judicial em curso. Informar que a Comissão não pode interferir em decisões ou trâmites do Poder Judiciário, orientando quanto aos meios processuais cabíveis.

Solicitação nº 45: cidadão solicita esclarecimentos sobre eventual proposição legislativa de interesse social. Informar os canais institucionais do Senado Federal para acompanhamento e proposição legislativa.

Solicitação nº 46: cidadão manifesta interesse em apoiar proposição legislativa em tramitação no Congresso Nacional. Informar que o apoio pode ser registrado por meio do Portal e-Cidadania do Senado Federal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Solicitação nº 51: cidadão solicita informações gerais sobre a atuação e competências da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Informar as atribuições regimentais da Comissão e os canais institucionais de atendimento ao cidadão.

Solicitação nº 57: cidadão solicita análise de situação funcional de caráter individual. Orientar o demandante a procurar o órgão responsável ou a via judicial adequada.

Solicitação nº 64: entidade da sociedade civil encaminha manifestação relacionada a políticas públicas de interesse de grupo específico. Encaminhamento: registrar a manifestação para ciência da Comissão.

Solicitação nº 65: cidadão apresenta demanda para conhecimento da Comissão, sem requerer providências imediatas. Encaminhamento: registrar a manifestação para análise da Comissão e eventual propositura legislativa.

Solicitação nº 67: cidadão solicita encaminhamento institucional de demanda de interesse social, sem indicação de órgão destinatário específico. Encaminhamento: orientar o demandante quanto aos canais institucionais adequados para formalização da demanda.

Vamos agora para mais denúncias.

Denúncia nº 71...

Vocês realmente gostam da Presidência, Secretaria? (*Risos.*)

Denúncia nº 71: cidadão relata suposta falha na prestação de serviços por operadora de plano de saúde, consistente na negativa ou demora injustificada no fornecimento de medicamento de alto custo. Encaminhamento: encaminhar a denúncia à ANS, ao MDHC e ao MP, para ciência, apuração dos fatos narrados e adoção das providências cabíveis, com acompanhamento da CDH, bem como informar a denunciante sobre os encaminhamentos realizados.

Denúncia nº 86: pessoa idosa privada de liberdade denuncia ausência de atendimento médico adequado e falta de fornecimento de medicação de uso contínuo no ambiente prisional, com alegação de risco à integridade física e à vida. Informar ao demandante que a Defensoria





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pública, já acionada para acompanhamento, é o órgão constitucionalmente competente para a prestação de assistência jurídica integral e gratuita no caso.

Denúncia nº 88: cidadão relata supostas violações de direitos humanos decorrentes de omissão reiterada do Estado na garantia do direito à saúde, à assistência social e à dignidade da pessoa humana, em contexto de doença grave, crônica e incapacitante, ausência de renda e situação de vulnerabilidade extrema, com impactos sobre núcleo familiar e direitos de criança dependente.

Encaminhamento: encaminhar a denúncia ao Ministério de Direitos Humanos e Cidadania, ao Ministério Público do Estado do Pará, à Defensoria Pública do Estado do Pará e à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, para conhecimento, análise e adoção das providências cabíveis, bem como informar o denunciante sobre os encaminhamentos realizados.

Vamos para os informes.

Informe nº 77: comunicação institucional encaminhando relatório analítico internacional voltado ao acompanhamento do debate político contemporâneo, sob a perspectiva dos direitos humanos. Encaminhar o recebimento do material.

Informe nº 84: envio de exemplar de revista jurídica contendo artigos e materiais sobre temas contemporâneos de interesse da área de direitos humanos.

Informe nº 85: envio de publicação periódica dedicada à defesa dos direitos dos povos indígenas. Encaminhamento: nós estamos registrando o recebimento do material.

Mais respostas de ofício.

Resposta ministerial informando a instauração de processo administrativo para apuração de suposta exposição indevida de dados pessoais de cidadãos brasileiros. Parabéns pela iniciativa. Queremos acusar o recebimento das informações e manter acompanhamento institucional.

Resposta ministerial prestando esclarecimentos técnicos sobre sistema de segurança pública e governança de dados.

Resposta nº 76: resposta do Ministério Público Federal informando a instauração de notícia de fato e o posterior declínio de atribuição, com remessa ao Ministério Público local.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resposta nº 81: resposta ministerial com informações sobre providências adotadas no âmbito de políticas públicas de direitos humanos.

Resposta nº 82: resposta do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania informando o tratamento administrativo de denúncia envolvendo professores indígenas.

Resposta nº 83: resposta ministerial detalhando o registro e o encaminhamento de denúncia relacionada a violações no sistema prisional estadual.

Resposta nº 87: resposta ministerial referente à indicação da CDH sobre operações de desintrusão em áreas rurais.

Solicitações. Estamos chegando ao final.

Solicitação nº 72: manifestação de apoio à iniciativa legislativa relacionada ao aprimoramento penal. Agradecer a manifestação e orientar quanto à utilização do Portal e-Cidadania do Senado Federal.

Solicitação nº 74: ofício institucional solicitando apoio diante de caso envolvendo proteção de crianças e adolescentes já acompanhado pela Comissão. Informar que as providências cabíveis no âmbito da CDH já foram adotadas e permanecem em acompanhamento.

Solicitação nº 78: comunicação solicitando registro documental e monitoramento institucional de situação de risco. Registrar o recebimento da manifestação e orientar quanto aos canais formais de denúncia e proteção de direitos humanos.

Solicitação nº 79: solicitação de acesso a materiais institucionais para fins de estudo e formação acadêmica. Informar que os materiais estão disponíveis no *site* do Senado Federal, no Portal da CDH e no Portal do ILB.

Solicitação nº 80: solicitação de apoio institucional em casos envolvendo violência sexual contra criança com processos judiciais em curso. Encaminhar a demanda ao Ministério Público e à Defensoria Pública do Estado de São Paulo, com ciência ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Isto posto, submeto aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras os encaminhamentos lidos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os encaminhamentos aqui sugeridos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados todos os encaminhamentos.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, os documentos lidos como informes ficam disponíveis no *site* do Senado e no Portal da CDH. Os demais ficam na Secretaria para a manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminando o prazo, os documentos serão arquivados.

Nesses mesmos termos, comunico que os documentos lidos na 86ª Reunião do ano de 2025 serão arquivados.

Este é um momento bem delicado e que nós da Comissão fazemos com muita delicadeza. Atenção! A Comissão de Direitos Humanos eu acho que é a Comissão que abre a porta para a interação da sociedade com o Senado Federal. Nós temos o Portal e-Cidadania, mas a nossa Comissão é a que mais recebe demanda da sociedade. Por conta disso, pelo aumento da demanda, nossa Comissão recebeu reforço com mais técnicos que foram aprovados recentemente. Nossa Comissão está linda, está extraordinária! E vocês viram o quanto nós trabalhamos no mês de janeiro: a Comissão não parou um único dia. Eu quero agradecer aos assessores, ao corpo técnico da Comissão.

Às vezes, tem um encaminhamento que eu leio aqui e eu falo só cidadão, mas, às vezes, uma solicitação requer da equipe, no mínimo, 20 ofícios – uma única solicitação. Foi o caso de Arroio, lá no Rio Grande do Sul. Uma solicitação acabou requerendo da Comissão inúmeros encaminhamentos. A equipe trabalha muito. Parabéns, equipe! Aos Senadores que estão acompanhando todo esse documento... E por que eu tenho que ler e dizer o número? Porque nós temos uma ata. Não posso falar os nomes por uma questão de proteção de sigilo, mas cada número que eu li foi devidamente anotado. Nós temos uma ata. Nós estamos dando resposta à sociedade.

Dessa forma, eu agradeço à Comissão por tudo que fizeram em dezembro e janeiro – enquanto todo mundo estava de recesso, estavam trabalhando – e agradeço à sociedade por



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

estar confiando nesta Comissão. A Comissão tem sido muito demandada e eu acredito que isso é por conta das respostas dadas.

Que Deus abençoe todos vocês!

Obrigada.

Nada mais tendo a tratar...

Quem quiser uma cópia da publicação dos relatórios está aqui.

Nada mais tendo a tratar, declaro encerrada a nossa reunião.

(Iniciada às 11 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 45 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia onze de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Sergio Moro, Mara Gabrilli, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Paulo Paim e Tereza Cristina, e ainda do Senador Veneziano Vital do Rêgo, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 1983, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para assegurar vagas em instituições federais de ensino superior aos egressos de programa de acolhimento institucional nos termos que especifica." Autoria: Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO). Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutiva) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei nº 1153, de 2025 - Não Terminativo - que: "Cria o Programa Transformação Digital para Ribeirinhos, Quilombolas e Comunidades Indígenas e dá outras providências." Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA). Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Sugestão nº 6, de 2020 - Não Terminativo - que: "Redução da remuneração mensal para 50% para deputados federais, estaduais e senadores" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Sugestão nº 11, de 2023 - Não Terminativo - que: "Fixa novas regras tributárias em relação à compras feitas em e-commerce internacional." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Sugestão nº 9, de 2024 - Não Terminativo - que: "Requer Plebiscito em 2026 para restaurar a monarquia parlamentarista no Brasil." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Pela rejeição e consequente arquivamento da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Projeto de Lei nº 781, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre atendimento individualizado periódico na educação especial." Autoria: Senador Romário (PL/RJ). Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao Projeto com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - Projeto de Lei nº 4366, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 14.606, de 20 de junho de 2023, que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dispõe sobre a conscientização sobre a Doença de Parkinson, para instituir o uso do cordão com desenhos de tulipas vermelhas para identificação de pessoas portadoras da Doença de Parkinson." Autoria: Senador Romário (PL/RJ). Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda (de redação) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Projeto de Lei nº 4426, de 2025 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a inclusão da vacina contra o herpes-zóster no calendário nacional de imunização do Sistema Único de Saúde (SUS), para os idosos com mais de 60 anos de idade." Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - Projeto de Lei nº 2410, de 2024 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional de Incentivos à Formação de Educadores Populares." Autoria: Senadora Janaína Farias (PT/CE). Relatoria: Senador Marcos do Val. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - Projeto de Lei nº 3671, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para estabelecer a obrigatoriedade da classificação indicativa de conteúdos musicais a serem tornados públicos." Autoria: Senador Beto Martins (PL/SC). Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 22, de 2026 que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa na Floresta Nacional de Rendimento Sustentado Bom Futuro, localizada no Distrito de Rio Pardo, Município de Porto Velho/RO, com o objetivo de ouvir famílias e verificar condições de vida, devido à denúncia do descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado em 2011." Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO). Resultado: Adiado. ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 23, de 2026 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater os desafios enfrentados por pessoas com acondroplasia no Brasil, com ênfase em inclusão social, combate ao preconceito, tratamentos disponíveis, acessibilidade, educação e oportunidades de trabalho." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: Adiado. ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 24, de 2026 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir as contribuições de africanos e afrodescendentes para a formação da sociedade brasileira, sob a perspectiva do direito ao conhecimento histórico plural e da educação como dever do Estado e da família, considerando, como recorte temático, a proteção dos direitos das crianças quilombolas, com respeito à liberdade religiosa e à autonomia familiar." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: Adiado. ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 25, de 2026 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de realizar campanha institucional em alusão ao Maio Laranja, mês nacional de conscientização e mobilização social para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: Adiado. ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 27, de 2026 que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor-Presidente da Agência Nacional de Proteção de Dados – ANPD, Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior, informações sobre o processo de monitoramento relacionado à Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025 ("ECA Digital"), especificamente em relação à rede social Discord, a fim de subsidiar o acompanhamento pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, do cumprimento e efetividade da referida legislação." Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC). Resultado: Adiado. ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 28, de 2026 que: "Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de diligência externa no Estado do Maranhão, com o objetivo de acompanhar in loco os casos de desaparecimento de crianças ocorridos no Município de Bacabal." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: Adiado. ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 29, de 2026 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, como objetivo de discutir a garantia dos direitos humanos no campo, no contexto do desenvolvimento científico, da expansão do agronegócio e dos desafios da sustentabilidade socioambiental, bem como seus impactos sobre as condições devida, de trabalho e de acesso a políticas públicas das populações rurais em âmbito nacional." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: Adiado. ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 30, de 2026 que: "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Maria Evaristo dos Santos, informações sobre a ocorrência de violência contra crianças e adolescentes em banheiros, vestiários ou congêneres abertos ao público." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/02/11>

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia. Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 11 de fevereiro de 2026.

Informo que nós temos quórum para abrir a reunião, mas ainda não temos quórum para votação. Mas nós temos alguns anúncios para fazer. Nós temos expedientes que podem ser lidos, mesmo sem quórum para aprovação. E eu tenho dois anúncios.

Primeiro, nós temos, Senador Moro, nesta Comissão, uma Subcomissão, um grupo de trabalho, Subcomissão, relativa às crianças do Tratado de Haia, que nós chamamos CDHHAIA, uma Comissão que entregou, uma Subcomissão que entregou um relatório incrível no final do ano. E um dos casos que a Subcomissão acompanhou, que não diz respeito a Haia, porque esse caso é no Egito, é o caso do menino Adam. Esse caso tomou uma repercussão muito grande na internet, e nós precisamos que o Itamaraty novamente cumpra a decisão, cumpra o que está acordado.

O Itamaraty esteve no Egito com a mãe da criança, só que, por uma questão de endereço de imóvel, eles foram no prédio numa rua, e o imóvel era num prédio atrás, em outra rua. Não deu, não conseguiram fazer a busca da criança.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem meu gabinete fez contato com o Itamaraty para que não demorem – não demorem –, porque essa criança sabe que a mãe está morta. Olha a loucura, gente. Foi contado para o menininho – tem três anos que ela não vê a criança, Dr. Ezequiel, três anos que ela não vê a criança –, foi contado para a criança que a mãe morreu. Com certeza eles estão acompanhando as decisões aqui, no Brasil. E eles podem, de fato, dar fuga a essa criança para o resto da vida, e a gente precisa buscar essa criança.

O Brasil não vai mais deixar suas crianças para trás. Não dá, gente. Não dá para a gente se omitir. Nós temos um caso decidido, a mãe está em desespero. Inclusive eu quero mandar um abraço para a Karin.

Karin, você já chegou aonde você não imaginava que ia chegar. Você já tem uma decisão favorável. Aguarde firme!

Não é fácil dizer isso para uma mãe que há três anos não vê o seu filho, que foi levado do Brasil pelas fronteiras de Foz do Iguaçu. Houve erro de todos os lados, para essa criança sair do Brasil. Não é fácil dizer para uma mãe: "aguarde mais!".

Mas eu queria lhe pedir, Karin, mantenha-se firme – mantenha-se firme. Nossa Comissão vai continuar acompanhando. Nós estamos acreditando no Ministro das Relações Exteriores. Nós temos diplomatas. Lembrando que os nossos diplomatas são diplomatas do Estado; não são diplomatas de um Governo, são agentes de Estado. Eu conheço o Itamaraty, eu conheço o corpo. São pessoas comprometidas com a carreira. Então, Karin, aguarde mais um pouco. Nós vamos continuar acompanhando. E eu peço que os Senadores também nos ajudem.

Ontem a gente fez contato com o Itamaraty, fizemos correspondências. Eu estou pedindo, se possível, mais um encontro com o Ministro das Relações Exteriores, mas o Ministro tem sido tão solícito que, quando eu peço uma audiência com ele, ele já manda a equipe técnica no nosso gabinete, manda a equipe técnica aqui, na Comissão. Não temos nenhum problema com o Itamaraty. Se tem um ministério que trabalha em perfeita sintonia com esta Comissão e na garantia dos direitos humanos, é o Ministério das Relações Exteriores. Eu não tenho nada a reclamar do Ministro, de sua equipe.

Então, Karin, mantenha-se firme. O Adam vai voltar para casa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim como o Adam, nós vamos atrás de nossas crianças que estão desaparecidas.

Nós tivemos uma reunião aqui, na semana passada, em que eu abri o coração, Senador Moro, com relação ao arquivo Epstein. Nós estamos acompanhando, estamos lendo as citações ao Brasil, estamos acompanhando tudo. Apenas cuidado com *fake news*.

Inclusive um jornalista, de forma indevida, numa TV estatal, disse que vai chegar a grandes líderes mundiais e que Bolsonaro foi citado em 70 casos. Que falta de responsabilidade! Há citações do nome de Bolsonaro, sim, no arquivo. Inclusive uma das citações é quando alguém fala de Bolsonaro para o Epstein, para o bandido criminoso, e ele diz... Alguém fala para ele: "Bolsonaro levou uma facada", e aí conta – é uma das citações – duas, três só nessa fala. Ele diz o seguinte: "Antes Bolsonaro do que eu". O bandido odiava Bolsonaro. Então, cuidado! Bolsonaro não está envolvido. Eu, inclusive, estou entrando com uma representação contra a TV estatal. Alegar que o ex-Presidente está envolvido em 70 casos?! Cuidado, gente! Como também há citações do Presidente Lula. E não vou permitir que ninguém fale que o Presidente Lula está envolvido em algum caso. Cuidado! Então, nós vamos ter que ser muito cuidadosos com as informações que estão chegando do arquivo Epstein.

E a gente vai continuar. Semana que vem, depois do Carnaval, nós já vamos apresentar até onde esta Comissão já foi lendo os documentos, o que nos deixa tristes, mas é uma forma também de a gente buscar as mais de 50 mil crianças que estão desaparecidas no Brasil – algumas já adultas, muitas adultas. Mas o Brasil vai precisar dar essas respostas quanto ao desaparecimento de crianças.

Na sequência, eu preciso informar que nós também estivemos no Japão, no final de janeiro. O Senador Moro esteve comigo. Não foi uma missão desta Comissão, mas foi uma missão do Governo japonês. Nós fomos convidados pelo Governo japonês. Uma das nossas agendas no Japão foi o encontro com a comunidade brasileira no Japão. Foi extraordinário esse momento – não é, Senador Moro? –, foi incrível nos reunirmos. Nós estamos com mais de 250 mil brasileiros no Japão. E o que a comunidade apresentou para nós é um pedido que tem tudo a ver com esta Comissão. Sabe o que os brasileiros querem de nós lá no Japão? Que seus filhos tenham o direito de fazer o Enem no Japão, porque seus filhos querem voltar para o Brasil. Eu acho isso incrível.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Grupo Parlamentar Brasil-Japão terá uma reunião hoje à tarde, cujo Presidente é o Senador Amin, de que eu e Moro somos membros, mas a gente vai acompanhar também por meio desta Comissão. É direito dos nossos brasileiros que estão morando lá. Eles já fazem a EJA, mas agora eles querem ter o direito de fazer o Enem de lá. Sabe por quê, gente – mesmo para aqueles que não vão voltar –? Nós temos faculdades à distância, nós temos cursos EaD que eles podem fazer nas nossas faculdades brasileiras. Então, a gente jamais imaginava que a comunidade brasileira fosse fazer esse pedido ao nosso grupo. E a gente vai acompanhar.

São esses os dois anúncios.

Quero pedir às assessorias também dos Senadores que estão aqui que nos ajudem com relação à Subcomissão Yanomami. Nós ainda estamos precisando de indicações, que os Senadores se habilitem a estar na Subcomissão Yanomami.

Registro a presença do Senador Amin, que não é membro desta Comissão, mas acabei de citar seu nome, Senador Amin. Registro a presença do Senador Marcos Pontes. Acabei de citar seu nome, Presidente Amin, informando que o senhor é o Presidente do Grupo de Amizade Brasil-Japão, que nós estivemos no Japão e que o pedido da comunidade brasileira... Foram alguns pedidos, mas eu destaquei o pedido que a comunidade fez ao Senado de a gente acompanhar, junto ao MEC, para que os meninos brasileiros que estão lá e filhos de brasileiros que nasceram lá tenham o direito a fazer o Enem. Inclusive o Senador Amin ficou surpreso com esse pedido, e é um pedido que a gente vai conduzir pelo Senado, pelo grupo parlamentar, mas a gente vai acompanhar também como Comissão de Direitos Humanos.

Deste modo, a gente não vai conseguir alcançar quórum para votação hoje, Senador Marcos Pontes. Nós não temos quórum para votação. Estamos ligando em todos os gabinetes, os Senadores não estão na Casa. Infelizmente, é uma Comissão com muita gente e muitos não vieram a Brasília esta semana; então, nós não vamos deliberar. Nós temos matérias do senhor na pauta, nós temos matérias importantes na pauta – nós não vamos deliberar. Já estamos em 11h25, esperamos 25 minutos.

Nós não temos condições de deliberar, mas eu posso fazer uma coisa e posso, inclusive, deixar os Senadores à vontade: eu posso fazer a leitura dos expedientes. E eu vou fazê-lo porque nós estamos recebendo muitos expedientes durante a semana. Fazendo a leitura dos expedientes





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje, eu já consigo, na semana que vem, ter menos expedientes para ler. Semana passada eu tinha 88 expedientes para ler. E aí eu fiquei muito preocupada achando que a Secretaria não gosta muito da Presidente – 88 expedientes.

Farei a leitura dos expedientes. Senadores, fiquem à vontade. Farei tão somente a leitura, mas nem os expedientes eu posso deliberar hoje, só farei a leitura. Como os expedientes estão todos no nosso *site* e todo mundo pode acessar e ler, farei apenas a leitura, de forma protocolar.

Denúncia nº 93. Cidadã encaminha denúncia relatando supostas violações de direitos humanos praticadas contra si e contra seus dois filhos menores, no contexto de conflitos familiares e institucionais. O encaminhamento foi solicitar à demandante informações complementares, para eventual análise pela Comissão.

Denúncia 98. Cidadã encaminha denúncia relatando suposta violação grave de direitos humanos de criança em contexto de processo judicial que apura crime de estupro de vulnerável, no âmbito de atuação de órgãos do sistema de justiça do Estado de Minas Gerais. Encaminhamento: oficiar aos órgãos competentes para ciência, apuração e adoção das providências cabíveis, com solicitação de retorno, bem como informar a denunciante sobre os encaminhamentos realizados.

Nesse sentido, eu quero trazer uma informação extra. A Comissão estava acompanhando um caso de uma menina no Distrito Federal, Senadores. Essa adolescente me procurou em meu gabinete – uma menina ousada e corajosa. Ela veio, conversou com a gente, e nós começamos a acompanhar um processo de denúncia de violência sexual. Ontem saiu a sentença. O agressor, que é o pai – e que para minha tristeza é um pastor –, foi condenado a 55 anos. E o recado está sendo dado. A gente não vai tolerar mais abuso sexual no Brasil.

Quero cumprimentar as autoridades que prenderam aquele piloto esta semana. Que prisão extraordinária e a forma... Ou fazia daquele jeito ou não pegava o bandido. Mas quero lamentar com vocês tudo que está sendo descoberto a partir daquele piloto. E aquele piloto viajava para vários estados do Brasil. A Delegada que deu a entrevista falou que é inimaginável pensar que um ser humano fazia o que ele fazia com as crianças, cujas imagens são fortíssimas – fortíssimas. E a polícia está chegando a outras vítimas do piloto, um senhorzinho tão bonitinho, lindinho, acima de qualquer suspeita... Um piloto do nível dele, talvez já em final de carreira, com salário





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maravilhoso, numa grande companhia – e aqui a gente vai respeitar o nome da companhia porque a empresa não tem nada a ver com isso –, jogar fora uma carreira, a família, a vida, por causa de um desejo absurdo por crianças, de machucar, de maltratar, de destruir a vida de crianças!

E aí, Senador Moro – o senhor, que é da área da segurança –, nós aprovamos aqui no Senado a castração química, e muita gente acha que a castração química vai dar respostas para tudo. Não vai, gente! As crianças não são machucadas apenas com um órgão sexual. Elas são machucadas com objetos. Elas são machucadas com garrafas. Elas são machucadas com martelos. Vocês não têm ideia das imagens que chegam para nós. A castração química é um passo, mas ainda não é a resposta que nós queremos para enfrentar o abuso sexual no Brasil.

Então, ontem, uma sentença de 55 anos nos deixa muito feliz; um caso acompanhado pela Comissão.

Denúncia 106...

Se algum Senador quiser fazer algum comentário, quiser usar a palavra, fique à vontade.

Denúncia 106. Cidadão encaminha denúncia formal de violação de direitos humanos de crianças – mais uma –, envolvendo alegações relacionadas ao uso de obra literária em escola pública e à atuação de órgãos federais. Encaminhamento: oficiar os órgãos federais competentes acerca das providências adotadas, bem como informar o denunciante sobre os encaminhamentos realizados.

Ofícios que chegaram à Comissão.

Órgão público federal encaminha resposta de ofício contendo relatório final de diligência realizada no Arquipélago do Marajó, com informações institucionais e técnicas. Acusamos o recebimento e encaminhamos ao gabinete para acompanhamento da assessoria técnica.

Resposta nº 91. Ente federativo encaminha resposta institucional contendo Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios. Encaminhamento: acusar recebimento, dar ciência aos membros da Comissão, encaminhar ao gabinete parlamentar relacionado e determinar o arquivamento administrativo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

92. Órgão policial federal encaminha resposta de ofício com esclarecimentos institucionais sobre fatos de repercussão nacional. Acusar o recebimento, dar ciência aos membros da Comissão e determinar o arquivamento administrativo.

96. Órgão federal encaminha resposta informando providências internas relativas ao relatório do PNDH-3, aprovado pela Comissão. Encaminhamento: acusar o recebimento, registrar a ciência institucional e determinar o arquivamento administrativo.

97. Órgão ministerial encaminha resposta de ofício acompanhada de documentos relativos à diligência externa realizada na Região Norte do país. Encaminhamento: acusar recebimento, dar ciência aos membros da Comissão, encaminhar aos gabinetes relacionados e determinar arquivamento administrativo, sem prejuízo de eventual acompanhamento.

99. Órgão ambiental federal encaminha resposta, de ofício, relacionada ao Relatório Final da Avaliação do PNDH-3, com nota técnica e despacho administrativo. Acusar recebimento e mandar para o arquivo administrativo.

Solicitações.

Solicitação nº 94. Cidadã encaminha solicitação à Comissão relacionada a processo de anistia política deferido em favor de familiar. Informar à demandante sobre a competência de órgão responsável e orientar quanto à formalização da solicitação junto à instância própria.

Informes.

Órgão legislativo municipal encaminha moção institucional manifestando posicionamento político acerca de ato normativo federal relacionado à proteção da vida.

95. Autoridade policial estadual encaminha comunicação, para ciência institucional, acerca de denúncia formal apresentada a órgão de controle, envolvendo alegações de violações graves de direitos humanos.

Informe nº 100. Órgão legislativo municipal encaminha moção manifestando apelo ao Congresso Nacional para apreciação de propositura legislativa relacionada à regulamentação profissional.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

101. Órgão legislativo municipal encaminha comunicação institucional manifestando repúdio a atos de violência política de gênero.

102. Órgão legislativo municipal encaminha moção manifestando repúdio a ação judicial em trâmite perante o Supremo Tribunal Federal relacionada à educação especial.

103. Conselho Nacional encaminha relatório técnico contendo diagnóstico e recomendações sobre os impactos das mudanças climáticas sobre os direitos humanos no Brasil.

104. Órgão legislativo municipal encaminha moção manifestando apoio à iniciativas legislativas voltadas ao combate ao tráfico de pessoas.

105. Órgão legislativo municipal encaminha moção de manifestação de preocupação com a segurança financeira da pessoa idosa e sugerindo medidas legislativas de prevenção a fraudes.

107. Agência reguladora federal encaminha ofício institucional manifestando cumprimentos pelo início dos trabalhos legislativos e colocando-se à disposição para a cooperação institucional.

Lidos os informes, nós não podemos colocar em votação os encaminhamentos...

Tem mais um encaminhamento: registrar o recebimento, dar ciência aos membros da Comissão, da última solicitação, aos membros da Comissão, determinar o arquivamento administrativo como informe institucional.

Não temos voto ainda para apreciar os encaminhamentos. Então, nós vamos deixar para votar esses encaminhamentos todos lidos, as denúncias e os expedientes, na próxima sessão.

Eu só informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, os documentos classificados como informes ficam disponíveis no *site* do Senado Federal e no Portal da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, enquanto os demais permanecem na Secretaria da Comissão pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual serão arquivados. Nós obedecemos à Lei de Proteção de Dados.

Por último, Senadores, a Comissão teve uma reunião esta semana com o Portal e-Cidadania. E foi extremamente produtiva a nossa reunião. Inclusive, nós estamos propondo que as sugestões apresentadas pelo cidadão ele possa defender também, tenha o direito de defender também por cinco minutos na tribuna, por meio de um vídeo aqui na Comissão. É a gente trazendo a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população para defender as suas ideias. Temos muitas SUGs que serão votadas nos próximos dias, então nós traremos essa inovação, faremos essa experiência. Acredito que vai ser um dos primeiros parlamentos do mundo em que, na sugestão trazida pelo cidadão que tenha mais de 20 mil assinaturas, o autor da sugestão poderá fazer a defesa da sua sugestão.

E, por último, Senadores, eu quero lembrar que no Portal e-Cidadania tem um banco de ideias. Vários projetos de lei já nasceram do banco de ideias. E eu sugeriria que os senhores visitassem o banco de ideias. Tem propostas incríveis, e os senhores podem adotar essas ideias. A única coisa que a gente vai pedir, como Portal e-Cidadania, é que, na justificativa, falem que os senhores estão adotando a ideia de tal cidadão que encaminhou ao portal. Nós já temos projetos de leis e leis que nasceram no banco de ideias. O banco de ideias não vira SUG, porque nem todas conseguiram 20 mil assinatura de apoio, mas tem ideias extraordinárias. Eu sugiro que as assessorias consultem – a sociedade está participando do processo legislativo – o banco de ideias do e-Cidadania e adotem pelo menos uma ou duas ideias e vamos apresentar como projeto de lei.

Eu quero consultar se algum Senador quer fazer uso da palavra.

Registro que também está presente a Senadora Margareth – que bom que ela voltou. Para as pessoas que estão acompanhando, e que não sabem, a Senadora Margareth é conhecida como terror dos estupradores do Brasil. É a mulher que mudou a legislação no Brasil quanto à pena, aumentando a pena para os agressores sexuais de mulheres. A senhora é uma heroína. A senhora é uma inspiração para todas nós. É muito bom tê-la de volta na Casa.

Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu estou aqui para pedir direito de resposta depois de ter ouvido tudo que a senhora falou.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Em primeiro lugar, eu quero lembrar que a *performance* da Senadora Margareth é uma justa decorrência de sua naturalidade,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

já que ela é nascida na cidade de Concórdia, Santa Catarina, então não poderia ser menos do que uma dedicada lutadora em prol de boas causas.

Isto posto e justificado pela sua origem, eu quero cumprimentar a querida companheira da viagem ao Japão e reiterar aqui, na presença dos nossos companheiros de viagem, Senador Sergio Moro e Senador Marcos Pontes, que aqui neste local, às 14h, teremos uma reunião de avaliação e projeção de ações em consequência daquela viagem, numa demonstração de que é uma viagem que foi desenvolvida com muita seriedade e aplicação e que dará frutos. E esses frutos serão debatidos e provavelmente oportunizados na reunião de hoje à tarde.

E, finalmente, voltando ao assunto aqui da Comissão que V. Exa. preside, eu quero cumprimentá-la pela dedicação, por fazer da sua vida um serviço permanente, acompanhando a gravidade dos riscos que nós corremos como sociedade e cuidando para que o Parlamento não se omita diante dessa transformação que tem evoluções certamente, mas que tem também perversões lamentáveis, deploráveis e que nós temos que fazer força para que sejam evitáveis.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Amin.

Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Vai ser interessante essa reunião hoje à tarde. Muitas coisas foram vistas, muitas coisas interessantes sobre tecnologia, sobre desastres naturais, que é um tema que a gente tem trabalhado já há um tempo, desde... Aliás, o Senador Amin é o Relator do Projeto de Lei 5.002, de 2023, sobre gerenciamento de riscos para desastres naturais no Brasil, que é uma coisa extremamente importante. A gente vê lá no Japão como eles tratam disso e a capacidade de recuperação que eles têm graças a pensar de forma estratégica no assunto. Então, a gente vai falar mais sobre isso hoje à tarde.

Mas eu só gostaria de colocar aqui, com relação ao que o pessoal me perguntou bastante, sobre os dois projetos de lei, que eu vou fazer um comentário rápido a respeito dos dois que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estariam na pauta hoje. Um deles é o 1.983, de 2021, do Senador Kajuru, de que eu sou o Relator, que trata de assegurar vagas em instituições federais de ensino superior para egressos do programa de acolhimento institucional. Isso aí é interessante porque esses jovens... A gente está falando aqui de jovens que são órfãos, que chegam aos 17 anos e não podem mais ficar naquela... Se não foram adotados, então, como é que eles vão se virar? É importante dar apoio também a esses jovens que, por enquanto, não têm esse tipo de apoio. Então, eu vejo um grupo muito importante que nós temos que ajudar. Assim como nós temos cotas para negros, cotas para indígenas e assim por diante, é importante ter esse tipo de auxílio, olhar para esses jovens.

O outro PL é o Projeto de Lei 1.153. Eu tenho uma ligação bem direta com isso aqui, que é o Programa Transformação Digital para Ribeirinhos, Quilombolas e Comunidades Indígenas. Lembrando que eu fui Ministro das Comunicações, nós estávamos trabalhando na época com o desenvolvimento de um programa chamado Norte Conectado, que levava internet, via fibra ótica, pelo leito dos rios. A esse programa foi dada continuidade. Era em seis etapas, nós começamos a primeira etapa e foi dada continuidade, havia recursos, tudo isso, para fazer a conexão nas cidades próximas dos rios. A continuidade foi também, complementarmente, com o SGDC (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas), usando aquelas antenas do Gesac, para também ter sinal em locais a que não chega a fibra ótica, logicamente. Isso é importante, porque não adianta chegar o sinal, chegar inclusive a energia, se as pessoas não souberem o que fazer com ela. Portanto, o ensino, vamos dizer, a formação de pessoas com a capacidade de operar a internet e inclusive trabalhar com a internet nesses locais é extremamente importante. Fala-se muito de desenvolvimento sustentável, mas, para que isso funcione, é importante que essas pessoas que moram em regiões remotas, como a Amazônica, tenham capacidade de ter recursos ali no local, ganhar dinheiro no local e, com isso, preservar muito mais aquela região. Portanto, isso aqui faz parte não só do aspecto social, mas também bastante econômico para o Brasil e para o desenvolvimento da região.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos manter a mesma pauta da semana que vem, essa pauta. Então, semana que vem... Semana que vem não, na próxima sessão, porque semana que vem é Carnaval, nós vamos deliberar as matérias que estão na pauta hoje.

A Senadora Margareth pediu a palavra.

Enquanto a Margareth cumprimenta o Senador Girão, quero só dizer uma coisa: acabei de ser informada agora que o Ministro Mauro Vieira ligou para o Ministro Chanceler, o correspondente dele lá no Egito, entre ontem e hoje, tá? Então é mais uma iniciativa do Itamaraty. Karin e todos na internet que estão acompanhando, o Governo brasileiro não está omissos.

Gente, eu sou oposição a este Governo, mas, quando este Governo acerta, eu também elogio, tá? Então, quero agradecer ao Ministro Mauro pela disposição, pelo interesse também em nos ajudar a cuidar desta criança.

Senadora Margareth.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente Damares. É uma satisfação voltar a esta Comissão.

E eu não poderia deixar de lembrar um caso que aconteceu esta semana. Assim como eu, V. Exa. é uma lutadora no combate à violência contra mulheres e crianças. Nesta semana nós tivemos o caso horroroso de um piloto de uma companhia aérea que, simplesmente, comprava meninas e as usava como bem queria. Eu fiquei tão assustada com a cara dele, porque não foi surpresa para ele. Esse tipo de criminoso não é um criminoso comum, ele é um criminoso acima de qualquer suspeita. E ele ficou como se isso pudesse acontecer, como se ele já esperasse que isso um dia pudesse acontecer.

E, ao mesmo tempo, Senadora Damares, nós não temos a efetivação de uma lei sancionada já há mais de ano, que é o cadastro de pedófilos e estupradores, que a senhora e todos os Senadores aqui ajudaram muito a aprovar. Então, o Executivo está falhando nisso e me assusta muito pensar que a resistência e a omissão venham de dentro da própria Justiça. Isso me incomoda terrivelmente. E nós temos que cobrar, tanto o Ministério da Justiça quanto o CNJ, a implantação imediata desse cadastro, porque esse piloto tem que ficar com o nome público num





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cadastro para que as pessoas possam saber que ele é um pedófilo e que não tem como se recuperar.

Crianças de oito anos... A delegada, na declaração dela, disse que essa menina estava extremamente machucada. Isso me tira do eixo, Senadora. E nós vamos cobrar juntos esse cadastro. Não é possível que continuemos na inércia, que a Justiça continue na inércia, o que está acontecendo em vários casos. Mas o cadastro eu não vou sossegar enquanto não estiver implantado.

Obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Bom, primeiro, quero só elogiar a condução de V. Exa. à frente desta Comissão, trazendo pautas tão importantes. É uma pena que hoje não houve quórum aqui suficiente para votação.

Aproveito aqui para cumprimentar a Senadora Margareth pelas palavras sempre fortes nessas pautas que importam e o nosso Senador Amin. Estarei aqui presente, para que possamos fazer a nossa prestação de contas dessa viagem ao Japão, com tantas coisas importantes, na qual estivemos também com o Senador Marcos Pontes e com a própria Senadora Damares. E cumprimento o nosso amigo, futuro Governador lá do Ceará, Senador Eduardo Girão.

Quero só registrar um tema correlato, Senadora Damares, que é a importância de se derrubar o veto presidencial do projeto de lei da dosimetria, que nós votamos e aprovamos nesta Casa, inclusive com a relatoria do Senador Amin. Eu apresentei uma emenda para corrigir algumas distorções que vieram da Câmara, para que não precisasse voltar também à Câmara e para que os benefícios fossem focados apenas nos condenados do 8 de janeiro. Embora seja um tema muito particular, são pessoas simples que foram condenadas a penas exorbitantes, e algumas das quais ainda se encontram presas desde o 8 de janeiro. Acho que, se tratassem os pedófilos, assassinos, o pessoal do crime organizado e quem rouba o Erário neste país com o mesmo rigor – quem sabe? –, teríamos aí um bom começo para restaurar a lei e a ordem neste país. Mas,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando a gente vê que na verdade o sistema recai pesadamente sobre pessoas como a dona de casa, que se exaltou, o lavrador... Tem um lá do Paraná que eu conheço, um lavrador do interior, pessoa com 70 anos e ficou presa... Está em prisão domiciliar pelo menos, agora, mas ficou presa dois anos e meio em prisão preventiva e 'condenada a 16 anos. São coisas tão absurdas que isso também tem que ser objeto de atuação por parte da CDH, e eu sei que V. Exa., na condição de Presidente da CDH, está gerenciando isso, mas nós precisamos ter a designação dessa sessão no Congresso. Espero que o Presidente, nosso Senador Davi, marque essa sessão – creio que irá marcá-la após o Carnaval – para que nós possamos derrubar esse veto, um veto cruel de um Presidente da República que não se cansa de elogiar e ficar ao lado de pessoas que foram condenadas por corrupção, como José Dirceu, condenado do mensalão, trânsito em julgado, então, dá para dizer que é corrupto, mas, mesmo assim, o Presidente Lula o elogia e não vê nenhum problema em perdoá-lo pelas suas faltas. Agora, para D. Sônia, para o Sr. Jorginho, para a Débora, do batom, é todo o rigor da lei. Então, espero que possamos derrubar esse veto em breve.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k., Presidente Moro.

Eu vou encerrar a reunião.

Quero agradecer, porque, mesmo não tendo quórum, nós estamos em seis Senadores aqui na Comissão. O Brasil vê que nós estamos trabalhando, estamos com muita vontade de trabalhar, mesmo às vésperas do Carnaval. Obrigada por todos que participaram.

Senadora Margareth, vamos fazer uma empreitada, como Comissão ao Presidente, e pedir a imediata instalação desse cadastro do pedófilo. Quantos pedófilos que são presos e aí a gente descobre que ele já tinha outros processos antes, né? Poderíamos ter evitado tantas outras vítimas após a primeira condenação dele.

Quero agradecer.

Quem puder vir, à tarde, à reunião do Grupo Parlamentar Brasil-Japão venha. E vocês vão se surpreender, porque os colegas que foram ao Japão comigo queriam violar um direito de uma mulher idosa. Queriam que eu acordasse às 4 da manhã – está nevando no Japão – para ir ao





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mercado de peixe ver atum. Vocês vão ver! Eu não fui, mas eles foram, a Cris foi. Gente, olha, a viagem nos provocou muitas reflexões. Quando nós chegamos a Hiroshima, ali nós entendemos que as nossas brigas aqui são pequenas demais. Guerra é aquilo que a gente viu lá.

Venham à tarde, venham acompanhar a entrega do relatório. Eu acho que vai ser um momento muito importante, porque o Japão quer continuar sendo parceiro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – A Relatora está aí.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A Relatora está aqui, né? (*Risos.*) Venham à tarde, vai ser muito interessante.

Nada mais tendo a tratar, eu declaro...

Ah, só mais uma coisa, acabei de saber: Ministro Alexandre vai nos receber dia 25 à tarde para a gente discutir o que nós estamos pedindo a ele há um ano. Esta Comissão aprovou um requerimento para visitar os presos políticos. Deixe-me dizer uma coisa: nós estamos com velhinhas doentes. A gente não quer brigar com o Ministro Alexandre; a gente só quer produzir um relatório por esta Comissão com o olhar de direitos humanos, alguns presos que estão sofrendo no cárcere, os presos de 8 de janeiro. E vamos fazer isso porque a Comissão foi provocada – provocada. Por isso que a Comissão fez, aprovou o requerimento. Então, dia 25 estaremos com o Ministro Alexandre, e algum Senador que quiser ir comigo está convidado.

Nada mais tendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 54 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e dezoito minutos do dia nove de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad, Astronauta Marcos Pontes e Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Tereza Cristina, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Marcos do Val, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Marcos Rogério, Dra. Eudócia, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Hamilton Mourão e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Angelo Coronel e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Sergio Moro, Efraim Filho, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Chico Rodrigues, Magno Malta e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em quatro partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridades. ITEM 1 - Mensagem (SF) nº 80, de 2025 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JORGE GERALDO KADRI, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Socialista do Sri Lanka e, cumulativamente, na República das Maldivas." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** Indicação aprovada com 11 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 331, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Autoriza o Poder Executivo federal a doar aeronaves da Polícia Federal à República do Paraguai e da Marinha do Brasil à República Oriental do Uruguai." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei nº 565, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Qualifica a exposição de crianças e adolescentes sob guarda de pais ou responsáveis legais brasileiros a situações de violência doméstica em país estrangeiro como situação capaz de submetê-los a grave risco de ordem física ou psíquica, nos termos do Artigo 13 da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei nº 2911, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Autoriza o Poder Executivo federal, por meio do Ministério da Defesa, a doar materiais de natureza militar do Comando do Exército para a República do Paraguai." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo nº 459, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Fiji, assinado em Brasília, em 1º de novembro de 2013." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2024 - Não Terminativo** - que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Benin em Matéria Militar, assinado no Rio de Janeiro, em 12 de abril de 2023." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo nº 293, de 2024 - Não Terminativo** - que: "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Eslovênia sobre Cooperação no Campo de Defesa, assinado no Rio de Janeiro, em 11 de abril de 2023." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo nº 317, de 2024 - Não Terminativo** - que: "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas, assinado em Nova York, em 22 de setembro de 2022." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2025 - Não Terminativo** - que: "Aprova o texto de adesão da República Federativa do Brasil ao Convênio Constitutivo e ao Convênio de Administração do Fundo Multilateral de Investimentos IV (Fumin IV), assinados em Punta Cana, República Dominicana, em 10 de março de 2024." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **3ª Parte - Avaliação de Política Pública. ITEM 1 - Plano de Trabalho - SF258932242138** que: "PLANO DE TRABALHO - REQ 5/2025-CRE" **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Relatório de Atividades - SF258526323854** que: "RELATÓRIO DA ANÁLISE DO DECRETO 12573/2025." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** Adiado. **4ª Parte - Reunião de Trabalho. Finalidade:** Aprovação de minuta de indicação. **Resultado:** Aprovada a apresentação da indicação. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/09>

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, conforme pauta publicada.

Antes de iniciarmos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 30ª Reunião da Comissão, ocorrida em 26 de novembro.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada.

Vai à publicação.

Finalidade da reunião.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme pauta publicada, esta reunião será dividida em partes. Temos a parte da apreciação da indicação de embaixador; na segunda parte, apreciação de projetos; e, na outra parte, relatório de política pública.

A reunião é aberta à participação da sociedade, por meio do Portal e-Cidadania, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

Esclareço a todos as diretrizes que seguiremos.

Como todos já sabem, existem duas urnas de votação secreta para a apreciação pós-sabatina do Embaixador: uma na porta do plenário e outra dentro dele.

Conforme solicitação do Senador Marcos Pontes, eu vou deixar a votação já aberta, uma vez que o relatório já foi distribuído para os Srs. Parlamentares.

(Procede-se à votação.) (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Passamos às sabinas em reunião aberta, atendendo à deliberação do Plenário, para que assim ela possa ser conduzida.

Vamos dar as boas-vindas ao Embaixador Jorge Geraldo Kadri, que compõe a mesa.

Seja bem-vindo, Embaixador. Já é a segunda por aqui, né? Já tivemos uma. Sente-se, por favor.

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 80, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JORGE GERALDO KADRI, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Socialista do Sri Lanka e, cumulativamente, na República das Maldivas.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pronto para deliberação

Passo a palavra, por cinco minutos, ao Astronauta Marcos Pontes, nosso Senador de São Paulo, para que possa ir direto à apreciação do relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Bom dia. É um prazer poder ler esse relatório.

O Presidente da República, por meio da Mensagem nº 80, de 2025, indicou o nome do Sr. Jorge Geraldo Kadri, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Socialista do Sri Lanka e, cumulativamente, na República das Maldivas.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, bem como deliberar por voto secreto sobre a matéria.

Para tanto, e em atendimento ao disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Itamaraty elaborou currículo do diplomata, do qual extraímos o resumo que segue.

O indicado é formado em Engenharia de Máquinas pela Escola de Oficiais da Marinha Mercante e detém o grau de Mestre em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; ingressou na carreira diplomática em 1984, tendo sido promovido a Ministro Conselheiro em 2001, a Ministro de Segunda Classe em 2006, a Ministro de Primeira Classe em 2010 e a Ministro de Primeira Classe do Quadro especial em 2021; todas as promoções por merecimento.

Ao longo de sua carreira no Itamaraty, o diplomata Jorge Kadri exerceu ampla gama de funções, dentre as quais destacamos a chefia da representação brasileira em Varsóvia, na Polônia, e em Beirute, no Líbano.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre 2020 e 2021, foi assessor diplomático deste Senado Federal; em 2022 foi chefe de Assessoria no Ministério do Turismo e, atualmente, ocupa o posto de Cônsul-Geral do Brasil em Sydney, Austrália. Destaco também, Sr. Presidente, que o Sr. Jorge Kadri foi agraciado com diversas condecorações, nacionais e internacionais, dentre as quais cito a Ordem do Mérito Naval, a Ordem do Mérito da Defesa, além da Ordem do Mérito, na França, e da Ordem de Isabel, na Espanha.

A mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado sobre o Sri Lanka e sobre as Maldivas, que contém estatísticas e informações dos países, bem como elementos acerca das respectivas relações bilaterais com o Brasil.

A República Democrática Socialista do Sri Lanka, anteriormente conhecida como Ceilão, é uma República parlamentarista unicameral com aproximadamente 22 milhões de habitantes, majoritariamente praticantes do budismo e falantes dos idiomas cingalês e tâmil. Localizado a apenas 30km da Índia, no centro das rotas comerciais do Oceano Índico, o Sri Lanka alcançou a independência do domínio colonial britânico em 1948, condição que contribuiu para a construção da identidade histórico-social e para a formação das instituições políticas do país, marcado por ocupações estrangeiras e pela exploração secular de recursos naturais por potências europeias, além dos britânicos.

As relações diplomáticas entre o Brasil e o Sri Lanka foram estabelecidas em 1960, completando 65 anos no ano de 2025. A Embaixada do Sri Lanka em Brasília, inaugurada em 2001, foi a primeira representação do país na América do Sul. A Embaixada do Brasil em Colombo, capital srilankesa, foi inicialmente aberta nos anos 60 e, após reestruturações, teve suas atividades retomadas em 2007.

As relações entre os dois países têm se intensificado: atualmente, estão em vigor acordos bilaterais nas áreas de cooperação técnica; exercício de atividade remunerada por dependentes de pessoal diplomático; isenção de vistos para portadores de passaportes diplomáticos, oficiais e de serviço e; acordo sobre serviços aéreos. Além disso, encontram-se na fase de negociações diversos outros acordos, dos quais citamos os que cuidam de Cooperação Educacional, Cooperação em Defesa e Troca e Proteção de Informação Classificada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No campo da defesa é profícua a cooperação entre as Forças Armadas dos dois países. O Brasil exerce regularmente com o Sri Lanka treinamentos conjuntos, especialmente entre forças terrestres. Desde 2012, há iniciativas concretas de aproximação: naquele ano, o então Chefe do Estado-Maior do Exército, General Joaquim Silva e Luna, visitou o país, onde tratou de propostas de cooperação entre as Forças Armadas. Há, de fato, concreto interesse em firmar acordo bilateral em matéria de defesa: nesse sentido, o Ministério da Defesa brasileiro apresentou minuta de texto em 2020, cuja contraproposta do Sri Lanka foi enviada em junho de 2025, para análise do Governo brasileiro.

O Brasil mantém com o Sri Lanka intercâmbio comercial atualmente desfavorável. Em 2024, registramos déficit da ordem US\$40 milhões. No passado, o fluxo era tradicionalmente superavitário para o Brasil até 2017. O açúcar brasileiro sempre havia sido competitivo naquele mercado, em comparação com o produto da Índia. Porém, em 2016, enfrentamos barreiras comerciais, e a exportação do açúcar brasileiro foi suspensa. A partir desse período, nossa balança comercial experimentou sucessivos déficits. Em 2023, contudo, o Brasil voltou a exportar açúcar ao Sri Lanka, o que tem favorecido a corrente de comércio, ainda que, por ora, registremos déficits.

Além de açúcares e melaços, em 2024 a pauta exportadora brasileira para o Sri Lanka concentrou-se em papel, borrachas sintéticas, minerais em estado bruto, tecidos de algodão, tabaco e produtos da indústria de transformação. Nossas importações do país constituíram-se, principalmente, de artigos de vestuário, pneus, e demais produtos têxteis. Por fim, registramos que há 42 cidadãos brasileiros residentes no Sri Lanka.

A República das Maldivas é um pequeno país insular, situado às proximidades da Índia e do Sri Lanka. Menor e menos populoso país asiático, é composto de mais de mil ilhas e, devido à proximidade com o nível do mar, apresenta grandes vulnerabilidades a mudanças climáticas e ao aumento dos níveis dos oceanos. O país-arquipélago, cuja capital é a cidade de Malé, tem 520 mil habitantes, em sua maioria praticantes do Islamismo e falantes do idioma divei. As Maldivas são mundialmente conhecidas pelas praias e belezas naturais, cujo turismo de alto nível representa 70% da cadeia econômica do país.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil e Maldivas têm relações cordiais, porém ainda pouco densas. Desde 2010, a representação brasileira no país é sediada no Sri Lanka e, antes dessa data, cabia à Embaixada brasileira em Nova Delhi, na Índia, a representação dos interesses brasileiros no país insular. Registramos que há um Memorando de Entendimento em cooperação esportiva, o primeiro instrumento bilateral entabulado entre Brasil e Maldivas, haja vista o interesse do povo maldivo por vôlei e futebol.

Quanto ao comércio bilateral, o saldo é amplamente favorável ao Brasil, que garantiu um superávit de US\$26 milhões, em 2024, originado principalmente pela exportação de proteína animal. Aliás, cabe destacar que entre 2004 e 2022, em menos de duas décadas, o intercâmbio comercial brasileiro com as Maldivas cresceu 30 vezes, o que reflete o crescimento do nosso setor de proteína animal, bem como a excelência da diplomacia comercial brasileira para a região do Oceano Índico. O turismo e a infraestrutura hoteleira apresentam-se, nesse sentido, como potencial área de expansão na cooperação bilateral, uma vez que o litoral brasileiro, assim como as Maldivas, é um destino consolidado de turismo internacional.

Por fim, registramos que, em 2022, o Governo brasileiro doou para as Maldivas, em caráter humanitário, 80 mil doses de diferentes vacinas, assinalando a relação amistosa entre as duas nações.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Esse é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Marcos Pontes.

Informo a V. Exa. que já está aberta a cabine de votação.

Eu concedo, de pronto, a palavra ao Sr. Jorge Geraldo Kadri, Embaixador designado para Sri Lanka e Maldivas. V. Exa. tem dez minutos.

O SR. JORGE GERALDO KADRI (Para expor.) – Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Nelsinho Trad; Exmos. Srs. Senadores membros da CRE, é uma honra comparecer novamente a esta Comissão.

Agradeço muito especialmente ao Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, bem como ao Chanceler Mauro Vieira pela confiança e indicação e ao Senador Marcos Pontes pela relatoria.

Cumprimento, igualmente, meus colegas aqui presentes e as senhoras e os senhores.

A localização estratégica do Sri Lanka, ao sul da Índia, no centro das principais rotas marítimas, incentivou as diversas ocupações estrangeiras que sofreu ao longo dos últimos séculos, em especial, pelos portugueses, holandeses e britânicos, cada uma por cerca de 150 anos. Essa realidade histórica contribuiu para a formação de uma sociedade multiétnica, multirreligiosa e multicultural.

Após sua independência do Reino Unido, em 1948, e um longo processo de busca pelo desenvolvimento, o país passou por uma guerra civil longa, de 1983 a 2009, com enormes prejuízos humanos e materiais. Desde então, o país buscou se reestruturar econômica e institucionalmente.

Em 2022, contudo, diversos fatores adversos, entre os quais a guerra da Ucrânia, as consequências da covid-19, a diminuição de remessas de divisas pela diáspora e uma política fiscal populista fizeram com que o país vivenciasse sua pior crise econômica e social, uma verdadeira tempestade perfeita. Para se ter uma ideia, o PIB do país diminuiu 8% em 2022 e 8% apenas no primeiro semestre de 2023.

No auge da crise, o país suspendeu o serviço da dívida externa, até lograr fechar um acordo com o Fundo Monetário Internacional, em março de 2023, o que assegurou o acesso a crédito da ordem de R\$7 bilhões, permitindo ao país retornar à normalidade econômica.

Não obstante, quando os indicadores econômicos recentes se mostravam mais favoráveis, o país se viu novamente diante de um desafio. Na semana passada, como todos saberão, o ciclone importante, denominado Ciclone Ditwah, ocasionou centenas de mortos e prejuízos estimados em US\$6 bilhões. Mesmo não sendo incomuns tragédias dessa natureza no país, aqui





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recordamos que, em 2004, um tsunâmi vitimou dezenas de milhares de pessoas. O atual ciclone foi mais devastador em termos econômicos, ao atingir também o interior do país, afetando a agricultura, base da economia e, por tabela, o turismo, outro pilar relevante. Para se ter uma ideia, o turismo é responsável por 12% do PIB. Assim, três anos após ter sofrido um colapso econômico, o Sri Lanka terá agora a tarefa difícil de reconstruir a economia do país novamente.

No plano internacional, o Sri Lanka é membro das Nações Unidas, membro fundador dos Países Não Alinhados e integra diversos organismos regionais e sub-regionais da Ásia. Na ONU, é membro de um grupo denominado grupo de pequenos países insulares, que atua em defesa dos interesses desses países insulares.

O Sri Lanka manifestou o interesse de ingressar nos Brics e tem feito gestões nesse sentido. As indicações, que já foram antecipadas pelo Governo da Índia, são de que novos membros somente serão aceitos após a conclusão dos processos de adesão dos países que já foram admitidos recentemente, há cerca de um ano. O Brasil acompanha essa posição.

Os principais parceiros do Sri Lanka são, em primeiro lugar, a Índia, parceiro incontornável e estratégico, seja pela religião, seja pela etnia, migrações, seja pela proximidade cultural e física – há uma distância entre o Sri Lanka e a Índia de apenas 50km. É também um parceiro importante comercial. Índia e Sri Lanka possuem um amplo e diversificado rol de acordos bilaterais e econômicos de cooperação e de defesa. O segundo grande parceiro é a China. É o principal parceiro comercial e o maior investidor, especialmente na área de infraestrutura. China e Sri Lanka manifestaram a intenção de concluir um acordo de livre comércio, o que deve fortalecer ainda mais os laços entre os dois países.

O fato é que o Sri Lanka busca manter um delicado equilíbrio em suas relações com a Índia e a China. A aproximação pragmática do atual Governo do Sri Lanka com a Índia, contrariando as promessas de campanha do atual Presidente Anura Kumara, preocupa a China. Esse quadro acabou por intensificar a disputa estratégica entre Pequim e Nova Délhi pelo estabelecimento de zonas de influência no Sri Lanka.

A economia do país é baseada em produção agrícola, chá, borracha, coco, entre outros, além da pesca e do turismo. Até 1990, o Sri Lanka era o maior exportador de chá, mas a longa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

guerra civil produziu sérios danos a essa cultura. Hoje, o Sri Lanka é importador líquido de alimento, situação que deve se agravar após a passagem do Ciclone Ditwah.

Os principais mercados para a exportação do Sri Lanka são Estados Unidos, Reino Unido, Índia e Alemanha. E as principais fontes de exportações: China, Índia e Emirados Árabes Unidos.

Brasil e Sri Lanka mantêm relações diplomáticas, como bem lembrou o nosso Senador Marcos Pontes, desde 1960, caracterizadas pelo diálogo fluido, cooperação construtiva e convergência em temas da agenda internacional. As perspectivas de adensamento das relações bilaterais são promissoras, especialmente nos campos do turismo, do comércio, investimentos e cooperação técnica. A reunião de consultas políticas prevista para o primeiro semestre de 2026 deverá inaugurar nova fase de adensamento político institucional, consolidar instrumentos de diálogo regular e ampliar o marco jurídico bilateral. Para se ter uma ideia – já foi antecipada pelo meu Relator, querido Relator Senador Marcos Pontes –, existem quatro acordos bilaterais em vigor e oito instrumentos em fase avançada de negociação.

No que concerne ao comércio, que também já foi antecipado, o intercâmbio bilateral diminuiu de 210 milhões para 125 milhões, é deficitário para o Brasil em cerca de 40 milhões. De qualquer modo, é um nível de comércio ainda muito modesto se nós considerarmos o mercado de 23 milhões de pessoas, que é o mercado do Sri Lanka.

A pauta exportadora também foi antecipada, açúcares e melaço, papel cartão, borrachas sintéticas. E a pauta importadora é concentrada em artigos de vestuário e têxteis, cerca de 70%, e pneus de borracha, 22%. Então aqui o que a gente nota é que as pautas são concentradas em poucos produtos e há um trabalho a ser feito no sentido de buscar torná-la mais diversificada e com maior valor agregado.

Quanto ao planejamento diplomático do posto, caso eu mereça a aprovação de V. Exas. nesta Comissão, pretendo atuar ativamente nos seguintes pontos: buscarei recuperar a perspectiva de fornecimento de aviões Super Tucanos para treinamento militar e aeronaves para a SriLankan Airlines, cuja maioria de capital pertence ao Governo. Nesse sentido, farei as devidas diligências junto à Embraer e às contrapartes srilanquesas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com o apoio fundamental da Agência Brasileira de Cooperação, buscarei organizar visitas ao país de técnicos da Embrapa, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Instituto Manguinhos, Butantan, Pasteur, entre outros, e de especialistas do Sri Lanka a essas instituições brasileiras, porque eu acredito muito na cooperação técnica para nós nos aproximarmos no relacionamento.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE GERALDO KADRI – O foco dessa cooperação técnica vai ser a agricultura familiar, produção de medicamentos para o tratamento de doenças tropicais comuns, como dengue, malária, zika, chicungunha, entre outras.

Pretendo visitar essas instituições previamente à minha chegada ao posto. Envidarei esforços para intensificar o intercâmbio de treinamento de oficiais militares entre os dois países, o que também já foi mencionado, à luz da possível assinatura do Acordo-Quadro em Matérias de Defesa, que está em fase final de negociação. Solicitarei, a propósito, encontro no Ministério da Defesa para tratar dessa matéria. Estabelecerei contatos regulares com a Polícia Federal e sua homóloga srilankêsa, para a cooperação no combate ao crime organizado e ao tráfico internacional de entorpecentes.

Ambos os países negociam – está entre aqueles oito instrumentos de negociação – a assinatura de um memorando de entendimento sobre cooperação no combate aos crimes transnacionais, o que será instrumental para avançarmos nesta matéria.

Pretendo focar também no desenvolvimento de projetos que permitam a transferência da bem-sucedida experiência brasileira na elaboração e implementação de políticas públicas para diminuir o desequilíbrio social, fomentar a inclusão de minorias, promover acessibilidade, entre outros. Tendo presente nossa liderança no setor, pretendo visitar a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) e a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), para tentar viabilizar especialmente a exportação de frangos para o Sri Lanka. Segundo o Mapa, os mercados de aves e suínos estão abertos e o de carne bovina está em negociação para abertura.

Por fim, não menos importante, gostaria de reiterar o papel da diplomacia Parlamentar e, nesse sentido, saudar a criação recente, no âmbito da Câmara dos Deputados deste Congresso





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional, do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Sri Lanka. Os Parlamentares, enfim, a diplomacia parlamentar tem um condão de viabilizar todas essas iniciativas, sejam comerciais, sejam de cooperação técnica, que abrem portas em alto nível.

E, rapidamente, algumas palavras sobre as Maldivas, que é cumulativa, como já foi dita, à nossa Embaixada em Colombo.

A República das Maldivas, arquipélago com cerca de 1,2 mil ilhas, possui uma circunstância particular e que, de certa forma, molda a sua atuação internacional. A altitude média do país é de apenas 1,5m e o ponto mais alto situa-se a 2,40m. Então, essa vulnerabilidade significa que o aumento do nível dos oceanos, decorrente das mudanças climáticas, torna-se uma ameaça importante à própria sobrevivência do arquipélago.

No plano internacional, busca realinhamento diplomático com a China, com cooperação estratégica ampla, incluindo infraestrutura, economia digital e segurança. Vale lembrar que, não obstante esse giro, que é recente, das Maldivas para a China, mantém-se a relevância da Índia, com quem as Maldivas – o arquipélago – cooperam em matéria de segurança marítima, projetos de infraestrutura e assistência econômica. Da mesma forma como o Sri Lanka, as Maldivas oscilam, procuram equilibrar a sua atuação internacional e salvaguardar seus interesses, procurando manter os melhores interesses do arquipélago com a China e com a Índia. Então, é um exercício importante, pendular, que ambos os países que estão ali ao Sul da Índia...

Muito bem, com relação à economia, o turismo juntamente com os seus serviços complementares, o que já foi mencionado, constitui a base do desenvolvimento do país – setor de turismo, 60% do PIB e 70% dos empregos. O país recebe mais de 2 milhões de turistas e aí, quando a gente olhar o mercado para os produtos brasileiros, temos que olhar também para os turistas que passam por lá e não apenas os 520 mil habitantes, mas o mercado ampliado que tende a aumentar cada vez mais.

As relações diplomáticas foram estabelecidas recentemente, em 1988, e são pouco densas, mas amistosas. Em maio de 2022, a Chancelaria das Maldivas concordou com a proposta brasileira de negociar um acordo básico de cooperação técnica, sinalizando, então, o interesse do país em uma maior aproximação com o Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As relações comerciais bilaterais são modestas. Em 2024, apenas R\$26 milhões, essencialmente exportações brasileiras, conforme também já foi mencionado, de proteína animal: carne de aves, 77%; e cortes finos de bovinos, 17%.

Para terminar, o planejamento diplomático do posto, caso aprovado por V. Exas. nesta Comissão e tendo presente que se trata de uma embaixada não residente – aí limita um pouco a nossa atuação, mas não impede –: em primeiro lugar, explorar o papel de liderança que o Brasil tem em temas globais, em especial de meio ambiente e sustentabilidade, além de direitos humanos, para atender aos interesses vitais das Maldivas; criação de um consulado honorário em Malé, para melhorar a assistência aos brasileiros, especialmente aos turistas, já que cerca de 20 mil brasileiros visitam o arquipélago a cada ano; procurar viabilizar projetos e iniciativas de cooperação técnica em benefício das Maldivas – para isso, a finalização de um acordo de cooperação técnica será de grande utilidade –; e, finalmente, apoiar eventuais empresas brasileiras interessadas em investir na área hoteleira, em turismo, na rede hoteleira do arquipélago.

Seriam essas, então, as minhas considerações.

Coloco-me à disposição de V. Exas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Jorge Geraldo Kadri. Aliás, é um prazer estar aqui. Nós nos encontramos em Sydney, na Austrália. Parabéns pelo trabalho lá. Eu tenho certeza de que vai realizar um ótimo trabalho também nesse novo posto.

Antes de nós entrarmos nas perguntas dos Senadores e nas perguntas que nós temos recebido do e-Cidadania – aliás, agradeço às pessoas que estão participando...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... nos enviando mensagens e comentários aqui pelo e-Cidadania –, eu gostaria de registrar a importância que nós temos nessas cooperações. Embora sejam países pequenos, nós temos, sim, a possibilidade de cooperar em várias áreas. Uma das áreas – obviamente, por ter sido





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro da área de ciência, tecnologia e inovação no país – que facilitam muito essa cooperação e trazem um benefício muito grande às duas partes é a parte de ciência e tecnologia. O senhor citou a questão dos aviões com a Embraer, mas também produtos e serviços diretamente ligados ao setor de tecnologia podem alavancar esses serviços que eles já têm na área do turismo, assim como outras áreas, porque um país dessa dimensão tem certas dificuldades de se desenvolver. Em momentos mais difíceis, por exemplo, nós cedemos aquelas vacinas – 80 mil vacinas – para lá. Nós temos acontecendo aqui no Brasil o desenvolvimento do laboratório de nível de biossegurança 4, lá no Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais, em Campinas – esse laboratório vai ser o único da América Latina e é o primeiro no planeta que é conectado com um acelerador de partículas, o que vai ser de grande interesse da comunidade científica mundial para o desenvolvimento mais rápido de vacinas e remédios, e é aberto à cooperação internacional. Então, há uma possibilidade muito grande dessa cooperação, inclusive, nesse setor que certamente ajuda a salvar vidas em todo lado.

Então, eu desejo ao senhor muita sorte e um ótimo trabalho por lá. Um dia desses, quem sabe, eu não vou visitar também lá para conhecer a região.

O SR. JORGE GERALDO KADRI (*Fora do microfone.*) – Será uma honra.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Dando sequência, algum Senador mais quer fazer algum questionamento? (*Pausa.*)

Não tendo, nós deixamos o painel aberto. Pedimos para o Embaixador continuar acompanhando por aqui, até que se atinja o quórum mínimo necessário para a apuração dos votos.

Vamos passar para outro item da segunda parte.

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 331, DE 2020



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Autoriza o Poder Executivo federal a doar aeronaves da Polícia Federal à República do Paraguai e da Marinha do Brasil à República Oriental do Uruguai.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação

Vou me permitir fazer a leitura do relatório aqui da Presidência e vou direto ao mérito.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – No mérito, a proposição reflete o esforço conjunto para fortalecer a cooperação entre Brasil, Paraguai e Uruguai em segurança pública e defesa, visando enfrentar os desafios impostos à segurança e à defesa regionais, especialmente em áreas fronteiriças. De fato, a criminalidade organizada e outras ameaças à incolumidade da população ultrapassam as fronteiras geográficas e, por isso, exigem respostas coordenadas e eficazes entre os países da América do Sul.

Em relação ao Paraguai, o PL pretende que este Congresso Nacional autorize a doação de dois helicópteros da fabricante Bell, modelo 412 Classic, às forças de segurança paraguaias, para emprego em ações de prevenção e repressão a crimes transnacionais, especialmente àqueles relacionados ao tráfico de armas, tráfico de drogas, contrabando e descaminho. Essa doação, se aprovada, certamente contribuirá para a ampliação da capacidade operacional do país vizinho, reforçando seu aparato para cumprir missões de fiscalização e monitoramento de suas fronteiras com o Brasil, gerando, inegavelmente, reflexos positivos em território brasileiro.

Em relação ao Uruguai, a proposição autoriza a doação de dois helicópteros da fabricante Bell, modelo Jet Ranger III, da Marinha do Brasil para a Armada Nacional da República Oriental do Uruguai. Nesse ponto, o Exmo. Ministro da Defesa, Sr. José Múcio, em sua Exposição de Motivos de 35, de 2025, assinala que as citadas aeronaves atendem aos requisitos operacionais das forças do país vizinho e que, uma vez doadas, realizarão tarefas de transporte e apoio logístico à armada uruguaia.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, a presente proposição, em consonância com a Política Nacional de Defesa, reflete o protagonismo militar brasileiro na região e guarda compatibilidade com os interesses estratégicos nacionais de integração regional, pois o Brasil reconhece, no adensamento das relações políticas, sociais e econômicas entre os países sul-americanos, um elemento fundamental para a preservação da paz e da segurança na região, que integra o entorno estratégico brasileiro.

No mais, estamos certos de que o fortalecimento da defesa e da segurança representa um dos aspectos mais emblemáticos do processo de integração regional. Em vista disso, a aprovação desta proposta de doação, aparentemente singela, mas com grande potencial de gerar efeitos relevantes para a segurança pública dos interesses dos brasileiros, simboliza a parte fundamental do processo de integração sul-americana.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, o nosso voto é pela aprovação do PL 331, de 2020.

Esse é o relatório.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação simbólica.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação. *(Pausa.)*

Senadora Mara Gabrilli, está *online*?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Ótimo. Seja bem-vinda!

V. Exa. vai ler o relatório do PL 565, de 2022, de autoria da Deputada Celina Leão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 565, DE 2022

- Não terminativo -

Qualifica a exposição de crianças e adolescentes sob guarda de pais ou responsáveis legais brasileiros a situações de violência doméstica em país estrangeiro como situação capaz de submetê-los a grave risco de ordem física ou psíquica, nos termos do Artigo 13 da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

- 1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto, na forma da emenda nº 1-CDH (substitutivo).*
- 2. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.*
- 3. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 10/10/2024, 27/11/2024 e 26/11/2025.*

Com a palavra a Senadora Mara Gabrilli.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Presidente. Bom dia! Bom dia a todos!

Eu quero cumprimentar o Embaixador Jorge Geraldo e já desejar muito boa sorte tanto no Sri Lanka quanto nas Maldivas. Estou aqui na torcida e fico também à disposição.

Peço licença para ir diretamente à análise.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto ora em análise invoca o Artigo 13 da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, o qual prevê exceções à obrigação de retorno da criança ao país estrangeiro de residência habitual, quando tal retorno possa ser-lhe prejudicial.

Antes de a matéria ser distribuída para exame desta Comissão, o PL foi aprovado nos termos do substitutivo da Senadora Ana Paula Lobato, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Nos últimos anos, o Brasil tem avançado significativamente na consolidação de um regime jurídico voltado à proteção de crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade.

Entre os marcos mais relevantes, destacamos a própria internalização da Convenção da Haia sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças e da Convenção Interamericana sobre a Restituição Internacional de Menores, bem como a edição de normas internas de proteção integral, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei da Escuta Protegida e a Lei Henry Borel.

É preciso sublinhar, do mesmo modo, os avanços do Brasil no reconhecimento da vulnerabilidade de mulheres, que têm contribuído para a construção de mecanismos normativos para a promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva, seja pela formulação de leis pioneiras, a exemplo da Lei Maria da Penha, seja pelo engajamento em pactos internacionais de direitos humanos, como é o caso da Convenção de Belém do Pará.

Ainda assim, permanece uma lacuna visível em nosso ordenamento: em processos de restituição internacional de crianças e adolescentes – a considerar que a Convenção da Haia é aplicável até os 16 anos –, situações de violência doméstica nem sempre são reconhecidas como circunstâncias capazes de caracterizar grave risco físico ou psíquico estabelecido no Artigo 13 da Convenção da Haia, o que pode possibilitar o retorno compulsório de crianças a ambientes potencialmente inseguros.

Na prática, o sistema internacional de cooperação jurídica, ao privilegiar a regra do retorno imediato ao país de residência habitual, por vezes minimiza a realidade concreta de mulheres, crianças e adolescentes submetidos à violência doméstica.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É nesse contexto que registro a trajetória de vida e luta da Sra. Eliana März, a qual ilustra as vulnerabilidades e lacunas na aplicação da Convenção da Haia no Brasil, bem como os seus impactos sobre as mães e crianças brasileiras.

Mãe de Helena, uma menina com síndrome de Down, Eliana residia na Alemanha, onde enfrentou um processo de separação marcado por violência doméstica e dificuldades no que se refere ao convívio com a sua filha. Os indícios de abusos e negligência por parte do genitor eram numerosos, mas o sistema policial alemão foi desinteressado e o sistema judiciário, provocado pela cooperação internacional, foi célere ao determinar a repatriação dessa criança, desconsiderando o contraditório e a vulnerabilidade da menina – desconsiderando totalmente.

Em 2012, Helena foi então retirada do convívio da mãe em apenas 40 dias de processo. Anos depois, Eliana conseguiu reverter a sentença, mas já era tarde. A essa altura, a criança já havia sido alvo de alienação parental e manifestava, em juízo, o desejo de permanecer sob a tutela paterna.

O caso chamou atenção do país e do então Senador Eduardo Suplicy, bem como da Associação de Mães de Mãos Vazias, revelando lacunas na proteção de crianças brasileiras na esfera internacional.

Essa experiência não representa apenas uma tragédia pessoal, mas também um alerta institucional. Mostra que, sem o aprimoramento legislativo e procedimental, o Brasil corre o risco de reproduzir injustiças semelhantes, fragilizando sua arquitetura de proteção e expondo mães e crianças brasileiras a situações de abandono jurídico.

E é precisamente nesse ponto que a história de Eliana transcende o drama individual e se converte em elemento estruturante da necessidade de uma nova lei: um marco regulatório que fortaleça garantias processuais, impeça decisões sumárias sem a devida análise do melhor interesse da criança e reforce o compromisso do Estado brasileiro com a Convenção da Haia.

Nesse sentido, o projeto de lei busca corrigir a distorção apontada, ao prever que a violência doméstica constitui situação de grave risco, suficiente para autorizar a autoridade judicial brasileira a excepcionar a regra do retorno, nos termos dos tratados internacionais aplicáveis.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, a proposta estabelece parâmetros probatórios adequados para a demonstração da violência, contemplando relatórios médicos, psicológicos e institucionais, inclusive os provenientes de órgãos e entidades estrangeiras.

Sob o aspecto da constitucionalidade material, a proteção da mulher vítima de violência doméstica e familiar é dever constitucional do Estado. Além disso, o projeto de lei também concretiza os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da proteção integral à criança e ao adolescente.

Sob uma perspectiva internacional, a proposta harmoniza o ordenamento jurídico pátrio com os compromissos assumidos pelo Brasil. Do ponto de vista da juridicidade, não há vícios a apontar, não contrariando tratados já ratificados; ao contrário, aprimora a aplicação dos instrumentos internacionais de cooperação ao introduzir critérios claros e compatíveis com o ordenamento interno. Trata-se de inovação normativa relevante, que confere maior segurança jurídica às decisões judiciais em matéria de restituição internacional de crianças e adolescentes.

No mérito, o projeto de lei é digno de reconhecimento, pois enfrenta a dificuldade de conciliar a celeridade da cooperação internacional com a proteção efetiva da criança vítima de violência doméstica. A proposição contribui para que a exceção de grave risco deixe de ser interpretada de modo restritivo, permitindo que situações de violência, ainda que contra a genitora, sejam juridicamente consideradas como fatores de risco à criança.

Na CDH, o texto foi aperfeiçoado pelo relatório da Senadora Ana Paula Lobato, que conseguiu transformar em sugestões valiosas os anseios de mulheres e organizações da sociedade civil por um regramento mais justo de situações tão desafiadoras.

Em nossas atividades como Parlamentar, costumamos orientar nossa atuação pela escuta empática de pessoas e grupos diretamente afetados pelas normas que editamos, bem como pelo diálogo aberto com parceiros da sociedade civil e com autoridades do Governo, do Ministério Público e do Judiciário. Fiéis a essa premissa que nos é tão cara, mantivemos numerosas reuniões de trabalho com esses atores que participaram da construção de um novo substitutivo, que ora apresentamos, diante da conclusão de ser necessário qualificar ainda mais a resposta estatal. Seu texto contou, inclusive, com a anuência da Senadora Ana Paula Lobato, a quem agradecemos a preciosa colaboração.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As alterações mais significativas dizem respeito à oitiva da criança ou adolescente. Nossa proposta não somente garante o direito de ser ouvido, como estabelece que essa escuta deve ocorrer de forma adequada, por meio de profissionais habilitados ou escuta especializada, protegendo a criança ou o adolescente de circunstâncias que possam agravar o seu sofrimento. Ademais, adicionamos dispositivo que exige fundamentação adequada caso a oitiva não seja realizada.

A integração com outras leis nacionais, como a Lei Maria da Penha, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei da Escuta Protegida e a Lei Henry Borel, demonstra uma abordagem sistêmica de proteção, alinhando o tratamento de casos de subtração internacional com as normas nacionais de proteção à criança, ao adolescente e à mulher.

Além disso, a definição de violência doméstica e de risco no substitutivo é apresentada de forma mais estruturada.

O novo texto organiza os indícios, tais como medidas protetivas, laudos médicos ou psicológicos, relatórios de órgãos de proteção estrangeiros e outros elementos que possam formar a convicção judicial, enquanto o texto antigo listava genericamente diversos tipos de abuso.

Outra importante inovação diz respeito à caracterização da inexistência de reabilitação e de tratamento de saúde adequado no país de residência habitual e da separação da criança ou do adolescente com deficiência de seu cuidador principal como circunstâncias aptas a configurar o grave risco físico ou psíquico que impedem seu retorno ao país estrangeiro.

Da mesma forma, inserimos um dispositivo que visa a assegurar a igualdade processual perante a Justiça brasileira, em atendimento a uma demanda justa de mães e de organizações da sociedade civil de defesa dos direitos das mulheres. Nesse sentido, o projeto prevê que, nos pedidos de restituição de crianças ou adolescentes formulados com fundamento na Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, a legitimidade ativa caberá à parte estrangeira diretamente interessada. A solução inspirou-se na experiência de outros Estados-Partes da Convenção.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, a Justiça brasileira deverá avaliar, no curso do processo, se, havendo decorrido período igual ou superior a um ano entre a data da transferência ou retenção indevida e o ajuizamento da ação perante a autoridade nacional, existem elementos suficientes que indiquem que a criança ou o adolescente já está integrado ao novo meio em que passou a residir.

Assim, o novo substitutivo, embora inspirado e em grande medida construído a partir do texto apresentado pela Comissão de Direitos Humanos, introduz ajustes que, em nossa avaliação, conferem maior clareza e segurança aos operadores do direito.

Está acabando, Presidente.

Por fim, em razão dos fatos expostos, proponho que o projeto de lei, ora em análise, seja denominado como Lei Eliana März, em justa homenagem e reconhecimento à luta dessa mãe brasileira que, movida pelo amor e pela coragem, enfrentou circunstâncias extremas em defesa de sua filha com síndrome de Down. Que essa denominação simbolize o compromisso do Estado brasileiro com a proteção de mulheres e crianças em contextos de vulnerabilidade internacional, para que nenhuma outra mãe, em desespero por estar separada de seu filho, tenha que acampar diante do Supremo Tribunal Federal ou de qualquer outro órgão do Poder da República.

Que essa lei seja um marco de sensibilidade e justiça para que episódios tão dolorosos jamais se repitam com qualquer outra mãe ou com qualquer outra criança.

Agora o voto.

Em razão de todo o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 565, de 2022, na forma de substitutivo apresentado.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos à Senadora Mara Gabrilli.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão, não sem antes parabenizar a Senadora Mara. É um projeto realmente muito importante.

A gente, na condição de Presidente da Comissão de Relações Exteriores, sempre recebe aqui familiares de crianças que estão apartadas dos seus genitores, seja pai, seja mãe, por desentendimento do casal. É um sofrimento atroz. Realmente, é muito importante essa matéria.

Coloco em votação.

Votação simbólica.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1 da Comissão de Relações Exteriores (Substitutivo).

A matéria vai à CCJ para prosseguimento da tramitação.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Minuta de indicação.

A Comissão apresenta minuta de indicação ao Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços) sugerindo a realização de reavaliação técnica de decisão administrativa que reconheceu a existência de similar nacional em processo de concessão de Ex-Tarifário referente a módulos fotovoltaicos de alta eficiência.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a minuta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Às providências.

Item 3, do Senador Esperidião Amin; depois o item quarto, do Senador Humberto Costa.

2ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2911, DE 2022

- Não terminativo -

Autoriza o Poder Executivo federal, por meio do Ministério da Defesa, a doar materiais de natureza militar do Comando do Exército para a República do Paraguai.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação

Senador Amin, V. Exa. pode ir direto à análise do relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Perfeitamente, Presidente.

O parecer tem como seu Relator o Senador Sergio Moro. Eu vou resumir o seu voto, que já foi apresentado. Já vou antecipando que vou pedir urgência, pela seguinte razão: está agendada uma audiência, hoje, do Presidente Davi Alcolumbre com o Presidente do Senado do Paraguai, às 14h, de sorte que esta matéria, que versa sobre a doação de seis veículos, de seis viaturas blindadas de combate obuseiro autopropelido ou autopropulsado, pelo Exército Brasileiro ao Exército da República do Paraguai, constitui, ainda que modestamente, um gesto de boa vontade, posto que o Governo brasileiro vai bancar todas as despesas até a entrega, já em território paraguaio, dessas viaturas.

Só que é um gesto de boa vontade que o Governo brasileiro pratica através do Ministério da Defesa; e, como não há nenhuma privação para as nossas Forças com essa doação, o parecer





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é favorável – repito, o parecer já está prolatado e apresentado pelo Senador Sergio Moro –, e eu apenas o resumo com essa frase; e, uma vez aprovado, já requeiro urgência para que o próprio Presidente do Senado possa, com a sua participação, Senador Nelsinho, informar ao seu equivalente paraguaio essa deliberação do Governo brasileiro pelo Senado Federal, caso haja a aprovação como eu proponho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos, Senador Esperidião Amin.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Votação simbólica.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para o prosseguimento da tramitação.

Ressalto que coloco em discussão a urgência, solicitada pelo Senador Esperidião Amin, das duas matérias que se referem ao Paraguai – tanto o item 1 quanto este item ora relatado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – E ao Uruguai.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – E ao Uruguai também.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o regime de urgência das duas matérias.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Passo, de pronto, a palavra ao Senador Humberto Costa, para a leitura do relatório do item 8.

2ª PARTE**ITEM 8****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 242, DE 2025****- Não terminativo -**

Aprova o texto de adesão da República Federativa do Brasil ao Convênio Constitutivo e ao Convênio de Administração do Fundo Multilateral de Investimentos IV (Fumin IV), assinados em Punta Cana, República Dominicana, em 10 de março de 2024.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação

Com a palavra o Senador Humberto Costa, que já pode ir direto à análise.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relator.) – O.k.

Nos termos do art. 103 do Regimento Interno, cabe a esta Comissão opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

Não há vício de constitucionalidade e não se verificam óbices quanto à juridicidade ou à regimentalidade.

No mérito, cabe lembrar que o Fumin atua como fonte relevante de financiamento para iniciativas de assistência técnica voltadas ao fortalecimento do setor privado na América Latina e no Caribe, destacando-se como o principal provedor de recursos não reembolsáveis do Grupo BID. Suas ações envolvem cooperação com empresas, organizações da sociedade civil e instituições governamentais, abrangendo áreas como microfinanças, apoio a pequenas e médias





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresas e cadeias produtivas, formação profissional, investimentos de risco e arranjos de parceria entre o setor público e o privado.

A proposta em análise trata da adesão brasileira à sua quarta fase operacional, o Fumin IV, que moderniza o modelo anterior, ao adotar captação permanente de múltiplas fontes, ampliar receitas próprias e fortalecer a mobilização de terceiros. Como destacado na exposição de motivos, com vistas a permitir maior foco em sua atuação, o Fumin está priorizando o apoio às áreas de agricultura sustentável (estimular inovações na cadeia de valor da agricultura que incrementem a produtividade e reduzam os impactos no clima); cidades inclusivas (promover melhor qualidade de vida nas áreas urbanas por meio do investimento nas inovações do setor privado); e economia do conhecimento (promover a criação de empregos e o crescimento de empresas intensivas em tecnologia, e fortalecer o ecossistema da inovação), todos temas de grande interesse para o Brasil.

O BID segue responsável pela administração e avaliação das operações, assegurando padrões técnicos e fiduciários. Ao aderir ao Fumin IV, o Brasil manterá acesso a recursos essenciais para diversas iniciativas. Nesse sentido, vale recordar que, em dezembro de 2023, o Brasil detinha 35 operações na carteira ativa, que correspondiam a US\$49,8 milhões em aprovações junto ao BID. Não bastasse isso, o fundo apoiava 61 projetos regionais que incluíam o Brasil como beneficiário, num total de US\$19,9 milhões.

O Brasil preservará, ainda, seu direito a voto na Comissão de Contribuintes, onde são definidos os rumos estratégicos do fundo.

A contribuição brasileira prevista pode, nesses termos, ser considerada investimento com retorno, por meio da implementação de iniciativas voltadas para o desenvolvimento socioeconômico e a integração regional.

Voto.

Diante do exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2025.

Esse é o voto, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Agradecendo ao Senador Humberto Costa, coloco em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do nobre Senador Humberto Costa.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para o prosseguimento da tramitação. *(Pausa.)*

2ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 459, DE 2022

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Fiji, assinado em Brasília, em 1º de novembro de 2013.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação

O texto já foi apresentado.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Vou resumir, *ad hoc*, a análise.

O texto do acordo está juridicamente bem embasado, ele cria condições favoráveis para a execução de projetos bilaterais e até trilaterais em áreas como agricultura, saúde, educação, meio ambiente, ciência e tecnologia, entre outras.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O país tem desempenhado papel de destaque na cooperação Sul-Sul.

A Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, promovida pelo Brasil, é marcada pelo pragmatismo e pela ausência de condicionalidades políticas, priorizando resultados concretos e soluções adaptadas às realidades locais.

Por ser conveniente e oportuno, o parecer do Senador Nelsinho Trad, cujo resumo eu trago a lume, se manifesta pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 459, de 2022.

Em discussão, o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

O item 5 está distribuído para o Senador Esperidião Amin, por isso, daqui mesmo, eu vou fazer um breve resumo deste Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Benin em Matéria Militar, assinado no Rio de Janeiro, em 12 de abril de 2023.

2ª PARTE**ITEM 5****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 270, DE 2024****- Não terminativo -**

Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Benin em Matéria Militar, assinado no Rio de Janeiro, em 12 de abril de 2023.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – O parecer é pela aprovação e, em resumo, eu gostaria de salientar que é muito bom ver o Benin ser parceiro do Brasil. Ele foi o nosso primeiro parceiro na famosa questão do algodão, quando o Brasil, tendo como *amicus curiarum*, porque são vários... *Amici*, amigos... Em várias circunstâncias, países africanos foram nossos parceiros, no famoso caso do subsídio duplo do algodão, que foi marcante junto à Organização Mundial do Comércio e registrou uma grande vitória do Brasil, do Itamaraty e do Ministério do Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, a respeito de uma matéria que sensibilizava tanto o nosso país quanto vários países da África.

Por isso, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Coloco em discussão o relatório.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório. Ele passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação. (*Pausa.*)

Item 7, igualmente distribuído ao Senador Esperidião Amin.

2ª PARTE

ITEM 7





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 317, DE 2024

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas, assinado em Nova York, em 22 de setembro de 2022.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação

O relatório foi apresentado tempestivamente por este que vos fala, que propõe a aprovação.

Trata-se de mais uma cooperação entre o Brasil e Polônia, país que tem com o nosso Brasil uma relação extensa, diversificada e longeva.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Vou determinar agora à Secretaria que proceda à apuração da mensagem que designa o Embaixador Jorge Geraldo Kadri.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Onze votos SIM; nenhum NÃO.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nenhuma abstenção.

Quero me congratular com o Embaixador Jorge Geraldo Kadri pela sua votação, por unanimidade, com o número mais bonito que existe, que é o onze, por razões óbvias.

Congratulando-me com S. Exa. e desejando êxito na sua missão, eu declaro que nada mais há a tratar.

Declaro encerrada a reunião, com a autorização do Senador Nelsinho Trad.

Está encerrada a sessão.

(Iniciada às 09 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 26 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 37ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e quatorze minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Zequinha Marinho, Sergio Moro, José Lacerda, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Jorge Kajuru, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão, Augusta Brito e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Farias, Carlos Viana, Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro, Wilder Moraes, Beto Faro, Rogério Carvalho e Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 1508, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para dispor sobre a sinalização de rodovias federais após a realização de obras." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei nº 4479, de 2023 - Terminativo** - que: "Confere o título de Capital Nacional da Energia Eólica ao Município de Água Doce, no Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Projeto de Decreto Legislativo nº 319, de 2025 - Não Terminativo** - que: "Susta os efeitos dos §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º e 8º do art. 2º do Decreto nº 12.068, de 20 de junho de 2024, que regulamenta a licitação e a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, regulamenta a Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelece diretrizes para a modernização das concessões de serviço público de distribuição de energia elétrica, e altera o Decreto nº 62.724, de 17 de maio de 1968, o Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998, e o Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho (PL/RN). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório. Fazem uso da palavra os Senadores Jorge Seif, Jayme Campos e Jaime Bagattoli. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dez minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/16>

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, declaro aberta a 37ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 16 de dezembro de 2025.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão. Ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio de aplicativo, do aplicativo Senado Digital, em caso de deliberações nominais. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores que participarem remotamente.

Nós temos dois itens na pauta,

O item 1 é o Projeto de Lei 1.508, de 2019. Esse projeto é de relatoria do Senador Veneziano. Ele solicitou a retirada de pauta desse item; então, eu determino a retirada de pauta do item 1.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1**PROJETO DE LEI Nº 1508, DE 2019****- Não terminativo -**

Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para dispor sobre a sinalização de rodovias federais após a realização de obras.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação)

O item 2 é o Projeto de Lei 4.479. Há um pedido também de retirada do Senador Jorge Seif, porque trata de uma matéria, inclusive, de interesse lá do Estado de Santa Catarina e há uma controvérsia aqui entre dois estados. Há o pedido de retirada de pauta também, e eu estou também, de igual modo, deferindo.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2**PROJETO DE LEI Nº 4479, DE 2023****- Terminativo -**

Confere o título de Capital Nacional da Energia Eólica ao Município de Água Doce, no Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes**Relatório:** Pela rejeição)

Dessa forma, nós esgotamos a pauta de hoje...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o Brasil está estarecido com o que ocorreu no Estado de São Paulo nos últimos dias, devido exatamente à incompetência da Enel, incompetência essa que foi convalidada pelos poderes que o Decreto 12.068, de 20 de junho de 2024, que regulamentou a licitação e a prorrogação de concessões de distribuição de energia elétrica, o qual não encontra amparo na lei... Foi um decreto que passou batido e, lá atrás, o Líder do PL, o Senador Rogerio Marinho, propôs um PDL para que... O que o Rogerio Marinho quer é que a lei seja obedecida, que os ritos de licitação e de contratação das companhias elétricas, da concessão de companhias elétricas, passem exatamente pelos ritos que este Congresso Nacional aprovou há muitos anos, inclusive.

Dessa forma, já que nós estamos sem essas duas pautas da Comissão, que foram retiradas por ausência de seus Relatores, eu gostaria que o senhor incluísse, como extrapauta, o PDL 319, de 2025.

Só para contextualizar – e quem mora em São Paulo sabe –, setores de comércio e serviço contabilizaram perdas de R\$1,54 bilhão; mais de R\$1 bilhão de faturamento de serviços; comércio, R\$511 milhões; mais de 400 voos cancelados e atrasados; fora semáforos, congestionamento, risco, abastecimento de água, perda de produtos e medicamentos por conta de estragarem por falta de geladeira, etc., etc.

Então, solicito a V. Exa. que coloque, como extrapauta, o PDL 319, de 2025, de autoria do Senador Rogerio Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

Eu tenho acompanhado, com preocupação, a situação em São Paulo.

Eu indago se há divergência quanto à inclusão desse projeto de forma extrapauta.

Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem, para encaminhar.

Eu acho que o Senador Jorge Seif está fazendo esse pleito a V. Exa. diante de... De fato, a autoria é do Senador Rogerio Marinho. E eu quero me associar a ele.

De fato, é uma vergonha o que nós estamos vivenciando no atual momento, pela maneira como a empresa que hoje está lá, a Enel, está operando o sistema elétrico da maior cidade brasileira, o que já causou não só prejuízo financeiro, Senador Jorge. O mais grave... As pessoas não fizeram uma reflexão, uma avaliação de quanto tem sido pernicioso, tendo em vista o que eu vi ontem e antes de ontem – estou acompanhando bem de perto –: as pessoas que hoje têm pai ou mãe em casa doentes e que usam oxigênio... Alguns vão a óbito por falta de energia.

Quem nós temos que cobrar, aqui nesta Comissão, são as nossas agências reguladoras. Lamentavelmente, as agências reguladoras do Brasil não estão funcionando de acordo com





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquilo que é proposto na sua inicial, quando criaram as agências reguladoras no Brasil, de maneira que eu quero me associar a V. Exa. aqui. Com certeza, esta Comissão tem um papel fundamental no sentido de buscar esclarecimentos e punir, dentro da forma da lei, essas pessoas que operam, com certeza, a distribuição da energia elétrica no Estado de São Paulo.

Da minha parte, é "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

Então, está incluído em pauta e já chamo à votação o item 3.

EXTRAPAUTA**ITEM 3****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 319, DE 2025****- Não terminativo -**

Susta os efeitos dos §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º e 8º do art. 2º do Decreto nº 12.068, de 20 de junho de 2024, que regulamenta a licitação e a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, regulamenta a Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelece diretrizes para a modernização das concessões de serviço público de distribuição de energia elétrica, e altera o Decreto nº 62.724, de 17 de maio de 1968, o Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998, e o Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004.

Autoria: Senador Rogerio Marinho (PL/RN)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação com emendas

Essa matéria já teve o parecer apresentado, pela aprovação, com emendas, de sorte que apenas nos caberia agora discussão e votação.

Submeto à apreciação.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada a matéria.

Essa matéria vai ainda para a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

Eu apenas queria fazer um registro. O que nós estamos... Aliás, o Brasil está acompanhando o que está acontecendo em São Paulo ao longo da semana; iniciou-se na semana passada e se prolonga no tempo. Senador Jayme Campos, há uma cobrança muito forte em relação ao regulador, em relação ao Governo, com relação ao papel das distribuidoras quanto a garantir o fornecimento de energia.

Eu estive pessoalmente em São Paulo e tive a oportunidade de acompanhar essa situação de perto. Eu, inclusive, fui até a Secretaria de Segurança Urbana de São Paulo, onde funciona o sistema de monitoramento. E por que fiz isso? Esse sistema de monitoramento, chamado Smart Sampa, consegue mapear os acontecimentos dentro da Grande São Paulo. Quando lá estive, fui muito bem recebido pelo Secretário, a equipe do Prefeito Ricardo Nunes foi muito atenciosa comigo. Eu visitei alguns pontos da grande São Paulo, regiões que estavam ainda sem energia, e até hoje ainda tem regiões sem abastecimento, mas o que me chamou a atenção, e este é o ponto que eu queria testemunhar aqui: quando eu lá estive, visitando o sistema, eu perguntei





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

justamente sobre essa questão das equipes de suporte, de resposta à situação do rompimento do fornecimento de energia. Foi algo que me assustou. As imagens mostravam as equipes da empresa de distribuição paralisadas. No momento em que São Paulo estava sofrendo com o apagão, as equipes estavam no pátio, paralisadas. O que estava na rua, em campo, era um número muito pequeno e, em razão disso, essa demora no reabastecimento de energia.

Óbvio que ninguém aqui é irresponsável ao ponto de dizer que São Paulo ou qualquer outra cidade do Brasil está livre de fatores climáticos extremos, que podem, sim, causar a queda do fornecimento de energia, como aconteceu com o Estado de São Paulo. Agora, por outro lado, não se justifica a ausência de uma resposta efetiva, em tempo absolutamente razoável, por falta ou de equipes ou de aparelhos suficientes para fazer esse enfrentamento.

Então, o que está acontecendo no Estado de São Paulo hoje serve de alerta para o Brasil inteiro, porque isso pode acontecer no Mato Grosso, pode acontecer no Estado de Rondônia, pode acontecer no Estado de Santa Catarina. Agora, o tempo de resposta da concessionária não pode ser o tempo da morosidade, porque, V. Exa., Senador Jayme Campos, disse aqui, alertou aqui e com muito acerto: são hospitais que dependem de energia, são leitos médicos que dependem da energia, do suprimento e, numa situação como essa, se coloca em risco as vidas das pessoas.

Portanto, vi com muita preocupação o que aconteceu no Estado de São Paulo. Espero que essa matéria possa tramitar na Comissão de Constituição e Justiça e, depois, no Plenário do Senado Federal, para que realmente nós tenhamos um novo ambiente de respeito à lei, de respeito ao papel do regulador, de respeito ao papel do Governo, que cobra providências, mas, sobretudo, respeito ao cidadão, que paga sua conta de luz e simplesmente quer o fornecimento, energia segura.

Portanto, agradeço o empenho de V. Exas. na aprovação dessa matéria.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu estive também, cerca de três meses atrás, no Município de São Paulo, onde visitei a sala de situação da Prefeitura, Senador Jayme, do Smart Sampa, que são câmeras colocadas em toda a cidade que leem já a placa do veículo, fazem o reconhecimento facial das pessoas que estão caminhando em diversos locais, inclusive, são conectadas a um banco de dados do Detran de São Paulo e também da Segurança Pública. Caso aquela pessoa que esteja caminhando seja identificada por essas câmeras e tenha passagem, tenha um mandado de prisão, por exemplo, em aberto ou um carro tenha sido furtado e a pessoa deu queixa, imediatamente as equipes policiais vão, então, prender esse elemento ou resgatar o veículo roubado.

Então, foi uma ação muito exitosa do Prefeito Ricardo Nunes. Tive a oportunidade de parabenizá-lo pessoalmente.

A grande notícia é que a Secretaria Pública do meu Estado, o Estado de Santa Catarina, está implementando, inclusive, com a ajuda, com emendas nossas, Sr. Presidente, a mesma tecnologia do Smart Sampa no Estado de Santa Catarina, com a diferença que nos 295





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

municípios. Nós teremos câmeras com OCR, que é a tecnologia que lê placas de veículo e também com reconhecimento facial, ligando também o banco de dados dessas câmeras a várias polícias de todo o Brasil, porque nós sabemos que o criminoso, muitas vezes, muda de local, sai do Rio, sai de São Paulo, sai do Pará, migra para outro estado, justamente porque ele tem um mandado de busca em seu estado.

Então, quero parabenizar o Prefeito Ricardo Nunes pela questão do Smart Sampa, o qual o senhor menciona, e também quero parabenizar o Estado de Santa Catarina, a Secretaria de Segurança Pública, na pessoa do Secretário Flávio Graff, e o Governador Jorginho Mello pela excelente iniciativa, que já está em implementação. Cremos que, no máximo, em mais um ou dois anos, todo o Estado de Santa Catarina terá a cobertura desse serviço de segurança, porque hoje, Senador Jaime Bagattoli, o senhor sabe disso, segundo as estatísticas, o tema mais preocupante para o brasileiro é a questão da segurança pública. O brasileiro, especialmente num Governo que incentiva que roubem celular para tomar cerveja, que diz que traficante é vítima de usuário, que se celebra, esse Governo, dentro de cadeias, um Governo em que 98% dos presidiários que votaram votaram nesse Governo, um Governo que infelizmente tem conversas cabulosas com o crime organizado e se sente muito à vontade. Existe um apoio mútuo das facções criminosas com o atual Governo, e nós precisamos nos defender.

Iniciativas como essa, que são a maior preocupação hoje do brasileiro, Senador Marcos Rogério, vão dar um pouco mais de sensação de segurança à população brasileira, incluindo de Santa Catarina, de Rondônia, do Mato Grosso e de todo o país.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço V. Exa., Senador Jorge Seif, pelas palavras.

Realmente, o programa Smart Sampa, para mim, é a tecnologia a serviço da proteção do cidadão, um sistema de videomonitoramento com respostas muito rápidas, conectado com a Guarda Civil Metropolitana (GCM) do Estado de São Paulo, com a Polícia Militar. Realmente, é algo inovador e que merece ser conhecido pelos brasileiros. Aliás, o Estado do Paraná também, me parece, já implantou esse modelo, o Estado de Santa Catarina também – ouvi recentemente o Governador Jorginho falando e, agora, V. Exa., vem aqui, reafirmando isso. Eu acho que é um avanço para o Brasil e para os brasileiros.

Eu queria apenas dar conhecimento ao Plenário da Comissão de que eu dei entrada, no dia de hoje, a um novo PDL. Agora, parece que virou regra a criação de decretos que visam relativizar aquilo que o legislador colocou na legislação, às vezes, tirando da mão de setores da regulação e colocando para outros setores que escapam ao controle do Legislativo.

O PDL 1.207, de 2025 – no qual eu dei entrada –, Senador Jayme Campos, mexe na questão das atribuições de competência da Agência de Energia e do Operador Nacional com relação à questão dos pareceres de acesso. Houve um decreto do Governo, retirando isso da agência e colocando para o operador. Qual é a questão aqui? Numa dessas agências, tem-se o processo de sabatina, a submissão ao Parlamento; a outra é a indicação do próprio Governo, ou seja, quem tem controle é o Governo.

Eu não vou entrar no mérito dessa questão, que me preocupa muito. Eu entendo que há elementos aqui e que, na hora certa, nós vamos ter que fazer essa discussão, porque nós estamos no meio de uma disputa neste momento. Nós estamos discutindo aqui, no Parlamento





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e nos setores da regulação, do próprio Governo, a questão da energia que é gerada no Brasil, da distribuição dessa demanda. Essa demanda fica em São Paulo, essa demanda vai para estados geradores de energia renovável, com grande potencial de geração, e, se vai para essas unidades, vai para o estado A, para o estado B, para o estado C? De repente, vem uma matéria dessa natureza. Parece-me algo de que a gente tenha que fazer uma análise mais aprofundada. O PDL busca, justamente, assegurar aquilo que estabelece a legislação.

Portanto, só estou dando conhecimento de que dei entrada nesse PDL. Aos Senadores que o quiserem subscrever, posteriormente, está à disposição, mas vamos deixar para apreciá-lo no início do próximo ano.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Antes de encerrar, ouço V. Exa., com muito prazer, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Peço a palavra para contribuir com o senhor, diante do seu relato em relação à questão da energia no Estado de São Paulo, que está sem luz há três, quatro, cinco dias e, se brincar, vai até o fim de semana ainda, diante do que nós estamos acompanhando. Ainda têm 60 mil famílias, no Estado de São Paulo, sem esse serviço público.

A lei – o senhor, que é um estudioso também – diz o seguinte: é obrigatório que as empresas distribuidoras, no setor elétrico dos seus estados... Têm a obrigação de religar a energia em seis horas. Se passar das seis, já está sujeita a multa a distribuidora, e não é cumprido, já há tempo isso aí. Tem lugares no Mato Grosso que chegam a ficar cinco dias, oito dias, sobretudo na área rural do nosso estado.

E eu pergunto, o que adianta nós termos uma agência aqui que não cobra efetivamente a boa prestação do serviço dessas distribuidoras, dessas concessionárias nos estados brasileiros? E o que é o mais grave: o senhor acabou de relatar aqui que tem lá muitos caminhões no pátio, parados, poucas equipes na rua. É real, eu ouvi isso aí. E perguntaram para o Presidente da Enel, lá em São Paulo, o que estava acontecendo. Foram lá, gravaram. Ele disse: "Olha, acabamos de contratar aqui, qualificar essas pessoas", 1,2 mil homens. Aí o cara perguntou: "Para onde é estão esses homens que estão fazendo serviço das redes elétricas aqui da cidade de São Paulo?". Ele falou: "Ah, eles estão trocando de turno". Será possível trocar de turno todas as equipes de manutenção, para restabelecer a nossa energia? Todos esses homens estão paralisados para fazer troca de turno? Isso é uma inverdade. Está faltando é capacidade de responsabilidade.

Eu confesso ao senhor o seguinte: é inconcebível a maior cidade do Brasil passar por essa vergonha, por esse transtorno, que não é de hoje, já é recorrente – tudo bom, Senador Jorge? – , isso não é a primeira vez, não.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Não...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Se fosse a primeira vez, nós tínhamos que dar um desconto.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Isso é manchete recorrente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – É manchete recorrente, que está acontecendo todos os anos. No Estado de São Paulo, por exemplo, já é o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

terceiro ano consecutivo que se está trazendo esse transtorno para a população paulista, de maneira que eu acho que vocês têm que fazer o quê? Que as agências cobrem aquilo que está lá pactuado, contratado com as nossas concessionárias que distribuem energia em todo o Mato Grosso, Brasil, São Paulo, Santa Catarina, Rondônia, etc. Feito isso aí, se as agências não forem duras, rigorosas naquilo que está estabelecido, vamos continuar com essa péssima prestação de serviço, até porque a energia elétrica do Brasil é uma das mais caras do mundo – é bom que se saiba, é uma das mais caras do mundo – em que pese 70% da energia produzida do Brasil vir do quê? Da energia hidrelétrica, hidráulica, que é muito mais barata. Infelizmente, o serviço das concessionárias é horroroso, péssimo, de quinta categoria. Tanto é verdade que – que eu não estou entendendo nada –, se o senhor vir as multas que estão sendo aplicadas... Não pagam nada! Não pagam nada. O que adianta multar? Vai lá, aplica a multa, e daqui a pouco a multa some, vai lá não sei para onde. As empresas não pagam "coisíssima" alguma.

Eu estava vendo o balanço lá da agência de Mato Grosso, a Energisa. Nunca se ganhou tanto dinheiro, balanço altamente positivo, mas os investimentos que estão fazendo são bem menos do que aquilo que era necessário para melhorar o serviço lá no Mato Grosso. Regiões produtoras, regiões de franco desenvolvimento... Eu recebi um telefonema na semana passada de um tal de Caçula, lá de Santiago do Norte, uma cidade nova que está surgindo, pedindo, pelo amor de Deus, que já tinha oito dias que não tinha energia, que a energia estava... E ainda monofásica. A região crescendo, no mínimo tem que ser trifásico, em C34 ou em C38. O ideal é em 230, né? Está indo lá em monofásico, e o povo está pedindo socorro – *help*, socorro, socorro. Esse é o Brasil, lamentavelmente.

Parabéns pela sua fala. Foi pontual, cirúrgica, retrata a verdade.

Da mesma forma, quero cumprimentar o Senador Jorge Seif aqui, com certeza conhecedor profundo da matéria. Nós temos que fazer prevalecer aqui, com certeza, as prerrogativas desta Comissão de Infraestrutura, que tem que fazer o seu papel aqui, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

Apenas para concluir esse assunto, vou falar algo aqui com muita responsabilidade, mas é algo que precisa ser refletido também com muita responsabilidade por quem está do outro lado.

Dentro do direito administrativo, dentro desse setor, há regras. V. Exa. falou das multas. Eu tenho acompanhado, a agência nacional tem aplicado multas pesadas. Além da agência, há multas até no ambiente judicial, enfim. E V. Exa. tem razão, eles já não estão se incomodando mais com as multas, e a resposta não está acontecendo no tempo adequado. Este é o ponto: não está acontecendo.

E aí você tem, dentro do direito administrativo, um instituto jurídico que deve ser lembrado num momento como este, embora seja uma medida, repito, excepcional – não estou sugerindo, mas estou dizendo que isso está dentro do direito administrativo –, que é o instituto da encampação: o poder concedente, diante de uma violação grave, de uma ofensa ao direito do consumidor de forma recorrente, sem um plano de resposta adequado, à altura, eficiente, efetivo, o poder concedente tem a possibilidade de retomar essa concessão para garantir o suprimento,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para garantir o atendimento aos cidadãos que dependem desse serviço, que é um serviço essencial.

Então, veja, estou tratando de um instituto do direito administrativo que é excepcionalíssimo, mas é uma previsão legal – é uma previsão legal. Neste momento, há muitos discursos, mas há um poder concedente. Há um poder concedente que, de repente, em vez de ficar no jogo de quem tem mais culpa, talvez tenha a possibilidade de chamar para si a responsabilidade e impor aquilo que determina a legislação e o direito administrativo.

O que está acontecendo no Estado de São Paulo é uma vergonha – é uma vergonha. O fator climático foi extremo? Foi. Eu estive lá, ouvi comerciantes, conversei com a população, conversei com quem anda com o serviço de transporte, e todos falaram: "Olha, realmente foi algo muito pesado". Agora, a questão aqui é: o tempo de resposta está adequado? Esse é o ponto. Não estive no passado e não está no presente. E isso ficou evidente a partir... E fiz questão de estar lá, no Estado de São Paulo, naquele momento. Eu tinha uma agenda, só para o senhor ter uma ideia, a minha agenda era na segunda-feira; portanto, ontem. Eu antecipei a minha agenda para poder acompanhar essa situação que está acontecendo no Estado de São Paulo.

É grave, é gravíssimo. E acho que aqui cabe às autoridades do setor, com as responsabilidades que têm e com os instrumentos jurídicos de que dispõem, realmente agir para defender o interesse do Estado de São Paulo. Vejo lá as cobranças feitas pelo Prefeito de São Paulo, vejo lá as cobranças feitas pelo Governador do Estado de São Paulo, todas legítimas. E acho que talvez tenha chegado o momento de uma posição um pouco mais enérgica por parte de quem é o poder concedente.

Agradeço...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu só queria complementar o que o senhor está falando com sabedoria e como testemunha ocular.

Eu queria também lembrar, ainda resgatando a fala do Senador Jayme Campos, que as agências reguladoras têm sido objeto de enfeite na República Federativa do Brasil.

Vou dar um exemplo para o senhor: a Arteris, concessionária da BR-101, no Estado de Santa Catarina. Eles têm nada mais, nada menos, que 500 violações ao contrato original – 500 violações, 500! Multas se acumulam, e, no entanto, estão lá, não resolvem as coisas, não fazem a duplicação, não fazem alças de retorno, não fazem viadutos, não fazem acostamento. São 500 violações, 500 multas. A informação que nós tivemos, a partir da frente parlamentar catarinense, é que essa concessionária viola reiteradamente, já virou também uma violadora contumaz do que ela assinou lá atrás, quando pegou a concessão da BR-101, em Santa Catarina, e não cumpre: não investe, não cumpre, em relação ao que prometeu no contrato original nada faz. E a ANTT fica observando, é uma testemunha muda e, muitas vezes, cega do que está acontecendo, por exemplo, com a Arteris. Eu tenho certeza de que, se o senhor puxar em sua memória, Senador Jayme Campos, ou Senador Jaime Bagattoli, em seus estados, ou estados vizinhos, têm queixas contra estas empresas: que é o caso da Enel, no caso da energia, no Estado de São Paulo; que é o caso da Arteris, no caso da BR-101, em Santa Catarina.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, cadê essas agências reguladoras que custam bilhões – bi, com "b" de bola – ao Brasil, aos cofres públicos, aos contribuintes, e não fazem o seu trabalho? O senhor experimente tomar uma multa de trânsito e não pagar, que, em 90 dias, seu nome está no cadastro nacional, no Cadin, Serasa, não sei o quê! Agora, essas concessionárias recebem multas milionárias, não pagam, e vida que segue. Ou seja, se ela não será punida e não será exigido o pagamento, com bloqueio de conta, como fazem conosco, enquanto brasileiros... Experimenta não pagar o imposto, se eles não trancam o seu salário, se não trancam o seu dinheiro no banco, se não trancam um carro seu, se não fazem uma alienação de um bem seu! É assim que funciona o Estado brasileiro para os brasileiros comuns, simples. Mas as agências reguladoras, com essas empresas poderosas, que não são punidas e cobradas pelo poder público – e as agências reguladoras foram criadas exatamente para isso –, são lenientes e não cumprem com as suas obrigações para, acima de tudo, com o povo brasileiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Jorge Seif.

Apenas colaborando com a fala de V. Exa. e colocando a Comissão à disposição, um dos compromissos que nós fizemos aqui, no início dos trabalhos, como Presidente da Comissão de Infraestrutura, foi justamente de acompanhar a execução dos contratos de concessão. Esse foi um compromisso feito por esta Presidência, junto com todos os Senadores que compõem o Colegiado da CI. E eu queria me colocar à disposição de V. Exa. – de repente apresente um requerimento de diligência –, para que nós possamos fazer uma diligência *in loco* da Comissão acerca dessas denúncias, desses relatos que V. Exa. traz aqui, inclusive com a presença da Agência Nacional de Transportes Terrestres, porque, na hora de fazer a concessão, todos apresentam a melhor proposta; agora, aquilo que acontece lá na ponta tem que estar de acordo com o que foi pactuado. Se não está, é dever da agência nacional, como é também desta Comissão, fazer o seu papel de fiscalização. Coloco a Comissão à disposição de V. Exa. com relação a esse assunto.

Antes de ouvir o Senador Jaime Bagattoli e apenas para dar conhecimento ao Plenário, eu sou Relator de uma matéria, que é o Projeto Lei 4.643, de 2020, e esse projeto é o que trata da lei do *free flow*. Passou aqui, foi para a Câmara, voltou para cá com emendas, e eu deveria ter apresentado o relatório antes, mas como, nesse período todo, muitos usuários acabaram sendo multados em razão da falta de uma infraestrutura adequada e de instrumentos adequados para o usuário, isso acabou gerando um problema que está sendo resolvido nesse projeto de lei.

Mas eu conversei com os setores, conversei com a Secretaria Nacional de Trânsito, com o Dr. Adrualdo, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres, sobre esse assunto, para tentar criar um mecanismo, criar um modelo que resolva o problema de quem foi multado nesse período e que – para mim aqui – não deu causa o usuário, e, sim, o poder concedente ou as próprias concessionárias que não se instrumentalizaram adequadamente para aquele período de transição; então, não é justo punir o usuário.

Na última reunião que eu tive, houve um avanço com relação à Secretaria de Trânsito do Ministério dos Transportes e também em relação à agência nacional, de sorte que na primeira





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou segunda semana de fevereiro, na volta aos trabalhos, eu devo trazer essa matéria à votação também na Comissão de Infraestrutura.

Para concluir os nossos trabalhos, vou assegurar a palavra ao Senador Jayme Campos, e, na sequência, vamos encerrar os trabalhos.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Vamos mudar de Jayme Campos para Jaime Bagattoli, porque...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perdão! São muitos jaimes. Perdoe-me, Jaime Bagattoli, meu querido amigo, Senador pelo Estado de Rondônia.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente e meu colega aqui, Senador Jayme Campos.

Quero dizer para vocês que a situação das concessões no Brasil não é só a do sistema elétrico: é a das rodovias, das ferrovias. Em 80% das concessões hoje, no Brasil, tem reclamação, Senador Jayme Campos.

E quero dizer para vocês que, no nosso caso, lá da Energisa, aquela situação, quando o Senador Jayme Campos aqui cita da área rural, você imagine que situação caótica nós temos no Estado de Rondônia, um estado que é focado, muito grande, na agricultura familiar, no pequeno produtor rural, em praticamente 80% dos municípios do Estado de Rondônia. Quero dizer que é uma situação triste o que acontece. Muitas vezes passam, igual V. Exa. falou, três, quatro dias.

E o problema de tudo isso, Senador Marcos Rogério, Presidente, é que as agências reguladoras que nós temos hoje não funcionam mais direito, nem na de combustível, nem na de petróleo, em situação nenhuma. E o que me deixa muito preocupado aqui, Senador Marcos Rogério...

Você sabe que nós criamos – V. Exa., Presidente, e o Senador Jorge Seif, Vice-Presidente –, inclusive, aqui, uma frente parlamentar para discutir também, Senador Jayme Campos, sobre as hidrovias. Agora querem fazer a privatização das hidrovias. Imaginem vocês se onde a gente tem um conhecimento, em que a gente vê o problema acontecendo... Agora, o senhor acredita, Senador Jayme Campos, que eles vão fazer realmente a dragagem, fazer o que é para fazer dentro da situação, dentro de uma hidrovia e em uma hidrovia daquela que já está consolidada?

Eu quero deixar claro a todo o nosso povo do Estado de Rondônia, ao do Mato Grosso, que aquela concessão da hidrovia, nós já estamos falando com a agência reguladora daquela situação da concessão, que aquilo não pode passar neste momento, é impossível, porque nós já temos... E o Senador Marcos Rogério está vendo o que está acontecendo hoje na BR-364. A partir de fevereiro, março, duplicação, terceira faixa: nada, Senador Jayme Campos. Agora, a constituição das praças de pedágio, se duvidar, até março, abril, todas já entram em situação de cobrança.

Eu quero alertar aqui também, para finalizar, que é um outro assunto, que nós passamos aqui, foi aprovada a PEC 48, o marco temporal, com 52 votos. Está para ser votada na Câmara dos Deputados. Eu não sei até onde, como é que nós vamos pacificar este Brasil, pacificar-nos, o povo brasileiro junto aos nossos irmãos indígenas, com essa decisão cuja votação começou no Supremo. Senador Marcos Rogério, me preocupa muito, porque quando eu ouço que o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro Dino fala que a PEC também é inconstitucional, eu fico pensando: será que vai haver necessidade ainda, no futuro... No futuro, não, já a partir do próximo ano, de se ter ainda o Congresso Nacional? Se uma PEC não valer, na qual não pode haver nem veto do Presidente da República, e não valer isso, continuar sem haver esse diálogo, sem haver essa pacificação entre os Poderes, nós vamos ficar... vai ser muito triste a situação do nosso país nos próximos anos.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Jaime Bagattoli.

Sobre esse tema do marco temporal, começou o julgamento no plenário virtual, e já tem três, até hoje de manhã tinham três votos para declarar essa lei inconstitucional.

Agora veja V. Exa. a contradição – eu até gravei um vídeo hoje falando disso, da contradição –: na verdade, a lei que nós aprovamos aqui copia as condicionantes estabelecidas pelo próprio Supremo Tribunal Federal naquele caso Raposa Serra do Sol, quando ele julgou aquela questão, e, naquele momento, não teve a repercussão geral, foi uma decisão que se ateve à questão do caso Raposa Serra do Sol, mas foi uma decisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal. Aí o Parlamento copia as condicionantes que foram estabelecidas ali, transforma em lei, aprova essa lei e agora o Supremo vai dizer que a lei é inconstitucional. A que ponto chegamos? A que ponto chegamos? Segurança jurídica, previsibilidade, respeito aos precedentes: nada disso.

Então, a expectativa que nós temos é de que essa emenda à Constituição seja aprovada na Câmara dos Deputados e aí, sim, devolva ao Brasil e aos brasileiros, de lado a lado, segurança jurídica, previsibilidade, respeito ao direito de propriedade.

E, Senador Jaime, esse discurso, essa falácia de que: "Ah, uma vez aprovado o marco temporal não vai mais poder oferecer terra à população indígena", isso é uma falácia. Ora, se você quer oferecer, o Governo tem os seus mecanismos: compre, pague e distribua a quem quiser. Agora, simplesmente ir a áreas que são áreas produtivas, áreas antropizadas, com documentação, título definitivo, escritura pública, arranca tudo e, a partir de agora, isso aqui se tornou área de demarcação, área indígena. Isso não é justo, isso não é adequado, isso não respeita a tradição do Brasil e o direito de propriedade.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Deixa eu só fazer um aparte a V. Exa. Conversando aqui com o Senador Jaime Bagattoli, ele tem a preocupação... já teve uma pequena manifestação do Ministro Flávio Dino dizendo que a PEC é inconstitucional. Ora, dizendo ele aqui, o que nos resta? Eu acho que o Senado Federal, o Congresso Nacional tem que reagir. Se é uma PEC, discutida aqui com a maior amplitude possível, votada no Senado, que vai para a Câmara para ser votada, é inconstitucional... Então, eu quero chamar a atenção não só para esta área da reserva indígena, mas para quando o senhor fala da possibilidade de o Governo querer ampliar ou criar novas reservas, desde que ele pague.

No Mato Grosso agora, nesses últimos dias, faz 20 dias, o Presidente da República, ainda na COP 30, baixou um decreto, e cinco municípios estão extremamente prejudicados. E o que é o mais grave é que as áreas mesmas que não são reserva ou que não foram decretadas como





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reserva ou ampliação, na região, há uma desvalorização que a V. Exa. nem imagina. Um alqueire de terra que valia, por exemplo, R\$50 mil, passou a valer sabe o quê? R\$5 mil ou quase nada, porque o cidadão tem o quê? Medo, porque daqui a pouco se compra uma terra como essa, e ela entra também, para ampliar para mais cem, mais mil. Lá foram 290 mil hectares de terras antropizadas. Tem cidadão que está há 60 anos nessa área e no lidar com o suor. Como é que esse cidadão vai fazer agora? Daqui a pouco vão mandar tirar já até, inclusive, o quê? O rebanho bovino. E por si só, quando você decreta ampliação ou criação, você não pode mais plantar, você sabia, não é? Você está impedido de plantar. Feito isso, o que nós vamos fazer neste país aqui da insegurança jurídica, Senador Marcos Rogério? Isso é preocupante, isso traz com certeza a sensação, sobretudo, de que nós ficamos impotentes.

Lamentavelmente, o Supremo Tribunal Federal, nessa hora, não se manifesta contra o decreto de ampliação da reserva indígena que o Governo, o Poder Executivo faz. Esse é um reparo que faço aqui porque, infelizmente, o senhor não imagina. Eu recebi um cidadão no meu escritório, em Várzea Grande, na semana passada, chamado Dival Vilela. Ele tem oitenta e poucos anos e está naquela propriedade há 57 anos. Ele comprou, está ali. O pouco que ele tinha está empregado naquela área lá. E como fica esse cidadão? Chorou, e aquilo tocou o meu coração. Eu falei: "Amigo, nós estamos fazendo o esforço possível, o Senado Federal, estamos trabalhando, no sentido de aproveitar até uma discussão que teve em uma Comissão Especial lá no Supremo Tribunal Federal, liderada pelo Ministro Gilmar Mendes, com vários membros, até do Senado aqui, como Tereza Cristina e outros, membros da sociedade civil, a CNA, etc., etc. Vamos ver... Mas eu tenho a esperança de que o senhor não vai perder a sua terra. Isso me deixou deprimido o dia todo. Um cidadão de oitenta e poucos anos, andando de bengala lá, perguntando: "O que eu vou fazer, Sr. Jayme. Eu estou lá há 60 anos. E agora?" Então, nós temos que dar uma resposta altamente positiva ao cidadão brasileiro, que não aguenta mais conviver com esse tipo de insegurança jurídica em todas as áreas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado a V. Exa.

Neste momento, são 23 áreas de Rondônia reivindicadas, demandadas como área de interesse da Funai para demarcação de terra Indígena. Isso leva intranquilidade, tira o sossego e a paz de toda uma população. É algo realmente absurdo.

Agora, não se faz a opção de buscar, de reivindicar uma área, por exemplo, onde já é uma área de preservação. Você tem lá reservas biológicas, você tem lá vários parques florestais, essas áreas eles não reivindicam. Eles reivindicam áreas que são áreas de cultivo, áreas de produção; então, é algo realmente muito preocupante. E, repito, a lei que nós aprovamos é fruto de uma decisão do Supremo.

Agora, o Supremo cometeu uma decisão... aprovou uma decisão inconstitucional? Aquele Supremo foi inconstitucional? Esse novo Supremo defende a Constituição?

Nós estamos diante de uma situação que se trata de uma escolha política do tribunal – escolha política do tribunal –, que não respeita o Parlamento brasileiro, que não respeita as decisões soberanas do Parlamento brasileiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu espero que a PEC seja aprovada na Câmara para devolver, repito, segurança jurídica para o Brasil.

Antes de...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem, só para colaborar, se o senhor me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Está atrasado aí? Alguma coisa, não?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, eu só vou fazer a leitura da ata para encerrarmos.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Eu só quero dizer para o senhor que Santa Catarina sofre do mesmo mal.

Eu queria entender uma Constituição que completou 37 anos, inclusive com as disposições transitórias, que determinava ao Estado brasileiro cinco anos para fazer as demarcações. Agora, depois de 37 anos, a Constituição está errada, o entendimento; ou seja, onde nós queremos levar o nosso país com tamanha insegurança jurídica?

O Senador Jaime Bagattoli – que nós chamamos de o quarto Senador catarinense, porque ele é catarinense raiz e foi lá para Rondônia para fazer as suas atividades – conhece bem, cidades inteiras de Santa Catarina desapareceriam.

Sr. Presidente, são menos de 2 milhões de indígenas, segundo os dados do IBGE, de que até Deus duvida. Deus duvida também dos dados do IBGE; não é só o Brasil não, porque os dados são completamente... Por exemplo, a população indígena, em dois anos ou três anos, quase se duplicou; ou seja, a taxa de natalidade deles é algo impressionante para o IBGE.

Mas digamos que seja verdade, que o IBGE tenha razão e que tenhamos 1,7 milhão, 1,8 milhão de indígenas no Brasil. Eles já detêm praticamente 15% do território nacional. Eles não podem plantar! E não são palavras do Senador Jorge Seif, os vídeos estão aí, na TV Senado, da CPI das ONGs, que foi presidida pelo Marcio Bittar e foi de relatoria do Senador Plínio Valério. Nós recebemos indígenas aqui, alguns que tinham algumas poucas plantações, a Funai mandava que eles parassem – que parassem –, não podiam, arrancavam as plantações deles; ou seja, são tratados como animais selvagens em terras que nós sabemos que, ao fim, são para sabotar o agro brasileiro, para promover a luta de etnias, para dividir, para separar, para causar confusão, mais confusão, num país que não respeita a sua Constituição.

Onde há um Supremo Tribunal Federal que deveria ser o guardião constitucional, com novas teses, com revoluções de entendimento, pegam a nossa Constituição, que é a Bíblia do nosso país, é a Constituição Federal, deturpam, alteram, reinterpretem, sem respeitar o que está escrito na lei e o que foi aprovado por essas Casas há simplesmente 37 anos.

Então, Sr. Presidente, aqui vai uma crítica ao Supremo Tribunal Federal, que tem, sim, extrapolado as suas competências. Querem legislar sobre aborto, querem legislar sobre IOF, querem legislar sobre drogas, querem legislar sobre marco temporal de terra indígena, querem legislar sobre tudo no nosso país, eliminando a figura do Congresso Nacional, eliminando a figura da Constituição Federal. Isso é inaceitável – inaceitável.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fica aqui o meu protesto, a minha reivindicação de que o Senado Federal, o Congresso Nacional, de uma forma geral, precisa tratar isso com mais seriedade, porque aqui nós somos a Casa de pesos e contrapesos, e nada está sendo respeitado.

Para finalizar, Sr. Presidente, o Senador Jayme falou que o senhor, lá no Mato Grosso, está há 60 anos na terra. Eu vi, com meus olhos, dentro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, uma senhora, que é a terceira geração de família, com títulos do Governo – títulos do Governo – que datam de quase cem anos na mesma terra e que, a qualquer momento, pode ser expulsa das suas terras. Um índio que não planta, um índio que não colhe, um índio que é escravizado, um índio cuja mazela social em que eles vivem nessas terras nós vimos, que nada produz; eles são massa de manobra de ONGs, de partes da Igreja Católica, de MST, de Funai, e quer produzir. Veja, e eu fiz essa leitura no Plenário do Senado Federal, a proporção de terras dos indígenas nos Estados Unidos, no Canadá, na China e na Rússia é zero vírgula. E lá eles fazem o que quiserem com suas terras, fazem hotel, fazem infraestrutura, fazem cassino, fazem turismo, fazem exploração, fazem plantação, fazem o que eles quiserem. A terra verdadeiramente é deles, diferentemente do Brasil, em que eles são massa de manobra.

Para registrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado a V. Exa.

Hoje nós temos no Brasil 119 milhões de hectares de terra indígena. Nessa última leva de decretos de demarcação, só para vocês terem uma ideia, se eu não estou enganado, no Estado da Bahia houve uma demarcação que pegou parte de uma cidade – parte de uma cidade –, só para vocês verem o tamanho do problema em que nós estamos. Eu vou até depois pedir à equipe para apurar qual foi essa cidade, mas há um relato em relação a isso, ou seja, áreas habitadas, antropizadas, que você não vai ter ali um processo de reversão, porque já é uma questão consolidada.

Enfim, esse é um debate que nós vamos continuar fazendo no próximo ano, com a votação – espero – da PEC, lá na Câmara dos Deputados.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Só um minuto, Senador Marcos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – É só fazer um adendo na fala do Senador Jorge Seif aqui, em relação a essa senhora de que ele contou fatos, essa família lá no Estado de Santa Catarina. O que é mais interessante – isso é real, não é *fake news*, não é lenda –, a maioria das etnias do Mato Grosso – a maioria, eu posso fazer aqui uma audiência pública, se for o caso – não quer mais a ampliação da reserva indígena a bem da verdade.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Verdade.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Isso é real – é real. Eu tenho apoiado muitos lá em Mato Grosso, com máquinas, carro pequeno para transporte de pequena produção de mandioca, de bananeira; o que eles querem é a possibilidade de explorar essa terra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É isso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Eu vou dar um exemplo para o senhor. Lá nós temos uma região chamada Campo Novo do Parecis. O Jaime Bagattoli, colega Senador, conhece. Os índios lá têm várias etnias numa região só. Eles plantam hoje 17 mil hectares de soja lá na região, soja e milho. Feito isso, eles criaram um sistema que permite, após a colheita, a venda, fazer um rateio daquilo que eles ganharam, aumentando sobremaneira a renda do índio lá.

Ou seja: o que o índio quer, também, é a possibilidade de ter um celular, de ter uma caminhonete e de ter uma moradia digna de se morar. Mas aqui há uma inversão, Senador Paim, não sei o que eles querem...

Eu queria provocar, aqui – não sei onde vou ter essa possibilidade –, uma audiência. E vou trazer para o senhor, aqui, no mínimo, 40 etnias que temos no Mato Grosso, para virem participar da audiência pública e falem aqui o que querem, de fato e de direito. Eles dirão: "Nós queremos é oportunidade, explorar o ecoturismo, plantar, dar dignidade para a nossa família lá...".

E não podem por quê? A burocracia, sobretudo, e, como o senhor bem disse, eles querem ter o índio como massa de manobra – as ONGs.

O Brasil, lamentavelmente...

Aqui nesta Casa, foi meu colega do primeiro mandato, um Senador chamado Mozarildo Cavalcanti...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu me lembro dele.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Era um estudioso da Amazônia brasileira, médico – os filhos dele são juízes federais, etc... Ele me disse: "Senador Jayme Campos...". Ele era de Roraima: "... o Brasil, esta Região Amazônica aqui, tem não sei quantas mil ONGs explorando, com certeza, a humildade e, sobretudo, o índio, aquele cidadão modesto que está ali, para ganharem dinheiro, para tentarem usufruir das nossas riquezas naturais que o Brasil tem, através das ONGs internacionais, bancadas por alguns países, por algumas grandes empresas, que querem o quê? Roubar o país nosso aqui, sejam as terras raras, seja o minério, seja o ouro etc., etc.".

Então, nós tínhamos que provocar aqui... Eu trago aqui, eu banco com o meu dinheiro, para as etnias de Mato Grosso virem aqui. E vocês vão ver o que eles querem.

Na semana retrasada, eu consegui uns tratores, através de uma emenda minha, algumas caminhonetas, e distribuí para oito, dez etnias do estado. O senhor não imagina a satisfação.

Eles disseram: "É isso que nós queremos, Sr. Jayme, para nós tirarmos o quê? Nós plantamos maracujá, banana, cana e etc. Vendemos tudo, mas ainda não tínhamos um veículo para transportar. Feito isso aqui, nós estamos resolvendo a situação, e para levar até um filho nosso, um pai, um neto, sei lá, em um hospital mais perto aqui da cidade, da região".

Isso é o que índio quer. Estão extremamente equivocados. É uma pequena minoria que quer, de fato, ser essa massa de manobra, mas a maioria não quer não.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Verdade.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Vai por mim. Isso é real. Eu ouço o índio lá.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor disse aqui...

Lá no Mato Grosso – só para concluir aqui – tem uma região, no Araguaia, que se chama Médio e Baixo Araguaia.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Conheço.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Lá tem cidade que está com essa possibilidade de ser ampliada, que vai acabar, sair do mapa...

Tem um município chamado Santa Cruz. Vai acabar. Fechou lá, tem que pegar o povo e ir embora de lá. Não sei onde é que vão colocar essa população.

Uma região rica de produção, com produção fantástica. A terra, é 5,6 o PH dela, em vez de ser 7. E querem acabar com a cidade, pegando Santa Cruz, um pedaço também da cidade de Vila Rica...

Eu indago ao senhor: O que é que vai trazer de bem para o povo brasileiro?

E os índios, na minha concepção, não querem, de maneira alguma, atropelar o branco, como se diz. Eles não querem não. Mas o Governo vai lá, através dessas ONGs, e vai definir o perímetro onde vai ser ampliado ou onde vai ser criado.

De maneira que temos que promover aqui, com certeza, uma defesa intransigente, seja quem for o responsável por essas loucuras, que eu posso considerar assim...

A Funai, por exemplo.

A Funai, infelizmente, a atuação dela é precária. Vamos ser honestos aqui: é precário o que a Funai faz em favor do índio brasileiro aqui, principalmente na minha região, que eu conheço muito bem.

De maneira, Senador, que, quando V. Exa., Senador Marcos Rogério, sai dessa defesa intransigente, conhecedor profundo do assunto, quero louvar a sua iniciativa aqui, e nós reagimos, conforme é, com certeza, a nossa prerrogativa, defender sempre os interesses da sociedade brasileira.

Faço esse adendo para que a sociedade saiba que estamos aqui lutando. Não vão achar que o Senado não está lutando.

E espero que possamos vencer essa batalha do marco temporal.

Obrigado, Marcos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos. Agradeço a V. Exa., que traz um relato que é muito verdadeiro, e o retrato do que acontece no Mato Grosso é também o que acontece no meu Estado de Rondônia. Não há essa demanda por mais terra por parte dos índios, verdadeiramente. Eles precisam de mais apoio, mais assistência, mais estrutura.

Eu tenho atendido, através dos recursos que a gente tem, a essa população, que trabalha, produz...

Na região de Cacoal, por exemplo, nós temos lá um café premiado que sai da nossa população indígena; lá em Ji-Paraná, o povo gavião oferece alimento para o PAA.

Então, eles estão produzindo. Dentro dos limites que têm, das possibilidades que têm, estão produzindo.

Eu tenho absoluto respeito pela população indígena, mas o Brasil realmente precisa de uma legislação que estabeleça um ambiente de maior segurança.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a apreciação da ata da presente reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Eu quero, antes de declarar o encerramento da reunião, agradecer a presença de todos os senhores e senhoras, especialmente dos Senadores e Senadoras que compareceram – um quórum de 18 Parlamentares, 18 Senadores e Senadoras presentes, portanto um quórum alto –, mas também das assessorias parlamentares e dos representantes de grupos que têm atuação no setor e que aqui estão. Muito obrigado pela presença de todos.

Desejo um Feliz Natal, um Ano-Novo abençoado a todos e um 2026 de muitas realizações.

Aos senhores e senhoras, meu muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 10 minutos.)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 53ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dezesseis horas e quarenta e quatro minutos do dia dez de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença das Senadoras Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Jussara Lima e Tereza Cristina e dos Senadores Styvenson Valentim, Flávio Arns, José Lacerda, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Jorge Seif, Beto Faro, Luis Carlos Heinze, Alan Rick, Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Plínio Valério, Marcos do Val, Lucas Barreto, Izalci Lucas e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberação do Relatório de conclusão da avaliação do Programa Nacional de Reforma Agrária (art. 96-B, § 3º, RISF). Item 1 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 11, de 2025 que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária avalie a Política Nacional da Reforma Agrária (PNRA)." Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Relatoria: Senador Jaime Bagattoli. Resultado: Aprovado o Relatório final do Senador Jaime Bagattoli, nos termos do art. 96-B, § 3º, do RISF, que passa a constituir Parecer com as recomendações e as recomendações que apresenta. Concluída a avaliação do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) por esta Comissão. As recomendações constantes do Relatório aprovado serão devidamente oficiadas aos destinatários. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências legislativas cabíveis em decorrência da aprovação do Relatório final. Usam a palavra os Senadores: Jaime Bagattoli, Jorge Seif e o Senador Zequinha Marinho, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2025/12/10>





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 53ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nosso trabalho, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Esta reunião destina-se à deliberação do relatório de conclusão da avaliação do Programa Nacional de Reforma Agrária, a cargo do Senador Jaime Bagattoli.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 11, DE 2025

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária avalie a Política Nacional da Reforma Agrária (PNRA).

Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Relatoria: Senador Jaime Bagattoli

Observações: Votação simbólica

Concedo a palavra ao Senador Jaime Bagattoli para proferir a leitura de seu relatório.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) Gostaria de cumprimentar aqui o nosso Presidente da CRA, Senador Zequinha Marinho, e dizer, Senador, nós simplificamos aqui, porque senão iam dar muitas páginas. A gente simplificou aqui para ser bem mais resumido.

Sr. Presidente Senador Zequinha Marinho, demais Senadores e Senadoras e todos os presentes, ao longo do ano de 2025, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária cumpriu a sua função constitucional de fiscalizar e aprimorar as políticas públicas, dedicando-se a uma avaliação aprofundada do Programa Nacional de Reforma Agrária.

O relatório que hoje apresento, que será submetido a votação, não possui caráter acusatório. Pelo contrário, é um diagnóstico construtivo que visa a oferecer ao Senado Federal subsídios técnicos para que a reforma agrária volte a cumprir, de fato, a sua função constitucional: promover justiça social, fortalecer a agricultura familiar e assegurar o uso responsável dos recursos públicos.

O nosso trabalho, baseado em auditorias do TCU, relatórios da CGU e dados oficiais do Incra, revelou que um bloqueio estrutural compromete a efetividade da política: desde 1975, foram criados mais de 10 mil assentamentos, mas apenas 6% alcançaram a etapa de plena consolidação. Essa realidade significa que a maioria das famílias permanecem em condições precárias, sem titulação definitiva, infraestrutura adequada ou acesso pleno a crédito e assistência técnica. Além disso, existem mais de 205 mil lotes vagos e cerca de 580 mil beneficiários com indícios de irregularidades.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Há também deficiência na governança do Incra, como base de dados não confiáveis e falha no sistema de informação, o que dificulta a fiscalização e abre espaço para irregularidades. O orçamento, conforme demonstrou a análise orçamentária, reflete o modelo que privilegia a expansão em detrimento de sustentabilidade.

Em 2024, por exemplo, o Incra destinou apenas R\$34,3 milhões à consolidação de assentamentos, enquanto se investiram R\$450 milhões na aquisição de novas terras. Isso é uma desproporção. Esse desequilíbrio amplia desigualdades, perpetua a dependência social e compromete a viabilidade dos projetos existentes.

Diante desse cenário, a conclusão do nosso relatório é inequívoca: a reforma agrária só avançará com uma mudança de foco. A política deve voltar o seu foco para as famílias já assentadas, garantindo-lhes condições dignas de permanência, titulação definitiva e capacidade produtiva.

Para isso, o relatório apresenta recomendações objetivas ao Poder Executivo: priorizar a consolidação, reforçando assistência técnica, infraestrutura, regularização ambiental e titulação definitiva nos mais de 10 mil assentamentos ainda não concluídos; fortalecer a segurança jurídica e a governança, através do uso da plataforma de governança territorial; corrigir falhas nos cadastros do Incra e garantir maior transparência nas operações; e, por fim, sugerir a suspensão temporária da criação de novos assentamentos, até que a taxa de consolidação dos existentes supere 75%, uma medida de responsabilidade fiscal e de respeito às 907 mil famílias que aguardam essa etapa.

Ao votarmos esse relatório, estamos enviando uma mensagem clara: a reforma agrária deve ser eficiente, justa e alinhada ao desenvolvimento sustentável. Não é uma política que beneficie apenas determinados grupos ou movimentos.

Entre as recomendações para o Poder Executivo, em especial para o MDA e para o Incra, destacam-se foco na titulação e nas políticas de desenvolvimento de assentamentos, crédito para a produção e assistência técnica. Já para o Legislativo, há necessidade de aprovação do PL 1.838, de 2025, cujo autor da proposta sou eu, para priorizar a política de regularização fundiária, tanto dos assentamentos quanto dos produtores sobrepostos em glebas públicas federais, para a efetiva titulação definitiva dos imóveis rurais.

Por fim, deixo registrado meu profundo agradecimento aos profissionais e às instituições que contribuíram decisivamente para a realização deste trabalho; à Presidência da Comissão, na pessoa do Senador Zequinha Marinho, pelo apoio, acompanhamento e revisão cuidadosa da avaliação; à Consultoria Legislativa, na pessoa do Consultor Igor de Aragão, pela excelência técnica e dedicação permanente; e à Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle, especialmente pelo rigor analítico e compromisso com a qualidade das informações.

Registro, igualmente, o agradecimento aos Secretários da Comissão, cujo trabalho silencioso é indispensável para o bom funcionamento desta Casa, bem como a todos os expositores que participaram das audiências públicas, compartilhando experiências, diagnósticos e contribuições fundamentais para o aperfeiçoamento das políticas públicas analisadas. A todos, o meu sincero reconhecimento.

Peço aos nobres colegas o apoio à aprovação desse relatório.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, nós teríamos que ter feito mais audiências públicas, nós teríamos que ter ido a diversos estados do Brasil, principalmente na nossa Região Amazônica. Sei que, no seu estado, quase não tem problema, só 100% que estão com problema (Risos.), quase que 100%...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Amém – amém.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... mas sabemos que... O que deixa, assim... O que esse relatório trouxe de importância, Senador Presidente desta Comissão, Senador Jorge Seif: você coloca menos de R\$35 milhões na regularização, para regularizar, no país todo, os pequenos produtores, e coloca mais R\$450 milhões para adquirir novas propriedades. Isso aí é algo que está errado, que nós precisamos mudar.

Então, nós precisamos que, nos próximos anos agora, até que não se conclua... Porque nós temos mais de 900 mil famílias hoje no campo com algum tipo de irregularidade, que não chegam ao título definitivo, ao documento da sua propriedade, à escrituração. Então, nós estamos hoje com um problema de mais de 900 mil famílias, e isso é um problema grave. Por isso, Senador Zequinha Marinho, nós temos hoje, praticamente, concluídas, no Brasil inteiro, sem nenhum problema, somente 6% de todas as propriedades. Então, nós precisamos concluir isso, esses assentamentos; até que não chegue a pelo menos 75%, que o Governo não fique adquirindo novas terras, para poder regularizar as que já estão existentes.

Para terminar, quero dizer a V. Exas.: coloquei, só este ano agora... Foram colocados R\$4,5 milhões no Incra; mais os demais Parlamentares, chegamos acho que a pouco mais de R\$10 milhões, R\$12 milhões no Incra de Rondônia, para ajudar a titular só esses pequenos produtores; mas, se não tiver o empenho maior do Incra, o empenho maior do Ministério da Agricultura, do Governo Federal, nós não vamos avançar nessa situação.

O nosso projeto sempre é defendendo o nosso pequeno produtor, até quatro módulos, que seriam até 240 hectares.

Obrigado, Presidente.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Senador Jaime Bagattoli.

O relatório está em discussão.

Com a palavra o Senador Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu preciso fazer aqui uma menção honrosa e elogiosa ao trabalho do Senador Bagattoli. Esse é um problema que o Brasil enfrenta há muitas décadas e, infelizmente, não temos encontrado soluções. O Estado brasileiro está devendo isso, está devendo essa segurança jurídica, está devendo isso ao produtor rural, que 90% dos produtores rurais no Brasil são os pequenos, como o senhor bem ressaltou.

Então, eu preciso parabenizar o senhor pela proposição, pelo relatório e também elogiar o autor da proposta, que é o Senador Hamilton Mourão... É isso?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Ele é o Relator da Subcomissão.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Essa já é outra. O Hamilton Mourão é da Subcomissão da CRATERRAS.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ah, perfeito.

O trabalho que vocês estão fazendo em prol do pequeno produtor e, acima de tudo, Senador Bagattoli, da segurança jurídica. Nós sabemos que, uma vez... Inclusive, discutimos ontem, no Plenário do Senado Federal, que pessoas que têm suas titulações lá em Santa Catarina... Tem pessoas tituladas há mais de cem anos e que agora podem ter suas terras com problemas por conta de marco temporal de terra indígena.

Ou seja, se as pessoas tituladas têm problema no Brasil, imagine o senhor aqueles que não têm: não podem pegar financiamento, às vezes têm dificuldade de vender sua produção, têm que trabalhar na ilegalidade, na irregularidade, por uma deficiência do Estado brasileiro – do Incra, do Ministério da Agricultura.

Então, preciso parabenizá-lo pelo brilhante relatório, e vamos aprovar esse projeto para ajudar nossos produtores rurais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Não havendo mais quem queira discutir, o relatório está em votação.

As Sras. Senadoras e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado, nos termos do art. 96-B, §3º, do Regimento Interno desta Casa, o relatório final do Senador Jaime Bagattoli.

Bom, algumas considerações aqui, meu Senador Jaime.

Concluída a avaliação do Programa Nacional de Reforma Agrária por esta Comissão – parabéns pelo trabalho, repetimos aqui –, as conclusões do Relator passam a constituir o parecer da Comissão, com as recomendações e a proposição legislativa que apresenta.

As recomendações constantes do relatório aprovado serão devidamente oficiadas aos destinatários – faremos isso com muito carinho.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências legislativas cabíveis, em decorrência da aprovação deste relatório.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes de finalizar – eu acho que o senhor já está indo para o final –, eu preciso fazer aqui um registro, uma menção aos pescadores do Brasil, especialmente os pescadores do Rio de Janeiro e os pescadores do Espírito Santo.

Chegou ao nosso conhecimento, através de entidades e associações de pescadores, de que alguns, fazendo navegação próximo de plataformas de petróleo – em navegação –, estão sendo multados pelo Ibama. Conversei aqui com o Presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, e disse a ele o que está acontecendo. Vou levar alguns casos para ele e ele se comprometeu em fazer uma sindicância, uma investigação interna para ver se houve alguns exageros.

Nós sabemos: o pescador, a 500m da plataforma, não pode pescar. Isso realmente está na legislação: que incide multa sobre essa pesca, que se torna perigosa para as plataformas de petróleo. Porém, em navegação inocente, em apenas navegação, eles não poderiam nem deveriam estar sendo multados.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, o meu compromisso, com os pescadores que me procuraram, as entidades, de que nós vamos – eu já conversei com o Presidente Zequinha Marinho – enviar essa solicitação de levantamento desses casos ao Ibama, através da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA)
– Obrigado, Senador Seif.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Boa tarde a todos.

(Iniciada às 16 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 59 minutos.)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 54ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e nove minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e vinte e cinco, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para deliberação de alterações em indicações aprovadas à Emenda RP8/LOA 2025 (nº 60120002) desta Comissão, para superação de impedimentos de ordem técnica apontados pelo Ministério da Agricultura e Pecuária. Registram presença os Senadores Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Flávio Arns, José Lacerda, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Jussara Lima, Augusta Brito, Alan Rick e Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os demais Senadores membros. Registram presença, ainda, os Senadores Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Lucas Barreto e Paulo Paim, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. O Senhor Presidente comunica o recebimento dos Ofícios nºs 283 e 284, ambos 2025/SPOA-MAPA/SE/MAPA, da Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração do Ministério da Agricultura e Pecuária. Coordenação/relatoria: Senador Zequinha Marinho. Relatório: pela aprovação das alterações de indicações elencadas no Anexo I. Sem objeção, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária deliberou e aprovou o Relatório, com as alterações constantes do Anexo 1. Até o presente momento, foram aprovadas 757 indicações (Anexo 2) totalizando R\$ 699.893.651,00 (seiscentos e noventa e nove milhões, oitocentos e noventa e três mil, seiscentos e cinquenta e um reais). O Senhor Presidente submete aos membros a dispensa da leitura e a aprovação desta Ata desta quinquagésima quarta Reunião, que é aprovada. Encerra-se a reunião às quatorze horas e treze minutos.

SENADOR ZEQUINHA MARINHO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3658957484>



SF/25052.93642-71

Anexo I: Listagem das alterações nas indicações



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3658957484>



Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	Substitui*	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. LO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codvas)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Fabiano Contarato	22552	18598 18600 18613 18631 18647 18654 18656 18657	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBA		00.396.895-0001-25	ES	SANTA MARIA DE JETIBA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO CACAMBIA BASCULANTE	R\$ 572.000,00
Fabiano Contarato	22550		60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIRAMA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIRAMA		00.396.895-0001-25	ES	IBITIRAMA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO CACAMBIA BASCULANTE	R\$ 410.000,00
Fabiano Contarato	22548		60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMGRANTE	PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMGRANTE		00.396.895-0001-25	ES	VENDA NOVA DO IMGRANTE	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO CACAMBIA BASCULANTE	R\$ 410.000,00
Fabiano Contarato	22549		60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO		00.396.895-0001-25	ES	ALTO RIO NOVO	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO CACAMBIA BASCULANTE	R\$ 410.000,00
Fabiano Contarato	22547		60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS	PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS		00.396.895-0001-25	ES	DOMINGOS MARTINS	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TOCO CACAMBIA	R\$ 500.400,00
Fabiano Contarato	22551		60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM		00.396.895-0001-25	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO CACAMBIA BASCULANTE	R\$ 572.000,00
Fabiano Contarato	22553		60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM		00.396.895-0001-25	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	4	90	AQUISIÇÃO 01 MOTONIVELADORA	R\$ 809.264,00

SENADOR FABIANO CONTARATO																
DE:																
Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. LO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codvas)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Fabiano Contarato	18631	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES E MORADORES DE ALTO PARAÍ - AMALPAR		00.396.895-0001-25	ES	DOMINGOS MARTINS	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 TRATOR AGRÍCOLA 75cv	R\$ 165.000,00
Fabiano Contarato	18647	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM		00.396.895-0001-25	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	4	90	AQUISIÇÃO 02 CAMINHÕES CACAMBIA	R\$ 624.600,00
Fabiano Contarato	18598	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	Cooperativa da Agricultura Familiar de Venda Nova do Imigrante (CAF-VNI)		00.396.895-0001-25	ES	VENDA NOVA DO IMGRANTE	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO BAU - ISOTÉRMICO	R\$ 453.600,00
Fabiano Contarato	18657	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	Cooperativa Agroindustrial de Garrafão - COOPERFRUIT		00.396.895-0001-25	ES	SANTA MARIA DE JETIBA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO BAU ISOTÉRMICO	R\$ 453.600,00
Fabiano Contarato	18654	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIRAMA		00.396.895-0001-25	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 MOTONIVELADORA	R\$ 721.834,00
Fabiano Contarato	18613	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO ASSENTAMENTO CORREGO ALEGRE		00.396.895-0001-25	ES	NOVA VENEZIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 TRATOR AGRÍCOLA 75cv	R\$ 165.000,00
Fabiano Contarato	18656	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIRAMA		00.396.895-0001-25	ES	IBITIRAMA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TRUCK CACAMBIA	R\$ 550.000,00
Fabiano Contarato	18600	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO		00.396.895-0001-25	ES	ALTO RIO NOVO	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TRUCK CACAMBIA	R\$ 550.000,00
PARA:																
Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. LO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codvas)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Fabiano Contarato	22552	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBA		00.396.895-0001-25	ES	SANTA MARIA DE JETIBA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO CACAMBIA BASCULANTE	R\$ 572.000,00
Fabiano Contarato	22550	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIRAMA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIRAMA		00.396.895-0001-25	ES	IBITIRAMA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO CACAMBIA BASCULANTE	R\$ 410.000,00
Fabiano Contarato	22548	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMGRANTE	PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMGRANTE		00.396.895-0001-25	ES	VENDA NOVA DO IMGRANTE	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO CACAMBIA BASCULANTE	R\$ 410.000,00
Fabiano Contarato	22549	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO		00.396.895-0001-25	ES	ALTO RIO NOVO	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO CACAMBIA BASCULANTE	R\$ 410.000,00
Fabiano Contarato	22547	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS	PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS		00.396.895-0001-25	ES	DOMINGOS MARTINS	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TOCO CACAMBIA	R\$ 500.400,00
Fabiano Contarato	22551	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM		00.396.895-0001-25	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO CACAMBIA BASCULANTE	R\$ 572.000,00
Fabiano Contarato	22553	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM		00.396.895-0001-25	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	4	90	AQUISIÇÃO 01 MOTONIVELADORA	R\$ 809.264,00



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3658957484>



SF/25052.93642-71

Anexo II: Listagem de todas as indicações aprovadas pela CRA até o presente momento.



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3658957484>



	Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Orçao	Cod. LO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Cadeias)	Município Indicação Vinculada	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Aprovado
1	Alan Rick Miranda	18704	6012002	4394	22000	22101	20ZV	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL - IDS	Municípios do Estado do Acre	Estado do Acre	01.832.903/0001-00	AC	RIO BRANCO	4	50	Promoção e Fortalecimento da agricultura familiar através da aquisição de equipamentos para apoio à produção no Estado do Acre.	R\$ 2.556.512,00
2	Alan Rick Miranda	19305	6012002	4394	22000	22101	20ZV	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL - IDS	Estado do Acre	Municípios do Estado do Acre	01.832.903/0001-00	AC	RIO BRANCO	3	50	Promoção e Fortalecimento da agricultura familiar através de ações de formação, produção e transferência de conhecimento, tecnologias e inovação para o apoio à produção no Estado do Acre.	R\$ 1.095.660,00
3	Alexandro Vieira	18720	6012002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Gararu	Gararu	13.112.689/0001-17	SE	GARARU	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R\$ 473.300,00
4	Alexandro Vieira	18728	6012002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Porto da Folha	Porto da Folha	13.131.982/0001-00	SE	PORTO DA FOLHA	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R\$ 473.300,00
5	Alexandro Vieira	18732	6012002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Tobias Barreto	Tobias Barreto	13.119.300/0001-36	SE	TOBIAS BARRETO	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R\$ 473.300,00
6	Alexandro Vieira	18712	6012002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Canindé de São Francisco	Canindé de São Francisco	13.120.225/0001-23	SE	CANINDÉ DE SAO FRANCISCO	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R\$ 473.300,00
7	Alexandro Vieira	18723	6012002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Sergipe	Monte Alegre de Sergipe	13.113.287/0001-08	SE	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R\$ 473.300,00
8	Alexandro Vieira	18716	6012002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Frei Paulo	Frei Paulo	13.100.102/0001-20	SE	FREI PAULO	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R\$ 473.300,00
9	Alexandro Vieira	18713	6012002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Carira	Carira	13.099.882/0001-36	SE	CARIRA	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R\$ 473.300,00
10	Alexandro Vieira	18725	6012002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Nossa Senhora da Glória	Nossa Senhora da Glória	13.113.626/0001-56	SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R\$ 473.300,00
11	Alexandro Vieira	18721	6012002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Itabi	Itabi	13.113.063/0001-04	SE	ITABI	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R\$ 473.300,00
12	Alexandro Vieira	18711	6012002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Boquim	Boquim	13.097.068/0001-82	SE	BOQUIM	4	90	Trator + Implementos	R\$ 347.100,00
13	Alexandro Vieira	18715	6012002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Feira Nova	Feira Nova	13.112.511/0001-47	SE	FEIRA NOVA	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R\$ 473.300,00
14	Alexandro Vieira	18729	6012002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Itanhém	Santa Luzia do Itanhém	13.098.942/0001-04	SE	SANTA LUZIA DO ITANHEM	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R\$ 473.300,00
15	Alexandro Vieira	11270	6012002	4144	22000	22101	20ZV	Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres de Sergipe			54.127.680/0001-38	SE	ARACAJU	4	30	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 2.630.434,00
16	Alexandro Vieira	18726	6012002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Poço Redondo	Poço Redondo	13.114.004/0001-42	SE	POCO REDONDO	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R\$ 473.300,00
17	Alexandro Vieira	18731	6012002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Simão Dias	Simão Dias	13.108.089/0001-56	SE	SIMAO DIAS	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R\$ 473.300,00
18	Alexandre Luiz Guedes	18596	6012002	4221	22000	22101	20ZV	Guardiões	Guardiões	Guardiões	46.319.000/0001-50	SP	GUARULHOS	4	40	Fomento ao setor agropecuario no município de Guarulhos/SP	R\$ 9.130.434,00
19	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18543	6012002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	VARGEM GRANDE - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R\$ 570.000,00
20	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18536	6012002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	PINHEIRO - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUIÇÃO DE 02 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R\$ 1.140.000,00
21	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18539	6012002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	PEDRO DO ROSARIO - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R\$ 570.000,00
22	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18548	6012002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	SANTA HELENA - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R\$ 570.000,00
23	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	10001	6012002	4283	22000	22101	20ZV	PINHEIRO	PINHEIRO	PINHEIRO	06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	40	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R\$ 3.000.000,00
24	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18545	6012002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	CODO - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R\$ 570.000,00
25	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	10009	6012002	4283	22000	22101	20ZV	VARGEM GRANDE	VARGEM GRANDE	VARGEM GRANDE	05.648.738/0001-83	MA	VARGEM GRANDE	4	40	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R\$ 1.170.434,00
26	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	10011	6012002	4283	22000	22101	20ZV	VIANA	VIANA	VIANA	06.439.988/0001-76	MA	VIANA	4	40	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R\$ 400.000,00
27	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18547	6012002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	SÃO VICENTE DE FERRER - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R\$ 570.000,00
28	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18544	6012002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	PAULINO NEVES - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R\$ 570.000,00
29	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	14145	6012002	4179	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Tucano	Prefeitura Municipal de Tucano		13.810.312/0001-02	BA	TUCANO	4	40	Recuperação de Estradas Vicinas e revestimento de pavimento com Tratamento Superficial Duplo (TSD).	R\$ 9.130.434,00
30	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	9948	6012002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Curralinhos			01.612.579/0001-06	PI	CURRALINHOS	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R\$ 1.000.000,00
31	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	9946	6012002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São João da Fronteira			01.612.608/0001-30	PI	SAO JOAO DA FRONTEIRA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R\$ 1.130.474,00
32	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	10374	6012002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Paqueta			01.612.601/0001-18	PI	PAQUETA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R\$ 1.500.000,00
33	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	18738	6012002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Geminiano			01.499.149/0001-20	PI	GEMINIANO	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R\$ 500.000,00
34	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	9944	6012002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Piripiri			06.553.861/0001-83	PI	PIRIPIRI	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R\$ 1.500.000,00
35	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	9959	6012002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Geminiano			01.499.149/0001-20	PI	GEMINIANO	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R\$ 1.500.000,00
36	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	11661	6012002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de João Costa			01.612.580/0001-30	PI	JOAO COSTA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R\$ 1.000.000,00
37	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	11595	6012002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Simplicio Mendes			06.553.952/0001-19	PI	SIMPLICIO MENDES	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R\$ 1.000.000,00
38	Antonio Hamilton Martins Mourão	8104	6012002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Aures	Prefeitura Municipal de Aures		92.453.802/0001-75	RS	AUREA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R\$ 600.000,00
39	Antonio Hamilton Martins Mourão	8100	6012002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Carlos Gomes	Prefeitura Municipal de Carlos Gomes		93.539.187/0001-87	RS	CARLOS GOMES	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R\$ 600.000,00
40	Antonio Hamilton Martins Mourão	8102	6012002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Rodolfo Bonito	Prefeitura Municipal de Rodolfo Bonito		87.613.204/0001-86	RS	RODOLFO BONITO	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R\$ 600.000,00
41	Antonio Hamilton Martins Mourão	8107	6012002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Tupancireta	Prefeitura Municipal de Tupancireta		88.227.764/0001-65	RS	TUPANCIRETA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R\$ 652.173,00
42	Antonio Hamilton Martins Mourão	8101	6012002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Jacutinga	Prefeitura Municipal de Jacutinga		87.613.394/0001-31	RS	JACUTINGA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R\$ 600.000,00
43	Antonio Hamilton Martins Mourão	8105	6012002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Toropi	Prefeitura Municipal de Toropi		01.539.271/0001-82	RS	TOROPI	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R\$ 600.000,00
44	Antônio Mecias Pereira de Jesus	6937	6012002	4093	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE	MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE		04.056.206/0001-94	RR	ALTO ALEGRE	4	40	Obra de irrigação para o suporte hídrico à produção	R\$ 3.652.173,00
45	Antônio Mecias Pereira de Jesus	19301	6012002	4093	22000	22101	20ZV	04.056.206/0001-94 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE	MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE		04.056.206/0001-94	RR	ALTO ALEGRE	3	40	APOIO À EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DE SOLO PARA O PLANTIO, COM DESTACA, PARA ATENDER PRODUTORES RURAIS	R\$ 2.700.000,00
46	Antônio Mecias Pereira de Jesus	20205	6012002	4093	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTA	MUNICÍPIO DE CANTA		01.612.682/0001-56	RR	CANTA	4	40	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS COM ABERTURA DE LINHAS DE BUERO EM MANILHAS DE CONCRETO	R\$ 4.260.870,00
47	Antônio Mecias Pereira de Jesus	6940	6012002	4093	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE	MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE		04.056.206/0001-94	RR	ALTO ALEGRE	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R\$ 2.778.260,00
48	Augusto Brito de Paula	9665	6012002	4281	22000	22101	20ZV	CRATO			07.587.975/0001-07	CE	CRATO	4	40	EXECUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R\$ 2.282.608,00



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3658957484>

49	Augusta Brito de Paula	9676	6012002	4281	22000	22101	20ZV	CRATEUS		07.982.036/0001-67	CE	CRATEUS	4	40	PAVIMENTAÇÃO	R\$ 2.282.609,00
50	Augusta Brito de Paula	14322	6012002	4281	22000	22101	20ZV	INDEPENDENCIA		07.982.028/0001-10	CE	INDEPENDENCIA	4	40	EXECUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R\$ 3.000.000,00
51	Augusta Brito de Paula	14327	6012002	4281	22000	22101	20ZV	VARJOTA		07.673.114/0001-41	CE	VARJOTA	4	40	EXECUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R\$ 1.565.217,00
52	Carlos Alberto Dias Viana	18298	6012002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE LAMIM - MG - CNPJ 24.179.426/0001-12	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R\$ 466.127,00
53	Carlos Alberto Dias Viana	18303	6012002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE JURUAIA - MG - CNPJ 18.668.368/0001-98	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R\$ 466.127,00
54	Carlos Alberto Dias Viana	18300	6012002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE CALDAS - MG - CNPJ 17.857.442/0001-51	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R\$ 437.627,00
55	Carlos Alberto Dias Viana	18301	6012002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE HELIODORA - MG - CNPJ 18.712.133/0001-56	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R\$ 744.127,00
56	Carlos Alberto Dias Viana	18296	6012002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE CAETÉ - MG - CNPJ 18.302.299/0001-02	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R\$ 466.127,00
57	Carlos Alberto Dias Viana	18299	6012002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE FREI LAGONEIRO - MG - CNPJ 01.615.008/0001-25	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R\$ 605.911,00
58	Carlos Alberto Dias Viana	18304	6012002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DOURADA - MG - CNPJ 18.457.267/0001-78	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R\$ 466.127,00
59	Carlos Eduardo de Souza Braga	11981	6012002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Curumim		04.530.044/0001-84	AM	CARAUARI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R\$ 2.000.000,00
60	Carlos Eduardo de Souza Braga	11983	6012002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Estrupunga		04.190.765/0001-92	AM	EIRUNEPE	4	40	Obras	R\$ 5.000.000,00
61	Carlos Eduardo de Souza Braga	11952	6012002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Apuí		22.812.960/0001-99	AM	APUI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R\$ 1.000.000,00
62	Carlos Eduardo de Souza Braga	19306	6012002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Parintins		04.329.736/0001-69	AM	PARINTINS	4	40	Obras	R\$ 2.000.000,00
63	Carlos Eduardo de Souza Braga	11987	6012002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Fonte Boa		04.530.101/0001-25	AM	FONTE BOA	4	40	Obras	R\$ 5.000.000,00
64	Carlos Eduardo de Souza Braga	11979	6012002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Cametá		04.247.441/0001-43	AM	CANUTAMA	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R\$ 1.000.000,00
65	Carlos Eduardo de Souza Braga	19307	6012002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Uarini		04.647.079/0001-06	AM	UARINI	4	40	Obras	R\$ 2.260.869,00
66	Carlos Eduardo Torres Gomes	17559	6012002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE SUCUPIRA		37.344.439/0001-41	TO	SUCUPIRA	4	40	AQUISICÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R\$ 800.000,00
67	Carlos Eduardo Torres Gomes	17556	6012002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE PRESIDENTE KENNEDY		01.785.492/0001-30	TO	PRESIDENTE KENNEDY	4	40	AQUISICÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R\$ 1.000.000,00
68	Carlos Eduardo Torres Gomes	17555	6012002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE PAU D'ARCO		25.063.991/0001-82	TO	PAU D'ARCO	4	40	AQUISICÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R\$ 1.200.000,00
69	Carlos Eduardo Torres Gomes	17554	6012002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE PARAISO DO TOCANTINS		00.299.180/0001-54	TO	PARAISO DO TOCANTINS	4	40	AQUISICÃO DE VEÍCULOS PIPA	R\$ 630.434,00
70	Carlos Eduardo Torres Gomes	17546	6012002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE ALMAS		01.138.551/0001-89	TO	ALMAS	4	40	AQUISICÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R\$ 700.000,00
71	Carlos Eduardo Torres Gomes	17547	6012002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE ARAGOMINAS		25.063.884/0001-54	TO	ARAGOMINAS	4	40	AQUISICÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R\$ 800.000,00
72	Carlos Eduardo Torres Gomes	17549	6012002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE CRISAS DO TOCANTINS		01.612.821/0001-41	TO	CRISAS DO TOCANTINS	4	40	AQUISICÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R\$ 400.000,00
73	Carlos Eduardo Torres Gomes	17551	6012002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE MONTE DO CARMO		01.067.891/0001-66	TO	MONTE DO CARMO	4	40	AQUISICÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R\$ 800.000,00
74	Carlos Eduardo Torres Gomes	17558	6012002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS		00.766.733/0001-31	TO	SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS	4	40	CONSTRUÇÃO DE MATADOURO	R\$ 1.000.000,00
75	Carlos Eduardo Torres Gomes	17552	6012002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE MONTE SANTO DO TOCANTINS		01.613.093/0001-92	TO	MONTE SANTO DO TOCANTINS	4	40	CONSTRUÇÃO DE PONTES	R\$ 800.000,00
76	Carlos Eduardo Torres Gomes	17548	6012002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE CRISTALÂNDIA		01.067.156/0001-52	TO	CRISTALÂNDIA	4	40	AQUISICÃO DE MÁQUINAS PESADAS E VEÍCULOS DE CARGA	R\$ 1.000.000,00
77	Carlos Francisco Pardini	9908	6012002	4210	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO		28.606.630/0001-23	RJ	NOVA FRIBURGO	4	40	Obra - Pavimentação de estradas vicinais	R\$ 3.652.173,00
78	Cid Ferreira Gomes	19649	6012002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Barreira/CE		12.459.632/0001-05	CE	BARREIRA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinias	R\$ 1.000.000,00
79	Cid Ferreira Gomes	18610	6012002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação do Bairro Domingos Olímpio, CNPJ 10.469.645/0001-21	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - (09 Kilo) A.Q. 04 - Comercialização do Pescado	R\$ 344.850,00
80	Cid Ferreira Gomes	19583	6012002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Canindé/CE		07.963.259/0001-87	CE	CANINDE	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinias	R\$ 1.000.000,00
81	Cid Ferreira Gomes	19587	6012002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Viçosa do Ceará/CE		10.462.497/0001-13	CE	VICOSA DO CEARA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinias	R\$ 500.000,00
82	Cid Ferreira Gomes	19586	6012002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Varjota/CE		07.673.114/0001-41	CE	VARJOTA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinias	R\$ 500.000,00
83	Cid Ferreira Gomes	19679	6012002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Milhã/CE		06.741.565/0001-06	CE	MILHA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinias	R\$ 1.000.000,00
84	Cid Ferreira Gomes	18622	6012002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação do Bairro Domingos Olímpio, CNPJ 59.575.972/0001-57	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Poço tubular com moinho	R\$ 198.000,00
85	Cid Ferreira Gomes	18602	6012002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação de Moradores e Agricultores da Comunidade Barro Branco e Adjacências, CNPJ 48.531.630/0001-19	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - (09 Kilo) A.Q. 01 - Patrulha Agrícola Leve	R\$ 256.380,00
86	Cid Ferreira Gomes	19650	6012002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Mulungu/CE		07.910.730/0001-79	CE	MULUNGU	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação em pedis tucos	R\$ 1.000.000,00
87	Cid Ferreira Gomes	18638	6012002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São Domingos, CNPJ 02.312.953/0001-10	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit A.Q. 01 - Tanques-rede - 6 m³	R\$ 78.375,00
88	Cid Ferreira Gomes	21595	6012002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Freguesia, CNPJ 07.673.106/0001-03	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Motocultivadora	R\$ 764.235,00
89	Cid Ferreira Gomes	21601	6012002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Dos Moradores Do Residencial Meneca, CNPJ 14.587.363/0001-80	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - (04 quatro) Kit P.F.01 - Processamento de Frutos	R\$ 171.380,00



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3658957484>

90	Cid Ferreira Gomes	18605	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de Boa Vista dos Videntes, CNPJ 41.336.876/00001-90	SENADOR POMPEU - CE	00.396.895/00001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 - Patrulha Agrícola Leve	R\$ 256.380,00
91	Cid Ferreira Gomes	21107	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Maranguape/CE	Município de Maranguape/CE		07.963.051/00001-68	CE	MARANGUAPE	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Viciniais	R\$ 500.000,00
92	Cid Ferreira Gomes	18641	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São Domingos, CNPJ 02.312.953/00001-10	SOBRAL	00.396.895/00001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit A.Q. 05 - Pesca	R\$ 21.945,00
93	Cid Ferreira Gomes	18612	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Liga de Proteção A Maternidade e à Infância De Caririé, CNPJ 07.598.436/00001-73	CARIRÉ - CE	00.396.895/00001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - (15 Kits) A.Q. 04 - Comercialização do Pescado	R\$ 172.425,00
94	Cid Ferreira Gomes	21606	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária dos Moradores do Sítio Contendas, CNPJ 18.516.213/00001-18	SOBRAL	00.396.895/00001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - (04 queto) - Kit M. 01 - Equipamentos Casa de Família	R\$ 198.968,00
95	Cid Ferreira Gomes	18707	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação dos criadores do município de deputado Inapuan Pinheiro - CE, CNPJ 07.190.169/00001-09	Deputado Inapuan Pinheiro	00.396.895/00001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 - Patrulha Agrícola Leve	R\$ 256.380,00
96	Cid Ferreira Gomes	19584	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Piquet Carneiro/CE			07.738.057/00001-31	CE	PIQUET CARNEIRO	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Viciniais	R\$ 500.000,00
97	Cid Ferreira Gomes	19585	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Ibiapina/CE			07.523.186/00001-02	CE	IBIAPINA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Viciniais	R\$ 500.000,00
98	Cid Ferreira Gomes	18608	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária do Sítio Quimindos, CNPJ	SENADOR POMPEU - CE	00.396.895/00001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 02 - Patrulha Agrícola Pesada	R\$ 283.838,00
99	Cid Ferreira Gomes	10057	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Madalena/CE			10.508.935/00001-37	CE	MADALENA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Viciniais	R\$ 1.700.000,00
100	Cid Ferreira Gomes	21600	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Dos Monitores Do Residencial Meruoca, CNPJ 14.587.363/00001-80	SOBRAL	00.396.895/00001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - (10 dec) - Kit C.C. 01 - Corte e Costura.	R\$ 141.075,00
101	Cid Ferreira Gomes	18597	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação dos Monitores e Agricultores Rurais dos Sítios Cachoeirinha e Sumurama, CNPJ 34.021.271/00001-45	JUAZEIRO DO NORTE - CE	00.396.895/00001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 - Patrulha Agrícola Leve	R\$ 256.380,00
102	Cid Ferreira Gomes	19680	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Barreira/CE			12.459.632/00001-05	CE	BARREIRA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Viciniais	R\$ 1.130.434,00
103	Cid Ferreira Gomes	18615	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária do PA Pica Rury - Caruaru, CNPJ 69.726.933/00001-67	SOBRAL	00.396.895/00001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 - Patrulha Agrícola Leve	R\$ 256.380,00
104	Cid Ferreira Gomes	18629	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária Dos Pequenos Produtores Rurais Da Comunidade Campo Grande Caruaru, CNPJ 04.186.117/00001-62	SOBRAL	00.396.895/00001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 02 - Patrulha Agrícola Pesada	R\$ 283.838,00
105	Cid Ferreira Gomes	18603	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária José Paz Neto, CNPJ 12.464.046/00001-40	MILHÃ - CE	00.396.895/00001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 - Patrulha Agrícola Leve	R\$ 256.380,00
106	Cid Ferreira Gomes	12829	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Canindé/CE			07.963.259/00001-87	CE	CANINDE	4	40	Aquisição de Equipamentos	R\$ 875.863,00
107	Cid Ferreira Gomes	19588	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Carnaubá/CE			07.660.350/00001-23	CE	CAMOCIM	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Viciniais	R\$ 500.000,00
108	Cid Ferreira Gomes	18614	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Penaforte, CNPJ 07.414.931/00001-85	Penaforte	00.396.895/00001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Pá carregadeira	R\$ 407.547,00
109	Cid Ferreira Gomes	19651	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Acarari/CE			07.547.821/00001-91	CE	ACARAU	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Construção de Mercado	R\$ 1.000.000,00
110	Cid Ferreira Gomes	18639	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São Domingos, CNPJ 02.312.953/00001-10	SOBRAL	00.396.895/00001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit A.Q. 04 - Comercialização do Pescado	R\$ 11.495,00
111	Cid Ferreira Gomes	21596	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA	Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA		07.954.563/00001-68	CE	FORTEALEZA	4	30	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas	R\$ 938.321,00
112	Cid Ferreira Gomes	10188	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Frecheirinha/CE			07.598.592/00001-34	CE	FRECHERINHA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Viciniais	R\$ 1.000.000,00
113	Ciro Nogueira Lima Filho	19838	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE PAULISTANA			06.553.796/00001-96	PI	PAULISTANA	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Viciniais	R\$ 400.000,00
114	Ciro Nogueira Lima Filho	19846	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE SAO MIGUEL DA BAIXA GRANDE			01.612.623/00001-88	PI	SAO MIGUEL DA BAIXA GRANDE	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Viciniais	R\$ 400.000,00
115	Ciro Nogueira Lima Filho	19834	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE BREJO DO PIAUI			01.612.567/00001-81	PI	BREJO DO PIAUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Viciniais	R\$ 400.000,00
116	Ciro Nogueira Lima Filho	19836	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE COCAL DE TELHA			01.612.574/00001-83	PI	COCAL DE TELHA	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Viciniais	R\$ 400.000,00
117	Ciro Nogueira Lima Filho	12206	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE BELEM DO PIAUI			01.612.560/00001-60	PI	BELEM DO PIAUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Viciniais	R\$ 400.000,00
118	Ciro Nogueira Lima Filho	19841	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE PORTO			06.554.414/00001-49	PI	PORTO	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Viciniais	R\$ 400.000,00
119	Ciro Nogueira Lima Filho	12205	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE ANISO DE ABREU			06.553.630/00001-70	PI	ANISO DE ABREU	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Viciniais	R\$ 400.000,00
120	Ciro Nogueira Lima Filho	19833	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE BATALHA			06.553.903/00001-86	PI	BATALHA	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Viciniais	R\$ 400.000,00
121	Ciro Nogueira Lima Filho	19845	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO DIVINO			41.522.111/00001-45	PI	SAO JOSE DO DIVINO	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Viciniais	R\$ 400.000,00
122	Ciro Nogueira Lima Filho	19843	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE REGENERACAO			06.554.943/00001-42	PI	REGENERACAO	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Viciniais	R\$ 400.000,00



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3658957484>

123	Ciro Nogueira Lima Filho	19844	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE SAO GONCALO DO GURGUEIA		01.612.6070001-95	PI	SAO GONCALO DO GURGUEIA	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Viciniais	R\$ 400.000,00
124	Ciro Nogueira Lima Filho	19837	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE JOAQUIM PIRES		06.554.2080001-39	PI	JOAQUIM PIRES	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Viciniais	R\$ 400.000,00
125	Ciro Nogueira Lima Filho	19840	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PEDRO II		06.553.9290001-24	PI	PEDRO II	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Viciniais	R\$ 600.000,00
126	Ciro Nogueira Lima Filho	12215	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE SEBASTIAO BARROS		01.612.8050001-59	PI	SEBASTIAO BARROS	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Viciniais	R\$ 400.000,00
127	Ciro Nogueira Lima Filho	12209	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE DIRCEU ARCOVERDE		07.102.1060001-45	PI	DIRCEU ARCOVERDE	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Viciniais	R\$ 400.000,00
128	Ciro Nogueira Lima Filho	12212	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MADEIRO		01.612.5860001-08	PI	MADEIRO	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Viciniais	R\$ 400.000,00
129	Ciro Nogueira Lima Filho	12216	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE WALL FERRAZ		01.612.6120001-06	PI	WALL FERRAZ	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Viciniais	R\$ 400.000,00
130	Ciro Nogueira Lima Filho	12210	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE FARTURA DO PIAUI		41.522.3840001-90	PI	FARTURA DO PIAUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Viciniais	R\$ 400.000,00
131	Ciro Nogueira Lima Filho	12208	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE CAMPO LARGO DO PIAUI		01.612.7540001-65	PI	CAMPO LARGO DO PIAUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Viciniais	R\$ 400.000,00
132	Ciro Nogueira Lima Filho	19847	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE URUCUI		06.985.8320001-90	PI	URUCUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Viciniais	R\$ 478.260,00
133	Ciro Nogueira Lima Filho	12214	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PIMENTEIRAS		06.554.8930001-01	PI	PIMENTEIRAS	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Viciniais	R\$ 452.173,00
134	Ciro Nogueira Lima Filho	19835	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE CAMPO ALEGRE DO FIDALGO		01.612.5640001-48	PI	CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Viciniais	R\$ 400.000,00
135	Cleiton Gontijo de Azevedo	7552	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Jequitanga de Minas - MG		01.613.3760001-34	MG	JENIPAPO DE MINAS	4	40	Infra-estrutura Rural	R\$ 452.173,00
136	Cleiton Gontijo de Azevedo	7886	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Cláudio		18.308.7750001-94	MG	CLAUDIO	4	40	Infra-estrutura Rural	R\$ 400.000,00
137	Cleiton Gontijo de Azevedo	7888	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Águas Formosas		18.404.7490001-60	MG	AGUAS FORMOSAS	4	40	Maquinário e equipamentos	R\$ 300.000,00
138	Cleiton Gontijo de Azevedo	7536	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Carmo do Cajuru-MG		18.291.3770001-02	MG	CARMO DO CAJURU	4	40	Infra-estrutura Rural	R\$ 1.000.000,00
139	Cleiton Gontijo de Azevedo	22181	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itatuaçu		18.891.7660001-25	MG	ITATUAÇU	4	40	Compra de maquinário	R\$ 400.000,00
140	Cleiton Gontijo de Azevedo	7542	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Pará - MG		18.291.3690001-66	MG	SAO GONCALO DO PARA	4	40	Infra-estrutura Rural	R\$ 400.000,00
141	Cleiton Gontijo de Azevedo	7885	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Níveia		01.612.4950001-72	MG	NINHEIRA	4	40	Infra-estrutura Rural	R\$ 400.000,00
142	Cleiton Gontijo de Azevedo	7575	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Matias Cardoso-MG		25.209.1150001-11	MG	MATIAS CARDOSO	4	40	Maquinário e equipamentos	R\$ 300.000,00
143	Confúcio Aires Moura	10207	60120002	4092	22000	22101	20ZV	CORUMBHARA	CORUMBHARA	63.762.0410001-35	RO	CORUMBHARA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R\$ 1.320.000,00
144	Confúcio Aires Moura	10200	60120002	4092	22000	22101	20ZV	CABDI	CABDI	22.855.1590001-20	RO	CABDI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R\$ 1.320.000,00
145	Confúcio Aires Moura	10206	60120002	4092	22000	22101	20ZV	COLORADO DO OESTE	COLORADO DO OESTE	04.391.5120001-87	RO	COLORADO DO OESTE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R\$ 1.320.000,00
146	Confúcio Aires Moura	10201	60120002	4092	22000	22101	20ZV	CEREJEIRAS	CEREJEIRAS	04.914.9250001-07	RO	CEREJEIRAS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R\$ 1.320.000,00
147	Confúcio Aires Moura	10210	60120002	4092	22000	22101	20ZV	JARU	JARU	04.279.2380001-59	RO	JARU	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R\$ 1.320.000,00
148	Confúcio Aires Moura	10211	60120002	4092	22000	22101	20ZV	MACHADINHO DOESTE	MACHADINHO DOESTE	22.855.1420001-73	RO	MACHADINHO DOESTE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R\$ 1.260.434,00
149	Confúcio Aires Moura	10212	60120002	4092	22000	22101	20ZV	VALE DO ANARI	VALE DO ANARI	84.722.9170001-90	RO	VALE DO ANARI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R\$ 1.270.000,00
150	Damuro Regina Alves	19344	60120002	4268	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	EMBRAPA	00.396.8950001-25	DF	BRASILIA	4	90	Investimento na aquisição de equipamentos de informática, arbitragem e simulação virtual.	R\$ 300.000,00
151	Damuro Regina Alves	7910	60120002	4268	22000	22101	20ZV	Secretaria de Estado de Agricultura do Distrito Federal		03.318.2330001-25	DF	BRASILIA	4	30	Investimento para a construção de estrutura de apoio e galpões com boxes para alojamento de equinos, muares e asininos, apreendidos ou recolhidos das ruas pela SEAGRI	R\$ 1.652.173,00
152	Damuro Regina Alves	19342	60120002	4268	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	EMBRAPA	00.396.8950001-25	DF	BRASILIA	3	90	Reforma e adequação do espaço físico – infraestrutura elétrica, hidráulica, climatização, rede lógica, e aquisição de mobiliário modernos e divisões.	R\$ 1.700.000,00
153	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20086	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA	09.072.4300001-93	PB	ITABAIANA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 878.260,00
154	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11275	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA	08.999.6740001-53	PB	SOUSA	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUARIO	R\$ 400.000,00
155	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11269	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA	08.940.6940001-59	PB	ITAPORANGA	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUARIO	R\$ 400.000,00
156	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20088	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA REDONDA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA REDONDA	08.868.9370001-95	PB	SERRA REDONDA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 600.000,00
157	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11237	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUTE	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUTE	08.732.1740001-50	PB	CUTE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 400.000,00
158	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20087	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULISTA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULISTA	08.945.7270001-53	PB	PAULISTA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 500.000,00
159	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11280	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUTE DE MAMANGUAPE	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUTE DE MAMANGUAPE	01.612.3410001-80	PB	CUTE DE MAMANGUAPE	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUARIO	R\$ 400.000,00
160	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11229	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA GRANDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA GRANDE	08.753.2040001-05	PB	ALAGOA GRANDE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 452.173,00
161	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11257	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS CAVALOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS CAVALOS	08.921.8760001-82	PB	RIACHO DOS CAVALOS	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUARIO	R\$ 400.000,00
162	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11263	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUEIRÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUEIRÃO	08.702.5730001-79	PB	BOQUEIRAO	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUARIO	R\$ 400.000,00
163	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11245	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO	PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO	09.048.9760001-09	PB	REMIGIO	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUARIO	R\$ 400.000,00
164	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20082	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA	01.612.5380001-10	PB	BOA VISTA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 500.000,00
165	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11233	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE DENTRO	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE DENTRO	08.929.6480001-59	PB	CACIMBA DE DENTRO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 400.000,00
166	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20085	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ	PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ	08.810.3500001-25	PB	INGA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 1.000.000,00
167	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20084	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO	08.943.2270001-82	PB	CONCEICAO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 1.500.000,00
168	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20089	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE VISTA SERRANA	PREFEITURA MUNICIPAL DE VISTA SERRANA	09.151.5980001-94	PB	VISTA SERRANA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 500.000,00
169	Eann Styvenson Valentin Mendes	13851	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Tenente Ananias	Prefeitura de Tenente Ananias	08.357.6670001-58	RN	TENENTE ANANIAS	4	40	Equipamento - Carro Pipa	R\$ 620.000,00
170	Eann Styvenson Valentin Mendes	19317	60120002	4142	22000	22101	20ZV	UMARIZAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL	08.348.9630001-92	RN	UMARIZAL	4	40	EQUIPAMENTO - CARRO PIPA	R\$ 620.000,00
171	Eann Styvenson Valentin Mendes	13849	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de São Miguel	Prefeitura de São Miguel	08.355.4630001-88	RN	SAO MIGUEL	4	40	Equipamento - Carro Pipa	R\$ 620.000,00
172	Eann Styvenson Valentin Mendes	13836	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Canguaretama	Prefeitura de Canguaretama	08.365.0170001-54	RN	CANGUARETAMA	4	40	EQUIPAMENTOS - Aquisição de um trator agrícola e uma retroescavadeira	R\$ 652.000,00
173	Eann Styvenson Valentin Mendes	13840	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Cruzeta	Prefeitura de Cruzeta	08.106.5100001-50	RN	CRUZETA	4	40	EQUIPAMENTOS - Aquisição de um trator agrícola e uma retroescavadeira	R\$ 914.000,00



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3658957484>

174	Eam Stevenson Valentim Mendes	13820	60120002	4142	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE ANTONIO MARTINS	PREFEITURA DE ANTONIO MARTINS	08.348.98900001-30	RN	ANTONIO MARTINS	4	40	EQUIPAMENTO - CARRO PIPA	R\$ 620.000,00
175	Eam Stevenson Valentim Mendes	13842	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Itaú	Prefeitura de Itaú	08.148.55300001-06	RN	ITAÚ	4	40	Equipamento - Caminhão Caçamba	R\$ 700.000,00
176	Eam Stevenson Valentim Mendes	13841	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Extremoz	Prefeitura de Extremoz	08.204.49700001-71	RN	EXTREMOZ	4	40	EQUIPAMENTO - Aquisição de 2 Caminhões Caçamba	R\$ 1.400.000,00
177	Eam Stevenson Valentim Mendes	13848	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Rafael Godinho	Prefeitura de Rafael Godinho	08.349.03700001-31	RN	RAFAEL GODEIRO	4	40	Equipamento - Carro Pipa	R\$ 620.000,00
178	Eam Stevenson Valentim Mendes	13856	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Varzea	Prefeitura de Varzea	08.168.94000001-04	RN	VARZEA	4	40	Equipamentos - Aquisição de um trator agrícola e uma retroescavadeira	R\$ 652.000,00
179	Eam Stevenson Valentim Mendes	13843	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Jacani	Prefeitura de Jacani	08.158.80000001-47	RN	JACANA	4	40	Equipamento - Retroescavadeira	R\$ 438.000,00
180	Eam Stevenson Valentim Mendes	13833	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Areia Branca	Prefeitura de Areia Branca	08.077.26500001-08	RN	AREIA BRANCA	4	40	EQUIPAMENTO - RETROESCAVADEIRA	R\$ 438.000,00
181	Eam Stevenson Valentim Mendes	21573	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Riachuelo	Prefeitura Municipal de Riachuelo	08.364.65500001-50	RN	RIACHUELO	4	41	Equipamento - Carro Pipa	R\$ 620.000,00
182	Eam Stevenson Valentim Mendes	13853	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Serra Caiada	Prefeitura de Serra Caiada	08.078.41200001-56	RN	PRESIDENTE JUSCELINO	4	40	Equipamento - Aquisição de 3 Tratores Agrícolas	R\$ 642.000,00
183	Eam Stevenson Valentim Mendes	13846	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Portalegre	Prefeitura de Portalegre	08.358.05300001-90	RN	PORTALEGRE	4	40	Equipamentos - Aquisição de 2 Caminhões Caçamba	R\$ 1.400.000,00
184	Efraim de Araújo Morais Filho	16380	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São João do Cariri	Prefeitura Municipal de São João do Cariri	09.074.34500001-64	PB	SÃO JOÃO DO CARIRI	4	40	Execução de Obras	R\$ 1.000.000,00
185	Efraim de Araújo Morais Filho	16688	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Frei Martinho	Prefeitura Municipal de Frei Martinho	08.737.78500001-91	PB	FREI MARTINHO	4	40	Aquisição de Maquinários (Caminhão Pipa)	R\$ 580.000,00
186	Efraim de Araújo Morais Filho	15926	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Ouro Velho	Prefeitura Municipal de Ouro Velho	08.872.45900001-97	PB	OURO VELHO	4	40	Execução de Obras	R\$ 1.500.000,00
187	Efraim de Araújo Morais Filho	18670	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Marizópolis	Prefeitura Municipal de Marizópolis	01.612.94100001-49	PB	MARIZÓPOLIS	4	40	Execução de Obras	R\$ 600.000,00
188	Efraim de Araújo Morais Filho	18430	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pirpiritura	Prefeitura Municipal de Pirpiritura	08.789.29900001-17	PB	PIRPIRITURA	4	40	Execução de Obras	R\$ 600.000,00
189	Efraim de Araújo Morais Filho	16686	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Campina Grande	Prefeitura Municipal de Campina Grande	08.993.91700001-46	PB	CAMPINA GRANDE	4	40	Aquisição de Maquinários (Escavadeira Hidráulica)	R\$ 730.000,00
190	Efraim de Araújo Morais Filho	16366	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa	Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa	08.993.92500001-92	PB	BARRA DE SANTA ROSA	4	40	Execução de Obras	R\$ 1.000.000,00
191	Efraim de Araújo Morais Filho	16706	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São Sebastião de Lagoa de Roca	Prefeitura Municipal de São Sebastião de Lagoa de Roca	08.742.43900001-00	PB	SÃO SEBASTIAO DE LAGOA DE ROCA	4	40	Aquisição de Maquinários (Caminhão Basculante Tracado)	R\$ 640.000,00
192	Efraim de Araújo Morais Filho	16694	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pombal	Prefeitura Municipal de Pombal	08.948.69700001-39	PB	POMBAL	4	40	Aquisição de Maquinários (Caminhão Pipa)	R\$ 565.000,00
193	Efraim de Araújo Morais Filho	18095	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itapororoca	Prefeitura Municipal de Itapororoca	09.165.17600001-78	PB	ITAPOROROCA	4	40	Execução de Obras	R\$ 500.000,00
194	Efraim de Araújo Morais Filho	18431	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São Bento	Prefeitura Municipal de São Bento	09.069.70900001-18	PB	SÃO BENTO	4	40	Execução de Obras	R\$ 5.000.000,00
195	Efraim de Araújo Morais Filho	18428	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Caicara	Prefeitura Municipal de Caicara	09.070.62400001-50	PB	CAICARA	4	40	Execução de Obras	R\$ 1.000.000,00
196	Efraim de Araújo Morais Filho	18669	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itapororoca	Prefeitura Municipal de Itapororoca	09.165.17600001-78	PB	ITAPOROROCA	4	40	Execução de Obras	R\$ 679.870,00
197	Efraim de Araújo Morais Filho	18429	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Coximola	Prefeitura Municipal de Coximola	01.612.75700001-07	PB	COXIMOLA	4	40	Execução de Obras	R\$ 1.000.000,00
198	Efraim de Araújo Morais Filho	16378	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sume	Prefeitura Municipal de Sume	08.874.93500001-09	PB	SUME	4	40	Execução de Obras	R\$ 1.000.000,00
199	Efraim de Araújo Morais Filho	18432	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santa Inês	Prefeitura Municipal de Santa Inês	01.612.69300001-36	PB	SANTA INES	4	40	Execução de Obras	R\$ 500.000,00
200	Efraim de Araújo Morais Filho	16379	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São Sebastião de Lagoa de Roca	Prefeitura Municipal de São Sebastião de Lagoa de Roca	08.742.43900001-00	PB	SÃO SEBASTIAO DE LAGOA DE ROCA	4	40	Execução de Obras	R\$ 600.000,00
201	Efraim de Araújo Morais Filho	16381	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São Bento	Prefeitura Municipal de São Bento	09.069.70900001-18	PB	SÃO BENTO	4	40	Aquisição de Maquinários (Motocicleta)	R\$ 766.000,00
202	Eliziane Pereira Guma Melo	18676	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Acaílandia	Prefeitura Municipal de Acaílandia	07.000.26800001-72	MA	ACAÍLANDIA	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R\$ 2.000.000,00
203	Eliziane Pereira Guma Melo	21574	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Araiozes	Prefeitura Municipal de Araiozes	06.450.19100001-70	MA	ARAIOSES	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R\$ 1.130.434,00
204	Eliziane Pereira Guma Melo	18675	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Anajáuba	Prefeitura Municipal de Anajáuba	06.002.37200001-33	MA	ANAJÁUBA	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R\$ 1.000.000,00
205	Eliziane Pereira Guma Melo	18673	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Riachão	Prefeitura Municipal de Riachão	05.282.80100001-00	MA	RIACHÃO	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R\$ 1.000.000,00
206	Eliziane Pereira Guma Melo	21890	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santa Quitéria	Prefeitura Municipal de Santa Quitéria	06.232.61500001-20	MA	SANTA QUITERIA DO MARANHÃO	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R\$ 1.500.000,00
207	Eliziane Pereira Guma Melo	18672	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pedro do Rosário	Prefeitura Municipal de Pedro do Rosário	01.614.94600001-40	MA	PEIRO DO ROSARIO	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R\$ 2.500.000,00
208	Esperidião Amín Heloiz Filho	12305	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Água Doce	Prefeitura Municipal de Água Doce	82.939.39800001-90	SC	AGUA DOCE	4	40	uma escavadeira hidráulica de estaca	R\$ 627.325,00
209	Esperidião Amín Heloiz Filho	14555	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista	Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista	01.614.37400001-60	SC	ALTO BELA VISTA	4	41	11 Caretas basculantes 6 toneladas e 2 distribuidores de adubos de 4 mil Lt	R\$ 320.000,00
210	Esperidião Amín Heloiz Filho	14564	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pescaria Brava	Prefeitura Municipal de Pescaria Brava	16.780.79500001-38	SC	PESCARIA BRAVA	4	41	Um trator agrícola 110 cv	R\$ 300.000,00
211	Esperidião Amín Heloiz Filho	12330	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Grão Pará	Prefeitura Municipal de Grão Pará	82.558.14900001-55	SC	GRAO PARA	4	40	um caminhão basculante tração 6x4	R\$ 600.000,00
212	Esperidião Amín Heloiz Filho	12308	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Paial	Prefeitura Municipal de Paial	01.614.37600001-59	SC	PAIAL	4	40	um caminhão plataforma tração 8x2	R\$ 635.000,00
213	Esperidião Amín Heloiz Filho	12303	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Capinzal	Prefeitura Municipal de Capinzal	82.939.40600001-07	SC	CAPINZAL	4	40	um caminhão basculante tração 6x4	R\$ 600.000,00
214	Esperidião Amín Heloiz Filho	12321	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Monte Castelo	Prefeitura Municipal de Monte Castelo	83.102.52500001-65	SC	MONTA CASTELO	4	40	Um trator agrícola 110 cv	R\$ 300.000,00
215	Esperidião Amín Heloiz Filho	12325	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Canoinhas	Prefeitura Municipal de Canoinhas	83.102.38400001-80	SC	CANOINHAS	4	40	Uma mini-cargueira	R\$ 269.000,00
216	Eudocia Maria Holanda de Araújo Caldas	20135	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Saturba	Prefeitura Municipal de Saturba	12.200.33300001-43	AL	SATUBA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 547.826,00
217	Eudocia Maria Holanda de Araújo Caldas	20139	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pindoba	Prefeitura Municipal de Pindoba	12.335.43600001-10	AL	PINDOBA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 547.826,00
218	Eudocia Maria Holanda de Araújo Caldas	20133	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Água Branca	Prefeitura Municipal de Água Branca	12.350.15300001-48	AL	AGUA BRANCA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 547.826,00
219	Eudocia Maria Holanda de Araújo Caldas	9885	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Menas	Prefeitura Municipal de Menas	12.200.28300001-02	AL	MESSIAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 250.000,00
220	Eudocia Maria Holanda de Araújo Caldas	9882	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Japaratunga	Prefeitura Municipal de Japaratunga	12.247.94600001-36	AL	JAPARATINGA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 702.173,00
221	Eudocia Maria Holanda de Araújo Caldas	9883	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Mar Vermelho	Prefeitura Municipal de Mar Vermelho	12.333.76100001-44	AL	MAR VERMELHO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 400.000,00
222	Eudocia Maria Holanda de Araújo Caldas	21901	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Olho D'Água do Casado	Prefeitura Municipal de Olho D'Água do Casado	12.350.14600001-46	AL	OLHO D'AGUA DO CASADO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 547.826,00
223	Eudocia Maria Holanda de Araújo Caldas	9886	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Ponte de Pedras	Prefeitura Municipal de Ponte de Pedras	08.629.44600001-91	AL	PORTO DE PEDRAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 400.000,00
224	Eudocia Maria Holanda de Araújo Caldas	20140	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Inhapi	Prefeitura Municipal de Inhapi	12.226.19700001-60	AL	INHAPI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 547.826,00
225	Eudocia Maria Holanda de Araújo Caldas	21900	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Colônia Leopoldina	Prefeitura Municipal de Colônia Leopoldina	12.332.98700001-20	AL	COLONIA LEOPOLDINA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 547.826,00
226	Eudocia Maria Holanda de Araújo Caldas	20130	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São José da Laje	Prefeitura Municipal de São José da Laje	12.330.91600001-99	AL	SÃO JOSE DA LAJE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 547.826,00
227	Eudocia Maria Holanda de Araújo Caldas	20137	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Igaci	Prefeitura Municipal de Igaci	12.228.37500001-92	AL	IGACI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 547.826,00
228	Eudocia Maria Holanda de Araújo Caldas	9881	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São José da Laje	Prefeitura Municipal de São José da Laje	12.330.91600001-99	AL	SÃO JOSE DA LAJE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 400.000,00
229	Eudocia Maria Holanda de Araújo Caldas	9888	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Taquarana	Prefeitura Municipal de Taquarana	12.207.44500001-26	AL	TAQUARANA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 500.000,00
230	Eudocia Maria Holanda de Araújo Caldas	20131	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Cotid do Nova	Prefeitura Municipal de Cotid do Nova	12.198.71900001-68	AL	COTID DO NOVA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 547.826,00



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticador-legis/3658957484>

231	Eudécia Maria Holanda de Araújo Caldas	9880	60120002	4239	22000	22101	202VZ	Prefeitura Municipal de Campé		12.367.892.0001-42	AL	CANAPI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 400.000,00
232	Eudécia Maria Holanda de Araújo Caldas	9884	60120002	4239	22000	22101	202VZ	Prefeitura Municipal de Maribondo		12.236.873.0001-87	AL	MARIBONDO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 600.000,00
233	Eudécia Maria Holanda de Araújo Caldas	20132	60120002	4239	22000	22101	202VZ	Prefeitura Municipal de Joazeiro de Piraí		02.917.132.0001-08	AL	JEQUÍ DA PRAIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 547.826,00
234	Fabiano Contarato	18601	60120002	4180	22000	22101	202VZ	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES	00.396.895.0001-25	ES	ALFREDO CHAVES	4	90	AQUIÇÃO DE 01 RETROESCAVADEIRA	R\$ 368.000,00
235	Fabiano Contarato	22552	60120002	4180	22000	22101	202VZ	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBA	00.396.895.0001-25	ES	SANTA MARIA DE JETIBA	4	90	AQUIÇÃO DE 01 CAMINHÃO CACAMBA BASCULANTE	R\$ 572.000,00
236	Fabiano Contarato	18604	60120002	4180	22000	22101	202VZ	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES	00.396.895.0001-25	ES	ALFREDO CHAVES	4	90	AQUIÇÃO DE 01 CAMINHÃO PRANCHA	R\$ 650.000,00
237	Fabiano Contarato	18623	60120002	4180	22000	22101	202VZ	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE VILA PAULISTA	00.396.895.0001-25	ES	BARRA DE SÃO FRANCISCO	4	90	AQUIÇÃO DE 01 CAMINHÃO CARGA SECA	R\$ 376.000,00
238	Fabiano Contarato	22550	60120002	4180	22000	22101	202VZ	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIRAMA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIRAMA	00.396.895.0001-25	ES	IBITIRAMA	4	90	AQUIÇÃO DE 01 CAMINHÃO CACAMBA BASCULANTE	R\$ 410.000,00
239	Fabiano Contarato	18609	60120002	4180	22000	22101	202VZ	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA	00.396.895.0001-25	ES	NOVA VENÉCIA	4	90	AQUIÇÃO DE 01 PA CARREGADEIRA	R\$ 422.000,00
240	Fabiano Contarato	18644	60120002	4180	22000	22101	202VZ	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA	00.396.895.0001-25	ES	BOA ESPERANÇA	4	90	AQUIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TOCO CACAMBA	R\$ 500.400,00
241	Fabiano Contarato	22548	60120002	4180	22000	22101	202VZ	PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE	PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE	00.396.895.0001-25	ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	4	90	AQUIÇÃO DE 01 CAMINHÃO CACAMBA BASCULANTE	R\$ 410.000,00
242	Fabiano Contarato	18606	60120002	4180	22000	22101	202VZ	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO NORTE	00.396.895.0001-25	ES	BOM JESUS DO NORTE	4	90	AQUIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TOCO COM CACAMBA	R\$ 500.400,00
243	Fabiano Contarato	22549	60120002	4180	22000	22101	202VZ	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO	00.396.895.0001-25	ES	ALTO RIO NOVO	4	90	AQUIÇÃO DE 01 CAMINHÃO CACAMBA BASCULANTE	R\$ 410.000,00
244	Fabiano Contarato	18627	60120002	4180	22000	22101	202VZ	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU	00.396.895.0001-25	ES	IBIRACU	4	90	AQUIÇÃO DE 01 PA CARREGADEIRA	R\$ 422.000,00
245	Fabiano Contarato	22547	60120002	4180	22000	22101	202VZ	PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS	PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS	00.396.895.0001-25	ES	DOMINGOS MARTINS	4	90	AQUIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TOCO CACAMBA	R\$ 500.400,00
246	Fabiano Contarato	22551	60120002	4180	22000	22101	202VZ	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	00.396.895.0001-25	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	4	90	AQUIÇÃO DE 01 CAMINHÃO CACAMBA BASCULANTE	R\$ 572.000,00
247	Fabiano Contarato	22553	60120002	4180	22000	22101	202VZ	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	00.396.895.0001-25	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	4	90	AQUIÇÃO DE 01 MOTONIVELADORA	R\$ 809.264,00
248	Fabiano Contarato	18640	60120002	4180	22000	22101	202VZ	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO	00.396.895.0001-25	ES	PEDRO CANÁRIO	4	90	AQUIÇÃO DE 01 PA CARREGADEIRA	R\$ 422.000,00
249	Fabiano Contarato	18651	60120002	4180	22000	22101	202VZ	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNA	00.396.895.0001-25	ES	JUNA	4	90	AQUIÇÃO DE 01 PA CARREGADEIRA	R\$ 422.000,00
250	Fabiano Contarato	18635	60120002	4180	22000	22101	202VZ	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	00.396.895.0001-25	ES	ÁGUA BRANCA	4	90	AQUIÇÃO DE 01 RETROESCAVADEIRA	R\$ 368.000,00
251	Fabiano Contarato	18653	60120002	4180	22000	22101	202VZ	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PILMA	00.396.895.0001-25	ES	PILMA	4	90	AQUIÇÃO DE 01 ESCAVADEIRA HIDRAULICA	R\$ 628.000,00
252	Fabiano Contarato	18617	60120002	4180	22000	22101	202VZ	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	Associação de Produtores Rurais e Amigos do Córrego Rio do Campo	00.396.895.0001-25	ES	BARRA DE SÃO FRANCISCO	4	90	AQUIÇÃO DE 01 RETROESCAVADEIRA	R\$ 368.000,00
253	Fernando Antonio Caminha Duarte	10957	60120002	4252	22000	22101	202VZ	Prefeitura Municipal		10.106.227.0001-70	PE	PEDRA	4	40	Aquisição de caminhão basculante	R\$ 500.000,00
254	Fernando Antonio Caminha Duarte	11195	60120002	4252	22000	22101	202VZ	Prefeitura Municipal		11.361.243.0001-71	PE	SALGUEIRO	4	40	Obras e serviços de engenharia	R\$ 1.000.000,00
255	Fernando Antonio Caminha Duarte	22518	60120002	4252	22000	22101	202VZ	Associação Nossas Senhoras de Lourdes de Novo Pernambuco	Carnaluba	05.080.187.0001-02	PE	CARNALUBA	4	40	Aquisição de caminhão pipa	R\$ 500.000,00
256	Fernando Antonio Caminha Duarte	10939	60120002	4252	22000	22101	202VZ	Prefeitura Municipal		10.114.502.0001-05	PE	ITACURUBA	4	40	Construção, manutenção e conservação de estradas vicinais	R\$ 1.000.000,00
257	Fernando Antonio Caminha Duarte	10935	60120002	4252	22000	22101	202VZ	Prefeitura Municipal		10.165.165.0001-77	PE	BUENOS AIRES	4	40	Construção, manutenção e conservação de estradas vicinais	R\$ 1.000.000,00
258	Fernando Antonio Caminha Duarte	10929	60120002	4252	22000	22101	202VZ	Prefeitura municipal		10.091.510.0001-75	PE	BEZERRAS	4	40	Máquinas e equipamentos	R\$ 1.000.000,00
259	Fernando Antonio Caminha Duarte	18740	60120002	4252	22000	22101	202VZ	Prefeitura Municipal		12.888.517.0001-48	PE	XEXEU	4	40	Obras e serviços de engenharia	R\$ 1.130.434,00
260	Fernando Antonio Caminha Duarte	10945	60120002	4252	22000	22101	202VZ	Prefeitura Municipal		11.361.227.0001-89	PE	MORELANDIA	4	40	Aquisição de motoniveladora	R\$ 1.000.000,00
261	Fernando Antonio Caminha Duarte	10943	60120002	4252	22000	22101	202VZ	Prefeitura Municipal		11.097.250.0001-08	PE	LAGOA DO ITAENGA	4	40	Aquisição de patrol	R\$ 1.000.000,00
262	Fernando Antonio Caminha Duarte	10946	60120002	4252	22000	22101	202VZ	Prefeitura Municipal		01.596.018.0001-60	PE	TAMANDARÉ	4	40	Construção, manutenção e conservação de estradas vicinais	R\$ 1.000.000,00
263	Fernando Lopes de Farias	10573	60120002	4285	22000	22101	202VZ	Município de Coruripe		12.264.230.0001-47	AL	CORURIBE	4	40	Construção de feira coberta	R\$ 2.500.000,00
264	Fernando Lopes de Farias	10737	60120002	4285	22000	22101	202VZ	Município de Batagaria		12.332.961.0001-82	AL	IBATEGUARA	4	40	Aquisição de caminhão caçamba	R\$ 600.000,00
265	Fernando Lopes de Farias	10740	60120002	4285	22000	22101	202VZ	Município de Olho D'Água dos Flores		12.251.468.0001-38	AL	OLHO D'ÁGUA DAS FLORES	4	40	Aquisição de caminhão caçamba	R\$ 600.000,00
266	Fernando Lopes de Farias	10743	60120002	4285	22000	22101	202VZ	Município de Carneiros		12.250.684.0001-49	AL	CARNEIROS	4	40	Aquisição de caminhão caçamba	R\$ 600.000,00
267	Fernando Lopes de Farias	10850	60120002	4285	22000	22101	202VZ	Município de Santana do Ipanema		12.250.916.0001-89	AL	SANTANA DO IPANEMA	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais	R\$ 1.330.434,00
268	Fernando Lopes de Farias	10577	60120002	4285	22000	22101	202VZ	Município de Piranhas		12.225.546.0001-20	AL	PIRANHAS	4	40	Construção de feira coberta	R\$ 2.500.000,00
269	Fernando Lopes de Farias	10724	60120002	4285	22000	22101	202VZ	Município de Cajazeiro		12.333.738.0001-50	AL	CAJAZEIRO	4	40	Construção de Feira	R\$ 1.000.000,00
270	Flávio José Azeite	10812	60120002	2038	22000	22101	202VZ	Prefeitura		78.121.878.0001-72	PR	CAELANDIA	4	40	Maquinários agrícolas	R\$ 400.000,00
271	Flávio José Azeite	10827	60120002	2038	22000	22101	202VZ	Prefeitura		95.639.472.0001-03	PR	NOVO ITACOLÔMI	4	40	Maquinários agrícolas	R\$ 450.000,00
272	Flávio José Azeite	10843	60120002	2038	22000	22101	202VZ	Prefeitura		76.911.676.0001-07	PR	SENGES	4	40	Maquinários agrícolas	R\$ 450.000,00
273	Flávio José Azeite	10828	60120002	2038	22000	22101	202VZ	Prefeitura		77.721.363.0001-40	PR	ORTIGUEIRA	4	40	Maquinários agrícolas	R\$ 450.000,00
274	Flávio José Azeite	10836	60120002	2038	22000	22101	202VZ	Prefeitura		75.771.212.0001-71	PR	RIO BOM	4	40	Maquinários agrícolas	R\$ 450.000,00
275	Flávio José Azeite	10818	60120002	2038	22000	22101	202VZ	Prefeitura		76.282.714.0001-00	PR	DOUTOR CAMARGO	4	40	Maquinários agrícolas	R\$ 450.000,00
276	Flávio José Azeite	10833	60120002	2038	22000	22101	202VZ	Prefeitura		76.002.666.0001-40	PR	PIEN	4	40	Maquinários agrícolas	R\$ 530.000,00
277	Flávio José Azeite	10847	60120002	2038	22000	22101	202VZ	Prefeitura		76.205.707.0001-04	PR	SALTO DO LONTRA	4	40	Maquinários agrícolas	R\$ 500.000,00
278	Flávio José Azeite	10835	60120002	2038	22000	22101	202VZ	Prefeitura		76.205.962.0001-49	PR	QUEDAS DO IGUAÇU	4	40	Maquinários agrícolas	R\$ 450.000,00
279	Flávio José Azeite	10814	60120002	2038	22000	22101	202VZ	Prefeitura		75.845.503.0001-67	PR	CENTENARIO DO SUL	4	40	Maquinários agrícolas	R\$ 450.000,00
280	Flávio José Azeite	10838	60120002	2038	22000	22101	202VZ	Prefeitura		95.684.544.0001-26	PR	SANTA MARIA DO OESTE	4	40	Maquinários agrícolas	R\$ 450.000,00
281	Flávio José Azeite	10841	60120002	2038	22000	22101	202VZ	Prefeitura		76.995.422.0001-06	PR	SÃO JOÃO	4	40	Maquinários agrícolas	R\$ 400.000,00
282	Flávio José Azeite	10821	60120002	2038	22000	22101	202VZ	Prefeitura		76.247.868.0001-09	PR	MARIA HELENA	4	40	Maquinários agrícolas	R\$ 460.217,00
283	Flávio José Azeite	10816	60120002	2038	22000	22101	202VZ	Prefeitura		76.339.688.0001-09	PR	CRUZ MACHADO	4	40	Maquinários agrícolas	R\$ 460.217,00
284	Flávio José Azeite	10832	60120002	2038	22000	22101	202VZ	Prefeitura		76.970.334.0001-50	PR	PARANACTY	4	40	Maquinários agrícolas	R\$ 450.000,00
285	Flávio José Azeite	10820	60120002	2038	22000	22101	202VZ	Prefeitura		75.789.525.0001-20	PR	RUSSARA	4	40	Maquinários agrícolas	R\$ 450.000,00
286	Flávio José Azeite	10822	60120002	2038	22000	22101	202VZ	Prefeitura		95.548.400.0001-42	PR	MAÍDA DA SEIXA	4	40	Maquinários agrícolas	R\$ 450.000,00
287	Flávio José Azeite	10819	60120002	2038	22000	22101	202VZ	Prefeitura		01.616.255.0001-46	PR	GUAMIRANGA	4	40	Maquinários agrícolas	R\$ 450.000,00
288	Flávio José Azeite	10830	60120002	2038	22000	22101	202VZ	Prefeitura		76.282.672.0001-07	PR	OURIZONA	4	40	Maquinários agrícolas	R\$ 530.000,00
289	Flávio José Azeite	10825	60120002	2038	22000	22101	202VZ	Prefeitura		75.352.062.0001-61	PR	MUNHOZ DE MELO	4	40	Aquisição de equipamentos agrícolas	R\$ 450.000,00
290	Flávio Naves Bolzonaro	9588	60120002	9219	22000	22101	202VZ	Prefeitura Municipal de Batataia		31.846.892.0001-70	RJ	ITATIAIA	4	40	Aquisição de equipamentos agrícolas	R\$ 1.800.000,00
291	Flávio Naves Bolzonaro	9587	60120002	9219	22000	22101	202VZ	Prefeitura Municipal de Resende		29.178.233.0001-60	RJ	RESENDE	4	40	Aquisição de equipamentos agrícolas	R\$ 1.852.173,00
292	Francisco de Assis Rodrigues	10885	60120002	4143	22000	22101	202VZ	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Roraima - IATER	Estado de Roraima	45.386.905.0001-80	RR	BOA VISTA	4	30	Máquinas e implementos agrícolas	R\$ 9.130.434,00
293	Francisco Flávio Valério Tomaz	13529	60120002	4137	22000	22101	202VZ	Município de Alvarães		04.628.325.0001-00	AM	ALVARAÊS	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 1.000.000,00
294	Francisco Flávio Valério Tomaz	13535	60120002	4137	22000	22101	202VZ	Município de Amaturá		04.628.723.0001-90	AM	AMATURA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 1.500.000,00

296	Francisco Plínio Valério Tomaz	13533	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de São Paulo da Olivença		05.829.5770001-24	AM	SAO PAULO DE OLIVENÇA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 1.500.000,00
	Francisco Plínio Valério Tomaz	13531	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Manaus		04.282.8690001-27	AM	MANAUS	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 1.000.000,00
297	Francisco Plínio Valério Tomaz	13525	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Itaocara		04.241.9800001-75	AM	ITAOCARA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 2.130.433,00
298	Francisco Plínio Valério Tomaz	13534	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Apuí		22.812.9600001-99	AM	APUI	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 1.000.000,00
299	Francisco Plínio Valério Tomaz	13526	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Guajará		22.812.2420001-12	AM	GUAJARA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 1.000.000,00
300	Hiran Manuel Gonçalves da Silva	18178	60120002	4269	22000	22101	202V	Município do Cantá		01.612.6820001-56	RR	CANTA	4	40	Melhorias de Estrada Vicinais	R\$ 5.478.000,00
301	Hiran Manuel Gonçalves da Silva	11768	60120002	4269	22000	22101	202V	Município de Caroebe		01.614.6060001-80	RR	CAROEBE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas e execução de melhorias em estradas vicinais	R\$ 3.652.173,00
302	Hiran Manuel Gonçalves da Silva	19729	60120002	4269	22000	22101	202V	Governo do Estado		84.012.0120001-26	RR	BOA VISTA	4	30	Aquisição de máquinas e implementos agrícolas	R\$ 5.478.260,00
303	Humberto Sérgio Costa Lima	9820	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Bom Conselho		11.285.9540001-04	PE	BOM CONSELHO	4	40	Aquisição de Patrol	R\$ 800.000,00
304	Humberto Sérgio Costa Lima	9844	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de São José		10.122.3070001-19	PE	SAIRE	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R\$ 600.000,00
305	Humberto Sérgio Costa Lima	9848	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Tapetinga		10.106.2500001-64	PE	TUPATINGA	4	40	Aquisição de Trator	R\$ 200.000,00
306	Humberto Sérgio Costa Lima	9823	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Cururu		11.097.3910001-20	PE	CUMARU	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R\$ 400.000,00
307	Humberto Sérgio Costa Lima	9847	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Toritama		11.256.0540001-39	PE	TORITAMA	4	40	Aquisição de Trator	R\$ 230.434,00
308	Humberto Sérgio Costa Lima	9825	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Itaui		10.106.2190001-23	PE	ITAUÍ	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R\$ 400.000,00
309	Humberto Sérgio Costa Lima	9839	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Nazaré da Mata		10.166.8170001-98	PE	NAZARÉ DA MATA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R\$ 400.000,00
310	Humberto Sérgio Costa Lima	9822	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Cedro		11.361.2190001-32	PE	CEDRO	4	40	Aquisição de Trator	R\$ 200.000,00
311	Humberto Sérgio Costa Lima	9834	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Lagoa do Ouro		11.286.2670001-03	PE	LAGOA DO OURO	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R\$ 400.000,00
312	Humberto Sérgio Costa Lima	9846	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Terezinha		11.286.3660001-95	PE	TEREZINHA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R\$ 400.000,00
313	Humberto Sérgio Costa Lima	9828	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Itambé		10.150.0500001-09	PE	ITAMBÉ	4	40	Aquisição de Caminhão Caçamba	R\$ 600.000,00
314	Humberto Sérgio Costa Lima	9830	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Lagoa do Carro		40.893.7780001-91	PE	LAGOA DO CARRO	4	40	Aquisição de Trator	R\$ 250.000,00
315	Humberto Sérgio Costa Lima	9818	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Belém de Maria		10.184.7030001-70	PE	BELEM DE MARIA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R\$ 400.000,00
316	Humberto Sérgio Costa Lima	9842	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Passira		11.097.3000001-57	PE	PASSIRA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R\$ 400.000,00
317	Humberto Sérgio Costa Lima	9835	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Lajeado		10.143.2460001-76	PE	LAJEADO	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R\$ 400.000,00
318	Humberto Sérgio Costa Lima	9845	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Salgueiro		11.361.2430001-71	PE	SALGUEIRO	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R\$ 400.000,00
319	Humberto Sérgio Costa Lima	9832	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Lagoa do Itaenga		11.097.2500001-08	PE	LAGOA DO ITAENGA	4	40	Aquisição de Trator	R\$ 250.000,00
320	Humberto Sérgio Costa Lima	9821	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Catende		10.186.1380001-80	PE	CATENDE	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R\$ 400.000,00
321	Humberto Sérgio Costa Lima	9837	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Moreno		11.049.8320001-83	PE	MORENO	4	40	Aquisição de Patrol	R\$ 800.000,00
322	Humberto Sérgio Costa Lima	9824	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Escada		11.294.3030001-80	PE	ESCADA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R\$ 400.000,00
323	Humberto Sérgio Costa Lima	9840	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Paranatama		10.144.4260001-72	PE	PARANATAMA	4	40	Aquisição de Trator	R\$ 200.000,00
324	Humberto Sérgio Costa Lima	9817	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Barreiros		10.110.9890001-40	PE	BARREIROS	4	40	Aquisição de Trator	R\$ 200.000,00
325	Humberto Sérgio Costa Lima	9836	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Mirandiba		11.043.3120001-07	PE	MIRANDIBA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R\$ 400.000,00
326	Ínaji Silvestre Filho	14085	60120002	4096	22000	22101	202V	PRAIA NORTE	PRAIA NORTE	25.061.7890001-11	TO	PRAIA NORTE	4	40	Obras e serviços de engenharia e construção, manutenção e conservação em estradas vicinais de Praia Norte/TO	R\$ 9.130.434,00
327	Ivete Marli Appel da Silveira	10899	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal		83.028.6390001-02	SC	PALMA SOLA	4	40	Equipamentos	R\$ 330.000,00
328	Ivete Marli Appel da Silveira	11144	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal		95.780.4410001-60	SC	CAPIVARI DE BAIXO	4	40	Equipamentos	R\$ 450.000,00
329	Ivete Marli Appel da Silveira	10895	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal		95.991.0710001-00	SC	RIO RUFINO	4	40	Equipamentos	R\$ 200.000,00
330	Ivete Marli Appel da Silveira	10882	60120002	4251	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL		78.511.0520001-10	SC	ABDON BATISTA	4	40	Equipamentos	R\$ 500.000,00
331	Ivete Marli Appel da Silveira	11154	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal		82.538.8510001-57	SC	IMARUI	4	40	Equipamentos	R\$ 250.000,00
332	Ivete Marli Appel da Silveira	11156	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal		78.485.5540001-13	SC	IPORA DO OESTE	4	40	Equipamentos	R\$ 500.000,00
333	Ivete Marli Appel da Silveira	11163	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal		83.009.8940001-08	SC	SAO DOMINGOS	4	40	Caminhão Caçamba	R\$ 300.000,00
334	Ivete Marli Appel da Silveira	11161	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal		80.912.0090001-08	SC	PARAISO	4	40	Caminhão Caçamba	R\$ 600.000,00
335	Ivete Marli Appel da Silveira	11149	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal		75.438.6550001-45	SC	CORREIA PINTO	4	40	Rolo Compactador	R\$ 500.000,00
336	Ivete Marli Appel da Silveira	11151	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal		01.612.7450001-74	SC	IBIAÍ	4	40	Retro Escavadeira	R\$ 500.000,00
337	Ivete Marli Appel da Silveira	10897	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal		83.102.3190001-55	SC	LUIZ ALVES	4	40	Retro Escavadeira	R\$ 400.000,00
338	Ivete Marli Appel da Silveira	11140	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal		82.892.3320001-92	SC	ANITAPOLIS	4	40	Equipamentos	R\$ 500.000,00
339	Ivete Marli Appel da Silveira	10909	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal		83.102.7230001-29	SC	SALETE	4	40	Equipamentos	R\$ 400.434,00
340	Ivete Marli Appel da Silveira	11136	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal		82.951.1950001-10	SC	ANGELINA	4	40	Retro Escavadeira	R\$ 500.000,00
341	Ivete Marli Appel da Silveira	11133	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal		82.892.2660001-50	SC	AGUAS MORNAS	4	40	Equipamentos	R\$ 500.000,00
342	Ivete Marli Appel da Silveira	10893	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal		82.909.4090001-90	SC	IMBITUBA	4	40	Equipamentos	R\$ 250.000,00
343	Ivete Marli Appel da Silveira	11160	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal		82.845.7440001-71	SC	MAJOR GERCINO	4	40	Retro Escavadeira	R\$ 500.000,00
344	Ivete Marli Appel da Silveira	11146	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal		78.493.3430001-22	SC	CELSO RAMOS	4	40	Trator Agrícola	R\$ 400.000,00
345	Ivete Marli Appel da Silveira	11162	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal		01.612.8120001-50	SC	SAO BERNARDINO	4	40	Caminhão Caçamba	R\$ 600.000,00
346	Ivete Marli Appel da Silveira	10916	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal		82.836.8180001-03	SC	SAO MARTINHO	4	40	Equipamentos	R\$ 450.000,00
347	Ivete Marli Appel da Silveira	10902	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal		01.610.5660001-06	SC	PALMEIRA	4	40	Equipamentos	R\$ 500.000,00
348	Isaaci Lucas Ferreira	19308	60120002	4136	22000	22101	202V	Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal		03.318.2330001-25	DF	BRASILIA	3	30	Implementação de estratégias de transformação digital, governança de dados e recursos computacionais para o agronegócio desenvolvimento rural do Distrito Federal	R\$ 3.652.174,00
349	Jader Fontencelle Barbalho	9737	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Breves		04.876.3890001-94	PA	BREVES	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais	R\$ 2.500.000,00
350	Jader Fontencelle Barbalho	9740	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Bonito		05.149.0830001-07	PA	BONITO	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais	R\$ 2.000.000,00
351	Jader Fontencelle Barbalho	9735	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Tailândia		22.941.3550001-18	PA	TAILANDIA	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais	R\$ 2.000.000,00
352	Jader Fontencelle Barbalho	10396	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Novo Remington		34.628.4160001-31	PA	NOVO REPARTAMENTO	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais	R\$ 2.630.434,00
353	Jaime Maximino Bagatoli	10321	60120002	4272	22000	22101	202V	PREFEITURA DE ESPÍLIO DO OESTE		04.695.2840001-39	RO	ESPILIO DO OESTE	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R\$ 500.000,00
354	Jaime Maximino Bagatoli	10326	60120002	4272	22000	22101	202V	PREFEITURA DE SERINGUEIRAS		63.761.9930001-34	RO	SERINGUEIRAS	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R\$ 500.000,00
355	Jaime Maximino Bagatoli	10323	60120002	4272	22000	22101	202V	PREFEITURA DE OURO PRETO DO OESTE		04.380.5070001-79	RO	OURO PRETO DO OESTE	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R\$ 502.173,00
356	Jaime Maximino Bagatoli	10316	60120002	4272	22000	22101	202V	PREFEITURA DE CABIXI		22.855.1590001-20	RO	CABIXI	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R\$ 650.000,00
357	Jaime Maximino Bagatoli	10320	60120002	4272	22000	22101	202V	PREFEITURA DE CHUPINGUAIA		01.587.8870001-29	RO	CHUPINGUAIA	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R\$ 500.000,00
358	Jaime Maximino Bagatoli	10324	60120002	4272	22000	22101	202V	PREFEITURA DE PRIMAVERA DE RONDONIA		84.725.0360001-16	RO	PRIMAVERA DE RONDONIA	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R\$ 500.000,00
359	Jaime Maximino Bagatoli	10325	60120002	4272	22000	22101	202V	PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ		01.254.4220001-56	RO	SAO FRANCISCO DO GUAPORÉ	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R\$ 500.000,00



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3658957484>

360	Jaques Wagner	11552	60120002	4080	22000	22101	202VZ	Município de Rio de Contas		14.263.859/0001-06	BA	RIO DE CONTAS	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem.	R\$ 500.000,00
361	Jaques Wagner	11409	60120002	4080	22000	22101	202VZ	Município de Itaguacu da Bahia		16.445.843/0001-31	BA	ITAGUACU DA BAHIA	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem.	R\$ 2.000.000,00
362	Jaques Wagner	11429	60120002	4080	22000	22101	202VZ	Município de Barro Alto		13.234.349/0001-30	BA	BARRO ALTO	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem.	R\$ 400.000,00
363	Jaques Wagner	12279	60120002	4080	22000	22101	202VZ	Município de Curaca		13.915.640/0001-73	BA	CURACA	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem.	R\$ 500.000,00
364	Jaques Wagner	21586	60120002	4080	22000	22101	202VZ	Município de Santo Soares		13.922.554/0001-98	BA	SOUTO SOARES	4	40	Máquinas e Equipamentos	R\$ 500.000,00
365	Jaques Wagner	21585	60120002	4080	22000	22101	202VZ	Município de Antônio Cardoso		13.607.494/0001-19	BA	ANTONIO CARDOSO	4	40	Máquinas e Equipamentos	R\$ 650.000,00
366	Jaques Wagner	11424	60120002	4080	22000	22101	202VZ	Município de Angical		13.654.421/0001-88	BA	ANGICAL	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem.	R\$ 1.000.000,00
367	Jaques Wagner	14090	60120002	4080	22000	22101	202VZ	Município de Santa Inês		14.199.921/0001-30	BA	SANTA INES	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem.	R\$ 400.000,00
368	Jaques Wagner	14179	60120002	4080	22000	22101	202VZ	Município de Tanhaçu		13.676.309/0001-48	BA	TANHACU	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem.	R\$ 500.000,00
369	Jaques Wagner	21587	60120002	4080	22000	22101	202VZ	Governo do Estado da Bahia	Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura	13.937.032/0001-60	BA	SALVADOR	4	40	Máquinas e Equipamentos	R\$ 1.680.434,00
370	Jaques Wagner	14204	60120002	4080	22000	22101	202VZ	Município de Itauçu		14.106.280/0001-21	BA	ITUACU	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem.	R\$ 500.000,00
371	Jaques Wagner	21583	60120002	4080	22000	22101	202VZ	Município de Presidente João Quadros		14.120.539/0001-99	BA	PRESIDENTE JANO QUADROS	4	40	Máquinas e Equipamentos	R\$ 500.000,00
372	Jayme Veríssimo de Campos	18589	60120002	2376	22000	22101	202VZ	Estado de Mato Grosso		03.507.415/0001-44	MT	CUABA	4	30	adquisição de caminhões truck.	R\$ 7.032.000,00
373	Jayme Veríssimo de Campos	7738	60120002	2376	22000	22101	202VZ	Município de Barra do Garças		03.439.239/0001-50	MT	BARRA DO GARCAS	4	40	Construção/recuperação de estradas vicinais	R\$ 2.098.434,00
374	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9392	60120002	9206	22000	22101	202VZ	MUNICÍPIO DE VIANÓPOLIS (GO)	MUNICÍPIO DE VIANÓPOLIS (GO)	01.299.692/0001-83	GO	VIANOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R\$ 771.300,00
375	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9383	60120002	9206	22000	22101	202VZ	MUNICÍPIO DE CALDASINHA (GO)	MUNICÍPIO DE CALDASINHA (GO)	37.622.149/0001-12	GO	CALDASINHA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R\$ 602.965,00
376	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9391	60120002	9206	22000	22101	202VZ	MUNICÍPIO DE ITAJÁ (GO)	MUNICÍPIO DE ITAJÁ (GO)	02.186.757/0001-47	GO	ITAJA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R\$ 550.000,00
377	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9393	60120002	9206	22000	22101	202VZ	MUNICÍPIO DE PETROLINA DE GOIÁS	MUNICÍPIO DE PETROLINA DE GOIÁS	01.825.413/0001-78	GO	PETROLINA DE GOIAS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R\$ 528.665,00
378	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9388	60120002	9206	22000	22101	202VZ	MUNICÍPIO DE AMORINÓPOLIS (GO)	MUNICÍPIO DE AMORINÓPOLIS (GO)	01.067.073/0001-63	GO	AMORINOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R\$ 550.000,00
379	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9378	60120002	9206	22000	22101	202VZ	MUNICÍPIO DE GUARINÓS (GO)	MUNICÍPIO DE GUARINÓS (GO)	01.494.178/0001-07	GO	GUARINOS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R\$ 699.565,00
380	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9379	60120002	9206	22000	22101	202VZ	MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA (GO)	MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA (GO)	01.123.678/0001-24	GO	NOVA VENEZA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R\$ 480.700,00
381	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9382	60120002	9206	22000	22101	202VZ	MUNICÍPIO DE CORUMBABA (GO)	MUNICÍPIO DE CORUMBABA (GO)	01.302.603/0001-00	GO	CORUMBABA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R\$ 699.565,00
382	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9385	60120002	9206	22000	22101	202VZ	MUNICÍPIO DE GAMELEIRA DE GOIÁS (GO)	MUNICÍPIO DE GAMELEIRA DE GOIÁS (GO)	04.223.461/0001-84	GO	GAMELEIRA DE GOIAS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R\$ 574.750,00
383	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9384	60120002	9206	22000	22101	202VZ	MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS (GO)	MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS (GO)	24.857.096/0001-77	GO	BONFINOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R\$ 602.965,00
384	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9390	60120002	9206	22000	22101	202VZ	MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO CEU (GO)	MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO CEU (GO)	24.859.332/0001-94	GO	CHAPADAO DO CEU	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R\$ 568.693,00
385	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9386	60120002	9206	22000	22101	202VZ	MUNICÍPIO DE GUARAITÁ (GO)	MUNICÍPIO DE GUARAITÁ (GO)	26.873.059/0001-88	GO	GUARAITA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R\$ 602.965,00
386	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9389	60120002	9206	22000	22101	202VZ	MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS (GO)	MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS (GO)	01.343.086/0001-18	GO	SERRANOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R\$ 449.000,00
387	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9381	60120002	9206	22000	22101	202VZ	MUNICÍPIO DE MOZARLÂNDIA (GO)	MUNICÍPIO DE MOZARLÂNDIA (GO)	01.135.227/0001-07	GO	MOZARLANDIA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R\$ 449.350,00
388	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9387	60120002	9206	22000	22101	202VZ	MUNICÍPIO DE GOUVELÂNDIA (GO)	MUNICÍPIO DE GOUVELÂNDIA (GO)	25.040.122/0001-32	GO	GOUVELANDIA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R\$ 550.000,00
389	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9380	60120002	9206	22000	22101	202VZ	MUNICÍPIO DE ARIUANA (GO)	MUNICÍPIO DE ARIUANA (GO)	01.067.081/0001-40	GO	ARIUANA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R\$ 449.350,00
390	Jorge Seif Júnior	10122	60120002	4273	22000	22101	202VZ	Presidente Nereu		83.102.699/0001-28	SC	PRESIDENTE NEREU	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 230.000,00
391	Jorge Seif Júnior	10116	60120002	4273	22000	22101	202VZ	Pomerode		83.102.251/0001-04	SC	POMERODE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 230.000,00
392	Jorge Seif Júnior	10117	60120002	4273	22000	22101	202VZ	Aurora		83.102.624/0001-47	SC	AURORA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 230.000,00
393	Jorge Seif Júnior	10131	60120002	4273	22000	22101	202VZ	Imbuia		83.102.632/0001-93	SC	IMBUIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 230.000,00
394	Jorge Seif Júnior	10123	60120002	4273	22000	22101	202VZ	Ita		83.024.240/0001-53	SC	ITA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 230.000,00
395	Jorge Seif Júnior	10133	60120002	4273	22000	22101	202VZ	Braco do Trombudo		95.952.230/0001-67	SC	BRACO DO TROMBUDO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 230.000,00
396	Jorge Seif Júnior	10119	60120002	4273	22000	22101	202VZ	Bibama		83.102.418/0001-37	SC	BIBAMA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 262.152,00
397	Jorge Seif Júnior	10126	60120002	4273	22000	22101	202VZ	Paial		01.614.376/0001-59	SC	PAIAL	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 230.000,00
398	Jorge Seif Júnior	10118	60120002	4273	22000	22101	202VZ	Celso Ramos		78.493.343/0001-22	SC	CELSO RAMOS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 230.000,00
399	Jorge Seif Júnior	10128	60120002	4273	22000	22101	202VZ	Morro Grande		95.762.765/0001-08	SC	MORRO GRANDE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 230.000,00
400	Jorge Seif Júnior	10127	60120002	4273	22000	22101	202VZ	Serra Alta		80.622.319/0001-98	SC	SERRA ALTA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 230.000,00
401	Jorge Seif Júnior	10132	60120002	4273	22000	22101	202VZ	São José do Cedro		83.026.781/0001-10	SC	SAO JOSE DO CEDRO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 230.000,00
402	Jorge Seif Júnior	10120	60120002	4273	22000	22101	202VZ	Faxinal dos Guedes		83.009.910/0001-62	SC	FAXINAL DOS GUEDES	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 400.000,00
403	Jorge Seif Júnior	10129	60120002	4273	22000	22101	202VZ	Armazen		82.928.664/0001-80	SC	ARMAGEM	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 230.000,00
404	Jorge Seif Júnior	10124	60120002	4273	22000	22101	202VZ	Agromécia		83.102.590/0001-90	SC	AGRONOMICA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$ 230.000,00
405	José da Cruz Marinho	18718	60120002	4182	22000	22101	202VZ	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Colônia Potiriz	Associação dos pequenos produtores rurais da colônia potiriz	09.614.952/0001-70	PA	PARAGOMINAS	4	50	Aquisição de 2 Patrulhas agrícolas com implementos	R\$ 544.000,00
406	José da Cruz Marinho	13234	60120002	4182	22000	22101	202VZ	Município de Itaituba (05.138.730/0001-77)	Município de Itaituba (05.138.730/0001-77)	05.138.730/0001-77	PA	ITAITUBA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R\$ 272.000,00
407	José da Cruz Marinho	12265	60120002	4182	22000	22101	202VZ	Município de São Miguel do Guamá	Cooperativa de Produção dos Agricultores Familiares do Município de São Miguel do Guamá - COOPASMI (29.359.372/0001-90)	05.193.073/0001-60	PA	SAO MIGUEL DO GUAMA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R\$ 500.000,00
408	José da Cruz Marinho	13238	60120002	4182	22000	22101	202VZ	Município de Prainha (04.860.854/0001-07)	Município de Prainha (04.860.854/0001-07)	04.860.854/0001-07	PA	PRAINHA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R\$ 272.000,00
409	José da Cruz Marinho	13231	60120002	4182	22000	22101	202VZ	Centro social e de produção pesquisa e agrícola do Sul e Sudeste do Pará - CESPPA - (55.683.185/0001-60)	Centro social e de produção pesquisa e agrícola do Sul e Sudeste do Pará - CESPPA - (55.683.185/0001-60)	35.683.185/0001-60	PA	NOVA IPIXUNA	4	50	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R\$ 272.000,00
410	José da Cruz Marinho	13235	60120002	4182	22000	22101	202VZ	Município de Altamira (05.263.116/0001-37)	Município de Altamira (05.263.116/0001-37)	05.263.116/0001-37	PA	ALTAMIRA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R\$ 272.000,00
411	José da Cruz Marinho	13243	60120002	4182	22000	22101	202VZ	Município de Terra Alta (34.823.518/0001-47)	Município de Terra Alta (34.823.518/0001-47)	34.823.518/0001-47	PA	TERRA ALTA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R\$ 2.758.434,00



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3658957484>

412	José da Cruz Marinho	13232	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Marabá (05.853.163/0001-30)	Município de Marabá (05.853.163/0001-30)	Município de Marabá (05.853.163/0001-30)	05.853.163/0001-30	PA	MARABÁ	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R\$ 272.000,00
413	José da Cruz Marinho	12262	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Belterra	Município de Belterra	Belterra	01.614.112/0001-03	PA	BELTERRA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R\$ 2.000.000,00
414	José da Cruz Marinho	13229	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	10.221.786/0001-20	PA	NOVO PROGRESSO	4	40	Equipamentos para produção leiteira	R\$ 570.000,00
415	José da Cruz Marinho	12264	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Itupiranga	Município de Itupiranga	Itupiranga	05.077.102/0001-29	PA	ITUPIRANGA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R\$ 1.152.173,00
416	José da Cruz Marinho	13242	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	10.221.786/0001-20	PA	NOVO PROGRESSO	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R\$ 272.000,00
417	José da Cruz Marinho	13224	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Nova Ipixuna (01.612.215/0001-26)	Município de Nova Ipixuna (01.612.215/0001-26)	Município de Nova Ipixuna (01.612.215/0001-26)	01.612.215/0001-26	PA	NOVA IPIXUNA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R\$ 600.000,00
418	José da Cruz Marinho	13221	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Cooperativa Amazônia Agrindustrial - AMAZONCOOP (14.359.146/0001-32)	Cooperativa Amazônia Agrindustrial - AMAZONCOOP (14.359.146/0001-32)	Município de Castanhal	14.359.146/0001-32	PA	CASTANHIAL	4	50	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos e caminhão fitofrônico	R\$ 730.000,00
419	José da Cruz Marinho	13220	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Cooperativa Mista de Agricultores e Pescadores do Estado do Pará - COOPAGRI (19.323.899/0001-01)	Cooperativa Mista de Agricultores e Pescadores do Estado do Pará - COOPAGRI (19.323.899/0001-01)	Município de Santa Maria das Barreiras	19.323.899/0001-01	PA	SANTA MARIA DAS BARREIRAS	4	50	Aquisição de caminhão caçamba, patrulha mecanizada e pil careageira	R\$ 1.732.000,00
420	José da Cruz Marinho	13241	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Uruará (34.593.541/0001-92)	Município de Uruará (34.593.541/0001-92)	Município de Uruará (34.593.541/0001-92)	34.593.541/0001-92	PA	URUARA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R\$ 272.000,00
421	José da Cruz Marinho	13222	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Associação dos Produtores da Agrovila de Inocema - APAGRI (34.823.625/0001-75)	Associação dos Produtores da Agrovila de Inocema - APAGRI (34.823.625/0001-75)	Município de Castanhal	34.823.625/0001-75	PA	CASTANHIAL	4	50	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R\$ 292.000,00
422	José Renan Vasconcelos Calheiros	13094	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE OURO BRANCO	MUNICÍPIO DE OURO BRANCO		12.258.141/0001-98	AL	OURO BRANCO	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuario.	R\$ 1.000.000,00
423	José Renan Vasconcelos Calheiros	12311	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE BRANQUINHA	MUNICÍPIO DE BRANQUINHA		12.332.995/0001-77	AL	BRANQUINHA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuario.	R\$ 530.434,00
424	José Renan Vasconcelos Calheiros	12261	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE PARICONHA	MUNICÍPIO DE PARICONHA		35.634.435/0001-72	AL	PARICONHA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuario.	R\$ 800.000,00
425	José Renan Vasconcelos Calheiros	12462	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE ATALAIA	MUNICÍPIO DE ATALAIA		12.200.143/0001-26	AL	ATALAIA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuario.	R\$ 1.500.000,00
426	José Renan Vasconcelos Calheiros	12348	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE VICOSA	MUNICÍPIO DE VICOSA		12.333.746/0001-04	AL	VICOSA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuario.	R\$ 1.000.000,00
427	José Renan Vasconcelos Calheiros	18036	60120002	2289	22000	22101	20ZV	Cooperativa de Agricultores Qualificados - COOPAQ - AL	Cooperativa de Agricultores Qualificados - COOPAQ - AL		14.793.555/0001-42	AL	MATRIZ DE CAMARAGIBE	4	50	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuario.	R\$ 300.000,00
428	José Renan Vasconcelos Calheiros	11315	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE ARAPRACA	MUNICÍPIO DE ARAPRACA		12.198.693/0001-58	AL	ARAPRACA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuario.	R\$ 4.000.000,00
429	José Roberto Oliveira Fano	18588	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Floresta do Araguaia	Floresta do Araguaia	00.396.895/0001-25	PA	FLORESTA DO ARAGUAIA	4	90	Caçamba.	R\$ 638.500,00
430	José Roberto Oliveira Fano	7523	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Anapu	Prefeitura Municipal de Anapu	Anapu	01.613.194/0001-43	PA	ANAPU	4	40	Execução de obras de estradas vicinais.	R\$ 2.100.000,00
431	José Roberto Oliveira Fano	7527	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Uruará	Prefeitura Municipal de Uruará	Uruará	34.593.541/0001-92	PA	URUARA	4	40	Execução de obras de estradas vicinais.	R\$ 4.618.434,00
432	José Roberto Oliveira Fano	18587	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Floresta do Araguaia	Floresta do Araguaia	00.396.895/0001-25	PA	FLORESTA DO ARAGUAIA	4	90	Caçamba.	R\$ 638.500,00
433	José Roberto Oliveira Fano	18586	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Castanhal	Castanhal	00.396.895/0001-25	PA	CASTANHIAL	4	90	Caminhão pipa.	R\$ 617.500,00
434	José Roberto Oliveira Fano	18585	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Castanhal	Castanhal	00.396.895/0001-25	PA	CASTANHIAL	4	90	Rolo Compactador.	R\$ 517.500,00
435	Laércio José de Oliveira	8873	60120002	4274	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Propriá	Prefeitura Municipal de Propriá		13.117.320/0001-78	SE	PROPRIA	4	40	- Aquisição de equipamentos. - Estradas vicinais. - Suporte hidrôico.	R\$ 5.478.260,00
436	Laércio José de Oliveira	8870	60120002	4274	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Propriá	Prefeitura Municipal de Propriá		13.117.320/0001-78	SE	PROPRIA	4	40	- Aquisição de equipamentos. - Estradas vicinais. - Suporte hidrôico.	R\$ 3.652.173,00
437	Leila Gomes de Barros Rêgo	22488	60120002	4082	22000	22101	20ZV	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGROECOLÓGICA CARAIAS - Cooper Caraiás		Brasília	24.525.574/0001-41	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuario por meio de máquinas e equipamentos	R\$ 950.000,00
438	Leila Gomes de Barros Rêgo	9596	60120002	4082	22000	22101	20ZV	INSTITUTO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE, ESPORTE E EDUCACAO - GIRASSOL		Brasília	41.254.796/0001-06	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuario por meio de máquinas e equipamentos	R\$ 400.000,00
439	Leila Gomes de Barros Rêgo	9592	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação dos Agricultores Familiares e Artistas do Assentamento Ozil Alves - III		Brasília	14.799.950/0001-32	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuario por meio de máquinas e equipamentos	R\$ 1.000.000,00
440	Leila Gomes de Barros Rêgo	9555	60120002	4082	22000	22101	20ZV	FEPRORURAL - FEDERACAO DAS ASSOCIACOES DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL E DO Entorno		Brasília	03.720.020/0001-25	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuario por meio de máquinas e equipamentos	R\$ 1.000.000,00
441	Leila Gomes de Barros Rêgo	9601	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Cooperativa de Trabalho e Desenvolvimento da Agricultura Camponesa - CODESTAC		Brasília	21.805.310/0001-53	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuario por meio de máquinas e equipamentos	R\$ 1.000.000,00
442	Leila Gomes de Barros Rêgo	9600	60120002	4082	22000	22101	20ZV	ASPAF - Associação dos Produtores da Agricultura Familiar		Brasília	28.736.722/0001-28	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuario por meio de máquinas e equipamentos	R\$ 500.000,00
443	Leila Gomes de Barros Rêgo	10412	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação dos Trabalhadores Rurais de Três Conquistas-ASTRAC		Brasília	02.552.783/0001-41	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuario por meio de máquinas e equipamentos	R\$ 300.000,00
444	Leila Gomes de Barros Rêgo	10353	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	EMBRAPA	Brasília	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de máquinas e equipamentos para a Empresa DF	R\$ 2.000.000,00
445	Leila Gomes de Barros Rêgo	9595	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Larga - APROFAL		Brasília	11.586.539/0001-90	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuario por meio de máquinas e equipamentos	R\$ 500.000,00
446	Leila Gomes de Barros Rêgo	11223	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação das Mulheres Rurais e Agricultoras Familiares do Distrito Federal e Entorno		Brasília	19.930.951/0001-98	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuario por meio de máquinas e equipamentos	R\$ 300.130,00
447	Leila Gomes de Barros Rêgo	22519	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação de Agricultores Familiares da Eco Comunidade do Assentamento 15 de agosto - AFECA		Brasília	26.577.020/0001-13	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuario por meio de máquinas e equipamentos	R\$ 500.000,00
448	Leila Gomes de Barros Rêgo	22489	60120002	4082	22000	22101	20ZV	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGROECOLÓGICA CARAIAS - Cooper Caraiás		Brasília	24.525.574/0001-41	DF	BRASILIA	3	50	Apoio ao setor agropecuario por meio de máquinas e equipamentos	R\$ 50.000,00
449	Leila Gomes de Barros Rêgo	9598	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação Mista de Agricultores Familiares, Orgânicos e Produtores Rurais do Distrito Federal e Entorno		Brasília	16.619.631/0001-23	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuario por meio de máquinas e equipamentos	R\$ 600.000,00



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3658957484>

450	Luís Carlos Heinze	10261	60120002	4184	22000	22101	202V	Nonoai		91.567.9740001-07	RS	NONOAI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario - Máquinas e equipamentos agrícolas	R\$ 405.000,00
451	Luís Carlos Heinze	10257	60120002	4184	22000	22101	202V	Cerro Branco		92.000.2230001-77	RS	CERRO BRANCO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario - Máquinas e equipamentos agrícolas	R\$ 405.000,00
452	Luís Carlos Heinze	10251	60120002	4184	22000	22101	202V	Capão do Cipó		04.213.7790001-84	RS	CAPAO DO CIPÓ	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario - Máquinas e equipamentos agrícolas	R\$ 405.000,00
453	Luís Carlos Heinze	10258	60120002	4184	22000	22101	202V	Itaqui		92.406.2630001-13	RS	IBIRAPUITA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario - Máquinas e equipamentos agrícolas	R\$ 817.173,00
454	Luís Carlos Heinze	7890	60120002	4184	22000	22101	202V	Cândido Godói	Cândido Godói	87.612.8420001-82	RS	CANDIDO GODOI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario - Máquinas e equipamentos agrícolas	R\$ 405.000,00
455	Luís Carlos Heinze	10716	60120002	4184	22000	22101	202V	Julio de Castilhos		88.227.7560001-19	RS	JULIO DE CASTILHOS	4	40	Aquisição de equipamentos para apoio a infraestrutura produtiva	R\$ 405.000,00
456	Luís Carlos Heinze	10255	60120002	4184	22000	22101	202V	Catupe		87.613.0630001-00	RS	CATUIPE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario - Máquinas e equipamentos agrícolas	R\$ 405.000,00
457	Luís Carlos Heinze	10260	60120002	4184	22000	22101	202V	Joia		89.650.1210001-92	RS	JOIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuario - Máquinas e equipamentos agrícolas	R\$ 405.000,00
458	Luís Eduardo Grainger Góes	18198	60120002	4138	22000	22101	202V	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	ASSOCIACAO DE MORADORES DO SETOR NH 5 - CNPJ 12.461.3230001-61	00.396.8950001-05	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AGRÍCOLA - TRATOR	R\$ 225.185,00
459	Luís Eduardo Grainger Góes	16098	60120002	4138	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE MORADA NOVA - CE	MUNICÍPIO DE MORADA NOVA - CE	07.782.8400001-00	CE	MORADA NOVA	4	40	REFORMA DO MERCADO CENTRAL DO MUNICÍPIO DE MORADA NOVA	R\$ 1.500.000,00
460	Luís Eduardo Grainger Góes	18200	60120002	4138	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE ARACATI	MUNICÍPIO DE ARACATI	07.684.7560001-46	CE	ARACATI	4	40	CONSTRUÇÃO DE CASA DE MÍL	R\$ 400.000,00
461	Luís Eduardo Grainger Góes	16096	60120002	4138	22000	22101	202V	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	ASSOCIACAO COMUNITARIA E HABITACIONAL DOS MORADORES DE CEDRO DE SANTANA - 04.459.6930001-36	00.396.8950001-05	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AGRÍCOLA - TRATOR	R\$ 225.185,00
462	Luís Eduardo Grainger Góes	16097	60120002	4138	22000	22101	202V	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Associação Comunitária de Saco Verde ASCOV 19.065.4980001-07	00.396.8950001-05	DF	BRASILIA	4	90	EQUIPAMENTO E MAQUINÁRIO - RETROSCAVADEIRA	R\$ 443.000,00
463	Luís Eduardo Grainger Góes	18201	60120002	4138	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE ARACATI	MUNICÍPIO DE ARACATI	07.684.7560001-46	CE	ARACATI	4	40	AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS	R\$ 200.000,00
464	Luís Eduardo Grainger Góes	18199	60120002	4138	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE CARNAUBAL	MUNICÍPIO DE CARNAUBAL	07.732.6700001-41	CE	CARNAUBAL	4	40	AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS	R\$ 215.803,00
465	Luís Eduardo Grainger Góes	18196	60120002	4138	22000	22101	202V	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	ASSOCIACAO DO ASSENTAMENTO RINASCER LONGAR - CNPJ 02.821.2250001-34	00.396.8950001-05	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AGRÍCOLA - RETROSCAVADEIRA	R\$ 443.000,00
466	Luís Carlos Heinze	19314	60120002	4079	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Macapá - AP	Prefeitura Municipal de Macapá - AP	05.995.7660001-77	AP	MACAPA	4	40	Recuperação e Adequação de Estações Vicinais	R\$ 9.130.434,00
467	Magno Pereira Malta	9957	60120002	2029	22000	22101	202V	Município de Jaguaré/ES		27.744.1840001-50	ES	JAGUARE	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R\$ 750.000,00
468	Magno Pereira Malta	9950	60120002	2029	22000	22101	202V	Município de Rio Novo do Sul/ES		27.165.7110001-72	ES	RIO NOVO DO SUL	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R\$ 750.000,00
469	Magno Pereira Malta	9955	60120002	2029	22000	22101	202V	Município de Mantena/ES		27.167.3450001-90	ES	MANTENOPOLIS	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R\$ 750.000,00
470	Magno Pereira Malta	9954	60120002	2029	22000	22101	202V	Município de Irupi/ES		36.403.9540001-92	ES	IRUPI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R\$ 750.000,00
471	Magno Pereira Malta	9959	60120002	2029	22000	22101	202V	Município de Barra de São Francisco/ES		27.165.7450001-67	ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R\$ 652.173,00
472	Mara Cristina Gabrielli	18840	60120002	4094	22000	22101	202V	LUIZIANA	LUIZIANA	44.441.5580001-88	SP	LUIZIANA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R\$ 500.000,00
473	Mara Cristina Gabrielli	18842	60120002	4094	22000	22101	202V	PANORAMA	PANORAMA	44.918.7120001-60	SP	PANORAMA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R\$ 500.000,00
474	Mara Cristina Gabrielli	18826	60120002	4094	22000	22101	202V	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	59.764.3990001-20	SP	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R\$ 500.000,00
475	Mara Cristina Gabrielli	18830	60120002	4094	22000	22101	202V	FLORA RICA	FLORA RICA	44.925.2790001-90	SP	FLORA RICA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R\$ 500.000,00
476	Mara Cristina Gabrielli	18843	60120002	4094	22000	22101	202V	ESTRELA DOESTE	ESTRELA DOESTE	45.112.2240001-23	SP	ESTRELA DOESTE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R\$ 500.000,00
477	Mara Cristina Gabrielli	18839	60120002	4094	22000	22101	202V	SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES	SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES	45.116.7120001-09	SP	SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R\$ 500.000,00
478	Mara Cristina Gabrielli	18834	60120002	4094	22000	22101	202V	PIRAPAZINHO	PIRAPAZINHO	54.801.1210001-61	SP	PIRAPAZINHO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R\$ 500.000,00
479	Mara Cristina Gabrielli	18836	60120002	4094	22000	22101	202V	MIRANDOPOLIS	MIRANDOPOLIS	44.438.9680001-70	SP	MIRANDOPOLIS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R\$ 500.000,00
480	Mara Cristina Gabrielli	18835	60120002	4094	22000	22101	202V	OURO VERDE	OURO VERDE	44.882.6370001-24	SP	OURO VERDE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R\$ 500.000,00
481	Mara Cristina Gabrielli	18828	60120002	4094	22000	22101	202V	PRADOPOLIS	PRADOPOLIS	48.664.2960001-71	SP	PRADOPOLIS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R\$ 500.000,00
482	Mara Cristina Gabrielli	18837	60120002	4094	22000	22101	202V	MOCOCA	MOCOCA	44.763.9280001-01	SP	MOCOCA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R\$ 500.000,00
483	Mara Cristina Gabrielli	18827	60120002	4094	22000	22101	202V	TARABAI	TARABAI	44.873.3960001-57	SP	TARABAI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R\$ 500.000,00
484	Mara Cristina Gabrielli	18838	60120002	4094	22000	22101	202V	FLORIDA PAULISTA	FLORIDA PAULISTA	44.925.6910001-00	SP	FLORIDA PAULISTA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R\$ 500.000,00
485	Mara Cristina Gabrielli	18833	60120002	4094	22000	22101	202V	FLORA RICA	FLORA RICA	44.925.2790001-90	SP	FLORA RICA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R\$ 500.000,00
486	Mara Cristina Gabrielli	18844	60120002	4094	22000	22101	202V	RUBINEIA	RUBINEIA	45.135.0430001-12	SP	RUBINEIA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R\$ 613.434,00
487	Mara Cristina Gabrielli	18845	60120002	4094	22000	22101	202V	PEDRANOPOLIS	PEDRANOPOLIS	63.893.9290001-07	SP	PEDRANOPOLIS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R\$ 500.000,00
488	Mara Cristina Gabrielli	18841	60120002	4094	22000	22101	202V	TURMALINA	TURMALINA	45.139.4820001-01	SP	TURMALINA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R\$ 500.000,00
489	Mara Cristina Gabrielli	18829	60120002	4094	22000	22101	202V	VALPARAISO	VALPARAISO	72.836.5880001-29	SP	VALPARAISO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R\$ 500.000,00
490	Marcelo Costa e Castro	21577	60120002	4183	22000	22101	202V	Instituto de Desenvolvimento do Piauí	Município de São José do Piauí	09.034.9600001-47	PI	TERESINA	4	30	Adequação de estradas vicinais	R\$ 1.000.000,00
491	Marcelo Costa e Castro	11460	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Muriç dos Portelas		01.612.5960001-43	PI	MURIÇ DOS PORTELAS	4	40	Construção de Matadouro Público	R\$ 400.000,00
492	Marcelo Costa e Castro	13560	60120002	4183	22000	22101	202V	Secretaria da Irrigação e Infraestrutura Hídrica do Piauí	Município de Brejo do Piauí	22.911.2070001-50	PI	TERESINA	4	30	Aquisição de uma retroscavadeira	R\$ 400.000,00
493	Marcelo Costa e Castro	13574	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Buriti dos Montes		41.522.2510001-13	PI	BURITI DOS MONTES	4	40	Adequação de estradas vicinais	R\$ 1.450.000,00
494	Marcelo Costa e Castro	14112	60120002	4183	22000	22101	202V	Secretaria de Estado do Agronegócio e Empreendedorismo Rural do Piauí		33.691.6230001-07	PI	TERESINA	4	30	Fomento ao setor agropecuario	R\$ 1.660.000,00
495	Marcelo Costa e Castro	18554	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Caraiúbas do Piauí		01.612.6170001-20	PI	CARAIUBAS DO PIAUI	4	40	Construção de estrada vicinal	R\$ 1.000.000,00
496	Marcelo Costa e Castro	11490	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Esperantina		06.554.1740001-82	PI	ESPERANTINA	4	40	Construção de um matadouro público	R\$ 400.000,00
497	Marcelo Costa e Castro	13570	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Isaias Coelho		06.553.9860001-03	PI	ISAIAS COELHO	4	40	Adequação de estradas vicinais	R\$ 1.450.000,00
498	Marcelo Costa e Castro	13565	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí		01.612.5780001-61	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	40	Adequação de estradas vicinais	R\$ 1.450.000,00
499	Marcelo Costa e Castro	13573	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Vem Mendes		01.612.6150001-31	PI	VERA MENDES	4	40	Adequação de estradas vicinais	R\$ 1.450.000,00
500	Marcelo Costa e Castro	13568	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Pedro Laurentino		01.612.6000001-73	PI	PEDRO LAURENTINO	4	40	Adequação de estradas vicinais	R\$ 1.450.000,00
501	Marcelo Costa e Castro	11410	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí		01.612.5780001-61	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	40	Adequação de estrada vicinal	R\$ 800.000,00
502	Marcelo Costa e Castro	13576	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Itaipópolis		06.553.7540001-55	PI	ITAIPOLIS	4	40	Adequação de estradas vicinais	R\$ 1.450.000,00
503	Marcelo Costa e Castro	13550	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Gurgueia		01.612.6070001-95	PI	SÃO GONÇALO DO GURGUEIA	4	40	Construção de acesso à ponte na zona rural	R\$ 400.000,00
504	Marcelo Costa e Castro	21576	60120002	4183	22000	22101	202V	Instituto de Desenvolvimento do Piauí	Município de Massará do Piauí	09.034.9600001-47	PI	TERESINA	4	30	Adequação de estradas vicinais	R\$ 600.869,00
505	Marcelo Costa e Castro	13549	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí		01.612.5780001-61	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	40	Construção de passagem molhada	R\$ 400.000,00
506	Marcelo Costa e Castro	13546	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Azeiteiros do Itaim		07.165.5490001-85	PI	AROEIRAS DO ITAIM	4	40	Construção de passagem molhada	R\$ 400.000,00



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3658957484>

587	Marcelo Costa e Castro	13547	60120002	4183	22000	22101	202VZ	Prefeitura Municipal de Assunção do Piauí			01.612.5810001-04	PI	ASSUNÇÃO DO PIAUÍ	4	40	Adequação de estrada vicinal	R\$ 400.000,00
588	Marcelo Costa e Castro	13578	60120002	4183	22000	22101	202VZ	Prefeitura Municipal de Santo Inácio do Piauí			06.553.9450001-17	PI	SANTO INÁCIO DO PIAUÍ	4	40	Adequação de estradas vicinais	R\$ 1.300.000,00
589	Marcelo Costa e Castro	20122	60120002	4183	22000	22101	202VZ	Instituto de Desenvolvimento do Estado do Piauí	Município de Barras		09.034.9600001-47	PI	BARRAS	4	30	Estrada vicinal	R\$ 400.000,00
510	Márcio Miguel Brito	14394	60120002	4078	22000	22101	202VZ	Prefeitura Municipal de Tarumacá/AC			34.693.5640001-79	AC	TARAUACA	4	40	Aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas para atendimento do município de Tarumacá/AC.	R\$ 1.000.000,00
511	Márcio Miguel Brito	14326	60120002	4078	22000	22101	202VZ	Governo do Estado do Acre			63.606.4790001-24	AC	RIO BRANCO	4	30	Aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas para atendimento de municípios do Estado do Acre.	R\$ 2.652.173,00
512	Marcos Cesar Pontes	20055	60120002	4265	22000	22101	202VZ	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Aracanguá	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Aracanguá		59.764.3990001-20	SP	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	4	40	Equipamento	R\$ 405.797,00
513	Marcos Cesar Pontes	20034	60120002	4265	22000	22101	202VZ	Prefeitura Municipal de Américo Campos	Prefeitura Municipal de Américo Campos		45.160.1730001-05	SP	AMERICO DE CAMPOS	4	40	Equipamento	R\$ 405.797,00
514	Marcos Cesar Pontes	20061	60120002	4265	22000	22101	202VZ	Prefeitura Municipal de Ipeú	Prefeitura Municipal de Ipeú		49.345.9110001-40	SP	IPEÚ	4	40	Equipamento	R\$ 405.797,00
515	Marcos Cesar Pontes	20040	60120002	4265	22000	22101	202VZ	Prefeitura Municipal de Saltilho	Prefeitura Municipal de Saltilho		66.831.9590001-87	SP	SALTINHO	4	40	Equipamento	R\$ 405.797,00
516	Marcos Cesar Pontes	20035	60120002	4265	22000	22101	202VZ	Prefeitura Municipal de Buritizal	Prefeitura Municipal de Buritizal		45.323.6980001-14	SP	BURITIZAL	4	40	Equipamento	R\$ 405.797,00
517	Marcos Cesar Pontes	20048	60120002	4265	22000	22101	202VZ	Prefeitura Municipal de Fernão	Prefeitura Municipal de Fernão		01.612.8480001-34	SP	FERNAO	4	40	Equipamento	R\$ 405.797,00
518	Marcos Cesar Pontes	20036	60120002	4265	22000	22101	202VZ	Prefeitura Municipal de Mombuca	Prefeitura Municipal de Mombuca		44.723.7650001-25	SP	MOBUCA	4	40	Equipamento	R\$ 405.797,00
519	Marcos Cesar Pontes	20044	60120002	4265	22000	22101	202VZ	Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues	Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues		45.374.2610001-00	SP	CANDIDO RODRIGUES	4	40	Equipamento	R\$ 405.797,00
520	Marcos Cesar Pontes	20059	60120002	4265	22000	22101	202VZ	Prefeitura Municipal de Lagonhia	Prefeitura Municipal de Lagonhia		45.167.1110001-25	SP	LAGONHIA	4	40	Equipamento	R\$ 405.797,00
521	Marcos Rogério da Silva Brito	10477	60120002	9224	22000	22101	202VZ	Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste			63.762.0090001-50	RO	NOVO HORIZONTE DO OESTE	4	40	Construção de ponte de concreto	R\$ 1.040.000,00
522	Marcos Rogério da Silva Brito	10549	60120002	9224	22000	22101	202VZ	Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste			04.391.5120001-87	RO	COLORADO DO OESTE	4	40	maquinário	R\$ 502.174,00
523	Marcos Rogério da Silva Brito	10480	60120002	9224	22000	22101	202VZ	Prefeitura Municipal de Theobroma			84.727.6010001-90	RO	THEOBROMA	4	40	Construção de ponte de concreto	R\$ 2.050.000,00
524	Marcos Rogério da Silva Brito	10546	60120002	9224	22000	22101	202VZ	Prefeitura Municipal de Arqueemes			04.104.8160001-16	RO	ARQUEMES	4	40	Construção de ponte de concreto	R\$ 1.850.000,00
525	Marcos Rogério da Silva Brito	10479	60120002	9224	22000	22101	202VZ	Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste			63.762.0090001-50	RO	NOVO HORIZONTE DO OESTE	4	40	Aduelas de concreto	R\$ 1.040.000,00
526	Marcos Rogério da Silva Brito	10473	60120002	9224	22000	22101	202VZ	Prefeitura Municipal de Buritis			01.266.0580001-44	RO	BURITIS	4	40	Construção de ponte de concreto	R\$ 1.040.000,00
527	Marcos Rogério da Silva Brito	10542	60120002	9224	22000	22101	202VZ	Prefeitura Municipal de J. Parana			04.092.6720001-25	RO	J. PARANA	4	40	Construção de ponte de concreto	R\$ 1.300.000,00
528	Marcos Rogério da Silva Brito	19302	60120002	9224	22000	22101	202VZ	Prefeitura Municipal de Presidente Medici			04.632.2120001-42	RO	PRESIDENTE MEDICI	3	40	Aduelas de concreto	R\$ 308.260,00
529	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14301	60120002	4275	22000	22101	202VZ	São Sebastião do Tocantins			00.766.7330001-31	TO	SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R\$ 500.000,00
530	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14760	60120002	4275	22000	22101	202VZ	Luzinópolis			01.631.0590001-40	TO	LUZINOPOLIS	4	40	Estrada Vicinal	R\$ 660.869,00
531	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14273	60120002	4275	22000	22101	202VZ	Formoso do Araguaia			02.075.2160001-41	TO	FORMOSO DO ARAGUAIA	4	40	Estrada Vicinal	R\$ 1.500.000,00
532	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14270	60120002	4275	22000	22101	202VZ	Axixá do Tocantins			00.766.7250001-95	TO	AXIXA DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R\$ 1.000.000,00
533	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14291	60120002	4275	22000	22101	202VZ	Ponte Alta do Tocantins			01.067.9740001-55	TO	PONTE ALTA DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R\$ 500.000,00
534	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14303	60120002	4275	22000	22101	202VZ	Sítio Novo do Tocantins			00.766.7170001-49	TO	SITIO NOVO DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R\$ 1.000.000,00
535	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14280	60120002	4275	22000	22101	202VZ	Lagoa da Confusão			26.753.1370001-00	TO	LAGOA DA CONFUSAO	4	40	Estrada Vicinal	R\$ 1.000.000,00
536	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14284	60120002	4275	22000	22101	202VZ	Maurilândia do Tocantins			25.064.0150001-44	TO	MAURILANDIA DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R\$ 1.000.000,00
537	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14289	60120002	4275	22000	22101	202VZ	Palmeiras do Tocantins			25.064.0560001-30	TO	PALMEIRAS DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R\$ 500.000,00
538	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14276	60120002	4275	22000	22101	202VZ	Goianorte			25.086.6120001-70	TO	GOIANORTE	4	40	Estrada Vicinal	R\$ 500.000,00
539	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14295	60120002	4275	22000	22101	202VZ	Presidente Kennedy			01.785.4920001-30	TO	PRESIDENTE KENNEDY	4	40	Estrada Vicinal	R\$ 500.000,00
540	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14297	60120002	4275	22000	22101	202VZ	Santa Fé do Araguaia			25.063.9180001-40	TO	SANTA FE DO ARAGUAIA	4	40	Estrada Vicinal	R\$ 500.000,00
541	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14272	60120002	4275	22000	22101	202VZ	Cachoeirinha			25.064.0640001-87	TO	CACHOEIRINHA	4	40	Estrada Vicinal	R\$ 500.000,00
542	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14288	60120002	4275	22000	22101	202VZ	Novo Alegre			33.286.2480001-58	TO	NOVO ALEGRE	4	40	Estrada Vicinal	R\$ 700.000,00
543	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14302	60120002	4275	22000	22101	202VZ	São Valério			25.043.4490001-68	TO	SAO VALERIO DA NATIVIDADE	4	40	Estrada Vicinal	R\$ 1.000.000,00
544	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14282	60120002	4275	22000	22101	202VZ	Mateiros			26.753.1290001-64	TO	MATEIROS	4	40	Estrada Vicinal	R\$ 800.000,00
545	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14296	60120002	4275	22000	22101	202VZ	Sandolândia			37.344.3550001-08	TO	SANDOLANDIA	4	40	Estrada Vicinal	R\$ 700.000,00
546	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14269	60120002	4275	22000	22101	202VZ	Araguaçema			02.070.6210001-77	TO	ARAGUACEMA	4	40	Estrada Vicinal	R\$ 500.000,00
547	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14267	60120002	4275	22000	22101	202VZ	Aliança do Tocantins			25.042.2190001-84	TO	ALIANCA DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R\$ 500.000,00
548	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14286	60120002	4275	22000	22101	202VZ	Monte Santo do Tocantins			01.613.0930001-92	TO	MONTESANTO DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R\$ 600.000,00
549	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14287	60120002	4275	22000	22101	202VZ	Novo Olinda			00.001.6020001-63	TO	NOVA OLINDA	4	40	Estrada Vicinal	R\$ 700.000,00
550	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14268	60120002	4275	22000	22101	202VZ	Ananias			00.237.3620001-09	TO	ANANIAS	4	40	Estrada Vicinal	R\$ 1.000.000,00
551	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14279	60120002	4275	22000	22101	202VZ	Juarina			37.426.5090001-00	TO	JUARINA	4	40	Estrada Vicinal	R\$ 500.000,00
552	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14290	60120002	4275	22000	22101	202VZ	Pequizeiro			25.066.6040001-23	TO	PEQUIZEIRO	4	40	Estrada Vicinal	R\$ 1.000.000,00
553	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14271	60120002	4275	22000	22101	202VZ	Araguaçu			02.391.4070001-12	TO	ARAGUACU	4	40	Estrada Vicinal	R\$ 600.000,00
554	Maria Teresa Leitão de Melo	14003	60120002	4278	22000	22101	202VZ	Município de Jurema	Agricultores, moradores e produtores rurais		10.141.4890001-75	PE	JUREMA	4	40	Recuperação e construção de estradas vicinais do município de Jurema	R\$ 1.000.000,00
555	Maria Teresa Leitão de Melo	10494	60120002	4278	22000	22101	202VZ	Município de Exu	População rural do município de Exu		11.040.8700001-00	PE	EXU	4	40	Recuperação e drenagem da estrada vicinal da Serra da Inveja	R\$ 1.000.000,00
556	Maria Teresa Leitão de Melo	13620	60120002	4278	22000	22101	202VZ	Município de Aracoiaba	Aproximadamente 1.350 pequenos e médios produtores agrícolas, diretamente e, indiretamente, toda população do Município Aracoiaba.		01.613.8600001-63	PE	ARACOIABA	4	40	Pavimentação de vias no Município de Aracoiaba-PE	R\$ 1.000.000,00
557	Maria Teresa Leitão de Melo	10171	60120002	4278	22000	22101	202VZ	Município de Feira Nova	Pequenos e médios produtores agrícolas		11.097.2430001-06	PE	FEIRA NOVA	4	40	Aquisição de Motoniveladora	R\$ 1.000.000,00
558	Maria Teresa Leitão de Melo	10521	60120002	4278	22000	22101	202VZ	Município de Primavera	Município de Primavera		11.294.3780001-61	PE	PRIMAVERA	4	40	Recuperação de Estradas Vicinais	R\$ 1.500.000,00
559	Maria Teresa Leitão de Melo	13999	60120002	4278	22000	22101	202VZ	Município de São João	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO		10.146.3710001-30	PE	SAO JOAO	4	40	Recuperação e Pavimentação de Estradas Vicinais, Ampliação e Abastecimento de Água na Zona Rural	R\$ 1.000.000,00
560	Maria Teresa Leitão de Melo	11636	60120002	4278	22000	22101	202VZ	Município de Vitória de Santo Antão	População rural do município de Vitória de Santo Antão		11.049.8550001-23	PE	VITORIA DE SANTO ANTÃO	4	40	Estradas Vicinais e Obras	R\$ 1.130.434,00
561	Maria Teresa Leitão de Melo	10484	60120002	4278	22000	22101	202VZ	Município de Granito	População rural do município de Granito		11.040.8880001-02	PE	GRANITO	4	40	Recuperação da estrada vicinal que liga o distrito de Rancharia ao Angical de Duda no município de Granito	R\$ 1.500.000,00
562	Nelson Tnd Filho	9238	60120002	4181	22000	22101	202VZ	PM de Nogueira	PM de Nogueira		03.073.6990001-08	MS	NOGUEIRA	4	40	Construção de estradas vicinais	R\$ 2.000.000,00
563	Nelson Tnd Filho	9237	60120002	4181	22000	22101	202VZ	PM de Jaraguari	PM de Jaraguari		03.501.5330001-45	MS	JARAGUARI	4	40	Construção de estradas vicinais	R\$ 2.130.000,00
564	Nelson Tnd Filho	21593	60120002	4181	22000	22101	202VZ	PM de Novo Horizonte do Sul	PM de Novo Horizonte do Sul		37.236.6440001-02	MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	4	40	Aquisição de equipamento - Trator agrícola	R\$ 300.000,00
565	Nelson Tnd Filho	9235	60120002	4181	22000	22101	202VZ	PM de Camapuã	PM de Camapuã		03.501.5170001-52	MS	CAMAPUA	4	40	Construção de estradas vicinais	R\$ 2.000.434,00
566	Nelson Tnd Filho	9236	60120002	4181	22000	22101	202VZ	PM de Deodápolis	PM de Deodápolis		03.903.1760001-41	MS	DEODAPOLIS	4	40	Construção de pontes	R\$ 700.000,00
567	Nelson Tnd Filho	9240	60120002	4181	22000	22101	202VZ	PM de Rio Verde de Mato Grosso	PM de Rio Verde de Mato Grosso		03.354.560001-32	MS	RIO VERDE DE MATO GROSSO	4	40	Construção de estrada vicinal	R\$ 1.000.000,00
568	Nelson Tnd Filho	9241	60120002	4181	22000	22101	202VZ	PM de Sidrolândia	PM de Sidrolândia	PM de Sidrolândia	03.501.5740001-31	MS	SIDROLANDIA	4	40	Construção de estrada vicinal	R\$ 1.000.000,00
569	Omar José Abdel Aziz	21578	60120002	3794	22000	22101	202VZ	Prefeitura Municipal de Manaus	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, CENTRO E COMERCIO RITOMIAL		04.365.3260001-73	AM	MANAUS	4	40	Aquisição de máquina e equipamentos.	R\$ 1.000.000,00
570	Omar José Abdel Aziz	16796	60120002	3794	22000	22101	202VZ	MUNICIPIO DE MANACAPURU			04.274.0640						

571	Omar José Abdel Aziz	16795	60120002	3794	22000	22101	202VZ	Prefeitura Municipal de Uruaia			04.647.079/0001-06	AM	UARINI	4	40	obra de estrada vicinal.	R\$ 6.391.305,00
572	Otto Roberto Mendonça de Alencar	14065	60120002	3795	22000	22101	202VZ	Município de ITAPICURU	Prefeitura Municipal de ITAPICURU	ITAPICURU	13.647.557/0001-40	BA	ITAPICURU	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R\$ 1.130.434,00
573	Otto Roberto Mendonça de Alencar	13882	60120002	3795	22000	22101	202VZ	Município de Ipirá	Prefeitura Municipal de Ipirá	IPIRÁ / BA	14.042.659/0001-15	BA	IPIRÁ	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R\$ 2.000.000,00
574	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18546	60120002	3795	22000	22101	202VZ	Município de Macajuba	Prefeitura Municipal de Macajuba	Município de Macajuba	13.810.841/0001-06	BA	MACAUBA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Tator)	R\$ 250.000,00
575	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18559	60120002	3795	22000	22101	202VZ	Município de Catarama	Prefeitura de catarama	Catarama	16.257.719/0001-42	BA	CATURAMA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Tator)	R\$ 250.000,00
576	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18558	60120002	3795	22000	22101	202VZ	Município de Novo Horizonte	Prefeitura de Novo Horizonte	Novo Horizonte	16.255.077/0001-42	BA	NOVO HORIZONTE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Tator)	R\$ 250.000,00
577	Otto Roberto Mendonça de Alencar	10006	60120002	3795	22000	22101	202VZ	Prefeitura Municipal de Lapão - BA	Fundo Municipal de Lapão-BA	Lapão - BA	13.891.528/0001-40	BA	LAPAO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R\$ 2.000.000,00
578	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18557	60120002	3795	22000	22101	202VZ	Município de Palmas de Monte Alto	Prefeitura de Palmas de Monte Alto	Palmas de Monte Alto	13.982.590/0001-47	BA	PALMAS DE MONTE ALTO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Tator)	R\$ 250.000,00
579	Otto Roberto Mendonça de Alencar	14063	60120002	3795	22000	22101	202VZ	Município de Guajeruba	Prefeitura de Guajeruba	GUAJERUBA	13.284.658/0001-14	BA	GUAJERU	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R\$ 500.000,00
580	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18555	60120002	3795	22000	22101	202VZ	Município de Guanambi	Prefeitura de Guanambi	Guanambi	13.982.640/0001-96	BA	GUANAMBI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Tator)	R\$ 250.000,00
581	Otto Roberto Mendonça de Alencar	20840	60120002	3795	22000	22101	202VZ	Associação dos Produtores e Trabalhadores Rurais das Comunidades do Melento, São Joaquim, Baixa da Aroeira, São Lourenço, Rancho e Baixa da Aroeira	Associação dos Produtores e Trabalhadores Rurais das Comunidades do Melento, São Joaquim, Baixa da Aroeira, São Lourenço, Rancho e Baixa da Aroeira		44.147.542/0001-67	BA	SANTA MARIA DA VITORIA	4	50	Aquisição de máquinas e equipamentos (Tator)	R\$ 250.000,00
582	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18549	60120002	3795	22000	22101	202VZ	Município de ITAPICURU	Prefeitura Municipal de ITAPICURU	ITAPICURU	13.647.557/0001-40	BA	ITAPICURU	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Tator)	R\$ 250.000,00
583	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18541	60120002	3795	22000	22101	202VZ	Município de Rio Real	Prefeitura Municipal de Rio Real	Municipal de Rio Real	15.088.800/0001-83	BA	RIO REAL	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Tator)	R\$ 250.000,00
584	Otto Roberto Mendonça de Alencar	14054	60120002	3795	22000	22101	202VZ	Município de Esplanada/BA	Prefeitura Municipal de ESPLANADA	ESPLANADA	13.885.231/0001-71	BA	ESPLANADA	4	40	Estradas Vicinais	R\$ 500.000,00
585	Otto Roberto Mendonça de Alencar	9989	60120002	3795	22000	22101	202VZ	Município de Ipeaceti	Prefeitura de Ipeaceti	Município de Ipeaceti	13.621.735/0001-84	BA	IPECAETA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R\$ 500.000,00
586	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18552	60120002	3795	22000	22101	202VZ	Município de Bonito	Prefeitura de Bonito	BONITO	16.245.375/0001-51	BA	BONITO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Tator)	R\$ 250.000,00
587	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18537	60120002	3795	22000	22101	202VZ	Município de Mundo Novo	Prefeitura Municipal de Mundo Novo	Prefeitura Municipal de Mundo Novo	13.795.380/0001-40	BA	MUNDO NOVO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Tator)	R\$ 250.000,00
588	Paulo Renato Paím	6675	60120002	2023	22000	22101	202VZ	Prefeitura de Guanama			87.613.428/0001-98	RS	GAURAMA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R\$ 300.000,00
589	Paulo Renato Paím	6651	60120002	2023	22000	22101	202VZ	Prefeitura de Picada Café			92.871.466/0001-80	RS	PICADA CAFE	4	40	Aquisição de equipamentos e maquinários agrícolas	R\$ 300.000,00
590	Paulo Renato Paím	6652	60120002	2023	22000	22101	202VZ	Prefeitura de Cruz Alta			88.775.390/0001-12	RS	CRUZ ALTA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas	R\$ 300.000,00
591	Paulo Renato Paím	6699	60120002	2023	22000	22101	202VZ	Prefeitura de Liberato Salzano			89.030.639/0001-23	RS	LIBERATO SALZANO	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas	R\$ 300.000,00
592	Paulo Renato Paím	6658	60120002	2023	22000	22101	202VZ	Prefeitura de Palmítinho			87.612.909/0001-89	RS	PALMITINHO	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas	R\$ 300.000,00
593	Paulo Renato Paím	6696	60120002	2023	22000	22101	202VZ	Prefeitura de Jaguari			87.572.046/0001-43	RS	JAGUARI	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R\$ 300.000,00
594	Paulo Renato Paím	6698	60120002	2023	22000	22101	202VZ	Prefeitura de Julio de Castilhos			88.227.756/0001-19	RS	JULIO DE CASTILHOS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas	R\$ 300.000,00
595	Paulo Renato Paím	6640	60120002	2023	22000	22101	202VZ	Prefeitura de Bom Progresso			94.726.353/0001-17	RS	BOM PROGRESSO	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R\$ 300.000,00
596	Paulo Renato Paím	6710	60120002	2023	22000	22101	202VZ	Prefeitura de Nicolau Vergueiro			92.411.974/0001-86	RS	NICOLAU VERGUEIRO	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R\$ 300.000,00
597	Paulo Renato Paím	6711	60120002	2023	22000	22101	202VZ	Prefeitura de Nova Padua			92.871.532/0001-12	RS	NOVA PADUA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R\$ 300.000,00
598	Paulo Renato Paím	6642	60120002	2023	22000	22101	202VZ	Prefeitura de Pontão			92.451.152/0001-29	RS	PONTAO	4	40	Aquisição de equipamentos e maquinário agrícola	R\$ 300.000,00
599	Paulo Renato Paím	6638	60120002	2023	22000	22101	202VZ	Prefeitura de Barros Cassal			87.612.735/0001-54	RS	BARROS CASSAL	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R\$ 300.000,00
600	Paulo Renato Paím	6671	60120002	2023	22000	22101	202VZ	Prefeitura de Fagundes Varela			91.586.893/0001-92	RS	FAGUNDES VARELA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R\$ 300.000,00
601	Paulo Renato Paím	6701	60120002	2023	22000	22101	202VZ	Prefeitura de Machadinho			87.613.576/0001-02	RS	MACHADINHO	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R\$ 300.000,00
602	Paulo Renato Paím	6694	60120002	2023	22000	22101	202VZ	Prefeitura de Itapuca			93.856.862/0001-40	RS	ITAPUCA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R\$ 300.000,00
603	Paulo Renato Paím	6645	60120002	2023	22000	22101	202VZ	Prefeitura de Planalto			87.612.826/0001-15	RS	PLANALTO	4	40	Aquisição de maquinário e equipamentos agrícolas	R\$ 300.000,00
604	Paulo Renato Paím	6641	60120002	2023	22000	22101	202VZ	Prefeitura de Relvado			92.402.510/0001-03	RS	RELVADO	4	40	Aquisição de equipamentos e maquinário agrícola	R\$ 300.000,00
605	Paulo Renato Paím	6712	60120002	2023	22000	22101	202VZ	Prefeitura de Novo Machado			94.187.341/0001-61	RS	NOVO MACHADO	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R\$ 300.000,00
606	Paulo Renato Paím	6709	60120002	2023	22000	22101	202VZ	Prefeitura de Morrinhos do Sul			93.317.980/0001-31	RS	MORRINHOS DO SUL	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R\$ 300.000,00
607	Paulo Renato Paím	7935	60120002	2023	22000	22101	202VZ	Prefeitura de Igrejinha			88.379.763/0001-36	RS	IGREJINHA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R\$ 430.434,00
608	Paulo Renato Paím	6655	60120002	2023	22000	22101	202VZ	Prefeitura de Passo do Sobrado			94.577.616/0001-73	RS	PASSO DO SOBRADO	4	40	Aquisição de maquinário e equipamentos agrícolas	R\$ 300.000,00
609	Paulo Renato Paím	12950	60120002	2023	22000	22101	202VZ	Prefeitura de Forquethina			04.214.401/0001-03	RS	FORQUETHINA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R\$ 300.000,00
610	Paulo Renato Paím	6643	60120002	2023	22000	22101	202VZ	Prefeitura de Cascades			90.483.058/0001-26	RS	CASEIROS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R\$ 300.000,00
611	Paulo Renato Paím	6659	60120002	2023	22000	22101	202VZ	Prefeitura de Doutor Ricardo			01.613.360/0001-21	RS	DOCTOR RICARDO	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R\$ 300.000,00
612	Paulo Renato Paím	10474	60120002	2023	22000	22101	202VZ	Prefeitura de Independência			87.612.826/0001-90	RS	INDEPENDENCIA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R\$ 300.000,00
613	Paulo Renato Paím	6707	60120002	2023	22000	22101	202VZ	Prefeitura de Mato Leitao			94.577.590/0001-63	RS	MATO LEITAO	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R\$ 300.000,00
614	Paulo Renato Paím	6704	60120002	2023	22000	22101	202VZ	Prefeitura de Maratá			93.253.943/0001-84	RS	MARATA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R\$ 300.000,00
615	Paulo Renato Paím	10487	60120002	2023	22000	22101	202VZ	Prefeitura de Colinas			94.706.140/0001-23	RS	COLINAS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R\$ 300.000,00
616	Paulo Renato Paím	6708	60120002	2023	22000	22101	202VZ	Prefeitura de Miragui			87.613.121/0001-97	RS	MIRAGUI	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R\$ 300.000,00
617	Paulo Renato Paím	6639	60120002	2023	22000	22101	202VZ	Prefeitura de Rio dos Índios			94.704.103/0001-86	RS	RIO DOS INDIOS	4	40	Aquisição de equipamentos e maquinário agrícola	R\$ 300.000,00
618	Pedro Pinheiro Chaves	18581	60120002	4555	22000	22101	202VZ	Ministério da Agricultura	Terezópolis de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	TEREZOPOLIS DE GOIAS	4	90	Retroscaadeira	R\$ 362.000,00
619	Pedro Pinheiro Chaves	18573	60120002	4555	22000	22101	202VZ	Ministério da Agricultura	Pirenópolis		00.396.895/0001-25	GO	PIRENOPOLIS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R\$ 660.000,00
620	Pedro Pinheiro Chaves	18571	60120002	4555	22000	22101	202VZ	Ministério da Agricultura	Pontagatu		00.396.895/0001-25	GO	PORANGATU	4	90	Caminhão Pipa	R\$ 492.000,00
621	Pedro Pinheiro Chaves	20276	60120002	4555	22000	22101	202VZ	Ministério da Agricultura	Jesópolis		00.396.895/0001-25	GO	JESUPOLIS	4	90	Caminhão Pipa 10.000L	R\$ 542.829,00
622	Pedro Pinheiro Chaves	18567	60120002	4555	22000	22101	202VZ	Ministério da Agricultura	Silvânia		00.396.895/0001-25	GO	SILVANIA	4	90	Escavadeira Hidráulica	R\$ 660.000,00
623	Pedro Pinheiro Chaves	18579	60120002	4555	22000	22101	202VZ	Ministério da Agricultura	Agua Linda de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	AGUAS LINDAS DE GOIAS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R\$ 660.000,00
624	Pedro Pinheiro Chaves	18574	60120002	4555	22000	22101	202VZ	Ministério da Agricultura	Nova Crixas		00.396.895/0001-25	GO	NOVA CRIXAS	4	90	Caminhão Pipa	R\$ 492.000,00
625	Pedro Pinheiro Chaves	20279	60120002	4555	22000	22101	202VZ	Ministério da Agricultura	Formosa		00.396.895/0001-25	GO	FORMOSA	4	90	Caminhão Pipa 10.000L	R\$ 542.829,00
626	Pedro Pinheiro Chaves	20278	60120002	4555	22000	22101	202VZ	Ministério da Agricultura	Orizona		00.396.895/0001-25	GO	ORIZONA	4	90	Caminhão Pipa 10.000L	R\$ 542.829,00
627	Pedro Pinheiro Chaves	18580	60120002	4555	22000	22101	202VZ	Ministério da Agricultura	Formosa		00.396.895/0001-25	GO	FORMOSA	4	90	Escavadeira Hidráulica	R\$ 660.000,00
628	Pedro Pinheiro Chaves	18572	60120002	4555	22000	22101	202VZ	Ministério da Agricultura	Brazabrantes		00.396.895/0001-25	GO	BRAZABRANTES	4	90	Caminhão Pipa	R\$ 492.000,00
629	Pedro Pinheiro Chaves	20274	60120002	4555	22000	22101	202VZ	Ministério da Agricultura	São Domingos		00.396.895/0001-25	GO	SAO DOMINGOS	4	90	Caminhão Basculante 16.000kg	R\$ 449.350,00
630	Pedro Pinheiro Chaves	18570	60120002	4555	22000	22101	202VZ	Ministério da Agricultura	Santa Bárbara de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	SANTA BARBARA DE GOIAS	4	90	Retroscaadeira	R\$ 362.000,00
631	Pedro Pinheiro Chaves	18578	60120002	4555	22000	22101	202VZ	Ministério da Agricultura	Santo Antonio do Descoberto		00.396.895/0001-25	GO	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	4	90	Caminhão Pipa	R\$ 492.000,00
632	Pedro Pinheiro Chaves	18569	60120002	4555	22000	22101	202VZ	Ministério da Agricultura	Castelândia		00.396.895/0001-25	GO	CASTELANDIA	4	90	Caminhão Pipa	R\$ 492.000,00



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3658957484>

633	Pedro Pinheiro Chaves	20277	6012002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Cabeceiras	00.396.8950001-25	GO	CABECEIRAS	4	90	Caminhão Pipa 10.000L	R\$ 542.829,00
634	Pedro Pinheiro Chaves	18577	6012002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Palmeiras de Goiás	00.396.8950001-25	GO	PALMEIRAS DE GOIÁS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R\$ 660.000,00
635	Pedro Pinheiro Chaves	20275	6012002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Cachoeira Alta	00.396.8950001-25	GO	CACHOEIRA ALTA	4	90	Caminhão Pipa 10.000L	R\$ 542.829,00
636	Pedro Pinheiro Chaves	18582	6012002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Cezarina	00.396.8950001-25	GO	CEZARINA	4	90	Caminhão Pipa	R\$ 492.000,00
637	Pedro Pinheiro Chaves	20273	6012002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Carmo do Rio Verde	00.396.8950001-25	GO	CARMO DO RIO VERDE	4	90	Caminhão Basculante 16.000kg	R\$ 449.350,00
638	Pedro Pinheiro Chaves	18583	6012002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Panamá	00.396.8950001-25	GO	PANAMA	4	90	Retrosacavadeira	R\$ 362.000,00
639	Pedro Pinheiro Chaves	18575	6012002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Cidade Ocidental	00.396.8950001-25	GO	CIDADE OCIDENTAL	4	90	Caminhão Basculante	R\$ 460.000,00
640	Pedro Pinheiro Chaves	18568	6012002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Niquelândia	00.396.8950001-25	GO	NIQUELÂNDIA	4	90	Caminhão Basculante	R\$ 460.000,00
641	Pedro Pinheiro Chaves	18565	6012002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Iapirapua	00.396.8950001-25	GO	ITAPIRAPUA	4	90	Retrosacavadeira	R\$ 362.000,00
642	Pedro Pinheiro Chaves	18576	6012002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Faina	00.396.8950001-25	GO	FAINA	4	90	Caminhão Pipa	R\$ 492.000,00
643	Randolph Frederich Rodrigues Alves	14864	6012002	2919	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Piratuba		34.925.2220001-37	AP	PRACUUBA	4	40	Pavimentação em Estrada Vicinal	R\$ 9.130.434,00
644	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14170	6012002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Medina		18.414.6070001-83	MG	MEDINA	4	40	Obra Rural.	R\$ 500.000,00
645	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14160	6012002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha		01.612.4890001-15	MG	CHAPADA GAUCHA	4	40	Máquina	R\$ 500.000,00
646	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14167	6012002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sacramento		18.140.7840001-48	MG	SACRAMENTO	4	40	Máquina	R\$ 500.000,00
647	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14129	6012002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São João Evangelista		18.307.4880001-60	MG	SAO JOAO EVANGELISTA	4	40	Máquina	R\$ 500.000,00
648	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14127	6012002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Guaraciama		01.612.5490001-08	MG	GUARACIAMA	4	40	Máquina	R\$ 500.000,00
649	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14141	6012002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Cajuri		18.132.4560001-70	MG	CAJURI	4	40	Obra Rural.	R\$ 950.000,00
650	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14164	6012002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Raul Soares		18.836.9650001-84	MG	RAUL SOARES	4	40	Máquina	R\$ 500.000,00
651	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14177	6012002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pimenta		16.725.9620001-48	MG	PIMENTA	4	40	Máquina	R\$ 450.000,00
652	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14173	6012002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambê		18.303.2220001-49	MG	SANTO ANTONIO DO ITAMBÊ	4	40	Máquina	R\$ 450.000,00
653	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14175	6012002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas		18.303.1640001-53	MG	ALVORADA DE MINAS	4	40	Máquina	R\$ 450.000,00
654	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14140	6012002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Jesuana		18.188.2270001-78	MG	JESUANA	4	40	Máquina	R\$ 630.434,00
655	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14133	6012002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa		18.346.7300001-43	MG	VIRGEM DA LAPA	4	40	Obra Rural.	R\$ 500.000,00
656	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14137	6012002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Três Marias		17.695.0080001-12	MG	TRES MARIAS	4	40	Máquina	R\$ 500.000,00
657	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14158	6012002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Góias		01.611.1370001-45	MG	GOIANA	4	40	Máquina	R\$ 800.000,00
658	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14153	6012002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Águas Vermelhas		18.414.5810001-73	MG	AGUAS VERMELHAS	4	40	Obra Rural.	R\$ 1.000.000,00
659	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14165	6012002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Conquista		18.428.8880001-23	MG	CONQUISTA	4	40	Máquina	R\$ 500.000,00
660	Rogério Carvalho Santos	16110	6012002	4095	22000	22101	20ZV	Município de Lagarto		13.124.0520001-11	SE	LAGARTO	4	40	Obra	R\$ 1.000.000,00
661	Rogério Carvalho Santos	16113	6012002	4095	22000	22101	20ZV	Município de Poço Redondo		13.114.0040001-42	SE	POCO REDONDO	4	40	Estradas Vicinais	R\$ 3.000.000,00
662	Rogério Carvalho Santos	16111	6012002	4095	22000	22101	20ZV	Município de Poço Verde		13.106.9350001-07	SE	POCO VERDE	4	40	Estradas Vicinais	R\$ 2.500.000,00
663	Rogério Carvalho Santos	16114	6012002	4095	22000	22101	20ZV	Município de Estância		13.097.0500001-80	SE	ESTANCIA	4	40	Estradas Vicinais	R\$ 10.260.869,00
664	Rogério Carvalho Santos	16116	6012002	4095	22000	22101	20ZV	Município de Poço Redondo		13.114.0040001-42	SE	POCO REDONDO	4	40	Pavimentação de Áreas Rurais	R\$ 1.500.000,00
665	Rogério Simionetti Marinho	10622	6012002	4276	22000	22101	20ZV	Espírito Santo		08.362.2870001-01	RN	ESPIRITO SANTO	4	40	Construção/reforma de Mercado Público	R\$ 877.000,00
666	Rogério Simionetti Marinho	12828	6012002	4276	22000	22101	20ZV	Lagoa de Velhos		08.159.1620001-89	RN	LAGOA DE VELHOS	4	40	IMPLANTAÇÃO DE QUEIEIRA NO MUNICÍPIO DE LAGOA DE VELHOS	R\$ 700.000,00
667	Rogério Simionetti Marinho	12836	6012002	4276	22000	22101	20ZV	PEDRO VELHO		08.354.8960001-19	RN	PEDRO VELHO	4	40	adiquirição de uma retrosacavadeira via ata do ministério da agricultura	R\$ 387.000,00
668	Rogério Simionetti Marinho	10619	6012002	4276	22000	22101	20ZV	Taipu		08.114.7530001-30	RN	TAIPU	4	40	Pavimentação de estradas vicinais no município de Taipu/RN	R\$ 500.000,00
669	Rogério Simionetti Marinho	14569	6012002	4276	22000	22101	20ZV	RODOLFO FERNANDES		08.153.8190001-09	RN	RODOLFO FERNANDES	4	40	adiquirição de uma MOTONIVELADORA via ata do ministério da agricultura	R\$ 677.800,00
670	Rogério Simionetti Marinho	12847	6012002	4276	22000	22101	20ZV	SERRA DO MEL		12.755.9710001-20	RN	SERRA DO MEL	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R\$ 490.000,00
671	Rogério Simionetti Marinho	10615	6012002	4276	22000	22101	20ZV	Caraibas		08.349.1020001-29	RN	CARAIBAS	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais localizadas no Município de Caraibas/RN	R\$ 700.000,00
672	Rogério Simionetti Marinho	12843	6012002	4276	22000	22101	20ZV	SÃO MIGUEL		08.355.4630001-88	RN	SAO MIGUEL	4	40	reforma de mercado público municipal	R\$ 1.000.000,00
673	Rogério Simionetti Marinho	12833	6012002	4276	22000	22101	20ZV	PEDRA GRANDE		08.113.8960001-27	RN	PEDRA GRANDE	4	40	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R\$ 700.000,00
674	Rogério Simionetti Marinho	10670	6012002	4276	22000	22101	20ZV	Santana do Seridó		08.088.2470001-13	RN	SANTANA DO SERIDO	4	40	adiquirição de uma retrosacavadeira via ata do ministério da agricultura	R\$ 387.000,00
675	Rogério Simionetti Marinho	12859	6012002	4276	22000	22101	20ZV	Ceará-Mirim		08.004.0610001-39	RN	CEARA-MIRIM	4	40	adiquirição de uma retrosacavadeira via ata do ministério da agricultura	R\$ 387.000,00
676	Rogério Simionetti Marinho	12831	6012002	4276	22000	22101	20ZV	MAXARANGUAPE		08.170.5400001-25	RN	MAXARANGUAPE	4	40	adiquirição de uma retrosacavadeira via ata do ministério da agricultura	R\$ 387.000,00
677	Rogério Simionetti Marinho	10669	6012002	4276	22000	22101	20ZV	Parellhas		08.087.5610001-81	RN	PARELHAS	4	40	adiquirição de uma retrosacavadeira via ata do ministério da agricultura	R\$ 387.000,00
678	Rogério Simionetti Marinho	12839	6012002	4276	22000	22101	20ZV	SANTO ANTONIO		08.144.8000001-98	RN	SANTO ANTONIO	4	40	recuperação de estradas vicinais	R\$ 750.000,00
679	Rogério Simionetti Marinho	10624	6012002	4276	22000	22101	20ZV	São José do Campestre		08.146.4250001-15	RN	SAO JOSE DO CAMPESTRE	4	40	Reforma de mercado Público Municipal	R\$ 800.000,00
680	Romario de Souza Faria	10343	6012002	3799	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PARABA DO SUL - RJ		29.138.3850001-30	RJ	PARAIBA DO SUL	4	40	Obras	R\$ 5.478.260,00
681	Romario de Souza Faria	10252	6012002	3799	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MIRACEMA-RJ		29.114.1210001-46	RJ	MIRACEMA	4	40	Obras	R\$ 3.652.173,00
682	Sérgio de Oliveira Cunha	22521	6012002	2914	22000	22101	20ZV	INSTITUTO BESOIRO DE FOMENTO SOCIAL E PESQUISA		07.105.4430001-96	AC	RIO BRANCO	3	50	Realização de ações de capacitação, para Modernizar as práticas agrícolas de Implantação de Mecanização Agrícola no Estado do Acre, para Apoio à Agricultura Familiar.	R\$ 3.891.391,00
683	Sérgio de Oliveira Cunha	22520	6012002	2914	22000	22101	20ZV	INSTITUTO BESOIRO DE FOMENTO SOCIAL E PESQUISA		07.105.4430001-96	AC	RIO BRANCO	4	50	Realização de ações de capacitação, para Modernizar as práticas agrícolas de Implantação de Mecanização Agrícola no Estado do Acre, para Apoio à Agricultura Familiar.	R\$ 5.239.043,00
684	Sergio Fernando Moro	16061	6012002	4277	22000	22101	20ZV	Município de Realiza - PR	Município de Realiza - PR	76.205.6730001-40	PR	REALIZA	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R\$ 728.000,00
685	Sergio Fernando Moro	16059	6012002	4277	22000	22101	20ZV	Município de Mamborê - PR	Município de Mamborê - PR	75.368.9280001-22	PR	MAMBORE	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R\$ 554.173,00
686	Sergio Fernando Moro	16072	6012002	4277	22000	22101	20ZV	Município de São Jorge D'Oeste - PR		76.995.3800001-03	PR	SAO JORGE D'OESTE	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R\$ 470.000,00
687	Sergio Fernando Moro	16057	6012002	4277	22000	22101	20ZV	Município de Jacarezinho - PR		76.966.8600001-46	PR	JACAREZINHO	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R\$ 700.000,00
688	Sergio Fernando Moro	16055	6012002	4277	22000	22101	20ZV	Município de Nova Santa Rosa - PR		77.116.6630001-09	PR	NOVA SANTA ROSA	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R\$ 1.200.000,00
689	Sonyra Vieira Thiemcke	16884	6012002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Igatemi/MS		03.568.3180001-61	MS	IGUATEMI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R\$ 1.000.000,00
690	Sonyra Vieira Thiemcke	16885	6012002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Alcinópolis/MS		37.226.6510001-04	MS	ALCINOPOLIS	4	40	Caschamento de Estradas.	R\$ 1.000.000,00
691	Sonyra Vieira Thiemcke	16887	6012002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Cosmópolis/MS		01.988.9140001-75	MS	CORONEL SAPUCAIA	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R\$ 478.260,00
692	Sonyra Vieira Thiemcke	15107	6012002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Figueira	Comunidade Santa Teresa Quilombola	07.158.5780001-10	MS	FIGUEIRAO	4	40	Asfalto na comunidade Santa Teresa Quilombola.	R\$ 1.200.000,00
693	Sonyra Vieira Thiemcke	15106	6012002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Bela Vista		03.217.9160001-96	MS	BELA VISTA	4	40	Caschamento de estrada Vicinais.	R\$ 900.000,00
694	Sonyra Vieira Thiemcke	16883	6012002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Douradina/MS		15.479.7510001-00	MS	DOURADINA	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R\$ 500.000,00
695	Sonyra Vieira Thiemcke	15109	6012002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Rio Negro		03.501.5580001-49	MS	RIO NEGRO	4	40	Aquisição de um trator.	R\$ 442.173,00



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3658957484>

696	Senay Vieira Thomick	15108	60120002	4086	22000	22101	202V	Município de Brasilândia		03.184.058/0001-20	MS	BRASILÂNDIA	4	40	Aquisição de um caminhão plataforma.	R\$	610.000,00
697	Senay Vieira Thomick	16881	60120002	4086	22000	22101	202V	Município de Dois Irmãos do Buriti/MS		24.616.187/0001-10	MS	DOIS IRMÃOS DO BURITI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R\$	500.000,00
698	Senay Vieira Thomick	16882	60120002	4086	22000	22101	202V	Município de Ribas do Rio Pardo/MS		03.501.541/0001-91	MS	RIBAS DO RIO PARDO	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R\$	1.000.000,00
699	Senay Vieira Thomick	16876	60120002	4086	22000	22101	202V	Município de Novo Horizonte do Sul/MS		37.226.644/0001-02	MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R\$	1.000.000,00
700	Senay Vieira Thomick	20245	60120002	4086	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	EMBRAPA CENTRO-OESTE	00.396.895/0001-25	MS	DOURADOS	3	90	Evento de Tecnologia da Agricultura - TECN-SAN	R\$	500.000,00
701	Terezia Cristina Corêia	13492	60120002	4279	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS/MS		03.184.041/0001-73	MS	TRÊS LAGOAS	4	40	MAQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R\$	350.000,00
702	Terezia Cristina Corêia	13215	60120002	4279	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ/MS		03.501.517/0001-52	MS	CAMAPUÃ	4	40	MAQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R\$	700.000,00
703	Terezia Cristina Corêia	13487	60120002	4279	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL/MS		03.155.751/0001-75	MS	FATIMA DO SUL	4	40	MAQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R\$	500.000,00
704	Terezia Cristina Corêia	13491	60120002	4279	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO SUL/MS		37.226.644/0001-02	MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	4	40	MAQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R\$	252.173,00
705	Terezia Cristina Corêia	18594	60120002	4279	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Corumbá/MS		03.330.461/0001-10	MS	CORUMBÁ	4	40	Máquinas e/ou Equipamentos	R\$	400.000,00
706	Terezia Cristina Corêia	13489	60120002	4279	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM/MS		03.162.047/0001-40	MS	JARDIM	4	40	MAQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R\$	800.000,00
707	Terezia Cristina Corêia	13490	60120002	4279	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE NIOQUE/MS		03.073.699/0001-08	MS	NIOQUE	4	40	MAQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R\$	550.000,00
708	Terezia Cristina Corêia	13485	60120002	4279	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAGUASSUM/MS		03.576.220/0001-56	MS	BATAGUASSU	4	40	MAQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R\$	600.000,00
709	Terezia Cristina Corêia	13488	60120002	4279	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAQUEM/MS		03.568.318/0001-61	MS	IGUAQUEM	4	40	MAQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R\$	600.000,00
710	Terezia Cristina Corêia	22468	60120002	4279	22000	22101	202V	AGESUL - Agência Estadual de Gestão de Impedimentos	Governo do Estado de Mato Grosso do Sul	15.457.856/0001-68	MS	CAMPO GRANDE	4	30	Fomento ao Setor Agropecuario	R\$	4.000.000,00
711	Terezia Cristina Corêia	18595	60120002	4279	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Dois Irmãos do Buriti/MS	Dois Irmãos do Buriti/MS	24.616.187/0001-10	MS	DOIS IRMÃOS DO BURITI	4	40	Máquinas e/ou Equipamentos	R\$	378.260,00
712	Veneriano Vital do Rêgo Segundo Neto	13918	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de São José do Brejo do Cruz		01.612.692/0001-91	PB	SÃO JOSE DO BREJO DO CRUZ	4	40	Equipamento Agrícola	R\$	415.019,00
713	Veneriano Vital do Rêgo Segundo Neto	18204	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Juru		08.888.950/0001-06	PB	JURU	4	40	Equipamento Agrícola	R\$	415.019,00
714	Veneriano Vital do Rêgo Segundo Neto	11348	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Alcantil		01.612.470/0001-79	PB	ALCANTIL	4	40	Equipamento Agrícola	R\$	415.019,00
715	Veneriano Vital do Rêgo Segundo Neto	11383	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de São Mamede		08.922.718/0001-47	PB	SÃO MAMEDE	4	40	Equipamento Agrícola	R\$	425.494,00
716	Veneriano Vital do Rêgo Segundo Neto	11357	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Cubati		08.732.182/0001-05	PB	CUBATI	4	40	Equipamento Agrícola	R\$	415.019,00
717	Veneriano Vital do Rêgo Segundo Neto	11369	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Passagem		08.876.104/0001-76	PB	PASSAGEM	4	40	Equipamento Agrícola	R\$	415.019,00
718	Veneriano Vital do Rêgo Segundo Neto	11366	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Matutaria		01.612.689/0001-78	PB	MATUTARIA	4	40	Equipamento Agrícola	R\$	415.019,00
719	Veneriano Vital do Rêgo Segundo Neto	11367	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Mulungu		08.786.865/0001-37	PB	MULUNGU	4	40	Equipamento Agrícola	R\$	415.019,00
720	Veneriano Vital do Rêgo Segundo Neto	11760	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Poço de José de Moura		01.615.784/0001-25	PB	POCO DE JOSE DE MOURA	4	40	Equipamento Agrícola	R\$	404.560,00
721	Veneriano Vital do Rêgo Segundo Neto	11360	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Gado Bravo		01.612.651/0001-03	PB	GADO BRAVO	4	40	Equipamento Agrícola	R\$	415.019,00
722	Veneriano Vital do Rêgo Segundo Neto	11358	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Desterro		08.925.968/0001-30	PB	DESTERRO	4	40	Equipamento Agrícola	R\$	415.019,00
723	Veneriano Vital do Rêgo Segundo Neto	11346	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Água Branca		09.145.368/0001-12	PB	AGUA BRANCA	4	40	Equipamento Agrícola	R\$	415.019,00
724	Veneriano Vital do Rêgo Segundo Neto	11351	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Barra de Santa Rosa		08.993.925/0001-92	PB	BARRA DE SANTA ROSA	4	40	Equipamento Agrícola	R\$	415.019,00
725	Veneriano Vital do Rêgo Segundo Neto	11355	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Cacicmbas		01.612.686/0001-34	PB	CACIMBAS	4	40	Equipamento Agrícola	R\$	415.019,00
726	Veneriano Vital do Rêgo Segundo Neto	13964	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Igaracy		08.885.139/0001-71	PB	IGARACY	4	40	Equipamento Agrícola	R\$	415.019,00
727	Veneriano Vital do Rêgo Segundo Neto	11354	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Boa Vista		01.612.538/0001-10	PB	BOA VISTA	4	40	Equipamento Agrícola	R\$	415.019,00
728	Veneriano Vital do Rêgo Segundo Neto	11353	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Bernardino Batista		01.621.539/0001-20	PB	BERNARDINO BATISTA	4	40	Equipamento Agrícola	R\$	415.019,00
729	Veneriano Vital do Rêgo Segundo Neto	11352	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Barra de São Miguel		08.701.708/0001-81	PB	BARRA DE SAO MIGUEL	4	40	Equipamento Agrícola	R\$	415.019,00
730	Veneriano Vital do Rêgo Segundo Neto	11359	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Frei Martinho		08.737.785/0001-91	PB	FREI MARTINHO	4	40	Equipamento Agrícola	R\$	415.019,00
731	Veneriano Vital do Rêgo Segundo Neto	11365	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Livramento		08.738.916/0001-55	PB	LIVRAMENTO	4	40	Equipamento Agrícola	R\$	415.019,00
732	Veneriano Vital do Rêgo Segundo Neto	11350	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Aracagi		08.778.029/0001-00	PB	ARACAGI	4	40	Equipamento Agrícola	R\$	415.019,00
733	Veneriano Vital do Rêgo Segundo Neto	11347	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Aguiar		08.939.944/0001-30	PB	AGUIAR	4	40	Equipamento Agrícola	R\$	415.019,00
734	Wellington Antonio Fagundes	19318	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	3	90	custeio na GND 3	R\$	3.652.173,00
735	Weverton Rocha Marques de Sousa	18531	60120002	4084	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Carolina	00.396.895/0001-25	MA	CAROLINA	4	90	Aquisição de uma Motocicleta	R\$	917.278,00
736	Weverton Rocha Marques de Sousa	9723	60120002	4084	22000	22101	202V	Município de Matões		06.114.631/0001-18	MA	MATÕES	4	40	Implantação de estradas vicinais	R\$	3.000.000,00
737	Weverton Rocha Marques de Sousa	18534	60120002	4084	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Vitorino Freire	00.396.895/0001-25	MA	VITORINO FREIRE	4	90	Aquisição de um Caminhão Pipa	R\$	698.997,00
738	Weverton Rocha Marques de Sousa	9641	60120002	4084	22000	22101	202V	Município de Presidente Vargas		06.124.739/0001-91	MA	PRESIDENTE VARGAS	4	40	Construção do Mercado para a comercialização de Produtos Agropecuários	R\$	1.617.188,00
739	Weverton Rocha Marques de Sousa	18532	60120002	4084	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Olinda Nova do Maranhão	00.396.895/0001-25	MA	OLINDA NOVA DO MARANHÃO	4	90	Aquisição de um Caminhão Pipa	R\$	600.000,00
740	Weverton Rocha Marques de Sousa	10086	60120002	4084	22000	22101	202V	Município de Matões do Norte		01.612.831/0001-87	MA	MATÕES DO NORTE	4	40	Implantação de Estradas Vicinais	R\$	1.760.869,00
741	Weverton Rocha Marques de Sousa	18533	60120002	4084	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Santa Inês	00.396.895/0001-25	MA	SANTA INES	4	90	Aquisição de uma Pá Carregadeira	R\$	567.540,00
742	Weverton Rocha Marques de Sousa	9725	60120002	4084	22000	22101	202V	Município de São João do Soter		01.612.628/0001-00	MA	SÃO JOAO DO SOTER	4	40	Implantação de estradas vicinais	R\$	4.000.000,00
743	Weverton Rocha Marques de Sousa	9898	60120002	4084	22000	22101	202V	Município de Parnarama		06.115.117/0001-05	MA	PARNARAMA	4	40	Implantação de estradas vicinais	R\$	5.000.000,00
744	Wilder Pedro de Moura	9455	60120002	2969	22000	22101	202V	Prefeitura de Santa Tereza de Goiás		02.073.484/0001-24	GO	SANTA TEREZA DE GOIAS	4	40	Ampliação do Parque de Exposições Agropecuárias	R\$	1.000.000,00
745	Wilder Pedro de Moura	9456	60120002	2969	22000	22101	202V	Prefeitura de Palmeiras de Goiás		02.394.757/0001-32	GO	PALMEIRAS DE GOIAS	4	40	Modernização do Parque de Exposições Agropecuárias	R\$	2.652.173,00
746	Zemedei Maia Calado Pereira dos Santos	12134	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAIBA		08.234.148/0001-00	RN	MACAIBA	4	40	PASSAGEM MOLHADA LAGOA DO BOIS 150.000,00. PASSAGEM MOLHADA COMUNIDADE TRAIRES RS 500.000,00; RETROSCADEIRA RS 400.000,00	R\$	1.100.000,00
747	Zemedei Maia Calado Pereira dos Santos	10303	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PRANHAS		08.096.604/0001-95	RN	JARDIM DE PRANHAS	4	40	Reforma do abatedouro do município	R\$	450.000,00
748	Zemedei Maia Calado Pereira dos Santos	10306	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS		08.153.462/0001-50	RN	MARTINS	4	40	MAQUINAS IMPLEMENTOS AGRICOLAS	R\$	400.000,00
749	Zemedei Maia Calado Pereira dos Santos	12821	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL		08.355.463/0001-88	RN	SÃO MIGUEL	4	40	PAYMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, SÍTIO ESTIVAS, SÍTIO CALUMBÍ, SÍTIO BONITO E SÍTIO GUARDADO. COMUNIDADES DA ZONA RURAL.	R\$	449.109,00
750	Zemedei Maia Calado Pereira dos Santos	10309	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO		08.364.655/0001-50	RN	RIACHUELO	4	40	IMPLEMENTOS AGRICOLAS E PASSAGEM MOLHADA NA COMUNIDADE JARDIM - ZONA RURAL.	R\$	500.000,00
751	Zemedei Maia Calado Pereira dos Santos	10307	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA E FICA		08.144.982/0001-05	RN	PASSA E FICA	4	40	AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO PIPA DE 12.000 LITROS.	R\$	700.000,00
752	Zemedei Maia Calado Pereira dos Santos	10690	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS		08.087.561/0001-81	RN	PARELHAS	4	40	Instalação de Poços Artesianais	R\$	300.000,00
753	Zemedei Maia Calado Pereira dos Santos	10312	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO CAMPESTRE		08.146.425/0001-15	RN	SÃO JOSE DO CAMPESTRE	4	40	Reforma do abatedouro do município	R\$	600.000,00



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3658957484>

754	Zemaide Maia Calado Pereira dos Santos	11395	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICO		08.096.570/0001-39	RN	CAICO	4	40	Aquisição de duas Retrosacadeiras R\$ 768.358,40; Aquisição de uma Carretinha pipa 12000 litros R\$ 624.399,24; pavimentação de estradas correspondentes da zona rural, no Perímetro Irrigado do Sabagi, comunidade Mulungurimbo no valor de R\$ 100.000,00; no Distrito Laginhas no valor de R\$ 550.000,00, no Sítio Barbosa de Baixo no valor de R\$ 850.000,00	R\$ 3.000.000,00
755	Zemaide Maia Calado Pereira dos Santos	13245	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE		08.365.900/0001-44	RN	MONTE ALEGRE	4	40	PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS , SÍTIO SANTA LUZIA	R\$ 400.000,00
756	Zemaide Maia Calado Pereira dos Santos	13247	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE NISIA FLORESTA		08.167.306/0001-49	RN	NISIA FLORESTA	4	40	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO MOTONIVELADORA	R\$ 731.325,00
757	Zemaide Maia Calado Pereira dos Santos	12132	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS		08.349.003/0001-47	RN	JANDUIS	4	40	PASSAGEM MOLHADA NA COMUNIDADE SÍTIO CLARÃO	R\$ 500.000,00
															R\$	699.893.651,00



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3658957484>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 55ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e quatorze minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença das Senadoras Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Jussara Lima e Augusta Brito e dos Senadores Jayme Campos, José Lacerda, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Jorge Seif, Beto Faro, Alan Rick, Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Efraim Filho, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 1.092, de 2025-SG, do Conselho Nacional de Justiça, que encaminha o Despacho de sua Secretaria-Geral com as providências tomadas pelo órgão, em resposta ao Ofício 252, de 2025, desta Presidência, em decorrência da avaliação do Programa Nacional de Reforma Agrária por esta Comissão, em 2025. A presidência informa que o referido documento permanece para consulta na página da Comissão, no site eletrônico do Senado Federal. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública (Requerimento 52, de 2025), atendendo ao Requerimento 52, de 2025 - CRA, de autoria Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). Finalidade: Debater o Projeto de Lei 77, de 2020, que confere ao município de Medicilândia (Pará) o título de Capital Nacional do Cacau. Participantes: Senhor Sidney de Sousa Filho (Sidney Bruce), Vereador de Medicilândia/Pará; Senhora Eunice Gutzeit, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Produtores de Cacau (ANPC); e Senhor Walter Santos Oliveira, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Medicilândia (Sipram). Resultado: Audiência Pública realizada. Usa da palavra o Senador Zequinha Marinho, presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2025/12/16>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 55ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Esta Presidência recebe o seguinte expediente:

– Ofício nº 1.092/2025-SG, do Conselho Nacional de Justiça, que encaminha o despacho de sua Secretaria-Geral com as providências já tomadas pelo órgão, em resposta ao Ofício 252/2025, desta Presidência, em decorrência da avaliação do Programa Nacional de Reforma Agrária por esta Comissão em 2025. O referido documento encontra-se para consulta na página da Comissão, no site eletrônico do Senado Federal.

Esta reunião destina-se à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 52, de 2025, aqui da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de iniciativa desta Presidência, para instruir o PL 77, de 2020, que confere ao Município de Medicilândia (Pará) o título de Capital Nacional do Cacau.

Trouxemos três expositores. Eu quero aqui, neste momento, mencionar os três – dois estão remotamente. O Sr. Sidney de Sousa Filho, que é o Vereador Sidney Bruce, nosso amigo, irmão, parceiro lá naquela cidade de Medicilândia, que vai trazer a sua exposição através do Zoom, já está conectado aqui conosco, logo, logo entrará virtualmente.

Também nós convidamos o Sr. Walter Santos Oliveira, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Medicilândia, o Sipram, que trará também a sua exposição através do sistema, do Zoom, e, presencialmente conosco aqui, a Sra. Eunice Gutzeit, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Produtores de Cacau (ANPC).

E eu convido minha amiga Eunice para tomar lugar. Bem-vinda.

A SRA. EUNICE GUTZEIT (Fora do microfone.) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Isso tudo é um cacau? (Pausa.)

Esse é criado.

Bom, eu quero conceder a primeira oportunidade e desejar boas-vindas aqui ao Vereador Sidney Bruce, da cidade que se candidata a Capital Nacional do Cacau, Medicilândia.

Por gentileza, Sidney, com a palavra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SIDNEY BRUCE (Para expor. Por videoconferência.) – Olá, meu querido Senador Zequinha Marinho, boa tarde. É uma satisfação honrosa falar com V. Exa., um Senador de compromisso com o Brasil e, especialmente, com o Estado do Pará.

Nós do Município de Medicilândia ficamos agradecidos com esse requerimento que confere ao Município de Medicilândia, do Estado do Pará, o título de Capital Nacional do Cacau. Isso é muito importante, Senador. Nós temos uma produção grandiosa neste município; um município pequeno, mas um município que tem uma produção de cacau

em nível de Brasil, né? O maior município do Brasil que produz cacau é o Município de Medicilândia, na Transamazônica.

Vocês estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pode continuar, Bruce.

O SR. SIDNEY BRUCE (Por videoconferência.) – Se aprovado pelo Senado Federal, esse título nos deixará muito satisfeitos. E eu tenho certeza de que nós ficamos aqui agradecidos, tanto o Executivo municipal, o Prefeito Júlio, como o nosso Presidente da Câmara, o Vereador Valdecy.

Nós temos só, meu caro Senador, a agradecer ao senhor pelo empenho, pela dedicação e pelo respeito ao povo do nosso Pará, especialmente também ao povo do Município de Medicilândia.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tudo bem já?

O SR. SIDNEY BRUCE (Por videoconferência.) – O.k., obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Eu quero agradecer ao Vereador Sidney Bruce, de Medicilândia, que traz o seu testemunho.

Medicilândia é realmente uma potência. Estamos devendo muita coisa à Medicilândia em termos da verticalização. A parte do produtor ele faz com sobra. Tem trabalhado de maneira exemplar. E, se Deus quiser, em breve, não só a produção, mas também a verticalização dessa matéria-prima tão nobre vai acontecer de forma bem mais ampla do que já acontece hoje em Medicilândia.

Concedo a palavra agora ao segundo expositor, nosso querido Walter Santos Oliveira. Ele é Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Medicilândia, o Sipram.

Por favor, Walter. V. Sa. tem a palavra aí por dez minutos, se quiser.

O SR. WALTER SANTOS OLIVEIRA (Para expor. Por videoconferência.) – Obrigado.

Vocês estão me ouvindo bem? (Pausa.)

Primeiro, eu quero agradecer o convite do Senador para participar desta audiência, dizer que para nós é uma satisfação enorme poder falar da nossa cidade e dizer que a nossa cidade





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem, ao longo dessas últimas duas décadas, trilhado um caminho de superação como a maior produtora de cacau do Brasil, de amêndoas, amêndoas secas.

E hoje também nós estamos trilhando o caminho da verticalização. Já possuímos aqui muitas mini-indústrias de chocolate. Também temos uma indústria um pouco maior de moagem, que também faz parte aqui, está instalada em Medicilândia. E o sindicato tem feito um trabalho junto aos produtores de organizar a produção, de melhorar a qualidade da produção para que a gente possa ofertar uma amêndoa de qualidade no mercado nacional e também no mercado internacional.

Falar de Medicilândia para nós é uma satisfação enorme, porque é uma cidade em que a gente nasceu e cresceu, trabalhando dentro das lavouras de cacau, derrubando cacau, quebrando, secando as amêndoas, e assim nós crescemos nesse ambiente maravilhoso, que fez com que nós... Eu mesmo, pessoalmente, além da profissão de produtor rural, também tenho a profissão de agrônomo e trabalho diretamente com a parte de nutrição de plantas, de manejo, de controle sanitário das plantas, isso tudo para que a gente possa chegar a oferecer, no final, um produto de qualidade para aqueles que no Brasil se alimentam do chocolate, dos achocolatados, de todos os derivados do cacau.

Medicilândia, no passado, foi uma grande produtora de álcool e de açúcar. Aqui foi instalada uma usina de nome Abraham Lincoln, que foi construída na época de Emílio Garrastazu Médici, que é o nome desse Presidente que foi, no passado, um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento da nossa região, por isso também foi homenageado com o nome da nossa cidade de Medicilândia.

Depois disso, nós trilhamos também um caminho na produção do café e na pecuária, que até hoje continua forte aqui no nosso município. Também cultivamos muita pimenta do reino, lavouras brancas, mas o cacau, após a implantação da Ceplac nos anos 70, se desenvolveu enormemente, tornando-se uma alternativa financeira na nossa região, e hoje o sindicato estima que Medicilândia tem entre 60 e 70 mil hectares de cacau, a maior parte produtiva, e uma outra parte em plantação.

Nós sabemos dos desafios que a cultura do cacau tem, no sentido de estar colocada aqui nesse bioma da Amazônia, de ser também uma forma de reflorestar, porque muitas dessas áreas em que foi plantado o cacau são áreas que eram pecuárias, que eram capim, e essas áreas estão sendo pouco a pouco reocupadas com a lavoura do cacau. Então, a lavoura do cacau, para além de ser uma alternativa econômico-financeira aqui na nossa região, também é uma planta que é daqui da Amazônia, ela é nativa daqui, e ela também é uma espécie que está listada hoje dentro da legislação ambiental como uma planta de reflorestamento. Portanto, o produtor rural, quando planta cacau, está reflorestando cacau na sua região. Isso, para nós, é um motivo de muito orgulho, dado o fato de que hoje nós sabemos que as mudanças climáticas são uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realidade, e o produtor rural tem um papel muito importante na mitigação desses efeitos a partir da lavoura do cacau.

Também gostaria de falar que o cacau vai muito bem quando ele vai casado com outras espécies. Então, é muito comum, na nossa paisagem, você ter árvores de cacau ao lado de árvores como a do ipê, como a da castanha-do-pará, árvores nativas aqui da região, como a da tatajuba, a do mogno brasileiro, entre outras. É muito importante destacar isso, porque essa ainda é a maior frequência nas nossas paisagens do nosso município, em contraste com a nova agricultura que tem sido oferecida pelo cacau monoclonal, que tem sido implantado, que tem sido uma alternativa para aumentar a produtividade e fazer com que os produtores obtenham maior renda por hectare e também possam adaptar tecnologias. Então, a gente tem aqui vários ambientes e cenários diferentes na produção do cacau, mas todos eles possuem um retorno econômico e social muito grande.

Nós temos aqui na nossa população mais ou menos 30 mil habitantes, dos quais o sindicato estima que, dos 30 mil, pelo menos 17 mil pessoas estejam diretamente envolvidas com a produção do cacau. Você imagina, Senador, que a maior parte da população, quando dá o horário ali de... Mesmo aquele que trabalha muitas vezes na prefeitura, trabalha num órgão público, trabalha como frentista no posto, ele tem uma rocinha de um hectare, dois hectares de cacau. E, quando ele não está trabalhando no contrato que ele possui de emprego urbano, ele corre para dentro da sua lavoura para derrubar o seu cacau, para poder produzir e ter a sua renda. O restante da população que sobra são crianças e adolescentes, que por legislação, por ética e por moral, não se podem envolver num processo produtivo. E nós temos aqueles idosos também, que já estão afastados do trabalho. Portanto, nossa população é totalmente ocupada.

A gente também tem um processo atual de migração de pessoas de outras cidades para cá, outras cidades do Pará principalmente, em busca de renda e de emprego. Após esse aumento do valor do cacau na Bolsa de Nova York do ano passado para cá, nós

tivemos uma migração muito forte e a nossa cidade sentiu essa migração, mas obviamente que nós de Medicilândia sempre abrimos os braços para receber muito bem todos aqueles que vêm para cá atrás de trabalho, até porque nós também precisamos aumentar a disponibilidade de mão de obra nas nossas lavouras.

Quero dizer, Senador, que poder contar com o reconhecimento do Senado a essa Capital Nacional do Cacau, que é Medicilândia, para nós é motivo de muito orgulho. O senhor sempre foi, na sua vida política, um líder que sempre olhou para nossa cidade de uma forma excepcional. Gostaria de cumprimentá-lo e, em nome dos produtores rurais de Medicilândia, agradecer por mais uma vez em que o senhor está empenhado em dar esse título tão merecido à nossa cidade – e, muito mais que merecido pela nossa cidade, é merecido pelos produtores, que são aqueles que todos os dias acordam muito cedo para poder fazer crescer essa lavoura, que para nós é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

motivo de orgulho, de reflorestamento, sinônimo de sustentabilidade e sinônimo também de renda para a nossa população.

Obrigado! Fico à disposição do senhor, sempre que o senhor precisar contar com o nosso apoio aqui em Medicilândia, do sindicato rural.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Walter! Obrigado mesmo.

Olha, eu sempre costumo dizer que o cacau resolve dois problemas, então mata dois coelhos com uma cajadada só. Primeiro, resolve a questão ambiental da cobertura vegetal; e, segundo, resolve o problema social e econômico. As pessoas têm no cacau uma fonte de renda importante em nossos municípios paraenses, tanto da região da 279, da Transamazônica, da 163, também do Baixo Amazonas e de outras, porque agora o sul do Pará e o sudeste do Pará começam a plantar cacau também. Claro que, se a terra não for tão forte, tão boa igual à da região da Transamazônica, você tem que investir mais para poder o cacau responder, mas já tem muito cacau espalhado por tudo quanto é lado em função da nobreza da matéria-prima, do custo dela, do valor que o produtor pode alcançar nela.

Então, muito obrigado ao Walter, muito obrigado ao Sidney. Permaneçam aí que a colega vizinha aqui, a Eunice, vai entrar agora mesmo. Mas, antes que a Eunice traga a sua exposição, nós tivemos aqui uma série de perguntas Brasil afora, porque a sessão é transmitida pelo sistema.

Higor, aqui do nosso Estado do Pará, pergunta: "Como podemos compensar a perda de adequação edafoclimática para o cacau na Amazônia, projetada pelo IPCC, devido ao estresse térmico?".

Thaís, da Bahia: "Qual o percentual atual de cacau em Sistemas Agroflorestais (SAFs) na cidade [de Medicilândia, no Município de Medicilândia]? De que forma essas medidas garantirão o sequestro de carbono?". Esse é um negócio meio complexo.

Fábio, de São Paulo, diz: "Além do status, como o PL 77/2020 garantirá que o título converta a alta produtividade em avanço tecnológico sustentável?". É uma pergunta boa aqui para a nossa Vice-Presidente da ANPC, mas também para o Walter ou para o Sidney, que estão lá em Medicilândia.

Alídia, do Rio Grande do Norte, pergunta: "As comunidades indígenas do Pará estão sendo consultadas acerca do avanço das lavouras de cacau?". Nas comunidades indígenas – aproveito aqui até para começar a responder, mas os expositores são eles –, não há o uso das terras indígenas para a produção de cacau, pelo menos até agora. Na beira do Rio Iriri, tem comunidade indígena explorando cacau nativo, naquela região, também cacau plantado, mas no meio aqui não tem nenhuma comunidade indígena, nem terra indígena sendo usada para a produção de cacau.

Matheus, de São Paulo: "De que maneira o título pode fortalecer a agricultura familiar, garantindo renda justa aos produtores e evitando a dependência de atravessadores?".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos ainda alguns comentários.

José, de Minas Gerais: "Apoio a proposta e peço detalhes de como Medicilândia como Capital do Cacau atrairia investimentos e tecnologia sustentável para a produção".

Paulo, da Bahia: "A capital do cacau deveria ser Ilhéus-BA e não outro estado e outra cidade". É, Paulo. É interessante isso, não é?

Fábio, do Rio Grande do Sul: "Deveriam fazer [...] financiamentos específicos para essas áreas até para desenvolver essas regiões. E evitar [o] êxodo [...] [rural]". Concordo plenamente, viu, Fábio?

Gustavo, de Minas Gerais, comenta – não, aqui faz pergunta –: "[...] [Como] fortalecer a cadeia produtiva do cacau sem comprometer a conservação ambiental e os direitos das populações tradicionais?". Primeiro, a questão ambiental o cacau resolve: ele é uma cobertura extraordinária, não é verdade? Então, isto aí já está resolvido, a questão da conservação. Quanto aos direitos das populações tradicionais, essas regiões do Pará não afetam nenhuma questão dessas populações.

Felipe, do Paraná: "Há previsão para cooperação com universidades ou a instalação de algum centro de pesquisa como a Embrapa?". Quero lembrar aqui, minha colega de mesa Eunice, que a Ceplac é a responsável por isso desde muito tempo – ainda que esteja tão fraquinha, ela mantém a luta para continuar apoiando e ela é uma instituição mais ou menos parente da Embrapa.

Andrele, de Pernambuco: "O título de Capital Nacional do Cacau pode ampliar o acesso a crédito e assistência técnica aos produtores locais?". Vou deixar para ti. Eu queria responder, mas já estou respondendo demais; vai ficar para você ou para o Walter ou para o Sidney Bruce.

Luiz, do Paraná: "O reconhecimento nacional pode atrair investimentos e políticas públicas para a cadeia do cacau?". Legal também essa pergunta.

Eu concedo a palavra neste momento à Sra. Eunice Gutzeit, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Produtores de Cacau (ANPC).

Por favor, Eunice, V. Sa. tem até dez minutos para fazer seus comentários e apresentar seu trabalho.

A SRA. EUNICE GUTZEIT (Para expor.) – Bom dia a todos. Cumprimento principalmente o nosso Senador Zequinha.

Amigos e amigas de Medicilândia, senhoras e senhores e todos os produtores e produtoras que nos acompanham nesta audiência pública, quero dizer que me sinto profundamente honrada por estar aqui, hoje. Muito obrigada, Senador Zequinha, pelo convite e pela sensibilidade em conduzir esta audiência, que tenho certeza de que marca um novo capítulo na história da cacauicultura da nossa região.

Gostaria de mostrar para vocês o início. Produzi um vídeo, assim, de último momento, mas que traz algumas imagens, fazendo uma retrospectiva do antes e depois.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fora do microfone.) – Vamos lá.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. EUNICE GUTZEIT – Sim, exatamente!

Hoje estou aqui falando para vocês como Vice-Presidente da Associação Nacional dos Produtores de Cacau, mas também como produtora de cacau e, inclusive, alguém que cresceu no território de Medicilândia, pois meu pai imigrou para aquela região em 1975, justamente naquele início. Eu, obviamente, ainda era um bebê, mas praticamente cresci e acompanhei o crescimento daquela agrovila chamada Pacal, que se tornou hoje a Capital do Cacau.

Os primeiros anos foram difíceis, e outras iniciativas, como nosso amigo Walter colocou, inúmeras outras atividades tiveram tentativas, como a cana-de-açúcar, a usina, que se chamava Abraham Lincoln, mas esses esforços iniciais não se mostraram muito prósperos naquele período. Foi justamente no cacau que a região encontrou a sua vocação mais sólida para adaptação, justamente por o cacau ser uma cultura que faz parte do bioma, então temos clima e solo. E Medicilândia hoje merece o título de Capital do Cacau.

Quando ampliamos o olhar para o Estado do Pará, temos mais de 169 mil hectares de cacau em produção, com uma produção superior a 150 mil toneladas, movimentando a economia em mais de R\$5,7 bilhões, segundo dados da Fiesp. Essa realmente é uma cultura que se adaptou completamente por preservar as florestas.

Como sabemos... Não sei se todos sabem, obviamente, mas, no Pará – inclusive respondendo à pergunta do nosso amigo aqui, eu não sei exatamente qual, mas sobre a questão de se protegemos os biomas, com essa interação com as terras indígenas –, no Pará, nossa legislação obriga a preservação de 80% das propriedades agrícolas, e os 20% são plantados em sistemas agroflorestais e justamente preservam a floresta. Então, a cultura do cacau é chamada justamente de a cultura que deixa a floresta em pé.

Hoje é praticamente a atividade mais relevante no Pará, impactando diretamente, gerando emprego e qualidade de vida a milhares de famílias. E os produtores de Medicilândia têm conquistado prêmios nacionais e internacionais, sendo reconhecidos pela excelência das suas amêndoas. Isso comprova que o cacau da Transamazônica compete entre os melhores do mundo, resultado de dedicação, trabalho familiar, inovação e pesquisa aplicada.

E, além da produção agrícola, a região avança na agregação também de valor. Temos marcas como Cacauey, Ascurra, Dona Rosa, entre outras, que levam o nome de Medicilândia para o Brasil e para o exterior.

Essa construção é coletiva, com produtores, viveiristas, técnicos e inúmeras famílias que contribuem, diariamente, para fortalecer uma cacaucultura baseada em sistemas justamente agroflorestais, em sua grande maioria, que mantêm justamente a floresta em pé.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registro também, com profundo respeito, o papel essencial da Ceplac, já mencionado pelo nosso amigo Walter, que foi justamente a responsável pelo início da implementação da cacauicultura na região, em meados de 1975. Posteriormente, colocou seus escritórios em Altamira e expandiu para outras regiões, mas foi justamente naquele período do início, quando já a cana de açúcar não tinha se adaptado muito bem, então, que a Ceplac trouxe um plano que realmente deu certo, um plano de sucesso, com bases técnicas em municípios estratégicos. E foi pela sua presença permanente que o cacau passou a ser implementado com orientação técnica, pesquisa aplicada e educação no campo, formando produtores e criando uma base, para que, hoje, nos tornássemos o primeiro estado maior produtor nacional.

Peço agora um momento para fazer uma homenagem especial e pessoal ao meu querido pai, justamente, que migrou para aquela região em 1975, justamente no início: fundou a primeira serraria, a primeira escola; construiu uma mini-hidrelétrica, quando o estado ainda não estava totalmente presente; e acreditou, sem garantias, no futuro dessa terra.

E, assim como ele, tantos outros pioneiros e pioneiras foram verdadeiros heróis da Transamazônica. Temos, como exemplo, a família do Seu Éldo Trevisan e tantos outros homens e mulheres que desbravaram, com coragem, e abriram caminho para uma cacauicultura sustentável, forte e estratégica, para o estado.

Reconhecer Medicilândia como Capital do Cacau não é apenas olhar para o passado; é um convite ao futuro, um futuro de cooperação, integração e protagonismo regional.

Medicilândia, hoje, assume esse papel não para concentrar, mas para liderar, impulsionar toda a cadeia produtiva do cacau, ao lado de municípios como Uruará, Altamira, Brasil Novo, entre outros, que formam um território forte, diverso e estratégico para a cadeia do cacau.

Registro também meu respeito à gestão municipal, na pessoa do Sr. Prefeito, Dr. Júlio Cesar, pelo compromisso com o desenvolvimento de Medicilândia, pela valorização da cacauicultura como eixo estratégico da economia local.

É importante dizer que estamos num momento realmente fundamental para somarmos esforços e buscarmos infraestrutura moderna, políticas públicas alinhadas à realidade do produtor, acesso ao crédito, fortalecimento da agroindustrialização local e regional, porque, obviamente, com o homem no campo, gera-se mais emprego, mantêm-se os jovens no campo, consolidam-se a Transamazônica e o Estado do Pará como referência nacional e internacional em produção de cacau sustentável.

Para isso, é necessário que contemos realmente com o apoio do Senador Zequinha para buscarmos políticas públicas, fomentarmos o consumo, trazermos um projeto de lei, eventualmente, para inserir nas merendas escolares o cacau produzido diretamente pelo produtor – cacau de qualidade, porque, na verdade, o cacau, esse fruto que vocês estão vendo aqui, é incrível, pois dele se pode aproveitar 100% e é considerado um superfood, pois tem nutrientes, flavonoides, polifenóis. Realmente é muito importante para a nossa saúde.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero dizer que temos tudo em nossas mãos, temos como produzir com sustentabilidade, mas é necessário contarmos com o apoio do Estado, o apoio federal em políticas públicas, para que realmente possamos fomentar e tornar todas essas possibilidades uma realidade.

Nosso muito obrigada ao Senador Zequinha e a todos que tornaram este momento possível.

Medicilândia é Capital do Cacau pela sua história, pelo seu povo, pelo seu trabalho e pelo seu futuro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Eunice Gutzeit, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Produtores de Cacau.

Na verdade, o cacau é uma bênção para o Brasil – e para a gente, na Amazônia, de uma maneira diferenciada. Os governos, tanto o federal quanto o estadual, falam muito em sustentabilidade, e o cacau com outras espécies consorciadas resolve tudo de uma vez só em função da dupla utilidade que tem, resolvendo a questão da cobertura vegetal, restabelecendo esse lado que é muito importante, e, do outro lado, trazendo a economia, trazendo dinheiro, trazendo renda para as famílias. Um pouquinho de investimento no Pará, em cima disso – um pouco, não estou falando muito, não; estou falando um pouco de investimento –, de crédito facilitado com taxa racional... Porque a nossa taxa de juros hoje excede qualquer racionalidade. Não dá para você fazer agricultura pagando agiota. O sistema é um sistema que, lamentavelmente, quebra qualquer um em função do tamanho da taxa. Mas, com pouca coisa, Eunice, Sidney Bruce, Walter, a gente poderia resolver tanta coisa. Tem tantas áreas degradadas precisando ser reutilizadas.

O Ministro da Agricultura aqui levou para a COP 30 todo um esboço em cima exatamente de áreas degradadas para a produção de alimentos. Mas a COP 30 comenta outras coisas, menos produção, menos economia, quer dizer, é um negócio que fala em sustentabilidade, mas sustentabilidade tem que ter os três pés, o ambiental, o social e o econômico. Eu nunca vi se colocar de pé alguma coisa com sustentabilidade sem envolver essas três partes. Lá só se fala "meio ambiente", "meio ambiente", "meio ambiente", mas, lamentavelmente, não se preocupa com o outro lado. E, lamentavelmente, nunca vão conseguir superar o desafio por falta dessa compreensão que é natural.

Mas, na Transamazônica e em outras regiões do Pará, em que ainda têm muita área degradada, com um pouco de incentivo, a gente resolveria esses problemas que são muito chatos lá no Pará. Muito, muito! E aí não é só o Estado do Pará, envolve toda uma Amazônia, com um olhar diferenciado, utilizando o cacau e outras espécies que, além da cobertura, também trazem renda. Você daria paz, daria sustentabilidade, enfim, resolveria um monte de coisa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas só falar não resolve. E a gente, lamentavelmente, fala muito e, às vezes, faz muito pouco. O Governo, o Poder Executivo precisa reparar isso. Quem tem que falar muito é o Parlamento. Aqui se tem que falar, que é falar, que é debater, que é encontrar saídas, saídas teóricas, para que o Executivo transforme isso em prática.

Então, eu quero agradecer a sua presença aqui, que veio de tão longe. Muito obrigado pela importância que deu a este momento.

O projeto está na Câmara dos Deputados, dependendo desta audiência pública para continuar avançando, porque o Regimento determina que se faça isso para poder subsidiar o projeto de lei.

Quero também aqui agradecer aos nossos dois amigos parceiros de Medicilândia, levando de volta a palavra ao Vereador Sidney Bruce, para suas considerações finais.

Sidney, de volta aí à tela.

O SR. SIDNEY BRUCE (Para expor. Por videoconferência.) – Obrigado, caro Senador.

Quero aqui agradecer à nossa companheira Eunice, ao nosso companheiro Walter, Presidente do Sipram. Obrigado, meu querido Senador, pela oportunidade.

Eu tenho certeza de que vai ser aprovado. E isso vem beneficiar muito a nossa região da Transamazônica, em especial o Município de Medicilândia, que já teve a amêndoa do cacau sendo escolhida a melhor amêndoa do cacau do mundo. E isso é gratidão, nós ficamos satisfeitos e honrados por esse título. Tanto em primeiro lugar como em segundo lugar, nós tivemos a amêndoa do Município de Medicilândia escolhida.

Muito obrigado, Senador. Gratidão por tudo. Conte com o Vereador Bruce aqui na Transamazônica. Estamos juntos!

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Valeu, Vereador. Muito obrigado a você pela participação.

Quero chamar agora o Walter, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Medicilândia, para suas considerações finais e os comentários que desejar fazer.

O SR. WALTER SANTOS OLIVEIRA (Para expor. Por videoconferência.) – Obrigado, Senador.

Quero agradecer imensamente mais uma vez o convite feito. Também quero cumprimentar a nossa amiga Eunice, que está aí ao seu lado, que é da nossa Associação Nacional dos Produtores de Cacau, que tem sido uma organização muito importante na valorização dos nossos produtores.

Quero, antes de mais nada, agradecer a Deus também por essa oportunidade, que abençoe imensamente os trabalhos da Comissão e, principalmente, que a gente consiga aprovar e levar à frente esse título tão merecido aqui pelo nosso município.

Eu espero que esse título abra portas para que a gente continue desenvolvendo a cadeia produtiva do cacau, que é uma cadeia majoritariamente composta por agricultores familiares.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São as famílias agricultoras que fazem com que o cacau seja esse espetáculo que é. Dessas famílias que a gente precisa imensamente reconhecer os esforços.

Espero contar com o Senador à frente da Comissão, fazendo esse trabalho, que, para nós, aqui, os medicilandenses, tem sido muito satisfatório.

Também quero cumprimentar o meu amigo Sidney Bruce, que é Vereador, representa o Poder Legislativo, é produtor rural também, sócio também do nosso sindicato.

Também não podemos nos esquecer do nosso Prefeito, Dr. Júlio, que é produtor rural, cacauicultor e representa aqui a nossa cidade, esteve em Brasília alguns meses atrás, também defendendo a pauta dos produtores rurais.

Então, se nós nos unirmos, principalmente as nossas autoridades, as nossas entidades, o nosso povo que trabalha à frente do cacau, a gente, junto, consegue, sim, melhorar a nossa vida e fazer com que o futuro seja ainda melhor do que é hoje.

Obrigado pela oportunidade. E, mais uma vez, esteja, Senador, convidado a vir à nossa cidade nos visitar e, obviamente, tomar um belo suco de cacau por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Walter. Muito bom. Logo, logo, estaremos aí, no recesso, em janeiro.

E agora, presencialmente, nossa querida Eunice Gutzeit, Vice-Presidente da ANPC.

Por favor, Eunice, suas considerações finais.

A SRA. EUNICE GUTZEIT (Para expor.) – Sim, é importante dizer, como o Senador colocou: não é preciso muito; com pouco, digamos assim, seria possível realmente realizar.

Hoje o Brasil poderia ser um produtor muito maior. Temos aqui os nossos vizinhos, o Equador e o Peru, que produzem muito mais do que o Brasil. Então, o Brasil tem potencial para ser, tanto o Pará quanto o Brasil, um dos maiores produtores mundiais do cacau. Temos consumo interno, temos como fazer produtos de qualidade. Então, do que precisamos? De políticas públicas adequadas, federais e estaduais, infraestrutura – o nosso asfalto da Transamazônica, ali, o trecho entre Medicilândia e Rurópolis, muito importante. Infelizmente, não vai sair ainda a anuência, agora não teve anuência, então não vai sair na licitação, agora, de final de ano.

Então, vamos lutar para que possamos realmente ter mais infraestrutura, políticas públicas adequadas, trabalhando concomitantemente com as instituições, universidades de pesquisa, Ceplac, Embrapa e outras instituições, que podem auxiliar na cacauicultura; e o consumo responsável – isto é importante dizer –, consumir a partir de produtos que vêm com origem, produtos nacionais. Então, quando olhamos para o futuro, o que

vemos? É realizável? Sim, é possível; mas sozinhos não poderemos chegar lá. Precisamos, realmente, que todas as instituições e o poder público estejam conosco.

Então, nosso muito obrigada. Hoje, em nome da Associação Nacional dos Produtores de Cacau e como produtora, muito obrigada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esperamos que 2026 seja um grande ano realizável para a nossa cacauicultura, tanto em nível estadual quanto nacional.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Eunice.

Eu quero aqui, no encerramento desta audiência pública, agradecer não só a vocês, que foram convidados, a Eunice, o Walter, que é Presidente do sindicato, o Vereador Bruce, mas cumprimentar toda a Câmara Municipal de Medicilândia na pessoa do Vereador Bruce, abraçar os Vereadores, cumprimentar todos os produtores rurais na pessoa do Walter, que é um Presidente esforçado, corre atrás, está junto com a população. Parabéns, Walter, pelo seu trabalho e pela liderança que você é nesse setor, pela formação, porque é um agrônomo aí, digamos, nadando de braçada, contribuindo com todo mundo.

Quero cumprimentar todos os produtores e todos os moradores da cidade e do campo, porque é um município exemplar, uma terra privilegiada e um povo extremamente trabalhador, dedicado. Nosso abraço a todo mundo.

Saudações ao Dr. Júlio, Prefeito municipal, aos seus secretários e, na pessoa do Secretário de Agricultura, que lidera esse trabalho pelo Governo municipal, quero abraçar todos os outros secretários.

Estamos aqui finalizando o ano, esta é a última sessão da nossa Comissão de Agricultura. Nós batemos recorde aqui, neste ano, de sessões, de audiências públicas. É aqui o nosso espaço de fazer o debate desse setor brasileiro do agro, que corresponde a mais de 50% de tudo que se exporta neste país. É uma potência o Brasil, e a gente precisa avançar muito. E aqui é o lugar do debate, da legislação, do entendimento e assim sucessivamente.

Como é a última sessão deste ano, eu quero só fazer um balanço aqui.

O total de reuniões da CRA – a gente já assumiu um pouco atrasado, devido às eleições, escolhas, isso vai demorando muito –: foram 55 sessões. Tivemos 19 delas deliberativas. Comparecimento ministros: foram sete Ministros que estiveram aqui, trazendo informações, fornecendo subsídios e assim por diante. Tivemos 16 audiências públicas. Tivemos 13 sessões lidando com orçamento, que é muito importante, tanto com relação ao Orçamento Geral da União, às questões ligadas ao Ministério da Agricultura e assim por diante. Tivemos várias Subcomissões, entre elas queremos destacar aqui a CRATERRAS, liderada pelo Senador Jaime Bagattoli, que realmente fez um grande trabalho e prestou seu relatório nas últimas sessões. Foram deliberados 54 requerimentos aqui. Tivemos 28 projetos aprovados e assim sucessivamente.

Nós queremos agradecer a toda a equipe de trabalho, o Secretário Pedro e todos os demais que colaboraram de uma maneira muito positiva aqui com a CRA para que ela se desenvolvesse.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre as matérias aprovadas, eu quero destacar três projetos de grande relevância.

O primeiro é o PL 3.684, de 2024, de autoria do Senador Mecias de Jesus, relatado pelo Senador Hamilton Mourão. O projeto cria o Programa Nacional de Cooperativas de Crédito e Seguros para Agricultores Familiares, ampliando oportunidades para quem produz no campo.

O outro foi o Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, de autoria do Deputado Luciano Zica, relatado pela Senadora Tereza Cristina. A proposta trata do licenciamento ambiental, garantindo segurança jurídica e desenvolvimento sustentável.

Por último, o PL nº 3.164, de nossa autoria e relatado pela Senadora Dorinha Seabra, para regulamentar a profissão de manipulador de açaí, valorizando a cultura amazônica, gerando renda para milhares de famílias.

Também criamos a Subcomissão Temporária, presidida pelo Senador Jaime Bagattoli, a CRATERRAS, para acompanhar os embargos de terras aplicados pelo Ibama. Após audiência e diligências, o Relator da Subcomissão, o Senador Hamilton Mourão, apresentou o seu parecer, que conclui que os embargos coletivos e genéricos ferem o devido processo legal, prejudicam produtores e não contribuem para a proteção ambiental. Entre as sugestões apoiadas, está o PL 4.554, de 2025, de autoria do Senador Jaime Bagattoli, que assegura notificação prévia, contraditório e ampla defesa antes do embargo cautelar, além de proibir embargos coletivos e preventivos.

Senhoras e senhores, a agricultura é a força que move o Brasil. Em 2025, o agronegócio deve responder por cerca de 24% do PIB nacional e gerar mais de 40% das exportações brasileiras, garantindo emprego, renda e desenvolvimento para milhões de famílias.

Encerramos este ano com a certeza de que avançamos muito, mas conscientes de que os desafios continuam.

Quero aqui agradecer a todos os membros da Comissão, a todos os Senadores e Senadoras, aos técnicos, aos produtores e às entidades que contribuíram para esse trabalho. Seguiremos firme, com diálogo e compromisso, para que a agricultura brasileira continue sendo exemplo de produtividade, sustentabilidade e inclusão.

Muito obrigado a todos.

Não havendo mais nada a tratar, quero neste momento – mais uma vez, agradecendo a cada um, a cada colaborador e a cada um que esteve sempre presente conosco, a cada Senador pelo trabalho realizado este ano, um trabalho volumoso, importante para o Brasil – declarar encerrada a reunião, nesta oportunidade, e o calendário de 2025.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 14 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 04 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e quatorze minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Jorge Seif, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Jorge Kajuru, José Lacerda, Angelo Coronel, Sérgio Petecão, Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Jaques Wagner, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Augusta Brito, Nelsinho Trad, Jussara Lima e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Styvenson Valentim, Vanderlan Cardoso, Magno Malta e Rogerio Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública nº 30, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja incluído convidado na Audiência Pública objeto do REQ 29/2025 - CSP." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Durante a reunião, o requerimento é subscrito pelo Senador Jorge Seif. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 29/2025 - CSP, de autoria do Senador Jorge Seif (PL/SC), e REQ 30/2025 - CSP, de autoria do Senador Carlos Portinho (PL/RJ) e do Senador Jorge Seif (PL/SC). **Finalidade:** Ouvir representantes da Polícia Federal e do Exército Brasileiro para obter esclarecimentos técnicos e institucionais sobre os impactos do Decreto nº 12.345, de 30 de dezembro de 2024, bem como sobre as dificuldades enfrentadas pelos Colecionadores, Atiradores Desportivos e Caçadores (CACs) desde a transferência, em julho de 2025, da gestão de registros e documentos do Exército Brasileiro para a Polícia Federal. **Participantes:** Sr. Wellington Clay Porcino Silva, Coordenador-Geral de Controle de Armas de Fogo (representante de: Diretor-Geral da Polícia Federal); General de Brigada André Monteiro Gusmão, Diretor de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército Brasileiro; Sra. Fabi Venera, Presidente da Federação de Clubes de Tiro e Comércio de Armas de Santa Catarina (FECCASC); Sr. Giovanni Roncalli, Presidente da Confederação Brasileira de Tiro Tático (CBTT); Sr. Marcelo Danfenback, Presidente da Liga Nacional dos Atiradores Desportivos (LINADE); Sr. Rodrigo Masson, Presidente da Associação Caça Brasil; Sr. Yukio Yamaguchi, Presidente da Federação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Catarinense de Tiro Prático; e Sr. Odair Alves, Advogado especializado em legislação de Produtos Controlados pelo Exército (PCEs) e armas de fogo. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Seif

Presidente Eventual da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/16>

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fala da Presidência.)
– Senhoras e senhores, muito bom dia.

Sob a proteção de Deus e havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública do Senado Federal.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 34ª Reunião, realizada em 2 de dezembro de 2025.

Os que concordarem permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião é composta por duas partes. A primeira destina-se à deliberação do item constante na pauta, e a segunda destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de ouvir representantes da Polícia Federal e do Exército Brasileiro para obter esclarecimentos técnicos e institucionais sobre os impactos do Decreto 12.345, de 30 de dezembro de 2024, bem como as dificuldades enfrentadas pelos colecionadores, atiradores desportivos e caçadores, conhecidos como CACs, desde a transferência, em julho de 2025, da gestão de registros e documentos do Exército Brasileiro para a Polícia Federal, em atendimento ao Requerimento 29, de 2025, de minha autoria, Senador Jorge Seif, e ao Requerimento 30, de 2025, de autoria do Senador Carlos Portinho.

Na primeira parte também, a pedido do nosso Presidente, o Senador Flávio Bolsonaro, nós vamos ler o resumo das entregas feitas por esta Comissão, um balanço do ano de 2025.

O resumo está aí? (*Pausa.*)

O.k. Maravilha, melhor.

Senhoras e senhores, nós vamos ler aqui o balanço sintético dos trabalhos realizados pela Comissão de Segurança Pública no 2º semestre de 2025.

A Comissão de Segurança Pública (CSP) manteve atuação intensa no segundo semestre de 2025, período marcado com demonstração concreta do aumento de criminalidade difundida por grupos organizados em diversos estados da Federação e expansão do crime organizado, que demandaram maiores desafios operacionais para as forças de segurança pública. A Comissão realizou, ao longo do período, 16 reuniões deliberativas, analisando inúmeras matérias legislativas, e promoveu quatro audiências públicas estratégicas.

Os projetos mais relevantes abordaram modernização tecnológica (*drones*, sistemas de monitoramento), aperfeiçoamento penal e processual, fortalecimento institucional e governança federativa. A CSP também interveio diretamente em matérias orçamentárias, influenciando o PLDO 2026 e o PLOA 2026 para garantir mais recursos adequados ao setor de segurança pública.

Entre os temas sensíveis discutidos em audiência, destacam-se a violência escolar, os supostos abusos em investigações sobre o 8 de janeiro, os desafios do uso de tecnologias





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emergentes pela segurança pública e, daqui a pouco, estaremos discutindo os impactos do Decreto 12.345 sobre os CACs.

Os principais desafios incluíram lidar com a complexificação do crime organizado, promover coordenação federativa entre órgãos de segurança, enfrentar restrições orçamentárias e responder à crescente demanda por transparência.

A CSP reafirmou sua relevância institucional ao modernizar o arcabouço jurídico, fortalecer a fiscalização sobre o Executivo e ampliar o debate técnico, consolidando-se como uma das estruturas legislativas mais estratégicas para o enfrentamento da violência no país.

Esta carta, datada de 16 de dezembro, foi assinada pelo Presidente da Comissão de Segurança Pública, Senador Flávio Bolsonaro.

Primeira parte da nossa reunião deliberativa.

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 30, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja incluído convidado na Audiência Pública objeto do REQ 29/2025 - CSP.

Autoria: Senador Carlos Portinho (PL/RJ) (*Pausa.*)

Como o Senador Carlos Portinho não está presente, eu o subscrevo para darmos seguimento ao requerimento.

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do REQ 29 - CSP seja incluído o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguinte convidado: Sr. Odair Alves, advogado especializado em legislação de produtos controlados (PCEs) e armas de fogo.

Justificação.

A inclusão do Dr. Odair Alves, Presidente Nacional do PL Defesa, advogado com atuação especializada na legislação de produtos controlados pelo Exército e armas de fogo, com formação complementar em segurança pública, balística, mecânica de armas, direito eleitoral, além de instrutor de armamento e tiro credenciado pela Polícia Federal e Professor de Direito Penal, Processo Penal e Direito Eleitoral, revela-se pertinente e oportuna ao objeto da audiência pública.

Sua experiência técnica e atuação direta na interface entre regulação, segurança pública e atividade desportiva permitem qualificar o debate sobre os impactos do Decreto 12.345, de 2024, contribuindo para o aprofundamento das discussões e para o fortalecimento dos trabalhos desta Comissão.

Ante o exposto, diante da importância do presente requerimento, conto com o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a oitiva também, o depoimento do Sr. Odair Alves na nossa audiência pública.

Segunda parte da nossa audiência pública. *(Pausa.)*

Começaremos agora a nossa audiência e informo que temos cinco convidados que participarão presencialmente e três que participarão remotamente.

Antes de chamar nossos participantes para se sentarem à mesa, gostaria de comunicar que foram convidados, mas não confirmaram presença, o representante da Coordenadoria-Geral de Controle de Serviços e Produtos da Polícia Federal; o representante da gestão do Sistema Nacional de Armas (Sinarm); e, por último, o Deputado Federal Marcos Pollon.

Podem tomar lugar à mesa o Sr. Wellington Clay Porcino Silva, Coordenador-Geral de Controle de Armas de Fogo, representante do Diretor-Geral da Polícia Federal – seja muito bem-vindo, Sr. Wellington; obrigado pela presença e pela participação –; o Sr. André Monteiro





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gusmão, Diretor de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército Brasileiro – obrigado, Dr. André, pela presença, seja muito bem-vindo; obrigado, seja bem-vindo –; a Sra. Fabi Venera, Presidente da Federação de Clubes de Tiro e Comércio de Armas do Estado de Santa Catarina (Feccasc) – seja bem-vinda, Sra. Fabi, obrigado pela presença da senhora –; o Sr. Giovanni Roncalli, Presidente da Confederação Brasileira de Tiro Tático (CBTT) – obrigado, Sr. Giovanni, bem-vindo –; o Sr. Marcelo Danfenback, por videoconferência, Presidente da Liga Nacional dos Atiradores Esportivos (Linade); o Sr. Rodrigo Masson, por videoconferência, Presidente da Associação Caça Brasil; o Sr. Yukio Yamaguchi, por videoconferência, Presidente da Federação Catarinense de Tiro Prático; e o Sr. Odair Alves, Advogado especializado em legislação de produtos controlados pelo exército (PCEs) e armas de fogo.

Comunico que a presente audiência pública será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação de todos os cidadãos brasileiros pelo Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas e comentários.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sim, senhor.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Só em nome de respeitar, vamos dizer assim, o que vêm a ser as liturgias, André Monteiro Gusmão é General de Brigada do Exército Brasileiro. Para ficar claro, é o único que está fardado aí.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É verdade.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Está bem?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O.k.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Está errado o nome dele aí na placa, viu? Vamos corrigir isso depois.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Eu solicito à Comissão que faça a devida correção na placa do nosso convidado.

Eu gostaria de fazer uma fala inicial para iniciarmos a nossa audiência pública.

Senhoras e senhores, a presente audiência pública é destinada a ouvir representantes da Polícia Federal e do Exército Brasileiro sobre os impactos do Decreto 12.345, de 30 de dezembro de 2024, bem como sobre as dificuldades enfrentadas pelos colecionadores, atiradores esportivos e caçadores, os CACs, após a transferência, em julho de 2025, da competência de fiscalização e registro do Exército para a Polícia Federal.

Esta audiência não foi convocada por conveniência política, Senador Mourão. Ela foi convocada por necessidade institucional. Desde a transferência de atribuições, o que temos observado é um ambiente de instabilidade administrativa, marcado por falhas sistêmicas, insegurança jurídica e incapacidade operacional para absorver a nova demanda por parte da Polícia Federal.

O sistema Sinarm-CAC, já limitado em sua origem, revelou-se insuficiente para suportar o volume real de solicitações, gerando atrasos generalizados nas autorizações de compra, emissão e renovação de CRAFs e expedição de guias de tráfego. Esses atrasos, Senador Mourão, não são números frios, eles têm consequências reais, prejuízo a atletas, instrutores, lojistas, clubes de tiro, colecionadores e toda a cadeia produtiva que atua dentro da legalidade e que hoje se vê penalizada pela desorganização do Estado brasileiro.

É preciso dizer, com clareza, que controle estatal não pode significar colapso administrativo. A Polícia Federal recebeu essa atribuição sem que, até o momento, esteja claro





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se houve estrutura adequada, pessoal suficiente, sistemas funcionais e planejamento de transição compatível com a complexidade da tarefa, que sabemos que é grande. O resultado é um gargalo crescente com prazos indefinidos, decisões discricionárias e ausência de previsibilidade para os CACs.

Do ponto de vista jurídico, a situação é igualmente preocupante. A redução da validade dos CRAFs de dez para três anos já cria por si, para 2026, um risco concreto de vencimento simultâneo em massa, com potencial estrangulamento do sistema. Soma-se a isso a exigência de comprovação de efetiva necessidade, com base em critérios de habitualidade, já que não estão claramente definidos em lei, abrindo espaço para insegurança jurídica e tratamento desigual entre cidadãos brasileiros.

Ainda há um outro problema, Senador Mourão, que é administrativo, grave e imediato. Não existe hoje, no sistema, a funcionalidade para transferência de armas entre acervos, apesar de seu decreto estabelecer 31 de dezembro de 2025 para a conclusão desses procedimentos. Isso coloca, Senador Mourão, milhares de cidadãos em situação de risco administrativo sem que tenham meios de cumprir a norma.

Esta Comissão não pode aceitar que o Estado crie obrigações sem oferecer meios para seu cumprimento. Por isso, esta audiência tem o objetivo claro de cobrar esclarecimentos técnicos, prazos, responsabilidades e soluções concretas por parte dos órgãos. Queremos saber se houve planejamento, capacidade de resposta e qual medidas serão adotadas para corrigir falhas que já afetam direitos a atividades esportivas legítimas e a credibilidade da política pública. O Senado não pode se omitir quando políticas públicas falham. Estamos passíveis a erro, somos humanos. Fiscalizar é o nosso dever constitucional.

Perguntas técnicas à Polícia Federal. Por exemplo, gestão e capacidade operacional... Um, a Polícia Federal recebeu reforço de orçamento tecnológico de pessoal para assumir essa... *(Pausa.)*

O.k. As perguntas eu faço num segundo momento. *(Pausa.)*

Concedo a palavra, por dez minutos, ao Sr. Wellington Clay Porcino Silva, Coordenador-Geral de Controle de Armas de Fogo, representante do Diretor-Geral da Polícia Federal brasileira.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Wellington, mais uma vez, obrigado pela presença de V. Exa. Sabemos que existe hoje uma instabilidade em todos os sistemas, demora nas respostas, isso está causando realmente uma insegurança jurídica, medo, pavor, terror nos CACs, ao qual pertencço e faço parte. E agradeço imensamente a sua presença para buscarmos resolução dos problemas aqui já expostos. Obrigado.

A palavra é sua.

O SR. WELLINGTON CLAY PORCINO SILVA (Para expor.) – Eu agradeço, Sr. Presidente.

Essa oportunidade aqui é muito importante para a Polícia Federal apresentar o que a gente está fazendo, como está andando e os resultados, porque, sim, temos enfrentado problemas, principalmente sistêmicos, mas a gente também tem resultados que eu gostaria de publicizar.

Por favor.

Já respondendo à primeira pergunta, no contexto, como é que essa atividade passou para a Polícia Federal? Foi uma determinação do Governo Federal, através do Decreto 11.615. E qual é o objetivo da Polícia Federal ao executar essa política pública? Que 1 milhão de CACs recebam um serviço público de qualidade. É essa a maior preocupação da Polícia Federal. E como a gente se estruturou? O que a gente recebeu para poder atender essa demanda?

Por favor.

Nós compramos, com os R\$20 milhões que recebemos, aproximadamente, em março do ano passado, deste ano, desculpa, 600 computadores novos, contratamos 579 funcionários terceirizados e temos atualmente, colocamos 450 policiais federais trabalhando, entre policiais federais e servidores administrativos da casa, na atividade de controle de armas, ou seja, temos um efetivo de aproximadamente mil pessoas que trabalham exclusivamente no controle de armas. Mas só isso não é o suficiente.

Para que a gente consiga vencer, houve ainda uma reestruturação administrativa, foram criadas delegacias de controle de armas de fogo em cada uma das superintendências, foi criada a Coordenação-Geral de Controle de Armas de Fogo, pela qual eu atualmente sou o responsável, que também é responsável pelo Sinarm. E é por isso também, Senador, que não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

veio outro representante da Polícia Federal, porque eu sou o responsável pelo Sinarm, e também, com a criação da Coordenação-Geral de Controle de Armas, a Coordenação-Geral de Serviços e Produtos deixou de responder por armas. Então, por isso é que não vieram.

A gente buscou também, além dessa reestruturação administrativa, analisar detalhadamente os processos para que a gente conseguisse otimizar os processos, identificar onde havia gargalos, para que nós pudéssemos ser rápidos, mais eficientes na análise e, ao mesmo tempo, adotar uma transparência e uma comunicação ativa.

O Sr. Roncalli, que está aqui na mesa, tem várias vezes conversado comigo, a gente tem procurado conversar com os representantes. Para quê? Para que a gente possa acalmar os anseios. Eu sei que o momento de mudança gera tensão, mas a minha porta, a porta da Coordenação-Geral da Divisão de Controle de CACs está sempre aberta para a gente conversar sobre o segmento. O nosso objetivo é único: apresentar a melhor solução possível.

Por favor.

A gente tem, sim, um problema com o Sinarm-CAC, eu não vou... Mas são problemas que já havia no Exército. É óbvio que ele passou por um momento de instabilidade maior no início. Nós identificamos 20 erros graves prioritários que já foram corrigidos em quase toda a sua totalidade. A arquitetura dele não é boa, ele gera muitos erros, porque sobrescreve a mesma informação em dois bancos diferentes, e isso o torna mais propenso ao erro. A gente fez um esforço, porque ele caía muito, então tinha que melhorar a disponibilidade, resultando num sistema com desempenho insuficiente.

Pode passar.

O que a gente já corrigiu dos 20 erros? Corrigimos 19, falta um único, que é o erro de cancelamento da atividade de caça, que é a que está levando um pouco mais de tempo, porque teve que se desenvolver toda a função do zero. A gente está trabalhando para equalizar os bancos de dados, para que não haja mais erros de requisição, que é o maior problema hoje. Não é mais um erro do sistema como um todo, mas um erro de determinados usuários, por causa daquela falha de sobrescrever em dois bancos diferentes. Então a gente está trabalhando para equalizar os bancos de dados e corrigir essa falha.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também conseguimos melhorar significativamente o tempo que o sistema passa disponível, reduzindo o número de quedas, o que no início foi muito complexo, e hoje nós temos um sistema com desempenho razoável, mas ainda tem muito a melhorar. Por isso...

Pode passar, por favor.

A gente está trabalhando para, até o meio do ano que vem, já ter pelo menos alguns serviços migrados para esse novo serviço, o Portal PF, em que a gente vai procurar automatizar habitualidade e atestados, automatizar a análise de documentos, automatizar a análise de antecedentes e unificar todos os requerimentos num único sistema. A gente já está desenvolvendo esse sistema. Hoje de manhã, eu já tive uma reunião para tratar dele, então o prazo é que nós façamos até o meio do ano que vem, até por conta da questão da renovação dos CRAFs, que é um grande desafio que nós reconhecemos.

Pode passar, por favor.

O que eu vou conseguir fazer com isso? A gente espera, no novo sistema, reduzir em 80% a necessidade de intervenção do analista, automatizando o processo o máximo possível, e agrupar a titularidade das armas. Em vez de eu ter que fazer um requerimento, um processo para cada arma, se eu tenho 20 armas e quiser renová-las, eu vou poder renovar todas num único processo. Então esse já é um requisito do novo sistema que está sendo desenvolvido.

Por favor.

E, por fim, eu queria mostrar os resultados que nós obtivemos. Nós, de todos os processos que foram encaminhados e recebidos pela Polícia Federal, deferimos 78,66% e só foram indeferidos 0,7%. Então, isso mostra... Sim, temos problemas, reconhecemos os problemas, mas os números mostram que estamos, sim, trabalhando, estamos dando atendimento à demanda e, mesmo quando há falha sistêmica, a orientação da coordenação-geral é tramitar, via manual, ou seja, via *e-mail*, de modo que a gente não prejudique, em hipótese nenhuma, os usuários. A orientação do Diretor-Geral para mim – do Diretor de Polícia Administrativa – é sempre prestar o melhor serviço possível, sem compromisso com o erro, sempre atendendo ao cidadão da melhor forma possível.

Obrigado. Pode encerrar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado pela palavra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Wellington, eu agradeço imensamente a participação inicial do senhor.

Realmente, esta audiência foi provocada exatamente – Senadora Damares, bem-vinda aqui à nossa Comissão; Senador Moro, da mesma forma –, inclusive, antes da vigência do novo decreto, justamente pelos problemas pelos quais os CACs, os clubes de tiro, os caçadores, os atiradores e as lojas vinham nos procurando. Por saber que nós somos entusiastas da pauta, por eu participar desse mundo desportivo – eu sou CAC também –, buscaram ajuda. Falaram: "Seif, o que vai acontecer? Daqui a pouco posso ter minha arma arrestada, porque eu não estou conseguindo, o sistema está saindo do ar. O sistema não está funcionando, dá erro, não consigo entrar, o do Exército também".

Então não é apenas uma crítica gratuita, senão um esclarecimento de uma forma como a população que faz parte desse mundo dos CACs... Qual é a tranquilidade que nós podemos passar para eles sendo a Comissão de Segurança Pública, e vocês, representantes do Executivo? De que forma nós podemos ajudá-los? E qual a expectativa que eles podem ter dos órgãos do Governo que estão tratando, visto que essa migração realmente causou dúvidas?

Por exemplo, tem um clube de tiro em Araranguá, no Estado de Santa Catarina, sul de Santa Catarina, que me procurou e falou: "Seif, eu pergunto uma coisa para a Polícia Federal de uma determinada área, e me respondem assim [e ele me mandou, inclusive, os *e-mails*]. Eu pergunto para outra delegacia da Polícia Federal, e é uma resposta antagônica". Então, assim, dentro da própria polícia – não estou fazendo crítica à Polícia Federal, em absoluto –, isso nos mostra o quê? Que eles também têm dúvida do que está acontecendo nessa evolução. Então é importantíssima a participação do senhor.

Imediatamente, eu convido o Sr. André Monteiro Gusmão, Diretor de Fiscalização de Produtos Controlados, General de Brigada Gusmão, Diretor de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército Brasileiro, para fazer a sua exposição.

Obrigado pela presença do senhor mais uma vez, General.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ MONTEIRO GUSMÃO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador, pela oportunidade de me dirigir a tão seletto grupo aqui e falar um pouquinho da nossa diretoria. Ela é subordinada, naturalmente, dentro do Exército, ao nosso comando logístico, próximo à diretoria. Nós trabalhamos muito com três verbos na nossa diretoria, que é regular, autorizar e fiscalizar. Isso conduz a nossa missão, o nosso trabalho diário e toda a nossa gestão, todo o nosso planejamento.

Próximo, por gentileza.

A origem da fiscalização de produtos controlados remete a 1934. Vai longe, dentro da Revolução Constitucionalista ali de 1932. Em 1934, já houve alguma coisa tentando regular, com o Governo Federal tentando controlar o produto, o que tinha de maior risco para a população.

O próximo, por gentileza.

Aí nós passamos pela Constituição, que diz que o Estado vai controlar o produto de maior risco, e a Lei nº 10.826 vai dizer que compete ao Exército. Lá no art. 24, nós verificamos ali, na última linha, já o CAC aparecendo, em 2003. Então esse processo de consolidação de maturidade do controle das atividades relacionadas a colecionadores, a atiradores e a caçadores estava com o Exército há mais de 20 anos. Então veio um processo de maturação, com variações de legislações no meio do caminho, mas esteve conosco desde lá, de 2003, já no decreto que nos deu essa missão.

O próximo eslaide.

E agora tivemos um acordo de cooperação técnica assinado, em 18 de setembro de 2023, em cima do Decreto 11.615, que determinou a passagem da gestão do CAC para a PF. Foi assinado este acordo de cooperação. No ano de 2024, nós trabalhamos na passagem para a PF. Tem um calendário dentro desse acordo. Cumprimos plenamente o calendário, capacitando o pessoal da Polícia Federal, passando o código-fonte do sistema com que nós trabalhávamos, à época, para a Polícia Federal. E esse primeiro acordo de cooperação prevê que, no dia 1º de janeiro de 2025, nós passaríamos para a PF a missão da gestão do CAC. No dia 27 de dezembro, se eu não me engano, foi feito um termo aditivo, mudando esta data para 1º de julho de 2025, o que efetivamente aconteceu, sem maiores atropelos, tudo planejado dentro de um calendário.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que permaneceu com o Exército está ali, nesse eslaide, e o que foi passado para a PF está ali naquele eslaide. Então é com o quê nós trabalhamos hoje.

Existem alguns pontos ainda. Quando eu falo de estande de tiro, existem alguns pontos, porque tem o CAC dentro do estande de tiro e tem o estande de tiro. E o meu contato com o Dr. Wellington é praticamente diário. Conversamos sempre, fizemos nesse período aí, Doutor, pelo menos umas 15 reuniões, para ajustes em determinados pontos, sempre com o objetivo: o CAC, o atirador e o colecionador, não pode ser prejudicado. Esse é sempre o grande objetivo, como o Dr. Wellington colocou aqui.

Porém – o próximo eslaide –, a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados vai muito além do CAC. Muitas vezes me perguntam: "Acabou o CAC, acabou a DFPC." Doutor, tem muita coisa por trás que nós controlamos. Eu queria só passar para os senhores aqui rapidamente, para nivelar conhecimentos e mostrar o que nós fazemos, o que é um produto controlado. Está lá, em 2019: "que possa causar danos às pessoas ou ao patrimônio" e assim por diante.

Siga, por gentileza.

Hoje nós temos 382 produtos controlados pelo Exército. Eu não vou listar aqui, porque entram desde produto químico bem detalhado até blindados, blindagem e assim por diante, mas são 382 PCEs para os quais, hoje, dentro desse arcabouço de leis, decretos, portarias do Comandante do Exército, do Estado-Maior do Exército, do comandante logístico, instruções técnicas administrativas – as nossas ITAs – nós temos 52 documentos que regulam a atividade.

Então é complexo, não é simples, porque é uma atividade de grande risco, e isso precisa ser trabalhado. Eu comento com o meu pessoal: é com o comércio que nós estamos trabalhando para fiscalizar o produto controlado. Nós não podemos atrapalhar o comércio, mas nós temos que estar lá presentes o tempo inteiro, fiscalizando, fazendo as nossas vistorias.

O próximo.

E o que isso representa dentro do PIB nacional? Para os senhores terem uma ideia, quando eu falo da indústria metalmecânica, eu estou falando do produto controlado armamento, eu estou falando do produto controlado munição. Na gestão de quem está com esse armamento e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

onde ele está conduzindo, sim, aí é o CAC, mas, quando eu falo armamento como um todo, eu estou entrando na indústria metalmeccânica, no que isso representa lá do nosso PIB.

Quando eu falo da indústria química, dos produtos químicos que são controlados... Eu vou falar só, simplesmente aqui, do nitrato de amônio, porque ele vai bater na indústria química, vai bater no extrativismo quando, no seu grau Tgan, é o explosivo que hoje nós circulamos no mercado e vai bater lá na agropecuária quando, no seu grau Fgan – que é o de fertilizante do NPK, da formulação para a nossa agropecuária –, é o nitrogênio do NPK. Ele é o nitrogênio e é um produto controlado pelo Exército. A quantidade que nós importamos... Pelo Fgan, o que temos que instalar nos portos, fazendo a vistoria... É um produto de que tivemos, há poucos anos, uma grande explosão lá num porto.... Se eu não me engano...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ MONTEIRO GUSMÃO – No Líbano. Era o produto estocado de forma incorreta.

Então é um produto controlado pelo Exército, e o senhor vê ali embaixo o que isso aí representa dentro do nosso PIB. E nós do Exército, nós da diretoria não podemos atrapalhar isso aí. Nós precisamos estar presentes, fiscalizando com sistemas otimizados, eficientes, mas não atrapalhando.

Logicamente, aqueles que não estão corretos precisam ser sancionados, dentro da nossa missão de polícia administrativa, ou, se for o caso, informando as autoridades policiais para que as ações de polícia judiciária sejam executadas. E acontece. Há pouco tempo, lá em Tefé, tivemos uma operação de comércio ilegal de munição, de armamento, que ocorreu junto com as polícias. E outras ações estão acontecendo.

O próximo, por gentileza.

Então é importante salientar: a diretoria está empenhada em cumprir com as suas atribuições. A diretoria está dentro de um sistema que tem a capilaridade que o Exército Brasileiro possui. Hoje estamos trabalhando, normalmente, por exemplo, em fiscalização de exportação de produtos pela fronteira de Assis Brasil com o Peru, se houver necessidade de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capilaridade. Está saindo produto controlado por Tabatinga, nós temos um porto novo, aqui na América do Sul, que dá acesso fácil.

Então o comércio está buscando o melhor caminho e nós temos que estar lá presentes fazendo essa fiscalização. Hoje nós trabalhamos com cerca de 2 mil militares do Exército dentro do sistema de fiscalização. São cerca de 220 organizações militares do Exército dentro do sistema, e eu preciso fazer esse gerenciamento, essa coordenação para que possamos ter ações dentro de todo um país com dimensões continentais, permitindo que o comércio nacional aconteça, mas dentro de uma legislação, dentro de uma fiscalização, dentro de uma vistoria que permita a segurança dos cidadãos aqui do nosso país.

Muito obrigado pela oportunidade.

Estaremos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, General, pela explicação do senhor.

Passo a palavra imediatamente para a Sra. Fabi Venera, que é Presidente da Federação de Clubes de Tiro e Comércio de Armas de Santa Catarina (Feccasc), que vai fazer uso, por dez minutos, da palavra.

Sra. Fabi, obrigado pela presença. O microfone é da senhora.

A SRA. FABI VENERA (Para expor.) – Olá, muito bom dia a todos.

Gostaria de cumprimentar o nosso Senador Seif, Presidente da Mesa, e agradecer esta oportunidade, por ter nos proporcionado esta oportunidade única de estarmos aqui com representantes da Polícia Federal e com representantes do Exército Brasileiro.

Nós, infelizmente, estamos enfrentando muitos problemas com o novo sistema. Não somente com o sistema, mas, desde que os decretos saíram, há a questão econômica, como o senhor falou, General. Clubes de tiro e lojas de armas estão sofrendo ainda muito porque alguns processos ainda têm um prazo muito longo para sair. Às vezes, a pessoa que vai adquirir essa arma de fogo acaba desistindo no meio do processo. Desde que foi transferido para a Polícia Federal, nós ainda não temos processos de transferência sendo efetivados.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

No nosso estado – não sei como está em todo o Brasil – a aquisição de armas hoje... Nós temos processos de aquisição sendo feitos, mas registros ainda não. Então nós não tivemos ainda, na nossa região, processos saindo o registro das armas. A minha região é ali a de Joinville, a maior cidade do estado, e muitas vezes acontece o que o Senador Seif falou anteriormente. Em Joinville, por exemplo, tem um entendimento; na cidade vizinha tem um outro entendimento.

Então, até antes de fazer as perguntas, eu gostaria de solicitar que a Polícia Federal pudesse fazer uma instrução normativa com dados, com pontos específicos, com regramento, para que a gente possa ir a todas as unidades e falarem: "Esse é o regramento". Desde um simples comprovante de residência... Hoje uma delegacia aceita um comprovante; a outra não aceita. Com o comprovante de ocupação lícita estamos tendo bastante problema. Chega ao ponto de, para uma pessoa que tem uma renda de dois salários mínimos, o processo ser indeferido porque essa pessoa não apresenta condições de adquirir uma arma e de manter uma arma – eu tenho o *print* aqui, posso enviar para o senhor depois –, mas, em outro local, esse mesmo documento é aceito. Então, se nós tivermos uma instrução normativa que seja objetiva – são esses os documentos para a ocupação lícita, são esses os documentos para comprovante de residência –, a gente acaba solucionando esses problemas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Claro. Claro.

O SR. WELLINGTON CLAY PORCINO SILVA (Para expor.) – Muito obrigado pela oportunidade, Sra. Fabi.

Isso acontece. São 127 unidades. Inclusive, já tem um documento expedido pela coordenação-geral, determinando que esse critério de censo não seja aplicado, deixando muito claro que, senão, o estudante não poderia... Ele não exige renda mínima. A norma exige atividade lícita, independentemente de haver ou não renda. Essa é a orientação da coordenação-geral.

Então eu peço, quando houver esses problemas, que a gente seja comunicado, porque, eventualmente, eu não consigo saber tudo o que acontece no Brasil e a ponto de atender. Mas,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesse caso, eu já recebi essa informação, já mandamos um documento para todas as unidades cumprirem. Pode ser que já estejam cumpridos ou não, pode ser anterior, mas, se permanecer, eu peço que nos comunique.

Como eu falei na minha apresentação, uma das estratégias que nós temos para melhorar o serviço é comunicação ativa, é porta aberta, é receber os problemas e buscar a solução imediata. Então, sobre qualquer problema que a senhora tiver, como qualquer outra entidade, a gente está aberto a conversar, tanto eu, quanto o Dr. Dênis, que é o Delegado-Chefe da divisão que trata especificamente de CACs. Nós estamos abertos para receber qualquer crítica, sugestão, para que a gente possa melhorar o serviço.

Obrigado, Presidente.

A SRA. FABI VENERA – Eu vou deixar aqui com o senhor a minha lista – a lista para a Polícia Federal é maior do que a lista do Exército –, para que a gente possa acompanhar juntos aqui. Alguns são casos isolados, mas outros são casos que acontecem com vários usuários.

Questão de idoneidade: o que a Polícia Federal entende por perda de idoneidade? Foi registrado um boletim de ocorrência para uma pessoa qualquer. Cidadão pode registrar um boletim de ocorrência para outro cidadão? É lógico que depois vai haver o inquérito e vai ser investigado. Mas, pelo simples fato de ter um boletim de ocorrência aberto, a pessoa perde a idoneidade por causa disso?

O SR. WELLINGTON CLAY PORCINO SILVA – O decreto é muito claro. Ele regula... Claro que entre outros... Mas o indiciamento é normalmente o primeiro passo para a pessoa perder a idoneidade. Um simples boletim de ocorrência não necessariamente acarreta em perda de idoneidade, mas, dependendo do caso concreto, como, por exemplo, caso de violência contra a mulher, pode ser decretada a perda de idoneidade por conta de um boletim de ocorrência, mas não é o ordinário. O ordinário, previsto expressamente no decreto, é a questão do indiciamento.

A SRA. FABI VENERA – Perfeito.

Com relação à habitualidade, nós estamos com muitas dúvidas, porque nós atiradores esportivos, caçadores e colecionadores somos seguidores da lei, só que a gente quer saber como essa lei vai ser cobrada para que a gente possa seguir a lei. Então nós temos algumas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dúvidas ainda com relação à habitualidade. Nós sabemos que a habitualidade será cobrada de dezembro a dezembro, mas nós tivemos a habitualidade, em 2024, que era por calibre; em 2025, passou a ser por grupo de armas. Até aí tudo bem. Só que daí, no meio do caminho, o atirador foi lá e comprou mais uma arma. Como será cobrada a habitualidade dessa nova arma? E passaram alguns meses, ele foi lá e fez mudança de nível.

A partir desse momento, como será cobrada essa habitualidade? É a partir da mudança de nível? É porque nós sabemos que, a partir do ano que vem, serão renovados os CRAFs. Há até um pedido que eu vou lhe fazer depois ali com relação à efetiva necessidade. A efetiva necessidade para o atirador será a habitualidade. Então, como nós passamos por esse processo meio confuso, como será cobrada essa habitualidade para que o atirador consiga renovar o seu Craf e não perca a sua arma? A grande preocupação dos atiradores é acabar perdendo a arma e o CR em si.

O SR. WELLINGTON CLAY PORCINO SILVA – O nível será cobrado a partir da mudança de nível. Eu não posso cobrar um nível anterior do que ele tinha, tá? Então, sim, vai ser cobrado a partir do momento que ele mudou o nível. A habitualidade vai ser cobrada exatamente, estritamente, o que está na lei. Uma coisa que é a orientação da direção-geral é: ser extremamente legalista, não exigir nada além do que esteja previsto na lei. Por exemplo, como a senhora mesmo falou da questão de renda mínima, isso não tem previsão legal. Então é justamente por isso que a gente já emitiu uma orientação: "Olhe, não há renda mínima." A lei exige atividade lícita, o que não se confunde com renda mínima. Então é simplesmente seguir exatamente o que está previsto na norma, pelos prazos na norma. Então a orientação da Polícia Federal é ser o mais legalista possível.

A SRA. FABI VENERA – Perfeito.

Com relação à arma do acervo de caça, em alguns locais, em algumas delegacias, se o caçador quiser comprar uma pistola, que é de calibre restrito, é aceito; em outros locais, ele não pode adquirir uma pistola de calibre restrito se ele não tiver uma arma longa, por exemplo. Mas o decreto diz que ele pode ter duas armas restritas e não especifica isso. Isso também é algo que a gente está enfrentando bastante na nossa região.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON CLAY PORCINO SILVA – Também quanto a esse ponto, já foi emitido um documento oficial pela Divisão de Controle de CACs dizendo que o decreto não prevê nenhuma outra exigência para aquisição de uma pistola de calibre restrito para caçador. Então deve ser deferido.

A SRA. FABI VENERA – Maravilha.

Há uma outra pergunta com relação à transferência de CAC para CAC. Temos alguma previsão até mesmo entre acervos do mesmo atirador?

O SR. WELLINGTON CLAY PORCINO SILVA – Já está funcionando.

A SRA. FABI VENERA – Já está funcionando?

O SR. WELLINGTON CLAY PORCINO SILVA – Sim, hoje mesmo eu devo ter mandado lançar umas cinco ou seis.

A SRA. FABI VENERA – Por *e-mail*?

O SR. WELLINGTON CLAY PORCINO SILVA – Por *e-mail*.

A SRA. FABI VENERA – Por *e-mail*.

O SR. WELLINGTON CLAY PORCINO SILVA – Mas está funcionando. Está sendo lançado no Sigma, no Sigma da PF.

A SRA. FABI VENERA – E a minha última pergunta é com relação ao acervo de coleção. Essa pergunta eu acredito que seja para o senhor e também para o Sr. General.

O decreto diz que a questão de transferência de arma de coleção será efetivada somente até 31 de dezembro deste ano. E, até agora, desde que o decreto saiu, em 1º de janeiro de 2023, nós não tivemos nenhum sucesso em nenhum caso de arma, de o atirador poder transferir uma arma para coleção.

Tivemos, desde o início do ano, assim que foi liberado, em janeiro deste ano, as transferências para caça. Entramos com alguns processos no Exército, na SFPC regional. Eles mandaram para Brasília, porque precisavam de autorização aqui de Brasília.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em novos casos, a partir de julho, com a Polícia Federal, nós não tivemos ainda nenhum caso de sucesso de transferência para o acervo de coleção. E nós temos essa preocupação. Há até um artigo no decreto que nós não entendemos. Por que somente até 31 de dezembro que pode ser feita essa transferência para o acervo de caça?

O SR. WELLINGTON CLAY PORCINO SILVA – Só posso falar até isso aqui, porque já foi dito, inclusive, pelo diretor-geral, numa audiência pública, que a gente fez na própria polícia...

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON CLAY PORCINO SILVA – ... nós não vamos, em hipótese nenhuma, prejudicar o usuário do nosso serviço por conta de problemas administrativos. Então nós não vamos, por questões técnicas, sistêmicas, prejudicar o usuário. Então pode tranquilizar o usuário porque a Polícia Federal tem como orientação atender da melhor forma possível o usuário do seu serviço e não vai prejudicá-lo por problemas sistêmicos. Se houver algum problema, alguém perder prazo, é só entrar com um requerimento apontando isso que a orientação, inclusive, da direção-geral é atender.

A SRA. FABI VENERA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Com a palavra o General Gusmão.

O SR. ANDRÉ MONTEIRO GUSMÃO (Para expor.) – Obrigado.

Sra. Fabi, só respondendo especificamente, os processos que entraram na diretoria, até 30 de junho, estão sendo analisados pela diretoria, de forma centralizada, para evitar qualquer tipo de diferença de interpretação, porque o artigo lá do decreto é bem específico sobre os 40 anos do funcionamento do armamento. Então, para não haver diferença de interpretação, nós estamos analisando um a um, e pretendemos, neste ano ainda, finalizar todos os processos que entraram. Então, por isso é que está sendo centralizado aqui na diretoria, mas estamos dando vazão normalmente. Pode ser que, no caso da senhora, ou não chegou nesta arma, ou não chegou ainda a informação ao cidadão que teve o interesse e que entrou com o processo.

A SRA. FABI VENERA (Para expor.) – Perfeito. *(Fora do microfone.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, rapidamente, só para terminar, uma pergunta rápida ao General. Clubes de tiro, com menos de 1km de instituições de ensino vão poder abrir em horário normal, agora durante as férias de verão e depois nas férias de julho também? Já que isso não está em decreto, nem que pode, nem que não pode, mas o decreto prevê que, durante os finais de semana e feriados, pode abrir em horário normal, a partir de 6h da manhã. Hoje nós temos essa restrição de horário. Durante as férias, como ficaria isso?

O SR. ANDRÉ MONTEIRO GUSMÃO (Para expor.) – Perfeito, obrigado.

Nós somos legalistas. Cumprimos o que está escrito, independentemente de opiniões ou pareceres, e assim por diante. O que está escrito nós vamos cumprir. Então, menos de 1km, o funcionamento é, diariamente, das 18h às 22h e pode funcionar, nos finais de semana, das 6h às 22h. Então, dentro do período de férias e assim por diante, permanece valendo o que está escrito: durante a semana, das 18h às 22h e, no final de semana, das 6h às 22h.

A SRA. FABI VENERA – Nosso questionamento é porque, durante os feriados, mesmo que seja durante a semana, ele pode também abrir...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só uma questão aqui, uma questão de ordem, aproveitando a pergunta da Sra. Fabi. Não sei se posso fazer um questionamento, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pode, sim, Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Entrou-se nesse mérito dos horários e essa é uma queixa que a gente ouve com frequência dos CACs. É claro que isso é um ato normativo, mas faz algum sentido, do ponto de vista do mérito, essa restrição? General, se o senhor pudesse dar uma opinião para nós sobre isso. Porque só pode funcionar no período noturno, durante a semana, em dia útil. Mas qual é a lógica desse tipo de imposição, se tem alguma? Será que não haveria uma oportunidade de eventualmente rever o decreto a esse respeito? Ou tem algum fundamento que possa justificar alguma coisa dessa espécie? Para mim, eu tenho dificuldade.

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não... Sim, mas a gente está com especialistas aqui presentes, seria interessante ouvir a opinião deles.

O SR. ANDRÉ MONTEIRO GUSMÃO (Para expor.) – Senador, obrigado pela pergunta.

Nós somos legalistas. O que o decreto ou a lei nos coloca, nos impõe... Nós, naturalmente, fazemos as nossas portarias quando é necessário e cumprimos o que está previsto. O que está previsto é 1km em linha reta de escolas. Então, trabalhamos com coordenadas geográficas para fazer análise e fiscalizamos o que está previsto. É o nosso trabalho de legalidade, que nós fazemos diariamente na diretoria.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ MONTEIRO GUSMÃO – Quem escreveu a legislação, eu não sei dizer para o senhor. Nós cumprimos o que está escrito ali.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – O senhor respondeu, na verdade.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Na realidade, é uma lógica lusitana, é a lógica do PT, a gente sabe como é que é.

A SRA. FABI VENERA – General Gusmão, eu gostaria de entregar para o senhor um ofício. É uma solicitação para que seja revista, justamente, essa regra de 1km em linha reta, porque o decreto diz distanciamento de 1km, ele não diz distanciamento em linha reta. Essa foi uma portaria do Exército e, se os senhores puderem olhar isso com atenção, porque faz a diferença para muitos clubes de tiro.

O SR. ANDRÉ MONTEIRO GUSMÃO – Perfeito, Sra. Fabi.

A SRA. FABI VENERA – Obrigada.

O SR. ANDRÉ MONTEIRO GUSMÃO – Está recebido e vou responder à senhora no mais curto prazo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Sra. Fabi Venera.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Fabi, além de Presidente da Federação de Clubes de Tiro e Comércio de Armas do Estado de Santa Catarina, também, junto com seu esposo, que está aqui, meu amigo Coronel Venera, é proprietária de um clube de tiro – maravilhoso, por sinal, Senador Esperidião Amin. Se o senhor gosta de atirar, podemos ir lá junto um dia, fazer tiro desportivo, com toda segurança, um clube excepcional. Por isso, muitas das dúvidas dela realmente coincidem com as das pessoas que têm buscado o nosso gabinete ao longo destes últimos meses.

Então, quero agradecer, Fabi, porque aqui você fala não só como Presidente da Federação de Clubes, mas como proprietária de clubes de tiro e sabe o que está ocorrendo com os seus desportistas. Então, agradeço demais.

Aqui realmente nós temos oportunidade, junto da Polícia Federal, junto do Exército Brasileiro, de tirarmos essas dúvidas, vemos as evoluções. Fiquei bastante feliz com a apresentação do Sr. Wellington, especialmente porque nós sabemos que são problemas essencialmente de TI, problemas de sistema e problemas de lógica. Veja, nós já somos o quê? Mais de 1 milhão de CACs no Brasil. Imaginem, se cada requerimento tiver que passar por uma análise humana, como isso vai se tornar burocrático e inviável ao longo do tempo. Então, com esses sistemas que o senhor está apresentando, praticamente 80% das questões já vão ser resolvidas pelo próprio sistema. Estamos ansiosos para que esse dia chegue.

Passo a palavra, imediatamente, ao Sr. Giovanni Roncalli, que é Presidente da Confederação Brasileira de Tiro Tático, mais uma vez, agradecendo ao senhor pela presença.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Senador Seif...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sim, senhor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – V. Exa. me concede...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Claro. Senador Esperidião Amin, a palavra está com o senhor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu queria pedir permissão...

O senhor é parente do Papa, não é? Angelo Roncalli?

O SR. GIOVANNI RONCALLI (*Fora do microfone.*) – É uma homenagem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Roncalli é nome de Papa.

O SR. GIOVANNI RONCALLI (*Fora do microfone.*) – Sim, um pacificador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim, pacificador. Então, o senhor tem um bom astral. Angelo Roncalli. Sabia disso? Eu ando atrás de um Papa que seja melhor do que o Francisco, que era jesuíta, como eu.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O senhor, aqui, é nossa enciclopédia. Obrigado pelos esclarecimentos aí.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas eu queria só intervir, prezado amigo, Senador Seif – e peço permissão também ao Senador Mourão, ao Senador Sergio Moro e à nossa Senadora Damares –, fazer uma brevíssima intervenção para aplaudir esta sessão. Eu não pude participar e não vou poder ficar. Hoje está um dia muito tenso. Essa coisa de dosimetria... Evite isso, sempre.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Dosimetria é para remédio.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, eu já tive uma discussão sobre quantas doses de *whisky* cabem em um litro. E alguém resolveu fazer a dosimetria por prova real. Chegou à conclusão de que eram 23 doses. E o outro divergiu, dizendo que eram 22. Até hoje estão bebendo. E o pior disso foi o advento do metanol, que, aí, complicou tudo.

Então, eu queria só justificar que não vou poder permanecer, mas quero saudar todos e, especialmente, no caso, agradecer a participação construtiva do representante da Polícia Federal, Coordenador-Geral de Controle de Armas de Fogo, para que se busque a cooperação, sob o manto da lei, como falou aqui, e eu pude captar, o General André Monteiro Gusmão. Nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

queremos que a lei seja operacional, inclusive para evitar o fomento à ilegalidade. Quanto mais factível, viável, for a prática da lei, menos haverá em matéria de evasão, elisão e outras espertezas. Acho que é isso.

Então, desde o empresário... E não posso deixar de dar uma saudação especial à Fabi, à D. Fabi e ao seu esposo, que me acolheram, que me receberam na casa deles – então, eu tenho que fazer menção – e me ajudaram a compreender um pouco mais essa luta, que é dentro da lei. Sem mencionar o fato de que eu tenho um genro, que ela conhece, porque é cliente, que é CAC e fica me buzinando. Ainda bem que é buzinando, né? Podia ser algo mais... Com estampidos, né?

Acho que essa cooperação é muito importante e é isso que eu quero saudar nesta reunião. Acho que há um caminho dentro da lei, dentro dos bons costumes, dentro do que é a prática, seja ela esportiva, seja ela da caça – o javali está aí e é pesado.

Então, eu queria cumprimentá-lo por estar presidindo esta sessão, que já foi presidida também pelo Senador Mourão, e desejar que dela saiam propostas construtivas, cooperativas e, acima de tudo, sob o manto da lei, que é o que pode e deve regular as aspirações e modular as atividades e ações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Esperidião, nós estamos aqui, hoje, nesta audiência, e eu agradeço também demais a intervenção do senhor, a do Senador Mourão e a do Senador Moro, e tenho certeza de que a Senadora Damares também vai colaborar.

O que nós temos visto e ouvido é que, basicamente, se houver um *checklist* para que o agente da Polícia Federal dê o regramento claro... Porque está parecendo até um pouco o Supremo Tribunal Federal, em que cada um tem uma Constituição na cabeça; e cada policial tem um entendimento da legislação. Imagino eu que, se o Dr. Wellington fizer um *checklist* com questões objetivas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Manualizar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... e manualizar as exigências para renovação, para transferência de acervo, para compra, para posse, para porte... Porque, hoje, cada agente e cada policial federal tem entendido de uma forma a legislação, e isso faz com que alguns estados da Federação – na verdade, nem estados, algumas regiões que são regidas por uma delegacia – tenham um comportamento, e, no mesmo estado, que é o caso de Santa Catarina, exigem-se documentos complementares; por exemplo, a Fabi comentou, aqui, da renda. Não tem isso na legislação; são interpretações que não condizem com a legislação.

Então, está extrapolando-se a legislação e criando dificuldades para o cidadão; e, acima de tudo, exatamente como o Senador Mourão comentou, como nós entendemos que é um Governo desarmamentista, que criminaliza o CAC e que, infelizmente, tem conversas cabulosas com o crime organizado, como já foi exposto na imprensa, nós temos medo. Eu me incluo como CAC; daqui a pouco, minha arma é confiscada, daqui a pouco, eu tenho que devolver a arma, porque uma exigência da interpretação de um agente público não foi atendida a contento, visto que tem uma legislação vigente.

Então, eu acho que é muito importante o que nós estamos falando aqui. O senhor sabe que Santa Catarina, proporcionalmente, por sua população, é o estado que tem mais armas legais no Brasil...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – E o mais seguro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... e o mais seguro, por uma "coincidência".

Então, nós estamos falando, aqui, em milhões de brasileiros...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Convergência.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... e, especialmente também, em catarinenses.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado pela...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Sergio Moro, a palavra está com o senhor.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Só uma questão de ordem, pedindo vênha a V. Exa., mas eu também não vou poder ficar até o final, por conta das confusões deste final de ano, mas queria elogiar a iniciativa de V. Exa. em pedir esta audiência pública, e agora na Presidência, para trazer os envolvidos nesse tema – todos –, e podermos nós ouvi-los e também tirar dúvidas, como foi feito aqui pela Sra. Fabi, em relação ao trabalho da Polícia Federal.

Eu conheço o Dr. Wellington. Ele trabalhou comigo no Ministério da Justiça e fez um grande trabalho lá no Sinesp. É um desafio, de fato, quando há essa transferência à Polícia Federal, porque não era necessário, a meu ver, realizar essa mudança específica.

Mas eu trago, Delegado Wellington, da Associação CAC do Paraná, uma série de reclamações e dúvidas que eles têm em relação aos procedimentos e à aplicação desse decreto, que me foram encaminhadas, inclusive, pelo Deputado Estadual Tito Barichello, lá do meu estado, e gostaria de repassar esse material a V. Sa., para, eventualmente, ter uma resposta sobre as várias questões que eles colocam, e muitas são procedimentais.

Eu também compartilho do entendimento do Senador Seif de que o problema real é a hostilidade do atual Governo Federal em relação à questão do porte de armas, da utilização das armas e dos próprios CACs, com algumas regras que não fazem lá nenhum sentido. E sei que V. Sa., como técnico, está cumprindo a legislação, assim como o ilustre General aqui presente. No entanto, nessa adaptação, existe uma série de questões, talvez operacionais, que podem, eventualmente, ser resolvidas para facilitar a vida dos CACs e não dificultá-las.

Então, vou tomar a liberdade, Senador, de pegar o contato do Delegado Wellington e repassar essas reclamações específicas que foram feitas pela Associação CAC do meu Estado do Paraná.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Senador Sergio Moro.

Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interperlar.) – Que os nossos convidados tenham paciência com a gente, mas hoje é um dia atípico na Casa. Para a gente vir aqui, está bem complicado.

Eu quero cumprimentar todos. Estou muito feliz, Fabi, em vê-la na mesa, uma mulher na liderança de tudo isso.

Mas eu fiquei preocupada e eu quero perguntar ao Dr. Wellington – permita-me, Dr. Wellington. Eu percebi – e, na fala do Senador Esperidião Amin, também ficou um tanto claro – que existe uma subjetividade na interpretação e, pelo que a Fabi falou, cada cidade tem um procedimento. Essa subjetividade me preocupa. Eu não sou da área, mas tenho respeito por todos os trabalhos feitos pelos CACs no país, todos. Inclusive, aqui, em Brasília, eles sabem que tem uma Senadora com quem eles podem contar muito, muito. O senhor disse, por exemplo, que tem que ter um inquérito, mas que, se tiver um boletim de violência contra a mulher, a arma já pode ser recolhida sem o inquérito. Sem a formalização do inquérito? Foi isso que eu entendi?

O SR. WELLINGTON CLAY PORCINO SILVA – Depende, Senadora, do caso concreto.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Haverá uma interpretação subjetiva?

O SR. WELLINGTON CLAY PORCINO SILVA (Para expor.) – É o único caso em que a lei permite uma interpretação objetiva. Por quê? Os CACs não têm objetivo. A análise da aquisição do certificado de registro de um CAC é cara crachá. Ou seja, atendeu ao requisito, não atendeu. A única possibilidade de ter alguma análise subjetiva é no critério idoneidade. Por quê? Porque o decreto, no artigo que prevê o requisito idoneidade, descreve "denúncia, respondendo a processo penal, respondendo a inquérito policial, entre outros". Então, dependendo da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gravidade do boletim de ocorrência, pode ser iniciado um processo, mas não será cassado, tá? Será um processo com direito de defesa e a pessoa vai apresentar... Não há cassação imediata por perda de idoneidade.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E aí, Senador Seif, eu queria chamar o Parlamento para uma reflexão: até onde nós estamos colaborando e até onde nós estamos criando mais problemas?

A nova lei publicada agora no dia 5 de dezembro, no *Diário Oficial*, altera o Código Penal para agravar a pena de crimes contra a dignidade sexual de pessoa vulnerável – lutei muito por essa lei, todo mundo sabe disso –, altera o Código de Processo Penal, altera o ECA, a Lei de Execução Penal. É uma lei que nós aprovamos que altera inúmeros dispositivos legais.

O art. 350-A diz:

Constatada a existência de indícios da prática de crime contra a dignidade sexual, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao autor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas [...]

I – suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826 [...] (Estatuto do Desarmamento);

Indícios de crime contra a dignidade sexual... Como é que vocês vão regulamentar dispositivos legais que nós estamos aprovando?

Dessa forma, eu quero que todos os estupradores não só percam a posse de arma, como já vão para a cadeia, respondam lá e de lá nunca mais saíam se condenados forem. Inclusive, a pena agora a gente conseguiu para 40 anos. Eu queria 70, 80, 100, perpétua, mas ainda não posso.

Mas aqui o texto diz "indícios [...] de crime contra a dignidade sexual". O senhor acha que marcos legais como esse poderiam dar também uma interpretação subjetiva? Nós teríamos que, como Parlamento, ser mais claros?

O SR. WELLINGTON CLAY PORCINO SILVA – Senadora, a Polícia Federal tem uma posição extremamente legalista. A gente procura sempre cumprir o que está previsto na lei, no decreto, nos regulamentos, porque, especialmente no controle de armas, por ser uma atividade





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de polícia administrativa, nós somos meros executores da política pública. Não compete à Polícia Federal fazer juízo de valor sobre política pública de controle de armas. A gente é um órgão de execução, então a gente não analisa, a gente cumpre exatamente o que está previsto.

Aqueles que têm legitimidade política, como o Senado, para legislar foram eleitos para emitir decretos. A polícia não tem essa legitimidade para fazer juízo de valor sobre política pública de controle de armas. Então a gente não emite juízo de valor nesses casos concretos, a gente simplesmente cumpre o que foi determinado por quem detém o poder político.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Senadora Damares. Obrigado, Sr. Wellington.

Eu passo a palavra imediatamente ao Sr. Giovanni Roncalli, Presidente da Confederação Brasileira de Tiro Tático. Dez minutos para suas exposições.

O SR. GIOVANNI RONCALLI (Para expor.) – Boa tarde, senhores. Eu cumprimento todos os Senadores. Cumprimento todos os CACs aqui, na pessoa da Fabi, principalmente pela sua luta tão importante nesse ramo tão complicado.

Eu peço a Deus que coloque as palavras na minha boca. Eu ensaiei um discurso aqui, mas eu prefiro falar com o coração.

As questões técnicas já foram abordadas pela Fabi. Eu levarei também hoje à tarde, em reunião, na Polícia Federal, outras questões também técnicas. E eu vou tratar aqui da nossa situação, até para que V. Exas. possam ver tudo o que a gente está passando e o que pode ser feito para melhorar.

Nós estamos num país em que o esporte do tiro é perseguido, é humilhado. Eu entrei no tiro em 2009, eu comecei em 2008 com carabina de ar comprimido. Eu não sou um CAC recente. E eu passei por Governo Lula, Governo Dilma, Governo Michel Temer, Governo Bolsonaro, e hoje nós estamos sendo perseguidos. A cada dia que passa, é como se a gente estivesse em um tabuleiro de xadrez, todo dia levando um xeque do Governo.

Nós enfrentamos muitas dificuldades no passado com o Exército Brasileiro. Meu CR, que foi protocolado em 2009, levou nove meses para sair. Sempre tivemos dificuldades de normatizar esses entendimentos para que eles fossem os mesmos em todo o país. E o tempo foi





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passando, passando, passando. Chegou o Governo Lula e a gente vai adquirindo nossos equipamentos, acreditando que teremos segurança jurídica. Eu acreditei que eu preenchi os requisitos para ter o meu armamento, o meu equipamento esportivo. E quando eu digo equipamento esportivo... Porque nós não temos absolutamente nada a ver com segurança pública. Nós não somos nenhum tipo de milícia, não temos absolutamente nada a ver. Somos simplesmente um esporte. E ainda digo mais: onde vende arma não vende maldade. Mas estamos sendo tratados hoje como bandidos, criminosos. E acreditei que teria segurança jurídica, adquiri meus equipamentos esportivos e hoje eles são um fardo na minha vida. Um fardo, pois eu não consigo sequer me livrar deles. Porque eu não posso transferir os meus equipamentos para outro acervo, porque não é a Polícia Federal, não é o Exército, é simplesmente o Governo. Eu vou ser justo aqui.

O art. 79, §1º, do Decreto 11.615 me proíbe de dar uma destinação ao meu equipamento que não seja aquela a que ele foi autorizado. Então, se eu não consigo hoje cumprir as normas que são colocadas goela abaixo em desrespeito ao ato jurídico perfeito, direito adquirido e todos os princípios constitucionais, eu não consigo nem me livrar, nem querer sair, nem direito de desistir eu tenho. Eu não consigo transferir uma arma do acervo de tiro de esportivo para o acervo de coleção. Eu só posso transferir para outra pessoa. E quem é que quer receber esse equipamento, que hoje virou praticamente uma maldição?

Acreditando que eu teria segurança jurídica neste país, eu abri um clube de tiro. Além de Presidente de uma confederação, também sou Presidente de um clube de tiro. Esse clube tem 3.300m² construídos do zero. Eu investi minha vida todinha, assim como muitas outras pessoas investiram nisso, acreditando que teriam segurança jurídica neste país. Hoje, o meu clube é um fardo nas minhas costas. Eu cheguei a gerar mais de 25 empregos. Eu sustentava 25 empregos, sozinho, com o clube de tiro, e hoje eu tenho só cinco funcionários, para não ir à falência como muitos outros foram. Eu acreditei que teria segurança jurídica, mas de repente... É o tema de hoje.

O Decreto 12.345, que eu até pensei que fosse brincadeira pela sua numeração... O Governo é tão perverso que publicou esse decreto no dia 31 de dezembro de 2024. Quando eu achei que eu ia descansar, ter uma virada de ano tranquila, comer um peru, simplesmente o decreto foi publicado. Quando foi publicado, eu achei que eu iria, pelo menos, ler alguma coisa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que me trouxesse paz, e eu passei a virada do ano, mais uma vez, amargurado, porque esse decreto me igualou a prostíbulos, que trabalham de noite.

Eu tenho uma profissão digna, eu sou um seguidor da lei, um cumpridor da lei. Eu sou exaustivamente fiscalizado pela Polícia Federal e pelo Exército Brasileiro e, simplesmente, eu não posso funcionar até 18h. Até foi perguntado aqui por V. Exas. sobre a questão da lógica. Não existe lógica, existe perversidade. Eu não posso funcionar até 18h, porque nós somos tão horríveis, mas tão horríveis, que enquanto uma escola estiver aberta, nós temos que estar fechados, igual a um prostíbulo.

Agora, eu não entendo o juízo de valor desse Governo, porque eu já mostrei isso de perto. Uma cracolândia vizinha a uma escola pode, um prostíbulo em frente a uma escola, lá em Maceió, pode – e tem –, mas eu, gerador de emprego, cumpridor da lei, exaustivamente fiscalizado, não posso.

Eu acreditei que teria segurança jurídica e, quando chegou o amanhecer do ano de 2023, eu fui surpreendido com o mais baixo dos golpes que nós levamos, enquanto despachantes, enquanto atletas, enquanto clubes de tiro. Nosso direito de petição, sagrado pela Constituição, foi rasgado, foi violentado. Nós ficamos impedidos de protocolar qualquer processo perante o Exército Brasileiro para podermos trabalhar, e os que estavam protocolados não puderam sequer ser analisados. Nós passamos um ano e meio com a vida travada. Isso gerou uma falência do nosso setor.

Hoje todo mundo está sobrevivendo com a corda no pescoço e, quando a gente achou que tudo iria melhorar, porque tudo foi pacificado, recebemos o comando... Inclusive, eu queria reconhecer o comando de V. Exa. Eu reconheço o senhor como o general mais legalista que, pelo menos... Eu reconheço desde 2009, quando nós estivemos lá. A gente teve situações que, rapidamente, o senhor resolveu, e o senhor não passou a mão na cabeça de CAC nenhum, o senhor simplesmente foi extremamente legalista, e era disso que a gente precisava. E quando a gente achou que tudo estava normal – "não, o Exército está sendo legalista" –, aí o Governo olha e diz: "Espere aí, está tudo dando certo, vamos passar agora para a Polícia Federal". E nós estamos começando tudo de novo, do zero. Todos os problemas que a gente venceu com o Exército Brasileiro estamos passando do zero com a Polícia Federal: divergências de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendimento entre inúmeras delegacias no país, um sistema que simplesmente não colabora, assunto novo, pessoas novas, tudo do zero, além da violação dos nossos documentos que a gente recebeu impresso, acreditando que teria segurança jurídica. De repente, o Governo diz: "O que está escrito aí não está valendo. O que você preencheu, os requisitos, e recebeu, o que está dizendo lá na Constituição, que é imutável o ato jurídico perfeito, não está valendo". E, desde então, a gente só vem apanhando.

Eu tenho portas abertas com a Polícia Federal como entidade.

(Soa a campainha.)

O SR. GIOVANNI RONCALLI – Eu represento hoje uma confederação que, graças a Deus – não a mérito meu –, é a maior confederação do Brasil em número de atletas filiados e de clubes filiados. E eu sou muito bem recebido na Polícia Federal, assim como sou também na DFPC, e a gente consegue ver a Polícia Federal se esforçando. Não há perversidade. Talvez o Governo quisesse que tivesse, mas a Polícia Federal está sendo legalista.

Só que, infelizmente, nós voltamos à estaca zero. Tudo que a gente passou no Exército Brasileiro, desde que eu entrei no esporte, em 2008, 2009, nós estamos começando. E, quando a gente acha que está tudo calmo, o Governo vai lá e chacoalha de novo.

E hoje, só para vocês terem ideia da confusão que nós estamos vivendo, sem qualquer motivação, só por perversidade, eu preciso protocolar um processo para adquirir um equipamento junto à Polícia Federal. "Ah, mas é uma arma de uso restrito." A Polícia Federal tem que pedir autorização ao Exército. Eu peço à Polícia Federal, que pede ao Exército, que devolve à Polícia Federal, que comunica para mim que foi deferido, e agora ela vai fazer alteração em um sistema que não é dela. A Polícia Federal, por lei, gerencia o Sinarm, mas agora está tendo que gerenciar o Sigma, e está uma confusão.

E, Dr. Wellington, parabéns pela condução no meio de toda essa problemática. O senhor está dando um exemplo. Eu tenho certeza de que, daqui a pouco, esse mar vai se acalmar. Obrigado pelas portas abertas que nós temos para diligenciar todos os problemas. Obrigado por me receber mais tarde. Eu estarei lá levando problemas de milhares de pessoas e eu tenho certeza de que tudo isso vai ser resolvido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria pedir socorro aqui a esta Casa: nós precisamos despolitizar nossa categoria. Nós estamos hoje sendo perseguidos, estamos apanhando. A surra de dez nós estamos levando sozinho.

(Soa a campainha.)

O SR. GIOVANNI RONCALLI – Tudo isso por vingança política do Governo a uma categoria que nada fez contra ele. Nós não temos nenhum relacionamento com política, nenhum relacionamento com segurança pública. Somos só um esporte, e tudo que a gente quer é paz, segurança jurídica e condições para cumprir nossas obrigações, porque hoje colocam um fardo mais pesado do que um piano de cauda nas nossas costas para a gente cumprir. A habitualidade é por calibre; se você tiver 15 calibres, você vai ter que ir 300 vezes num clube de tiro. E a gente está tentando fazer isso, mas o sistema não deixa. A gente não consegue tirar um documento. O sistema está falhando. Quando o sistema funciona, transfere para a Polícia Federal.

Meu tempo acabou.

Eu agradeço a todos vocês.

Desculpem, por favor, se me excedi. É um peso muito grande que eu carrego.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Giovanni, as suas palavras representam os CACs brasileiros, inclusive a mim, e eu agradeço também ao General Gusmão e ao Sr. Wellington, porque isso é o que nós ouvimos e vemos diariamente. Inclusive eu, Giovanni, estou com medo das minhas armas. Medo, porque entra, demora, não funciona, sistema fora, não resolve, eram dez anos, passou para três... Enfim, você aqui foi voz de todos os CACs do Brasil, e o que eu peço ao General e ao Sr. Wellington é a sensibilidade e a celeridade necessárias para que esses sistemas sejam colocados em ordem o mais breve possível, justamente para que nós tenhamos um mínimo – mínimo – de segurança jurídica.

Obrigado, Giovanni.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra para o Marcelo Danfenback, eu vou ler algumas perguntas do e-Cidadania.

O André, de Minas Gerais, pergunta: "Como estão distribuídas as responsabilidades entre Exército, Polícia Federal [...] para processos iniciados antes do Decreto 12.345?".

O Dorival, de São Paulo: "A PF conseguirá renovar todos os CRAFs em tempo hábil, para que os atletas não sejam jogados na ilegalidade?".

A Nádia, de Sergipe: "Qual seria o impacto positivo, nesta mudança, para a população?".

O Jayme, do Distrito Federal: "Como o Governo justifica a transferência da gestão de armas de CACs para a PF por decreto, alterando competências definidas em lei?". Boa pergunta, viu, Jayme.

Renata, do Distrito Federal: "Quais garantias [que tem para os] CACs regulares não serem penalizados durante a transição administrativa?". Essa é outra excelente pergunta, Renata, e é o medo da maioria dos CACs.

Roberta, de Minas Gerais: "Como o decreto garantirá gestão centralizada na PF ou MJ, com fiscalização rigorosa e prevenção de abusos e ilegalidades?".

O Anderson, do DF: "O Departamento da Polícia Federal, via Sinarm-CAC, tem efetuado cobranças em duplicidade em serviços iniciados no Exército. Como serão feitas as devoluções dos valores?".

O André, de Minas Gerais: "Como o Senado pode resolver [esse] grave problema de que os CACs estão servindo de acesso para armar o crime organizado?".

O Francisco, de São Paulo: "Decretos criaram insegurança jurídica, Polícia Federal não tem estrutura para atender. Armas de CAC não são questão de polícia".

Carla, do Pará: "Acredito que o Decreto 12.345/2024 deve ser aprovado, pois o porte e o manuseio de armas exigem seriedade [...]".

Renata, do DF: "Falhas no sistema comprometem atividades profissionais de atiradores e instrutores credenciados legalmente".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Victor, de São Paulo: "Organizações criminosas e milícias aproveitam-se dos CACs para se armarem. Uma fiscalização mais intensa e rigorosa faz-se necessária". Victor, eu discordo de você. Isso é uma balela, isso é *fake news*, de que CACs vendem arma para a polícia, para bandido, etc. Isso é uma mentira cabeluda! Nós provamos isso aqui, inclusive, no Senado Federal, em outra audiência, mostrando que existem sim alguns casos, mas, dentro de mais de 1 milhão de CACs, foram exceções das exceções. E policial... Bandido não quer arma legalizada, ele quer armas automáticas que nem podem ser vendidas no Brasil.

Eles querem armas baratas, que não são vendidas no Brasil. Eles trazem armas de fora, ilegais, não são vendidas pelo CAC em absoluto. Pode ter um caso ou outro de um roubo, de um furto, pode acontecer alguém infiltrado, mas é minoria. Isso não encontra base factual e realística, de que CAC é usado para armas... Há quanto tempo o crime organizado é regado, é abastecido com armas ilegais de calibre pesado que sequer são vendidos aqui no Brasil? Então, isso aí não encontra fatos na realidade.

Eu solicito à Mesa que coloque o Sr. Marcelo Danfenback por vídeo, Presidente da Liga Nacional dos Atiradores Desportivos, para sua manifestação em dez minutos.

O SR. MARCELO DANFENBACK (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos. Sou Marcelo, Presidente da Liga Nacional dos Atiradores Desportivos (Linade), entidade hoje que conta com um pouco mais de 100 mil atletas cadastrados e filiados e um pouco mais de 1.430 clubes, mais ou menos. Somos uma grande entidade, representando um esporte muito valoroso.

Senador Seif, eu gostaria de cumprimentá-lo e agradecer a oportunidade e, na sua pessoa, cumprimento todos os Parlamentares; o Dr. Wellington, já estivemos juntos algumas vezes e sei do compromisso pessoal dele, da dedicação que ele vem enfrentando e tentando colocar a casa em ordem; General André, na sua pessoa, eu cumprimento todos os demais militares.

Senador Seif, se o senhor me permite, eu gostaria de responder a pergunta do Senador Sergio Moro, referente aos horários dos clubes, qual a lógica. Não sei se o Senador ainda está presente. No ano de 2023, eu estava numa reunião na Casa Civil, junto com o Deputado Ismael Alexandrino, representantes da CBTE, da CBTP e da Liga Nacional do Tiro ao Prato, e quando eu fiz essa pergunta ao Secretário Marcos Rogério, da Casa Civil, a resposta que eu ouvi – o Roncalli





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabe dessa história, a Fabi também sabe, alguns amigos também sabem – do secretário foi: "A primeira-dama não abre mão disso". Foi essa a resposta que eu obtive nesta reunião e o próprio Deputado Ismael Alexandrino pode confirmar. Então, fica aí a resposta ao Senador Sergio Moro.

Senhores, nós estamos carregando um piano muito pesado, como disse o Roncalli, porque nos foi rotulado um "x" nas costas, como se diz aí, como se fôssemos o inimigo da segurança pública, como se nós fôssemos os responsáveis por tudo que acontece de errado em relação à arma de fogo. Então, sou proprietário de loja, sou proprietário de clube, sou presidente de entidade. O meu CR é de 1999, eu tenho um pouco mais de 30 anos no esporte do tiro e trabalho no comércio há 25 anos.

Como o Giovanni Roncalli brilhantemente disse, a gente está apanhando demais por uma culpa que não nos cabe. Nós temos agora, a exemplo de 2023, quando a habitualidade era por calibre, e eu tenho 24 calibres apostilados, diferentes calibres, 24. Eu fui, senhoras e senhores, 484 vezes no meu clube para poder cumprir com as minhas habitualidades – 484 eventos, treinos para poder cumprir. Eu pergunto aos senhores: é exequível alguém conseguir fazer isso que não tenha o clube? Não, não é.

E aí, nessa mesma reunião com o Secretário Marcos Rogério, eu perguntei para ele o porquê do "por calibre". E aí a resposta também foi: "É que ninguém aguenta dois ciclos de exigências duras e com isso as pessoas vão desistindo pelo caminho". Então, é esse Governo que a gente está enfrentando, é com esse Governo que a gente está tentando diálogo e é com esse Governo que a gente está tentando construir um caminho de entendimento e diálogo que infelizmente é de mão única. A gente senta, a gente conversa; prometem que vão fazer, que vão resolver, e não resolvem nada. E cada vez piora mais, e cada vez piora mais...

E, quando o 22 semiauto na carabina foi classificado como restrito, numa reunião a gente perguntou o porquê, e a resposta foi: "Porque eu quero e porque eu posso", falado por uma advogada de uma entidade ligada ao Ministério da Justiça. Então, é por isso que a gente passa, é isso que a gente enfrenta. É um desabafo aqui de um pai de família que teve 36 funcionários, e hoje tem sete. Eu tenho três lojas e um clube, e hoje eu tenho sete funcionários, duas lojas fechadas para o público – só trabalho por internet – e uma com atendimento externo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora fica aqui uma sugestão ao Dr. Wellington e ao General: que houvesse uma padronização de nomenclatura em calibres, porque isso impacta diretamente, quando a gente vai fazer um embarque aéreo com armas, e o 38 SPL está de um jeito, o 38 especial está do outro, o .38 está do outro, o 22 LR, o 22 Long Rifle (*Falha no áudio.*) ... que fosse olhado – já conversei com o Dr. Wellington sobre isso em outra oportunidade –, para haver uma padronização de calibres para a gente poder ter um entendimento um pouco melhor referente a documentos.

Outra coisa, armas obsoletas, senhores. Tem muito CAC com arma obsoleta que não funciona, que são objetos de decoração e estão registrados como arma de fogo, ocupando espaço até mesmo em mapa de tiro, como já aconteceu comigo; erroneamente foram registradas no tiro armas que eram de coleção e hoje são obsoletas. Então, que tivesse uma regra clara para armas obsoletas, embora já exista, mas não está sendo cumprida, não está sendo feita. Ninguém consegue fazer a obsolescência de uma arma; tem que pegar laudo de instrutor, tem que pegar não sei o quê, afinal de contas você monta o processo, e o processo não anda, tá?

Uma outra coisa que me deixa um tanto quanto, digo, até indignado, se eu tive que ir 484 vezes em 2023, no meu clube, e mais uma quantidade absurda em 2024 e agora em 2025, por que me vai ser cobrado teste de capacitação técnica para renovação dos meus CRAFs? Será que eu preciso fazer teste de tiro depois de 30 anos trabalhando com produtos controlados? Depois de 30 anos dando aula de tiro, eu preciso fazer um teste prático de tiro para renovar os meus Crafs? Então, quer dizer que vocês vão cobrar teste prático e habitualidade? Então, acho que isso precisaria ser revisto, Senador Seif e demais amigos presentes, porque não dá para exigir tudo dessa maneira, porque é ilógico. Se eu estou indo ao clube, se eu estou fazendo habitualidade, se eu estou cumprindo com tudo, por que eu tenho que fazer teste prático? Para ter mais uma despesa para o CAC? Para ter mais uma despesa, mais uma burocracia, mais uma dificuldade? Então, isso precisaria ser revisto.

Outra coisa, Senador Seif. A Polícia Federal herdou um sistema ruim, inoperante, não usual e, com isso, herdou xingamentos e ofensas que a gente vê nas redes sociais, nos grupos, nos grupos de WhatsApp. A Polícia Federal herdou tudo, inclusive a ineficiência de um sistema, só que ela só não herdou o dinheiro. A GRU continua com o Exército. Então, isso precisa ser revisto





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

urgentemente. A Polícia Federal quer prestar um serviço de excelência, mas isso demanda recursos, e esses recursos estão ficando para o Exército, que não está fazendo o trabalho. E eu não estou falando se merece ou se não merece. A pessoa jurídica ficou com o Exército, então, a GRU que fique com o Exército. Por que a GRU do CAC, que é recolhida para a Polícia Federal fazer o trabalho, está ficando com o Exército? Então, a gente precisa rever isso com uma certa urgência para depois, como aconteceu... O Dr. Wellington bem sabe disso. O Lorrان, o Roncalli, eu e mais alguns presidentes de entidade – o Lorrان é o Presidente da Associação dos Atiradores do Congresso Nacional – saímos aí de porta em porta de Senadores e Deputados pedindo emenda parlamentar para poder suprir a Polícia Federal de recursos para poder dar andamento. E o senhor sabe que isso é verdade.

A gente precisa parar de tampar o sol com a peneira e fazer de conta que este Governo está fazendo alguma coisa para ajudar o tiro, que não está! Não está! O PT vai ser conhecido como o partido que destruiu o tiro esportivo no Brasil. E eu falei isto na cara do Secretário Marcos Rogério: "Vocês vão ser lembrados como o pior Governo que existe para o tiro esportivo". Falo isso na presença e na cara de quem for preciso!

(Soa a campanha.)

O SR. MARCELO DANFENBACK – É uma vergonha, é uma perseguição insensata o que estão fazendo conosco – absurdamente insensata!

Eu vou me encaminhando para as minhas palavras finais. Quero agradecer a oportunidade e, como disse o Giovanni, me desculpar se porventura a gente acaba se excedendo, mas, como disse o Giovanni, uma surra de dez a gente está tomando sozinho. O meu setor de despachante está levando o nome de enrolado, de estelionatário, de uma série de problemas, porque a entidade X não resolve, porque a entidade Y não resolve... E a gente não tem a quem recorrer, a gente não tem a quem recorrer, a gente não tem a quem pedir. E todo dia a gente está apanhando, todo dia é um 7 a 1, lembrando a Copa. Então, fica aqui o meu agradecimento, dizendo o quanto me sinto honrado em ombrear esta audiência pública.

Fabi, um grande beijo para você, para o meu xará. Roncalli, demais amigos aí, Senador, Dr. Wellington, espero estar junto em breve aí em novas reuniões, General André e demais Parlamentares. Muito obrigado. Fiquem com Deus. E que Deus abençoe grandemente a todos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Marcelo, suas palavras corroboram o que a Fabi, os clubes de tiro e o Giovanni também já falaram anteriormente. Eu não tenho dúvida nenhuma de que é um Governo que quer perseguir, destruir, como todo bom governo comunista, que desarma a sua população. O que você falou é muito claro sobre habitualidade por calibre, isso não existe. Imagine que você tenha uma CNH para cada carro que você dirigir! No Governo anterior do Presidente Bolsonaro, se você tinha o porte da arma, qualquer arma do seu acervo poderia ser utilizada. Agora, não. Eles querem um porte... Eu tinha dois portes de arma que servia para todos, o que foi cancelado, e para eu pegar um porte de uma 380 foi um deus nos acuda.

Então, eu entendo perfeitamente as queixas e as dores de cada um dos senhores e das senhoras que são CACs no Brasil, porque eu passei por isso, e isso porque eu sou Senador da República – Senador da República. Tive que praticamente implorar para o Diretor da Polícia Federal para renovar um porte meu de uma 380. Eu que não peço Polícia Federal para nada, eu que não tenho segurança privada, eu que ando nas ruas, graças a Deus, diferente de alguns ministros do Supremo Tribunal Federal que têm que se encastelar de casa para o trabalho e do trabalho para outros palácios, porque eles não podem sair na rua. Eu sou um sujeito absolutamente normal na minha vida cotidiana, eu não tenho medo, porque a gente não faz o mal para ninguém, mas tenho que ter minha arma de fogo, já que eu não solicito apoio da Polícia Legislativa nem da Polícia Federal, porque entendo que não é necessário, especialmente em Santa Catarina.

Então, eu entendo perfeitamente sua dor e eu não tenho dúvida de que é uma perseguição para acabar com o setor, para destruir os clubes de tiro, para destruir o comércio, para destruir o tiro esportivo, porque eles querem nos desarmar no cansaço. E é por isto que esta audiência pública está sendo realizada: justamente para que as autoridades, usando de seu legalismo, e no mínimo do entendimento das dores que hoje sofremos, e das dúvidas que existem em todo o Brasil, busquem nos ajudar, com a solicitação do Senado da República.

Vocês viram aqui tantos Senadores que já passaram por esta audiência, o pessoal deve estar almoçando. Daqui a pouco, começam outras audiências, outras Comissões de segurança.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero te agradecer e dizer que nós somos solidários e parceiros nessa luta em prol dos CACs do Brasil, de que faço parte – repito pela terceira vez.

Com a palavra, agora, por videoconferência, o Sr. Rodrigo Masson, que é Presidente da Associação Caça Brasil.

Com a palavra o Sr. Rodrigo, por dez minutos.

O SR. RODRIGO MASSON (Para expor. *Por videoconferência.*) – Olá a todos.

Senador Jorge Seif, daqui do meu estado, na sua pessoa quero cumprimentar os demais Parlamentares que se fazem presentes.

Tenho algumas considerações para fazer. Quero ser breve, acho que os meus colegas – tanto Giovanni, como Fabi, enfim – colocaram tudo por que nós CACs estamos passando, só que a minha preocupação maior também é em relação à caça.

Hoje nós sabemos que praticamente 80% de todos os CRs existentes no país possuem atividade de caça. Acredito que metade desses CRs também possui armas apostiladas no acervo de caça. E a minha preocupação maior é a seguinte: Hoje a entidade que fornece essa documentação de caça para nós CACs é o Ibama, então a gente faz toda essa documentação através do sistema do Ibama, só que agora a gente está sofrendo um problema. Em 2023, o Ibama reformulou o sistema e, a partir de então, se a gente cadastrar uma propriedade para manejo, uma propriedade para caça de javali e se a gente quiser alterar esse cadastro – ou se essa propriedade mudou de proprietário ou coisa assim –, isso está sendo impossível de ser feito. A gente entrou em contato com o Ibama, eles passam para a gente que é para fazer através de *e-mail*, esse *e-mail* nunca é respondido.

Tenho certeza de que ninguém no país conseguiu fazer essa alteração de cadastro de propriedade, e isso vai ser um problema enorme na hora de o pessoal renovar os CRs, porque está bem especificado, no Decreto 11.615, que nós CACs que possuímos atividade de caça no CR teremos que comprovar 18 meses de atividade de caça.

Então, eu queria até aproveitar a oportunidade e pedir, para o Dr. Wellington, o que realmente vai ser cobrado para comprovar esses 18 meses de atividade de caça, porque, até





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

então, está meio conturbado. Essa documentação a gente não sabe... Quero solicitar para os Parlamentares que a gente consiga, através de vocês, que o Ibama reveja essa situação dos cadastros das propriedades, porque nisso não está sendo possível fazer alteração, e isso vai prejudicar muita gente.

Além de ouvir do Dr. Wellington quais são as documentações que serão exigidas para comprovação da atividade de caça, eu gostaria de solicitar também, se ele pudesse passar para nós, uma pergunta sobre que a maioria dos caçadores tem dúvida. Se eu, como caçador, estiver no mesmo local de caça, tenho a mesma ordem, nós estamos em duas pessoas que possuímos CRs e temos armamentos; um CAC pode utilizar o armamento de outro caçador para fazer o manejo, sendo que os dois possuem CR, os dois estão cadastrados na mesma área para caça? Isso é possível? Isso é uma dúvida de muitos caçadores também.

Outra situação que me pediram e que preciso deixar aqui registrada, se o Dr. Wellington também puder responder, é a seguinte situação: eu sou proprietário da determinada área, tenho autorização de manejo da minha área, as armas estão apostiladas no endereço desta área em que tenho manejo, eu tenho necessidade de solicitar Guia de Transporte para essas armas ou não?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O Sr. Wellington ou o General Gusmão, Rodrigo?

O SR. RODRIGO MASSON (*Por videoconferência.*) – O Wellington, acho que tem que ser o Dr. Wellington.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Wellington, se o senhor puder já responder, eu agradeço.

O SR. WELLINGTON CLAY PORCINO SILVA (Para expor.) – Vamos na ordem.

Primeira pergunta, a questão dos documentos. Os documentos serão aqueles previstos expressamente na IN 311, que é a instrução normativa da Polícia Federal que regulamenta a atividade dos CACs. Então, lá tem a lista de documentos e também a lista de documentos prevista no *site*. Então, esses são os documentos, exatamente os que serão exigidos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à segunda questão, sobre... Eu ia pedir que você fizesse uma solicitação para a gente, formal, para eu poder já, em vez de falar numa audiência pública, documentar e passar para você um entendimento definitivo, assinado, de modo que ele que possa ser usado até como documento, caso alguém tenha um entendimento diferente da Polícia Federal.

O mesmo eu vou pedir para a terceira pergunta, porque eu prefiro que a gente consiga documentar e eu possa, através desse documento, padronizar. Eu tenho usado muitos questionamentos feitos pelos CACs, para poder padronizar. E por quê? Porque é justamente onde está o problema, onde está o erro. Então, em vez de eu simplesmente falar nesta audiência, eu preferiria que você pudesse encaminhar para a Segarm esse questionamento, até representando a caça, que eu vou responder formalmente, como a gente tem respondido a todos que nos procuram, está bom?

Muito obrigado.

O SR. RODRIGO MASSON *(Por videoconferência.)* – Só mais uma...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Rodrigo, deixe-me te falar. Qual é a nossa ideia aqui? A nossa ideia é juntar as perguntas da Fabi, do Giovanni, do Marcelo, suas, provavelmente do Yukio e do Sr. Odair. Nós vamos, através do nosso gabinete, mandar um documento para o Exército Brasileiro, para a Polícia Federal, nas pessoas do General Gusmão e do Dr. Wellington, e trazer isso, depois, a público, através de redes sociais e do nosso próprio gabinete, com todas as respostas, de forma que essa resposta formal seja também um escudo, por assim dizer, no melhor sentido da palavra, para os CACs de todo o Brasil, porque serão respostas oficiais das entidades.

Mas pode fazer sua pergunta, para conhecimento público, mas a nossa assessoria, a qual entrou em contato já com os senhores, para fazer os convites para a participação da audiência, vai colher essas perguntas e, depois, oficializar as respostas para os senhores, todas as respostas de todas as entidades, porque, com certeza, os questionamentos da Fabi, do Giovanni, do Marcelo e o seu são respostas para milhões de brasileiros.

Mas pode fazer sua pergunta e continuar sua exposição.

O SR. RODRIGO MASSON *(Por videoconferência.)* – Obrigado, Exmo. Senador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu falei, o que mais me preocupa é essa questão do Ibama, realmente.

Como o Dr. Wellington falou, na instrução normativa, ela é um tanto quanto vaga nessa questão de documentação do Ibama, porque lá fala na seguinte situação: "A comprovação da atividade caça precisa comprovar os documentos relativos à comprovação fornecida pelo Ibama". Só que o Ibama fornece os seguintes documentos: CTF, que é o Cadastro Técnico Federal, que tem validade de três meses; e fornece o Simaf, que é um documento da propriedade, que tem validade de seis meses. O Ibama não fornece autorização do proprietário, nada disso.

Só que eu sei que tem algumas delegacias que estão exigindo, para a transferência de armas, enfim, arma que está indo para caça, todos os documentos: CTF, Simaf e autorização do proprietário, sendo que, quanto a esse documento, não existe um padrão e não existe exigência nem mesmo por parte do Ibama.

Esse documento seria um documento pessoal, que seria exigido num ato de fiscalização por parte da polícia militar ambiental, enfim, na hora de uma abordagem na própria propriedade.

E o que me preocupa também, como eu falei, é essa questão de que o Ibama não consegue passar para a gente o acesso para nós conseguirmos mudar, muitas vezes, o cadastro das propriedades, e muitas e muitos estão com o cadastro errado, e, como eu falei, em 2023 eles fizeram essa alteração no sistema, e, a partir de lá, a gente não tem mais acesso.

Então, eu acho que seria importante, daqui a pouco, o Senador entrar em contato com o pessoal do Ibama, para ver se a gente consegue algum parecer referente a essa documentação, porque isso vai gerar muita dor de cabeça para quem vai renovar os CRs lá na frente.

Outra situação que me preocupa, com respeito a essa questão dos 18 meses, é o seguinte, se a Polícia Federal vai exigir, por exemplo, três Simafs – porque eles vencem a cada seis meses – e todos os CTFs desse período, ou se ela vai exigir o primeiro e o último, para poder comprovar o período de 18 meses, porque, até então, ninguém sabe, ao certo, qual vai ser essa exigência; só que, como o próprio Dr. Wellington falou, a gente vai formular essas questões e, se eles



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

conseguirem, depois, dar um parecer mais técnico para a gente, eu agradeço muito, porque eu acho que é dúvida de milhares de CACs.

Eu quero deixar meu agradecimento aqui, Senador, em nome da Associação Caça Brasil, em nome de todos os CACs, atiradores, caçadores e colecionadores que a gente representa.

Sou muito grato por essa oportunidade. Espero ter contribuído também.

Muito obrigado de coração.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Rodrigo, quem agradece a sua participação sou eu, pelos seus esclarecimentos. E também comunico que vamos officiar também o Dr. Rodrigo Agostinho, Presidente do Ibama, que, inclusive, esteve conosco aqui na semana passada. Nós temos algumas outras questões para tratar – não só de CAC, mas de também pesca e de javali – e já encaminharemos e traremos, responderemos aos senhores assim que as entidades responderem ao nosso gabinete.

Obrigado pela sua participação, que com certeza contribuiu e está tirando dúvida de milhões de brasileiros.

O SR. RODRIGO MASSON (*Por videoconferência.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu passo a palavra imediatamente para o Sr. Yukio Yamaguchi, Presidente da Federação Catarinense de Tiro Prático, o qual eu tive a honra de conhecer na semana passada, numa premiação lá em Pomerode, em que nós participamos de um jantar. Foi maravilhoso.

Passo a palavra para o Sr. Yukio para as suas considerações.

O SR. YUKIO YAMAGUCHI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador. Obrigado pela oportunidade.

Eu gostaria de me autoapresentar, informando que meu nome é Yukio Yamaguchi e sou o atual Presidente da Federação Catarinense de Tiro Prático, finalizando meu mandato agora, no dia 31 de dezembro de 2025, e iniciando um próximo desafio que seria a Presidência da CBTP (Confederação Brasileira de Tiro Prático). E a gente assume esse novo desafio, ombreando junto com o Roncalli, junto com o Danfenback e junto com os demais presidentes de outras





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

confederações, em prol do tiro brasileiro, em prol dessa atividade que nós temos, dessa paixão, dessa modalidade esportiva que nós escolhemos.

Eu integro também a Diretoria da CBTP, ainda nesse mandato, e de antemão agradeço toda essa dinâmica que vem sendo exercida pelo Dr. Wellington e pelo General Gusmão. E a gente vem acompanhando o trabalho que o atual Presidente da CBTP, Hwaskar Fagundes, vem exercendo junto aos senhores e agradeço esse reconhecimento e essa oportunidade de tratar dos assuntos voltados aos nossos atiradores esportivos.

Eu tenho uma preocupação muito grande – e depois nós formulamos a pergunta, conforme o Senador já orientou – com referência a essa questão da guia de tráfego dada ao nosso atirador esportivo nesse prazo de 30 dias, o que nos prejudica muito, porque nós temos uma programação de competições e uma programação de treinamento e só pode ser solicitada no prazo de 30 dias. Isso nos prejudica, porque muitas vezes esse acúmulo de pedido às vezes atrasa até a liberação dessa guia no sistema e impede alguns atletas de participarem das competições.

Eu enfatizo que todo atleta, todo atirador esportivo naturalmente é um legalista, ele se subordina à legislação vigente. Eles são disciplinados e seguem as orientações dos órgãos normatizadores, seja hoje da Polícia Federal, seja hoje do Exército Brasileiro, mas que, com certeza, com isso, às vezes, trazem essa dificuldade.

Aqueles que não seguem esse rito muitas vezes são beneficiados. Então, há uma inversão de valores nesse sentido, conforme já colocado, não só pelo Roncalli, mas também pelo Danfenback. E hoje nós competidores, nós desportistas sofremos muito com isso, independentemente... Sem entrar no mérito da questão política, infelizmente, algumas questões impostas na legislação nos dificultam bastante essa atividade.

Eu acredito que a credibilidade diante dos atiradores esportivos já está mais do que comprovada e se alguém discordar disso, com certeza é por uma questão ideológica, por uma questão diferente do que a prática vem demonstrando, até porque há todo um trabalho de...

Só um pouquinho. Está surgindo uma mensagem aqui. Estão me ouvindo bem?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Estou ouvindo sim. O senhor continua conosco aqui *online* e audível.

O SR. YUKIO YAMAGUCHI (*Por videoconferência.*) – Perfeito. Desculpa. Vamos lá.

Então, com referência a essa preocupação que nós temos e que nós vamos materializar aos senhores, eu acho que essa diferenciação que existe hoje com atletas de nível 1, nível 2 e nível 3 já é um alento para ir separando os níveis de competidores, porque hoje nós temos, nos clubes, os atiradores de nível 1; nos estados, os competidores de nível 2; e, em nível de competições nacionais, os competidores de nível 3 e que, se queira ou não, já vêm trazendo essa representatividade e essas premiações hoje em nível de competições e são reconhecidos não só pelos órgãos normatizadores hoje, pela Polícia Federal e pelo Exército, mas também pelo próprio Ministério do Esporte, que vem reconhecendo como um esporte de alto rendimento. E, com isso, o que a gente pede, mais uma vez, é que tenham essa visão clara, separando aquele atirador desportivo aventureiro e aquele atirador que realmente se dedica às competições.

Eu acredito... O Senador Jorge Seif teve essa oportunidade de ver o clima desses atletas competidores, em que a gente observa que existem vários profissionais das mais diversas áreas: sejam advogados, médicos, nós temos funcionários públicos, nós temos administradores. Nós temos, de vários setores hoje, atletas que competem nesse esporte do tiro. Então, por isso, como Presidente de uma Federação e como futuro Presidente de uma confederação, a gente vai continuar ombreando, juntamente com os demais dirigentes que aqui estão presentes, essa melhoria e essa defesa em prol do nosso atleta.

Com a nossa parceira, Fabi Venera, que está à frente desse projeto, está à frente defendendo esses competidores, a gente ombeia também esse reconhecimento, e muitas vezes quebrando essas falácias em torno do atirador desportivo. Eu acho que, com esse símbolo CAC para nós, nós fomos rotulados como marginais, com isso separando a gente, colocando a gente na marginalidade, enquanto, na verdade, muito mais do que isso, nós somos legalistas, nós somos também cumpridores das normas.

Mais do que nunca, antes de colocar essas minhas dúvidas – não vou colocar agora, eu vou colocar por escrito ao Senador –, eu agradeço essa oportunidade de colocarmos, em nível de Federação, 42 clubes que são filiados e mais de 400 atletas que hoje são filiados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E com isso, eu coloco a minha preocupação na hora da renovação desses CRAFs, mas a gente tem já uma notícia paralela de que a Polícia Federal vem estudando a melhor forma de atender a essa demanda que virá agora, na metade do ano, apesar de já termos também a palavra do Dr. Wellington, em nível de CBTT, de que nenhum atleta brasileiro que irá representar o Brasil no Pan-Americano, em Aruba, e no mundial de *shotgun*, na Grécia, nenhum atleta será prejudicado em razão dessa limitação ou dessa legislação em torno do Craf.

Então, parabéns! Eu acho que em todos os envolvidos há boa vontade de atender a essa demanda. Com certeza, irmanados nessa intenção ou nessa boa intenção em prol do esporte do tiro, eu acredito que conseguiremos, pelo menos em parte, pequenas conquistas.

Uma coisa que eu gostaria de colocar: essa situação dos mil metros das escolas. Por mais que se tenha essa visão ideológica com referência a isso, é difícil essa constatação desses mil metros em linha reta, porque ninguém desloca ou ninguém faz qualquer tipo de medição por via aérea; na realidade, isso se faz por via terrestre. Eu acho que isso poderia ser revisto de uma certa forma, e eu digo isso ao General Gusmão e ao Dr. Wellington, porque a legislação não fala em nenhum momento que é em linha reta, então acho que essa interpretação pode ser, não burlando a legislação, mas pelo menos interpretada de uma forma diferente, de forma que não digo favoreça, mas que traga essa realidade aos clubes, aos atletas que hoje praticam o seu esporte.

(Soa a campainha.)

O SR. YUKIO YAMAGUCHI *(Por videoconferência.)* – Prejudica-nos muito quando se faz isso em linha reta, por referência geográfica.

No mais, sem tomar muito tempo, eu agradeço essa oportunidade. Parabéns, Senador, por essa iniciativa, obrigado pelo convite.

Agradeço à Fabi, mais uma vez, por essa luta constante; ao Roncalli, que vem usando uma palavra muito dedicada, ele tem essa característica muito forte, fala melhor que a gente, inclusive; e ao Danfenback – a gente reconhece como sendo uma modalidade, uma liga que abrange vários atletas do esporte do tiro, abrangendo todo o Brasil.

Obrigado a todos e, mais uma vez, um bom dia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Yukio, muito obrigado pela participação do senhor, obrigado pelas suas palavras. Encaminhe também para a Marcielly, que é a chefe do nosso legislativo, as perguntas, e nós vamos formalizar às instituições e dar conhecimento a todo o Brasil, de forma que estejamos todos alinhados, falando de forma uníssona, uma só palavra, uma só organização, um só *checklist*, e não como hoje, o que muitas vezes confunde. Eu tenho certeza de que tanto o Wellington quanto o Gusmão não se agradam dessa situação – e eu quero, mais uma vez, agradecer às duas instituições, à Polícia Federal e ao Exército Brasileiro, por participarem, estarem aqui de bom coração, de boa vontade, explicando, esclarecendo, tirando dúvidas.

Já são quase 14 horas. Estamos aqui nesta audiência, que está se prolongando, mas eu creio que é extremamente necessária para esse esporte no Brasil.

Eu acho que o Roncalli falou com muita propriedade que nós não temos nada com segurança pública, nós somos desportistas, caçadores e colecionadores, não temos nada com bandido, com segurança pública, senão queremos praticar o nosso esporte, ter a nossa diversão, ter o nosso *hobby*, o que é, inclusive, a minha situação também.

Como último expositor, eu passo a palavra ao Sr. Odair Alves, advogado especializado em legislação de produtos controlados pelo Exército e armas de fogo, pelo período de dez minutos.

Sr. Odair, a palavra está com o senhor.

O SR. ODAIR ALVES (Para expor.) – Presidente, queria agradecer aqui ao Senador Jorge Seif, ao Senador Flávio Bolsonaro, ao Senador Carlos Portinho pela iniciativa. Também queria agradecer ao Dr. Wellington pela manutenção do prazo dos Certificados de Registro para atiradores, o que foi muito importante.

Eu tenho uma reclamação aqui que é sobre o princípio da legalidade mesmo, porque, quando eu fiz faculdade, há bastante tempo, eu aprendi que era nulo o ato jurídico quando impossível seu objeto.

E aqui eu falo em nome agora dos IATs (Instrutores de Armamento e Tiro) credenciados pela Polícia Federal. Eu vou ler um dado aqui da própria Polícia Federal. Total de armas de CACs no Brasil, 1.588.677, na mão de 1.022.021 CACs. São Paulo conta com 417.982 armas nas mãos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 268.295 CACs. Então, vamos supor que cada CAC tivesse uma arma só, um calibre, e tivesse que fazer, para a renovação, daqui a seis meses, um laudo só – nós estamos enfrentando o problema da distância do clube –, quatro horas por dia, das 18h às 22h. Se o aluno for muito bom, for rápido na prova teórica, dá para fazer duas, três por hora, no máximo. Com esse número ínfimo de IATs perto do número de CACs que vão ter que renovar suas armas até julho, mas têm que dar entrada até o dia 21/06/2026, como a Polícia Federal pensa resolver esse problema?

Segunda pergunta: os CACs desenvolvem uma atividade esportiva; os IATs, não: uma atividade profissional, eles passaram por uma licitação. A gente queria saber se os IATs podem fazer os laudos durante o horário comercial, pelo menos durante esse período desses seis meses, porque as empresas de segurança podem funcionar de dia mesmo se estiverem em um clube de tiro. Então, se o IAT não desenvolve... Não é tiro desportivo, então, ele desenvolve ali uma atividade profissional de risco.

Outra pergunta é sobre o número ínfimo que temos de IATs para fazer todos esses laudos. As DELEARMs – algumas, pelo menos – estão entendendo que o IAT não desenvolve mais uma atividade de risco quando ele transporta uma grande quantidade de armas e munições. Há mídia massificando de que os CACs não podem mais portar uma arma para defesa pessoal.

Agora com a Polícia Federal entendendo que não é mais uma atividade de risco do IAT transportar as armas, eu recebi um monte de reclamação e os IATs estão dizendo que aqueles clubes lá perto de favela, perto de local perigoso não farão laudos também nesse período, à noite, num lugar ermo, num lugar perigoso. Um monte de clube é em fazenda, em sítio, em lugar afastado.

Por que a Polícia Federal não considera mais se a Lei 10.826, de 2003, lá no art. 10, fala que é uma atividade de risco e que o profissional que exerce uma atividade de risco tem o direito ao porte de arma? Por que a Polícia Federal entende que não é mais uma atividade de risco se se agravou a situação quando transferiu os laudos para a noite?

Outra coisa: aqui eu queria defender o caçador. Por quê? Porque chegou reclamação para mim de que o cara quer ser legalizado e não consegue. Não é com a Polícia Federal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ODAIR ALVES – É com o Ibama, mas quem vai analisar depois é a Polícia Federal.

E o que acontece? Se você tem o CAR de uma fazenda, já são poucas, a maioria não tem CAR... Se você tem o CAR, está legalizado e fornece uma autorização para o CAC caçar, quando ele joga no site do Ibama aquele CAR, dizem que não existe. Aí, quando você entra no Sicar, que é onde fica registrado o CAR, e digita lá, saem os dados da propriedade, sai até a foto da fazenda, a delimitação, sai tudo, saem oito, dez páginas de registro daquilo lá. Você entra no "Fale Conosco" da Controladoria-Geral da União e reclama; o Ibama diz: "Ah, esse é um problema que vai ser corrigido". Mas esse problema está desde que se exigiu esse documento. E aí, como é que fica o CAC legalizado um ano e oito meses pelo menos, com registro no Ibama, autorização do proprietário, a fazenda com o CAR, mas não consegue lançar no Ibama e imprimir o Simaf?

E, aqui tem um... Todas as outras perguntas a Fabi fez. Acho que ela leu o meu papel.
(Risos.)

Então a minha dúvida é esta mesmo: defender o caçador aí.

Outra: o caçador tem que caçar dentro de uma fazenda, o proprietário dá licença para ele. Só que nem o javali nem o cachorro têm GPS. Aí acaba invadindo ali uma outra fazenda sem saber por quê, porque a maioria é de plantação de cana e não tem cerca delimitando. Só a polícia... Então ninguém conhece ali. Às vezes, nem o dono da propriedade, que fala: "Olhe, eu não sei o limite exato da minha fazenda". Mas a polícia ambiental chega com o GPS dela e fala: "Olhe, sua fazenda é exatamente aqui". Por quê? Porque está registrada lá no Sicar e a polícia militar ambiental tem acesso direto ao Sicar ali para questões ambientais, né?

Então, também sobre esse ponto da autorização da fazenda, se estendesse pelo menos até a via pública ali, porque o cara não vai atirar depois que passou do limite, mas, às vezes, ele precisa buscar o cachorro ou precisa tirar o animal até da via pública, não pode deixar a arma lá no carro, no outro lado, e vai com a arma lá para o local... A polícia, principalmente em Minas Gerais, fala: "Não, seu local é ali do lado da cerca". Ele está fora e é preso em flagrante. E, às vezes...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso que eu fiquei sabendo, o rapaz entrou na via pública para evitar até um acidente, porque o javali tinha quase 100kg e estava no meio de uma rodovia, e foi preso em flagrante por porte ilegal de arma – restrita ainda.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu passo a palavra, para os cinco minutos finais, das suas considerações finais, para o Sr. Wellington, já lhe agradecendo mais uma vez pelas suas contribuições. Vamos mandar essas perguntas todas para o gabinete do senhor, depois daremos publicidade.

Então, quero agradecer-lhe, Wellington, por estar até agora conosco, à 1h24 – todo mundo com fome. O Brasil inteiro está assistindo. Há muito *feedback* positivo aqui no nosso WhatsApp. Agradeço a todos que estão acompanhando e divulgando esta audiência pública, que é de interesse de tantas pessoas, e passo a palavra para o senhor, por cinco minutos, para finalizarmos nossa audiência.

O SR. WELLINGTON CLAY PORCINO SILVA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Eu gostaria de agradecer à Comissão de Segurança Pública do Senado, na pessoa do Senador Jorge Seif, pela oportunidade que esta audiência pública está nos dando de conversar também com algumas pessoas que talvez a gente não tenha alcançado ainda. Dentro daquela estratégia da Polícia Federal de comunicação ativa, de conversar, de ouvir os usuários dos seus serviços, para que a gente consiga entregar um serviço de qualidade para o cidadão, que o cidadão merece, são muito importantes essas oportunidades e essa possibilidade de ser transmitido, de ser ouvido pelo Brasil inteiro.

Quero colocar a Cgarm (Coordenação-Geral de Controle de Armas de Fogo) à disposição das entidades para que nos procurem, como já tem sido feito. Talvez nem todas conheçam essa possibilidade, mas tanto a Coordenação-Geral de Controle de Armas de Fogo, em que no momento eu exerço a função, quanto a Divisão de Controle de CACs, que é a do Dr. Denis; nós estamos abertos a ouvir, a conversar, a melhorar, por orientação do nosso próprio Diretor-Geral. A Polícia Federal não tem compromisso com o erro. A gente pode sim rever posições, como já





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

revimos, inclusive, provocados pelo Giovanni. Já revimos posições, por quê? Porque a gente quer prestar o serviço da melhor forma possível.

Então, é só isso que eu quero deixar, um recado para todas as entidades de tiro, todas as confederações: que nós estamos abertos e à disposição para que a gente possa trabalhar junto e superar este momento de dificuldades, como qualquer transição é. E também quero deixar claro que eu tenho certeza de que pior não vai ficar; daqui para frente, é só melhorando. O sistema está melhorando – é claro que ainda está longe de estar bom, mas ele já está em melhores condições –, e nós já estamos conhecendo um pouco mais a matéria. Por mais que você capacite pessoal – nós capacitamos praticamente mil pessoas para trabalhar com CAC –, ainda assim gera dúvida uma matéria totalmente nova.

Nós estamos entendendo melhor a matéria. Nós já passamos a tempestade. O mar ainda está revolto, mas, se Deus quiser, logo nós vamos chegar a um mar de almirante, nós vamos chegar a um momento calmo, em que as entidades de tiro e os CACs terão, sim, o serviço de qualidade que todos merecem.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Wellington, mais uma vez quero agradecer à Polícia Federal, na sua pessoa, pela presença e esclarecimentos.

Passo a palavra para o General Gusmão, para suas considerações finais.

O SR. ANDRÉ MONTEIRO GUSMÃO (Para expor.) – Senador, reforço a colocação do Dr. Wellington e a disponibilidade em atendê-los e recebê-los na Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados.

Estamos sempre atentos às manifestações, Sr. Roncalli – o senhor pode ter certeza. Estamos sempre trabalhando com o objetivo da honestidade de propósito. Nós precisamos ser legalistas – o Dr. Wellington também colocou isso daí –, precisamos trabalhar em cima das leis e das portarias sobre as quais nós procuramos conversar com os senhores quando vamos editá-las também; mas é uma conversa sempre e erros podem acontecer. Nós não temos problema nenhum em voltar as opiniões e ajustar os procedimentos, para que possamos ter um sistema de fiscalização, como eu falo, estável, e todos trabalhando na mesma direção.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As portas estão abertas. O nosso site da diretoria passou recentemente por atualização. Se os senhores tiverem curiosidade, lá embaixo tem escrito "transparência ativa", e ali nós temos os nossos números, no que nós trabalhamos e as fiscalizações que nós efetuamos. Neste ano ainda, nós tivemos o primeiro semestre, em que nós fizemos a parte de fiscalização referente aos CACs e os outros serviços, como eu coloquei para os senhores, aqui, na nossa apresentação, o trabalho que nós realizamos em prol da nossa nação, em prol da proteção dos nossos cidadãos brasileiros, com o risco a que ficam expostos do produto controlado, porque a nossa missão é, diuturnamente, levar a segurança para os senhores.

Então, reforço nesta oportunidade: estamos à disposição sempre, Senador, para receber os senhores quando necessário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – General, muito obrigado pela presença do senhor e, na sua pessoa, eu agradeço ao Exército Brasileiro pela gentileza.

E quero agradecer, pessoal, aqui, ao Senador Mourão, ao Senador Sergio Moro, à Senadora Damares, ao Senador Esperidião Amin e a outros Senadores que passaram por aqui e fizeram contribuições.

Foi uma audiência pública muito prestigiada também pela internet. Nosso WhatsApp e nossas redes sociais têm manifestações também. Obrigado a vocês, porque é um tema de muita relevância.

Ficamos aqui e reforçamos o compromisso, junto com o Dr. Wellington, junto com o General Gusmão e também com o Ibama, de que nós vamos mandar os questionamentos de vocês. Entrem em contato com o nosso gabinete, para fazermos perguntas concisas, filtrarmos e tirarmos as duplicatas, para que as instituições respondam. E daremos, então, amplo conhecimento.

E eu estou muito grato às instituições que aqui estão: o Dr. Wellington, da Polícia Federal; o General Gusmão, do Exército; a Fabi, da Feccasc; o Giovanni Roncalli, da CBTT; o Marcelo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Danfenback, da Linade; o Rodrigo Masson, da Associação Caça Brasil; o Sr. Yukio, da Federação Catarinense; e o Sr. Odair, Advogado especializado em produtos controlados.

Também quero agradecer a presença, aqui, do Sr. Alysson Lopes, Presidente do PL Defesa, aqui, do DF. Infelizmente, nós não temos tempo mais para manifestações.

Não tendo nada mais a tratar e considerando que o propósito desta audiência pública foi cumprido junto à população brasileira, junto aos CACs e junto às instituições, em nome de Deus, eu agradeço e declaro encerrada esta audiência pública.

Muito obrigado a todos que contribuíram conosco.

Obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 32 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

